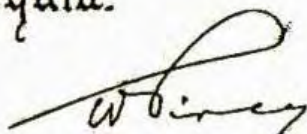
Carlos Alberto Brilhante Ustra

A Verdade Sufocada

A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça

3ª edição ampliada - índice onomástico

Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia.

Gen Ex WALTÉR PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE
Ministro do Exército

O general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque foi ministro do Exército durante o governo João Figueiredo

Homenagem aos companheiros do Projeto Orvil

Quando as últimas organizações terroristas foram derrotadas, a esquerda revanchista passou a escrever e a mostrar, da forma que lhe convinha, a luta armada no Brasil.

E o fez de maneira capciosa, invertendo, criando e deturpando fatos, enaltecendo terroristas, falseando a história, achincalhando as Forças Armadas e expondo à execração pública aqueles que, cumprindo com o dever, lutaram contra a subversão e o terrorismo em defesa da Nação e do Estado.

Nesse incansável e inteligente trabalho, porém desonesto e antiético, os revanchistas acusavam os civis e militares que os enfrentaram e derrotaram, de atuarem por conta própria como paramilitares desvinculados de suas organizações, em estruturas paralelas.

Predominava no País a versão dos derrotados que agiam livremente, sem qualquer contestação. As Forças Armadas, disciplinadas, se mantinham caladas.

Aos poucos, a farsa dos revanchistas começou a ser aceita como "verdade" pelos que não viveram à época da luta armada e do terrorismo e que passaram a acreditar na versão que lhes era imposta pelos meios de comunicação social.

No segundo semestre de 1985, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército - atual Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército - recebeu a missão de empregar os seus analistas, além de suas funções e encargos normais, na realização de uma pesquisa histórica considerando o período que abarcasse os antecedentes imediatos da Contra-Revolução de 31 de março de 1964 até a derrota e o desmantelamento das organizações e partidos que utilizaram a luta armada como instrumento de tomada do poder.

Foi um trabalho minucioso, em que processos, inquéritos e documentos foram estudados e analisados.

As pesquisas realizadas em 1985, sob a orientação e a coordenação do chefe da Seção de Informações, mostraram que o trabalho a ser realizado ultrapassaria, no tempo e no espaço, o planejamento inicialmente estabelecido.

Assim, decidiu-se retroagir a Marx e Engels, passando por 1922, ano da criação do Partido Comunista Brasileiro - Seção Brasileira da Internacional Comunista - primeira organização comunista no Brasil, sob a orientação da Internacional Comunista, e prolongando-se até a primeira metade da década de 1980.

Definiu-se, também, que o projeto seria conduzido, em tempo integral, por uma equipe de três oficiais, apoiados, quando necessário, pelos demais.

Visando a resguardar o caráter confidencial da pesquisa e a elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto - *Orvil* -, livro escrito de trás para frente.

Em fins de 1987, o texto de aproximadamente mil páginas estava pronto. A obra recebeu a denominação de *Tentativas de Tomada do Poder*.

Apresentada ao ministro Leônidas Pires Gonçalves, este não autorizou a sua publicação - que seria a palavra oficial do Exército -, sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna.

Assim, a instituição permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o País.

Recentemente, vários grupos, inconformados de ouvir somente um lado dessa história, resolveram se organizar e lutar para o restabelecimento da verdade. Paralelamente, alguns livros, contestando a versão revanchista, foram editados, o que levou o quadro amplamente desfavorável a mudar, embora lentamente, começando a esquerda a ser desmascarada.

Em fins de 1995, recebi o texto final do trabalho, em xérox, pois ele não foi editado. Esse texto foi o farol que me iluminou na redação de inúmeras partes deste meu novo livro, me tirou dúvidas, me esclareceu fatos e me deu a certeza de datas e de outros dados relevantes.

A esses anônimos militares da Inteligência do nosso Exército, a minha homenagem e a certeza de que vocês, também, são autores deste livro.

Agradecimentos

Não poderia escrever este livro sem expressar os meus agradecimentos:

- Ao general Raymundo M. Negrão Torres, recentemente falecido, meu comandante da Artilharia Divisionária, quando comandei o 16º GAC, em São Leopoldo/RS, um incentivador de todos os momentos, um amigo, um escritor em cujas obras muito pesquisei.

- Ao general Aloísio Rodrigues dos Santos, meu capitão no 16º GAC, amigo ao longo de todos estes anos, que leu os originais, sugeriu mudanças e prestou-me valorosos esclarecimentos.

- Ao coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, companheiro de luta, combatente da Guerrilha do Araguaia, pelo muito que me orientou e auxiliou, inclusive digitando textos.

- Ao coronel Paulo Carvalho Espíndola, que, com seu conhecimento do assunto e domínio da Língua Portuguesa, me auxiliou revisando textos, sugerindo idéias e acompanhando desde as primeiras linhas o desenrolar deste trabalho.

- Desejo expressar um agradecimento especial a quem prestou grande ajuda na divulgação do livro: o Dr. David dos Santos Araújo, delegado da Polícia Civil de São Paulo, que, com sua coragem e determinação, sempre congregou os companheiros que com ele lutaram no combate ao terrorismo.

- Ao senhor Luiz Carlos Almeida Prado grande colaborador da difusão desta obra.

- Ao senhor Moacir Nunes Pinto pelo apoio dado quando do lançamento do livro na cidade de São Paulo.

- Também não poderia deixar de agradecer aos que escreveram artigos e livros e mantêm *sites* onde esclareci algumas de minhas dúvidas:

General Agnaldo Del Nero Augusto;
Escritor F. Dumont;
Historiador Carlos Ilitch Santos Azambuja;
Coronel José Augusto Silveira de Andrade Netto;
Coronel José Luiz Sávio Costa;
Coronel-Aviador Juarez de Deus Gomes da Silva;

Coronel Carlos Cláudio Miguez;
Coronel Erildo Simeão Camargo Lemos;
Coronel Jayme Henrique Antunes Lameira;
Capitão Félix Maier;
Advogado Severino Mariz Filho;
Advogado Marco Pollo Giordani;
Filósofo Olavo de Carvalho;
Jornalista Marcelo Godoy;
Jornalista Paulo Martins; e
Jornalista Sandro Guidalli.

- Não posso deixar de destacar a boa vontade e inigualável contribuição de P.D.F., que me facilitou o acesso a processos arquivados no Superior Tribunal Militar (STM).

- Agradeço, também, à professora Wânia de Aragão-Costa, Doutora em Língua Portuguesa, professora da Universidade de Brasília, que revisou parte do meu trabalho.

- Ao Doutor Plínio, por iniciar e manter nossos encontros anuais com antigos companheiros de luta.

- Aos amigos que me incentivaram e cobraram a elaboração deste livro e ao meu genro Eder Wagner Dantas de Medeiros e minha filha Patrícia, que me auxiliaram dando suporte técnico na parte de computação.

- Nós vencemos, apesar do boicote da mídia, de editoras e de livrarias. Ao que parece, o livro incomodou. O silêncio da imprensa foi revelador. Mas, assim mesmo, nós vencemos!

A primeira edição de seis mil exemplares esgotou-se em quatro meses e chegamos a 3º lugar entre os mais vendidos no Brasil, segundo o Jornal do Brasil.

Devemos isso a amigos, à internet e a jornalistas imparciais, democratas, comprometidos com a notícia e não com a ideologia, que nos ajudaram a difundir o livro.

Queremos agradecer aos amigos general Torres de Melo, coroneis Mayrseu Cople Bahia, Luiz Carlos Avelar Coutinho e ao tenente R2 Luiz Mergulhão; aos jornalistas Rogério Mendelski, Flávio Pereira, José Mitchell, Ari Cunha, Claúdio Humberto, Denise Rothenburg, Aristóteles Drummond, Themistocles Castro e Silva, Álvaro Costa, Clotilde Gama, Paulo Monteiro e Guilherme Póvoas.

Ao Xupacabra, nosso orientador, defensor das boas causas na internet, o nosso especial agradecimento.

Dedicatória

Dedico este livro ao meu Exército e aos meus chefes, principalmente àqueles que me designaram para, sob suas ordens, combater a guerrilha urbana e o terror comunista. Meus chefes sempre me apoiaram e me distinguiram, concedendo-me a Medalha do Pacificador com Palma, maior condecoração que um militar do Exército pode receber em tempo de paz.

Dedico-o, também, aos meus companheiros do Exército, da Marinha, da Força Aérea e das Polícias Civis e Militares que, em todo o Brasil, lutaram com denodo, bravura e abnegação no combate à subversão e ao terrorismo.

Faço-o, especialmente aos meus comandados no DOI/CODI/II Exército, abnegados que atenderam ao chamado da Pátria e arriscaram a vida com coragem, lutando com honra e dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranqüilidade do Brasil. Minha admiração a vocês que enfrentaram, em luta armada e traiçoeira, irmãos brasileiros fanatizados.

Dedico-o, com emoção, aos familiares e amigos que perderam seus entes queridos nessa guerra fratricida. Desse modo, homenageio as vítimas do terrorismo vermelho que, desde 1935, vinha tentando tomar o poder pelas armas. Estendo aos familiares desses mártires o meu profundo respeito.

Dedico este livro, como já o fiz em 1987 em *Rompendo o Silêncio*, aos jovens que não viveram aquela época e que somente conhecem a história distorcida pelos perdedores de ontem, muitos dos quais ocupam cargos em universidades, jornais, emissoras de rádio e televisão e posições relevantes em órgãos públicos.

Dedico-o a eles que são o futuro do novo Brasil. São puros de espírito e de intenções e vejo-os, muitas vezes, explorados em sua boa fé. No negro período revolucionário da guerrilha urbana e rural, muitos foram usados, manipulados e fanatizados. Puseram-lhes armas nas mãos, os instruíram, orientaram e doutrinaram, levando-os à violência inútil. Hoje, reescrevem a história e a transmitem distorcida às novas gerações.

Ofereço este livro aos jovens, para que possam buscar a verdade, com liberdade para procurá-la, liberdade legada a eles por nossa luta. Entretanto, hoje prevalecem as "meias-verdades" que, no seu reverso, são mentiras completas. Preocupo-me em vê-los influenciados por panfletos que tomam ares de história contemporânea e lhes são apresentados como a verdade definitiva. Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país.

Confio que os jovens, na sua sede de justiça, saberão encontrar a verdade e saberão ser livres, não permitindo que ideologias ultrapassadas, de novo amorteçam os seus sentimentos, oferecendo a violência no lugar da paz, a mentira no lugar da verdade e a discórdia no lugar da solidariedade. Assim, com o espírito limpo, construirão o País que pacificamos com sangue e lágrimas de muitos brasileiros.

A todos os que repudiam a violência, amam a paz e a verdade, levo o meu testemunho e apresento o resumo de minha vida nesses anos conturbados.

Somos livres e devemos fazer da liberdade a razão maior da constante vigilância, uma vez que os derrotados não desistiram de intentar contra o Brasil.

Sumário

À guisa de prefácio

Pede-me o meu amigo Carlos Alberto Brilhante Ustra que escreva uma apresentação - um prefácio - para seu novo livro. Costuma-se dizer que se um livro é bom não precisa de prefácio e se não presta não há prefácio que o salve. O novo livro do Ustra não precisa de prefácio, como dele não precisou o seu corajoso *Rompendo o Silêncio*.

Pelos frutos se conhece a árvore, pois árvore má não dá bons frutos. Prefiro, assim, falar do autor antes que do seu livro. Pelo autor os leitores poderão avaliar a importância do livro.

Conheci o autor quando me mandaram comandar a Artilharia Divisionária em Porto Alegre, que tinha como uma das unidades subordinadas o Grupo de Artilharia de São Leopoldo comandado pelo então tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Jeito retraído, quase tímido, fala mansa, freqüentemente assinalava as palavras com um sorriso que parecia encabulado. Sua tarefa era comandar uma unidade acomodada precariamente em um aquartelamento muito antigo, com os pavilhões - alguns ainda com velhíssima cobertura de zinco - subindo morro acima. Não obstante, o 16° GAC ostentava um excelente padrão de instrução e disciplina e mantinha uma estreita ligação com a comunidade civil, especialmente com as famílias dos jovens recrutas, no que muito se empenhava seu comandante. Pude ver com que pesar e amargura o coronel Ustra enfrentou a difícil e dolorosa tarefa de restituir aos pais o corpo inanimado de um soldado morto em lamentável e quase inexplicável acidente na instrução, quando sofreu um choque térmico ao cair em um açude sobre o qual fora estendida a corda de travessia da pista de obstáculos a ser percorrida.

Logo, pude perceber que o comandante era um líder de valor, que mantinha sua unidade "na mão", como se costumava dizer. E foi sem surpresa que fui me inteirando da vida pregressa do meu novo subordinado. Que, entre outras coisas, ele enfrentara a difícil tarefa de comandar o recém-criado DOI de São Paulo por um longo tempo, na época em que mais acesa corria a guerrilha urbana na capital paulista, quando se improvisara a Operação Bandeirante para dar resposta à altura da agressividade dos comunistas, fato que tanto impressionara o então comandante da 2ª RM - general Dale Coutinho - o que o levaria, alguns anos depois, a revelá-lo, para escândalo dos escribas revanchistas, em conversa com o já designado presidente Geisel que o convidava para ser o ministro do Exército. "Ah!, naquela época as coisas melhoraram quando começamos a matar" - disse o general em conversa que ficou gravada em fitas

surrupiadas pelo Heitor Aquino Ferreira que, muitos anos mais tarde, as entregaria ao jornalista Elio Gaspari.

Conheceria também a esposa do comandante, Joseíta, mulher de aparência frágil, mas ânimo forte que fora um dos arrimos de Ustra naqueles tempos difíceis e que se transformaria na "mãezona" das moças que as peripécias da guerrilha colocariam sob a guarda de seu marido na Rua Tutóia, nas tertúlias com Miriam, Joana, Lila, Cristina, Shiruca, entre as aulas de tricô e crochê e as brincadeiras com a sua pequena filha.

Os anos passam. Repete-se com o adido militar em Londres a farsa armada contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido no Uruguai. Com uma significativa diferença: em 1985, embora no governo dúbio de José Sarney, o ministro Leônidas - condestável da Nova República - viu-se compelido a prestigiar e defender o nosso adido que terminou normalmente sua missão, ao passo que o da Inglaterra ficou desamparado e terminou seu tempo de "aditança" em uma sala do "Forte Apache" em Brasília, como se ainda estivesse junto à corte de Saint James. Uma injustiça!

O coronel Ustra, poucos meses antes de passar à reserva, saiu em campo, viseira erguida e de lança em riste, na defesa de sua dignidade e de seu passado. Publicou, em março de 1987, com sacrifício de seus recursos pessoais, um livro desmascarando a farsa e sua principal vedete, a então deputada Bete Mendes, colocando a nu os lances da luta armada em São Paulo. Reptou sua acusadora a provar as mentiras de que se servira e que apresentara com o largo e costumeiro apoio de jornais, revistas e entrevistadores de televisão. A resposta foi o silêncio e uma pá de cal sobre o livro embaraçoso que nunca foi desmentido ou contestado publicamente. As únicas respostas foram as ameaças anônimas que passaram a fazer ao militar e à sua família.

A guerrilha rural ou urbana é modalidade de guerra não convencional que fez suas próprias regras, dentro da estratégia comunista da Guerra Revolucionária, com a qual conseguiram apossar-se de muitos países. Um dos alvos dessa guerra - eficientemente utilizada como um dos instrumentos soviéticos da Guerra Fria - foi o Brasil, como ficou cabalmente comprovado pela abertura dos arquivos moscovitas da KGB e pelos depoimentos e confissões de seus agentes na farta literatura por eles publicada. Para combatê-las, as Forças Armadas, especialmente o Exército, tiveram de adotar processos e organizações também não convencionais, descaracterizando seus homens, infiltrando-se nas facções subversivas, para poder chegar aos porões da

clandestinidade, de onde nos moviam sua luta armada sem quartel, proclamada e ensinada por Marighella e seus mentores cubanos. Muitos dos episódios dessa guerra suja, baseada, essencialmente, na informação e na contra-informação, tiveram de ser planejados e comandados de "porões" de sigilo e travados adotando práticas inusitadas. Em tais ambientes, onde necessariamente teria de haver uma grande descentralização e autonomia operacional, a precariedade dos controles e os excessos eram inevitáveis e muitas vezes a violência da resposta, pela própria natureza da luta, subiu à altura da violência empregada pelos guerrilheiros, desenvoltos nessa guerra em que eles mesmos faziam as regras.

Achar, hoje, que tal guerra poderia ter sido conduzida e vencida com "*punhos de renda e luvas de pelica*" é uma abstração de quem não viveu o dia-a-dia de tais momentos e não sentiu na pele as agruras de ter de ganhá-la em nome do futuro democrático da Nação. Um dos mais estrênuos combatentes dessa guerra foi Carlos Alberto Brilhante Ustra que, antes de renegar essa posição, desde a primeira hora assumiu a honra que teve em cumprir o dever que lhe era imposto pela missão que recebera quando o desafio comuno-castrista soava como uma bofetada desferida na face da Nação, em ameaça aberta ao compromisso das Forças Armadas com a liberdade e a democracia.

Por outro lado, uma das preocupações mais visíveis e explícitas da esquerda brasileira foi escrever, e muito, sobre as circunstâncias de seus sucessivos fracassos nas tentativas de assalto ao poder, realizadas a partir de 1935. Um longo processo de justificativas e autocrítica extravasou em livros, depoimentos, entrevistas, filmes e em toda a sorte de manifestações feitas pelos próprios personagens ou por escribas simpatizantes ou engajados. Ainda no exílio e aproveitando-se do apoio de governos comunistas e da esquerda internacional, os fracassados de 64 e os derrotados na luta armada do final dos anos 60 e início da década de 70 desfilaram suas versões e suas falácias que ganharam destaque e credibilidade por não ter havido da parte dos governos pós-64 o necessário empenho em apresentar, em sua verdadeira dimensão, os lances e os acontecimentos que marcaram a mais longa e mais séria tentativa de implantar no Brasil uma ditadura de inspiração marxista-leninista.

Na vastíssima bibliografia citada no alentado livro *Dos filhos deste solo* constam cento e quinze publicações de comunistas ou elementos da esquerda vindas a lume a partir de 1964. Ainda hoje, jornalistas ressentidos, como Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Carlos Chagas, Elio Gaspari, Vilas Boas Correia e

outros, continuam tentando reescrever ao seu talante a história daqueles anos e o fazem confiando na curta memória dos leitores.

Durante muito tempo, ficaram sem resposta o que os fez acreditar num falacioso pacto de silêncio para encobrir supostos crimes. Na realidade, tratava-se do equívoco de acreditarmos nós que a Lei da Anistia fora para valer. Uma das primeiras e corajosas vozes a se erguer para restabelecer a verdade foi a do coronel Ustra com seu primeiro livro, em que resolveu romper o silêncio e colocar os pingos nos is. Agora, completa a obra então iniciada e deixa extenso depoimento pessoal com sua *A Verdade Sufocada*.

Raymundo Negrão Torres

Introdução

Ano após ano, os revanchistas lançam uma "denúncia" ou criam um fato novo, de preferência próximo de datas importantes para as Forças Armadas como o Dia do Soldado, o Dia do Aviador, o Dia do Marinheiro, a Semana da Pátria e os aniversários da Contra-Revolução de 1964 e da Intentona Comunista de 1935. Foram as falsas fotografias do Herzog; os arquivos "enterrados" na sede do antigo DOI de Brasília; a escavação da Fazenda 31 de Março, em São Paulo; a queima dos arquivos na Base Aérea de Salvador; a vala "clandestina" do Cemitério de Perus; os agentes "arrependidos" que denunciam, com inverdades e talvez por vantagens, os órgãos de segurança onde trabalharam; e muitos outros. Tudo publicado com estardalhaço e quase nunca desmentido.

No segundo semestre de 2004, a opinião pública brasileira foi bombardeada, novamente, por intensa orquestração, desencadeada pela imprensa e pelos "arautos da democracia e dos direitos humanos", para a "abertura dos arquivos da ditadura". Nesse esforço, sobressaiu-se o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Pouca gente, no entanto, se apercebe, de que nada havia de inédito nessa pretensão. Tais arquivos já foram abertos, há mais de vinte anos, ainda durante o período militar, quando a equipe do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, coordenada por Luís Eduardo Greenhalg, em pesquisas para produzir o livro *Brasil Nunca Mais*, esquadrinhou os documentos sob a guarda do Superior Tribunal Militar (STM).

Não sei quem autorizava o arcebispo e sua equipe a copiar esses documentos. Deve ter sido um ministro do Tribunal que "escancarou" os guardados dessa alta corte. Vejo nesse gesto a clara demonstração de boa vontade desse ministro do STM em abrir os arquivos, crente, por certo, de que os documentos seriam usados com responsabilidade, honestidade e isenção. É bom frisar que no STM se encontra o maior e mais confiável acervo sobre o combate ao terrorismo. Sendo a última instância da Justiça Militar, eram encaminhados para esse Tribunal os processos e inquéritos dos implicados nos crimes de subversão e terrorismo.

A equipe que escreveu o livro *Brasil Nunca Mais*, de posse dessa valiosa documentação, fez a triagem a seu modo, privilegiando o que queria, publicando o que interessava, distorcendo os fatos e ignorando o que não lhe convinha. Não consideraram os atentados terroristas, os "justiçamentos", os seqüestros e os assassinatos praticados pela esquerda. Tais crimes foram propositadamente omitidos, para que a Nação não tomasse conhecimento das atrocidades dos que pegaram em armas para implantar no Brasil

a ditadura comunista. Hoje, derrotados, se apresentam como "heróis", muitos deles encastelados em altos cargos no governo. Basta folhear a obra de D. Evaristo Arns para constatar que, segundo ele, o desvario da esquerda simplesmente não teria existido.

Em entrevista intitulada "Abram já os arquivos", concedida ao jornalista Roldão Arruda, de *O Estado de S. Paulo*, em 28/10/2004, o arcebispo declarou:

> "Na preparação do livro *Brasil Nunca Mais*, obtivemos autorização para copiar 707 processos da Justiça Militar. No total copiamos 1 milhão de páginas - um documento valioso na reconstituição das violações dos direitos humanos. Eram denúncias feitas diante de autoridades militares, em juízo, com nomes de torturadores, de locais de tortura, de presos desaparecidos. Penso nisso e pergunto: quantos outros arquivos existem por aí?"

Posteriormente, na matéria intitulada "A verdade é que nos liberta", do jornalista Adauri Antunes Barbosa, publicada em *O Globo*, de 28/11/2004, diz o prelado:

> "O principal já foi publicado, mas a gente quer ver por escrito, saber que é verdade. Não é a informação que nos liberta. A verdade é que nos liberta. Vale a pena abrir."

O "principal", a que se refere D. Paulo, foram as acusações de tortura feitas perante os juízes, durante os julgamentos, quando os criminosos usavam esse argumento para se inocentar dos crimes praticados ou para justificar as delações de companheiros. Ele somente se refere a isso no seu livro. Os "justiçamentos", os seqüestros, os assassinatos, as "expropriações", os atentados a bomba, com vítimas inocentes, não são relevantes para o arcebispo, pois, segundo ele, foram confessados sob tortura.

D. Paulo e sua equipe tiveram acesso à vasta documentação, copiaram o que desejavam, inclusive documentos sigilosos, o que é vedado por legislação pertinente. Ardilosamente, usaram o que lhes interessava, utilizando somente o que chamam de "principal". O "restante" para o arcebispo, ou seja, os arquivos existentes na ABIN, no DPF, nas Forças Armadas e nos antigos DOPS, são documentos secundários. Certamente, por conterem explicitamente os crimes e as intenções dos protegidos do eminente prelado.

Em 2004, foi criada uma comissão encarregada de "abrir os arquivos da ditadura".

Baixou no ministro da Justiça o espírito da Santa Inquisição. Sugeriu que se requisitassem as cópias dos documentos em poder dos civis e militares que lutaram contra o terrorismo. Para o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, tal posse é crime. Não é crime, para ele, a posse dos arquivos que estão com D. Paulo Evaristo Arns?

Outros arquivos importantes, que também deveriam ser requisitados, estão com organizações não-governamentais, especializadas em denegrir os governos militares.

Os revanchistas julgavam que ficaríamos calados e aceitaríamos, passivamente, a triagem que eles pretendiam fazer, como o fizeram D. Evaristo e sua equipe, buscando, apenas, documentos que contribuíssem para comprometer os órgãos de segurança da época.

Não esperavam pela reação de organizações, grupos e, até, de parcela da imprensa, exigindo a abertura dos arquivos por uma comissão isenta e responsável, não aceitando a proposta governamental que indicou, inicialmente, José Dirceu como o árbitro que definiria o que deve ser ou não do conhecimento público. Ao pressentirem que, finalmente, através do próprio governo, a Nação tomaria conhecimento contra o que e contra quem lutamos, durante algum tempo, o assunto foi temporariamente esquecido.

Já que estavam tão interessados nos documentos guardados por civis e militares, em 2004, e antes que viessem procurá-los em minha casa, resolvi abrir os meus, alguns arquivados na memória, outros na memória de companheiros de luta, outros pesquisados em jornais, livros, revistas e na Internet, onde, também, pouca coisa existe sobre as atrocidades cometidas pelos terroristas. Eu e minha mulher iniciamos as pesquisas para escrever o meu primeiro livro, *Rompendo o Silêncio*, e continuamos a fazê-las no curso dos últimos vinte anos.

Possivelmente, nada de novo foi escrito por mim. Os dados pesquisados foram reunidos e ordenados para facilitar a leitura e o entendimento da mensagem que agora transmito.

Abrindo meus arquivos, explico os motivos que levaram civis e militares a desencadear a Contra-Revolução, em 31 de março de 1964, neutralizando a Segunda Tentativa de Tomada do Poder pelos comunistas. Aproveitei a minha experiência como comandante do DOI/CODI/II Ex (1970 a 1973), para contar a nossa luta contra as organizações terroristas que tentaram, nas décadas de 60 e 70, na Terceira Tentativa de Tomada do Poder, implantar uma ditadura, a exemplo de Cuba e outros satélites do Movimento Comunista Internacional.

Teço, também, algumas considerações sobre a anistia e o revanchismo até os dias atuais.

Para isso, foi preciso voltar no tempo e escrever, ainda que muito superficialmente, sobre:

- o Partido Comunista Brasileiro - PCB;
- os presidentes da República, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek de Oliveira;
- a Primeira Tentativa de Tomada do Poder pelos comunistas, em 1935 (Intentona Comunista);
- a vitória da revolução cubana e o fascínio exercido por Che Guevara e Fidel Castro, transmitido aos jovens brasileiros por experientes comunistas;
- as Ligas Camponesas e o Grupo dos Onze; e
- o governo relâmpago de Jânio Quadros.

Voltei no tempo e escrevi sobre o governo João Goulart.

Foi necessário pesquisar, estudar e analisar o período que vai de 1960 até os dias de hoje, para mostrar a verdade sob a ótica de quem, nesse período, viu, viveu e lutou contra a Segunda e a Terceira Tentativas de tomada do poder pelos partidos e organizações marxista-leninistas que optaram pela luta armada.

Retornei ao passado para contribuir, modestamente, com aqueles que, diuturnamente, trabalham para impedir que uma nova história seja reescrita pelos derrotados e que uma nova tentativa revolucionária tenha exito.

Creio ser imperioso desmistificar versões veiculadas, maciçamente, por alguns órgãos da imprensa escrita, falada e televisada, por partidos políticos, por professores e outros formadores de opinião, que têm recursos, platéias e oportunidades para difundir, com uma visão ideológica e ressentida, o que ocorreu no Brasil em passado recente.

Com mentiras e meias-verdades eles vêm, há anos, deturpando os fatos e falseando a história, pois somente eles têm voz e vez.

Não poderia deixar de voltar a agosto de 1985, quando a deputada federal Bete Mendes extasiava-se com a repercussão de suas entrevistas e declarações à imprensa escrita, falada e televisada, após regressar do Uruguai onde integrara, oficialmente, a comitiva do presidente José Sarney.

Com atuação medíocre no Congresso Nacional, expulsa do Partido dos Trabalhadores e sem partido, Bete Mendes meteoricamente tornou-se uma celebridade nacional.

Em *A Verdade Sufocada* faço um resumo do desmentido feito por mim em *Rompendo o Silêncio*, livro editado em março de 1987.

Coincidentemente, com a repercussão desse livro, "Rosa" calou-se. A sua mudez desde então, embora excepcionalmente reveladora, nunca foi convenientemente explicada.

Em 2006, o assunto "abertura dos arquivos" retornou à baila, pois que interessava ao governo do PT desviar as atenções do mar de lama dos "mensalões", da corrupção desenfreada, dos caixas-dois, das compras de consciências, das mentiras cínicas dos dirigentes de um partido que se diz campeão da ética e da moralidade, afrontando a inteligência de todos nós ao afirmarem nada saber acerca de toda essa sujeira. Para eles, urgia mudar o rumo dos noticiários e fazer a mídia, que tanto os fustigou em 2005, buscar de novo no passado o veio do seu sensacionalismo.

Afastado José Dirceu do cenário, assumiu o papel de "preferida do rei" a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff - a "Estela", "Luiza", "Patrícia", ou "Wanda"-, dos tempos de militante das organizações clandestinas subversivo-terroristas POLOP (Política Operária), COLINA (Comando de Libertação Nacional) e VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares).

A atual ministra passou a ser dona dos rumos dos "arquivos da ditadura" e prometeu abri-los, a partir de 2006, para mostrar ao mundo os "horrores do regime dos generais", comprometendo-se a resguardar os anistiados "combatentes da liberdade", omitindo as suas ações criminosas, sob o argumento de preservá-los, já que hoje foram promovidos a heróis nacionais. É essa a isenção de quem está no poder e que se inclui no rol dos protegidos.

Mais uma vez, a anistia é para um só lado.

Por fim, procuro mostrar como agiam "os jovens estudantes", alguns hoje recebendo vultosas indenizações e altos salários pela "perseguição" que a ditadura lhes impôs. Pretendo deixar bem claro, como a revolução comunista vinha sendo preparada e como as cabeças dos nossos jovens vinham sendo amoldadas, desde antes de 1935, ano da Intentona Comunista.

É isto que eu sei e é disto que resulta a abertura dos meus arquivos.

Lupes Ustra: minha primeira motivação ideológica

Nasci na cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, numa época em que os meios de comunicação eram precários. As estradas até Santa Maria eram de terra, os telefones mal funcionavam.

Minha mãe, Cacilda Brilhante Ustra, dona-de-casa, dedicava-se à criação e educação dos quatro filhos. Era uma mulher maravilhosa, amiga e carinhosa que se esforçou muito para que meu pai pudesse trabalhar e estudar com tranqüilidade. Meu pai, Célio Martins Ustra, funcionário dos Correios e Telégrafos, estudava e trabalhava para manter a família. Quando fiz três anos, ele concluiu o que, hoje, chamamos de segundo grau. No ano seguinte, no dia em que meu irmão Renato nasceu, ele pegou o "noturno" e, viajando num vagão de passageiros de 2ª classe, foi a Porto Alegre prestar vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aprovado, cinco anos mais tarde era bacharel em Direito.

Foi nessa luta árdua, mas cheia de vitórias, que meus pais conseguiram formar os quatro filhos.

Minha irmã, Gláucia Ustra Soares, formou-se em Farmácia pela Universidade Federal de Santa Maria, onde, após o curso, fez parte do corpo docente até se aposentar. Nunca parou de estudar. Até hoje, continua fazendo cursos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, procurando sempre se atualizar e se aperfeiçoar na técnica da manipulação de medicamentos e na fabricação de cosméticos, produzidos nas suas conceituadas Farmácias Nova Derme, sediadas em Santa Maria.

Meu irmão Renato Brilhante Ustra formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras. Como oficial do Exército, fez os cursos de Pára-quedismo, Educação Física, Aperfeiçoamento de Oficiais, Estado-Maior, Superior de Guerra e comandou a Escola de Educação Física do Exército.

O irmão caçula, José Augusto Brilhante Ustra, seguiu o exemplo de nosso pai e formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Como professor de Direito daquela universidade, foi designado para a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Ao dirigir-se para essa cidade, um acidente na BR-116 tirou-lhe a vida. Sua morte prematura interrompeu uma brilhante carreira. Era reconhecido por seus alunos e colegas como um professor extremamente competente. Escreveu livros sobre Direito Tributário.

Meu pai estava sempre às voltas com seus estudos, com o Correio e com suas causas, mas, nas horas vagas, falava-nos de sua vida e, pelo exemplo, ia sedimentando o nosso caráter.

Encantavam-me as histórias contadas por ele, entre elas a sua participação e de um seu irmão, Lupes, na "Grande Marcha" ou "Coluna Prestes", como ficou conhecida.

Um grupo de militares, entre eles Miguel Costa, Pinheiro Machado, Siqueira Campos, Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias e Luís Carlos Prestes, cheio de sonhos de reformar o Brasil, marchou de norte a sul do País, com suas fileiras engrossando em cada local que passava. Jovens, sempre idealistas, aderiam à marcha e seguiam certos de que seriam "heróis e salvadores da Pátria".

Contava meu pai que, ainda solteiro, servia no 5º Regimento de Cavalaria, em Uruguaiana, como soldado. Junto com ele prestava serviço o seu irmão Lupes Ustra. Ambos, jovens idealistas, aderiram à Grande Marcha que, segundo seus líderes, salvaria o País e traria melhores condições sociais para o povo. Os dois eram inseparáveis. Nos combates estavam sempre lado a lado. Certo dia, meu pai, doente com pneumonia, ficou na retaguarda e meu tio Lupes prosseguiu na vanguarda. Acabou morto em combate com a Brigada Militar - a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, por tradição, chama-se Brigada Militar - , no dia 24 de março de 1925, por uma rajada de metralhadora, longe de casa, na região de Maria Preta, numa densa floresta ao sul do Paraná. Meu pai, sempre se lamentava de não estar naquele dia ao lado do irmão.

Aspásia Camargo e Walder de Góes, no livro *Meio século de combate, diálogo com Cordeiro de Farias*, relatam como Cordeiro de Farias descreve esse combate:

> "Eu havia mandado quase todo o meu Destacamento para Barracão, retendo comigo uns 80 homens para sustentar aquela posição em Maria Preta com uma tropa mais ágil. Derrubamos árvores e fizemos trincheiras. Vi quando a tropa do Claudino Nunes Pereira atravessava o Rio Maria Preta e marchou em nossa direção. Fomos atacados e resistimos o quanto pudemos. Em Maria Preta, o companheiro, que atirava com o único fuzil-metralhador que possuíamos, caiu morto por cima de mim. Todo ensangüentado. Peguei sua arma e passei a atirar."

Meu pai procurou, junto aos militares da Brigada Militar, que haviam participado desse combate, localizar a região onde ele morreu. Segundo esses militares, após o combate, Lupes Ustra foi encontrado morto, tendo ao seu lado um outro soldado, cujo nome nunca conseguimos apurar. Eles morreram enquanto protegiam a retirada de seus companheiros.

Em homenagem aos dois soldados que, segundo o pessoal da Brigada Militar, morreram como heróis, os sepultaram lado a lado, junto aos dois coqui-

ros que haviam derrubado e que serviram como trincheira. Marcaram cada sepultura com uma cruz.

Tempos depois, Prestes asilou-se na Argentina e aderiu ao comunismo. A revolta de meu pai foi grande. O tio Lupes morrera em vão.

Das conversas mantidas com o pessoal da Brigada, meu pai fez um croquis que permitiu, 20 anos depois daquele combate, encontrar o local onde os corpos foram enterrados. Ele foi até lá com um outro ex-soldado, que também participara da coluna. Retiraram os restos mortais do tio Lupes e do seu companheiro e os levaram para Santa Maria. Estão no túmulo da nossa família, no Cemitério Municipal.

Essas histórias povoaram meus sonhos de menino, com a cabeça repleta de aventuras. Começou aí, creio eu, a minha motivação de ser militar.

Em 1949, com dezesseis anos, ingressei na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, a querida EPPA. Em 25 de agosto desse mesmo ano, numa emocionante formatura no Parque da Redenção, com os olhos cheios de lágrimas, fiz o Juramento à Bandeira Nacional com outros cem colegas do primeiro ano.

Nesse dia, recebi de minha mãe uma significativa carta, que me emociona até hoje e que a seguir transcrevo.

> O Dia do Soldado
>
> (Dedicado ao meu filho Carlos Alberto)
>
> Em todo o Brasil se comemora em 25 de agosto o Dia do Soldado.
>
> Nesse dia, desde muito cedo despertei com o toque de alvorada. Sentia alguma coisa diferente, uma sensação estranha, e o meu coração vibrava com mais força. Passei sonhando, imaginando e com o pensamento distante.
>
> Imaginava a hora do hasteamento da bandeira, a concentração, o juramento à bandeira e o desfile dos soldados pelas ruas. Assim, passei toda a manhã de 25 de agosto.
>
> Alguém há de dizer: por que será que esta mulher hoje sonha e está com o pensamento voltado para longe? Eis a resposta: é que nesse dia, longe daqui, tenho um filho que está jurando à bandeira e, desde esta data, ele será um dos soldados do nosso querido Brasil.

Não sei se todos os corações de mãe sentem a mesma sensação nesse dia, mas acredito que todas sentem o mesmo orgulho no dia em que vêem os seus filhos marchando com garbosidade, como soldados.

Foi por isso que passei toda a manhã com o meu pensamento voltado para a Escola Preparatória de Porto Alegre, ali onde estava o meu filho, com o seu uniforme de gala, ao lado de seus colegas, jurando à bandeira. Nessa escola, onde estão se preparando para serem os futuros oficiais do nosso Exército Brasileiro.

Na véspera, li nos jornais o programa da festa, o lugar da concentração, o juramento e o desfile pelas ruas. Então, no pensamento, eu via direitinho e, meu coração palpitava, em ânsias, por não poder estar presente, vendo de perto. Como muitas mães, sentia não poder homenageá-los com uma salva de palmas, mas, no íntimo sentia muito mais.

Agora, preparam-se para a Semana da Pátria, e peço a Deus que me dê essa grande bênção de estar presente nesse dia, dando a minha salva de palmas ao ver desfilando os alunos da Escola de Cadetes, onde estão o meu filho e mais de 300 moços, bem jovens, moços que esperamos sejam os nossos futuros generais e o orgulho do querido Exército Brasileiro.

Oxalá, Deus me abençoe e, não só eu, como muitas mães também possam nesse dia prestar essa homenagem a seus filhos.

Tua mãe, Cacilda.

Santa Maria, 25 de agosto de 1949.

Em Porto Alegre, comecei a me inteirar melhor das coisas. Vivia numa capital, longe da "corte", mas era uma capital. As estradas e as comunicações no Brasil ainda eram muito precárias. As notícias chegavam pelo rádio ou, atrasadas, pelos jornais, mas chegavam. Pela primeira vez, comecei a ler e ouvir alguma coisa sobre política e aí compreendi a revolta de meu pai. Soube, com detalhes, que Luís Carlos Prestes - por um período, ídolo de meu pai e de meu tio Lupes - chefiara em 1935 a Intentona Comunista, quando vários quartéis foram atacados. Mais de 30 militares, além de centenas de civis, foram mortos de forma traiçoeira, muitos enquanto dormiam.

Passei o restante da minha adolescência em Porto Alegre e de lá me transferi para Resende/RJ, como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Três anos depois, em 1954, seria declarado aspirante e a saudade do Rio Grande me levou de volta a Santa Maria, para servir no Regimento

Mallet. As estradas de Porto Alegre a Santa Maria continuavam de terra e as comunicações péssimas.

Hoje, depois de tantos anos, pensando em meu pai, e depois de minha vivência no combate à subversão e ao terrorismo, imagino como tantos jovens jogaram suas vidas fora, desde aquela época, fanatizados, sem saber, por uma ideologia estrangeira. Lutando contra irmãos, pensando que seriam heróis e que salvariam a Pátria, como meu tio Lupes imaginava. Hoje, heróis são os que os usaram e os levaram à morte. Esses "heróis" continuam vivos e, muito vivos, distorcem a história, tirando proveito dos fatos para fazer fortuna, conquistar o poder e dominar o Estado.

Vejo em meu tio Lupes Ustra e na Grande Marcha as mais remotas motivações que fundamentam as minhas convicções ideológicas.

“Não são os povos que preparam as revoluções; preparam-se os povos para fazê-las”

(Lenin)

E tentaram preparar o povo brasileiro, desde muito antes de 1935, intensificando-se a preparação a partir da década de 1950.

Partido Comunista Brasileiro

O primeiro Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB, foi fundado em 25 de março de 1922. Surgiu como resultado dos movimentos sindical e operário, motivados pelo triunfo da revolução comunista na Rússia, em 1917. Começou ativo e, mesmo na clandestinidade, traduziu e divulgou o *Manifesto do Partido Comunista* da União Soviética.

Até a década de 1930 realizou três congressos (1922, 1925, 1928) e lançou o jornal *A Classe Operária*. Logo depois, ingressou no Komintern - Terceira Internacional ou Internacional Comunista -, criando a sua Juventude Comunista. O partido incorporou, nessa época, cerca de mil militantes e experimentou um período pleno de crescimento, infiltrando-se em quartéis, fábricas e outras instituições.

Contando com Luís Carlos Prestes em suas fileiras, articulou em 1935 uma frente nacional, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), logo depois posta na ilegalidade.

Com o fracasso da Intentona Comunista (1935), primeira tentativa de tomada do poder pelas armas, alguns de seus líderes foram presos, outros passaram à clandestinidade e o partido foi colocado na ilegalidade, situação que perdurou até 1945. Atendendo ao chamamento do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), nem as prisões, nem a clandestinidade, muito menos a ilegalidade o impediu de participar de atividades internacionais, como o apoio aos comunistas na Guerra Civil Espanhola e o envio de combatentes para brigadas internacionais, mantendo, internamente, a infiltração nas escolas, nos quartéis, nas fábricas e em organizações de trabalhadores rurais.

Em maio de 1943, a Internacional Comunista foi extinta, levando o PCB a se rearticular e a apoiar o presidente Vargas contra o nazismo. Desencadeou uma campanha pela anistia em favor dos que haviam participado da Intentona e iniciou um movimento pela paz mundial, desenvolvendo intensas atividades de massa e de organização. Essa é a tática de sempre: aproveitar a crise - no caso a Segunda Guerra Mundial - para, sob o pretexto de defender a paz , angariar a confiança e o apoio da população.

Ao aproximar-se o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o presidente Vargas decretou a anistia e legalizou todos os partidos políticos. Graças ao seu trabalho clandestino, o PCB era o mais organizado, tendo, inclusive, uma grande estrutura jornalística, com influência no seio da intelectualidade e dos líderes estudantis.

Em novembro desse ano, Prestes, secretário-geral do PCB, foi a Recife para as comemorações do 10º Aniversário da Intentona Comunista. Durante o evento,

declarou que em 1935 pretendera, apenas, realizar uma revolução democrático-burguesa. Falseava a verdade, já que a Intentona fora planejada, orientada e parcialmente executada por agentes a soldo de Moscou, para implantar um regime totalitário em nosso País, como o vigente na URSS.

De 1945 a 1947, proliferaram, ostensivamente, na periferia de Recife e nas cidades próximas, associações de trabalhadores rurais que eram doutrinados por membros do PCB.

Em dezembro de 1945, o partido elegeu 14 membros para a Assembléia Nacional Constituinte e Prestes foi eleito senador.

Já no governo Eurico Gaspar Dutra (janeiro de 1946 a janeiro de 1951), o Brasil rompeu relações com a URSS. O PCB foi declarado novamente ilegal. Muitos militantes, inclusive Prestes, voltaram a agir na clandestinidade. Nesse ponto, ficou célebre a declaração de Prestes de que, em caso de guerra entre o Brasil e a União Soviética, ele lutaria ao lado dos soviéticos. O internacionalismo era o seu grande farol.

Em outubro de 1949, o Partido Comunista Chinês proclamou a República Popular da China. A revolução chinesa foi vitoriosa, empregando militarmente a tática de cercar as cidades, a partir da luta no campo para, depois, conquistá-las. Essa estratégia influenciou alguns líderes do PCB que pensaram reproduzi-la no Brasil. O sonho da luta armada continuava. O MST atual tem essa mesma estratégia.

Em 1950, o PCB lançou o "Manifesto de Agosto", repetindo o discurso feito por Prestes cinco anos antes, em Recife. Defendia a revolução como a única solução para os problemas brasileiros e conclamava operários, camponeses, mulheres, estudantes, soldados, marinheiros e oficiais das Forças Armadas a formar uma Frente Democrática de Libertação Nacional, reedição da ANL. Estimulou o povo a pegar em armas e propôs a criação do Exército Popular de Libertação Nacional.

Influenciados pela revolução chinesa, alguns militantes do PCB passaram a atuar em Porecatu, norte do Paraná (1950-1951); no Triângulo Mineiro; e na região de Trombas e Formoso, em Goiás (1953-1954).

Esses militantes buscavam transformar a luta de posseiros em núcleos de uma revolução camponesa.

Em fevereiro de 1956, realizou-se o XX Congresso do PC da União Soviética (PCUS). O secretário-geral, Nikita Kruschev, apresentou um relatório secreto abordando dois temas básicos: o combate ao culto da personalidade e a política de coexistência pacífica, admitindo a concomitância do capitalismo com o comunismo.

Em consonância com o PCUS, o PCB aprovou e divulgou a "Declaração Política", que propunha uma nova tática para a ação comunista no Brasil, como estratégia de longo prazo para a tomada do poder.

Em razão das divergências no Comitê Central do PCB quanto à aceitação dos termos aprovados na "Declaração Política", um grupo de integrantes da Comissão Executiva, minoritário e mais radical - Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois -, foi afastado.

Com isso, no início dos anos 60, o partido começou a se dividir e deu origem a muitas outras organizações de esquerda, que atuariam antes e depois de 1964.

Em 1961, o Partido Comunista do Brasil passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Substituía o "do Brasil" por "Brasileiro", para mascarar a sua vinculação como seção brasileira de um partido comunista estrangeiro, o Partido Comunista da União Soviética.

Nesse cenário delineavam-se, claramente, dois grupos. A causa da cisão foi a questão da luta armada. João Amazonas*, Maurício Grabois*, Pedro Pomar* e outros estalinistas defendiam as resoluções do IV Congresso e se posicionavam a favor da China, nas divergências com a URSS. Diógenes Arruda Câmara era partidário da revolução agrária e dizia ser necessário desencadear a guerrilha rural, como o processo chinês e, depois, partir para a guerrilha urbana e tomar as cidades.

Posteriormente, a estratégia do PCB, de não participar da luta armada, levou inúmeros militantes a se afastarem do partido, dentre os quais destaco Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho.

Em fevereiro de 1962, as rupturas no PCB proporcionaram a criação de um novo partido comunista, vinculado à linha chinesa, que se autodenomina, desde então, Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

> "Articulado por Amazonas, Grabois e Pomar, um protesto, subscrito por uma centena de militantes, encampou a argumentação e declarou assumir a defesa do verdadeiro Partido Comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PCdoB. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas, em nosso País. O PCdoB se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922

e reorganizado em 1962" (GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas.* 5ª edição revista e ampliada. Editora Ática, página 38).

*João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar participaram ativamente da Guerrilha do Araguaia.

Fontes:

- SOUZA, Aluisio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia - Revanchismo.*
- http://www.grandecomunismo.hpg.com.br/pcb.htm

De Getúlio a Juscelino
1930-1961

Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho de São Borja, bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926.

Em 1929, candidatou-se à Presidência da República na chapa da Aliança Liberal, de oposição. Derrotado pelo paulista Júlio Prestes e apoiado pela Aliança Liberal, não aceitou o resultado das urnas e chefiou o movimento revolucionário de 1930.

Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista, em São Paulo.

O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, unidos, incorporaram um grande número de voluntários, pegando em armas contra o governo provisório.

O movimento durou três meses e marcou o início do processo da volta à constitucionalização.

Governou o País entre 1930 e 1934, por meio de um governo provisório.

Getúlio Vargas foi eleito presidente da República em julho de 1934.

Foi um período de crises, revoltas e revoluções, que tinham como motivação problemas estruturais e sociais, essencialmente brasileiros.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922, orientou as ações para liderar o processo revolucionário brasileiro. Como verão ao longo deste livro, os comunistas sempre se aproveitaram das crises para ocupar espaço, aliciar militantes, doutrinar as massas e divulgar a ideologia, tudo sob a justificativa da redemocratização, visando à conquista do poder.

Durante o período em que Getúlio Vargas governou constitucionalmente o País, surgiu, em fevereiro de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade infiltrada e dominada pelo Partido Comunista Brasileiro, para congregar operários, estudantes, militares e intelectuais.

Os comunistas deram prioridade à revolução operária e camponesa, ao mesmo tempo que exortavam a luta de classes e conclamavam os camponeses à tomada violenta das terras.

Pregavam a tomada do poder pela luta armada e a instauração de um governo operário e camponês.

Em agosto de 1934, a linha política passou a ser a da insurreição armada, para derrubar o governo e tomar o poder.

No dia 10 de março de 1935, a ANL promoveu sua primeira reunião pública, na cidade do Rio de Janeiro, quando mais de mil pessoas ouviram o seu

programa e aplaudiram a indicação de Luís Carlos Prestes, que se encontrava na União Soviética, como presidente de honra.

O fechamento da ANL, em julho de 1935, e a prisão de alguns de seus membros precipitaram a eclosão da revolta comunista (Intentona Comunista) em novembro desse ano.

Fazendo frente à revolta integralista, em novembro de 1937, Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso e outorgou uma nova Constituição, que lhe conferiu o controle dos poderes Legislativo e Judiciário e extinguiu os partidos políticos. Tal sistema de governo, denominado Estado Novo, vigorou de 1937 a 1945.

Reagindo às agressões dos submarinos alemães contra a navegação marítima costeira do Brasil, Vargas declarou guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto de 1942.

Com efetivo de 25.334 homens, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) participou, heroicamente, das operações de guerra na campanha da Itália, de julho de 1944 a maio de 1945. A FEB teve 451 mortos e 1.577 feridos, fazendo 20.573 prisioneiros.

Com os novos ventos da democracia, logo após o término da guerra, Getúlio Vargas foi deposto, em 29 de outubro de 1945, por um movimento político e militar.

Com a deposição de Vargas, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a Presidência da República, preparando as eleições e concedendo registro ao PCB.

Em dezembro de 1945 foram realizadas eleições para presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte.

José Linhares permaneceu no cargo até a posse do presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de 1946.

Dutra, em 1947, rompeu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e cassou o Partido Comunista Brasileiro que, novamente, voltou à clandestinidade.

Eurico Gaspar Dutra governou de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951, entregando o governo para Getúlio Vargas, que voltou nos braços do povo, eleito democraticamente. Envolvido por crises, após campanhas violentas contra seu governo, suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954.

Nos dezesseis meses seguintes, três presidentes, Café Filho, Carlos Luz e Nereu de Oliveira Ramos, cumpriram mandatos relâmpagos, até que, em 31 de

janeiro de 1956, assumiu Juscelino Kubitschek de Oliveira, governando até o final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1961. Seu vice era João Goulart.

O mineiro Juscelino Kubitschek governou o País sob o slogan "Cinqüenta anos em cinco", desenvolvendo um plano de metas que estimulou o crescimento da indústria de base e promoveu a ampliação do sistema de transportes. Investiu também na educação e a economia diversificou-se e cresceu. Em 1957, começou a construção da nova capital, Brasília, planejada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Em 1960 transferiu o governo para o Planalto Central.

Durante o governo JK, o Brasil vivenciou confiança e otimismo. Juscelino conciliou os diferentes setores da sociedade. Os levantes militares, inexpressivos, foram contornados com habilidade pelo presidente. Em fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica rebelaram-se em Jacareacanga, no Pará. Fato semelhante ocorreu em 3 de dezembro de 1959, em Goiás. Nos dois casos, as rebeliões foram rapidamente debeladas e os rebeldes anistiados.

No plano internacional, estreitou as relações com os EUA e criou a Operação Pan-americana. Acordos com o FMI e a dívida externa resultaram em arrocho salarial. O mandato de Juscelino chegou ao fim com manifestações de descontentamento popular, estimuladas, como sempre, pelos comunistas no seu trabalho de massas.

Getúlio Vargas, então presidente da República, e Juscelino, governador de Minas Gerais

Luís Carlos Prestes e Olga Benário

Nos seus primeiros anos, o PCB foi envolvido por inúmeras crises e não definiu a sua linha política. Mesmo assim, a atividade clandestina deu-lhe relativo sucesso na infiltração e recrutamento nas Forças Armadas.

Entre 1924 e 1927, Prestes percorreu o Brasil na chamada "Coluna Prestes" ou "A Grande Marcha". Essa marcha comandada, na realidade, por Miguel Costa, pregava a luta armada contra a política viciada da época, objetivando a deposição do presidente Artur Bernardes. A repercussão do movimento fez de Prestes um dos mais respeitados líderes entre os tenentes. Nessa época, ele era um revolucionário em busca de uma ideologia.

O idealismo do Movimento Tenentista (1922-1928), ao longo do tempo, foi manipulado. Com isso, o PCB conseguiu a simpatia de militares como Maurício Grabois, Jéfferson Cardin, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Agliberto Vieira de Azevedo, Dinarco Reis, Agildo Barata e Luís Carlos Prestes. Muitos desses voltariam a ter atuação destacada nos períodos anterior e posterior à Contra-Revolução de 1964.

No início de 1930, o prestígio do então capitão Luís Carlos Prestes, exilado na Argentina, ainda era grande. Em maio desse ano, começou a abraçar a idéia de uma revolução agrária e antiimperialista e rompeu com seus companheiros de coluna. Angariou simpatia no meio comunista, exatamente pela sua participação no movimento militar que marchou pelo interior do País, nos tempos do Movimento Tenentista. Encontrou, então, uma ideologia para seu espírito revolucionário. Em maio de 1931, declarou-se, publicamente, comunista e, em novembro do mesmo ano, desembarcou na União Soviética, a fim de aprimorar seu doutrinamento político.

Em Moscou, fez curso de liderança e capacitação marxista-leninista, sendo nomeado membro do Comitê Executivo do Komintern. Por transformar-se em um fanático comunista, deixando de lado os sentimentos nacionalistas, Prestes recebeu do Komintern a incumbência de chefiar a ação armada no Brasil. O plano deveria ser executado de forma rápida e eficaz, não dando tempo necessário ao governo para reagir.

Prestes retornou ao Brasil, em 1935, já como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora. Veio por Nova York, com o nome de Antônio Vilar e trazia, "de fachada", como esposa, Maria Bergner Vilar, na verdade Olga Benário.

De família judia, Olga nasceu em Munique, Alemanha. Com quinze anos, filiou-se a uma organização comunista clandestina, passando a fazer parte da Juventude Comunista Alemã. Presa, por duas vezes, em sua terra natal, fugiu

para a União Soviética, onde cursou a Academia Militar da Rússia. Tornou-se, na realidade, uma profissional do serviço secreto militar russo, assumindo a Secretaria de Agitação e Propaganda de sua base operária. Exerceu funções internacionais, com o encargo de escolher novos dirigentes para a organização comunista. Usou, entre outros, os nomes de Ana Baum, Frieda Wolff Beherendt, Ema Kruger, Olga Meirelles, Olga Begner e Olga Sinek. Era especializada em espionagem.

Treinada para obedecer aos chefes, disciplinada, jamais saindo da linha proposta pelo partido, foi, antes de tudo, um fantoche à disposição do Exército Vermelho. Cumprindo sempre, cegamente, as determinações, deixou seu marido russo B. P. Nikitin, em dezembro de 1934, para acompanhar Prestes que voltava ao Brasil.

Mitificar as figuras de Luís Carlos Prestes e Olga, criando um clima de paixão entre os dois e apresentá-los como heróis brasileiros é insensatez, falsidade e cinismo. Prestes teve a incumbência de chefiar a ação armada no Brasil. O plano era impulsionar o movimento vermelho na América do Sul. Olga tinha a missão de fazer sua segurança e, juntamente com ele, desencadear a revolução comunista brasileira.

Olga morreu em um campo de concentração nazista, após ter sido deportada do Brasil, no governo Vargas. Por ironia do destino, sua vida teve fim pela cruedade de um regime tão bárbaro quanto aquele para o qual tanto se dedicou.

Viveu para servir à extrema esquerda e morreu sob o tacão da extrema direita.

Fontes:

- *Jornal Inconfidência* - Edição histórica - 27/11/2004 - Belo Horizonte

- E-mail: ginconfi@vento.com.br

- SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia - Revanchismo.*

Intentona Comunista
23/11 a 27/11/1935

Em 11 de julho de 1935, o governo Vargas decretou a extinção da ANL e de outras organizações de cunho marxista-leninista. Embora setores mais esclarecidos da sociedade reagissem às principais atividades desenvolvidas pelos comunistas - infiltração, propaganda e aliciamento - e o Brasil não estivesse preparado para uma revolução, os dirigentes da Internacional Comunista não pareciam se preocupar com tais fatos. O Komintern exigia ação. O grupo chefiado por Luís Carlos Prestes tinha a missão de implantar no Brasil uma ditadura comunista. Ordens vieram de Moscou para que o PCB agisse o mais rápido possível. Luís Carlos Prestes concordou com o desencadeamento do movimento armado que vitimou centenas de civis e militares.

Os recursos de Moscou, para o financiamento da revolução, eram destinados a Celestino Paraventi, velho conhecido de Prestes no Café Paraventi, na Rua Barão de Itapetininga, em São Paulo.

A polícia, convencida de que o dinheiro vinha pelo Uruguai, jamais descobriu. Paraventi recebia as remessas regularmente, por sua conta no Banco Francês e Italiano. Próspero industrial e muito rico, Paraventi movimentava grandes somas de dinheiro e se correspondia com o mundo inteiro, sem despertar suspeitas.

O movimento deveria eclodir, simultaneamente, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Por erro de interpretação de um código, a insurreição começou, prematuramente, no dia 23 de novembro de 1935, em Natal, quando dois sargentos, dois cabos e dois soldados do 21° Batalhão de Caçadores (21° BC), cerca de 300 homens da extinta Guarda Civil e poucos civis assumiram o controle da cidade. Foram três dias e três noites de violência e terror. Saques, estupros e arrombamentos foram a tônica das ações desencadeadas pelos revoltosos.

> "Vencida a resistência da polícia, a cidade ficou à mercê de uma verdadeira malta que, acéfala, passou a saquear desordenadamente os estabelecimentos comerciais e bancários. Na manhã de 24, sob a alegação de ter sido aclamado pelo povo, um incipiente "Comitê Popular Revolucionário" era dado como governo instituído e entrava em pleno exercício de mandato. O primeiro ato desse comitê foi a ordem de arrombamento dos cofres dos bancos,

das repartições federais e das companhias particulares para financiar a revolução."

(*Jornal Inconfidência* - Belo Horizonte: 27/11/2004 - Grupo Inconfidência - E-mail: ginconfi@vento.com.br)

O governador do Rio Grande do Norte refugiou-se no Consulado Italiano e o Consulado Chileno recebeu outras autoridades.

A rebelião foi debelada, depois de quatro dias, pela polícia da Paraíba, juntamente com o 20º Batalhão de Caçadores (20ºBC) de Alagoas.

Os revoltosos foram presos e responderam, perante a Justiça, por 20 mortes.

Em Pernambuco, o movimento teve início dia 24 de novembro, pela manhã, quando um sargento, comandando um grupo de civis, invadiu a Cadeia Pública e roubou o armamento dos policiais.

No Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, o sargento Gregório Bezerra, na tentativa de roubar o armamento do quartel, feriu o tenente Aguinaldo Oliveira de Almeida e assassinou o tenente José Sampaio Xavier.

Os revoltosos tentaram tomar o Quartel General da 7ª Região Militar e outras unidades do Exército, mas não o conseguiram, porque a antecipação do movimento em Natal prejudicou a surpresa e colocou a guarnição federal em alerta.

As Delegacias de Polícia de Olinda, Torre e Casa Amarela também foram atacadas por centenas de civis e alguns revoltosos.

A reação partiu do 29º Batalhão de Caçadores (29ºBC), em Socorro, a 18 km de Recife, auxiliado pelas forças federais de Alagoas e Paraíba e pela Polícia Militar de Pernambuco. Esse foi o mais sangrento de todos os levantes.

O número de mortos chegou a algumas centenas. O historiador Glauco Carneiro em *Histórias das Revoluções Brasileiras*, volume II, página 424, escreveu:

> "... dos três levantes comunistas de 1935, foi o de Pernambuco o mais sangrento, recolhendo-se 720 mortos só na operação na frente de Recife."

Em 26 de novembro, o presidente Vargas, ciente da gravidade da situação, decretou o estado de sítio em todo o País, após autorização do Congresso Nacional.

No Rio de Janeiro, a insurreição eclodiu no momento marcado, dia 27 de novembro, às duas horas da madrugada, na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos.

Segundo o plano, dominada a Escola de Aviação, as células comunistas de outros quartéis deveriam se insurgir, enquanto Prestes daria ordens aos civis, aliciados pelo Partido Comunista, para começar os combates de rua.

Apesar da rigorosa prontidão militar, a ação dos revoltosos, comandados pelos capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva, teve êxito, inicialmente na Escola de Aviação. O tenente-coronel Eduardo Gomes, que fora ferido, resistiria heroicamente no 1° Regimento de Aviação.

O comandante da Guarnição da Vila Militar, general-de-brigada José Joaquim de Almeida, desencadeou, rapidamente, a reação, controlando o levante.

O capitão Armando de Souza Melo e o tenente Danilo Paladini foram mortos pelo capitão Agliberto Vieira de Azevedo e pelo tenente Ivan Ramos Ribeiro. O mesmo capitão Agliberto assassinou também o tenente Benedicto Lopes Bragança, depois de preso e desarmado.

No Rio de Janeiro, no 3° Regimento de Infantaria (3°RI), na Praia Vermelha, o capitão Agildo Barata Ribeiro, que estava preso no Quartel, auxiliado pelo tenente Francisco Antônio Leivas Otero, aliciara inúmeros militares, formando uma célula comunista entre os oficiais e praças da unidade. Portanto, foi fácil para eles iniciar a rebelião na hora marcada. Às duas horas da manhã, apagaram-se as luzes. A escuridão favoreceu os amotinados que, assim, não podiam ser identificados. O tiroteio foi intenso e alguns militares que se opunham aos comunistas morreram ainda dormindo.

A ação determinada dos capitães Alexânio Bittencourt e Álvaro da Silva Braga impediu o sucesso comunista no Quartel da Praia Vermelha.

Pela manhã do dia 27 de novembro, o 3°RI estava cercado pelo Batalhão de Guardas (BG), pelo 2° Batalhão de Caçadores (2° BC) e pelo 1° Grupo de Obuses. Às 13 horas, atendendo a uma intimação do general Eurico Gaspar Dutra, os rebeldes se renderam.

O movimento, se vitorioso, teria duas fases. Na primeira, seria organizado um governo popular de coalizão. Na seguinte, viriam os sovietes, o Exército do Povo e a hegemonia dos comunistas.

Derrotados, mudaram o estilo, a técnica e a forma de atuar, mas não se afastaram, jamais, dos seus desígnios de implantar no Brasil um governo marxista-leninista.

Como a direção do PCB não fora atingida, ela continuaria a agir, na clandestinidade e de forma mais cautelosa, visando à instituição de um Governo Popular Nacional Revolucionário.

Na Praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, foi erguido um monumento em homenagem aos mortos pelos comunistas, em 27 de novembro de 1935.

Relação dos oficiais, sargentos, cabos e soldados do Exército Brasileiro mortos pelos comunistas:

Abdiel Ribeiro dos Santos - 3° sargento
Alberto Bernardino de Aragão - 2° cabo
Álvaro de Souza Pereira - soldado
Armando de Souza Mello - major
Benedicto Lopes Bragança - capitão
Clodoaldo Ursulano - 2° cabo
Coriolano Ferreira Santiago - 3° sargento
Danilo Paladini - capitão
Fidelis Batista de Aguiar - 2° cabo
Francisco Alves da Rocha - 2° cabo
Genaro Pedro Lima - soldado
Geraldo de Oliveira - capitão
Gregório Soares - 3° sargento
Jaime Pantaleão de Moraes - 2° sargento
João de Deus Araújo - soldado
João Ribeiro Pinheiro - major
José Bernardo Rosa - 2° sargento
José Hermito de Sá - 2° cabo
José Mário Cavalcanti - soldado
José Menezes Filho - soldado
José Sampaio Xavier - 1° tenente
Laudo Leão de Santa Rosa - 1° tenente
Lino Vitor dos Santos - soldado
Luiz Augusto Pereira - 1° cabo
Luiz Gonzaga - soldado
Manoel Alves da Silva - 2° cabo
Manoel Biré de Agrella - 2° cabo
Misael Mendonça - tenente-coronel
Orlando Henrique - soldado
Pedro Maria Netto - 2° cabo
Péricles Leal Bezerra - soldado
Walter de Souza e Silva - soldado
Wilson França - soldado

Em 1989, a filha do capitão Danilo Paladini deu o seguinte depoimento:

> "Vi, tive em mãos, cuidadosamente guardada para mim por minha mãe, a farda que meu pai vestia quando foi morto. Ali estava nítida, a marca do tiro que pelas costas lhe penetrara o pulmão, saindo pelo coração."

As famílias dos mortos pelos comunistas, tanto civis como militares, jamais receberam qualquer indenização.

A família de Luís Carlos Prestes, que teve a patente de capitão cassada, em abril de 1936, por ter liderado a Intentona Comunista, foi indenizada pela Comissão de Anistia e recebe a pensão equivalente ao posto de general-de-brigada, além de R$ 180.000,00 de atrasados, segundo *O Globo* de 20/05/2005, 1ª página.

As famílias dos vitimados pelos seguidores de Prestes não tiveram tratamento semelhante do atual governo. As pensões não são as correspondentes aos postos que eles alcançariam se não tivessem sido assassinados no cumprimento do dever.

Fontes:
- Agência Estado. Aedata - William Waack.
- SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia - Revanchismo.*

Olga Benário e Luís Carlos Prestes

Tropa da Polícia Militar, em prontidão, próximo ao quartel do 3° RI

Tropa do Exército assalta o quartel do 3° RI, dominado pelos comunistas, na Praia Vermelha

Honras fúnebres aos militares mortos em combate com os comunistas

Monumento Votivo, em homenagem aos militares mortos no combate aos revoltosos, erguido na Praia Vermelha-RJ

“Tribunal Vermelho e os “justiçamentos” do PCB

Segundo a esquerda radical, revolucionário comunista não é assassino. Os assassinatos de pessoas - inclusive de seus companheiros de partido - são chamados de “justiçamentos”, feitos em nome da “liberdade e da democracia”. Em nome desses valores distorcidos, um “Tribunal Vermelho”, composto às vezes por duas ou três pessoas, julgava, sumariamente, todos os que desejavam abandonar as fileiras da organização, desiludidos com a ideologia, ou aqueles que se tornavam suspeitos de uma possível delação. Os “juízes” desse tribunal variavam de acordo com o contato com as vítimas. A partir de 1934, os comunistas perpetraram crimes com requintes de perversidade, em nome de sua ideologia, para eliminar não só os representantes da lei que os combatiam, mas, também, para justiçar alguns de seus próprios companheiros.

Os "justiçamentos", abaixo relacionados, sugerem que muitos outros podem ter sido cometidos, sem que seus autores e suas vítimas chegassem ao conhecimento público.

Tobias Warchavski - 1934

Tinha 17 anos e cursava a Escola Nacional de Belas Artes. Iludido com os apelos comunistas e usando o nome falso de Carlos Ferreira, abandonou sua casa e passou a residir com Walter Fernandes da Silva. Ambos eram militantes da Juventude Comunista.

Em outubro de 1934, seu cadáver foi encontrado, sem documentos, em local ermo, já em decomposição, com a cabeça separada do corpo. Recolhido ao IML, foi encontrado pelos familiares somente 15 dias depois. Tobias foi reconhecido por sua mãe, com o auxílio do dentista da família.

O PCB difundiu, na época, a notícia de que ele, muito afoito na pregação de sua ideologia, fora descoberto e morto pela polícia.

Com as prisões de 1935 a verdade surgiu. O famigerado “tribunal” o condenara à morte e o executara. Seus juízes foram Honório de Freitas Guimarães, Pascácio Rio de Souza, Vicente Santos e Guilherme Macário Jolles ou Jan Jolles.

Tobias foi atraído a uma emboscada. Ao perceber que seria morto, ajoelhou-se e pediu que lhe poupassem a vida. Walter Fernandes da Silva, ante o desespero do companheiro de quarto, tentou salvá-lo, implorando que o poupassem. De nada adiantou. Adolfo Barbosa Bastos acionou o revólver.

Participantes do assassinato: Vicente Santos; Adolfo Barbosa Bastos; Walter Fernandes da Silva (o companheiro de quarto e amigo de Tobias).

Walter Fernandes da Silva - 1935

Ao tentar salvar o amigo, passou a ser suspeito. O fatídico "Tribunal Vermelho" decidiu que ele deveria afastar-se do local do crime, para não levantar suspeitas. Walter cumpriu as ordens do partido e viajou para Recife, onde, alguns dias depois, apareceu morto na Praia do Pina.

Bernardino Pinto de Almeida - "Dino Padeiro" - 1935

Acusado de traição, por Honório de Freitas Guimarães, foi julgado e condenado pelo "Tribunal Vermelho". O secretário-geral do partido, na época "Miranda", e Luiz Cupelo Colônio atraíram-no a uma emboscada. "Dino" levou uma coronhada e quatro tiros. Sobreviveu à ação e relatou a tentativa de assassinato.

Afonso José dos Santos - 1935

O "Tribunal Vermelho" do PCB, já na clandestinidade, depois da derrota da Intentona Comunista, julgou-o, condenando-o à morte.

Executor: José Emídio dos Santos, membro do Comitê Estadual do PCB do Rio de Janeiro. Foi, ao mesmo tempo, delator e executor da sentença.

Somente em 1941 o crime foi esclarecido.

Elvira Cupelo Colônio ou Elza Fernandes - 1936

O irmão de Elvira, Luiz Cupelo Colônio, era membro do PCB e costumava levar os companheiros para reuniões em sua casa. Elvira, uma menina de 16 anos, encantava-se com os discursos do chefe do grupo, o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda". Em 1934, tornou-se amante de "Miranda", que também usava o nome falso de Alberto Fernandes e passou a ser conhecida como "Elza Fernandes" ou "Garota".

Quando ela foi morar com o amante, seu irmão imaginou a oportunidade de projetar-se no partido.

Com o fracasso da Intentona, em janeiro de 1936, "Miranda" e "Elza" foram presos em sua residência. A polícia logo concluiu que "Garota" pouco poderia acrescentar ao depoimento de "Miranda". Foi solta por ser menor.

Logo depois, vários outros membros do PCB foram presos e as suspeitas recaíram sobre ela. Julgada pelo "Tribunal Vermelho", os "juízes", pressionados pelo parecer de Luís Carlos Prestes, decidiram condená-la à morte.

Autores da execução: Eduardo Ribeiro Xavier - "Abóbora"; Honório de Freitas Guimarães - "Milionário"; Adelino Deycola dos Santos - "Tampinha"; Francisco Natividade Lira - "Cabeção"; e Manoel Severino Cavalcanti - "Gaguinho".

Elvira ou Elza foi enterrada no quintal da casa onde fora assassinada. Anos depois, seu irmão exumou o cadáver e escreveu a "Miranda", o amante de sua irmã, o seguinte bilhete:

> "Rio, 17/04/40
>
> Meu caro Bonfim
>
> Acabo de assistir à exumação do cadáver de minha irmã Elvira. Reconheci ainda a sua dentadura e seus cabelos. Soube também da confissão que elementos de responsabilidade do PCB fizeram na polícia de que haviam assassinado minha irmã Elvira. Diante disso, renego o meu passado revolucionário e encerro as minhas atividades comunistas.
>
> Do teu sempre amigo,
>
> Luiz Cupelo Colônio"

Maria Silveira - "Neli" - 1940

Elizário Alves Barbosa e Maria Silveira, "Neli", eram namorados e, também, militantes do PCB. Residiam em São Carlos,SP.

Acabado o namoro, Elisário acusou-a de não merecer mais a confiança do partido. O "Tribunal Vermelho" condenou-a à morte, no Rio de Janeiro.

Participantes: Ricarte Sarrun; Antônio Vitor da Cruz; e Antônio Azevedo Costa.

Para executar a sentença, usaram o táxi de Domingos Antunes Azevedo, "Paulista". No local, Floresta da Tijuca, esperavam Diocesano Martins e Daniel da Silva Valença.

Domingos Antunes Azevedo - "Paulista" - 1941

Preocupado com a possível descoberta do assassinato de "Neli", o "Tribunal Vermelho" decidiu eliminar o motorista de táxi que transportou seus executores.

Participantes: Antônio Vitor da Cruz; Antônio Azevedo Costa; Diocesano Martins; e Daniel da Silva Valença.

Diocesano Martins desfechou três tiros em Domingos Antunes Azevedo. O cadáver foi atirado à margem da estrada.

Fontes:

- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira.* - Biblioteca do Exército Editora, 2001.

- DUMONT, F. *Recordando a História - Os crimes do PCB.* (www.ternuma.com.br).

- *Jornal Inconfidência.* Belo Horizonte (ginconfi@vento.com.br).

Antônio Maciel Bonfim - "Miranda" e Elvira Cupelo Colônio - "Garota"

Governo Jânio Quadros
31/01/1961 a 25/08/1961

Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito pela UDN (União Democrática Nacional) e pelo PDC (Partido Democrático Cristão) com 48% dos votos, empunhando a bandeira da moralidade administrativa, da austeridade e da honestidade no trato da coisa pública. O vice eleito foi João Goulart (Jango), candidato da chapa de oposição.

A conquista de seis milhões de votos e o apoio massivo de variados setores da sociedade levaram muitos a pensar que Jânio resolveria as crises econômicas e políticas do Brasil.

Jânio era advogado e professor de Português. Nasceu em Campo Grande/MS e transferiu-se para São Paulo, onde iniciou sua bem-sucedida carreira política. Foi vereador, deputado estadual, prefeito da capital e governador do Estado de S. Paulo.

Na campanha para a Presidência, populista, tinha como lema: "A vassoura contra a corrupção". Era uma figura bizarra. Entre um comício e outro, comia sanduíche de mortadela e pão com banana, que tirava dos bolsos. Vestia roupas surradas, usava cabelos longos e tinha caspas pelos cabelos e ombros. Durante a campanha, levava sempre uma vassoura.

Com essa imagem folclórica e discurso moralista, encantava as massas.

Empossado, sempre despachava por meio de bilhetes aos ministros e outras autoridades.

Jânio fez fama de excêntrico, autoritário e antidemocrático.

Entre suas realizações, desvalorizou o Cruzeiro (moeda da época), reduziu os subsídios às importações de produtos como o trigo e a gasolina, o que elevou o preço do pão e dos transportes. Reprimiu os movimentos camponeses e estudantis e exerceu forte controle sobre os sindicatos. Proibiu o uso do biquíni, restringiu as corridas de cavalo aos domingos, combateu as rinhas de galo, pregou contra o hipnotismo e determinou que os trajes do tipo safári fossem adotados como uniforme em repartições públicas.

Seu governo teve baixa popularidade e frágil apoio partidário, pois se ressentia de uma base sólida de apoio político, já que no Congresso Nacional os partidos opositores, o PTB e o PSD, constituíam a maioria parlamentar.

Para completar o quadro, enfrentava a oposição cerrada do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

Uma certa simpatia pelo regime comunista cubano, instaurado após a revolução de Fidel Castro, em 1959, levou-o a condecorar o então ministro da

Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, o que também repercutiu negativamente.

A conjugação desses fatores o teria conduzido, sete meses depois de empossado, a renunciar, em 25 de agosto de 1961.

Em sua carta de renúncia, enviada ao Congresso, alegou que "forças terríveis" o teriam pressionado a tomar tal atitude.

Na ocasião, seu vice, João Goulart, encontrava-se em viagem à China.

Os estudiosos consideram que Jânio Quadros, sentindo-se enfraquecido, esperava, com sua atitude, fortalecer-se politicamente. Seus objetivos eram bem mais ambiciosos. O presidente acreditava que o Congresso não aceitaria seu pedido de renúncia. Assim, ele voltaria nos braços do povo, fortalecido e com amplos poderes para governar.

No entanto, ao contrário do que esperava, assumiu interinamente a Presidência da República, na ausência do vice, o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, governando de 25/08/1961 a 07/09/1961.

Mensagem da renúncia do Sr Jânio Quadros

"Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria progresso efetivo e a justiça social a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando neste sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, não manteria a própria paz pública. Encerro assim com o pensamento voltado para nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do país, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem de renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo, e de forma especial às

Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos, de todos, para cada um. Somente assim seremos dignos deste País e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhemos todos. Há muitas formas de servir nossa Pátria.

Brasília, 25 de agosto de 1961 - (a.) Jânio Quadros."

A Nação, atônita, a tudo assistiu, inconsciente e, novamente, vítima indefesa da ação dos comunistas, que viram no momento político excelente oportunidade para incrementar seu trabalho de massas.

Os acontecimentos, sob a ótica dos comunistas, sem dúvida, queimavam-lhes etapas no rumo do poder.

Eles estavam à vontade e tinham toda razão para pensar assim.

O "determinismo histórico" dos conceitos marxistas parecia realidade inquestionável.

Juscelino e Jango durante a posse de Jânio Quadros na Presidência da República

Presidente Jânio Quadros condecora Che Guevara

Governo João Goulart
07/09/1961 a 31/03/1964

João Belchior Marques Goulart, "Jango", advogado, natural de São Borja,RS, iniciou suas atividades políticas em 1946, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Eleito deputado estadual, no período de 1946-1950, e deputado federal, em 1951, foi também ministro do Trabalho Indústria e Comércio no governo Getúlio Vargas. Candidatou-se ao Senado, em 1954, mas foi derrotado. Foi vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek e, por força de dispositivo constitucional, presidente do Senado (1956-1961). Em 1960, reelegeu-se vice-presidente da República, concorrendo na chapa de oposição ao candidato da União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros.

Com a renúncia de Jânio e por estar em viagem à China, viu o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumir a Presidência da República, conforme previa a Constituição vigente.

Nessa ocasião, os ministros militares de Jânio, general Odylio Denys, da Guerra; brigadeiro Grüm Moss, da Aeronáutica; e o almirante Sílvio Heck, da Marinha, tentaram impedir, sem sucesso, a posse de Jango.

Foi constituída uma Junta Militar, composta pelos três.

Os treze dias que se seguiram foram de muita tensão. A recusa a um governo chefiado por Goulart representava a repulsa ao populismo e ao "varguismo". Em alguns lugares, foram iniciados movimentos para empossar Jango na Presidência da República.

O Rio Grande do Sul foi o ponto-chave da reação em apoio a Jango. Leonel Brizola, governador do estado, cunhado de Goulart, manifestou-se em defesa da posse e iniciou intensa campanha de mobilização popular com o apoio da imprensa e das rádios gaúchas, criando a "Cadeia da Legalidade", que operava com 104 emissoras da região.

A solução para a crise foi a mudança do sistema de governo, aprovada pelo Congresso Nacional, em 2 de setembro, por meio da Emenda Constitucional nº 4, que instalou o regime parlamentarista no Brasil.

Finalmente, João Goulart foi empossado na Presidência da República, em 7 de setembro de 1961, sob o regime parlamentarista, aprovado às pressas pelo Senado, para resolver a grave crise político-militar desencadeada. Tinha como primeiro-ministro Tancredo Neves - 07/09/1961 a 26/06/1962.

Os anos seguintes foram marcados, ininterruptamente, por conflitos políticos e sociais. Em parte, o desgoverno refletia a personalidade dúbia de João Goulart. Se de dia anunciava as reformas planejadas "na base do estrito

respeito à Constituição", à noite, pressionado por outras opiniões, anunciava seu propósito de fazê-las "na lei ou na marra". Greves e mais greves, algumas criadas no próprio Ministério do Trabalho, se sucediam pelo País. Bancos, escolas, hospitais, serviços públicos, transportes, tudo era paralisado. As filas para compra de alimentos eram intermináveis. Faltavam gêneros alimentícios de primeira necessidade. A inflação era galopante.

Jango reatou relações diplomáticas com a URSS, rompidas no governo Dutra, e foi contrário às sanções impostas a Cuba. Realizou um governo contraditório. Estreitou alianças com o movimento sindical e tentou implementar uma política de estabilização, baseada na contenção salarial. Determinou a realização das chamadas reformas de base: reformas agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral, condições exigidas pelo FMI para a obtenção de novos empréstimos e para a renegociação da dívida externa. Para ele, elas eram necessárias ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional progressista".

Limitou a remessa de capital para o exterior e nacionalizou empresas de comunicação.

A oposição ao governo aumentou com o anúncio dessas medidas. Jango perdeu suas bases e, para não se isolar, reforçou as alianças com Leonel Brizola, seu cunhado e deputado federal pela Guanabara, com a UNE e com o Partido Comunista Brasileiro que, apesar de clandestino, mantinha forte atuação nos movimentos estudantil e sindical.

A atuação das organizações subversivas era grande. Em 18 de novembro de 1961, uma delegação de comunistas brasileiros enviada ao XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi recebida no Kremlin por dirigentes russos. Lá, Luís Carlos Prestes e seus seguidores receberam instruções para o preparo político das massas operárias e camponesas e para a montagem da luta armada no Brasil.

No início de 1962, os comunistas conquistaram o domínio da UNE e da Petrobrás.

O VI Congresso dos Ferroviários mostrou o nível de infiltração comunista no setor de transportes. Um comando unificado orientava e conduzia as ações dos rodoviários, ferroviários, marítimos e aeroviários.

O jornal oficial do Partido Comunista Brasileiro circulava, diariamente, com artigos audaciosos. As vitórias da União Soviética no plano internacional estimulavam a aceleração do processo revolucionário no Brasil.

Em fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dissidente do PCB e recém-criado, organizou-se e passou a defender a luta armada como instrumento para a conquista do poder, seguindo o conceito chinês da "guerra popular prolongada".

A tensão social em junho de 1962 era dramática. A excitação popular atingiu o auge em Caxias-RJ, em 5 de julho, com a greve no setor petrolífero, com expressivos prejuízos para o Brasil.

O movimento grevista crescia dia-a-dia. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 5 de julho de 1962, apresentou numerosas exigências, ameaçando com uma greve geral. O movimento operário levantou a bandeira da luta por um novo poder: a greve política.

O CGT emitia manifestos e instruções com as diretrizes do Partido Comunista Brasileiro. Em 14 de setembro, deflagrou nova greve geral pela antecipação do plebiscito para consulta popular sobre o sistema de governo. O movimento grevista paralisou, quase totalmente, a Nação e declarou, em manifesto, que a vitória comunista estava próxima.

> "Os sinais de conspiração janguista podiam ser vistos por toda a parte, segundo Júlio Mesquita Filho. O próprio governo orientava as greves que se sucediam e incentivava a quebra da hierarquia militar, apoiando os sargentos e marinheiros em rebelião contra seus superiores. No meio da sucessão de crise, Luís Carlos Prestes chegou a dizer publicamente que os comunistas já estão no governo embora ainda não no poder."
>
> (*O Estado de S. Paulo* - caderno 2 - "Trajetória de um liberal movido pelo amor ao País" - 12/07/1999).

A disciplina militar se deteriorava rapidamente. Havia insatisfação e divergência nos quartéis. Alguns militares aliaram-se à subversão e procuraram levá-la para o interior dos quartéis.

Em março de 1962, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil foi fundada e tornar-se-ia mais um centro de agitação comunista.

O Exército era constantemente atacado pela imprensa comunista, particularmente pelas atividades contra as Ligas Camponesas.

A pregação comunista tornava-se franca e aberta. Preparava-se o povo para fazer a revolução.

A esquerda alegava que as dificuldades do País não provinham das ações fracas do presidente, mas, sim, dos problemas acarretados pelo regime parlamentarista.

A revogação do parlamentarismo, após um plebiscito nacional, em 6 de janeiro de 1963, levou João Goulart a assumir o governo com todos os poderes do regime presidencialista. No entanto, isso mostrou que, com mais poderes, o presidente somente deu curso a maiores desordens. Crescia a agitação política.

Na esquerda, apoiando Jango, estavam organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os Partidos Comunistas, as Ligas Camponesas e outras.

O PCB era o núcleo dominante das decisões e seguia a orientação ditada pelo Comitê Central. Aspirava alcançar o poder em curto prazo, pelos processos que lhe pareciam menos arriscados e mais vantajosos.

Existiam, ainda, outras organizações, como o Partido Operário Revolucionário Trotsquista (PORT)), a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP) e os Grupos dos Onze, de Leonel Brizola, que pretendiam atingir o poder pelas armas.

Era clara a ingerência externa para transformar o País em uma república comunista.

O Movimento de Cultura Popular, criado em Recife, com o apoio da UNE, do Ministério da Educação e com auxílio financeiro externo, se desenvolvia em todo o País. Sob o disfarce de combate ao analfabetismo, realizava abertamente a doutrinação comunista. Vindos de Moscou, substanciais fundos fortaleciam a UNE, que publicava um jornal semanal marxista e panfletos inflamados e distribuía material de leitura, "para combater o analfabetismo". Esse material incluía o manual de guerrilhas de Che Guevara, traduzido por comunistas brasileiros. Líderes da UNE fomentavam greves estudantis e distúrbios de rua.

De 28 a 30 de março de 1963, o Partido Comunista Brasileiro promoveu o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, reunindo, em Niterói, na sede do Sindicato dos Operários Navais, delegações de várias nacionalidades. Luís Carlos Prestes, em sua abertura, disse que gostaria que o Brasil fosse a primeira nação sul-americana a seguir o exemplo da pátria de Fidel Castro.

A revolução cubana servia de modelo para organizações revolucionárias comunistas, atuantes na época, que concordavam com a luta armada para a conquista do poder.

O ano de 1963 foi pródigo de conflitos na área rural. A violência era pregada abertamente. Grupos armados, em vários pontos do País, invadiam propriedades, com a conivência de autoridades e de membros da Igreja Católica. O movimento crescia com os discursos inflamados de Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e outros líderes de esquerda.

Mais de 270 sindicatos rurais eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, a maioria infiltrada por líderes comunistas. Enquanto fazendeiros e sindicalistas se armavam, os conflitos se multiplicavam. Dezenas de mortos e feridos era o saldo desses confrontos.

Segundo Prestes, o PCB já podia se considerar no governo. Cargos importantes nos governos federais e estaduais e no Judiciário estavam em mãos de comunistas e seus aliados.

Em 12 de setembro de 1963, apoiados pela POLOP, que deslocou para Brasília Juarez Guimarães de Brito, 600 militares, entre cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica, rebelaram-se, em Brasília, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, que se pronunciara contra a elegibilidade do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. A Constituição de 1946 declarava inelegíveis os militares da ativa.

O comando geral da rebelião era liderado pelo sargento da Força Aérea Brasileira Antônio Prestes de Paula. Os revoltosos ocuparam, na capital federal, o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central de Radiopatrulha, o Ministério da Marinha e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos e, a seguir, prenderam alguns oficiais, levando-os para a Base Aérea de Brasília.

A reação à rebelião logo se fez sentir. Os blindados do Exército ocuparam pontos estratégicos de Brasília e dirigiram-se para o Ministério da Marinha, onde os rebeldes se entregaram. Alguns elementos saíram feridos. Houve dois mortos, o soldado fuzileiro Divino Dias dos Anjos, rebelde, e o motorista civil Francisco Moraes.

O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, na edição do dia 19 de setembro, publicou parte do plano dos sargentos, apreendido pelas autoridades militares.

Depoimento do ex-sargento José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, a respeito da revolta dos sargentos:

> "... entramos em contacto com uma organização revolucionária muito conhecida no Brasil: a Política Operária (POLOP). A POLOP surgiu depois de 1960 e tivera uma participação muito ativa na ocupação de Brasília, em 1963. Foi a única organização que deu algum apoio político àquela ação dos sargentos."
>
> (CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil*).

Em outubro, Jango que, um mês antes, participara de um comício comunista no centro do Rio de Janeiro, preocupado com a crescente agitação, solicitou ao Congresso a decretação do estado de sítio. Sob intensa pressão política, quatro dias depois retirou a solicitação.

João Goulart, passando a negociar diretamente com o Partido Comunista Brasileiro, recebeu seus representantes e entabulou acordos políticos que satisfizessem às pretensões do partido e aos interesses do governo, formando uma frente popular para a unificação das forças esquerdistas.

Tudo levava a crer que estava próxima, finalmente, a instalação da "República Sindicalista". Pelo menos assim pensavam João Goulart e as organizações que o apoiavam.

Em 10 de janeiro de 1964, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, foi a Moscou informar a Nikita Kruschev o andamento dos planos acordados em 1961. Informou a Kruchev que *"os comunistas brasileiros estavam conduzindo os setores estratégicos do governo federal e preparavam-se para tomar as rédeas"*.

Prestes pintou um quadro propício ao desencadeamento da revolução, subestimando a reação e superestimando os meios disponíveis:

- poderoso movimento de massas, mantido pelo Partido Comunista e pelo poder central;

- um Exército dominado por forte movimento democrático e nacionalista;

- oficiais nacionalistas e comunistas dispostos a garantir, pela força, um governo nacionalista e antiimperialista; e

- luta pelas reformas de base.

"No Brasil o potencial revolucionário é enorme. Se pega fogo nessa fogueira, ninguém poderá apagá-la" (disse Mikhail Suslov, ideólogo do Partido Comunista da União Soviética).

A exemplo de 1935, a revolução começaria pelos quartéis. O dispositivo militar seria o grande trunfo.

Os comunistas brasileiros nunca estiveram tão fortes quanto em 1964. Só que, como acontecera em 1935, Prestes transmitira a Moscou uma impressão excessivamente otimista com relação ao apoio militar e ao apoio do povo.

Enquanto isso, Fidel Castro, sob os olhos complacentes de Moscou, adiantou recursos a Leonel Brizola para a insurreição político-militar.

Em 13 de março de 1964, foi realizado um comício defronte à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, patrocinado pelo Partido Comunista Brasileiro. Naquela ocasião, o presidente anunciou um elenco de mensagens radicais a serem enviadas ao Congresso. Em torno do palanque, guardado por soldados do Exército, os participantes trazidos em trens gratuitos e ônibus especiais, aplaudia, com bandeiras vermelhas e cartazes que ridicularizavam os "gorilas" do Exército.

No dia 19 de março de 1964, uma das maiores demonstrações populares, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, percorreu as ruas de São Paulo. Maria Paula Caetano da Silva, uma das fundadoras da União Cívica Feminina, foi a principal organizadora da passeata. A Marcha partiu em direção à Catedral da Sé, com cerca de um milhão de pessoas. A manifestação foi uma resposta da população civil ao restabelecimento da ordem e dos valores cívicos ameaçados.

"A marcha foi uma reação à baderna que estava tomando conta do País. Não podíamos deixar as coisas continuarem do jeito que estavam, sob o risco de os comunistas tomarem o poder", dizia Maria Paula.
(http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200404.htm)

Falava-se, abertamente, que, a partir de 1° de maio, o Brasil estaria completamente comunizado.

A crise econômica, marcada por inflação desenfreada, era favorável à situação revolucionária. Os meios de comunicação social - jornais, rádios, peças teatrais, músicas, etc -, infiltrados por comunistas, conclamavam à subversão.

Poucos dias mais tarde, em 25 de março, um grupo de marinheiros indisciplinados, sob a liderança de José Anselmo dos Santos, o "cabo" Anselmo, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, revoltou-se.

Em 30 de março, o presidente da República compareceu, no Automóvel Clube do Brasil, a uma assembléia que reuniu dois mil sargentos. Ouviu, passivamente, os discursos inflamados que atentavam contra a hierarquia e disciplina militar.

Dias decisivos

A situação apontava para o caos, tudo com a conivência de um presidente fraco, sem discernimento, ansioso por manter o poder, custasse o que custasse:

- 3 de março de 1964 - estudantes impediram a aula inaugural do reitor da Universidade Federal da Bahia, Clemente Mariani;
- 13 de março de 1964 - comício na Central do Brasil;
- 19 de março de 1964 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade / SP;
- 25 de março de 1964 - reunião dos marinheiros no Sindicato dos Metalurgicos;
- 26 de março de 1964 - Marighella declara: "*O partido precisa se preparar, pois está em vias de assumir o poder*";
- 30 de março de 1964 - encerra-se, em Goiânia, o Sexto Ciclo sobre Marxismo, conduzido pelo comunista Jacob Gorender e realizado pelo DCE, com apoio da Reitoria da Universidade Federal de Goiás. Jacob Gorender estivera na URSS por dois anos, voltando em 1957;
- 30 de março de 1964 - assembléia dos sargentos, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, com a presença de Goulart, que fez discurso de incitamento à indisciplina; e
- 31 de março de 1964 - o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora,MG, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro.

Apesar de algumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu.

Em documento de autocrítica posterior à revolução, intitulado "Esquema para Discussão", editado ainda em 1964, o Partido Comunista afirma:

> "... incorremos em grave subestimação da força do inimigo e não estávamos preparados para enfrentar um golpe da direita..."
>
> "Acreditávamos em uma vitória fácil, através (sic) de um simples pronunciamento do dispositivo de Goulart, secundado pelo movimento de massas."
>
> "Absolutizamos (sic) a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação."

As condições "objetivas e subjetivas" para a tomada do poder, sem nenhuma dúvida, estavam presentes. Bastava somente um fato, político ou não, para que as coisas se precipitassem. Era tudo questão de mais dia ou menos dia.

Um gigante, porém, acordou de seu sono e trouxe a reação de que a Nação precisava.

Com precisão cirúrgica e, por isso, sem derramamento de sangue, o Exército Brasileiro, com o apoio das Forças Armadas co-irmãs, partiu ao encontro dos verdadeiros anseios do povo, livrando a Nação das garras dos comunistas e impondo-lhes nova e acachapante derrota.

Recordar os momentos da reação é trazer de volta emoções que passaram a ditar meus atos, a partir daí.

Tinha a mais nítida convicção de ter escolhido o lado certo: o do Brasil livre e soberano.

Fontes:

- TORRES, Raymundo Negrão. *Fascínio dos anos de chumbo.*
- http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/nov55_64/12DiasDec.htm

Ligas Camponesas

Os primeiros movimentos camponeses foram criados pelo PCB, na década de 1940, com a finalidade de mobilizar as massas rurais.

No Estado de Pernambuco, as Ligas Camponesas surgiram como desdobramento de pequenas organizações de plantadores e foreiros (espécie de diaristas) dos grandes engenhos de açúcar da Zona da Mata. Em poucos anos, as Ligas espalharam-se pelos estados vizinhos, sob a liderança de Francisco Julião, deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Desde o começo obtiveram o apoio do Partido Comunista Brasileiro e de setores da Igreja Católica. Em pouco tempo arregimentaram milhares de trabalhadores rurais. O crescimento de militantes e de núcleos, em número expressivo, estimulou suas lideranças a prosseguir na mobilização para uma reforma agrária radical, que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto.

Em 1957, Francisco Julião visitou a URSS.

A partir de 1959, as Ligas Camponesas se expandiram também, rapidamente, em outros estados, como a Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná, aumentando o impacto político do movimento.

Até 1961, 25 núcleos foram instalados no Estado de Pernambuco, principalmente na Zona da Mata.

Nesse mesmo ano, Julião repetiu sua visita à União Soviética.

De todos os núcleos das Ligas, o mais importante, o mais expressivo e o de maior efetivo foi o de Sapé, na Paraíba. Esse núcleo congregaria 10.000 membros.

Em 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em 10 estados e criaram o jornal *A Liga*, porta-voz do movimento, que circulava entre seus militantes. Também nesse ano tentou criar um partido político chamado Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT (Movimento que atuou na luta armada, no período pré e pós-revolucionário de 1964).

No plano nacional, Francisco Julião reuniu, em torno das Ligas, estudantes, idealistas, visionários e alguns intelectuais, como Clodomir dos Santos Morais, advogado, deputado, militante comunista e um dos organizadores de um malogrado movimento de guerrilha em Dianópolis/Goiás em 1962.

A aproximação de Francisco Julião com Cuba foi notória, especialmente após a viagem que realizou acompanhando Jânio Quadros àquele país, em 1960, seguido por muitos militantes. A partir daí, tornou-se um entusiasta da revolução cubana e convenceu-se a adotar a guerrilha como forma de ação das Ligas Camponesas. É dessa época a iniciativa, pioneira no Brasil, de fundar em Recife o Comitê de Apoio à Revolução Cubana.

Em 30 de abril de 1961, Jover Telles, dirigente do PCB, chegou a Havana e, após contatos com as autoridades cubanas, encaminhou ao Comitê Central

do PCB o documento intitulado "Relatório à Comissão Executiva sobre minhas atividades em Cuba", do qual destaco o seguinte trecho:

> " ... curso político-militar, levantei a questão. Estão dispostos a fazer. Mandar nomes, biografia e aguardar a ordem de embarque."

Nessa mesma época, Francisco Julião encontrava-se em Havana, tratando do apoio cubano à luta armada.

Em maio, outra delegação vai a Havana participar das comemorações do aniversário do assalto ao Quartel de Moncada, marco da caminhada vitoriosa da Revolução Cubana. A delegação era composta por 85 participantes, entre eles 13 militantes das Ligas Camponesas, que receberiam treinamento militar em Cuba.

A relação com Cuba, o apoio ao treinamento militar e o cenário político brasileiro levaram o movimento ao seu período de maior radicalização e crescimento. Os camponeses pegaram em armas e marcharam contra engenhos, apoiados por sindicatos, por grupos comunistas e por membros da Igreja Católica. Nessa época, os dirigentes que orientavam as Ligas decidiram montar vários campos de treinamento militar.

> "No dia 4 de dezembro o jornal O Estado de S. Paulo noticiou a descoberta e desbaratamento de um campo de treinamento de guerrilha em Dianópolis, Goiás, em uma das três fazendas compradas pelo MRT de Julião."
>
> (TORRES, Raymundo Negrão. *O Fascínio dos Anos de Chumbo*, pág. 15).

A fusão das Ligas Camponesas com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), proposta pelos comunistas em 1961, não foi aceita por Julião, pois ele temia que o PCB passasse a controlá-las.

A relação entre Julião e o PCB se deteriorou nesse ano, depois do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, quando a tese da reforma agrária radical das Ligas derrotou as idéias mais moderadas da ULTAB. *"Reforma agrária na lei ou na marra"*, às vezes acrescido de "com flores ou com sangue", era o lema do movimento que inpirou o MST de hoje.

Em entrevista à *Revista Che*, de Buenos Aires, concedida durante o congresso, Julião declarou:

> "Nosso lema é a reforma ou revolução. Se negássemos a revolução seríamos demagogos, carentes de autenticidade. Não teríamos o valor de defender nossos pontos de vista e nossa ideologia. Preconizamos uma reforma agrária radical, e as massas

brasileiras, que adquirem cada vez maior consciência da dura realidade, levarão o País à nova convulsão social, a uma guerra civil e ao derramamento de sangue. Será a liquidação de um tipo de sociedade e a instauração de outro. Nós temos nos envolvido nessa luta com o fim de preparar as massas brasileiras para o advento de uma sociedade nova, na lei ou na marra."

"Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam vários campos de treinamento de guerrilheiros. No dia 27, a queda de um Boeing 707 da Varig, quando se preparava para pousar no Aeroporto Internacional de Lima, no Peru, proporcionou comprometedoras informações sobre o apoio de Cuba às Ligas Camponesas. Entre os passageiros estava o presidente do Banco Nacional de Cuba, em cujo poder, foram encontrados relatórios de Carlos Franklin Paixão de Araújo, filho do advogado comunista Afrânio Araújo, o responsável pela compra de armas para as Ligas Camponesas."

(AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*, pág. 84 e 92).

Carlos Franklin Paixão de Araújo (Var-Palmares) participou ativamente dos movimentos subversivos pós Contra-Revolução de 1964.

Parte da entrevista de Alexina Crespo, mulher de Francisco Julião (*Diário de Pernambuco* de 31/03/2004):

Diário de Pernambuco: *Como foi o treinamento que a senhora fez em Cuba?*

Alexina Crespo: Foi num campo de tiro ao alvo. Com armas, metralhadora... Tivemos aula também sobre curva de nível, que é para você aprender atirar de morteiro. Você tem que colocar no chão e calcular a curva que a bala tem que fazer para atingir o alvo...

Não era só gente das Ligas; havia pessoas de outros países.

DP: *A senhora participou de algum encontro com Fidel em que ele falou da luta armada no Brasil?*

Alexina: Eu conversava com ele, dizia o que nós estávamos pretendendo. Houve inclusive uma ocasião em que havia duas correntes nas Ligas, do pessoal favorável à luta armada. Uma queria dividir o Brasil assim, horizontalmente (faz o gesto com a mão, mostrando). Entre Norte e Sul. Outra que queria dividir assim, verticalmente. Esta era a que o padre Alípio (de Freitas, integrante das Ligas na época; vive hoje em Portugal) queria. A proposta

dele era que assim seria possível tomar as fábricas, as montadoras de automóveis, para fazer armas...

DP: *Julião sempre disse que foi contra a luta armada. Mas ele sabia da participação da senhora?*

Alexina: Sabia, sabia. Ele ficava, vamos dizer assim, na parte legal, institucional, os discursos e nós ficávamos na parte clandestina, preparando as coisas, treinando os camponeses.

DP: *Os integrantes da Liga chegaram a ter armas?*

Alexina: Chegamos. Inclusive, quando nós começamos a sentir que iria haver um golpe, nós fomos para o Rio, na granja de um amigo nosso, e enterramos armas. Acho que elas ainda estão lá.

DP: *Em que local foram enterradas?*

Alexina: No quintal da granja. Eram muitas. Nós colocamos em papel impermeável, no caixão. Estão lá, enterradas. Tinha FAL (fuzil), metralhadora, revólver...

Observação: o padre Alípio de Freitas realizou treinamento em Cuba. Membro da Comissão Militar da AP, participou ativamente dos movimentos terroristas pós Contra-Revolução de 1964, inclusive do atentado ao Aeroporto de Guararapes, em Recife (ver atentado Guararapes).

Não é tarefa de especialista traçar um paralelo entre as Ligas Camponesas e o atual Movimento dos Sem-Terra, a começar pelo fato de que, nem um, nem outro desejava, simplesmente, a reforma agrária. O coordenador Nacional do MST, João Pedro Stédile, teve, em Cuernavaca, no México, uma série de encontros com Francisco Julião, no período de 1976 a 1978. Discutiram os erros e acertos das Ligas Camponesas, visando à futura criação do MST, em 1984.

Os estímulos são os mesmos, a preparação é similar, porém, estamos no século XXI, em que as distâncias ficam reduzidas drasticamente pelo toque mágico dos meios eletrônicos e pelo acompanhamento dos fatos em tempo real. Acrescente-se que o MST, hoje, conta com o explícito apoio do Partido dos Trabalhadores, seu parceiro no Foro de São Paulo, e de parte expressiva da Igreja, além dos "mágicos" recursos que recebe e que poucos conhecem a origem e o montante.

Os métodos do MST estão aperfeiçoados pela experiência adquirida desde os tempos das Ligas Camponesas.

Não é preciso ser especialista para aquilatar o risco que o Brasil corre, pela ação cada vez mais ousada e radical do MST.

A diferença fundamental entre as Ligas Camponesas e o MST é que as Ligas jamais conseguiram que um presidente da República colocasse o seu boné na cabeça. Luiz Inácio Lula da Silva vestiu o boné do MST.

Onda esquerdista
1955 a 1963

O início da década de 1960, com a posse de Jango na Presidência da República, caracterizou-se por galopante e variada infiltração comunista no País, em todos os níveis da administração pública. Houve por parte do governo uma grande abertura política para a extrema esquerda, o que favoreceu vários movimentos subversivos.

PCdoB

O princípio do "fracionismo" e o "direito de tendência" provocaram cisões e dissidências. Uma das principais organizações formadas depois das expulsões e dissidências do PCB, em 1962, foi o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

De 11 a 18 de fevereiro, realizou-se, em São Paulo, uma Conferência Nacional Extraordinária, quando se fundou o PCdoB, que não aceitava a viabilidade pacífica para a tomada do poder.

Elegeu-se um Comitê Central composto por: João Amazonas; Maurício Grabois; Pedro Pomar; Carlos Nicoláu Danielli; Calil Chade; Lincoln Cordeiro Oest; Ângelo Arroyo; Elza Monerat; e Walter Martins.

Diógenes Arruda Câmara só aderiu ao PCdoB após a Contra-Revolução de 1964.

Neste mesmo ano, uma delegação do PCdoB foi à China, recebendo de Mao Tse Tung, dirigente chinês, o conselho: *"Guerrilha, acima de tudo"*.

O PCdoB, radicalizando, se alinhou inicialmente ao PC chinês e, posteriormente, ao Partido Comunista da Albânia. Sua linha de ação - luta armada - defendia ações decisivas e enérgicas. Pregava que *"as classes dominantes voluntariamente não cederão suas posições e tornam inviável o caminho pacífico da revolução"*. Segundo eles, *"A luta armada é o único caminho para dar o poder ao povo"*.

Ainda no governo Jango, um grupo de militantes foi enviado à China, onde recebeu treinamento na Escola Militar de Pequim.

A revolução deveria ser desencadeada, simultânea e conjuntamente, por camponeses, operários, estudantes, intelectuais, soldados, sargentos, oficiais, sacerdotes e outros segmentos do povo para instalar um Governo Popular Revolucionário. O PCdoB reeditou o jornal *A Classe Operária*, sob a responsabilidade de Maurício Grabois e Pedro Pomar.

Ação Popular

Um grupo de esquerda na Igreja Católica, composto entre outros, por Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, os padres Francisco Lago, Alípio de Freitas e pelos jovens da esquerda católica - Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) - divergia na forma de ação. Os integrantes mais radicais desses grupos de jovens, impedidos de exercer atividades políticas no seu meio, se agruparam e se estruturaram dentro de novas concepções. Despertados pelo ideal da "Revolução Brasileira", organizaram um novo grupo, que contava, em sua grande maioria, com universitários, intelectuais e artistas.

Em janeiro de 1962, em São Paulo, criou-se o Grupo de Ação Popular.

Em junho desse mesmo ano, em Belo Horizonte, foi aprovado um documento que alterou o nome da organização para Ação Popular, sendo eleita uma coordenação nacional.

Desde o início, a AP teve também um ramo da linha protestante. Um dos seus líderes foi Paulo Stuart Wright, considerado desaparecido político.

Sempre caminhando para a esquerda, orientando-se pela linha chinesa e cada vez mais se aproximando do PCdoB, tornou-se dia a dia mais radical.

Em fevereiro de 1963 foi realizado o I Congresso da AP, considerado oficialmente como o seu Congresso de Fundação.

Seus principais fundadores, na maioria líderes estudantis, foram: Herbert José de Souza (Betinho); Aldo Arantes; Luís Alberto Gomes de Souza; Haroldo Borges Rodrigues Lima; Cosme Alves Neto; Duarte Pereira; Péricles Santos de Souza; Vinícius Caldeira Brandt; Jair de Sá; e José Serra.

Antes de 1964 já circulava o jornal *Ação Popular*, porta-voz das idéias revolucionárias do movimento.

Todos teriam papel de destaque nos atos de subversão e violência no período pós Contra-Revolução de 1964.

Sobre Paulo Stuart Wright, seu irmão, pastor James Wright, enquanto vivo, atribuiu a mim seu desaparecimento. Uma de suas sobrinhas, Delora Wright, escreveu o livro *O coronel tem um segredo*, onde pede que eu informe o que aconteceu com ele. Gostaria que a família de Paulo Stuart Wright soubesse que ele jamais foi preso por uma equipe do DOI/CODI/II Ex ou esteve sob minha guarda e responsabilidade.

PORT

Desde 1929 organizavam-se no Brasil grupos políticos reunindo marxistas simpatizantes de Trotsky. O mais importante desses grupos foi o PORT.

O Partido Socialista Revolucionário (PSR), vinculado à IV Internacional (Trotskista), dissolveu-se em 1952.

Em 1953, para assumir seu lugar foi fundado o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), formado por um grupo de estudantes e jovens intelectuais.

Em fevereiro de 1963, o PORT realizou, em São Paulo, um Congresso Nacional com delegados procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba.

Pregava a revolução permanente, procurava criar o caos político, econômico e militar, a fim de levar o País a greves gerais, oportunidade em que tomaria o poder.

Na década de 60, o PORT começou a ter expressão. Tinha um número de militantes reduzido, mas atuava em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Envolveu-se ativamente com as Ligas Camponesas em pleno governo Goulart.

POLOP

Em uma verdadeira mistura ideológica, marxistas independentes e dissidentes trotskistas reuniram-se em São Paulo, em fevereiro de 1961, e realizaram o Congresso de Fundação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, mais conhecida como POLOP.

Não chegou a se constituir em uma organização nacional. Aliciou, no entanto, jovens nos meios universitários dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Antes de 1964 recrutou militares nacionalistas.

Nilmario Miranda foi um dos seus militantes.

A POLOP lutava pela formação de uma frente de trabalhadores da cidade e do campo, operários e camponeses, excluindo a burguesia.

Em 1963, lançou o jornal *Política Operária*.

Após a derrubada de João Goulart, a POLOP ensaiou a definição de uma estratégia guerrilheira, envolvendo-se em duas articulações para deflagração de movimentos armados. Uma delas, a guerrilha de Caparaó.

Grupo dos Onze

A posição de Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, candidato permanente à Presidência da República, ao longo do governo Jango foi se tornando cada vez mais radical.

Em outubro de 1963, percebendo que o País estava à beira de um golpe de esquerda, criou um movimento subversivo chamado Grupo dos Onze (G-11). Brizola desejava estar inserido em um visível e provável plano de golpe de Estado.

Por meio de uma cadeia radiofônica, liderada pela rádio Mayrink Veiga, Brizola incitava o povo a organizar grupos que, depois de unidos, formariam o Exército Popular de Libertação (EPL). Os G-11 seriam a "Vanguarda Avançada do Movimento Revolucionário" e deveriam, segundo Brizola, considerar-se *"em revolução permanente e ostensiva"*.

Brizola, sempre trilhando os caminhos da esquerda radical, despontou durante algum tempo como um dos principais líderes do movimento subversivo no Brasil.

Os integrantes dos G-11 deveriam seguir os ensinamentos dos "folhetos cubanos" sobre as técnicas de guerrilha.

Abaixo, alguns trechos do documento "Instruções Secretas" que os guiariam em suas ações:

> "Esta é uma informação apenas para uso somente de alguns companheiros de absoluta confiança. Os reféns devem ser sumariamente e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem posteriormente para sua condenação e destruição".
>
> "Devemos nos lembrar que, hoje, temos tudo a nosso favor, inclusive, o beneplácito do governo e a complacência de poderosos setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios".
>
> " ... os camponeses, dirigidos por nossos companheiros, virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósito de cereais e armazéns gerais".
>
> "A agitação será nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próximo às casas de armas e munições e nos bairros eminentemente populares e operários ..."
>
> "Desses pontos, à sombra da massa humana, deverão convergir os G-11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajuntando pelas ruas e avenidas para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os molotovs

> e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares ..."
>
> "Ataques simultâneos serão desfechados contra as centrais telefônicas, rádio-emissoras, TVs, casas de armas, pequenos quartéis militares ..."

Alguma semelhança com a guerrilha deflagrada em maio, em São Paulo?

Como a revolução vinha sendo preparada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguindo a chamada "via pacífica", Brizola, no seu radicalismo orientado pelos "folhetos cubanos", aproximava-se, cada vez mais, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), considerado um possível aliado:

> "Existe uma ala mais poderosa que, dia a dia, está se elevando no conceito do proletariado marxista, seguidora dos ideais de Mao Tse Tung, de Stalin, e que são, em ultima análise, os de Marx e Engels. É nessa ala, hoje muito mais poderosa que a de Moscou, que iremos buscar a fonte de potencialidade material e militar para a luta de Libertação Nacional."

Brizola organizou 5.304 grupos, totalizando 58.344 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, principalmente. (DUMONT, F. *Recordando a História* - www.ternuma.com.br)

As organizações esquerdistas radicais infiltradas nos órgãos públicos, nas fábricas, nas igrejas, nos quartéis e em vários segmentos populares integravam o esquema para a futura prática de ações de guerrilha rural e urbana. Elementos treinados em Cuba, União Soviética e China comunista infiltravam-se nos movimentos de camponeses armados que, cada vez mais, ganhavam força.

Está aqui a prova de que os comunistas não lutaram contra a "ditadura militar", após 1964, como apregoam as esquerdas até hoje. Lutaram, sim, desde muito antes, para a implantação no Brasil de uma ditadura do proletariado, de acordo com as variadas matrizes políticas que orientavam o Movimento Comunista Brasileiro.

Derrotados em 1935, prosseguiram desde então em seus planejamentos e preparativos. A fase maior de toda essa preparação ocorreu no governo João Goulart, portanto em plena democracia e Estado de Direito.

A imprensa e a Contra-Revolução

Durante o governo Jango, a imprensa foi uma das principais motivadoras da deposição do presidente.

Propalou, constantemente, a existência do caos administrativo, da corrupção e do desgoverno.

Participou, ativamente, da divulgação de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem.

A sociedade e a imprensa escrita e falada da época, alinhadas e irmanadas, clamavam, com manifestos e editoriais, por medidas que evitassem a derrocada do País, levando-o à anarquia. Abaixo transcrevemos alguns desses trechos:

> "Os abaixo-assinados, democratas brasileiros e dirigentes de entidades, sentem-se no dever de vir a público, no exato momento em que forças arregimentadas pelo comunismo internacional ameaçam golpear as instituições ..."
>
> "É chegada a hora de os democratas crerem nas realidades. A revolução comunista não virá: JÁ VEIO, está instalada no poder. Está nos postos de maior responsabilidade do governo João Goulart. Está na Petrobras, hoje entregue aos inimigos de Getúlio. Está no CGT, sem que ninguém na esfera trabalhista se levante em defesa da democracia conspurcada. Está nesse desejo criminoso de reformar a Constituição, para golpeá-la mortalmente."
>
> " ... Por tudo isso, nós, dirigentes de entidades, apelamos para o senso de patriotismo dos brasileiros democratas: defendam até o último instante os postulados da democracia, fortalecendo e incentivando o Congresso Nacional; exigindo a manutenção correta da Constituição ameaçada ..."
>
> " ... Se é para golpear a Constituição, haverá os apátridas de golpear, em primeiro lugar, os brasileiros que não se venderam aos desígnios do comunismo internacional. E advertimos: somos muitos os dispostos a morrer pelo Brasil dos brasileiros.
>
> Guanabara, 13 de junho de 1963.
>
> Aristóteles Luiz Drummond, presidente do Grupo de Ação Patriótica; Waldo Domingos Claro, presidente da Aliança Democrática Brasileira; Sra. Amélia Bastos, Campanha a Mulher pela Democracia; João Batista Gabriel, Frente da Juventude Demo-

crática; Caio Gomes Machado, Brigada Estudantil em Defesa da Democracia; Floriano Maciel, Resistência Democrática; e Roberto Teixeira, Movimento Estudantil Católico."

(*O Globo*, 14/06/1963).

"Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato."

(Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1964).

"Agora se decidirá se nós conseguiremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem perda de nossas instituições livres ou se, ao contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas ..."

(*O Globo* - 31/03/1964).

"Aquilo que os inimigos externos nunca conseguiram, começa a ser alcançado por elementos que atuam internamente, ou seja, dentro do próprio País."

(*Folha da Tarde*, 31/03/1964).

"Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado Socialista. Aí, todos diriam que desaparecera a legalidade democrática, mas ninguém mais teria como recuperar as perdidas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e quem sabe? em funcionamento os pelotões de fuzilamento, segundo o modelo cubano."

"Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida que dê a seus adversários o direito de trucidá-lo, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar."

(*O Globo*, 31/03/1964).

" ... Além de que os lamentáveis acontecimentos foram o resultado de um plano executado com perfeição e dirigido por um

grupo já identificado pela Nação Brasileira como *interessado na subversão geral do país com características nitidamente comunistas."*

(*Correio do Povo*, 31/03/1964).

"O presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica a sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. E, os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e subordinados em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir a carência de amparo legal. Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas"

(*Jornal do Brasil*, 31/03/1964).

"Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-lei, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento de custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o País e levar avante sua política continuísta. Basta de demagogia, para que, realmente, se possam fazer as reformas de base".

" ... queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o senhor João Goulart não tem a capacidade para

exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor.

É admissível que o senhor João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas, para isto o senhor João Goulart terá de desistir de sua política atual, que está perturbando uma Nação em desenvolvimento e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura.

Os poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!"

(*Correio da Manhã*, 31/03/1964).

"Fora

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor.

Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos, o Brasil agüentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o Sr. Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isso significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República que ele jurou defender ..."

" ... O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos."

" ... A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-la."

(*Correio da Manhã*, 01/04/1964).

"Atualmente, no presente governo, que ainda se diz democrata, a ideologia marxista e mesmo a militância comunista indisfarçada constituem recomendação especial aos olhos do governo. Como se já estivéssemos em pleno regime marxista-leninista, com que sonham os que desejam incluir sua pátria no grande império soviético, às ordens do Kremlin"

(*Diário de Notícias*, 01/04/1964).

"Quem estimula a indisciplina de marujos e fuzileiros e depois os transforma em bandidos e em seguida em pobres diabos pilhados em flagrante?

A partir de 13 de março o Sr. João Goulart tem injuriado muitos, em muito pouco tempo. Agora, ao que tudo indica, já lhe resta muito pouco tempo para injuriar quem quer que seja."

(*Jornal do Brasil*, 01/04/1964).

Essa mesma imprensa que, em 1964, pedia a renúncia de Jango ou a ação imediata da sociedade brasileira, para pôr fim à desordem, hoje, é tomada por estranha amnésia, fruto, certamente, dos profissionais da esquerda que povoam e dominam as suas redações.

Ontem, bradava por uma contra-revolução para impedir a tomada do poder pelos comunistas. Hoje, esquecida, chama de "golpe" a reação dos militares atendendo o chamamento que ela, impulsionada pela sociedade, fez.

Incoerência ou nova insensatez em marcha?

Agitação nos quartéis

Em 1958, fui transferido para o Rio de Janeiro, para fazer o Curso de Defesa Antiaérea, em Deodoro.

Todos os dias eu saía, por volta de 5 horas da manhã, de lotação, até a Central do Brasil, onde pegava o trem das 6h05, que seguia para Deodoro, Vila Militar, Campo Grande e ia até Santa Cruz. Era o famoso trem das professoras. Nele se iniciaram muitos namoros que, em alguns casos, terminaram em casamento. Foi o meu caso. No trem conheci minha mulher, Joseíta. Chegávamos à estação da Central, vindos de locais diferentes. Eu, de Ipanema e ela, da Usina da Tijuca. Íamos felizes da vida, apesar do horário. Viajávamos juntos até Deodoro, meu paradeiro. Ela continuava até Campo Grande, onde ainda pegava outro lotação para dar aula em uma escola da zona rural. Foram dias muito felizes e o início de um amor que dura até os dias de hoje, além de um companheirismo que se intensifica com o passar dos anos.

Terminado o curso, fiquei até 1963 como instrutor na Escola de Defesa Antiaérea e, paralelamente, fiz o Curso de Técnica de Ensino.

Em janeiro de 1964, fui transferido para o 1° Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo.

A situação nessa época era de incerteza. Existia nos quartéis um grande número de militantes comunistas infiltrados, principalmente no meio dos sargentos, que vinham sendo doutrinados havia muito tempo. A mobilização de alguns graduados, ligados ao PCB, visava a desestabilizar a disciplina e a hierarquia.

Em 1963, os sargentos já haviam se revoltado em Brasília. O comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, além da assembléia no Automóvel Clube, foram verdadeiras demonstrações de força dos sargentos.

Logo depois, ocorreu a rebelião de centenas de marinheiros, que, depois de abandonarem suas unidades, concentraram-se no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Guanabara.

O ambiente era tenso. Os infiltrados "trabalhavam" os recrutas de suas unidades. Dentro dos quartéis doutrinavam com relativa liberdade, acobertados por reivindicações de classe. Desenvolvia-se a campanha comunista.

A respeito desse assunto, o ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, expulso em 1964, em depoimento declarou:

> "... Muito antes do golpe de 1964 já participava ativamente da luta revolucionária no Brasil na medida das minhas forças. Creio que desde 1957, ou melhor, desde 1955 (...) Naquela altu-

ra o povo começava a contar com a orientação do Partido Comunista Brasileiro ..."

"Até 1964, não havia problema de clandestinidade nem nada disso. Dentro dos quartéis trabalhávamos com relativa liberdade e fazíamos recrutamento político abertamente. Eu, por exemplo, algumas vezes chegava a reunir 50 ou 60 soldados numa sala do quartel e discutia com eles o problema da revolução (...) Certa vez coloquei um soldado de guarda à porta da sala do quartel, para vigiar a chegada de algum oficial, e falei da União Soviética a numerosos cabos e soldados. Falei da grande Revolução de Outubro de 1917 ..."

(CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil - 1967/ 197* - Moraes Editores - Prêmio Testemunho/1973, Casa de Las Américas).

Ao chegar à minha nova unidade, fui designado para comandar a 4ª Bateria. O 1° Grupo era composto pelas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Baterias de Canhões Antiaéreos e pela Bateria de Comando e Serviços.

Nessa época, o comandante da Bia. de Comando e Serviços era o 1° tenente Carlos Mário Pitet, que comungava dos mesmos princípios ideológicos que eu. Havia, ainda, mais uma Bia. de Canhões, cujo comandante era solidário a nós e do qual não me lembro o nome. Quanto às demais, eram consideradas como "baterias vermelhas", já que seus comandantes eram simpatizantes do governo.

Quando assumi o Comando da 4ª Bia., tratei, imediatamente, de aprimorar a instrução e a disciplina e de dedicar um esforço considerável na manutenção e no preparo do material bélico. Meus sargentos e soldados eram um todo unido e coeso. Quanto aos oficiais, consegui, antecipadamente, transferir para outra Bateria um tenente que não me inspirava confiança.

No que diz respeito aos sargentos, tive problemas apenas com um. Ao fazer uma revista inopinada, o sargento encontrava-se ausente. Quando tomei conhecimento de que ele vinha se ausentando do expediente, por que passava o dia fazendo propaganda comunista, em frente à estação da Central do Brasil, coloquei seu nome no pernoite (revista feita às 21 horas). Ele faltou à revista três dias seguidos. Como alguém deve tê-lo avisado e sabendo que, após sete ausências, passaria à situação de desertor, compareceu ao quartel e se apresentou na Bateria. Estava em estado lastimável. Barba por fazer, cabelos grandes para os padrões militares, camisa para fora das calças e, no lugar de usar coturnos, usava botas de cano curto, onde carregava uma faca.

Determinei que fosse se recompor e se uniformizar corretamente. Em seguida, pedi seu recolhimento à prisão. Não demorou um dia no xadrez. Deu parte de doente. Baixou ao Hospital Militar, de onde se ausentava para continuar sua propaganda comunista.

Prosseguindo, ao fazer uma revista no material, constatei que faltavam mosquetões, metralhadoras e munição. Recebi um informe de que o material em questão estava guardado em uma sala, cujas chaves estavam em poder desse sargento. Arrombada a porta, o material foi recuperado e voltou a ocupar o seu lugar na sala de material bélico.

Posteriormente, após a Contra-Revolução, tal sargento foi cassado, como outros sargentos e oficiais.

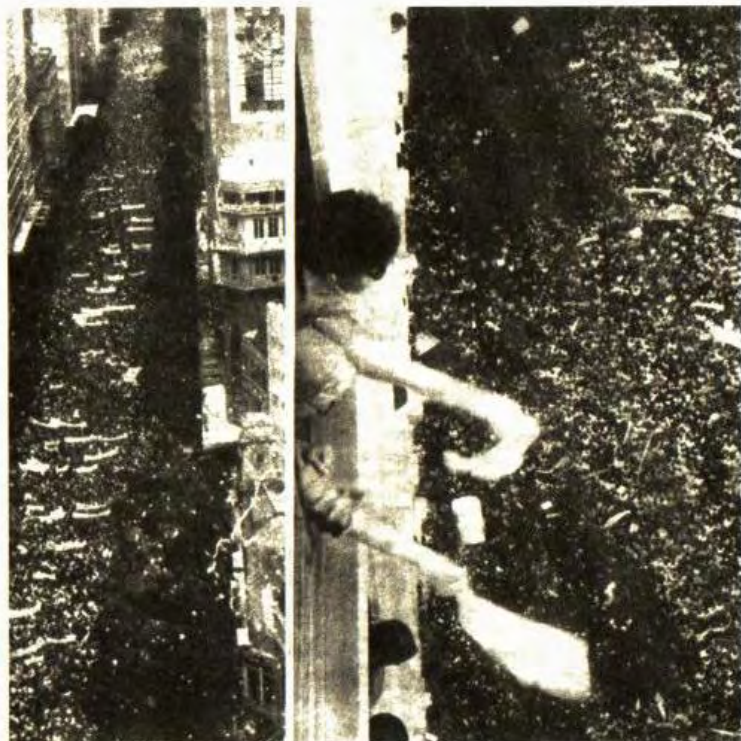
Em verdade, a situação no 1° G Can 90 AAé era embaraçosa. Duas Baterias a favor de Jango e três contrárias à anarquia crescente que se instalava no País. E assim era em muitos quartéis...

Em 1964, eu era um jovem capitão, com 31 anos de idade. Diariamente lia, no refeitório dos oficiais, os jornais da época, como *O Dia*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*. Todos eram unânimes em condenar o governo João Goulart e pediam a sua saída em nome da manutenção da democracia. Apelavam para o bom senso dos militares e exigiam a sua intervenção, para que o Brasil não se tornasse mais uma nação comunista. E eu assistia a tudo aquilo com muita apreensão. Seria correto agirmos para a queda do governo constituído? Comprei uma Constituição do Brasil e a lia constantemente. Cada vez mais, sentia que a minha posição era a correta, ou seja, apoiar os militares que vinham se contrapondo ao desgoverno Jango.

Como sabemos, às Forças Armadas cabe zelar pela manutenção da lei e da ordem. Logo, tendo em vista o que ocorria, concluí que tínhamos de defender a Nação e o Estado e não o governo, que vinha, sistematicamente, ferindo a Constituição. A cada dia, ficava mais claro que, mais cedo ou mais tarde, haveria um confronto. A bem da verdade, do outro lado não eram todos comunistas. Havia também, e em grande número, militares legalistas, que se aferravam ao dever de garantir o que consideravam legal, a qualquer custo, mesmo naquele estado de anarquia crescente.

Mandei colocar numa moldura, na entrada da Bateria, a frase do tenente Siqueira Campos, muito adequada ao momento no qual vivíamos:

"À Pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão"

O meu estado de espírito era o de alguém que se encontrava em plena marcha para o combate. Um combate fratricida do qual não imaginava o desfecho.

A "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", em 02/04/1964 reuniu no Rio de Janeiro, mais de um milhão de pessoas

Marcha da Família com Deus e pela Liberdade - São Paulo

A gota d'água - Jango na assembléia com os sargentos, no Automóvel Club, em 30 de março de 1964, véspera da Contra-Revolução - O Globo - 27/03/2004

JANGO GOULART no Automóvel Club, no dia 30 de março

Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, nos braços dos marinheiros sublevados - O Globo - *27/03/2004*

SÁBADO, 27 DE MARÇO DE 2004

E o mar se agitou

Marcha da Família com Deus e pela Liberdade - Belo Horizonte

Marinheiros sublevados, na Avenida Rio Branco - Rio de Janeiro

Minas, rastilho da Contra-Revolução

Em 30 de março de 1964, o governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, tornou público um manifesto, confirmando sua posição favorável às reformas que o País aspirava, mas não concordando que elas fossem usadas como pretexto para ameaçar a paz social.

No dia seguinte, 31 de março, Magalhães Pinto lançou uma Proclamação. Nela declarava que tinham sido inúteis as advertências feitas ao País e considerava ser seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo presidente da República.

O general Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisionária (ID/4), sediada em Belo Horizonte, no dia 1° de abril lançou um manifesto afirmando que, honrando sua heróica tradição, o povo mineiro iniciou a luta pela liberdade, como sempre. Em verdade, já na tarde do dia 30 de março, o general Guedes reuniu seus oficiais no comando da ID/4 e lhes informou que, a partir daquele momento, se julgava rebelado e não mais cumpriria ordens do governo federal.

Sem dúvida, a posição firme e decidida do governador Magalhães Pinto tornou possível a deflagração da Contra-Revolução.

Minas Gerais acendia o pavio da Contra-Revolução!

O comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel PM José Geraldo, com o apoio irrestrito do governador, foi decisivo para o êxito das ações em Minas, ao colocar os 18.000 homens da Policia Militar à disposição do Exército.

A 4ª Região Militar/4ª DI, sediada em Juiz de Fora, era comandada pelo general-de-divisão Olympio Mourão Filho. Às 4h30 de 31 de março, o general Mourão informou ao general Guedes que ia partir com suas tropas para o Rio de Janeiro. Em seguida, ligou para o general Muricy, solicitando sua presença para apoiá-lo na condução das operações.

Outro apoio, não menos importante e valioso, foi o do marechal Odylio Denys, ex-ministro da Guerra, que, embora na reserva, viajou para Juiz de Fora onde contribuiu para o sucesso das operações e da própria Contra-Revolução.

Nessa cidade, foi organizado o Destacamento Tiradentes, sob o comando do general Muricy, constituído pelas seguintes unidades:

- 10° Regimento de Infantaria (10° RI), de Juiz de Fora;
- 11° Regimento de Infantaria (11° RI), de São João del Rey;
- 2° Batalhão do 12° Regimento de Infantaria (2°/12° R I), de Belo Horizonte;
- um Grupo de Artilharia, de Juiz de Fora;
- um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado;
- um Batalhão de Polícia Militar, de Juiz de Fora;
- um Batalhão de Polícia Militar, de Governador Valadares.

Em Belo Horizonte foi criado o Destacamento Caicó, assim constituído:

- 1° Batalhão de Infantaria do 12° RI (1°/12° R I);
- um Batalhão de Polícia Militar, de Montes Claros;
- uma Bateria de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/BH);
- uma Bateria de Obuses do 4° RO 105, de Pouso Alegre.

O Destacamento Caicó deslocou-se sem resistência até Brasília, onde permaneceu por 19 dias.

Já com o Destacamento Tiradentes, os fatos não ocorreram de maneira tão tranqüila.

Do Estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, deslocaram-se para Juiz de Fora as tropas da Infantaria Divisionária1 (ID/1), sob o comando do general Luiz Tavares da Cunha Mello, com a missão de deter o avanço do Grupamento Tiradentes.

Na Vanguarda, marchavam o 1° Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), comandado pelo coronel Raimundo Ferreira de Sousa, apoiado pelo II Grupo de Artilharia do 1° Regimento de Obuses 105 - 1° RO 105 (Regimento Floriano).

Esse grupo, que iniciou a marcha para Juiz de Fora às 18h00 do dia 31 de março, era composto pela 4ª Bateria de Obuses sob o comando do capitão Gualberto Pinheiro, pela 6ª Bateria de Obuses sob o comando do capitão Audir Santos Maciel, pela Bateria de Comando e pela Bateria de Serviços.

Segundo depoimento do coronel Audir Santos Maciel, no tomo 11 da *História Oral do Exército*:

> "No dia 31 de março, o II Grupo do Regimento Floriano recebeu a missão de seguir para Minas e perguntamos para os nossos chefes o que estava acontecendo, o porquê. E as informações que nos passaram eram muito diferentes daquilo que, depois, viemos a constatar. Entre outras coisas, disseram que íamos combater um levante da Polícia Militar mineira (...) Nos enganaram para que saíssemos."

À retaguarda da Vanguarda marchava sob o comando do general Cunha Mello o restante da tropa, composta pelo 2° Regimento de Infantaria e pelo I Grupo do 1° RO 105.

Nas proximidades de Três Rios, o Grupamento Tiradentes e a Vanguarda da ID/1 se defrontaram e se desdobraram no terreno, preparando-se para o confronto.O general Muricy, comandante do Grupamento Tiradentes, conhecia o coronel Raimundo, comandante do Regimento de Infantaria que marchava na Vanguarda, o

1º RI, com a missão de detê-lo. O coronel Raimundo mantinha um excelente relacionamento com o marechal Odylio Denys que, por sua vez, apoiava o general Mourão, comandante das tropas de Juiz de Fora. Em conseqüência, e por intercessão de oficiais de ambos os lados, o marechal Denys mostrou ao coronel Raimundo o porquê da reação contra o governo João Goulart e pediu sua adesão à Contra-Revolução. O coronel aderiu e o 1º RI passou-se para o lado das tropas mineiras. Na ocasião, a 4ª Bateria do II Grupo do 1º RO 105, sob o comando do capitão Gualberto Pinheiro, também aderiu ao movimento.

Com tais adesões, a Vanguarda da 1ª DI, em vez de impedir o acesso do Destacamento Tiradentes ao Rio, passou a apoiá-lo.

O Destacamento Tiradentes, agora reforçado, prosseguiu sua marcha em direção à cidade do Rio de Janeiro, até se defrontar, na tarde do dia 1º de abril, com o restante das tropas do general Cunha Mello.

Novamente, os oponentes se desdobraram no terreno e ocuparam posições para o combate. Ocorreram trocas de informações entre os Estados-Maiores de ambos os lados. Os acontecimentos de Resende, acrescidos da renúncia do general comandante do Primeiro Exército (I Ex), foram fatores decisivos para evitar o confronto.

O general Cunha Mello retornou ao Rio de Janeiro, sem lutar ou aderir à Contra-Revolução.

Prevalecera o bom senso e o patriotismo de brasileiros, que, assim, evitaram um inútil derramamento de sangue.

O Destacamento Tiradentes continuou sua marcha vitoriosa e chegou ao Rio de Janeiro às 7h30 do dia 2 de abril, ficando acantonado nas instalações do Estádio do Maracanã, até o seu retorno para Minas Gerais.

O rastilho aceso em Minas Gerais prosseguiu seu curso, levando a Contra-Revolução a todos os recantos do País, sem sangue e sem confrontos, numa demonstração inequívoca de maturidade política da sociedade brasileira.

Vale lembrar que as forças oponentes se comportaram de forma cavalheiresca e visceralmente contrária ao que preconizavam os manuais dos revolucionários da esquerda. Enquanto esses preconizavam saques, incêndios e violência, os militares do Exército Brasileiro honraram o legado de Caxias, seu ínclito patrono: fidalguia e respeito com os vencidos e pacificação do País.

Fonte:

- *História Oral do Exército* - depoimentos de: general Cid de Godofredo Fonseca - Tomo 3; general José Antonio Barbosa de Moraes - Tomo 2; coronel Ítalo Mandarino - Tomo 3; coronel Carlos Alberto Guedes - Tomo 9; coronel Everton da Paixão Curado Fleury - Tomo 3; coronel Henrique Carlos Guedes - Tomo 3; coronel Waldir Abbês - Tomo 3; e coronel Audir Santos Maciel - Tomo 11.

Encontro de irmãos de armas
Lição de amor ao Brasil

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sob o comando do general-de-brigada Emílio Garrastazu Médici, desempenhou papel de extrema importância nos acontecimentos ocorridos naqueles dias.

A determinação e a firmeza com que o general Médici decidiu empregar os cadetes em ações militares, interpondo-se entre as tropas do então I Exército (I Ex), que se deslocavam no sentido Rio de Janeiro-São Paulo, e as tropas do II Exército (II Ex), que se deslocavam com propósitos antagônicos aos do I Exército, no sentido São Paulo-Rio de Janeiro, evitaram, sem dúvida, um inútil derramamento de sangue entre brasileiros e, em particular, entre irmãos de farda.

Já na véspera do início da Contra-Revolução, em 30/03/1964, o comandante da AMAN expediu uma Nota de Serviço Especial, alertando quanto à intranqüilidade vivida pelo País e relembrando a importância de serem preservados, até a última instância, os princípios basilares da Instituição: a hierarquia e a disciplina.

Seqüência de fatos ocorridos no dia 31 de março de 1964 na AMAN

- Às 17h30, o comandante da Academia recebeu do comandante do I Ex a determinação de colocar e manter em prontidão o Batalhão de Comando e Serviços, em face do levantamento de Minas Gerais, com o apoio das Forças Federais e Estaduais sediadas naquele estado, contra o governo federal.
- Às 20h30, o coronel Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do Corpo de Cadetes, deu ciência aos cadetes da deflagração do movimento em Minas Gerais e os concitou a se manterem calmos e confiantes.

Seqüência dos fatos ocorridos no dia 1° de abril de 1964 na AMAN

- Às 2h00, o general Arthur da Costa e Silva, que assumira o Comando Contra-Revolucionário no Estado da Guanabara, manteve contato com o comandante da AMAN e solicitou o apoio da Academia à Contra-Revolução.
- Às 2h30, o comandante do II Ex, São Paulo, general Amaury Kruel, informou ao comandante da AMAN ter aderido à Contra-Revolução e haver determinado, àquela hora, o deslocamento das tropas do II Ex para o Estado da Guanabara, pelo eixo da antiga BR-2, Rio-São Paulo, atual BR-116. Na ocasião, solicitou o apoio da Academia. De pronto, o general Kruel ouviu do general Médici a resposta de que a AMAN aderia à Contra-Re-

volução e que garantiria o livre deslocamento das tropas do II Ex pelo município de Resende.

- Às 3h00, o comandante do I EX, situado no Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, informou ao comandante da AMAN que determinara o deslocamento do Grupamento de Unidades Escolas (GUEs) na direção Rio-São Paulo, prevendo a passagem de suas tropas por Resende às 12h00 daquele 1º de abril. O GUEs era constituído, entre outras unidades, pelos Regimento Escola de Infantaria (REsI), Regimento Escola de Cavalaria (REsC), Grupo Escola de Artilharia(GEsA), 1º Grupo de Canhões 90 mm Antiaéreos e Batalhão Escola de Engenharia.

- Às 3h10, os oficiais da AMAN foram informados da decisão do comandante da Academia em empregar os cadetes nas operações.

Situação existente às 6h00 do dia 1º de abril

- I Ex - situação indefinida na cidade do Rio de Janeiro;

- Destacamento da Infantaria Divisionária, da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4), com sede em Belo Horizonte, Destacamento Caicó, em deslocamento para Brasília;

- 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI), com sede em Juiz de Fora, Destacamento Tiradentes, em deslocamento para o Rio de Janeiro;

- GUEs (Grupamento de Unidades Escola) iniciando, o deslocamento de algumas unidades na direção Rio de Janeiro - São Paulo;

- 1ª D I/Guanabara, constituída, entre outros, pelos 1º Regimento de Infantaria, 2º Regimento de Infantaria, 3º Regimento de Infantaria, 1º Regimento de Obuses 105 e 1º Batalhão de Engenharia, deslocando-se na direção Rio de Janeiro - Juiz de Fora;

- II Ex/São Paulo, a maioria de suas tropas deslocando-se na direção do Rio de Janeiro;

- AMAN - solidária ao II Ex. Suas tropas assegurariam a passagem do II Ex na região de Resende.

Seqüência das operações entre 6h00 e 8h30

- Vislumbrava-se um possível encontro entre as tropas do I Ex e do II Ex. As informações eram de que esse presumível encontro dar-se-ia próximo à região de Resende.

- Face à possibilidade das informações acima virem a se concretizar, o comandante da Academia decidiu empregar o Corpo de Cadetes para impedir o acesso das forças do I Ex à região de Resende.

- Às 6h20, foi distribuída aos cadetes a seguinte nota:

> "Cadetes! O comando da AMAN teve ciência que os II e IV Exércitos (IV Ex, sede em Recife - nota do autor) aderiram às forças da 4ª Região Militar (Juiz de Fora)."
>
> O general Kruel, comandante do II Exército, se ligou pessoalmente com o general comandante da AMAN para informá-lo da situação e solicitar medidas de segurança para a passagem de tropas que se deslocam para a Guanabara. O general comandante da AMAN determinou assegurar o livre trânsito da mesma, o que será executado. O comandante do Corpo de Cadetes, cumprindo determinação do exmo. sr. Gen. comandante, lembra aos cadetes que, na oportunidade, a maior contribuição a ser dada pelo Corpo de Cadetes é a manutenção das atividades normais, com disciplina e calma, confiantes todos em que, na hora em que se fizer necessário, a AMAN agirá como um todo coeso e forte."

Em cumprimento à decisão do comandante da Academia, foi organizada uma vanguarda, integrada por cadetes, que iniciou o seu deslocamento às 8h30. A vanguarda estava assim constituída:

- um Esquadrão de Cavalaria Motorizado, sob o comando do major de Cavalaria Ernani Jorge Corrêa. Esse Esquadrão, formado por cadetes do Curso de Cavalaria, tinha como missão ocupar uma Posição de Retardamento (PR), na região do Km 277 da Via Dutra;

- uma Companhia de Infantaria Reforçada, comandada pelo capitão de Infantaria Geise Ferrari, constituída pelos cadetes do Curso de Infantaria, com a missão de ocupar uma Posição Defensiva (PD), próxima à fábrica White Martins, no Km 283 da Via Dutra. Cabia, também, a essa PD acolher o Esquadrão de Cavalaria, que, a partir da posição ocupada na PR, executaria uma Ação de Retardamento, até ser acolhido pela PD;

- uma Bateria de Obuses 105 mm, comandada pelo capitão de Artilharia Dickens Ferraz, constituída por cadetes do Curso de Artilharia, recebeu a missão de ocupar uma Posição de Tiro no Km 286, da BR-116, 3 Km à retaguarda da Posição Defensiva;

- um Pelotão de Engenharia, constituído por cadetes do Curso de Engenharia, se preparou para a destruição dos viadutos da Guarita e da Rede Ferroviária Federal, nas proximidades do Km 278 da Via Dutra; e

- duas equipes de cadetes do Curso de Comunicações.

Paralelamente, quando a Vanguarda da AMAN iniciou seu deslocamento para ocupar suas posições na Via Dutra, foi divulgado para todo o País a promulgação abaixo, intitulada "Irmãos em Armas".

"Aqui estão os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que, hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar.

A AMAN, ao adotar a atitude que tomou - que nossa presença aqui materializa - pensou principalmente na validade eterna dos princípios de disciplina e hierarquia que têm sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a Mocidade Militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir a seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem, através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a história de nossa estremecida Pátria.

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos que, no fundo, cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos, nossa atitude significa, também, a tentativa de evitar o desperdício de energias que, talvez, venham a ser necessárias à defesa de nossos lares e das tradições que têm marcado nossa existência.

Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu. A Academia, por seus orientadores diretos, aqui está disposta a cumprir, na íntegra, tudo quanto nos tem sido ensinado como sagrado e proveitoso para a Pátria. Não tenteis cortar, sem maior ponderação, no seu nascedouro, tantas vocações capazes de gerar, para condução dos destinos do Brasil, os chefes de que carece a grande Nação a que todos, com orgulho, pertencemos.

Militares do Exército Brasileiro: que não seja esta a via dolorosa para vossas consciências e para a herança de vossos descendentes.

Unidos, teremos toda a gratidão da Pátria; se nos desaviermos, por certo o Brasil um dia nos condenará como autênticos dilapidadores do poder energético que tantos sacrifícios custaram a nossos antepassados.

Irmãos: que a bandeira brasileira, que tremula altaneira nos nossos mastros e reflete os sentimentos cristãos de nossos corações, nos cubra a todos e inspire nossas ações, nesses momentos graves de nossas vidas, tão úteis e necessárias à grandeza do nosso querido Brasil."

Minha incorporação na coluna do GUEs

Enquanto esses fatos ocorriam no Vale do Paraíba, às 7h00 do dia 1° de abril eu estava fazendo a formatura da minha Bateria, no 1° Grupo de Canhões 90 Antiaéreos, em Deodoro, Rio de Janeiro, quando ouvi o toque de clarim, chamando os oficiais para uma reunião com o comandante, coronel Antônio Sá Barreto Lemos Filho.

Após nossa apresentação, o comandante transmitiu-nos a seguinte ordem que recebera do comandante do Grupamento de Unidades Escolas - GUEs, general Anfrísio da Rocha Lima: o 1° G Can 90 AAé deveria fornecer uma Bateria de Canhões para integrar a coluna que se deslocaria em direção a São Paulo. Ainda, de acordo com a ordem recebida, essa Bateria seria comandada por mim, capitão Ustra, e eu seria acompanhado pelo capitão Cavalero.

Ponderei ao comandante que uma Bateria de Canhões 90 mm era totalmente inadequada para esse tipo de missão, porque seu material era usado para a defesa de pontos sensíveis, como pontes, fábricas, aeroportos, e levava algumas horas para entrar em posição. Jamais se prestaria para a defesa antiaérea imediata de uma coluna em movimento. Além disso, os canhões eram rebocados por tratores sobre lagartas e um longo deslocamento pelo asfalto acabaria com as borrachas das lagartas, retardando o movimento.

O coronel ouviu-me atentamente e disse que a ordem recebida do general Anfrísio deveria ser cumprida.

Pedi ao cel Sá Barreto permissão para me retirar e aprontar a minha Bateria, para me integrar à coluna que sairia do Rio de Janeiro para enfrentar as tropas do II Ex.

Nesse momento, o comandante disse-me:

- Capitão Ustra, a ordem que eu recebi é que, além do capitão Cavalero que o acompanhará, a Bateria que o senhor irá comandar não será a sua, a 4ª Bateria, mas sim a 2ª Bateria.

Nesse momento, percebi que aproveitavam a situação para me retirar do quartel e do comando da 4ª Bateria.

Raciocinando, contra-ataquei e ponderei:

- Coronel, há tempos venho preparando a minha Bateria para estar em plena condição de emprego. Todo o armamento está em ótimas condições de uso e gostaria que o Sr. me autorizasse a levá-lo, em lugar do material da 2ª Bateria, sugestão que o comandante aceitou.

Continuei pedindo mais e dizendo:

- Como a responsabilidade pelo armamento é dos meus sargentos, que eles sigam comigo, junto com o material pelo qual são responsáveis. Pedido negado.

Então, em um derradeiro esforço, pedi que, pelo menos, deixasse levar os cabos e os soldados da minha Bateria, com o que concordou.

Ato contínuo, saí do gabinete do comando e passei, imediatamente, a preparar a Bateria para integrar a coluna do GUEs que confrontaria as tropas do II Exército.

Aqui preciso fazer justiça ao meu comandante, cel Sá Barreto. Era adepto das idéias contra-revolucionárias e estava somente cumprindo ordens superiores. Naquele momento, não podia rebelar-se, nem mesmo ponderar, pois, em qualquer situação seria afastado do comando e substituído por um coronel janguista.

Retirando-me do quartel, minha Bateria, sem comando, no mínimo ficaria sem ação.

Antes dos meus cabos e soldados ocuparem suas posições nas viaturas, procurei falar com eles e explicar a difícil situação em que me encontrava. Mas eu estava vigiado. Então, expliquei ao meu ordenança, soldado Waldir de Souza Lima, o que acontecia e pedi que transmitisse o que se passava aos cabos e soldados. Frisei que, em qualquer situação, só obedecessem às minhas ordens.

Consegui falar, em particular, com o 1° sargento Silvio Saturno Correia, o mais antigo da 4ª Bateria. Orientei-o para que exercesse sua liderança em relação aos demais sargentos, para que se mantivessem calmos e confiantes e evitassem se manifestar. Expliquei-lhe ainda que estava me deslocando naquela situação por uma imposição do Comando do GUEs ao cel Sá Barreto, pois, em verdade, o que queriam era me separar da tropa que eu comandava, constituída de militares em quem eu confiava e que estariam sempre ao meu lado.

Às 9h00, o nosso comboio saiu do aquartelamento em uma situação inusitada. Na frente, no jipe do comandante da Bateria, estava o motorista e eu; no banco traseiro, o capitão Jorge Cavalero, dois anos mais antigo do que eu, tendo a seu lado o meu soldado ordenança. Para os civis, não acostumados com os regulamentos militares, devo esclarecer que esse capitão, por ser mais antigo, deveria estar na frente, no lugar de destaque.

Cada peça de artilharia era comandada por um sargento que eu não conhecia e no qual não confiava. Além disso, os sargentos deveriam ter sido orientados para obedecer às ordens do capitão Cavalero. Mesmo assim, eu contava com o trunfo de ter, nessas mesmas peças, cabos e soldados, instruídos e orientados por mim, que não cumpririam as ordens dos sargentos e do capitão Cavalero.

O dia estava frio e chuvoso. Não tivemos tempo de preparar os trens de cozinha para confeccionar as nossas refeições. Saímos apenas com um "catanho"

para cada um. Nele, estavam dois pães franceses com mortadela, ovos cozidos, bananas e algumas mariolas. Para beber, apenas um cantil com água. Os soldados não tinham japona e nada mais que os protegessem da chuva. Também não tinham com o que contar em termos de enfermeiros e material de primeiros socorros. Nada! Se realmente entrássemos em combate, não sei como seriam atendidos os possíveis feridos. Seguindo as minhas instruções, os motoristas retardaram ao máximo a marcha da coluna. Pneus foram esvaziados, viaturas apresentaram panes. Ao anoitecer, ainda não tínhamos completado a subida da Serra das Araras.

Acontecimentos a partir das 11h00 do dia 1° de abril

- Às 11h30, o 1° Escalão do II Exército, representado pelo 5° RI, de Lorena, aproximou-se de Resende.
- Às 12h30, chegaram a Resende, via rodoviária, o 2° Regimento de Obuses 105mm, de Itu, e a Bateria de Obuses do CPOR/SP; na estação ferroviária de Agulhas Negras, a 1ª Companhia do 2° Batalhão de Carros de Combate, que se deslocou por via ferroviária. Todas Unidades pertencentes ao II Exército.
- Às 12h45, o 2° Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, também pertencente ao II Exército, estacionou em Itatiaia.
- Às 13h00, o comandante da Academia Militar recebeu a comunicação de que o comandante do I Exército, general Armando Morais Âncora, e o comandante do II Exército, general Amaury Kruel, reunir-se-iam para uma conferência na AMAN. O general Âncora desempenhava, interinamente, o cargo de ministro da Guerra, pois o general Jair Dantas Ribeiro, ministro efetivo, estava internado com sérios problemas de saúde.

Ainda por volta das 13 horas, a Vanguarda do I Exército, constituída por um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, uma Companhia de carros de combate e uma Bateria de artilharia, fez alto e ocupou posição nas proximidades da entrada da cidade de Barra Mansa. Foi estabelecido contato com as tropas oponentes.

Nesse mesmo horário, a 2ª Bateria do Grupo Escola de Artilharia (GEsA), que integrava a Vanguarda do I Exército, ocupou uma posição de tiro.

Ás 14h00, as outras duas Baterias, que marchavam mais à retaguarda, em vez de buscar a área de desdobramento para ocupar posições de tiro, para surpresa do comandante do GEsA, cel. Aldo Pereira, não obedeceram às suas ordens. Em velocidade acima da prevista, continuaram seu deslocamento pela Via Dutra e aderiram à Contra-Revolução, sendo acolhidas pelo Esquadrão de Cavalaria que integrava a vanguarda das tropas da AMAN.

Tal gesto de coragem e determinação ocorreu sob a liderança do capitão Willy Seixas, oficial de Operações (S/3) do Grupo, de comum acordo com os dois comandantes de Bateria, capitão Affonso de Alencastro Graça e capitão José Antônio da Silveira, formados comigo na mesma Turma Santos Dumont.

Os bravos capitães demonstraram a excelente formação que receberam na AMAN, quando estávamos sob a liderança de dois grandes chefes que honram a Artilharia do nosso Exército: major Oziel de Almeida Costa, nosso instrutor chefe, e o capitão Luciano Salgado Campos, nosso comandante de Bateria.

Por deficiência de comunicações, o Esquadrão de Cavalaria não informou à Cia de Infantaria, que estava mais à retaguarda, sobre o episódio com as Baterias em questão. Assim, quando essas continuavam seu deslocamento para a região de Resende, depararam-se com a Infantaria da AMAN. Foram detidas e o bom senso prevaleceu.

Às 15h00, o cel. Obino Lacerda Álvares, da AMAN, reuniu-se com os comandantes das unidades da vanguarda do I Ex, quando ficou estabelecido que os dois lados manteriam as posições ocupadas, sem disparar suas armas, facilitando o deslocamento do general Âncora para a cidade de Resende, onde, na AMAN, conferenciaria com o comandante do II Exército, general Amaury Kruel.

Às 18h00, ocorreu o encontro entre os generais, no gabinete do comandante da AMAN. Não houve qualquer demonstração de rancor ou de falta de espírito militar. O general Âncora, tão logo chegou à Academia, foi recebido pelo general Médici, comandante da AMAN, com o seu Estado-Maior em forma.

Quando o general Âncora saltou do carro, o general Médici ordenou ao corneteiro que desse o toque a que ele tinha direito, sucedendo-se entre ambos uma troca de deferências, no mais genuíno cavalheirismo:

> General Âncora: - "Não é preciso. General derrotado não tem direito a sinais de respeito. Vim para me render".
>
> General Médici: - "Aqui estou para recebê-lo, onde não há outros derrotados senão os inimigos da Pátria. Recusando-se ao derramamento de sangue, Vossa Excelência está entre os vitoriosos de hoje. Suba comigo que o gen. Kruel o está esperando".

Após o encontro, ficou decidido que as operações no Vale do Paraíba estavam encerradas e que as tropas regressariam aos quartéis.

De todos os comandos militares chegavam adesões ao movimento. Não houve focos de resistência. A Contra-Revolução estava vitoriosa.

Depois das 20h00, a ordem de regresso chegou. Nesse momento, virei-me para o capitão Cavalero e lhe disse:

- Vocês perderam.

Ato contínuo, determinei o regresso da Bateria.

Chegamos à cidade do Rio de Janeiro durante a madrugada do dia 2 de abril. Estávamos com fome e frio. O "catanho" tinha sido consumido e nada mais restava para comer. Cansado e com fome, recolhi-me com os cabos e soldados na 4ª Bateria. Os sargentos, que haviam permanecido na minha Bateria, estavam eufóricos e nos abraçamos. Coloquei tapumes nas portas de entrada da Bateria e sentinelas durante a noite. Em seguida, fomos dormir, juntos, no alojamento dos cabos e soldados. Temíamos uma nova Intentona Comunista, quando muitos morreram dormindo.

O capitão Cavalero era um companheiro simpático. Oficial competente e ótimo instrutor. Infelizmente estava do outro lado. Sempre nos respeitamos e nunca houve ofensas de parte a parte. Ele foi cassado.

O encontro entre irmãos de armas na Academia Militar das Agulhas Negras talvez tenha sido um dos mais belos episódios da história militar do Brasil.

Por serem pouco difundidos, apresento detalhes das operações em curso, pois considero que eles encerram uma lição de amor ao Brasil, de lealdade e, sobretudo, de bom senso. O destino da Pátria era o farol que iluminava as tropas oponentes. De um lado, o I Ex, ainda comprometido com a sua missão constitucional e defendendo um governo legalmente constituído. De outro, o II Ex, rompendo com a constitucionalidade e motivado pela missão de restaurar a ordem, exigida pela grande maioria da sociedade brasileira, que julgava ter o governo perdido a legalidade de origem. Entre os dois Exércitos, a liderança insofismável de um grande chefe militar, que empenhou no iminente conflito o seu bem mais precioso: os jovens e vibrantes cadetes do Exército Brasileiro, que tinham no espadim que portavam - miniatura do sabre de Caxias - o próprio símbolo da honra militar.

Momentos memoráveis aqueles!

Fontes:

- *A participação da AMAN na Revolução de 31 de março de 1964* - Pesquisa histórica para o EME - 1985.

- *História Oral do Exército* - Depoimentos do general Antônio Jorge Corrêa - Tomo 1; general Ernani Jorge Corrêa - Tomo 5; e coronel Affonso de Alencastro Graça - Tomo 3.

General Muricy e seu Estado-Maior, na marcha para o Rio de Janeiro

General Âncora recebido pelo general Médici, na AMAN, para o encontro com o general Kruel

Soldados do Destacamento Tiradentes na marcha para o Rio de Janeiro, pernoitam em Areal

Alkimin, general Muricy e governador Magalhães Pinto visitam o general Mourão, acantonado com suas tropas no estádio Maracanã - Rio de Janeiro

João Goulart chega a Porto Alegre depois de deposto

O 31 de março no 19º RI - São Leopoldo/RS

A seguir transcrevo parte do artigo do general R1 Flávio Oscar Maurer, intitulado "Um breve relato pessoal", em que ele, com clareza e objetividade, nos conta os difíceis momentos que o seu Regimento viveu nos dias que antecederam o 31 de março de 1964. Situações semelhantes foram vividas na maioria dos quartéis do Exército.

> " ...No início do ano de 1964, quando cheguei ao 19º, com mais quatro aspirantes, todos vindos da AMAN, encontrei um quadro político fervilhante na unidade. Fui para a CPP/1, cujo comandante era o Cap Gaynor da Silva Marques. Gaynor era um excelente oficial. Tinha lá seus problemas como todo o mundo tem, mas como militar era detentor de qualidades inegáveis de liderança. Ele sabia perfeitamente qual o seu papel como orientador de um jovem aspirante em tempos de crise como aqueles. Assim, ele foi paulatinamente me esclarecendo a situação da unidade, colocando-me a par da situação, bem como me dizendo quem era quem, isto é de que lado cada um estava. Ele próprio era contrário ao caos que se estava instalando no país, isto é, caso houvesse algum movimento, ele estaria do lado dos revolucionários. Já o encarregado do material da Cia, SubTen Edwino Dauber, entretanto, na primeira oportunidade, me chamou para dizer que eu não me deixasse levar pelo proselitismo do Cmt Cia Caso houvesse nova revolução, os fatos iriam acontecer exatamente da mesma forma como havia sido em 1961 que ele próprio tinha vivenciado. Queria deixar claro que, como na chamada legalidade, os que se rebelassem contra o governo constituído seriam, afinal, fragorosamente derrotados. Para ver, este era o ambiente numa subunidade que considerada calma, sob controle. Nas outras, onde estavam os outros aspirantes, eu ouvia notícias de que as coisas eram bem piores.
>
> Para se ter bem uma idéia do ambiente que reinava na unidade, é preciso fazer alguns esclarecimentos. O então 19º RI era composto por 2 batalhões. No 1º Batalhão predominavam oficiais e sargentos que tinham uma postura clara contra o brizolismo, o marxismo, o sindicalismo promovido por agentes do governo e consideravam inevitável uma ação militar em apoio ao clamor público que já acontecia expresso na imprensa e em manifestações públicas contra o estado de inversão de valores que o país

vivia. Já no 2º Batalhão concentravam-se os militares que se diziam legalistas, simpatizantes ou engajados com o esquerdismo, apoiando, portanto, os atos do governo. Na verdade, ali no 2º Batalhão, estava sendo montada uma usina de subversão da hierarquia e da disciplina, satanizando tudo aquilo que pudesse se opor às propostas de mudanças sociais e políticas radicais, monitoradas junto ao governo por conhecidas figuras historicamente vinculadas ao comunismo internacional. Eram as reformas de base que deveriam vir agora e já, na lei ou "na marra" se necessário, como diziam.

Nos quartéis, a idéia entre os que ofereciam apoio a estas propostas era de que todo e qualquer um deveria se dobrar ou ser dobrado para que não atrapalhasse os objetivos do governo. Era o "dispositivo militar" composto, montado e organizado em cada unidade militar pelo Chefe da Casa Militar da Presidência, Gen Assis Brasil, ex-comandante do Regimento, cuja finalidade era apoiar a perigosa trajetória esquerdizante que o grupo palaciano vinha promovendo, claramente arrastando o país para o caos.

De fora, diariamente, via-se uma peregrinação de agentes de ambos os lados, militares da reserva e mesmo civis, que vinham para o quartel discutir política e cooptar os indecisos. Isto em geral acontecia nos cantos pouco iluminados do quartel, como as subtenências, as furrielanças e outros.

Quem comandava o Regimento naquela época era o Cel Heryaldo Silveira de Vasconcellos. Era um homem que eu mesmo só vi uma vez, no dia em que me apresentei pronto para o serviço. Logo, ele foi comandar interinamente a ID/6, cuja sede era em Pelotas. Assumiu, então, também interinamente, o comando do Regimento, o Ten Cel Otávio Moreira Borba, um homem antibrizolista, mas sem muito apetite para o cargo. Na verdade ele esperava, ansiosamente, chegar o dia em que completaria o tempo para ir para a reserva. Imagine-se, então, uma unidade com as características descritas anteriormente nas mãos de um comandante sem muito pulso, sem vibração. Era um convite ao caos.

Os aspirantes eram abertamente convidados para comparecer, durante o expediente, a este ou àquele local, onde estava este ou aquele conhecido, engajado de um ou de outro lado. Na hora do almoço, o pessoal de esquerda, do 2º, convidava os aspirantes para compartilharem a mesa onde eles estavam. Os do 1º reagiam. Discutiam. Diziam desaforos uns para os outros. Assim, era comum iniciarem-se intensas discussões políticas por qualquer moti-

vo durante o almoço que não raro terminavam em pugilato. Um dia assisti a uma cena dessas entre o Cap Castro, de direita, e o Cap Zukowski, de esquerda, quando o primeiro notou que o Asp Souza Lima estava sendo doutrinado políticamente na mesa onde se encontrava o segundo.

Ninguém sabia direito de que lado estava este ou aquele sargento. Como fazer quando se estava de oficial-de-dia? Procurava-se, primeiro, saber qual a posição do adjunto, bem como do Cmt da Guarda e, depois, dos sargentos-de-dia das subunidades para se ter um pouco mais de tranqüilidade ou, quem sabe, bastante mais tensão. Dormir no quarto do oficial-de-dia, jamais. O oficial-de-dia entrava no quarto, chaveava a porta, abria a janela, saltava-a e ia passar o resto da noite em outro lugar. Durante as rondas da noite era comum se perceber que havia alguém seguindo ou observando a gente na escuridão. Nunca foi possível saber quem era. Uma noite, estando de oficial-de-dia, escutei uma rajada de metralhadora no fundo do quartel. Corri até lá e não vi nada, nem tampouco descobri qualquer coisa. Ninguém sabia de nada. Alguns ouviram a rajada, mas não sabiam dizer quem a deu; outros nem sequer a ouviram. Dei parte, no livro do oficial-de-dia, mas tudo ficou por isso mesmo. Durante o dia, quando os tenentes e aspirantes ministravam instrução para os soldados, podia-se ver que alguém ficava espreitando de longe, escutando o que o instrutor dizia para seus instruendos. Normalmente era um cabo ou soldado antigo do 2º Batalhão, a mando de alguém de lá.

Assim, foram terríveis os dias e as noites dos meses de fevereiro e março de 1964 no quartel do 19º RI.

No dia 31 de março, eu estava de oficial-de-dia. Desde o dia anterior corriam informações que no centro do país já haviam sido movimentadas as primeiras pedras de uma jogo de xadrês, cujo resultado ninguém arriscava prever. O pessoal do 2º Batalhão estava excitado. Entravam e saíam emissários. Faziam-se reuniões. Vinham convites para participar deles. Assim: "O Cap Zukowski mandou convidar o Sr para uma palestra que vai acontecer lá na CPP/2 daqui um pouco", dizia o emissário. Zukowski era tido e havido como um militante de esquerda engajado. O Cap Gaynor ia me orientando, dizendo que não participasse de qualquer reunião. Acatei de imediato a recomendação do meu Cmt de Cia, por compreender bem que não cabia a um aspirante-a-oficial recém saído da AMAN posicionar-se em questões sobre as quais ele

próprio não tinha opinião consolidada. Acredito que os outros aspirantes receberam orientação idêntica de seus respectivos chefes. Vale lembrar que, curiosamente, nenhum aspirante havia sido designado para o 2º Batalhão.

Mas, voltando ao dia 31 de março, desde cedo corriam, já não mais rumores, mas notícias oriundas do centro do país, dando conta de que a revolução estava em curso a partir de Minas Gerais. Pessoalmente, eu estava tranqüilo, já que o Cmt da Guarda era um sargento do meu pelotão, recém saído da EsSA, com quem eu já me identificara bem, sabia que era disciplinado. Ele logo, ao perceber o clima que ia se instalando ali pelo corpo da guarda, com ordens e contra-ordens para a entrada de gente de fora que ninguém conhecia, me disse que estava do meu lado e cumpriria qualquer ordem que eu lhe desse. Tratava-se do então 3º Sgt Jacy Gonçalves Ribeiro, hoje poeta laureado, meu amigo desde então. Lá pelas 10 horas da manhã fui chamado pelo Ten Cel Borba que me disse haver sido chamado para comparecer ao QG da 6ª DI, em Porto Alegre. Logo ouvi uma conversa entre o Maj Hélio Loro Orlandi, o Cap Nei Nunes Vieira e outros oficiais, combinando irem falar com o comandante para tentar demovê-lo da intenção de ir a Porto Alegre. Insistiram com o Ten Cel Borba dizendo que o Gen Adalberto Pereira dos Santos já não mais estava no comando da 6ª DI, que o novo comandante era homem da linha brizolista e que ele seria preso tão logo chegasse ao QG. E, mais ainda, que com a sua saída assumiria o comando do Regimento o Maj Osvaldo Nunes, esquerdista convicto, além de brizolista ferrenho. Nada demoveu Borba. Ele foi preparando a sua malinha para viajar à Porto Alegre. Dizem os que o viram arrumar a mala que nem mesmo o pijama ele esqueceu de colocar nela. Uma boa forma de fugir do problema.

O Maj Loro, mais outros oficiais, pediram então ao Tan Cel Borba que retardasse um pouco a sua saída, até que chegasse ao quartel o Ten Cel Nei de Moraes Fernandes, que estava em licença, mas havia sido chamado e tinha concordado em apresentar-se pronto para assumir o comando do Regimento. O Ten Cel Fernandes era um gremista ferrenho, que cursava uma faculdade naquela época. Estava de licença, portanto, desligado do dia-a-dia da Unidade. Os pedidos foram em vão. Borba seguiu para Porto Alegre e Nunes e seus asseclas assumiram o comando do Regimento. A primeira providência de Nunes foi a de chamar-me para

dizer que estava liberada a entrada no quartel de uma lista de pessoas que, uma vez mostrada para outros oficiais, como o Maj Rui Przewodowski, ficou claro que era gente de esquerda, alguns classificados por ele como "conhedidos agitadores comunistas da cidade". O Ten Cel Fernandes apresentou-se por volta da duas horas da tarde. Com ele, vi acontecer um fato que me deixou impressionado por muito tempo. No momento em que Fernandes, ainda à paisana, chegou ao gabinete do comando, onde já estava o Maj Nunes, entraram também o Cap Zukowski e o Maj Bonapace, todos do 2º Batalhão, alinhados com o novo comandante.

Não sei o que aconteceu lá dentro, mas o resultado foi inesperado para os oficiais do 1º Batalhão, já que vi Fernandes sair do gabinete em trajes civis, do mesmo jeito como entrou, receber dinheiro para a passagem do Cap Zukowski e ser encaminhado para a parada de ônibus, na frente do quartel, sem falar com mais ninguém. O homem tomou a condução e simplesmente desapareceu sem mais dar notícias. Logo em seguida, o Maj Nunes me chamou para me dar ordens. Disse que em seguida ele receberia uma comitiva de líderes e políticos da cidade. O local do encontro seria o Salão de Honra da unidade. Ato contínuo, observei que a comitiva já se encontrava na frente do quartel, empunhando bandeiras e faixas, gritando palavras de ordem. Fui procurar o Maj Loro para saber o que eu deveria fazer. Infelizmente, nem ele, nem o Maj Rui foram encontrados. Me contaram, depois, que eu poderia tê-los encontrado no Pel Com onde, junto com outros oficiais, conspiravam.

Novamente fui chamado pelo comandante, Maj Nunes. Ele quis saber, rispidamente, porque eu não havia ainda liberado o portão das armas para a comitiva. Eu, aspirante, isolado, resolvi mandar a comitiva entrar. Subiram a pequena rampa, as escadas e entraram com faixas e bandeiras no salão de honra onde Nunes, Zukowski, Bonapace & Cia já os esperavam com sorrisos e abraços. O que queriam mesmo, soube mais tarde, era que a tropa tomasse a Rádio São Leopoldo para mobilizar o povo da cidade para a causa brizolista. Mas tinham, também, um manifesto na mão que rapidamente correu entre os oficiais e, pelo seu teor, os deixou indignados.

Aliás, este já era um indicador bem diferente do que fora em 1961, na legalidade. Naquela ocasião houve uma adesão popular imediata em favor da posse do vice-presidente. Já desta vez, era

clara uma apatia popular ao clima político de 1964, que permitia deduzir uma rejeição à maneira como a nação estava sendo conduzida pelo governo do país. Começaram logo os discursos.

No meio de "viva o socialismo" pra cá, "viva Brizola" pra lá, vi, então, para minha surpresa, que avançava uma equipe de oficiais, de armas em punho, pelo corredor do pavilhão, dirigindo-se para o salão de honra. Pude distinguir entre eles o Cap Luis Gonzaga Schroeder Lessa, o Cap Gastão Fuhr, o Cap Nei, o Cap Gaynor, o Cap Jorge Armando Severo Machado, o Cap Luciano Márcio Prates dos Santos, o Cap Gilberto Zottmann, o Cap Antônio Machado Borges, o Cap Sylvio Demétrio Almeida, os Ten Ivo Fernandes Krüger, Nicomedes Machado Filho, Paulo Costa, Antônio Carlos de Oliveira Schein e outros. Entraram rompendo no salão de honra onde se discursava inflamadamente. O Maj Nunes de pé, de cabeça baixa, balançava a cabeça em gestos de aprovação. O Cap Fuhr então disse ao que veio: "- Maj, o Sr aqui não comanda mais coisa nenhuma e pra fora com estes comunistas". Os oficiais que o acompanhavam, ato contínuo, engatilharam sua armas provocando o som característico do movimento do ferrolho das pistolas que, por si só, é sintomático e assustador. Começou, então, uma violenta pancadaria e os integrantes da comitiva foram apanhando na descida da escadaria e no corredor, sem qualquer cerimônia. Entre eles havia vereadores, professores, militares da reserva e cidadãos comuns. Todos apanharam. Ao chegarem no corpo da guarda, escutei o comando do Sgt Jacy Gonçalves Ribeiro: " - Guarda! Armar baioneta! Fora com esta corja!" Assim saíram eles correndo, saltando muros e cercas até alcançarem a rua.

Nunes, Bonapace, Zukowski e asseclas discutiam em altos brados com os outros oficiais. Mas chegavam, neste momento, também a eles, notícias do que estava acontecendo no resto do país. Assim, eles já sabiam que a causa que defendiam estava perdida, principalmente com a fuga destrambelhada do próprio presidente da república. Naquele momento, porém, para o pessoal fanaticamente doutrinado do 2º Batalhão continuava valendo a pena lutar pela causa. Pouco antes do anoitecer, no mesmo momento em que a comitiva era expulsa do quartel, avançou um grupo armado, comandado pelo 2º Sgt Venaldino Saraiva, brizolista ferrenho, em defesa do Maj Nunes e sua equipe. O grupo tomou posição junto à caixa d'água do outro lado do pátio interno do quartel, em posição favorável já que dali dispunha de excelente campo de

tiro para atirar sobre o pavilhão de comando, onde estava encastelado o grupo que depusera Nunes do comando. Nunes e amigos, naquele momento, muito provavelmente já esgueiravam-se em algum lugar procurando melhor abrigo ou buscando a fuga do quartel. Escutaram-se alguns tiros e, logo em seguida, um grande silêncio. Já era noite escura. Naquele estado de tensão, passou-se bom tempo.

Surgiu, então, na lateral do pátio do quartel, caminhando para o meio dele, uma figura estranha. Era um militar, sem dúvida. Vestia uma capa ideal jogada sobre os ombros e com as mãos abria-a, parecendo um figura fantasmagórica. Parou próximo ao mastro da bandeira, bem no centro do pátio e gritou: "Calma! Calma! Sou o Cel Mariano, Cmt do RO (hoje16º GACAP) e vim aqui dizer para vocês que não há mais motivo para briga, a revolução é vitoriosa, o Exército está tomando conta de tudo no país inteiro. Os comunistas estão fugindo, o próprio presidente está desaparecido. A revolução é vencedora."

Pouco a pouco o pessoal foi descendo do pavilhão de comando e reunindo-se no meio do pátio junto ao Cel Mariano. O grupo que havia tomado posição junto à caixa d'água também desapareceu dali. Os oficiais e sargentos, brizolistas, comunistas, esquerdistas em geral, também desapareceram no quartel. Enquanto isso, os revolucionários comemoravam. Acho que naquela noite ninguém dormiu...."

Observação: O Sargento Venaldino Saraiva, como veremos posteriormente no capítulo "Lei dos Desaparecidos Políticos", no dia 12/05/1964, suicidou-se, após ferir a tiros, dois oficiais do 19 RI.

Golpe ou contra-revolução?

É desconhecimento, memória fraca ou conveniência classificar de golpe o que na realidade foi apenas a interrupção de um processo revolucionário de tomada do poder pelos comunistas, iniciado antes de 1960 e intensificado no governo Jango.

O historiador Jacob Gorender, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em seu livro *Combate nas Trevas*, intitula o capítulo 8 de "Pré-revolução e golpe preventivo". A seguir transcrevo opiniões irrefutáveis de militantes que participaram da luta armada, de jornalistas, de professores de História e de Sociologia:

> "Nos primeiros meses de 1964 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse."
>
> (GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª edição, 1998).

Sob o título "Cuba Apoiou Guerrilha já no Governo Jânio", Mário Magalhães, da sucursal do Rio, do jornal *Folha de São Paulo*, edição de 08/04/2001, publicou o seguinte:

> "Desde o início (1959), os cubanos estavam convictos de que a luta armada era o caminho da Revolução", diz o historiador Jacob Gorender.

Parte da entrevista de Daniel Aarão Reis Filho, publicada em *O Globo* de 23/09/2001:

> "As ações armadas da esquerda brasileira não devem ser mitificadas. Nem para um lado nem para o outro. Eu não compartilho da lenda de que no final dos anos 60 e no início dos 70 (inclusive eu) fomos o braço armado de uma resistência democrática. Acho isso um mito surgido durante a campanha da anistia. Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma

ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática."

Observação do autor: em 15 de junho de 70, Daniel Aarão Reis Filho foi um dos quarenta militantes banidos para a Argélia, em troca do embaixador da Alemanha. Atualmente é professor titular de História Contemporânea da UFF.
(www.ternuma.com.br)

"Livro revelou que PCB planejava dar golpe em 1964"
"... Malina confirma no livro que o "partidão", com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegou a planejar um golpe em 1964, antes da tomada do poder pelos militares. "O último secretário" dá conta ainda de que havia uma organização militar clandestina dentro do PCB desde a Revolução de 30..."
(MALINA, Salomão - secretário-geral do PCB - *O Globo* - 01.09.2002, pág. 12 B).

Em 29/03/2004, o jornal *O Globo* publicou a reportagem abaixo, da qual transcrevo trechos:

"Falava-se em cortar cabeças; essas palavras não eram metáforas"
Aydano André Motta, Chico Otávio e Cláudia Lamego

"Um dogma precioso aos adversários da ditadura militar iniciada a 31 de março de 1964 está em xeque. Novos estudos realizados por especialistas no período - alguns deles integrantes dos grupos de oposição ao regime autoritário - propõem uma mudança explosiva, que semeia fúria nos defensores de outras correntes: chamar de resistência democrática a luta da esquerda armada na fase mais dura do regime está errado, historicamente falando.

Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomassem o poder haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil - atesta Daniel Aarão Reis, professor de História da UFF e ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). - Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas."

"Ninguém estava pensando em reempossar João Goulart"

"Denise Rollemberg, mestre em História Social da UFF, destaca que o objetivo da esquerda era a ditadura do proletariado e que a democracia era considerada um conceito burguês."

"Não se resistiu pela democracia, pela retomada do status quo pré-golpe. Ninguém estava pensando em reconstituir o sistema partidário ou reempossar João Goulart no cargo de presidente" diz Denise.

"A professora explica - e Aarão Reis concorda - que a expressão sequer surgiu no fim dos anos 60, início das batalhas entre militares e terroristas."

"A descoberta da democracia pela esquerda se dá apenas no exílio, com a leitura de filósofos e pensadores como o italiano Antonio Gramsci...".

"Outro participante da luta, o professor de História da UFRJ, Renato Lemos, acha que é responsabilidade ética, social, política e histórica da esquerda assumir suas idéias e ações durante a ditadura."

"Cada vez mais se procura despolitizar a opção de luta armada numa tentativa de autocrítica por não termos sido democratas. Nossa atitude foi tão válida quanto qualquer outra. Havia outros caminhos, sim. Poderíamos tentar lutar dentro do MDB, mas achávamos que a democracia já tinha dado o que tinha de dar", confirma Lemos."

Aarão Reis discorda:

"As esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, não porque a gente queria uma democracia, mas para instaurar o socialismo no País, por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba. Mas, evidentemente, elas falavam em resistência, palavra muito mais simpática, mobilizadora, aglutinadora. Isso é um ensinamento que vem dos clássicos sobre a guerra."

Professor de Sociologia da Unicamp, Marcelo Ridente argumenta que o termo "resistência" só pode ser usado se for descolado do adjetivo "democrática."

"Houve grupos que planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964, caso do pessoal ligado ao Francisco Julião, das

Ligas Camponesas. Depois de 1964, buscava-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao socialismo."

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, autor do aclamado *Como eles agiam*, sobre o funcionamento do regime, Carlos Fico chama de ficção a idéia de resistência democrática. Ele também ataca a crença de que a luta armada foi uma escolha motivada pela imposição do AI-5.

"A opção de pegar em armas é anterior ao ato institucional. Alguns grupos de esquerda defenderam a radicalização antes de 1968 - garante ele."

Em 31/03/2004, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a entrevista abaixo da qual transcrevo um trecho:

> "Derrotados escreveram a História"
>
> **Estado** - *O que levou os militares ao movimento de 1964?*
>
> **Ruy Mesquita** - Acho fundamental, para que se possa fazer uma análise objetiva e fria, sobre a chamada revolução de 64 - que na realidade não foi uma revolução, foi uma contra-revolução; não foi um golpe, foi um contragolpe -, situá-la no tempo político internacional. No começo dos anos 60, com a vitória de Fidel Castro e com a sua entrada no jogo do bloco soviético, o foco principal da guerra fria passou a ser a América Central, o centro geográfico das Américas. A tal ponto que ali nasceu a primeira e talvez única ameaça concreta e iminente de uma guerra nuclear, quando em 62 houve a crise dos mísseis nucleares que os russos instalaram clandestinamente no território cubano. O risco era real. Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história do golpe de 64 foi escrita pelos derrotados."

Tais manifestações e pronunciamentos falam por si.

Não há qualquer sustentação na história ou nos documentos da esquerda que comprove ter havido um "golpe da direita" ou um "golpe militar". Tais conceitos fazem parte da mesma orquestração em que se inclui a falácia de que a esquerda revolucionária pós 1964 lutava contra a "ditadura". Não tenho idéia de quem urdiu essas mentiras, mas com muita convicção afirmo que tudo faz parte de um processo para desmoralizar o movimento de 31 de março de 1964 e de mitificar os "heróis" das esquerdas.

Houve, realmente, uma Contra-Revolução: um duro golpe contra as pretensões de comunização do Brasil.

De Norte a Sul vivas à Contra-Revolução

"Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas."

(Editorial do *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro - 1º de abril de 1964).

"Multidões em júbilo na Praça da Liberdade.

Ovacionados o governador do estado e chefes militares.

O ponto culminante das comemorações que ontem se fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi literalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada por Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas nesta cidade."

(*O Estado de Minas* - Belo Horizonte - 2 de abril de 1964)

"Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos."

"Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais."

(*O Globo* - Rio de Janeiro - 2 de abril de 1964).

"A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento."

(*O Dia* - Rio de Janeiro - 2 de abril de 1964).

"Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas.

Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu."

(*Tribuna da Imprensa* - Rio de Janeiro - 2 de abril de 1964).

"A Paz Alcançada

A vitória da causa democrática abre ao País a perspectiva de trabalhar em paz e de vencer as graves dificuldades atuais. Não se pode, evidentemente, aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos em fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil."

(Editorial de *O Povo* - Fortaleza - 3 de abril de 1964).

"Ressurge a Democracia!

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições".

"Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassínio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada..."

(*O Globo* - Rio de Janeiro - 4 de abril de 1964).

"Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República...

O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que obteve."

(*Correio Braziliense* - Brasília - 16 de abril de 1964).

"Vibrante manifestação sem precedentes na história de Santa Maria para homenagear as Forças Armadas."

"Cinqüenta mil pessoas na Marcha Cívica do Agradecimento."

(*A Razão* - Santa Maria-RS - 17 de abril de 1964).

"Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se.

Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com apoio de todas as classes representativas, numa direção que já a destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades."

(Editorial do *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro - 31 de março de 1973).

"Sabíamos, todos que estávamos na lista negra dos apátridas - que se eles consumassem os seus planos, seríamos mortos. Sobre os democratas brasileiros não pairava a mais leve esperança, se vencidos. Uma razzia de sangue vermelha como eles, atravessaria o Brasil de ponta a ponta, liquidando os últimos soldados da democracia, os últimos paisanos da liberdade."

O Cruzeiro Extra - 10 de abril de 1964 - Edição Histórica da Revolução - "Saber ganhar" - David Nasser

Essa mesma imprensa, hoje, faz coro aos perdedores, classificando o movimento de 31 de março de 1964 de golpe.

Ou a memória do povo brasileiro é curta, ou só o que conta é o ressentimento esquerdista e a farsa de suas versões.

Aos derrotados não interessa que outra história seja do conhecimento da sociedade brasileira, a que chamam de sociedade civil, excluindo as Forças Armadas desse contexto, como se não fizessem parte da Nação.

Para eles, as manifestações populares de júbilo pela vitória da Contra-Revolução ou o milhão de pessoas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade constituem ficção da direita.

Na verdade, as Forças Armadas foram e continuam sendo o pesadelo que, até hoje, povoa os sonhos dos comunistas...

Fonte:

História Oral do Exército - 1964 - 31 de Março - Biblioteca do Exército Editora.

A Contra-Revoluçâo e os Estados Unidos

Ao longo das últimas décadas, a esquerda brasileira tem acusado os Estados Unidos da América de, em conluio com nossas Forças Armadas, ter participado, ativamente, da Contra-Revolução que depôs o presidente João Goulart.

Na mídia, nas escolas, em livros didáticos, em pichações e em panfletos, a nação americana é acusada de ter tramado, apoiado e subsidiado o "golpe militar de 1964", por intermédio da CIA.

Durante os chamados "anos de chumbo", prédios, lojas, estabelecimentos de ensino, enfim, tudo o que representasse os Estados Unidos passou a ser odiado, sendo alvo de atos terroristas representações diplomáticas, propriedades e, até mesmo, cidadãos americanos residentes em nosso País.

Dentre esses atos podemos destacar:

- Explosão de uma bomba no Consulado Americano, em São Paulo, em 20/03/1968, ferindo gravemente o transeunte Orlando Lovecchio Filho, que perdeu uma perna;
- Disparos de armas de fogo contra a Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, por desconhecidos, no dia 21/06/1968. Esse dia ficou conhecido como "sexta-feira sangrenta" pela quantidade de distúrbios ocorridos na cidade;
- Assassinato do capitão Charles Rodney Chandler, do Exército dos Estados Unidos, em 12/10/1968, que cursava uma Faculdade em São Paulo, determinado por um "Tribunal Revolucionário" da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sob a acusação de que era agente da CIA;
- Atentado a bomba contra a loja Sears, multinacional americana, no bairro de Água Branca/SP, em 27 de outubro de 1968;
- Seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 04/09/1969, no Rio de Janeiro, pelas organizações terroristas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8); e
- Tentativa de seqüestro do cônsul americano Curtis Carly Cutter, em 04/04/1970, em Porto Alegre, pela VPR.

Hoje, está provado que a versão da participação dos norte-americanos na Contra-Revolução de 1964 se fundamentou em documentos forjados pela espionagem tcheca que, em 1964, atuava pela KGB no Brasil. Essa escandalosa farsa, denominada "Operação Thomas Mann", foi montada por Ladislav Bittman, na época chefe do Serviço Secreto de Desinformação da Tchecoslováquia.

Em fevereiro de 1964, Bittman veio ao Brasil inspecionar as fases iniciais da "Operação Thomas Mann". Tal operação levou esse nome porque Thomas

Mann era o secretário adjunto dos Estados Unidos e o objetivo do Serviço Secreto Tcheco era "provar", com documentos falsos que, por influência de Thomas Mann, a política externa americana para a América Latina tinha sofrido um "grande endurecimento", após a morte do presidente John F. Kennedy.

O Ocidente tomou conhecimento desses dados em 1985, pelo próprio Ladislav Bittman, no livro *The KGB And Soviet Disinformation*, publicado em Washington, do qual extraio os seguintes trechos:

> "Queríamos criar a impressão que os Estados Unidos estavam forçando a Organização dos Estados Americanos (OEA) a tomar uma posição mais anticomunista, enquanto a CIA planejava golpes contra os regimes do Chile, Uruguai, Brasil, México e Cuba..."
>
> "A Operação foi projetada para criar no público latino-americano uma prevenção contra a política linha dura americana, incitar demonstrações mais intensas de sentimentos antiamericanos e rotular a CIA como notória perpetradora de intrigas antidemocráticas."

A Operação Thomas Mann dependia de canais anônimos para disseminar uma série de documentos falsos.

A primeira falsificação, um "*press release*" da Agência de Informações dos Estados Unidos, na cidade do Rio de Janeiro, continha os principais fundamentos da "nova política externa americana". O falso release foi mimeografado e distribuído em meados de fevereiro de 1964, numa simulação de envelope da Agência de Informações, e difundido para a imprensa brasileira e políticos selecionados.

Em 27/02/64, essa falsificação aparece no jornal *O Semanário* com a manchete: "Mann determina linha dura para os EUA: nós não somos mascates para negociarem conosco".

A segunda falsificação se constituiu de uma série de circulares, publicadas em nome de uma fictícia organização, com o nome de "Comitê para a Luta Contra o Imperialismo Ianque". A falsa organização tinha por objetivo principal alertar o público latino-americano a respeito da existência de agentes da CIA, do DOD e do FBI, disfarçados de diplomatas.

A terceira falsificação ocorreu em julho de 1964, quando a América Latina recebeu a "prova adicional" das atividades subversivas americanas, na forma de duas cartas forjadas, supostamente assinadas por J. Edgar Hoover. Ambas endereçadas a Thomas Brady, funcionário do FBI. A primeira com data falsa, dando a idéia de ter sido escrita em 02/01/1961, continha uma mensagem de parabéns pelo aniversário de 20 anos de serviço de Brady no FBI. Seu objetivo era autenticar uma segunda carta, datada de 15/04/1964,

também para Brady, com assinatura decalcada de J. Edgar Hoover. Nessa mensagem, abaixo transcrita, Hoover cumprimenta Brady pelo sucesso de uma determinada "Operação" que, pelo contexto, qualquer leitor, imediatamente, associa ao "golpe" que depôs João Goulart.

> "Washington D. C".
> 15 de abril de 1964
> Pessoal
> Caro Sr. Brady: Quero fazer uso desta para expressar meu apreço pessoal a cada agente lotado no Brasil, pelos serviços prestados na execução da "Revisão".
>
> A admiração pela forma dinâmica e eficiente que esta operação em larga escala foi executada, em uma terra estrangeira e sob condições difíceis, levou-me a expressar minha gratidão. O pessoal da CIA cumpriu bem o seu papel e conseguiu muito. Entretanto, os esforços de nossos agentes tiveram valor especial. Estou particularmente feliz porque a nossa participação no caso tenha se mantido secreta e de que a Administração não tenha tido de fazer declarações públicas, negando-a. Podemos todos nos orgulhar da participação vital do FBI na proteção da segurança da nação mesmo além de suas fronteiras.
>
> Estou perfeitamente ciente de que nossos agentes muitas vezes fazem sacrifícios pessoais no cumprimento de seus deveres. As condições de vida no Brasil podem não ser as melhores, mas é realmente muito encorajador saber que - pela sua lealdade e pelas realizações através das quais vocês têm prestado serviços ao seu país de forma vital mesmo que não glamurosa - vocês não abandonam o trabalho. É este espírito que hoje permite nosso Bureau enfrentar com sucesso suas graves responsabilidades.
>
> Sinceramente,
> J. E. Hoover."

Embora as revelações de Ladislav Bittman tenham sido tornadas públicas no ano de 1985, a imprensa brasileira nada publicou a respeito, talvez, quem sabe, por não querer que a opinião pública tomasse conhecimento da farsa que durante anos foi imposta ao povo brasileiro.

Em 17/02/2001, o escritor e filósofo Olavo de Carvalho tornou pública a verdade sobre a montagem dessa grande farsa, em artigo publicado na revista *Época*.

Surpreendentemente, nenhum órgão da nossa imprensa se interessou em entrevistar o ex-espião tcheco, que conseguiu, durante um longo período, impor ao povo brasileiro uma mentira de tão grave repercussão para as nossas relações com os Estados Unidos.

A respeito do silêncio da imprensa, o filósofo Olavo de Carvalho, em matéria publicada no *Mídia Sem Máscara* (www.midiasemmascara.org), de 18/09/2002, declara:

> "Que desculpa haveria para o silêncio geral e uniforme da mídia em torno de revelações tão fundamentais, de fonte tão insuspeita, que poderiam modificar de alto a baixo a visão de quatro décadas de história do Brasil?
>
> Não há desculpa, mas há explicação: essas revelações tinham de ser ocultadas precisamente porque modificariam a visão oficial de quatro décadas da história do Brasil, consagrada por um pacto de safadezas acadêmicas e jornalísticas."

A revista *Veja*, na sua edição nº 1.777, de 13/11/02, publica a matéria "O Fator Jango", de autoria de João Gabriel de Lima, onde este mesmo assunto é abordado. Para maior entendimento transcrevemos a seguir a sua parte principal:

> "O básico desse enredo foi escrito nos anos setenta pela historiadora americana Phyllis Parker, na obra de referência 1964: *O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Phyllis entrevistou os principais personagens do episódio e teve acesso à maior parte da correspondência secreta. Chegou à conclusão de que o golpe de 1964 foi dado mesmo por brasileiros, não por americanos. Hoje isso soa óbvio, mas na época, até por falta de bons livros em português sobre o assunto, imperava a versão esquerdista de que a tomada de poder pelos militares havia sido planejada em Washington e incluiria até uma invasão do Brasil por marines americanos. Phyllis mostra que os Estados Unidos realmente acompanhavam a situação de perto, faziam seus lobbies e sua política com a costumeira agressividade e tinham um plano B para o caso de o País entrar em guerra civil. Entretanto, nas palavras da historiadora, não há provas de que os Estados Unidos instigaram, planejaram, dirigiram ou participaram da execução do golpe de 1964. O resto é teoria conspiratória."

Ainda, segundo a mesma revista *Veja*, Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil em 1964, em seu livro recentemente editado, fornece da-

dos de bastidores sobre o relacionamento na ocasião entre os Estados Unidos e o Brasil.

"O autor do golpe contra Goulart foi o próprio Goulart" disse o ex-embaixador americano a *Veja* na semana passada. "Se ele fosse mais habilidoso, teria pressionado por suas reformas dentro do âmbito constitucional, em vez de ceder à tentação de seguir os modelos de Getúlio Vargas e Perón."

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 31/03/2004, onde o assunto do apoio americano, também, é tratado, o jornalista Ruy Mesquita declara:

> "**Estado** - *Os americanos apoiaram os militares?*
> **Ruy Mesquita** - É outra coisa que acho importante desmistificar: a idéia de que os americanos conspiraram junto com os militares. A verdade histórica é que não houve um período na história do Brasil em que tivéssemos uma posição tão hostil aos Estados Unidos, a partir do governo Costa e Silva. Já no segundo governo, com Magalhães Pinto como chanceler, por incrível que pareça, ele passou a adotar uma posição contrária aos Estados Unidos, com um tom já terceiro-mundista que foi se acentuando na gestão de Gibson Barbosa, primeiro chanceler do governo Médici. No governo Geisel, com o chanceler Antônio Azeredo da Silveira, veio o "pragmatismo responsável", que era uma posição de "alinhamento automático" contra os Estados Unidos como líder do mundo ocidental na ONU, na Organização dos Estados Americanos (OEA), em todos os organismos internacionais. Isso nos levou a fazer de Saddam Hussein nosso parceiro privilegiado e ao rompimento do acordo militar com os Estados Unidos."

Em novembro de 2002, escrevi um artigo intitulado "Os americanos não tramaram a Contra-Revolução de 31 de março de 1964", publicado no site www.ternuma.com.br.

Hoje, volto a usá-lo neste livro, com algumas modificações e sob o novo título: *A Contra-Revolução e os Estados Unidos*.

Sobre o assunto, a imprensa parece sofrer da mesma amnésia que a acomete quando se trata do seu chamamento às Forças Armadas para pôr fim à República Sindicalista de Jango, ou quando das grandes manifestações populares saudando a Contra-Revolução de 31 de março de 1964.

Governo Castello Branco
15/04/1964 a 15/03/1967

Na noite de 1º de abril, levando a família, o presidente João Goulart deixou Brasília, que estava isolada, sem telefones interurbanos nem telex, com destino a Porto Alegre, sem esboçar nenhuma resistência. Contava com o apoio de seu cunhado, Leonel Brizola, e com reduzida parcela das tropas sediadas na Região Sul.

Passaram-se trinta horas desde o início da marcha das tropas a partir de Minas. Jango, chegando ao Sul, inteirando-se do sucesso da Contra-Revolução em todo o País, realista, pediu a Brizola que desistisse de qualquer tipo de resistência. Em seguida, embarcou para sua fazenda, em São Borja, de onde fugiu para o Uruguai.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, considerou vaga a Presidência da República e investiu no cargo, provisoriamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No entanto, quem passou a governar o Brasil foi o auto-intitulado Comando Supremo Revolucionário, composto pelos oficiais mais antigos das três forças: almirante Augusto Rademaker, brigadeiro Francisco Correia de Mello e general Arthur da Costa e Silva.

Para facilitar a restauração da ordem legal, o Comando Revolucionário esperava que o Congresso começasse seu próprio saneamento, fazendo uma "limpeza na casa" e cassando parlamentares indesejáveis para os contra-revolucionários, como Francisco Julião - Ligas Camponesas; Brizola - Grupo dos Onze; e outros. Esperava, também, que uma legislação mais rígida e, principalmente, anti-subversiva fosse votada sem demora. O Congresso, corporativista, no entanto agiu como se a Contra-Revolução não fosse diferente de outras crises por que já passara o País. As conversações a respeito não progrediram. Essa atitude provocou a rápida reação do Comando Revolucionário, que tinha pressa em desbaratar as organizações subversivas que atuavam no País, além de pôr o Brasil no rumo que julgava certo.

À revelia do Congresso, no dia 9 de abril de 1964, foi outorgado o Ato Institucional nº 01 (AI-1), primeiro ato realmente contra-revolucionário. Nele ficavam claras as justificativas da Contra-Revolução e as intenções do Alto Comando.

> "O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos-em-Chefe das três Armas, que respondem, no momento, pela realização dos

objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado, não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolve, igualmente, manter o Congresso Nacional com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação."

Assinam o Ato:
Arthur da Costa e Silva - general-de-exército
Francisco de Assis Correia de Mello - tenente-brigadeiro
Augusto Hamann Rademaker Grunewald - vice-almirante.

O Ato Institucional outorgava poderes especiais ao governo contra-revolucionário, mas mantinha o Legislativo, o Judiciário e a Constituição de 1946. O presidente poderia introduzir emendas constitucionais e abreviar o processo de elaboração dos atos legislativos; suspendia por seis meses garantias de estabilidade, podendo o cidadão ser demitido, passar à disponibilidade ou ser aposentado se houvesse atentado contra a segurança do País, do regime democrático e da probidade administrativa; autorizava, também, nos seis meses seguintes, a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e a cassação de mandatos legislativos. O Ato também institucionalizava a eleição indireta, através do Colégio Eleitoral, do presidente da República e seu vice, que deveriam governar até 31 de janeiro de 1966. A forma como seriam feitas as eleições foi

"desengavetada", às pressas, e um antigo projeto de eleições indiretas foi rapidamente aprovado pelo Congresso Nacional.

Líderes civis, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e vários outros governadores, a Federação e o Centro de Indústria de São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira, a União Cívica Feminina e outras organizações, além da imprensa, fizeram publicar manifestos nos quais endossavam a escolha de Castello Branco, porque era "um general sem ligações políticas". O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial em que defendia a eleição de um presidente militar, para expulsar os comunistas.

O general Humberto Castello Branco obteve 361 dos 388 votos que compunham o Colégio Eleitoral, sendo empossado em 15 de abril de 1964. Assumiu o poder com total apoio da sociedade brasileira. No entanto, repor a ordem no País era seu grande desafio.

Foram tantas as correntes que se uniram em torno do ideal contra-revolucionário, que, à medida que a Contra-Revolução se consolidava e o governo ia definindo suas estratégias, as insatisfações de alguns grupos afloravam. Tudo em conseqüência de não se terem estabelecidos, antes do desencadeamento da própria Contra-Revolução, os seus objetivos políticos. Feito *a posteriori*, como queriam os insatisfeitos, apresentaria o risco de provocar cisões nas forças contra-revolucionárias. A redação do AI-1 mostrava o receio do Alto Comando Contra-Revolucionário de que o movimento parecesse apenas um golpe. A preocupação em manter as intenções começou com o tempo concedido ao presidente - apenas o restante do mandato presidencial -, que se mostrava curto para colocar "ordem na casa".

A respeito disso, o *Jornal do Brasil*, de 20 de maio de 1964, escreveu em seu editorial:

> "Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria prima dessa consolidação chama-se tempo... Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais do que a coincidência do mandato."

As maiores resistências à prorrogação partiam do próprio Castello e de alguns líderes contra-revolucionários, como Carlos Lacerda e outros presidenciáveis, que viam adiados seus sonhos de ser presidente. Em julho, o

Congresso aprovou a emenda constitucional que prorrogava o mandato até 15 de março de 1967.

Castello continuava sua luta. Era preciso restabelecer a ordem econômica e financeira no País. Era imperioso restabelecer a paz social, custasse o que custasse. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas foram algumas das muitas organizações consideradas nocivas à implantação do regime. Foram dissolvidas pelo governo. Vários inquéritos policiais militares (IPM) foram instaurados. Líderes comunistas que, desde o governo Jânio, atuavam clandestinamente e no governo Jango ostensivamente, infiltrados nos sindicatos, nas universidades e nos quartéis, foram presos ou fugiram do País. Centenas se refugiaram no Uruguai. Muitos, hoje, apresentam-se como exilados ou "banidos", mas, na verdade, fugiram para viver confortavelmente no exterior, às expensas de quem eles não declaram.

A política da esquerda, nesse momento da Contra-Revolução, foi, como sempre, recuar, aparentemente, e aconselhar seus militantes a agir na clandestinidade, até se reorganizarem.

No meio estudantil, no entanto, foi muito mais difícil. Os jovens vinham, há anos, sendo submetidos a uma verdadeira "lavagem cerebral", ao mesmo tempo em que eram estimulados e apoiados pelo clero progressista. Doutrinados pelo PCB, pelo recém-criado PCdoB, pelo PORT, AP e POLOP, suas principais lideranças já apoiavam a luta armada. Reitores e professores tentaram, em vão, pacificar o meio estudantil.

A UNE foi praticamente desarticulada. Alguns líderes, como Aldo Arantes e José Serra, militantes da AP, posteriormente, fugiram para o exterior. No final de outubro, a UNE foi extinta. Em 27 de novembro, a "Lei Suplicy" regulava a criação de novos diretórios estudantis, buscando democratizar essas entidades, que passariam a eleger seus membros por meio do voto.

Medidas do governo Castello Branco

· Ato Institucional nº 2 (AI-2) - Em 27/11/1965, declarou extinto o pluripartidarismo e criou dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia os partidários do novo governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria a oposição.

· Ato Institucional nº 3 (AI-3) - Em 05/02/1966, estabeleceu eleições indiretas para governadores, que seriam eleitos pelas Assembléias Legislativas.

· Ato Institucional nº 4 (AI-4) - Em 07/12/1966, instituiu a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, para votar a Constituição que entrou em vigor em janeiro de 1967.

· Criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), sob a chefia do general Golbery do Couto e Silva.

· Criação do Banco Central do Brasil.

· Mudança da moeda para Cruzeiro Novo.

· Criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), para aquisição de moradia pelos brasileiros de menor renda.

· Unificação dos Institutos de Previdência Social e criação do INPS (atual INSS).

· Instituição da correção monetária, destinada a atualizar o poder aquisitivo da moeda.

· Criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

· Criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e do Estatuto da Terra; entre outras.

As medidas tomadas pelo governo Castello Branco, apesar da pouca duração de seu mandato - pouco menos de três anos -, criaram excelentes condições para o crescimento econômico do País.

Logo começariam as tentativas para desestabilizar o governo, a mesma tática das épocas de crise: procurar pontos fracos na ação governamental para conseguir o apoio da população. Nesse caso, as medidas de exceção e a quebra do regime constitucional passaram a ser as bandeiras usadas sob o pretexto da "luta pela redemocratização".

Ainda no governo Castello Branco, atos terroristas abalaram o País. Em pouco espaço de tempo, sete bombas explodiram em Recife. Uma, no Aeroporto Guararapes, causou 15 vítimas.

Ardilosos, políticos de renome, donos de grande cacife eleitoral, passaram a dar curso às suas aspirações, já que o Brasil se assentava em bases mais sólidas. Além disso, estimulava-os a férrea disposição de Castello Branco de não se eternizar no governo, o que, sem sombra de dúvida, descaracterizava a existência no Brasil de uma ditadura militar. Havia imprensa livre, oposição ao governo, Legislativo e Judiciário no exercício de suas atribuições e, fundamentalmente, apoio popular a um governo probo e realizador.

A despeito da vontade de Castello Branco, os acontecimentos se precipitaram, gerando novas e substanciais conseqüências.

Logo se encerrou o mandato desse grande estadista. Pouco tempo depois, a fatalidade roubou de cena a figura do ilustre marechal. Um acidente aéreo tirou-lhe a vida.

A história, entretanto, há de reconhecê-lo como um verdadeiro estadista, um dos maiores brasileiros, pela honradez, descortino e patriotismo.

Prova disso é que as esquerdas não ousam detratá-lo.

Fontes:

- SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia - Revanchismo.*
- Projeto Orvil.

Presidente Castello Branco com os generais Costa e Silva e Ernesto Geisel

Influência e ajuda de Cuba à luta armada na América Latina

O Movimento Comunista Internacional sempre objetivou estender seus domínios sobre a América Latina.

Em 1956, 82 revolucionários, comandados por Fidel Castro, desembarcaram do iate Granma, no litoral sudeste de Cuba. Foram emboscados pelas tropas de Fulgêncio Batista. Só restaram 12, que se refugiaram nas selvas de Sierra Maestra, onde continuaram a pregar a luta armada contra o regime de Batista. Com o tempo, formaram um exército guerrilheiro que marchou em direção ao centro do país.

Em 1º de janeiro de 1959, colunas guerrilheiras, lideradas por Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, entraram em Havana apoiadas pela população civil contrária a Fulgêncio Batista.

Fidel Castro nas primeiras semanas fuzilou mais de 700 pessoas, aí incluindo 600 militares que pertenciam ao exército cubano. Ao longo dos anos, os fuzilamentos continuaram. Estima-se que mais de 17.000 cubanos tenham sido executados no "paredón". Assim conseguiu dominar Cuba.

Quando anunciou ao mundo que a sua revolução era comunista, passou a ser apoiado por Moscou em armamento, munição, petróleo e divisas que atingiram o valor de um bilhão de dólares anualmente.

Estava encravada, na América Latina, uma cunha para facilitar os propósitos da União Soviética na tentativa de dominá-la.

A revolução cubana teve grande influência sobre os movimentos guerrilheiros em vários países latino-americanos onde eclodiu a luta armada.

A teoria do foco, de Regis Debray, baseada na revolução cubana, conferia prioridade absoluta à luta armada. O foquismo pregava a ação de pequenos grupos em locais propícios, que cresceriam e se alastrariam pelo país, como foi feito por Fidel, em Cuba.

Nas décadas de 50 e 60, a América Latina vivia uma tênue democracia.

Na Bolívia, com Victor Paz Estensoro (1952-1956) e (1960-1964) e Hernán Siles Suazo (1956 -1960).

No Chile, durante os governos de Jorge Alessandri Rodriguez (1958-1964) e Eduardo Frei Montalva (1964-1970).

Na Argentina, sob os governos de Arturo Frondizi (1958-1962) e Umberto Illia (1963-1966).

No Uruguai, os partidos tradicionais se alternavam no poder. Blancos (1959-1967) e Colorados (1967-1973).

No Peru, o presidente Manuel Prado Ugarteche fora eleito para o período (1956-1962).

Na Venezuela, fora eleito o presidente Rômulo Betancourt para o período (1959-1964).

Na Colômbia, governavam Alberto Lleras Camargo (1958-1962) e Guillermo Leon Valencia Munoz (1962-1966).

O Brasil vivia sob os regimes democráticos de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

A União Soviética, com o apoio incondicional de Fidel Castro, usando os partidos comunistas e outras organizações marxistas-leninistas dos países latino-americanos, iniciou uma campanha para dominar com a ideologia comunista a América Latina.

Começaram, então, insufladas pelos partidos comunistas locais, as greves políticas no operariado, nas universidades, no sistema bancário, nos transportes. Tudo acompanhado pela agitação e propaganda utilizadas pelos sindicatos e pelas representações estudantis. As palavras de ordem eram as de sempre: luta contra o "imperialismo ianque" e o capitalismo, luta a favor dos excluídos, pela liberdade e outras.

Em 1964, o Brasil caminhava a passos largos para a implantação de uma república marxista-leninista, com os comunistas infiltrados no governo e minando as estruturas do Estado. Já se julgavam senhores do governo, mas reconheciam e proclamavam que só lhes faltava o poder. Como os historiadores comunistas hoje reconhecem, a Contra-Revolução estancou, provisoriamente, essa escalada, frustrando a 2ª Tentativa de Tomada do Poder. A 1ª Tentativa ocorrera em 1935, durante a Intentona Comunista.

Na Venezuela, a guerrilha, conduzida pelo Partido Comunista Venezuelano, começou a operar em 1962, tendo como principal dirigente Douglas Bravo.

Na Colômbia, as organizações que optaram pela luta armada começaram a atuar, mais ostensivamente, em 1964, tendo como dirigente principal o padre Camilo Torres.

No Peru, entre 1961 e 1964, surgiu a Frente de Izquierda Revolucionária, de tendência trotskista.

Esses movimentos na América Latina, não coincidentemente, tiveram um substancial impulso e um decisivo apoio a partir da vitória de Fidel Castro em Cuba e se fortaleceram com a criação de organizações internacionais que os apoiaram e congregaram sob uma única direção.

Naquela época, a Guerra Fria atemorizava a Europa, literalmente dividida entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. O conflito leste-oeste se manifestava com maior intensidade nos países da África, da Ásia e da América Latina e na eclosão das guerras coloniais do continente africano, orientado pelas organizações que abordaremos a seguir.

A Tricontinental

Existia, no início dos anos 60, uma organização comunista, sob orientação da China, denominada Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e da África (OSPAA).

Em 1965, a OSPAA, em uma conferência realizada em Gana, decidiu que a próxima reunião seria em Havana, com a finalidade de integrar a América Latina ao movimento. Entre 3 e 15 de janeiro de 1966, realizou-se, em Cuba, a I Conferência da agora denominada Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), que ficou conhecida como a Tricontinental.

A União Soviética não aceitou a manobra chinesa para colocar a América Latina sob a sua influência. Assim, a Tricontinental passou a ser disputada por duas vertentes do comunismo internacional: a China e a União Soviética.

Fidel Castro, alinhado com Moscou, rompeu com a China, e a Tricontinental passou a ser dominada pela influência soviética.

Compareceram a essa conferência representantes de 82 países, sendo 27 da América Latina. Representavam o Brasil: Aluísio Palhano e Excelso Ridean Barcelos, indicados por Leonel Brizola; Ivan Ribeiro e José Bastos, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); Vinícius Caldeira Brandt, pela Ação Popular (AP); e Félix Ataíde da Silva, ex-assessor de Miguel Arraes.

Nos debates predominavam as discussões sobre a utilização da luta armada como instrumento de tomada do poder.

Oswaldo Dorticós, presidente de Cuba, declarou na conferência que: *"todos os movimentos de libertação têm o direito de responder à violência armada do imperialismo com a violência armada da revolução"*.

Fidel Castro, em seu pronunciamento, afirmou que *"a luta revolucionária deve estender-se a todos os países latino-americanos"*.

Che Guevara, em sua *"mensagem aos povos do mundo"*, através da Tricontinental assim se expressou:

> "Na América Latina luta-se de armas na mão, na Guatemala, na Colômbia, na Venezuela e na Bolívia e despontam já os primeiros sinais no Brasil. Quase todos os países deste continente estão maduros para essa luta que só triunfará com a instalação de um governo socialista."
>
> "O ódio intransigente ao inimigo deve ir além das limitações naturais do ser humano. Deve se converter em violenta, seletiva e fria máquina de matar. Nossos soldados têm de ser assim, um povo sem ódio não pode triunfar sobre um inimigo brutal."

"A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer sentir por meio da Tricontinental na voz da vanguarda de seus povos que é a revolução cubana, terá uma tarefa de muito relevo: a da criação do segundo ou terceiro Vietnam do mundo."

A Declaração Geral, elaborada ao término da conferência, recomendava, entre outras coisas:

- "... o direito geral dos povos para obter a sua libertação política, econômica e social pelos caminhos julgados necessários, incluindo a luta armada;"
- "... incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional;"
- "... a publicação de obras clássicas e modernas, a fim de romper o monopólio cultural da chamada civilização ocidental cristã, cuja derrocada deve ser o objetivo de todas as organizações envolvidas nessa verdadeira guerra."

A Tricontinental oficializou a OSPAAAL, que seria dirigida por um secretariado composto por um secretário-geral, cubano, e 12 membros, 4 para cada continente. A sede seria em Havana.

Assim, os tentáculos do Movimento Comunista Internacional (MCI) expandiam-se para a América Latina de forma organizada, orientados no nível político-ideológico pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e conduzidos no nível estratégico pela OSPAAAL, o que dinamizou e impulsionou o processo revolucionário nas regiões periféricas que constituiam o denominado "Terceiro Mundo" (África, Ásia e América Latina).

A OLAS

Salvador Allende, futuro presidente do Chile, participante da Tricontinental, apresentou uma proposta que foi aprovada por unanimidade pelas 27 delegações latino-americanas: a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). A sigla OLAS em espanhol significa ondas.

Logo após a Tricontinental, ainda em janeiro de 1966, foi criada a OLAS, numa reunião em Havana, com a presença de 700 delegados representando os movimentos revolucionários de 22 paises. A sua finalidade era "Unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina". O documento final determinava, por

consenso, a existência de um Comitê Permanente, sediado em Havana, que se constituiria na genuína representação dos povos da América Latina.

Dessa organização partiriam as ondas vermelhas, em cujas cristas estariam os movimentos revolucionários que inundariam a América Latina.

A OLAS passou a ser dirigida por um Comitê de Organização, com representantes de Cuba, Brasil, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela, Guatemala, Guiana e México. Como secretária-geral estava a cubana Haydee Santamaría e Aluísio Palhano como representante brasileiro.

Orientada política e ideologicamente pelo PCUS e conduzida no nível estratégico pela OSPAAAL, caberia à OLAS conduzir e impulsionar, operacionalmente, o processo revolucionário na América Latina. Esse seria dinamizado, por um lado, pelo recrudescimento da guerrilha urbana e por ações de agitação, propaganda e recrutamento. Por outro, pelo estabelecimento da guerrilha rural com a criação de um foco guerrilheiro, como em Cuba, ou de um Exército Popular de Libertação, como na China.

A OCLAE

Estabelecida a estrutura vertical - PCUS, OSPAAAL e OLAS - que conduziria e impulsionaria o processo revolucionário e os movimentos revolucionários na áreas periféricas do "Terceiro Mundo", faltava, apenas, definir o segmento social que se tornaria a fonte inesgotável de recursos humanos a serem aliciados, recrutados e treinados para realizar as ações terroristas e participar da luta armada.

Entre 29 de junho e 11 de julho de 1966, aconteceu, também em Cuba, o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV CLAE), quando foram aprovadas as resoluções que incitavam os estudantes à luta armada:

> - "Solenemente a luta armada constitui, hoje, a mais efetiva e conseqüente forma de luta."
>
> - "A tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentar, mas pela violência."

O representante brasileiro nesse congresso foi o presidente da UNE, Fidélis Augusto Sarno, da AP.

O IV CLAE tinha como objetivo a plena integração do segmento estudantil da América Latina com as organizações anteriormente descritas. Visava, num contexto de maior amplitude, estimular e ampliar o processo revolucionário no continente. Para tanto, criou, com sede em Havana, a Organização Continental

Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), dirigida por um secretariado permanente, sendo José Jarbas Diniz Cerqueira, da AP, o representante brasileiro.

A OLAS e a OCLAE, como veremos ao longo deste livro, foram as organizações que muito influíram e apoiaram a luta armada no Brasil. Foram as responsáveis pelo aliciamento de milhares de jovens estudantes que, iludidos, se tornaram militantes das mais variadas organizações terroristas.

Segundo o general Agnaldo Del Nero Augusto, em seu livro *A Grande Mentira*:

> "Cuba passou a dispor de dois instrumentos para exportar a sua revolução. Nos anos seguintes, incitaria o recurso à luta armada, difundiria a teoria foquista da revolução e começaria a formar quadros para o desencadeamento da guerrilha na América Latina."

A luta armada

A partir de então, surgiram inúmeras organizações que participaram da luta armada, todas recebendo apoio em dinheiro, armamento e munição, fornecidos pela União Soviética por intermédio de Cuba, além de cursos de treinamento de guerrilha nesse último país.

No Brasil, foram criadas 29 organizações terroristas e outras 22 que optaram por outras "formas de resistência", sob o pretexto e a justificativa de lutarem contra a "ditadura".

No Chile, o Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), fundado em 1965 durante o governo de Eduardo Frei, iniciou, efetivamente, suas atividades revolucionárias em 1967.

Quando Salvador Allende assumiu o governo em 04/11/1970, o Chile iniciou um período pré-revolucionário, onde se intensificou a luta de classes. O MIR, com o conhecimento e aprovação de Salvador Allende, havia introduzido no Chile uma grande quantidade de armamento que era escondida em residências, escritórios, fábricas e armazéns.

Em 1973, estimava-se que o mirismo organizado congregava entre 40 e 45 mil militantes.

Com o terrorismo aumentando dia a dia, o presidente Salvador Allende, aliado do MIR, foi deposto pelo general Augusto Pinochet.

Quando a luta armada terminou, o número de vítimas passava de 4.000.

Na Argentina, vários grupos estavam em atividade, porém dois eram particularmente poderosos: os Montoneros e o Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP). Entre 1970 e 1973, o terror aumentou suas ações. Quando o presidente Juan Perón morreu, em 1º de julho de 1974, e sua mulher Isabelita - vice-presidente - o substituiu no governo, tudo se deteriorou e os guerrilheiros passaram a operar ostensivamente. Nesse ano, eles fizeram 21 tentativas de invasão de unidades militares, 466 atentados a bomba, assassinaram 110 pessoas e seqüestraram outras 117.

Na década de 1969-1979, foram praticados pelas organizações terroristas argentinas 21.000 atentados a bomba, 1.748 seqüestros e 1.501 assassinatos.

Em 1975, em meio a uma escalada da violência, uma ordem da presidente Isabelita determinou ao exército fazer o que fosse necessário para neutralizar ou aniquilar o processo subversivo-terrorista.

Os militares tomaram o poder em 24/03/1976, quando o movimento terrorista estava conduzindo o país ao caos e à anarquia.

Em 1983, ao término da luta armada, o saldo de mortos era superior a 30.000 pessoas.

Hoje, são muitos os ex-montoneros que estão no governo do presidente Kirchner.

No Uruguai, o Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaro), que atuava desde 1963, intensificou as suas ações a partir de 1971, o que levou o presidente Juan Maria Bordaberry a decretar a dissolução do Congresso, em 27/06/1973. Com o número de vítimas das ações terroristas aumentando progressivamente, os governos civis que se sucederam, por pressão dos militares, endureceram o sistema de governo. Em 1981, o general Gregório Alvarez assumiu o poder por quatro anos. Quando os terroristas foram derrotados o número de vítimas era superior a 1.000.

Nas últimas eleições foi eleito presidente o antigo tupamaro Tabaré Vasquez. O Senado e a Câmara dos Deputados são presididos, também, por ex-militantes tupamaros.

No Peru, o Sendero Luminoso, também conhecido como Partido Comunista do Peru, considerado o segundo maior movimento revolucionário da América Latina, tinha como objetivo destruir o governo e substituí-lo por um regime comunista de base campesina. Foi derrotado pelo governo de Alberto Fujimore - 1990-2000 - depois de provocar a morte de mais de 30.000 pessoas.

Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), criadas em 1964, como força militar do Partido Comunista Colombiano, é a mais antiga, a mais capacitada e a melhor equipada de todas as organizações terroristas da América. Seu líder mais expressivo é o secretário Manuel Marulanda

Vélez, também conhecido como "Tirofijo". As FARC possuem mais de 46.000 militantes e ocupam 40% do território colombiano, a maior parte em florestas e selvas, a sudeste dos Andes.

Em 1973, surgiu o Movimento 19 de Abril (M-19), braço armado da Aliança Nacional Popular.

A seguir transcrevo trechos do artigo "A guerrilha na Colômbia", do historiador Carlos. I. S. Azambuja, publicado no *site* Mídia Sem Máscara - www.midiasemmascara.org, em 25/11/05:

> "Considerando que as FARC têm cerca de 105 Frentes, a uma média de 300 a 600 insurgentes por Frente, isto resulta no total conservador de 46.000 combatentes."
>
> "As FARC possuem militantes que se intitulam membros do Departamento Internacional, desde a Argentina até o México, passando pelo Paraguai e Honduras. Nesses países mantêm vínculos com membros de grupos de pressão de extrema esquerda e, em muitos, realizam, juntamente com o chamado crime organizado, atividades ilícitas, como seqüestros, tráfico de drogas e contrabando de armas, além de inserir seus simpatizantes dentro de grupos sociais de pressão. O Departamento Internacional das FARC tem representantes na União Européia, Japão, Austrália, México, Canadá, EUA, Honduras, Costa Rica, Panamá, Cuba, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Chile e Brasil, isso apesar de ser considerada pelos EUA, OEA e União Européia uma organização terrorista!"
>
> "Um dos chefes máximos das FARC, Raul Reyes (Luis Antonio Devia), declarou em entrevista à *Folha de São Paulo* de 27 de agosto de 2003:
>
> "As Farc têm contatos não apenas no Brasil com distintas forças políticas e governos, partidos e movimentos sociais."
>
> **Folha**: "*O senhor pode nomear as mais importantes*?
>
> **Reyes**: "Bem, o PT é claro, dentro do PT há uma quantidade de forças: os sem-terra, os sem-teto, os estudantes, os sindicalistas, intelectuais, sacerdotes, historiadores, jornalistas."
>
> **Folha**: *Quais intelectuais?*
>
> **Reyes**: "Emir Sader, Frei Betto e muitos outros."
>
> "Essas relações, inclusive com autoridades governamentais, são enormemente facilitadas pelos contatos estabelecidos pelos membros do Departamento Internacional, bem como dentro do Foro de São Paulo do qual as FARC e o ELN são membros. Mas essa é uma outra história..."

A Colômbia foi o único país da América do Sul que resolveu não endurecer o seu regime de governo para combater o terrorismo. Luta, até hoje, contra as FARC, chora a morte de mais de 45.000 colombianos e tem 40% do seu território totalmente dominado pela guerrilha. Uma Zona Liberada, onde o governo do país não pode entrar e que vive sob as novas leis dos guerrilheiros narcotraficantes.

A Bolívia era considerada por Fidel Castro e Che Guevara como o país ideal para o estopim de uma revolução que se espalharia pela América do Sul. Guevara se propôs a comandá-la. Ele seria o chefe desse Exército de Libertação Nacional e Cuba o ajudaria com pessoal, material e dinheiro. Com essa finalidade chegou à Bolívia em 04/11/1966 e no mês seguinte se reuniu com membros do Partido Comunista Boliviano.

Fidel anunciou que Che estava em um país da América preparando a revolução.

Após meses de luta, Che Guevara morreu em 8 de outubro de 1967, quando a guerrilha foi dizimada pelo exército boliviano.

A exportação da guerrilha e do terrorismo, de Cuba para o restante do continente, era uma das estratégias para a desestabilização dos governos legalmente constituídos e democráticos.

Como se verifica, os militares da América do Sul, assumindo temporariamente o poder, evitaram que o terrorismo transformasse esses países em ditaduras comunistas. Os governos que estabeleceram tiveram como principal objetivo a democracia. Premissa verdadeira, pois, em todos eles, sem exceção, o poder foi devolvido aos civis e, hoje, os derrotados de ontem, agora eleitos pelo povo, estão no governo. Muito diferente de Cuba, onde se instalaram em 1959 e onde Fidel Castro reina absoluto há praticamente 47 anos.

Como acontece em todos os movimentos onde os comunistas são derrotados, eles iniciam a volta lutando pela anistia, que, uma vez conquistada, lhes permite viver usando as liberdades democráticas que queriam destruir. Posteriormente, começam uma virulenta campanha para denegrir os que os combateram, posam de vítimas e de heróis e fazem da mentira e da calúnia o seu discurso. Não descansam enquanto não conseguem, por revanchismo, colocar na prisão aqueles que os combateram e derrotaram. Para isso, mudam as leis e até a própria Constituição, o que é feito com a corrupção do Legislativo e com o apoio de simpatizantes, escolhidos a dedo, para as mais altas funções do Judiciário.

Caro leitor, isso não lhe é familiar?

Influência e ajuda de Cuba à luta armada no Brasil

Fidel Castro vislumbrou expandir sua revolução no Brasil, inicialmente, usando as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Tinha a esperança de, obtendo o sucesso desse movimento, exportar as suas idéias revolucionárias para outros países da América do Sul.

Posteriormente, propiciou treinamento militar em Cuba para brasileiros selecionados pelas organizações terroristas, que tinha como objetivo maior a criação de uma massa crítica, capaz não apenas de desencadear ações de guerrilha urbana e rural, mas, principalmente, de operar campos de treinamento e de instruir outros militantes selecionados para a guerra de guerrilha. Não parou aí a interferência cubana em nosso País. Além do apoio político, ajudou com dinheiro e armas.

Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Envergonhada* - Companhia Das Letras, página 178, escreveu a respeito:

> "Em 1961, manobrando pelo flanco esquerdo do PCB, Fidel hospedara em Havana o deputado Francisco Julião. Antes desse encontro, com olhar e cabeleira de profeta desarmado, Julião propunha uma reforma agrária convencional. Na volta de Cuba, defendia uma alternativa socialista, carregava o slogan "Reforma agrária na lei ou na marra" e acreditava que a guerrilha era o caminho para se chegar a ela. Julião e Prestes estiveram simultaneamente em Havana em 1963. Foram recebidos em separado por Castro. Um já remetera 12 militantes para um breve curso de capacitação militar e estava pronto para fazer a revolução. Durante uma viagem a Moscou, teria pedido mil submetralhadoras aos russos. O outro acabara de voltar da União Soviética."

No período de 1960-1970, 219 guerrilheiros, além de outros não identificados, fizeram treinamento militar em Cuba, alguns ainda no governo Jânio Quadros, poucos no governo Jango e a maioria após 1964.

Em 04/12/1962, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a existência de áreas de guerrilha e anunciou a prisão de membros das Ligas Camponesas, em Dianópolis, no interior de Goiás, hoje Tocantins.

No local, foram apreendidos retratos e textos de Fidel Castro, bandeiras cubanas, manuais de instrução de combate, planos de sabotagem e armas, além da contabilidade da ajuda financeira enviada por Cuba e dos planos das Ligas Camponesas em outros estados do País. O responsável por esse centro de treinamento guerrilheiro era Carlos Montarroyo. Vinte e quatro

militantes foram presos. Também foram decretadas as prisões de Clodomir dos Santos Morais, Tarzan de Castro e Amaro Luiz de Carvalho.

João Goulart era presidente do País, o que prova que essas guerrilhas foram iniciadas antes da Contra-Revolução de 1964, portanto a motivação do movimento guerrilheiro não era a luta contra nenhuma ditadura.

Os dirigentes cubanos orientavam, instruíam e difundiam para a América Latina seu modelo de revolução: o foquismo. O crescimento das organizações subversivas no Brasil, pré e pós a Contra-Revolução de 1964, continuou sob grande influência da revolução cubana. A idéia central da Segunda Declaração de Havana, que influenciava os subversivos brasileiros, era que:

> "O dever de todo revolucionário é fazer a revolução e levar a toda América Latina o movimento revolucionário."

Fidel e Che Guevara povoavam os sonhos dos revolucionários com as seguintes frases:

> "Cuba sente-se no direito de incentivar a revolução na América Latina."
>
> "O caminho da libertação nacional da América Latina é o caminho da violência. Essa violência será necessária em quase todos os países da América Latina."

Essas idéias envolviam os jovens e os estimulavam à violência.

A partir de 1964, os cursos em Cuba se intensificaram. As rotas de saída do Brasil para Cuba eram muitas. Uma delas se iniciava no Uruguai, passava pela Argentina e de lá, pela Air-France, chegava-se a Paris. Lá, o ex-deputado pelo PTB - cassado - Max da Costa Santos esperava os viajantes. Os documentos iniciais eram substituídos. De Paris seguiam para a Tchecoeslováquia e, finalmente, para Cuba.

Ao chegar em Havana, eram recebidos por um oficial do serviço secreto cubano, que fazia um levantamento dos antecedentes pessoais e da vida política dos futuros alunos. Depois de um período de adaptação, iam para Pinar del Rio, onde os instrutores cubanos ensinavam:

- táticas de guerrilha rural e urbana;
- manuseio e fabricação de armas;
- manuseio de explosivos e fabricação de bombas;
- leitura de mapas;
- construção de abrigos individuais e coletivos;

· técnicas de sabotagem; e
· marchas e sobrevivência na selva.

A heterogeneidade do grupo, a falta de orientação e discussão política e a brutalidade dos instrutores levaram a várias desistências. Os desistentes eram humilhados e enviados para as fazendas, sendo usados em trabalhos rurais.

Os aprovados no primeiro estágio iam para as montanhas de Escambray, onde faziam marchas e acampamentos durante três meses. Próximo de Escambray ficava o Quartel das Milícias Serranas, onde aprendiam a atirar com bazucas, metralhadoras, morteiros e canhões de152mm.

Em um pavilhão funcionava um teatro, sala de leitura e 12 salas de aula, onde recebiam aulas teóricas e de doutrinação política. Estudavam, em mapas do Brasil, algumas regiões, atividades locais, estradas, pontes, localização de unidades militares e atividades desenvolvidas pelos habitantes. Havia estudo pormenorizado sobre as regiões de Diamantino, Barra dos Bugres, Campo Grande, Ponta Grossa, Cruzeiro do Oeste (onde José Dirceu viveu na clandestinidade), Miranda, Porto Esperança, Corumbá, Ladário e Cáceres, com levantamento de aeroportos e estradas. A vegetação era estudada detalhadamente. O levantamento era escrito em português e havia filmes sobre São Paulo e Curitiba.

Seguindo orientação dos chefes da subversão no Brasil, os cubanos aquilatavam o aproveitamento e as condições psicológicas do aluno, decidindo sobre o seu regresso. Os considerados aptos eram isolados, mantendo-se uma compartimentação com os que ficavam. Recebiam de volta seus documentos verdadeiros, nova documentação com nome falso, que deveria ser usada permanentemente, cerca de 1.500 dólares, roupa e itinerário a ser seguido até o Chile. No Chile, o esquema passava a ser livre para a entrada no Brasil. Outra rota saía de Cuba para Praga, depois Milão, Genebra, prosseguindo em vôo da Swissair até São Paulo, com escala no Rio de Janeiro, onde desembarcavam.

Da reportagem "¿Que Pasa, Compañero?", de Consuelo Dieguez, publicada na revista *Veja* - edição 1.684 - 24 de janeiro de 2001, a respeito da tese "Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro", de Denise Rollemberg, transcrevo os seguintes trechos:

> "Durante dois anos Denise fuçou os arquivos do DOPS, debruçou-se sobre os documentos militares e colheu depoimentos preciosos que trazem à tona detalhes do patrocínio cubano a três

projetos de guerrilha no Brasil - embora se notem algumas lacunas clamorosas, como a ausência do relato do presidente do PT, José Dirceu, que recebeu treinamento de guerrilha em Cuba e não foi ouvido pela autora. O primeiro auxílio de Fidel foi no governo de João Goulart, por intermédio do apoio às Ligas Camponesas, lendário movimento rural chefiado por Francisco Julião. A outra ajuda de Cuba aconteceu entre 1966 e 1967 e teve como protagonista o ex-governador Leonel Brizola, na época exilado no Uruguai. Finalmente, entre 1969 e 1973, Cuba treinou militantes brasileiros das organizações de esquerda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Quanto Cuba gastou nessas investidas, não há como quantificar."

"O trabalho de Denise desvenda cada passo da ofensiva de Fidel Castro no Brasil. A aproximação com as Ligas Camponesas, por exemplo, deu-se logo após a revolução cubana, em 1959. As Ligas eram um movimento essencialmente agrário, sediado no Nordeste, mas espalhadas por vários estados. Seu slogan "Reforma agrária na lei ou na marra" sintetizava a tensão política do País no início dos anos 60. Cuba despejou uma bolada de dinheiro na organização e treinou vários de seus militantes, numa movimentação logo percebida pela comunidade de informação. Os documentos do DOPS, o temido Departamento da Ordem Política e Social, encontrados por Denise Rollemberg no Arquivo Público do Rio de Janeiro, atestam que desde 1961 o órgão acompanhava atentamente as estreitas relações de Cuba com as Ligas. A papelada registra também cursos preparatórios de guerrilha em vários pontos do País. O apoio cubano concretizou-se no fornecimento de armas e dinheiro, além da compra de fazendas em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco para funcionar como campos de treinamento."

"... O resultado foi trágico. Uma das histórias mais dramáticas relatadas por Denise é o massacre do Grupo Primavera. Essa facção tinha entre seus líderes a atual grande expressão do governo, José Dirceu. Rompido com a ALN, aproximou-se muito do governo cubano durante o período de treinamento. Por essa razão, dizia-se que era um grupo mais preparado que os outros. Traídos por um informante, os militantes do Grupo Primavera foram duramente perseguidos, quando começaram a voltar ao País. Em menos de um ano, 22 de seus 28 integrantes estavam mortos.

Dirceu, no entanto, discorda da tese que atribui a Cuba o fracasso da guerrilha. "Todo mundo sabia o que estava fazendo", afirma. "Os erros foram nossos."

(Nota do autor: A autora refere-se ao Movimento de Libertação Popular - Molipo)

Também a respeito de cursos em Cuba, a revista *IstoÉ Independente* publicou, em 12/09/2001, a reportagem "O último clandestino", de Cláudio Camargo e Alan Rodrigues, a respeito de Otávio Ângelo, da ALN, banido em troca do cônsul japonês, em 1970. Dessa reportagem transcrevo o trecho abaixo:

> "... Em 1967 junto com Marighella, Otávio foi para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha..."
>
> "Ele integrou a primeira turma da ALN que recebeu treinamento guerrilheiro em Cuba, entre setembro de 1967 e julho de 1968. "O treinamento físico era bastante rigoroso", lembra Otávio..."
>
> "Tínhamos oficiais do Exército cubano como instrutores. Treinávamos levantamento de informações, preparação de emboscada, montagem de minas antitanque. Aprendemos também a fazer explosivos como minas, granadas (usando latas de mantimentos), bombas caseiras e bomba-relógio. Era basicamente um curso de guerrilha rural", conta Otávio. Terminado o curso, ele voltou ao Brasil e, seis meses depois, passou a coordenar o setor de fabricação de armas (metralhadoras e morteiros) da ALN. "As armas eram artesanais e estavam sendo testadas. Fabricavam-se metralhadoras com facilidade. Isso eu aprendi aqui, não em Cuba. Eu era torneiro mecânico e tinha feito curso de especialização no Senai..."
>
> "... ele seria banido para o México em 1970. Foi novamente para Cuba onde ficou um ano e meio voltando, em seguida, clandestinamente para o Brasil, disposto a retornar à luta armada..."
>
> "Ele fazia parte de um grupo de 17 militantes da ALN que retornou de Cuba em 1971, 13 dos quais foram mortos pela ditadura em poucos meses. Otávio foi um dos 4 sobreviventes."

Não há a menor sombra de dúvida de que Cuba exerceu forte influência no Movimento Comunista Brasileiro, seja dando o suporte ideológico, seja instruindo militarmente guerrilheiros para a luta armada, ou seja, ainda, exportando para cá a imagem romântica de Che Guevara, como o "Robin Hood" dos tempos contemporâneos, cuja figura até agora encanta os mais desavisados.

Em 2005, diante das denúncias de que Fidel Castro "investiu" com três milhões de dólares na campanha eleitoral de Lula em 2002, o ditador cubano, com o descaramento e a teatralidade dos grandes donos da verdade, enfaticamente afirma que Cuba jamais interveio em assuntos internos do Brasil. Setores da mídia, entretanto, nada fazem para repor a verdade. Ao que parece, a amnésia é inerente ao esquerdismo midiático.

É curioso que a maior parte da imprensa não se refere a Fidel Castro como ditador, malgrado Castro eternizar-se no poder há mais de 47 anos e apesar do duro cerceamento das liberdades e dos incontáveis fuzilamentos de presos políticos em Cuba, até os dias de hoje. Tratam-no de "presidente" ou de "chefe de Estado", tratamentos que não dispensam a Augusto Pinochet ou a qualquer outro que considerem de direita.

Fontes:

- Projeto Orvil
- ROLLEMBERG, Denise. *Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro.*
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio.*

O caudilho contra-ataca

O desencadeamento e a vitória da Contra-Revolução, rápida e sem vítimas, levou centenas de comunistas, de subversivos e de políticos inconformados com o novo regime a se refugiar no Uruguai. Alguns por temerem a prisão, outros por puro pânico. O Uruguai foi escolhido devido à fronteira com o Rio Grande do Sul e pelas facilidades geográficas de acesso ao Brasil, condições favoráveis para desenvolver um foco de resistência.

Dos primeiros a chegar, com seu arroubo platino, seu inegável carisma e sua popularidade, alcançada graças a sua "Cadeia da Legalidade" em 1961, Brizola não perdeu a oportunidade para aglutinar resistência em torno de seu nome. Com planos mirabolantes, fez contatos com ex-militares cassados, sindicalistas, estudantes, comunistas, políticos, padres e freiras. Contatou, também, com agentes cubanos e organizou um "livro de ouro" para financiar a derrubada do novo regime no Brasil.

> "Jango, Brizola, Exílio, AIDS e outras histórias de Betinho"
>
> "Logo depois do golpe militar no Brasil, em 1964, Cuba mandou pelo menos US$ 200 mil para financiar a resistência articulada do Uruguai por Leonel Brizola. Quem negociou a remessa de dinheiro foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, então dirigente da União Nacional dos Estudantes. Para não deixar pistas ele cumpriu um longo roteiro até Havana; embarcou em Montevidéu; trocou de avião em Buenos Aires, de lá voou para Paris; de Paris para Praga; de Praga para a Irlanda; da Irlanda para o Canadá; e finalmente para Cuba. Só até Praga foram 26 horas de vôo, lembra Betinho, portador de uma carta de Brizola para Fidel Castro, em que palavras-chave como "dinheiro" e "Fidel" foram picadas e espalhadas em suas roupas."
>
> (*Jornal do Brasil* - Idéias - 14/07/1996).

Brizola, para difundir seus planos, mandou imprimir em Montevidéu 10.000 exemplares do *Regulamento Revolucionário*, elaborado por ele, e os distribuiu em Montevidéu e, também, entre simpatizantes, no Brasil. Mandava mensagens constantes, usando intermediários, como o ex-sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos e Lúcio Soares Costa, que tinham livre trânsito na fronteira.

Os grupos de refugiados que, naturalmente, se dividiram em três - um sindical, um militar e um terceiro liderado por Brizola -, discutiam a criação de uma frente única e exigiam ação.

Operação Pintassilgo

A primeira tentativa do caudilho para iniciar a tomada do poder foi por água abaixo. Em 26 de novembro de 1964, a prisão do capitão-aviador, cassado, Alfredo Ribeiro Daudt levou a outros militares da Aeronáutica, que também foram presos. Esses militares foram aliciados pelo tenente-coronel reformado Américo Batista Moreno e pelo ex-sargento Santana. A prisão dos subversivos levou os planos para as mãos da polícia e acabou, antes de ser iniciada, com a "Operação Pintassilgo", em que se planejava:

- atacar quartéis no Rio Grande do Sul;
- tomar a Base Aérea de Canoas - RS; e
- com os aviões da FAB seqüestrados, bombardear o Palácio Piratini, sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul e residência do governador.

Frente Popular de Libertação (FPL)

A tão desejada unificação dos grupos no Uruguai concretizou-se em janeiro de 1965, com o "Pacto de Montevidéu" firmado por Leonel Brizola, Max da Costa Santos, José Guimarães Neiva Moreira, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling, além de Aldo Arantes (AP), Hércules Correia dos Reis (PCB) e Cláudio Antônio Vasconcelos Cavalcante (PORT). O grupo se auto-intitulou Frente Popular de Libertação (FPL) e definiu a luta armada como forma de tomada do poder. Seriam criados grupos de ação com cinco militantes - "Grupo dos Cinco" -, que, infiltrados, subverteriam as massas.

Tais grupos deveriam praticar "atos de guerra", "atos de sabotagem urbana" e "focos de guerrilha", levando o País a se transformar num campo de batalha. A população seria usada como massa de pressão e de manobra. Assim, tomariam o poder.

A primeira tentativa de sabotagem feita pela FPL teve o mesmo fim da "Operação Pintassilgo", fracassou.

O soldado Ponciano, do 13º Regimento de Cavalaria, indo fazer um tratamento psiquiátrico em Montevidéu, foi cooptado pela FPL. Ele trabalhava em uma fábrica de explosivos em Jaguarão, RS, o que era uma oportunidade de ouro para os revolucionários. Prometeram ao soldado um milhão de cruzeiros, além de uma recompensa se realizasse o seguinte: roubar 20 caixas de explosivos e transportar para o Uruguai e explodir um bueiro, próximo a Jaguarão, para interditar a BR-02, em Capão Reiúno.

Ponciano roubou 32 bananas de dinamite, mas não conseguiu entregá-las. A explosão não destruiu o bueiro e, muito menos, interditou a estrada. Preso, Ponciano confessou as suas ligações com a FPL.

Mais um plano brizolense, malogrado...

Operação Três Passos

Apesar dos insucessos, Brizola, incentivado pela belicosidade dos seus liderados, muitos originários da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e das Forças Armadas, resolveu desencadear mais um ataque contra o governo, que, no meio de tantas crises, tentava se estabilizar. Esse seria um plano infalível.

De autoria do ex-sargento Alberi Vieira dos Santos Júnior, a "Operação Três Passos" teria início no Rio Grande do Sul, onde seriam atacados quartéis em Porto Alegre, Bagé, Ijuí e Santa Maria, para roubar fardas, armas e munições e recrutar novos adeptos. A operação atuaria em duas frentes simultaneamente. O ramo vindo do sul seria comandado pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório. Ao mesmo tempo, outros subversivos partiriam da Bolívia, comandados pelo ex-coronel da Aeronáutica Emanoel Nicoll, penetrariam por Mato Grosso e se juntariam às tropas de Cardim para, no dia 31 de março de 1965, um ano depois da Contra-Revolução, as duas colunas efetuarem o combate final para a tomada do poder.

A senha para a deflagração do movimento seria a divulgação pela Rádio Difusora de Três Passos, no dia 25 de março de 1965, de um manifesto que daria início à revolução brasileira.

O grupo que saiu de Montevidéu, no dia 18 de março de 1965, em um táxi alugado, era composto por Cardim, Albery e Alcindor Aires. Em Livramento, alugaram outro táxi e prosseguiram para Santa Maria, onde Alcindor ficou para recrutar adeptos e aumentar o contingente. Cardim e Alberi seguiram para Campo Novo, local em que receberam do professor Valdetar Antônio Dorneles detalhes sobre a cidade de Três Passos e a promessa de mais subversivos para a ação.

Realmente, apesar de não serem os esperados, os reforços foram chegando:

- de Santa Maria, Alcindor trouxe dois homens;
- de Porto Alegre, o ex-sargento Firmo Chaves trouxe mais sete, dentre os quais Adamastor Antônio Bonilha;
- o professor Valdetar conseguiu mais nove.

Reunido o grupo, realizaram exercícios e definiram as missões de seus integrantes. Como eram poucos, desistiram da tomada do quartel de Ijuí e partiram para Três Passos. A caminho, assaltaram de madrugada o posto da Brigada

Militar, de onde levaram fardas, armas e munições. Um cabo e três soldados, atacados de surpresa, não tiveram como reagir. Apossaram-se de 30 mosquetões, 4 fuzis, metralhadoras e farta munição. Ainda nessa madrugada, os assaltantes roubaram, num posto de gasolina, um caminhão e destruíram a Central Telefônica do município, deixando a população sem comunicação. Em seguida, o grupo obrigou o Sr Adelar Braitenbach, proprietário da emissora de Três Passos, a colocá-la no ar. O primeiro passo para a revolução fora dado. Odilon Vieira, com voz de locutor, leu, em plena madrugada, o "Manifesto à Nação". O grupo vibrou com o objetivo conseguido. Divulgou a senha para o início de um movimento que, acreditavam eles, seria deflagrado em todo o Brasil. No entanto, só umas poucas pessoas, naquela hora acordadas, tomaram conhecimento da criação das Forças Armadas de Libertação Nacional (FA LN).

Concluídas as ações em Três Passos, continuaram. Em Itapetininga, assaltaram os postos da Brigada Militar e, novamente, roubaram fardas, armas e munições. Guiados por Virgílio Soares de Lima, tio de Alberi, atravessaram Santa Catarina e penetraram no Paraná, já desconfiados de que o movimento não estava prosperando. Assim mesmo continuaram rumo a Mato Grosso, para encontrar-se com o coronel Nicoll.

Cardim e o grupo ansiavam por notícias da guerrilha que eles acreditavam ter sido desencadeada com a leitura do manifesto e que, "tocara fogo no Brasil".

As autoridades militares, cientes de que o movimento poderia, caso fosse em direção de Foz do Iguaçu, perturbar a inauguração da Ponte da Amizade, onde estariam presentes os presidentes do Brasil e do Paraguai, determinaram que fossem interceptados imediatamente.

A seguir, transcrevo parte do Relatório - período das 13h00 de 26/03/65 às 15h00 de 31/03/65 - do 1° tenente Juvêncio Saldanha Lemos, comandante do Pelotão da 1ª Companhia do 13° RI, que teve o entrevero com o bando de Cardim. Infelizmente, o pelotão perdeu nesse combate o 3° sargento Carlos Argemiro Camargo, deixando sua mulher grávida de sete meses.

> "Às 13 horas do dia 26 Mar recebi o aviso de que o Sgt. Polanski, rádio-telegrafista de serviço na unidade, me chamava na estação-rádio da Cia pois estava recebendo uma mensagem urgentíssima. Me dirigi imediatamente para lá, onde li o rádio n° 120 - E2, em que o comandante da 5ª RM comunicava que um grupo guerrilheiro, após atuar em cidades do interior do Rio Grande do Sul, estaria progredindo para o norte, a cavaleiro do eixo São Miguel do Oeste-Dionísio Cerqueira..."

"...Segui para Sta. Lúcia às 10h30. Logo após passar por São José encontrei um jipe tripulado por elementos do 1º Btl Fronteira, que me informaram que também não haviam feito qualquer contacto por aquela estrada..."

"...Segui adiante em direção a Sta. Lúcia.

Na viatura-testa iam na cabine: eu, o Sgt. Camargo e o cabo Bertussi, sendo este último o motorista. A carroceria estava ocupada por 15 homens.

A meio caminho entre S. José e Sta. Lúcia, numa curva da estrada, de chofre deparamos com um indivíduo, vestindo o 5º uniforme de oficial do Exército, sem a túnica, portando na cintura uma pistola e na mão direita, segurando ao longo da perna, uma arma grande. Não pude notar se era uma metralhadora ou um mosquetão. Ao nos reconhecer titubeou por alguns segundos e então fez sinal para pararmos. Deviam ser 11h00.

Dei ordem para o motorista parar imediatamente e, ainda com a viatura em movimento, rolei para fora da estrada. A viatura parou a mais ou menos 10 metros do indivíduo, enquanto o restante dos ocupantes abandonavam o caminhão e se abrigavam nas beiras da estrada. Concomitantemente, os primeiros tiros foram disparados contra o caminhão, ainda com alguns soldados se movimentado para abandoná-lo. Comandei então fogo à vontade e a 1ª/13º RI respondeu, rápida e violentamente, ao fogo recebido.

Os primeiros momentos foram de confusão. Com os sargentos conseguimos impedir que a tropa retrocedesse, acalmamos os homens e gritamos para que permanecessem como estavam: instalados nas duas margens da estrada. Ordenei que a última viatura retornasse a Leônidas Marques para participar o ocorrido ao Cap. Ibiapina e pedir reforços.

Pensei que fosse ser atacado por ambos os flancos da estrada (tática de guerrilhas) e, portanto, dei ordens de defesa e observação em todas as direções. Tal, como vimos mais tarde, não era necessário, pois os guerrilheiros tinham-se instalado perpendicularmente a nossa frente.

Durante o tiroteio perdi contacto com os Sgt. Tavares e Camargo. Calculei que deviam estar camuflados na mata.

A viatura-testa, que tinha ficado na dobra da curva, estava abandonada, uma vez que a tropa tinha se instalado defensivamente antes da curva. Temendo que pudesse ser roubada (tenho inclusive a impressão de ter ouvido o barulho de um

motor em movimento), ordenei que um grupo progredisse pelo mato e a cobrisse pelo fogo. Um de meus soldados atirou em um indivíduo que estava tentando se aproximar dela e o mesmo saiu correndo. Declarou o referido soldado ser quase certo ter ele ferido o tal indivíduo.

Após ter cessado totalmente o tiroteio (aproximadamente 10 minutos) comecei a desbordar pela esquerda da reação e por dentro do mato, utilizando para tanto três GC. Nesse momento ouvi alguém gritar que o Sgt. Camargo estava baleado, em algum local. Gritei para procurá-lo e evacuá-lo.

Ás 13h00, deu-se o início do avanço contra a posição guerrilheira, já com o concurso de dois GC do 1° Btl Fronteira que o Cap. Ibiapina tinha remetido como reforço. A tropa começou a avançar a cavaleiro da picada, já encontrando então diversos materiais abandonados pelos guerrilheiros em fuga. Quase no fim da picada, foi encontrado o caminhão Mercedes-Benz amarelo, camuflado e abandonado.

Por este tempo alguém encontrou o corpo do Sgt. Camargo, já morto. Não quis eu olhar o corpo. Dei ordem ao Sgt. Ricieri para retornar com o corpo para Francisco Beltrão.

Após a prisão de Jéferson e de mais quatro guerrilheiros, ficou estabelecido que o tenente Sávio Costa os escoltaria até Foz do Iguaçu, a frente de um pelotão de fuzileiros. A noite transcorreu sem alteração..."

"...no dia 28 pela manhã continuaram as buscas. Uma patrulha da 1ª/13° RI comandada por mim e com o concurso dos Sgt. Vercesi e Divo, sob a supervisão direta do sr. tenente-coronel Curvo, cmt. 1° Btl Fronteira, efetuou a prisão de mais nove elementos do grupo guerrilheiro, que, por intermédio de um civil, tinham mandado o aviso de que queriam se entregar.

Por informes dos referidos elementos fizemos então a apreensão da metralhadora, diversos mosquetões e de farta munição. Todas as armas estavam alimentadas, carregadas e travadas. As buscas continuaram por todo o dia..."

"...Antes de acabar o presente relatório, gostaria de fazer mais as seguintes considerações:

1. O apoio fornecido pela FAB foi inconteste.

2. A população civil da região nos prestou toda a colaboração possível. É um povo ordeiro, trabalhador e possui uma confiança inabalável no Exército. É de se notar o seu PATRIOTISMO, tão característico do brasileiro da fronteira.

3. O elemento humano de que é constituído a 1ª/ 13º RI é o melhor que existe para operações dessa natureza. Os nossos sargentos são profissionais competentíssimos, homens do interior e corajosos, excelentes condutores de homens e de grande disciplina e iniciativa. Apenas um deles é formado pela EsSA e possui o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS).

Os soldados são caboclos mateiros, que não têm medo de nada quando bem conduzidos, profundos conhecedores do mato e excelentes seguidores de pistas. Passados os primeiros momentos de medo e pânico, portaram-se como se fossem veteranos. Sua coragem pessoal é de causar espécie.

4. Segue anexo a este uma relação nominal dos componentes dos pelotões.

a) Juvêncio Saldanha Lemos - 1º tenente."

A 1ª Companhia do 13º R I era comandada pelo capitão João da Cruz Albernaz Filho, que se encontrava no Rio de Janeiro cursando a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Respondia pelo comando o 1º Ten Ubirajara Vieira das Neves. O 1º Ten Sávio Costa estava em Curitiba, em férias, e prontamente apresentou-se para o serviço. Outro subalterno da Cia, o 2º Ten Ozires Fernandes de Souza, estava em férias no Nordeste. O Ten Lemos estava há um mês na Unidade, vindo de Suez.

Terminou, assim, de forma trágica a aventura da "Operação Três Passos".

Jefferson Cardim Osório, em 1967, cumpria pena no 5º Grupo de Artilharia, em Curitiba. O comandante do Grupo, cel Marino Freire Dantas, concedeu-lhe o quartel por menagem (prisão fora do cárcere, que a justiça militar concede sob promessa ou palavra do preso de que não sairá do lugar onde se acha ou que lhe for designado). Certa noite, não cumprindo com a sua palavra, Jefferson iludiu a guarda do quartel, fugiu e viajou para Paris. O cel Marino foi destituído do Comando do Grupo, preterido na promoção a general e passou para reserva. Cardim, com a anistia, retornou ao Brasil e faleceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1995.

Em fevereiro de 1979, o ex-sargento Alberi foi assassinado de forma pouco esclarecida.

Em novembro de 1979, o *Coojornal* publicou uma entrevista, concedida em 1978 pelo ex-sargento Alberi, aproximadamente três meses antes de sua morte, na qual declarou que o dinheiro para financiar a operação - um milhão de dólares - havia sido conseguido em Cuba e levado até Brizola por Darcy Ribeiro e Paulo Schilling.

O jornal *O Globo*, de 6/10/2005, página 12, em matéria de Jailton de Carvalho, com o título "Governo indeniza família de ex-sargento da PM", publicou a aprovação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de uma indenização de RS$ 419.500,00 (retroativa) e pensão mensal de R$ 7.300,00 a Iloni Schnetz dos Santos, viúva do ex-sargento da Polícia Militar do Rio Grande do Sul Alberi Vieira dos Santos, promovido a capitão pela Comissão de Desaparecidos Políticos.

Já a viúva do sargento Carlos Argemiro Camargo recebe, apenas, a pensão equivalente à graduação de 2° sargento (R$ 1.749,00), já computado o aumento de 13% concedido em outubro de 2005, pois o sargento Argemiro foi promovido, *post mortem*, por bravura, a essa graduação.

Somente no Brasil, com um governo de ex-subversivos podem acontecer situações como essa: um desertor, subversivo e traidor de sua pátria ser premiado.

Movimento Nacional Revolucionário (MNR)

Rompido com o grupo militar do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e pressionado por Cuba, para justificar o emprego dos recursos enviados, e por seus seguidores descontentes com seus fracassos, Brizola criou o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), organização composta por militares cassados e outros que continuavam na ativa atuando, clandestinamente, nos quartéis.

Buscando ser reconhecido como o grande líder da revolução brasileira, Brizola enviou a Havana Aluísio Palhano, membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização desarticulada pela Contra-Revolução.

Brizola pretendia o apoio de Cuba para implantar a guerra de guerrilha no campo, apoiada pelo movimento urbano. Esses eram os planos do MNR:

- uma coordenação em Montevidéu, de onde Brizola comandaria as articulações, tendo como assessor militar Dagoberto Rodrigues;
- outra coordenação no Rio de Janeiro, onde estaria o comando nacional, com a direção de Bayard Demaria Boiteaux; e
- manter ligações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tendo o jornalista Flávio Tavares como "pombo-correio" entre o Brasil e o Uruguai.

Para a formação dos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio de Cuba. O treinamento se iniciava em Pando, no Uruguai, na propriedade de Isidoro Gutierrez, ex-vereador de Uruguaiana, ligado a Brizola. Os selecionados viajavam, segundo o esquema já descrito por Havana. Um deles foi José Anselmo dos Santos - o "cabo" Anselmo -, ativo militante durante o governo Jango,

que, depois de fugir da prisão, foi levado ao Uruguai. Lá, foi posto em contato com Neiva Moreira, Paulo Schilling, Flávio Tavares e o próprio Brizola, que o designou para ir a Cuba, fazer treinamento de guerrilha. Em 1967, após receber passaporte e dinheiro, seguiu de navio até a Argentina e de lá para Paris, de onde, depois de várias escalas, chegou a Havana.

Brizola desejava com o seu MNR, inicialmente, instalar três focos de guerrilha:

- ao norte do Rio Grande do Sul, liderado pelo ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira;
- no Brasil Central, sob a responsabilidade do jornalista Flávio Tavares;
- na Serra de Caparaó, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, coordenado por Dagoberto Rodrigues.

Guerrilha de Caparaó

Caparaó, região serrana entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, foi o local escolhido pelo MNR para a implantação de um foco guerrilheiro, por ter, segundo a teoria foquista, terreno propício, com montanhas e selvas, e ser de difícil acesso. Além disso, por estar próximo dos grandes centros políticos, o que facilitaria o desenvolvimento do movimento, com a adesão das massas.

O deslocamento dos guerrilheiros para a área começou ao final de 1966. Logo surgiram os primeiros contratempos. Os acampamentos tinham de ser mudados com freqüência, por medida de segurança; o local era muito alto e o frio intenso; não havia uma eficiente rede logística de apoio e os guerrilheiros não tinham como sobreviver por muito tempo. Os primeiros meses de 1967 foram de muitas dificuldades. Para não morrer de fome, o grupo de aproximadamente 20 homens, que se encontrava em torno do Pico da Bandeira, local mais alto da Serra de Caparaó, começou a roubar comida e abater animais. Denunciados pelos habitantes locais, de quem esperavam apoio, no mês de março de 1967 os guerrilheiros foram cercados pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Em seguida, o controle das operações foi assumido pela 4ª Região Militar. Em abril todos estavam presos.

Após o fracasso de Caparaó, o MNR de Brizola não conseguiu implantar os focos guerrilheiros de Mato Grosso e do Brasil Central, dissolvendo-se em seguida. Flávio Tavares, envolvido na preparação do grupo guerrilheiro, foi preso logo a seguir.

Após se desligarem de Brizola, novas organizações seriam formadas por alguns representantes da "Frente de Caparaó":

- a Resistência Armada Nacionalista (RAN);

- o grupo de São Paulo - Darcy Rodrigues, Onofre Pinto, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Pedro Lobo de Oliveira e outros - ligar-se-ia a dissidentes da POLOP e formariam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e

- os remanescentes do Triângulo Mineiro - Jarbas Silva Marques e outros - se juntariam ao Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Brizola, residindo no Uruguai e violando as leis que regem os asilados e exilados, provocou protestos do Brasil junto ao governo desse país, que o expulsou. O caudilho foi para os Estados Unidos e depois para a Europa, de onde continuou a conspirar contra o regime brasileiro.

Em 1979, depois da Anistia, voltou para o Brasil. Usando permanentemente a bandeira de exilado que lutava pela democracia, foi eleito, por duas vezes, governador do Rio de Janeiro.

As principais marcas dos seus governos foram os poucos Centros Integrados de Ensino Público (CIEPS) e o Sambódromo.

Brizola faleceu em 21 de junho de 2004. Foi enterrado no Jardim da Paz, em São Borja, Rio Grande do Sul, mesmo cemitério onde estão os túmulos dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.

Que descanse em paz o grande timoneiro das organizações subversivas, que mais se assemelhavam ao "Exército de Brancaleone".

Não fosse a morte em emboscada do 3° sargento do Exército Brasileiro, Carlos Argemiro Camargo, as rocambolescas aventuras guerrilheiras de Brizola fariam parte do anedotário.

Se não fossem os remanescentes dos guerrilheiros de Brizola, que formaram ou entraram para novas organizações, livres de sua liderança, Fidel Castro, certamente, até hoje, lamentaria a perda dos dólares enviados a Brizola, para o caudilho realizar tantas e desastradas peripécias.

As sete bombas que abalaram Recife
Aeroporto de Guararapes
25/07/1966

A Contra-Revolução completava dois anos. Solenidades eram realizadas em todos os rincões do País.

Em Recife, desde oito horas desse 31/03/1966, o povo se deslocava para o Parque Treze de Maio para o início das comemorações. Milhares de pessoas estavam reunidas naquele parque quando, às 8h47, foram surpreendidas por uma violenta explosão, seguida de espessa nuvem de fumaça que envolveu o prédio dos Correios e Telégrafos de Recife.

Quando a fumaça desapareceu, o povo, atônito, viu os estragos. Manchas negras e buracos nas paredes, a vidraça no sexto andar estilhaçada. A curiosidade era geral.

O povo não imaginava que esse seria o primeiro ato terrorista na capital pernambucana.

Ao mesmo tempo, outra bomba explodia na residência do comandante do IV Exército.

Ainda naquele dia, outra bomba, que falhara, foi encontrada em um vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração ao segundo aniversário da Contra-Revolução.

Cinqüenta dias após, em vinte de maio, foram arremessados dois coquetéis "molotov" e uma banana de dinamite contra os portões da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Por sorte, até então, os terroristas não haviam provocado vítimas.

No entanto, antes de completarem quatro meses da explosão da primeira bomba, outras três vieram abalar a tranqüilidade de Recife. Como as anteriores não provocaram vítimas, desta vez os terroristas capricharam e se esmeraram para haver mortos e feridos. A justificativa para essas ações era protestar contra a visita a Recife do marechal Costa e Silva, candidato da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) à Presidência da República. O alvo principal era o próprio Costa e Silva e sua comitiva.

No dia marcado para a chegada do candidato, 25 de julho de 1966, explode a primeira bomba na União dos Estudantes de Pernambuco, ferindo com escoriações e queimaduras, no rosto e nas mãos, o civil José Leite.

A segunda bomba, detonada nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos, causou apenas danos materiais.

A terceira, mais potente, preparada para vitimar o marechal Costa e Silva, atingiu um grande número de pessoas. Ela foi colocada no saguão do

Aeroporto de Guararapes, onde a comitiva do candidato seria recebida por trezentas pessoas.

Eram 8h30, quando os alto-falantes anunciaram que, em virtude de pane no avião que traria o general, ele estava se deslocando por via terrestre, de João Pessoa até Recife, indo diretamente para o prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com o anúncio, o público, felizmente, começou a se retirar.

O guarda-civil Sebastião Thomaz de Aquino, o "Paraíba", que fora um grande jogador de futebol do Santa Cruz, viu uma maleta escura junto à livraria Sodiler. Pensando que alguém a esquecera, pegou-a para entregá-la no balcão do Departamento de Aviação Civil (DAC).

Ocorreu no momento uma grande explosão. A seguir pânico, gemidos e dor. Mais um ato terrorista acabara de acontecer, com um saldo de quinze vítimas.

Morreu o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos. Teve seu abdômen dilacerado.

Também faleceu o almirante reformado Nelson Gomes Fernandes, com o crânio esfacelado, deixando viúva e um filho menor.

"Paraíba" foi atingido no frontal, no maxilar, na perna esquerda e na coxa direita com exposição óssea, o que resultou na amputação da perna direita.

O tenente-coronel Sylvio Ferreira da Silva, hoje general, sofreu amputação traumática dos dedos da mão esquerda, lesões graves na coxa esquerda e queimaduras de primeiro e segundo graus. Hoje, 40 anos depois, ainda sofre com as seqüelas provocadas.

Ficaram gravemente feridos o inspetor de polícia Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antônio Pedro Morais da Cunha; os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro; os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias; a professora Anita Ferreira de Carvalho; a comerciária Idalina Maia; o guarda-civil José Severino Barreto; além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Gomes de Barros, de apenas seis anos de idade.

O acaso, transferindo o local da chegada de Costa e Silva, evitou que a tragédia fosse maior.

Assim age o terrorista, indiscriminadamente, forma tão apregoada por Carlos Marighella, atingindo pessoas inocentes. A seguir, transcrevo o depoimento de uma das vítimas, o então tenente-coronel Sylvio Ferreira da Silva, publicado pelo general Raymundo Negrão Torres no seu excelente livro: *Fascínio dos Anos de Chumbo*, página 86:

"Quando o guarda foi alertado pelo dono da banca de revistas sobre a maleta abandonada, ele a apanhou e dirigiu-se até onde eu estava, tendo à minha direita o Edson Régis e à minha frente o Haroldo Colares, inspetor de Polícia que havia trabalhado comigo na Secretaria de Segurança que eu havia deixado há dois meses. O guarda postou-se ao meu lado esquerdo e dirigiu-se ao Haroldo dizendo:

- Dr. Haroldo, esta maleta estava abandonada. O Haroldo, esticando o braço direito, respondeu: entrega no DAC que é ali.

Neste momento, ocorreu a explosão. O jornalista Edson Régis, relativamente baixo, foi atingido no abdômen e transportado para o Hospital da Aeronáutica. Levado ao centro cirúrgico antes de mim não resistiu.

O Haroldo Colares recebeu uns duzentos estilhaços de vidro, espalhados pelo corpo e, apesar de diabético, resistiu. O almirante Nelson Fernandes estava longe, na divisória que dava acesso ao pátio das aeronaves. Foi atingido na nuca pelo bujão do cano que constituía a bomba. Morreu na hora.

O guarda Sebastião teve ferimento semelhante ao meu na perna direita, posto que ele segurava a maleta na mão direita. Teve a perna amputada, após setenta dias de sofrimento no hospital. Eu tive a amputação de todos os dedos da mão esquerda - que desapareceram -, exceto o polegar que ficou pendurado por um pedaço de pele e a coxa esquerda esfacelada com fratura exposta do fêmur, muitos cacos de vidro e muitas queimaduras.

Como disse acima, esses detalhes já não têm mais importância. Infelizmente o fato em si parece esquecido para nossas maiores autoridades. Dos atingidos, acho que sou o único sobrevivente e assim posso sentir o significado de atitudes como essa de nomear para o Ministério da Justiça um terrorista."

Nota do autor: o general Sylvio Ferreira da Silva refere-se a Aloysio Nunes Ferreira, ministro da Justiça no governo Fernando Henrique.

Freqüentemente, vergonhosas e milionárias indenizações são pagas a ex-terroristas que tanto mal fizeram ao País.

Acredite, nenhuma das vítimas que citei até agora e que citarei nas próximas páginas deste livro recebeu qualquer indenização. Durante muito tempo, a esquerda escondeu, enquanto pôde, a autoria desse atentado, chegando a afirmar

que teria sido feito pela direita para tentar incriminá-la. Técnica antiga muito usada, até os dias de hoje, pela esquerda.

As autoridades, atônitas, procuravam os autores desses atentados. Não obtinham nenhuma resposta. Não tínhamos, até então, nenhum órgão para combater com eficiência o terrorismo.

Foi um comunista, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que teve a hombridade de denunciar esse crime: Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas* - edição revista e ampliada - Editora Ática - 1998, escreve sobre o assunto:

> "Membro da comissão militar e dirigente nacional da AP, Alípio de Freitas encontrava-se em Recife em meados de 1966, quando se anunciou a visita do general Costa e Silva, em campanha farsesca de candidato presidencial pelo partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Por conta própria Alípio decidiu promover uma aplicação realista dos ensinamentos sobre a técnica de atentados."
>
> "Em entrevista concedida a Sérgio Buarque de Gusmão e editada pelo *Jornal da República*, logo depois da anistia de 1979, Jair Ferreira de Sá revelou a autoria do atentado do Aeroporto de Guararapes por militantes da AP.
>
> Entrevista posterior, ao semanário *Em Tempo*, referiu-se a Raimundinho como um dos participantes da ação. Certamente, trata-se de Raimundo Gonçalves Figueiredo, que se transferiu para a VAR-Palmares (onde usava o nome de guerra Chico) e morreu, a vinte sete de abril de 1971, num tiroteio com policiais do Recife."

Fica, portanto, esclarecida a autoria do atentado ao Aeroporto de Guararapes:

- Organização responsável: Ação Popular (AP);
- Mentor intelectual: ex-padre Alípio de Freitas - que já atuava nas Ligas Camponesas -, membro da comissão militar e dirigente nacional da AP;
- Executor: Raimundo Gonçalves Figueiredo, militante da AP.

Observação*:*

- Em 25/12/2004, Cláudio Humberto, em sua coluna, no Jornal de Brasília, publicou a concessão da indenização fixada pela Comissão de Anistia,

que beneficia o ex-padre Alípio de Freitas, hoje residente em Lisboa. Ele terá direito a R$ 1,09 milhão.

- Raymundo Negrão Torres, em seu livro *O Fascínio dos Anos de Chumbo*, Editora do Chain, página 85, escreve o seguinte:

> "Um dos executores do atentado, revelado pelas pesquisas e entrevistas promovidas por Gorender, foi Raimundo Gonçalves Figueiredo, codinome Chico, que viria, mais tarde a ser morto pela polícia de Recife em 27 de abril de 1971, já como integrante da VAR-Palmares e utilizando o nome falso de José Francisco Severo Ferreira, com o qual foi autopsiado e enterrado. Esse terrorista é um dos radicais que hoje são apontados como tendo agido em defesa da democracia e cujos "feitos" estão sendo recompensados pelo governo, às custas do contribuinte brasileiro, com indenizações e aposentadorias que poucos trabalhadores recebem, recompensa obtida graças ao trabalho faccioso e revanchista da Comissão de Mortos e Desaparecidos, instituída pela lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. É um dos nomes glorificados no livro *Dos filhos desse solo*, página 443, editado com dinheiro dos trabalhadores e no qual Nilmário Miranda, ex-militante da POLOP e secretário nacional dos Direitos Humanos do governo Lula, faz a apologia do terrorismo e da luta armada, através do resultado dos trabalhos da tal comissão, da qual foi o principal mentor."

Raimundo Gonçalves Figueiredo é nome de uma rua em Belo Horizonte/MG e sua família também foi indenizada.

Fontes:
- Combate nas Trevas.
- Projeto Orvil.

Tenente-coronel (hoje general) Sylvio Ferreira da Silva, gravemente ferido, aguardando socorro

Guarda civil Sebastião Thomaz de Aquino, o "Paraíba", sendo socorrido. Teve a perna direita amputada

Corpo do Almirante Nelson Gomes Fernandes, falecido no local

Populares prestam socorro aos feridos

Sepultamento do jornalista Edson Regis Carvalho

Governo Costa e Silva
15/03/1967 a 31/08/1969

Arthur da Costa e Silva nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, sendo declarado aspirante na Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro.

Integrou o Movimento Tenentista de 1922. Foi preso e em seguida anistiado.

Foi um dos principais articuladores da Contra-Revolução de 1964. Ministro da Guerra no governo Castelo Branco, desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se, pela Arena, à Presidência da República, em eleição indireta.

Em 3 de outubro de 1966 foi eleito presidente pelo Congresso, tendo como vice Pedro Aleixo. Foi empossado em 15 de março de 1967.

No seu governo, enfrentou intensa atividade subversivo-terrorista. As dissidências existentes no PCB deram origem a inúmeras organizações que, infiltradas nos movimentos estudantis, sindicais e camponeses, agitavam o País.

O ano de 1968 foi marcado pela intensificação de tumultos; atentados a bomba; assaltos a unidades militares para o roubo de uniformes e armamentos; assaltos a pedreiras para roubos de explosivos; e assaltos a bancos. Greves por toda a parte abalavam a economia. A radicalização política era cada vez maior.

Fatos marcantes no ano de 1968

- Intensificação do movimento estudantil, levando à morte, em conflito com a polícia, o estudante Edson Luís;
- "Jornadas de Junho" - com passeatas, depredações, queima de veículos;
- Explosões de bombas, saques e viaturas incendiadas de norte a sul do País;
- Assalto ao Hospital Militar do Cambuci para o roubo de armas;
- Atentado a bomba no Consulado Americano em São Paulo;
- Atentado a bomba no QG do II Exército, com a morte do soldado Mário Kozel Filho;
- "Justiçamento" do capitão do exército dos EUA Charles Chandler;
- "Justiçamento" do major do exército alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian Von Westernhagen;
- Atos de sabotagem em trens e fábrica de armas; e
- Assalto ao trem pagador na ferrovia Santos-Jundiaí, com a participação de Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência da República e depois ministro da Justiça no governo Fernando Henrique.

Muito oportuno é o artigo que o jornalista Élio Gaspari publicou no jornal *O Globo* de 28/05/2000 - página 14, que abaixo transcrevo:

> "Bala em lavrador é alerta. Ovo em ministro é o caos"
>
> " ...O melhor exemplo dessa estratégia foi verbalizado pelo secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferréira e pela liderança parlamentar do PSDB. Eles se enfureceram porque um estudante desempregado amassou um ovo no ministro da Saúde e um manifestante bateu com um pau de bandeira no governador Mário Covas. Aloysio disse o seguinte:
>
> - Essas ações partiram de uma canalha de ânimo fascista, porras-loucas, membros de grupelhos extremistas. É um banditismo político.
>
> Pegou pesado. As leis do País têm remédios para delitos desse tipo e, no caso do ovo, dificilmente podem levar a uma pena maior do que a perda da primariedade por cinco anos. Se é pouco, pode-se fazer outra lei, mas esta é a que há.
>
> Será que um ovo vale tantos adjetivos?
>
> O ministro José Serra era presidente da UNE em 1964. A escumalha que ele representava fazia coisa pior, muito pior. Cinquentões, todos esses baderneiros lembram-se com ternura de suas malfeitorias (cometidas num regime democrático) ... O ministro Aloysio Nunes Ferreira chama de bandidos, canalhas, fascistas e porras-loucas extremistas os baderneiros de hoje. É forte.
>
> Lutando contra a ditadura (tendo como objetivo a instauração no Brasil de um regime socialista) ele militou na Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighella. Essa organização praticava aquilo que seu líder chamava de "terrorismo revolucionário". Como quadro destacado da ALN, em agosto de 1968, o atual ministro participou do assalto a um trem-pagador da ferrovia Santos-Jundiaí do qual levaram o equivalente a US$ 21.600. Bandido não era. Canalha, muito menos. Fascista, nem pensar. Porra-louca, talvez. Extremista, com certeza. Se ele não era tudo isso, como é que um jovem que amassa um ovo pode vir a sê-lo?"

Além de todos os atos terroristas, o governo Costa e Silva ainda se defrontava com parlamentares da oposição que, incessantemente, se pronunciavam de modo, muitas vezes, ofensivo ao regime e às Forças Armadas. Um desses discursos, feito pelo então deputado Márcio Moreira Alves, além de tentar desmoralizar as Forças Armadas, incitou o povo a não participar das comemorações

de Sete de Setembro. O governo pediu à Câmara dos Deputados licença para cassar o seu mandato, o que foi negado.

O País contabilizava, até o final de 1968, um saldo de 19 mortos pelos terroristas (ver www.ternuma.com.br - Memorial 1964); 9 mortes em passeatas, citadas pelos jornais; e 2 estudantes. Nesse cenário, em 13 de dezembro de 1968, o presidente da República promulgou o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Tal Ato ampliou consideravelmente os poderes presidenciais, possibilitando:

- O fechamento do Legislativo;
- A suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais;
- A intervenção federal em estados e municípios;
- A demissão e a aposentadoria de funcionários públicos;
- A cassação de mandatos parlamentares;
- A suspensão da garantia do habeas-corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, entre outras.

Assinaram o Ato: - Arthur da Costa e Silva - Luis Antônio da Gama e Silva - Augusto Hamann Rademaker Grünewale - Aurélio de Lyra Tavares - José de Magalhães Pinto - Antônio Delfim Netto - Mário David Andreazza - Ivo Arzua Pereira - Tarso Dutra - Jarbas G. Passarinho - Márcio de Souza e Mello - Leonel Miranda - José Costa Cavalcanti - Edmundo de Macedo Soares - Hélio Beltrão - Afonso A. Lima - Carlos F. de Simas.

Transcrevo abaixo o artigo do senador Jarbas Gonçalves Passarinho a respeito do AI 5, originalmente publicado pelo Jornal do Brasil, em 14/03/04.

> "AI-5, um Imperativo"
>
> "Até 1968, o governo mantinha intocadas as liberdades individuais. As restrições constantes do Ato Institucional nº 1 já haviam cessado há muito. Eleições diretas - exceto para presidente da República - haviam levado a oposição aos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A imprensa, livre, e os direitos individuais assegurados, caminhava o País para o restabelecimento da democracia plena. No plano externo, a Guerra Fria exacerbava a dicotomia ideológica entre democracia e comunismo. À esquerda marxista-leninista não convinha o exercício da oposição no plano democrático, mas a revolução inspirada na União Soviética. Desde 1961, Cuba e China, nos governos Jânio Quadros e João Goulart, já treinavam brasileiros para a guerrilha. O movimento estudantil radicalizara-se, dirigido pelas dissidências comunistas da Guanabara

e São Paulo, que se opuseram à diretriz do Partido Comunista Brasileiro, contrária à luta armada. Várias facções guerrilheiras já haviam surgido em disputa entre elas. Em 1967, foi desbaratada a Guerrilha de Caparaó e começaram as ações armadas da guerrilha urbana em São Paulo. Em 1968, eclodem as greves políticas, os assaltos a bancos, ataques a quartéis do Exército para roubo de armas e os atos terroristas assassinos. No dia 12 de dezembro, a Câmara dos Deputados, na qual o governo tinha ampla maioria, nega licença para que fosse processado pelo Supremo Tribunal Federal o deputado que chamara as Forças Armadas de 'valhacouto de bandidos'. O segredo do êxito da Guerra Revolucionária devia-se a que o totalitarismo vencia a democracia no mundo usando as franquias da própria democracia. Karl Loewenstein, em sua *Teoria da Constituição*, fala do dilema do Estado ameaçado pelos totalitários. 'Se decide restringir as liberdades fundamentais, de que se servem os insurretos, atuará precisamente contra os princípios da liberdade e da igualdade sobre os quais se baseia. Se, ao contrário, as mantém mesmo em benefício de seus inimigos declarados, põe em risco a sua própria existência.' O Estado estava, pois, vivendo o dilema de Loewenstein, atacado por militantes totalitários. Antônio Cândido, nome exponencial da esquerda, justifica a violência leninista: "Aceito plenamente a violência revolucionária como defesa da revolução". Os chefes militares declararam-se formalmente incapacitados de vencer a guerrilha se os direitos individuais fossem mantidos. Aceitamos, também, a violência defensiva. A Colômbia manteve as liberdades fundamentais, ao contrário do Brasil. Faz 42 anos não vence as guerrilhas comunistas que já dominam 40% do território nacional. No nosso caso, vencemos a luta armada dos comunistas. Só não deveríamos ter feito durar por dez anos o AI-5, inicialmente um imperativo da defesa do Estado. O presidente Costa e Silva iria revogá-lo em setembro de 1969, não houvesse adoecido fatalmente."

* Jarbas Passarinho, 83 anos, é coronel reformado do Exército e foi governador do Pará, senador por três mandatos, ministro dos governos dos presidentes Arthur da Costa e Silva (Trabalho), Emílio Médici (Educação), João Figueiredo (Previdência) e Fernando Collor de Mello (Justiça).

O governo criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e transformou o Serviço de Proteção ao Índio em Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram criadas, ainda, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

Em 1969, a economia brasileira estava em franco desenvolvimento, iniciando o "Milagre Brasileiro". Isso aliviou as tensões sociais e ampliou as bases de apoio ao regime militar.

Na área econômica, o período foi de crescimento, com expansão industrial e facilidade de crédito, política salarial de contenção e controle da inflação em torno de 23% ao ano.

Em agosto de 1969, Costa e Silva se afastou do cargo, após governar por dois anos e cinco meses, em virtude de uma trombose cerebral, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969. Seu vice, Pedro Aleixo, impedido de tomar posse, foi substituído por uma Junta Militar, composta pelos ministros Aurélio de Lyra Tavares (Exército), Augusto Radmaker (Marinha) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica), que governaria de 31/08/1969 a 30/10/1969.

No dia 4 de setembro de 1969, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) seqüestraram, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Charles Elbrick.

Nas eleições de 1970, a Arena conquistou 69,4% dos votos válidos para a Câmara, sinal de aprovação do governo.

O País iria se defrontar com momentos cada vez mais dramáticos e eu, transferido para São Paulo, iria ser envolvido em uma guerra, para a qual não havia sido preparado. Uma guerra na qual o inimigo não usava uniforme, era traiçoeiro, tinha a iniciativa e, quando menos se esperava, matava ou mutilava inocentes.

No cumprimento da minha missão, não raro expus a riscos minha integridade física e a segurança da minha família.

Foi uma luta que não escolhi, mas lutei, consciente de que fazia o melhor para o meu País e para o meu Exército.

Vencemos a luta, malgrado ver, hoje, meu nome e de muitos companheiros enxovalhado pelos vencidos, que novamente intentam contra o Brasil, dominando o Estado na tentativa de se perpetuar no poder sob uma nova roupagem.

Carlos Marighella, o ideólogo do terror

Carlos Marighella nasceu em Salvador, Bahia, em 05/12/1911. Sua trajetória revolucionária remonta à década de 30. Em 1932 ingressou na Juventude Comunista e na Federação Vermelha dos Estudantes. Em 1936, abandonou o curso de engenharia e, cumprindo ordens do partido, foi para São Paulo reorganizar o PCB.

Em 1939, foi preso pela terceira vez e encaminhado para Fernando de Noronha. Na prisão, dava aulas de formação política aos detentos. Em 1945, a anistia, assinada por Vargas, devolveu a liberdade aos presos políticos. Marighella, nesse ano, foi eleito deputado federal.

No governo Dutra, o Partido Comunista voltou à ilegalidade e passou a agir de novo clandestinamente. Em 7 de janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares do PCB foram cassados.

De 1949 até 1954, Marighella atuou na área sindical, aumentando a influência do partido, sendo incluído na Comissão Executiva e no Secretariado Nacional, órgãos dirigentes do PCB.

No Manifesto de Agosto de 1950, Marighella já pregava a luta armada, conduzida por um Exército de Libertação Nacional. Como membro da Executiva chefiou a primeira delegação de comunistas brasileiros à China, em 1952.

Ao voltar, passou a trabalhar as massas para preparar a futura revolução brasileira. O passo seguinte seria a penetração no meio estudantil. Para isso, Marighella infiltrou-se, por meio de contatos, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde doutrinava professores e alunos. As sementes estavam sendo semeadas, era só aguardar a colheita.

A influência da revolução cubana, que passou a servir de modelo para muitos comunistas, contrariava as posições do Movimento Comunista Internacional e do próprio PCB, mas encantava revolucionários antigos, como Marighella e outros que, atuando desde a década de 30, não viam como conquistar o poder com uma luta de longo prazo. A tática de Fidel e Che Guevara, defensores da estratégia foquista, passou a ser o modelo ideal para o Brasil.

Após a Contra-Revolução de 1964, Marighella foi preso em um cinema, no Rio de Janeiro. Solto por um habeas-corpus, impetrado por Sobral Pinto, passou a pregar abertamente a adoção da luta armada, doutrinando operários e estudantes.

Em julho de 1967, foi convidado, oficialmente, para participar da 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), onde se discutiria um caminho para a difusão da luta armada no continente.

Desautorizado pelo partido e contrariando as linhas de ação adotadas pelo PCB, Marighella embarcou para Havana com passaporte falso. O evento reuniu revolucionários do mundo inteiro. Na ocasião, o slogan era "Um, dois, três, mil Vietnames", outro exemplo de guerrilha que dera certo.

Estando Marighella em Havana, o PCB enviou um telegrama desautorizando sua participação e ameaçando-o de expulsão.

Em 17 de agosto de1967, Marighella enviou uma carta ao Comitê Central do PCB, rompendo definitivamente com o partido.

Em seguida, em outra carta, deu total apoio e solidariedade às resoluções adotadas pela OLAS. Nesse documento ele escrevia:

> "No Brasil há forças revolucionárias convencidas de que o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. São estas forças que se preparam em meu país e que jamais me condenariam como faz o Comitê Central só porque empreendi uma viagem a Cuba e me solidarizei com a OLAS e com a revolução cubana. A experiência da revolução cubana ensinou, comprovando o acerto da teoria marxista-leninista, que a única maneira de resolver os problemas do povo é a conquista do poder pela violência das massas, a destruição do aparelho burocrático e militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo e a sua substituição pelo povo armado."

Terminada a conferência, Marighella ficou alguns meses em Cuba com a certeza do apoio de Fidel a um foco guerrilheiro no Brasil. Em fins de novembro foi expulso do PCB.

De volta ao Brasil, incentivou a prática de assaltos, seqüestros e atentados a bomba. Numa audaciosa ação, seus asseclas ocuparam a Rádio Nacional no Rio de Janeiro, onde colocaram uma gravação no ar, conclamando os revolucionários do Brasil, onde quer que estivessem, a iniciar as ações revolucionárias.

Logo depois, a partir de setembro de 1967, Marighella iniciou o envio de militantes para curso de guerrilha em Cuba. Na primeira leva - o chamado "I Exército da ALN" - seguiram: Adilson Ferreira da Silva (Miguel); Aton Fon Filho (Marcos); Epitácio Remígio de Araújo (Júlio); Hans Rudolf Jacob Manz (Juvêncio ou Suíço); José Nonato Mendes (Pele de Rato ou Pará); Otávio Ângelo (Fermin); Virgílio Gomes da Silva (Carlos).

Marighella criou, juntamente com Joaquim Câmara Ferreira, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP). O AC/SP ou "Ala Marighella" expandia-se e atuava em vários estados. As idéias de Marighella encontram no meio

estudantil campo fértil. Em pouco tempo, a Ala ganhou adeptos e várias lideranças surgiram durante as agitações do movimento estudantil. Logo depois, estabeleceu contato com Mário Roberto Zanconato, líder do Grupo Corrente em Minas Gerais. Em Brasília, Flávio Tavares, que já conhecia Marighella, apresentou um membro da Corrente, "Juca", a George Michel Sobrinho, que passaria a ser o contato do AC/SP com os grupos de Brasília. A partir daí, o movimento estudantil de Brasília passou a agir pelas normas de Marighella. Esse grupo, ainda em 1968, realizou treinamento de guerrilha (tiros de revólveres e metralhadora INA e experiências com explosivos) nas proximidades do Rio São Bartolomeu. O AC/SP atuava também no Ceará e em Ribeirão Preto.

Marighella e o clero

Outras adesões viriam. No convento dos dominicanos, na Rua Caiubi, nº 126, no bairro de Perdizes, São Paulo, vários religiosos aderiram ao AC/SP. Frei Osvaldo Augusto de Resende Júnior liderou várias reuniões congregando frades dominicanos, que se interessavam por política. Participavam dessas reuniões, entre outros: frei Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto), frei Fernando de Brito, frei Tito de Alencar Lima, frei Luiz Felipe Ratton, frei Francisco Pereira Araújo (frei Chico) e Ives do Amaral Lesbaupin (frei Ivo). Na ocasião, frei Osvaldo teceu comentários elogiosos ao AC/SP chefiado por Marighella. Logo depois, apresentou frei Betto a Marighella e conseguiu a adesão de vários dominicanos ao AC/SP e depois à ALN.

O engajamento dos dominicanos foi total. Seriam um apoio da ALN na guerrilha urbana e rural.

Luís Mir, em seu livro *A Revolução Impossível*, Editora Best Seller, página 299, transcreve:

> "Lesbaupin:
> A Igreja e os dominicanos deveriam entrar no projeto revolucionário de forma organizada. Seríamos a linha de apoio logístico para a guerrilha rural. Na cidade, esconderíamos pessoas, faríamos transferências de armas e dinheiro."

Em meados de 1968, receberam a primeira missão dada por Marighella: levantamento na Belém-Brasília, procurando áreas estratégicas para instalar focos de guerrilha.

A área de Conceição do Araguaia, onde a ordem mantinha um convento, foi considerada prioritária. Frei Osvaldo, frei Ivo, frei Ratton, frei Tito e frei Fernando, separadamente, fizeram levantamentos nos municípios de

Gurupi, Pedro Afonso e Itacajá; na região de Rio Vermelho; e ao norte do Estado de Goiás, entre Tocantins e Araguatins.

Marighella pregava:

> "O princípio básico estratégico da organização é o de desencadear, tanto nas cidades como no campo, um volume tal de ações, que o governo se veja obrigado a transformar a situação política do País em uma situação militar, destruindo a máquina burocrático-militar do Estado e substituindo-a pelo povo armado. A guerrilha urbana exercerá um papel tático em face da guerrilha rural, servindo de instrumento de inquietação, distração e retenção das forças armadas, para diminuir a concentração nas operações repressivas contra a guerrilha rural."

No segundo semestre de 1968, frei Betto foi encarregado do setor de imprensa - difundir o jornal *O Guerrilheiro* e textos de Marighella -, e manter contato com Joaquim Câmara Ferreira, "Toledo", que coordenava as ações em São Paulo.

Apoiado pela chegada do "I Exército da ALN", treinado em Cuba, Marighella liderou vários assaltos e atentados na área de São Paulo, ainda em 1968.

Intensificaram-se a seguir os atos de terror: atentados a bomba, assaltos a banco, seqüestros, assassinatos, "justiçamentos", ataques a sentinelas e radiopatrulhas, furtos e roubos de armas dos quartéis.

Na época, eu não sabia que esses fatos teriam em minha vida uma importância maior do que para a maioria dos brasileiros.

Não imaginava que seria um, dentre muitos, a combater o terror que ameaçava a Nação e o Estado.

Não esperava que um dia eu seria injuriado e caluniado por ter cumprido o meu dever, lutando em uma guerra perigosa e suja, contra inimigos desconhecidos, militarmente treinados no exterior e dispostos a tudo, para implantar no Brasil uma ditadura de inspiração marxista-leninista.

Em 1969, Marighella difundiu o *Minimanual do Guerrilheiro*, de sua autoria, que passou a ser o livro de cabeceira dos terroristas brasileiros. O livreto foi traduzido em duas dezenas de idiomas e usado por terroristas do mundo inteiro. As Brigadas Vermelhas, na Itália, e o Grupo Baader-Meinhoff, na Alemanha, seguiam seus ensinamentos.

Claire Sterling, em seu livro, *A Rede do Terror - A Guerra Secreta do Terrorismo Internacional*, editora Nórdica, referiu-se à importância do *Minimanual* de Marighella em várias páginas de sua obra. Desse livro, transcrevo alguns textos onde ela se refere ao *Minimanual*:

> "... não matam com raiva: esse é o sexto dos sete pecados capitais contra os quais adverte expressamente o *Minimanual de Guerrilha Urbana* de Carlos Marighella, a cartilha-padrão do terrorista. Tampouco matam por impulso: pressa e improvisação o quinto e sétimo pecados da lista de Marighella. Matam com naturalidade, pois esta é "a única razão de ser de um guerrilheiro urbano" segundo reza a cartilha. O que importa não é a identidade do cadáver, mas seu impacto sobre o público."
>
> "... em primeiro lugar, escreveu Marighella, o guerrilheiro urbano precisa usar a violência revolucionária para identificar-se com causas populares e assim conseguir uma base popular. Depois:
>
> O governo não tem alternativa exceto intensificar a repressão. As batidas policiais, busca em residências, prisões de pessoas inocentes tornam a vida na cidade insuportável. O sentimento geral é de que o governo é injusto, incapaz de solucionar problemas, e recorre pura e simplesmente à liquidação física de seus opositores."

Morte de Marighella

Marighella foi morto na noite do dia 4 de novembro de 1969, dentro de um carro, na Alameda Casa Branca, zona nobre de São Paulo.

O convento dos dominicanos protegia também membros de outras organizações clandestinas como a VPR, o MR-8 e a ALN. Marighella os usava como contatos.

Os dominicanos marcavam encontros em lugares preestabelecidos, em "pontos" (contatos) na Alameda Casa Branca. Faziam parte do esquema o frei Fernando de Brito e o frei Ives do Amaral Lesbaupin.

Suspeitas sobre o convento puseram-no em observação. O telefone do mesmo passou a ser monitorado.

Frei Fernando e frei Ivo foram ao Rio e combinaram, por telefone, um encontro. Ao comparecerem ao "ponto" foram presos.

Interrogados, entregaram o esquema. Marighella marcava os "pontos" com ligações telefônicas para frei Fernando, na livraria Duas Cidades em

que ele trabalhava, usando a senha: "Aqui é da parte de Ernesto. Esteja hoje na gráfica".

Frei Fernando foi levado pela polícia à livraria para aguardar o telefonema. Na hora marcada, o telefone tocou e frei Fernando atendeu, ouviu a senha e confirmou o "ponto" que seria às 20 horas, na altura do nº 800 da Alameda Casa Branca.

O dispositivo para prender Marighella foi armado. Homens escondidos nos edifícios em construção e numa caminhonete observavam tudo. Do outro lado da rua, o delegado Fleury fingia namorar. Mais adiante, outro casal também "namorava". No lugar certo, o Fusca de sempre, com os dois frades dentro.

Pouco antes da hora, um homem passou devagar, examinando o local. A polícia o identificou como sendo Edmur Péricles Camargo, mas o deixou passar. Na realidade, não era Edmur e sim Luís José da Cunha (Crioulo), que dava cobertura a Marighella. A polícia preferiu esperar um peixe maior.

Marighella chegou pontualmente às 20h00, dirigiu-se ao Fusca e entrou na parte traseira. Frei Ives e Fernando saíram rapidamente do carro e se jogaram no chão. Percebendo a emboscada, imediatamente reagiu à prisão e foi morto. Marighella seguiu as normas de seu manual. Portava um revólver e levava duas cápsulas de cianureto.

Na ocasião, em meio a intenso tiroteio, morreram também a investigadora Stela Morato e o protético Friederich Adolf Rohmann, que passava pelo local do tiroteio. O delegado Tucunduva foi ferido gravemente.

Acabava assim Marighella, mas seus seguidores continuaram a agir segundo seu *Minimanual*, que aterrorizou o Brasil e o mundo.

Em 1996, um dossiê da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça contestou a versão oficial de sua morte e homologou a decisão de conceder o pagamento de indenização à sua viúva, Clara Charf. Para a comissão, prevaleceu a justificativa de que Marighella teria sido abatido com um tiro no peito, à queima roupa.

Primeiro, não é viável que o delegado Fleury perdesse a oportunidade de prender Marighella, para interrogá-lo, deixando que o executassem. Segundo, é fantasioso que, para confirmar a versão do tiroteio, tivessem assassinado a investigadora, o protético e ferido gravemente o delegado. Se Marighella foi morto à queima roupa, por que o tiroteio?

Esse "herói", que a esquerda venera em prosa e verso, é nome de rua no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e de viaduto em Belém do Pará. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) mantém no Acampamento 26 de Março, em Marabá, no Pará, a Escola Carlos Marighella. Em Pinar del Rio, Cuba, em 1973, foi inaugurada uma escola com seu nome.

O arquiteto Oscar Niemeyer projetou o Memorial Carlos Marighella, a ser construído pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, no bairro proletário de Santa Bárbara, Niterói, onde militantes comunistas se reuniam, na clandestinidade, provavelmente para organizar suas ações.

Há pouco tempo, foi projetado um marco a ser construído na Alameda Casa Branca, local onde morreu.

Tudo isso com o dinheiro do contribuinte, que, desinformado, assiste a tudo passivamente.

O *Minimanual* de Marighella é a prova da selvageria e do desprezo pelo ser humano, na insana perspectiva de que os fins justificam os meios.

Que estranha letargia é essa do povo brasileiro, que não reage à mitificação desse assassino frio e cruel?

Vivemos sob a ditadura do politicamente correto, pois a moda é fechar os olhos, enquanto os "inimigos da ditadura militar" veneram e pranteiam os seus mortos, ao passo que as vítimas do terrorismo são esquecidas e consideradas, verdadeiramente, como cidadãos de segunda classe.

Fontes:

- Projeto Orvil.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.

Sonho de uma guerrilha rural

O sonho de implantar uma região de guerrilha rural vinha de longe. Mesmo antes da Contra-Revolução, militantes comunistas eram encaminhados a Cuba e a Pequim para fazer cursos de guerrilha.

> "Em 29 de março de 1964, portanto antes mesmo da Revolução Democrática, viajara para a China uma turma de dez militantes do PCdoB, a primeira a realizar um curso político-militar naquele país. Até 1966, mais duas turmas fariam o mesmo curso."
>
> (AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*, página 218).

Em junho de 1966, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Nacional do PCdoB elegeu os membros do Comitê Central: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Cordeiro Oest e Elza Lima Monnerat. Nessa Conferência foi aprovado um documento, em que se destacava o chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo, do qual extraí o trecho abaixo:

> "A luta revolucionária em nosso País assumirá a forma de guerra popular... que implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilha e na criação de bases de apoio no campo."
>
> "A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas..."

Já no governo Castelo Branco, iniciou-se a procura pela área ideal. Uma comissão militar, composta por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, encaminhou militantes para a região do baixo Araguaia, no Pará. No final de 1967, mais precisamente em 24 de dezembro, véspera de Natal, chegaram à área Elza Monnerat, Líbero Giancarlo Gontiglia, Daniel Callado e Paulo Mendes Rodrigues.

Aos poucos, outros militantes instalaram-se em pontos diferentes da área escolhida e se infiltraram, habilidosamente, entre os moradores da região. Wladimir Ventura Torres Pomar e Nelson Lima Piauí Dourado foram residir em

um sítio, em Colinas, Goiás, com a missão de reconhecer a região. João Carlos Haas Sobrinho alojou-se em Porto Franco, entre o atual Estado do Tocantins e o Maranhão.

Também entre esses pioneiros estava Osvaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão", um negro forte, com 1,98 metro, quase 100 quilos. O caçula de onze irmãos. Nasceu em Passa Quatro, Minas Gerais. Era filho de José Orlando da Costa, dono de uma padaria na cidade. João, irmão de Osvaldo, era comunista. Em seu bar, os jovens se reuniam para trocar idéias sobre política. Talvez dessas reuniões tenha surgido a ideologia que levou Osvaldão à morte. Aos 16 anos, foi para São Paulo ganhar a vida e estudar. Depois foi para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao boxe e cursou o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva).

Osvaldão, em 1961, viajou para Praga, na então Tcheco-Eslováquia comunista, onde estudou até o terceiro ano de Engenharia de Minas. Depois, seguiu para a República Popular da China, onde fez curso de guerrilha em Pequim.

De volta ao Brasil, em 1965, passou a viver na clandestinidade. Em 1966, tomou um ônibus para a região e embrenhou-se nas matas do Araguaia, no Pará, instalando-se como posseiro, num castanhal, na região conhecida como Gameleira, sede de um dos comandos.

Paulo Rodrigues instalou a sede do outro comando num castanhal, chamado Caiano, e o médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, a terceira sede em Faveiro.

Educados e com modos gentis, conquistaram a simpatia dos moradores do lugar. Esse procedimento fazia parte da técnica de aliciamento dos guerrilheiros.

João Amazonas e Elza Monnerat não permaneciam no campo de treinamento. Nas cidades recrutavam novos militantes do PCdoB que, aos poucos, encaminhavam para a área de guerrilha.

Era o início do malogrado sonho de conquistar o poder, a partir da criação de um Exército Popular de Libertação, início da futura Guerrilha do Araguaia, que levou à morte jovens estudantes universitários que, iludidos por líderes experientes, pensavam lutar pela derrubada da "ditadura".

João Amazonas de Souza Pedroso, o mais antigo dirigente comunista, presidente do PCdoB desde 1962, faleceu aos 90 anos por complicações pulmonares, em 22/05/2002. Elza Monnerat faleceu aos 91 anos, depois de uma cirurgia no fêmur, no dia 11/08/2004.

Pena que os jovens por eles aliciados não tenham tido a oportunidade de uma vida tão longa...

A Guerrilha do Araguaia foi mais uma insana aventura de fanáticos!

Sobre essa guerrilha, os que participaram dela podem, melhor do que eu, escrever páginas emocionantes que contribuiriam muito para esclarecer a verdadeira história do que aconteceu nas selvas do Araguaia.

Fontes:

- SOUSA, Aluísio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia - Revanchismo.*
- Projeto Orvil.

Recrutamento dos jovens

Aproveitando o idealismo dos jovens, sua ousadia, sua esperança de poder reformar o mundo, o PCB reunia grupos e, discutindo política, incutia nos jovens as idéias do Manifesto Comunista de Marx e Engels. As organizações de esquerda, tendo como suporte experientes militantes comunistas, sempre dispensaram especial atenção ao recrutamento dos jovens - mesmo aqueles no início de sua adolescência -, conhecedores da sua impetuosidade, da alma sonhadora, inquieta e aventureira da juventude. A penetração de idéias subversivas era feita no momento em que o jovem sentia os problemas sociais no meio em que vivia.

Todas as organizações deram destaque especial ao setor de recrutamento. Normalmente, esse setor era dirigido por elementos altamente politizados, verdadeiros líderes, de fácil trânsito no meio jovem.

Os contatos eram estabelecidos entre os elementos mais permeáveis às novas idéias. Eles eram sondados pelos organismos de fachada das organizações. Por exemplo, a Dissidência da Guanabara (DI/GB), depois MR-8, tinha na sua estrutura os chamados Grupos de Estudo (GE), especialmente voltados para o aliciamento dos jovens.

O recrutamento começava, geralmente, em reuniões sociais, shows, bares, colégios e faculdades. Inicialmente, reuniões informais, sem intenções políticas. Depois, os indivíduos que mais se destacavam eram reunidos para discussões em torno de fatos políticos que haviam causado impacto no âmbito internacional ou nacional. Ardilosamente, o coordenador da reunião induzia o debate, conectando-o com a situação sócio-econômica do Brasil e explorando o espírito contestador do jovem contra o sistema.

A discussão dos problemas era feita em nível mais amplo. Nessa etapa, distribuíam textos que, partindo dos problemas gerais, se dirigiam aos problemas brasileiros. Esses textos, normalmente escritos e publicados por membros da organização, não davam margem a qualquer discussão. Levavam a pessoa a concluir que o sistema vigente era totalmente ineficiente, incapaz, explorador e corrupto.

Adquirida a confiança dos jovens, o líder sugeria uma mudança estrutural do regime vigente no País.

Qualquer crise, insatisfação popular e reivindicação de grupos eram estopins a serem aproveitados como "ganchos", e explorados para despertar no jovem o desejo de mudar a realidade existente, nem sempre agradável, e criar uma nova condição social. O próximo passo era sugerir aos jovens, aventureiros e "reformadores do mundo", idéias para concretizar a mudança: a revolução social, inicialmente apresentada como pacífica, para quebrar resistências e comprometê-los com o grupo.

Aos poucos, encantados com a idéia de um mundo melhor, eram envolvidos de forma lenta e ardilosa. Ávidos por mudanças, propunham-se, inicial-

mente, a apoiar a organização. Contribuíam com dinheiro, mantinham material subversivo e militantes escondidos em suas casas, cediam automóveis para deslocamentos e locais para reuniões. Depois, praticavam pequenas ações, como panfletagem, entrega de mensagens, transporte de material e levantamentos.

Progressivamente, eram escalados para dirigir carros, sem saberem o que, exatamente, seria feito. Num crescente, iam se envolvendo em ações mais comprometedoras e perigosas, perdiam o medo e passavam a considerar questão de honra participar de atos arriscados e ter um bom desempenho perante o grupo. Nessa etapa, era chegada a hora de se afirmarem como guerrilheiros.

A organização, por sua vez, os envolvia cada vez mais. Até que um dia não só dirigiam carros, mas já os furtavam; quando "abriam os olhos" já estavam participando de ações armadas, explosões de bombas e, finalmente, participavam de um assassinato. Nesse momento, descobriam que não tinham mais volta. Largavam a família, o emprego, os estudos e passavam a viver na clandestinidade, usando nomes falsos.Tornavam-se cada vez mais dependentes da organização. Dependiam economicamente dela, ficando sujeitos a praticar qualquer ação para a qual tivessem sido designados. Passavam a viver em "aparelhos" com pessoas das quais apenas sabiam o codinome. Deslocavam-se por todo o País e perdiam a liberdade.

A prática de ações armadas tornava-se rotina. Em muitos casos, eram enviados ao exterior para cursos de guerrilha e de capacitação política. Cerca de 150 militantes foram para Cuba, 120 para a China e outros para a União Soviética. Seus princípios se alteravam e se submetiam às condições impostas pela organização.

Depois dos cursos, ocupavam cargos de coordenação ou chefia dentro da organização. Nessa altura, sua formação ideológica tinha normas tão rígidas de comportamento que não havia mais volta. Em casos de arrependimento, corriam o risco de serem "justiçados". Frente à repressão, esses quadros eram orientados a não se entregarem vivos. Eram ensinados a resistir até a morte.

A lavagem cerebral e o comprometimento com as organizações subversivas os tornavam reféns do terror e verdadeiros autômatos. Família, pátria, religião passavam a ser "alienações da burguesia". Em suas mentes só havia espaço para as convicções ideológicas que lhes impregnaram e que, em muitos casos, levaram-nos à morte em enfrentamentos com os órgãos de segurança.

O recrutamento dos jovens talvez tenha sido o pior crime cometido pela esquerda armada no Brasil, pois levou rapazes e moças a crimes hediondos, corrompendo-os e tornando-os verdadeiras "buchas de canhão".

Manipular criminosamente o idealismo da juventude foi mais uma demonstração de que, para a esquerda revolucionária, os fins, realmente, justificam os meios.

Movimento estudantil

Depois da Contra-Revolução, cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no segundo semestre de 1964. Voltei para o 1º G Can 90 AAé, de onde fui transferido para a Seção Técnica de Ensino da Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), na Praia Vermelha.

Minha mulher lecionava pela manhã em São Cristóvão e à tarde em Botafogo. Morávamos no Leblon, em um pequeno apartamento que compramos à prestação e que lutávamos para pagar. Já não precisávamos acordar de madrugada e a vida nos parecia bem mais fácil, sem ter de enfrentar lotação e trem para chegarmos ao trabalho. Com isso, passei a me preparar para o concurso da ECEME, etapa muito importante para minha carreira.

No ano de 1966, "queimei as pestanas", mas valeu a pena. Ainda capitão, fui aprovado e ingressei no Curso de Comando e Estado-Maior.

Agora, eu, no centro do furacão, Rio de Janeiro, via, de perto e na hora, a tranqüilidade do País ser abalada, desde meados de 1964. Além das peripécias que Brizola comandava, diretamente de Montevidéu, freqüentemente tomávamos conhecimento por jornais, rádio, nas aulas ou em conversas com companheiros do que se passava no País, e esses fatos não eram alentadores. O movimento estudantil estava no auge. Mal sabia eu que tudo era o prenúncio de anos que eu não imaginava e que iriam mudar completamente nossa vida.

União Nacional dos Estudantes - UNE

Muito antes de 1964, os estudantes secundaristas e universitários vinham sendo doutrinados pelos comunistas. As organizações clandestinas sempre procuraram colocar esses jovens estudantes no meio das crises, para tentar iniciar com eles a desestabilização dos governos, já que a repressão provocada pelos agitadores ia ao encontro dos seus interesses e causava indignação contra o governo. Sempre consideraram os estudantes a força auxiliar mais importante para o desencadeamento da revolução comunista.

Até o primeiro semestre de 1937, existiam apenas entidades regionais espalhadas pelo Brasil, sem unidade política, nem liderança nacional. Em 11 de agosto de 1937, depois de tentativas frustradas para organizar nacionalmente os estudantes, a UNE, finalmente, foi fundada. A partir de 1942, passa a ter sede própria, conseguida depois da ocupação do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Já nesse ano de 1942, defendendo a bandeira da justiça social, eles foram usados em passeatas. Ainda em 1942, faziam manifestações contra o regime nazi-fascista e a favor da paz. Em 1947, o lema era "O petróleo é nosso"; e a partir de 1960, eram os problemas sociais. Por trás, sempre,

velhos militantes, escolados comunistas, aproveitando-se do idealismo e da impulsividade dos jovens.

O processo revolucionário defendido pelo PCB se sustenta até hoje em três vértices: movimento estudantil, sindical e camponês. Para impressionar os jovens, as mesmas palavras de ordem: país igualitário, sem fome ou injustiças sociais, direitos humanos, liberdade e democracia - princípios que eles jamais respeitaram.

Após a Contra-Revolução, recursos continuavam vindo de Moscou e repassados à UNE. Apesar da clandestinidade, grupos de estudantes, militantes profissionais, atuavam junto às massas, ministrando cursos em que distribuíam leituras altamente subversivas. A influência de Che Guevara, Fidel Castro e sua revolução era cada vez maior no meio estudantil.

A Ação Popular (AP), desde os anos 60, controlava 65% dos diretórios acadêmicos. A partir de 1961, elegera, sucessivamente, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brandt e José Serra para presidentes da UNE, apoiada pelo PORT e pelo PCB.

No ano de 1965, intensificaram-se os movimentos iniciados em 1964. Em 1966, o movimento estudantil, cada vez mais infiltrado, ganha força. Inicialmente, as manifestações eram pacíficas. Juntavam-se grupos de jovens que, na contramão do trânsito, caminhavam cantando o Hino Nacional. Era a preparação para, logo depois, recrudescer o movimento e, progressivamente, reagir à repressão policial.

Em março de 1966, a atuação policial, contra uma passeata em Belo Horizonte, desencadeou movimentos de apoio em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Vitória.

Em meados de 1966, a UNE realizou em Belo Horizonte o seu XXVIII Congresso nos porões do convento dos padres franciscanos. Trezentos delegados elegeram José Luís Moreira Guedes presidente, continuando sob o domínio da AP.

Em setembro, uma greve geral paralisou as universidades brasileiras.

Ainda em 1966, as dissidências universitárias com o PCB provocaram o desligamento das mesmas, desse partido.

O controle do movimento estudantil da Guanabara passou para as lideranças que defendiam a luta armada.

A respeito, Vladimir Palmeira, dirigente estudantil de destaque, na época, no livro *A Esquerda Armada no Brasil*, de Antônio Caso, dá o seguinte depoimento (páginas 28 e 32):

> "... A dissidência universitária da Guanabara desligou-se do partido (PCB) em novembro de 1966. Passamos então a ser

> conhecidos como Dissidência Comunista da Guanabara, convertendo-nos em uma organização política independente, com uma definição orientada para a luta armada, mas com uma visão ainda bem pouco clara do que era a realidade brasileira..."
>
> "... Em resumo, o ano de 1966 marca a afirmação da nossa dissidência do PCB, a realização, pela primeira vez, de grandes manifestações de massas, e o controlo (sic), pela esquerda, do movimento estudantil da Guanabara..."
>
> "... O ano de 1968 marcou, de resto, o aparecimento das ações armadas efetivas da guerrilha urbana brasileira. Realizaram-se nesse ano, as primeiras expropriações de dinheiro e de armas. Foram feitas por duas organizações: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN)."

De 29 de junho a 11 de julho de 1966, a AP enviou o militante José Fidelis Augusto Sarno à IV Conferência Latino-Americana de Estudantes (CLAE), realizada em Havana. O militante, também da AP, José Jarbas Diniz Cerqueira, foi designado representante permanente da UNE, na recém-criada Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), com sede em Havana.

No primeiro semestre de 1967, proliferam os seminários promovidos pela UNE. No segundo semestre as greves foram a tônica do movimento estudantil.

O acontecimento mais importante desse ano foi uma passeata, com mil estudantes, no centro do Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro, convocada por Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES). Motivação: reivindicar melhores condições para o Calabouço, restaurante mantido pelo governo para estudantes carentes.

Durante a passeata, as palavras de ordem foram: "O povo organizado derruba a ditadura" e "Guevara: herói do povo".

O movimento estudantil, com essa aparente calmaria, preparava-se para 1968.

Nesse ano, uma geração, nascida após a Segunda Guerra Mundial, declarou outra batalha, em todo o mundo, contra a sociedade. Parecia que o mundo inclinara-se para a esquerda. Aqueles que tinham dentro de si a semente da violência aproveitaram a oportunidade e a rebeldia para desencadear no Brasil a luta armada. Vários movimentos marcaram o ano, levando muitos jovens à clandestinidade.

Intelectuais e artistas, a maioria burgueses, ricos e desocupados, filosofando nos bares da vida, começaram a tomar ares de revolucionários e, comodamente, passaram, por meio de peças, músicas e artigos, a insuflar os jovens.

O destaque do ano, em matéria de enfrentamento, foi, sem dúvida, o movimento estudantil, apesar de outros movimentos e organizações também buscarem, de forma violenta, a desestabilização do governo, como veremos mais adiante.

A juventude "tocava fogo no mundo". Eram influências sérias: a revolução chinesa de Mao Tsé Tung; as barricadas de Paris com Cohn-Bendit.

Na América Latina, o movimento estudantil "fervia" no Uruguai e no México; nas matas da Venezuela, Guatemala e Bolívia as guerrilhas com o modelo cubano estavam no auge. E, talvez, a principal influência para os jovens era a figura carismática, de boina com a estrela vermelha, o ar aventureiro, o olhar enigmático, a imagem do guerrilheiro Che Guevara. Já era de se esperar, portanto, que uma juventude "trabalhada" desde seus quinze e dezesseis anos, nas escolas secundárias, partisse para a radicalização.

Naquela época, duas dezenas de organizações subversivo-terroristas atuavam ativamente no movimento estudantil, planejando e dirigindo as manifestações de rua. As mais atuantes eram:

- Ação Popular (AP) - Líderes: Jean Marc van der Weid e Luíz Gonzaga Travassos da Rosa;

- Dissidência da Guanabara (DI/GB) - Líderes: Vladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz;

- Ala Marighella (futura Ação Libertadora Nacional) - Líder: José Dirceu de Oliveira e Silva; e

- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) - Líderes: Marco Antônio da Costa Medeiros e Elinor Mendes Brito.

Além dessas, atuavam também com intensidade a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina) - no qual militava ativamente a atual ministra Dilma Rousseff.

Naquele ano, 1968, a bandeira era, entre outras, "Mais verbas para as universidades."

A orientação aos estudantes era para que desafiassem os professores e diretores e se posicionassem com uma definição política. Com isso, uns professores, por desconhecerem a profundidade do movimento, se omitiram, alguns, para não se desmoralizarem, aderiram ao movimento. Outros apenas "escancararam" suas ideologias, insuflando mais a rebeldia dos jovens.

Aos poucos, os estudantes foram radicalizando, passando das manifestações pacíficas às agressões a policiais, usando porretes, atiradeiras, pedras, vidros com ácido sulfúrico, coquetéis "molotov" e armas de fogo.

> "...nesse ano, os estudantes enfrentaram a polícia com violência organizada, e em diversas oportunidades puseram em ação as forças repressivas. Em outras palavras, os estudantes provaram na prática, que era possível enfrentar com êxito a repressão."
> (*A Esquerda Armada no Brasil 1967/1971* de Antônio Caso, Moraes editores, página 31.)

Em 13 de março de 1968, ocorreram passeatas com depredações de bancos, carros e lojas em São Paulo e dia 14 em Recife.

No dia 28 de março, 500 estudantes de uma passeata organizada pela Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), do Rio de Janeiro, reivindicando a melhoria do Restaurante Calabouço, manipulados por Elinor Mendes de Brito, do PCBR, entraram em choque com a polícia. Uma bala perdida, infelizmente, matou o estudante Edson Luiz de Lima Souto, natural de Belém do Pará.

Lamentavelmente, para todos nós, morrera mais um jovem, que tivera seus sonhos usados para proporcionar o que militantes comunistas tanto desejavam: desencadear a indignação popular. Fora feito um mártir estudantil.

O corpo foi levado pelos participantes da manifestação para a Assembléia Legislativa. No caminho, ao passar em frente à Embaixada dos Estados Unidos, alguns apedrejaram o edifício.

O corpo foi velado por toda a noite, tendo como pano de fundo retratos de Che Guevara e Fidel Castro. Discursos inflamados de políticos e lideranças estudantis encheram a longa e triste noite. O caixão foi coberto com a bandeira brasileira. O enterro reuniu milhares de pessoas que acompanharam o cortejo fúnebre da Cinelândia ao Cemitério São João Batista, gritando palavras de ordem e ostentando faixas, retratos de Che Guevara e bandeiras cubanas. No caminho, os mais exaltados depredaram um carro da Embaixada Norte-Americana e incendiaram uma caminhonete da Aeronáutica.

No dia 4 de abril, 15 padres e mais o vigário geral rezaram uma missa de sétimo dia na igreja da Candelária, centro do Rio de Janeiro. A comoção foi geral e o governo do estado, temendo novos distúrbios, pela primeira vez usou tropas a cavalo para conter manifestações.

Interessante! Para a esquerda as vidas têm valores diferentes... Para um militante, tudo: o clero coeso em orações, a honra, a glória, a bandeira nacional!

Para os que morreram em seu trabalho ou na rua, sem nem saber porque, nada! O vigia Paulo Macena, um trabalhador, desempenhando sua humilde função, morto pela explosão da bomba no Cine Bruni, colocada como protesto contra a Lei Suplicy; os mortos do Aeroporto de Guararapes - jornalista Edson Régis de Carvalho e almirante Nelson Gomes Fernandes; o sargento Carlos Argemiro; o cabo PM Raymundo de Carvalho Andrade; o fazendeiro José Gonçalves Conceição - Zé Dico; o bancário Ozires Motta Marcondes; Agostinho Ferreira Lima da Marinha Mercante, todos vítimas das ações guerrilheiras ocorridas antes da morte do estudante Edson Luiz, não mereceram velórios em Assembléias Legislativas, nem discursos inflamados, nem a bandeira nacional sobre seus caixões! E, se não fosse a dor de suas famílias e seus amigos, nem mesmo em uma cerimônia religiosa seriam lembrados.

Já nessa época, os direitos humanos e o próprio direito à vida tinham apenas uma direção: a esquerda.

No dia 31 de março ocorreu a segunda passeata pela morte de Edson Luís e em protesto ao quarto aniversário da Contra-Revolução.

Nova tática foi usada. Dezenas de pequenas passeatas saíam de vários pontos do centro do Rio de Janeiro e os participantes, armados de porretes e atiradeiras, depredaram lojas, carros e bancos, chegando ao enfrentamento direto com a Polícia Militar. Saldo: dois civis mortos: David de Souza Meira - funcionário da Companhia de Navegação Costeira -, na Avenida Nilo Peçanha; e Jorge Aprígio de Paula, operário, morto quando um dos grupos de manifestantes tentava invadir a residência do ministro da Guerra, na Rua General Canabarro. Dezenas de policiais ficaram feridos.

No início de junho, ainda no Rio de Janeiro, pequenas passeatas em Copacabana e no centro da cidade anunciavam o que teríamos pela frente: as "Jornadas de Junho".

Cronograma das "Jornadas de Junho".

- 19 de junho - Comandados por Vladimir Palmeira da Dissidência Comunista da Guanabara e presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES), 800 agitadores tentaram, sem sucesso, tomar o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Prosseguiram até a Avenida Rio Branco, onde ergueram barricadas e atacaram a polícia. Foi o caos total, o centro da cidade paralisado, dezenas de feridos dos dois lados e três viaturas do Exército incendiadas.

- 20 de junho - 1.500 participantes, entre estudantes e populares, invadiram e ocuparam a Reitoria da Universidade Federal do Rio Janeiro, na Urca, submetendo os professores a constrangimentos e vexames, obrigando-os a sair por um corredor formado por uma massa de agitadores que gritavam palavras de ordem.
- 21 de junho - O centro da cidade do Rio de Janeiro tornou-se um campo de batalha. A violência foi tão brutal que esse dia ficou conhecido na história do movimento estudantil como "Sexta-Feira Sangrenta". Aproximadamente dez mil pessoas, entre estudantes, populares e muitos infiltrados, incendiaram carros, agrediram motoristas, saquearam lojas e atacaram a tiros a Embaixada Americana e as tropas da Polícia Militar. Saldo da batalha campal: centenas de feridos e quatro mortos, dentre os quais o sargento da Polícia Militar Nelson de Barros e os civis Fernando da Silva Lembo, Manoel Rodrigues Ferreira e Maria Ângela Ribeiro, atingidos por balas perdidas.
- 22 de junho - Dezenas de manifestantes tentaram ocupar, sem sucesso, a Universidade de Brasília (UnB).
- 24 de junho - Cerca de 1.500 manifestantes realizaram uma passeata no centro de São Paulo e depredaram a farmácia do Exército, o City Bank e a sede do jornal *O Estado de S. Paulo*.
- 26 de junho - Ao mesmo tempo em que ocorriam distúrbios estudantis em Belo Horizonte, um carro-bomba era lançado pela VPR e destruía parte do Quartel General do II Exército, matando o soldado Mário Kozel Filho.

Nesse mesmo dia, no Rio de Janeiro, uma passeata, denominada "Passeata dos cem mil", saiu da Cinelândia, passou pela Candelária e foi até o Palácio Tiradentes (Assembléia Legislativa). Engrossavam a mesma, padres, artistas, intelectuais, professores e operários. As palavras de ordem, as mesmas de sempre. Os líderes comunistas tinham conseguido aglutinar vários setores e partiam para a terceira tentativa de tomada do poder.

- 27 de junho - Uma comissão de organizadores da "Passeata dos cem mil", composta, dentre outros, por Franklin de Souza Martins, da Dissidência Comunista da Guanabara (DI/GB), e por Marco Antônio da Costa Medeiros, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi a Brasília pressionar as autoridades. Não foi recebida. Horas depois, realizou-se uma passeata na cidade, com a presença de aproximadamente mil pessoas, entre estudantes, parlamentares e sacerdotes.

Terminadas as "Jornadas de Junho" as manifestações se reiniciaram:

- 3 de julho - Dezenas de agitadores, portando metralhadoras, fuzis, revólveres e coquetéis "molotov", ocuparam as Faculdades de Direito, Filosofia e Economia da Universidade de São Paulo (USP), fazendo ameaças de colocação de bombas.

- 4 de julho - No centro do Rio de Janeiro, nova manifestação, a "Passeata dos cinqüenta mil", foi o ponto culminante da radicalização ideológica. No final da manifestação, postados em frente à Central do Brasil, provocavam os soldados que faziam guarda ao prédio do Ministério do Exército gritando: "só o povo armado derruba a ditadura".

- 23 de julho - Realizados em São Paulo comícios relâmpagos com a participação de operários de Osasco.

- Em 29 de agosto, tumultos agitaram o interior da UnB, com depredações de salas de aula e disparos de armas de fogo, ocasião em que foi preso o militante da AP, estudante Honestino Guimarães, presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). Honestino Guimarães consta da lista de desaparecidos políticos até os dias de hoje.

Ainda eram desconhecidas as várias correntes em que a esquerda se havia dividido. Um Sistema de Informações, recém-criado, ainda deficiente, não tinha uma clara percepção do que teríamos pela frente.

José Dirceu e o movimento estudantil

Em 1964, José Dirceu tinha 19 anos. Nessa época, era estudante secundarista em São Paulo e participava do movimento estudantil, filiado ao PCB. Seu líder era Carlos Marighella e ele logo aderiu à "Corrente Revolucionária", criada dentro do PCB para defender a luta armada.

No final de 1966, ingressou na "Ala Marighella" que, um ano depois, se chamaria Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP).

Em 1968, José Dirceu era presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e insuflava os jovens a pegar em armas. No dia 2 de outubro, foi um dos líderes do conflito no qual se envolveram, na Rua Maria Antônia, mil universitários da Faculdade de Filosofia da USP e do Mackenzie. Os alunos da USP, em São Paulo, maior centro estudantil de esquerda da época, organizaram um pedágio para arrecadar dinheiro para a UNE. Revoltados com as baderna constantes, provocadas pelos esquerdistas, os alunos do Mackenzie, situado na mesma rua, ao negarem a contribuição, foram atacados e revidaram. Os estudantes transformaram a Rua Maria Antonia em um verdadeiro campo de batalha. Saldo: o estudante secundarista José Guimarães morto com um tiro na cabeça, dez outros feridos e cinco carros oficiais incendiados.

Com todo esse clima, em 12 de outubro, a UNE realizou em Ibiúna, no interior de São Paulo, o seu XXX Congresso. Informada por telefone, a polícia cercou e prendeu os participantes. No congresso estavam presentes diversos padres e seminaristas: Tito de Alencar Lima, Domingos Figueiredo Esteves

Guimarães, Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, Anastácio Orth, Eloi Alfredo de Pietá e Antônio João.

Foram enquadrados 712 estudantes em IPM. Apenas 10 tiveram prisão decretada. Foram presos, entre outros, Vladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins, Luíz Gonzaga Travassos da Rosa, Helenira Rezende e José Dirceu de Oliveira e Silva.

A prisão de José Dirceu, por ocasião do Congresso da UNE, impediu por uns tempos, que continuasse, fisicamente, a participar das agitações de rua, mas não o impediu de continuar, mesmo preso, a insuflar os jovens. Do presídio, acompanhou a transformação do AC/SP em ALN (Ação Libertadora Nacional), uma das mais violentas organizações terroristas que atuaram no Brasil, até ser, entre outros, trocado pela vida do embaixador dos Estados Unidos.

Hoje, passados 40 anos, pode-se afirmar, com certeza, que os jovens foram levados à violência pela ação constante de infiltrados em seu meio. Os comunistas começaram doutrinando os secundaristas mais maleáveis e prosseguiram no meio universitário, induzindo-os a militar em organizações subversivo-terroristas, levando muitos à prisão, outros ao exílio e alguns à morte.

Sobre José Dirceu, voltaremos a escrever no capítulo "Movimento de Libertação Nacional - Molipo".

Resgate da história do movimento estudantil brasileiro

A razão pela qual resolvi escrever o que sei, vendo e vivendo as situações descritas, é, exatamente, a parcialidade em todos os movimentos de "resgate da história", sempre contada por participantes de um só lado.

Veja o exemplo abaixo:

Em março de 2004, a revista *Petrobras* - nº 98 publicou a seguinte reportagem:

> "Aqueles dourados anos rebeldes.
>
> A história do movimento estudantil brasileiro, com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE).
>
> Resgate da nossa história" [parte da matéria].
>
> "Por intermédio da Rede Globo de Televisão, a Fundação Roberto Marinho promoverá uma intensa campanha de mobilização para pedir a contribuição de todos que, de uma forma ou de outra, participaram do movimento estudantil nas ultimas décadas. "Fotografias, documentos e recortes de jornais serão transformados em arquivos e ficarão à disposição da sociedade em CD-ROMS e

SITE. Num segundo momento, produziremos duas publicações e uma exposição permanente. Assim, vamos reconstruindo a memória histórica do movimento, que, sem dúvida, será de grande valia para as futuras gerações" explica Juliana Guimarães da Fundação Roberto Marinho. Além dos documentos o projeto prevê a gravação de depoimentos de ex-militantes que queiram colaborar. "O depoimento oral de quem fez o movimento estudantil, especialmente em sua fase mais intensa, a partir da década de 1960 é fundamental", diz Juliana, certa de que não vão faltar colaborações."

Jean Marc van der Weid, ex-presidente da UNE, eleito já na clandestinidade em 1969, pretende colaborar: "Acho importante esse trabalho de resgate. É da nossa história que estamos falando", diz o ex-militante exilado por 10 dez anos ..."

Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a Guta, hoje ouvidora geral da companhia, é uma entusiasta do projeto. Afinal, ela própria é parte viva dessa história. Primeiro como militante estudantil e depois como um dos quadros da resistência à ditadura militar, presa e banida do País como Jean Marc e tantos outros".

"...quando a Petrobras se propõe a financiar um projeto como este, está reafirmando sua nova dimensão como empresa voltada cada vez mais para a responsabilidade social. A história do movimento estudantil é mais um exemplo de uma tradição do povo brasileiro: a generosidade, o trabalho solidário em benefício da coletividade, como fizeram no passado, e ainda fazem, os negros em seus quilombos. E essa memória não pode se perder", afirma Guta."

Jean Marc van der Weid:

Já em 1962, no grêmio do Colégio São Fernando (no Rio) eu fazia política. Em 1963, conseguimos eleger uma diretoria puro-sangue da AP (Ação Popular). Pouco depois, formamos uma frente única com o Partidão (Partido Comunista)."

Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a Guta:

"...entrei na militância aos 16 anos, pela porta do Grêmio Estudantil do Colégio, depois de chegar ao Rio, trazida de Salvador pela família..."

> "...em 1967, com 20 anos, cursava a Escola Nacional de Direito da Universidade do Brasil (hoje UFRJ) e lá, no Caco Livre - organização para-partidária - passei por toda uma formação política, com a maior disciplina e dedicação. Estive em Ibiúna em 1968, como quase toda a militância da época. Queríamos a construção de um partido comunista que fizesse do Brasil um país mais igualitário, sem fome ou injustiças sociais. Depois do AI-5, fui presa e banida, mas não me arrependo de nada. Faria tudo de novo".
> (http://ouvidoria.petrobras.com.br/ouvidoria/noticias)

A memória da mídia é quase sempre seletiva. O exemplo disto é o livro *Jornal Nacional - A notícia faz a história*, sobre o Jornal da Globo que foi ao ar pela primeira vez em 1° de setembro de 1969 e que, apesar de cobrir os piores momentos da subversão e do terrorismo no Brasil, dedica apenas poucas linhas sobre o assunto. O capítulo intitulado "Os militares e a censura", fala apenas do seqüestro do embaixador americano e da morte de Lamarca, abrangendo o tema da censura, e se refere à morte de Lamarca como uma execução. Impressionante, como da memória da Globo foram apagadas as atrocidades cometidas pelos "jovens estudantes". Preocupa-nos agora que o Resgate da História, patrocinado pela Petrobras, tenha também ignorado os atos insanos cometidos por esses jovens.

Por que será que, em busca da história, omitem os atos subversivo-terroristas e a verdadeira intenção da luta iniciada, ainda antes da Contra-Revolução? Por ignorância, impossível! Para esconder a verdade, talvez, pois quem sabe, agora mais velhos, esses "estudantes" ainda precisarão usar os jovens de hoje para uma nova tentativa de tomada do poder.

Fonte:
- Projeto Orvil.

Assalto ao Hospital Militar 22/06/1968

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) procurava aumentar o seu material bélico. Eduardo Leite, o "Bacuri", e Wilson Egídio Fava deram a idéia de assaltar e roubar as armas dos soldados que davam guarda no Hospital Militar do Cambuci. Wilson Fava, quando soldado, já dera guarda no hospital e conhecia as instalações.

Seria uma operação sem muito risco, porque o hospital ocupava uma grande área e nela existiam só dois postos de sentinela: um na entrada principal e outro nos fundos.

O acesso aos dois postos era bem fácil, pois cada um tinha um portão e o trânsito de veículos era pouco intenso.

Segundo a VPR, além do roubo das armas, a ação serviria, também, para a propaganda da luta armada no Brasil.

Feito os levantamentos, foi escolhido o dia 22 de junho de 1968, à 1 hora da madrugada, exatamente no horário da troca de guarda. Para facilitar a entrada no quartel, deveriam contar com uma ambulância, roubada por Dulce de Souza Maia. Pedro Lobo de Oliveira chefiou essa ação, que teve sucesso, mas acabou retardando a operação.

O ataque passou então para as 3 horas da madrugada desse mesmo dia. Com o atraso, ficaram com medo que a ambulância roubada passasse a ser procurada pela polícia e resolveram substituí-la por um carro grande.

Foram formados três grupos: o primeiro, com o carro grande, estava sob o comando de Pedro Lobo de Oliveira. Conduzia cinco militantes, dos quais um usava uma farda de tenente do Exército e o outro de soldado. O grupo tinha como missão render a sentinela do portão dos fundos e, a seguir, dirigir-se ao alojamento da guarda para render os soldados que lá se encontravam.

O segundo grupo, num Fusca, comandado por José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, também conduzia um "tenente" e um "soldado".

Um terceiro grupo, em outro carro, tinha a missão de cobertura para as operações.

A guarda do hospital era formada por soldados da Companhia de Petrechos Pesados, do 2º Batalhão/4º RI, por coincidência a companhia que Lamarca comandaria até desertar.

O primeiro grupo cumpriu facilmente a sua missão. Ao chegar ao portão, piscou os faróis, o "tenente" saiu do carro e a sentinela, sem qualquer pergunta, o deixou entrar, assim como o Fusca do segundo grupo. Após dominarem o soldado, seguiram até o alojamento onde estavam sentados, conversando, sete soldados que também foram rendidos. O segundo grupo chegou até o portão

principal. O outro "tenente" saltou do Fusca e perguntou ao soldado porque ele havia atirado com o FAL. O soldado, surpreso, respondeu que não havia feito nenhum disparo. O "tenente" pediu-lhe para ver sua arma. O soldado a entregou e, imediatamente, foi rendido.

Na operação nenhum disparo foi efetuado, pois todos os soldados se renderam sem reação e os terroristas se apossaram de nove fuzis FAL.

Sem dúvida alguma, foi uma operação bem planejada e com êxito.

Por mais aprimorada que fosse a instrução e que se chamasse à atenção dos soldados, a rotina do serviço fazia com que, aos poucos, tudo se acomodasse, inclusive as normas de segurança. Foi preciso que esse exemplo e outros fossem explorados, mostrando o início de uma guerrilha urbana e que a vida deles passaria a correr perigo. A partir de então, vivenciariam uma nova situação.

Participaram do assalto ao Hospital Militar os seguintes terroristas da VPR: Cláudio de Souza Ribeiro; Diógenes José de Carvalho Oliveira; Eduardo Leite, "Bacuri"; José Ronaldo Tavares de Lira e Silva; José Araújo Nóbrega; Otacílio Pereira da Silva; Onofre Pinto; Pedro Lobo de Oliveira; Renata Ferraz Guerra de Andrade; Wilson Egídio Fava; e Dulce de Souza Maia.

O comandante do II Exército, o general Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa, revoltado com o assalto ao hospital, em entrevista, disse:

"Atacaram um hospital, que venham atacar o meu quartel!."

Quatro dias depois, os terroristas, audaciosamente, atenderam ao desafio do general e empreenderam um dos seus mais bárbaros atentados.

Fontes:
- USTRA,Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.
- Projeto Orvil.
- CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil -1967/1971* - Moraes Editora.

Atentado ao QG do II Exército
26/06/1968

Na madrugada fria e nublada do dia 26 de junho de 1968, no Quartel General do II Exército, o silêncio e a tranqüilidade eram visíveis.

Oficiais, sargentos e soldados dormiam e descansavam. Nos seus postos, as sentinelas estavam atentas, zelando pela vida de seus companheiros e protegendo as instalações do QG, pois o período era conturbado. As guaritas estavam guarnecidas por jovens soldados que, aos 18 anos, cumpriam com o dever, prestando o serviço militar obrigatório. Todos pertenciam ao efetivo do 4º RI e se apresentaram nos primeiros dias de janeiro.

Durante a instrução, eram continuamente alertados a respeito da situação que o País atravessava. Sabiam que nessas ocasiões os quartéis são muito visados, como possíveis alvos para as ações terroristas. Além disso, todos foram alertados e souberam dos detalhes do assalto ao Hospital Militar, pois as vítimas eram seus colegas do 4º RI, unidade do Exercito onde servia Lamarca, que já pertencia à VPR.

Quando assumiram o serviço de guarda no QG, foram instruídos quanto aos procedimentos em caso de um ataque às instalações do quartel. Todos estavam tensos e ansiosos.

Mal sabiam que um grupo de dez terroristas, entre eles duas mulheres, rodavam em um pequeno caminhão, carregado com 50 quilos de dinamite, e mais três Fuscas, na direção do QG. Tinham a missão de causar vítimas e danos materiais ao Quartel General. Tinham por objetivo a propaganda da luta armada, além de dar uma resposta ao comandante do II Exército quando este os desafiou a atacar seu quartel.

Por medo e por covardia, não tiveram a coragem de atacá-lo de outro modo que não fosse por um ato de terror. Seguiam os ensinamentos de seu líder, Carlos Marighella que, no seu *Minimanual* dizia:

> "O terrorismo é uma arma a que jamais o revolucionário pode renunciar."
>
> "Ser assaltante ou terrorista é uma condição que enobrece qualquer homem honrado."

Às 4h30, a madrugada estava mais fria e com menos visibilidade. Nessa hora, uma sentinela atirou em uma caminhonete, que passava na Avenida Marechal Stênio Albuquerque Lima, nos fundos do QG, e tentava penetrar no quartel. Desgovernada, batera, ainda na rua, contra um poste. As sentinelas viram quando um homem saltou desse veículo em movimento e fugiu correndo.

O soldado Edson Roberto Rufino disparou seis tiros contra o veículo.

O soldado Mário Kozel Filho, pensando que se tratava de um acidente de trânsito, saiu do seu posto com a intenção de socorrer algum provável ferido. Ao se aproximar, uma violenta explosão provocou destruição e morte num raio de 300 metros.

Passados alguns minutos, quando a fumaça e a poeira se dissiparam, foi encontrado o corpo do soldado Kozel totalmente dilacerado.

O coronel Eldes de Souza Guedes, os soldados João Fernandes de Souza, Luiz Roberto Juliano, Edson Roberto Rufino, Henrique Chaicowski e Ricardo Charbeau ficaram muito feridos.

Consumava-se mais um ato terrorista da VPR.

Os estragos só não foram maiores porque a caminhonete, ao bater no poste, parou e não penetrou no quartel.

A seguir, transcrevo parte do depoimento do ex-soldado Pedro Ernesto Luna, em carta difundida, recentemente, na Internet:

> "Jamais vou me esquecer daquela madrugado do dia 26 de junho de 1968. Os gritos que são os únicos que, mais de trinta anos depois, conseguem atravessar minha surdez, junta-se à visão da fumaça, do sangue e do fogo. Naquela noite, estava de sentinela e acabara de ser substituído pelo soldado Mário Kozel Filho. Recolhi-me à Casa da Guarda para dormir algumas poucas horas até a alvorada, quando ouvi a explosão lá fora. Corri para o portão das armas. Abalroada contra a parede, uma caminhonete ardia em chamas. Ao lado dela o soldado Kozel jazia morto. Atropelado. Explodido. O primeiro pensamento que me veio foi de que poderia ter sido eu!"

O soldado Mário Kozel Filho, carinhosamente chamado de Kuka, era filho de Mário Kozel e de D. Tereza Kozel, tinha uma irmã, Suzana Kozel Varela, e um irmão, Sidney Kozel, com 14 anos de idade. O senhor Mário era técnico em mecânica e trabalhava nas oficinas de manutenção do Grupo Vicunha. Economizava para montar uma oficina de regulagem de motores que Kuka lhe pedira.

Ao dar baixa do Exército, o que ocorreria dentro de seis meses, Kuka pretendia ser mecânico de automóvel.

A tragédia os atingiu em cheio e acabou com o sonho de um lar de humildes trabalhadores.

Após o acidente, o irmão Sidney entrou em depressão e em seus delírios conversava com o irmão Kuka.

Em 1980, cada vez mais deprimido, faleceu de câncer.

O senhor Mário está aposentado. Ele e D. Tereza perderam seus dois únicos filhos homens. Vivem com dificuldades financeiras, pois a saúde de ambos ficou muito abalada.

A titulo de indenização, o governo federal concedeu-lhes uma pensão mensal de R$ 300,00 que, em 28/12/2005, foi reajustada para R$ 1.140,00, enquanto premiou Heitor Cony, porque foi despedido de um jornal, com uma pensão mensal superior a R$ 19.000,00.

O soldado Mário Kozel Filho morreu no cumprimento do dever e foi promovido a sargento após a sua morte. O Exército Brasileiro, numa justa homenagem, colocou o seu nome na praça principal do QG do antigo II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste.

Na Praça Sargento Mário Kozel Filho, gerações e gerações de soldados desfilarão e estarão sempre sendo lembradas do jovem e valente soldado que morreu defendendo aquele Quartel General de um ataque terrorista. Também, em sua homenagem, foi dado o nome de Sargento Mário Kozel Filho à avenida que passa em frente ao QG.

Foi impressionante o silêncio do arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, a respeito desse ato de terror. Esse silêncio sugere que, para o santo arcebispo, Kozel não merecia as mesmas homenagens que ele prestava quando morria um terrorista, ocasião em que reunia, para uma missa, milhares de pessoas na Catedral da Sé.

Também é impressionante, porém revelador, o silêncio do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e do ministro Nilmário Miranda, que nunca condenaram esse crime hediondo e muito menos visitaram a família de Kozel, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Direitos humanos! Para a esquerda tudo, para as vítimas da esquerda a indiferença.

Outra afronta é a maneira como José Ronaldo Tavares de Lira e Silva tentou justificar esse crime odiento, no livro *A Esquerda Armada no Brasil - 1967/1971* - quando diz:

> "Não tínhamos a intenção de ferir nenhum soldado, nem sequer a sentinela postada, evidentemente, à entrada do quartel. Essa nossa preocupação (reconheço que de certo modo, idealista) levou-nos a colocar um cartaz na frente da caminhonete com a advertência: Afaste-se! Explosivos."

Ora, só alguém com a sanidade mental abalada acredita nessa história. Como se os explosivos, ao serem detonados, dessem tempo para que os soldados lessem, de longe e com pouca visibilidade, a bobagem que alegam ter escrito. A perícia não achou nenhum vestígio que provasse o que ele afirma, embora, se confirmada, a absurda versão não alteraria a realidade da ocorrência nem a insanidade dos responsáveis pela ação.

Prosseguindo nas suas justificativas, voltou a afirmar:

> "Nosso objetivo, com aquela ação, era atingir a alta oficialidade do II Exército e não matar soldados."

Essa afirmação é desrespeitosa até mesmo para os terroristas. José Ronaldo Tavares de Lira e Silva devia acreditar em papai-noel, contos da carochinha, ou que os explosivos eram teleguiados e que buscariam, seletivamente, as suas vítimas.

Ora, como um carro bomba faria essa seleção? Como arremessar um carro cheio de explosivos contra um quartel, onde há soldados, sargentos e oficiais e, sem saber onde eles estão, esperar que a onda de choque e os estilhaços só persigam e atinjam os oficiais e nunca os soldados?

Participaram da ação os seguintes terroristas: Waldir Carlos Sarapu - VPR; Wilson Egídio Fava - VPR; Onofre Pinto - VPR; Eduardo Collen Leite - REDE; Diógenes José de Carvalho Oliveira - VPR; José Araújo Nóbrega - VPR; Osvaldo Antônio dos Santos - VPR; Dulce de Souza Maia - VPR; Renata Ferraz Guerra de Andrade - VPR; e José Ronaldo Tavares de Lira e Silva - VPR.

É revoltante o sentido ético e moral dessa gente! Se não bastasse o mal que causaram com seus atos de demência, cinicamente rotulam como "idealista" a "intenção" de não matar nenhum soldado ao lançar um carro bomba contra um quartel. Se tivessem matado um oficial ou um sargento, estaria justificada a barbárie?

Foi essa forma covarde, a reação dos comunistas a um repto lançado por um chefe militar?

Que ideal é esse, que se assenta no abjeto conceito de que "ser assaltante ou terrorista é uma condição que enobrece qualquer homem honrado" ?

Honradez é uma virtude que passa muito longe desses desviados.

O "idealismo" é tão grande que, hoje, eles entopem o Ministério da Justiça com os incontáveis pedidos de indenização por terem sido "perseguidos" por uma "ditadura".

Os "idealistas" foram vencidos na luta armada, mas hoje estão por aí regiamente indenizados e em altos cargos - principalmente no governo -, a ditar regra com seus "elevados" princípios éticos e morais.

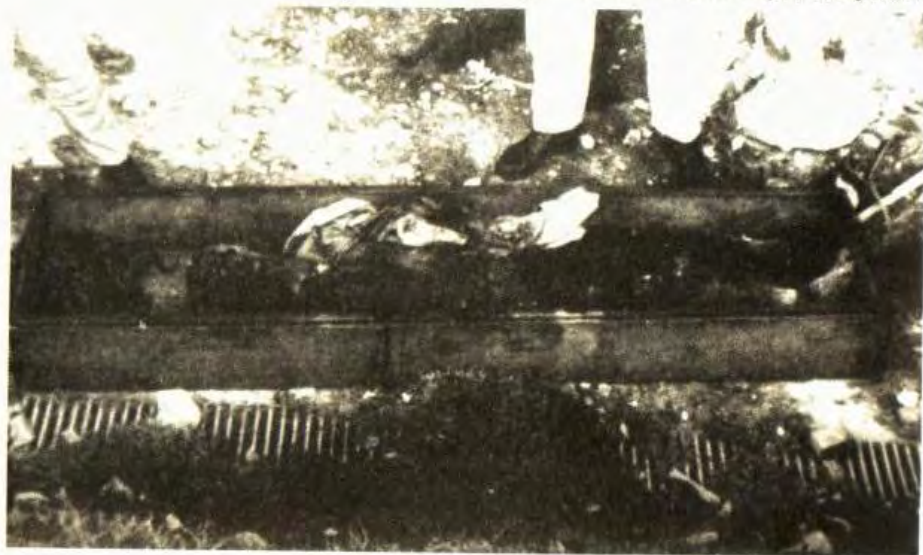
Fontes:

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*
- CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil - 1967/1971* - Moraes Editora.
- Projeto Orvil.

Instalações do QG atingidas pela explosão

Estado em que ficou a viatura que carregava os explosivos

Soldado Mário Kozel Filho

O que restou do corpo do soldado Kozel após a explosão

"Tribunal Revolucionário" e novas sentenças

1. Major do exército alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen - 01/07/1968

Em 1968, o capitão do exército boliviano Gary Prado fazia o Curso de Estado-Maior, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, junto comigo. Ele ficara conhecido internacionalmente como o oficial que teria participado da perseguição e morte, nas matas da Bolívia, do guerrilheiro Che Guevara.

Sabedoras de sua presença no Rio de Janeiro, organizações terroristas se inquietaram. O "Tribunal Revolucionário" foi convocado e o oficial boliviano condenado à morte.

Para a ação ter êxito, o levantamento começou nas saídas da Escola de Estado-maior (ECEME), seguindo o oficial até a sua residência, na Gávea, bairro pacato do Rio de Janeiro. Conhecido o trajeto e escolhido o melhor local para o assassinato, partiram os carrascos para executar a sentença.

No dia 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Collon e mais um terceiro militante, até hoje não identificado, todos do Comando de Libertação Nacional (COLINA), em um Fusca, ficaram à espreita na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea. Ali, naquela rua tranqüila, ao avistarem o oficial executaram-no, fria e covardemente, com dez tiros. Depois de verificarem que o militar estava morto, levaram sua pasta para simular um assalto.

Mais tarde, ao abrirem a pasta, verificando os documentos do "justiçado", constataram o terrível engano. Gary Prado fora salvo por um levantamento malfeito.

Desconheciam os uniformes. Em seu lugar, haviam assassinado o major alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernahagen, colega de Gary Prado.

Para as autoridades policiais da época o crime teria sido cometido por assaltantes.

O assassinato permaneceu encoberto e o COLINA não o assumiu, até hoje, por causa do terrível engano cometido.

2. Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler - 12/10/1968

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) desejava realizar uma ação que tivesse repercussão no exterior, ao mesmo tempo que a projetasse no âmbito das organizações terroristas nacionais.

A proposta foi discutida entre Marco Antônio Braz de Carvalho, o "Marquito", da ALN, ligação de Marighella com a VPR, e Onofre Pinto, dessa segunda organização.

Foi estudada a possibilidade de assassinar o capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler, aluno bolsista da Universidade de São Paulo. Ele cumprira missão no Vietnam e viera para o Brasil com a esposa Joan Xotaletz Chandler e quatro filhos menores. Fazia um curso na Escola de Sociologia e Política da Fundação Álvares Penteado, em São Paulo. Para justificar o "justiçamento", alegaram que Chandler lutara contra a causa do Vietnam e era representante do imperialismo americano.

Novo "Tribunal Revolucionário" e novos "honoráveis juízes" foram convocados: Onofre Pinto, João Quartin de Moraes e Ladislas Dowbor, todos da VPR, condenaram-no à morte.

Em seguida, passaram à ação. Era necessário "levantar" a residência do militar americano e seus hábitos, o que foi feito por Dulce de Souza Maia, a "Judite", também da VPR.

Concluído o levantamento, os dados foram entregues ao grupo de execução, formado por: Pedro Lobo de Oliveira - VPR; Diógenes José de Carvalho Oliveira - VPR; e Marco Antonio Braz de Carvalho - ALN.

Dulce de Souza Maia fez o levantamento como uma profissional do terror, ao contrário da ação anterior.

Escolheram, para maior repercussão, o dia 8 de outubro, aniversário de um ano da morte de Che Guevara. Como Chandler não saiu de casa nesse dia, o "justiçamento" foi adiado.

No entanto, não desistiram e no dia 12 de outubro de 1968, às 8h15, executaram a sentença.

De uma casa ajardinada na Rua Petrópolis, no Sumaré, Chandler saiu para mais um dia de estudos. Era um homem alto, forte, cabelos curtos, 30 anos. Já se despedira dos filhos: Jeffrey (4 anos), Todd (3 anos) e Luanne (3 meses). Retardou-se um pouco se despedindo de Joan, sua mulher. O filho mais velho, Darryl, de nove anos, como fazia todos os dias, correu para abrir o portão da garagem. Joan deu-lhe adeus.

O grupo de execução o espreitava com uma metralhadora INA e dois revólveres calibre 38. O carro usado era um Volks roubado, que impediu a passagem do carro do capitão.

Diógenes José Carvalho Oliveira descarregou à queima roupa os seis tiros do seu revólver.

Em seguida, Marco Antônio Braz de Carvalho desferiu-lhe uma rajada de metralhadora.

No interior do carro, crivado de balas, estava morto Charles Rodney Chandler.

"Chandler cruzou o portão e ganhou a calçada, ainda em marcha atrás. Antes que a carrinha (sic) alcançasse a rua, coloquei o Volks de tal modo que bloqueava a passagem do veículo de Chandler pela sua parte traseira, impedindo-o de continuar a marcha. Nesse instante um dos meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão, e disparou contra Chandler.

Quando soaram os primeiros disparos, Chandler deixou-se cair rapidamente para o lado esquerdo do banco. Evidentemente estava ferido. Mas eu, que estava extremamente atento a todos os seus movimentos, percebi que ele não tombara somente em conseqüência das feridas. Foi um ato instintivo de defesa, porquanto se moveu com muita rapidez. Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro se aproximou com a metralhadora INA e desferiu-lhe uma rajada. Foram 14 tiros. A 15ª bala não deflagrou e o mecanismo automático da metralhadora deixou de funcionar. Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler já estava morto..."

"... Quando recebeu a rajada de metralhadora emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demo-nos conta de que estava morto. Nesse momento eu lançava à rua os impressos que esclareciam ao povo brasileiro das nossas razões para eliminar Charles Chandler..." Os folhetos concluíam com as seguintes consignas: "O DEVER DE TODO O REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO! CRIAR DOIS, TRÊS, MUITOS VIETNAMES..."

"Consideramos desnecessária cobertura armada para aquela ação. Tratava-se de uma ação simples. Três combatentes revolucionários decididos são suficientes para realizar uma ação de justiçamento nessas condições. Considerado o nível em que se encontrava a repressão, naquela altura, entendemos que não era necessária a cobertura armada."

(Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, transcrito do livro *A Esquerda Armada no Brasil,* de Antônio Caso).

Era essa a forma usada pelos criminosos da esquerda revolucionária para dar curso à sua "luta contra a ditadura militar". Assassinar com crueldade era o dia-a-dia desses sanguinários combatentes do marxismo-leninismo.

Participaram da ação: Onofre Pinto - VPR; João Carlos Kfouri Quartin de Moraes - VPR; Ladislas Dowbor - VPR; Dulce de Souza Maia - VPR; Pedro Lobo de Oliveira - VPR; Diógenes José de Carvalho Oliveira - VPR; e Marco Antônio Braz de Carvalho - ALN.

Diógenes José de Carvalho Oliveira, um dos executores da sentença tem o seguinte currículo, publicado no site da ONG - Grupo Terrorismo Nunca Mais - TERNUMA www.ternuma.com.br - "Onde eles estão":

> "Nos seus tempos de terrorista, usou os codinomes de "Leandro", "Leonardo", "Luís" e "Pedro."
>
> "A revolução de março 64 o encontrou como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sentindo-se perseguido, fugiu para o Uruguai."
>
> "Ainda nesse ano, arranjado por Brizola, foi fazer curso de guerrilha em Cuba, onde ficou um ano e se destacou como especialista em explosivos..."
>
> "Retornou ao Brasil e, em Porto Alegre, conheceu Almir Olímpio de Melo (Paulo Melo), que o conduziu a Onofre Pinto, em São Paulo..."
>
> "Pôde assim Diógenes, iniciar uma longa trilha de sangue, realizando algumas dezenas de ações terroristas na capital paulista."
>
> "O que se segue é, apenas, uma pequena, uma pálida idéia do que praticou esse militante comunista."
>
> "20 março 68, participou do atentado que fez explodir uma bomba-relógio na biblioteca da USIS, no Consulado dos EUA, localizado no térreo do Conjunto Nacional da Avenida Paulista. Três estudantes amigos, que caminhavam pelo local, foram feridos: Edmundo Ribeiro de Mendonça Neto, Vitor Fernando Sicurella Varella e Orlando Lovecchio Filho, que perdeu o terço inferior da perna esquerda."
>
> "20 abril 68, preparou mais uma bomba, desta vez lançada contra o jornal *O Estado de S. Paulo*... do mesmo modo que a anterior, a explosão feriu três inocentes."
>
> "22 junho 68, participou do assalto ao Hospital do Exército em São Paulo."
>
> "26 junho 68 fez parte do grupo de terroristas que lançou um carro-bomba contra o Quartel General do então II Exército."
>
> "Em 1° agosto 68, participou do assalto ao Banco Mercantil de São Paulo... no bairro do Itaim, com roubo de NCr $ 46 mil."

"Em 20 set. 68 participou do assalto ao quartel da Força Pública, no Barro Branco. Na ocasião foi morto a tiros a sentinela soldado Antônio Carlos Jeffery, do qual foi roubada a sua metralhadora INA."

"Em 27 out. 68, participou do atentado a bomba contra a loja Sears da Água Branca."

"Em 6 dez. 68, participou do assalto ao Banco de Estado de São Paulo (Banespa) da Rua Iguatemi, com o roubo de NCr$ 80 mil e o ferimento, a coronhadas, do civil José Bonifácio Guereio."

"Em 11 dez. 68, participou do assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, de onde foram roubadas cerca de meia centena de armas, além de munições. Na ocasião, foi ferido o civil Bonifácio Signori."

"Em 24 jan. 69, foi, juntamente com Carlos Lamarca, o coordenador do assalto ao 4º RI, em Quitaúna, com o roubo de grande quantidade de armas e munições."

"Em 2 mar. 69, Diógenes foi preso na Praça da Árvore, em Vila Mariana."

"Em 14 mar. 70, foi um dos cinco militantes comunistas banidos para o México, em troca da vida do cônsul do Japão em São Paulo."

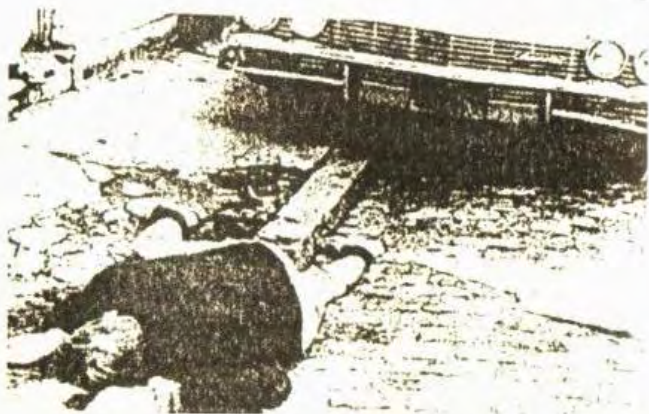
De volta ao Brasil, Diógenes filiou-se ao PT. Ganhou destaque na mídia uma gravação de 1999, em que o agora economista Diógenes de Oliveira, dizendo falar em nome do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, solicitava que o então chefe da Polícia Civil, delegado Luiz Fernando Tubino, "aliviasse" a repressão aos bicheiros. Nessa época, Diógenes era o presidente do Clube de Seguros da Cidadania de Porto Alegre, órgão encarregado de coletar fundos para o PT. Diógenes foi casado com Dulce de Souza Maia.

João Carlos Kfouri Quartin de Moraes é professor titular de Filosofia e Ciências da UNICAMP.

Ladislas Dowbor é professor titular de Economia da PUC/SP.

Fontes:

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* - Editora Ática.
- Projeto Orvil.
- CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil - 1967/1971* - Moraes Editores.

Corpo do major Von Westernhagen, do exército alemão, após a execução

Corpo do capitão Chandler, do exército americano, após o assassinato

Outra foto do capitão Chandler, depois de morto

Lamarca rouba armas que a nação lhe confiou
24/01/1969

Célula comunista conspira

No quartel do 4º RI, em Quitaúna, arredores da cidade de São Paulo, servia o capitão Carlos Lamarca, suspeito de envolvimento com a subversão e o comunismo.

Ainda como tenente, respondeu a um inquérito policial militar que apurou a fuga do ex-capitão da FAB, Alfredo Ribeiro Daudt, implicado na "Operação Pintassilgo", preso na 6ª Companhia de Polícia do Exército - 6ª Cia PE -, em Porto Alegre. Quando Daudt fugiu, coincidentemente, o oficial de dia era o 1º tenente Carlos Lamarca.

Mais tarde, como capitão, Lamarca, servindo no 4º RI, mantinha amizade e contatos com o sargento Darcy Rodrigues, que fora preso em 1963 por atividades políticas e em 1964 estivera recolhido no navio-presídio Raul Soares. Seus antecedentes não eram bons. Naquela época, era comum a existência de militares com o perfil de Darcy nos quartéis.

Em1967, Lamarca, já em contato com Marighella e com o PCdoB, resolveu se unir ao primeiro e convidou o sargento Darcy para fazer o mesmo.

No primeiro semestre de 1968, por intermédio do ex-sargento Onofre Pinto, os dois ingressaram na VPR e passaram a trabalhar para criar uma célula dessa organização no 4º RI. Conseguiram as adesões do soldado Carlos Roberto Zanirato e do cabo José Mariani.

Em junho ou julho de 1968, um cabo do 4º RI foi convidado e aceitou participar de um grupo de discussões políticas, do qual faziam parte militares do 4º RI. Compareceu a várias reuniões.

Enquanto isso, os assaltos a banco se multiplicavam. O Exército ofereceu cursos de tiro para funcionários e funcionárias das agências bancárias. Essas instruções foram ministradas no 4º RI, tendo Lamarca como instrutor. Aproveitando-se disso, introduziu Dulce de Souza Maia, sua companheira de organização, nas aulas de tiro.

Em fins de setembro de 1968, Lamarca e sua mulher visitaram um sargento do 4º RI. Enquanto a mulher de Lamarca falava em separado com a esposa do sargento, este, em outra sala, conversava com Lamarca. Tanto o sargento como a esposa não gostaram da forma como foram abordados temas de cunho político nas conversas. A conselho da esposa, o sargento procurou o seu chefe imediato, o capitão tesoureiro, a quem contou sua desconfiança da noite anterior.

O tesoureiro levou o sargento ao chefe da Seção de Informações (S2) do Regimento. Do S2 o assunto foi levado ao comandante e, finalmente, ao

general comandante da 2ª Divisão de Exército (2ª DE), a quem o 4º RI era subordinado. O general decidiu que o assunto deveria ser mantido em sigilo e que o capitão Lamarca e o sargento Darcy deveriam ser vigiados em suas atividades, intensificando-se a busca de provas e de fatos novos, inclusive a identificação de outros militares que pudessem integrar a célula subversiva.

Passaram-se três meses e o S2 não obteve nenhum dado novo.

No dia 21 de janeiro de 1969, o mesmo cabo que participava de um grupo de discussões políticas, foi informado de que no dia seguinte haveria uma reunião para definir as missões dos que participariam de um "golpe de mão" no Regimento.

Apesar de convocado, o cabo não compareceu à reunião que se realizou na noite do dia 22 de janeiro. Foi à residência do major S2, relatando-lhe o ocorrido e informando-o que, apesar de não saber a data da ação planejada, sabia que ela ocorreria entre os dias 22 e 30 de janeiro.

No dia seguinte, 23/01/1969, quinta-feira, o comandante do Regimento, cientificado pelo S2, reuniu em seu gabinete os comandantes dos dois Batalhões, o subcomandante e o fiscal administrativo. Para não "queimar" o cabo, disse que soubera dos fatos pelo comandante da 2ª DE. Determinou a substituição do sargento encarregado do paiol de munição, a imediata troca dos cadeados do depósito de armamento e a intensificação da vigilância sobre Lamarca e Darcy.

O Plano 4º RI

Lamarca planejava roubar armas e munições da sua unidade, para entregá-las à VPR. Denominou essa ação de "Plano 4º RI". Tal plano previa o emprego de um caminhão, pintado na cor verde-oliva, para facilitar a entrada dos terroristas no quartel, usando fardas do Exército, e obedeceria ao seguinte esquema:

- Dia 25/01/69, sábado, Lamarca, usando sua Kombi, roubaria os FAL, os morteiros e a munição estocada na sua Companhia, a 2ª Cia de Petrechos Pesados do II Batalhão (CPP/2).

- Dia 26/01/69, como o sargento Darcy seria o comandante da Guarda, permitiria a entrada de um caminhão com as cores do Exército, que carregaria o armamento do depósito do 4º RI, estimado em mais de 500 FAL.

Antes da chegada do caminhão, num Fusca, um grupo de militantes, a pretexto de visitar um soldado, com a permissão do sargento Darcy, penetraria no quartel. Esse grupo, em caso de alarme, ajudaria Darcy a prender o oficial de dia e destruir o sistema de comunicações do quartel.

Fora do quartel, outros três grupos. Um com a missão de silenciar as sentinelas e os outros para impedir a chegada de reforços de outras unidades.

O "Plano 4º RI" era uma das muitas ações terroristas planejadas para explodirem, simultaneamente, no dia 26/01/69. Elas consistiam numa seqüência de atentados para levar o pânico à população de São Paulo, criando um clima de guerra civil. Previam um ataque à sede do governo do estado, no Palácio dos Bandeirantes; atentados com bombas, semelhantes ao do QG do II Exército, na Cidade Universitária e na Academia de Polícia; ataque ao Controle de Vôo do Campo de Marte; tudo para atemorizar a população, desviar a atenção dos órgãos de segurança e facilitar o transporte do armamento e munição que seriam roubados no 4º RI.

O fio da meada

Em abril de 2005, entrevistei o coronel reformado Jayme Henrique Antunes Lameira. Como major, ele comandava na época desses acontecimentos a 2ª Companhia de Polícia do Exército, em São Paulo, responsável pela prisão dos primeiros terroristas da VPR e pela elucidação de vários crimes por eles praticados, até então considerados como de simples criminosos.

Segundo o coronel Lameira, em cumprimento ao planejado para o desencadeamento da operação "Plano 4º RI", Antônio Roberto Espinosa (Hélio), Diógenes José Carvalho de Oliveira (Luiz) e o ex-sargento PM Pedro Lobo (Getúlio) roubaram um caminhão Chevrolet, ano 59, e o levaram para um sítio em Itapecerica da Serra, com a finalidade de pintá-lo nas cores do Exército.

Nesse sítio, em locais distintos, moravam duas irmãs que não se davam bem. Como o filho de uma foi impedido de brincar na parte da outra, inclusive levando "petelecos" para não voltar ao local onde estavam pintando um caminhão, a mãe do menino, por vingança, além de prestar queixa na Delegacia de Polícia sobre o incidente com o garoto e, para que os policiais dessem maior importância ao caso, aventou a possibilidade de o caminhão ser roubado. Foi dada maior importância ao fato, porque um policial, morador próximo ao sítio, percebeu que os freqüentadores do local andavam sempre armados.

Em razão da denúncia, no dia 23/01/1969, uma quinta-feira, o Destacamento da Delegacia de Polícia de Itapecerica da Serra cercou o sítio e prendeu em flagrante Hermes Camargo Batista (Xavier), Ismael Antônio de Souza (Auro), Osvaldo Antônio dos Santos (Portuga) e o ex-sargento PM Pedro Lobo de Oliveira (Getúlio).

Nesse mesmo dia, os presos foram transferidos para o quartel da 2ª Cia de Polícia do Exército. Depois de interrogados, os militares tiveram a certeza de

que encontraram o fio da meada. Era o que necessitavam para comprovar que os atentados freqüentes eram um problema de segurança nacional. O caminhão, pintado nas cores do Exército, sugeria que um novo atentado, contra quartel ou instalação militar, estaria para acontecer.

Assim, segundo o coronel Lameira, sem perda de tempo, telefonou para o oficial superior de dia ao QG/II Ex, tenente-coronel João da Cruz Paião, pedindo autorização para deslocar tropa da Companhia para Itapecerica da Serra, sendo advertido de que qualquer deslocamento dependia de permissão expressa do general comandante do II Exército. Incontinenti, ele pediu para que esse oficial de serviço obtivesse a permissão, o que mais uma vez foi negado, por ele não avaliar corretamente a importância do fato. O pedido foi reiterado e, como a resposta foi a mesma, o então major Lameira solicitou orientação de como proceder, uma vez que o deslocamento era de suma importância para a conclusão das investigações. Foi aconselhado a usar o bom senso. Desculpou-se pela insistência e participou que, usando o bom senso, deslocaria a tropa sob seu comando para Itapecerica da Serra.

Em virtude de os soldados da PE serem, na quase totalidade, recém-incorporados, o comandante do 2° Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado - Esquadrão Anhangüera -, major de Cavalaria Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão, se prontificou a apoiar com homens e com blindados M-8. O mesmo aconteceu com relação ao major aviador Flávio Pacheco Kauffman, comandante do SAR, que assumiu a responsabilidade em apoiar a tropa do Exército que se deslocaria, na madrugada de sexta-feira, 24 de janeiro, para Itapecerica da Serra, dando cobertura aérea com dois helicópteros.

Sabedor do deslocamento sem autorização e do apoio de dois helicópteros, o coronel Sebastião Chaves, chefe interino do Estado-Maior do II Ex, não suspendeu a missão e determinou ao major Lameira que se apresentasse na 2ª feira, dia 27/01/69, no seu gabinete.

A chegada da tropa da PE, dos blindados e dos helicópteros da FAB foi um verdadeiro acontecimento para a população de Itapecerica da Serra, que estava acordando, ávida para saber detalhes sobre os últimos acontecimentos ocorridos na cidade. No sítio, além da caseira e do filho, vizinhos foram interrogados, permitindo assim levantar o nome e endereço do proprietário do local e dados sobre os pintores do caminhão. O mais importante, entretanto, foi fornecido por um menino de 12 a 13 anos. Conversando com o major Lameira, declarou ter vontade de ser soldado e polícia e concordou em responder a algumas perguntas. Guardado na memória, o garoto tinha registrado a placa de um Fusca bege que conduzia o pessoal da pintura do caminhão. O garoto era muito observador e, segundo ele, o "japonês" que

dirigia o Volks evitava ser visto e por isso deixava os pintores distantes do local onde o caminhão estava sendo pintado.

De volta ao quartel da PE, um telex simultâneo foi passado para todas as Delegacias de Polícia de São Paulo, solicitando a captura de um Fusca bege, placa 30-4185, de São Paulo/SP, conforme afirmou o coronel Lameira. O carro foi encontrado abandonado numa rua sem saída, após perseguição da polícia. Posteriormente, foi apurado que o seu motorista era Yoshitame Fujimore, o mesmo "japonês" que o menino vira dirigindo, e que o seu proprietário era o ex-sargento José Araújo Nóbrega, do Estabelecimento Regional de Subsistência/2, que aguardava reforma e permanecia foragido. No interior do carro, havia um verdadeiro arsenal, inclusive um morteiro, armas de fabricação artesanal e vários silenciadores.

Diante do material bélico, a polícia avisou ao Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, que designou os investigadores Amador Navarro Parra, Antônio Brito Marques, Benedito Caetano e Henrique Castro Perrone Filho para examinarem o carro no local onde fora localizado. Os investigadores pretendiam levar o carro para o DOPS. Não o fizeram em virtude da existência de um telex da PE solicitando a captura do veículo. Inconformados, os quatro se dirigiram ao quartel da PE, onde o comandante os fez ver que o Fusca fazia parte da investigação em curso sobre os presos de Itapecerica da Serra, que poderiam esclarecer sobre o armamento encontrado no veículo, onde e como seria empregado e quem era o armeiro que fabricara as armas.

Semente da Operação Bandeirante

Em virtude do interesse demonstrado, o major Lameira convidou os investigadores para arregaçarem as mangas e se incorporarem às fileiras dos policiais do Exército e, com eles, declararem guerra ao terrorismo. O convite foi aceito com euforia, antes mesmo da aprovação pela Secretaria de Segurança, e eles passaram a integrar as equipes que cumpriam missões no combate ao terrorismo.

Ainda, conforme relato do coronel Lameira, por volta das 2h30 da madrugada de sábado, dia 25/01/1969, ele e seu subcomandante, capitão Antônio Carlos Nascimento Pivatto, enquanto passavam um "pente fino" no interior do Fusca, encontraram, debaixo da capa do banco do motorista, um caderno com endereços e um recibo da agência Yourcar, referente à venda de uma Kombi para Carlos Lamarca, nome que imediatamente chamou a atenção de um dos presentes, por acreditar ser o nome de um oficial do 4º RI. A suspeita foi confirmada pelo *Almanaque do Exército*. Mesmo diante do adiantado da hora, o comandante da PE telefonou, imediatamente, para a Segunda Divisão

de Exército (2ª DE), participando ao coronel Danilo Darci de Sá da Cunha Melo, oficial superior de dia à DE, o teor do recibo encontrado, alertando-o da possibilidade de envolvimento do capitão Carlos Lamarca com o terrorismo. O coronel Danilo declarou que tudo seria averiguado na segunda-feira, o que deixou o comandante da 2ª Cia PE indignado.

Para corroborar as suspeitas de que o caminhão seria usado por terroristas, um soldado da PE, recolhido ao xadrez do quartel, por punição disciplinar, reconheceu Ismael Antônio de Souza (Auro), um dos quatro pintores presos, como sendo o terrorista que se passou por homossexual, quando do reconhecimento do quartel do II Exército para o atentado a bomba.

Lamarca antecipa a ação

A presença da tropa em Itapecerica da Serra, a incursão no sítio onde era pintado o caminhão, a prisão dos quatro terroristas e a captura do Fusca bege influíram na decisão da mudança do planejamento, levando o capitão Lamarca, o sargento Darcy Rodrigues, o cabo Mariani e o soldado Zanirato a anteciparem para as 18h30 do dia 24/01/1969, sexta-feira, a primeira parte do "Plano 4º RI".

Assim, Lamarca, com sua Kombi, retirou da Companhia que comandava sessenta e três fuzis FAL, três metralhadoras INA e uma pistola 45.

Darcy desertou do quartel e se homiziou na casa de Onofre Pinto, onde a sua família e a de Lamarca estavam prontas para viajar para o exterior.

Ainda no dia 24, Dulce de Souza Maia pegou na casa de Onofre as esposas e os filhos de Darcy e de Lamarca e os conduziu ao Aeroporto de Congonhas. Dali seguiram para o Rio de Janeiro e à noite já estavam viajando para Roma, Praga e, finalmente, Cuba.

O roubo dos FAL foi descoberto na manhã do dia seguinte, 25/01/1969, sábado, dia do aniversário da cidade de São Paulo. O 4º RI, numa formatura, prestaria uma homenagem à cidade.

Às 6h50, o 4º RI estava em forma, pronto para o início da homenagem, exceto a CPP/2, Companhia de Petrechos Pesados do II Batalhão, comandada pelo capitão Carlos Lamarca. O subcomandante do Regimento determinou que o corneteiro desse o toque de "CPP/2 - avançar, acelerado". A Companhia continuou em forma em local visível, a uns 150m de distância. O comandante do Regimento, cel Antônio Lepiane, já no local da formatura, observava a distância que a CPP/2 não obedecia à ordem de avançar. Nesse momento, o subtenente Barnabé, dessa companhia, apresentou-se ao cel Lepiane e narrou o roubo das armas e a ausência do comandante da Companhia, capitão Lamarca.

Às 9 horas, a oficialidade do QG preparava-se para a solenidade em homenagem à cidade de São Paulo, na praça que hoje ostenta o nome do sargento Mário Kozel Filho, quando recebeu a notícia do que ocorrera no 4º RI.

Além de desertor, Lamarca não cumpriu o juramento, solenemente proferido pelos oficiais do Exército Brasileiro no momento em que recebem a tão sonhada espada:

> "... e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei, com o sacrifício da própria vida."

Além de desertor, Lamarca logo se revelaria um assassino frio, como tantos outros seus companheiros.

Honra, Pátria, família, dignidade e retidão de caráter eram conceitos estranhos a esse terrorista que, como outros, manchou a farda de militar do Exército e traiu a sua gente.

Hoje, parte da mídia, engajada em um esquerdismo renitente, mitifica Lamarca, rendendo-lhe homenagens, por meio de filme e de reportagens. Como se não bastasse, já há logradouros com o seu nome...

Mais à frente, apresentarei outros crimes desse vendilhão do Brasil.

Fontes:

- Entrevista com o coronel Jayme Henrique Antunes Lameira, que como major, comandava a 2ª Cia PE, na época desses acontecimentos.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio.*
- Projeto Orvil.
- CASO, Antônio. *A Esquerda Armada no Brasil - 1967/1971* - Moraes Editora.

2ª Companhia de Polícia do Exército pioneira no combate ao terrorismo

No dia 8 de agosto de 1968 assumiu o comando da 2ª Companhia de Polícia do Exército - 2ª Cia PE -, em São Paulo/SP, o capitão de Infantaria Jayme Henrique Antunes Lameira, preocupado não só com os assaltos, atentados e ações armadas levadas a efeito em São Paulo por militantes comunistas, mas também com a infiltração no meio militar.

No quartel da PE, atos de sabotagem estavam acontecendo. No dia do lançamento de um carro-bomba contra as instalações do QG do II Exército, todas as viaturas operacionais estavam com as baterias descarregadas. Como permaneciam com as chaves na ignição, alguém as ligou e provocou a descarga das baterias. Uma motocicleta, enquanto era aquecida, perdeu a roda dianteira, pois uma porca fora retirada e outra afrouxada para cair logo que rodasse. O jipe do comandante teve a tubulação do freio avariada para falhar ao atingir velocidade. Tudo indicava que no quartel havia um sabotador e que ainda não havia sido identificado.

Em 25 de dezembro de 1968, o capitão Lameira foi promovido a major e continuou no comando da Companhia.

A 2ª Cia PE elaborou uma Nota de Instrução a respeito do procedimento e do emprego de tropa helitransportada. A nota foi distribuída aos oficiais e sargentos da PE, que tiveram os seus nomes escritos no cabeçalho de cada exemplar recebido. Essa era a forma encontrada para garantir que todos os destinatários recebessem esse documento tão importante. Como veremos mais adiante, essa preocupação permitiu identificar o sabotador, até então desconhecido.

No dia 24/01/1969, dia da deserção de Lamarca, o 3º sargento Carlos Roberto Pittoli, da 2ª Cia PE, recebeu um telefonema do ex-sargento Onofre Pinto (Augusto), marcando um "ponto" no interior de um restaurante no bairro Bexiga, para conversarem sobre uma ação contra o quartel da PE, quando dariam fuga aos quatro presos de Itapecerica da Serra.

O "ponto" foi coberto no local combinado, ficando acertado que no dia seguinte, 25 de janeiro, sábado, dia em que o sargento Pittoli estaria de serviço de comandante da Guarda da PE, seria feito um reconhecimento do interior do quartel por Dulce de Souza Maia (Judith). Para entrar na unidade, Dulce se faria passar por namorada de Pittoli. Mais tarde, com o mesmo objetivo, Diógenes José de Carvalho Oliveira (Luís), também com a conivência de Pittoli, faria o mesmo reconhecimento.

Como planejaram, os reconhecimentos foram realizados e levantados os acessos ao xadrez, ao depósito de munições, ao depósito de combustível, à reserva de armamentos e aos postos de sentinela.

Antes da execução da ação, Dulce telefonou a Pittoli para saber se estava tudo bem. A resposta foi negativa e a ação abortada, pois Pittoli informou que a PE tinha entrado em prontidão e seria muito arriscado dar continuidade à ação.

Em menos de 48 horas, tanto Dulce, como Diógenes, retornariam ao quartel da PE, não mais para serem recebidos por Pittoli como visitantes, mas, sim, como terroristas, presos pela 2ª Cia PE.

Dando continuidade às investigações sobre o caminhão apreendido em Itapecerica da Serra, em 25/01/69, foi detido o dono do sítio, membro do PCB desde 1943.

Com base no caderno de endereços, encontrado no Volks bege que transportava os pintores do caminhão para Itapecerica da Serra, em 05/02/1969 chegou-se ao "aparelho" de Renata Ferraz Guerra de Andrade (Cecília), a "loura dos assaltos", uma das participantes dos atos terroristas contra o Hospital Militar do Cambuci e o QG do II Exército. No "aparelho", estava a Nota de Instrução com o nome do sargento Pittoli, no cabeçalho.

Em rápida investigação, descobriu-se que o sargento Pittoli era, de fato, mais um infiltrado da VPR no Exército. Amigo do sargento Darcy, desde os tempos em que serviam juntos no 4º RI. Interrogado, Pittoli "abriu o jogo" e confessou sua participação como membro da VPR. No seu armário foi encontrado um passaporte, obtido no mesmo local onde foram fornecidos os passaportes dos familiares de Lamarca.

Com as provas que ligavam os quatro presos ao terrorismo, os interrogatórios se tornaram mais objetivos. Os quatro foram falando e entregando tudo. Pedro Lobo de Oliveira, por ser um dos dirigentes da VPR e por conhecê-la melhor, foi, sem dúvida, o que contribuiu com as melhores informações.

Nos dias de hoje, em que existe uma comissão governamental para coordenar a "abertura dos arquivos da repressão", seria ótimo se ela examinasse esses valiosos depoimentos e desse conhecimento ao povo da maneira vil e covarde como os terroristas assassinavam, roubavam, assaltavam e destruíam. São depoimentos que se encontram arquivados nos processos, no Superior Tribunal Militar. Certamente, estão incluídos entre os processos que a equipe de D. Evaristo Arns vasculhou com toda a tranqüilidade, só publicando o que lhe interessava.

A partir desses quatro prisioneiros, chegou-se, em pouco tempo, à linha política, aos objetivos e à estrutura da VPR.

Nos primeiros dias de março de 1969, pouco mais de um mês depois do início dessas atividades, tinham sido identificados 54 membros da VPR, outros 22 eram conhecidos por seus codinomes e 23 estavam presos.

Em pouco tempo, Onofre Pinto e José Ibraim foram presos.

O excelente trabalho da 2ª Cia PE, comandada pelo major de Infantaria Jayme Henrique Antunes Lameira, identificou os autores do roubo da pedreira Gato Preto, em Cajamar; o atentado ao consulado norte-americano em São Paulo; o roubo das armas do Hospital Militar; o atentado ao QG do II Ex; o atentado à loja Sears; o assassinato do capitão Chandler; o roubo da pedreira Fortaleza; o roubo da Casa de Armas Diana; e o roubo de NCR$ 404.000,00 (cruzeiros novos) dos seguintes estabelecimentos bancários:

Banco Comercial - março de 1968; Banco Brasileiro de Descontos - março de 1968; Banco Mercantil - agosto de 1968; Banco do Estado de São Paulo - outubro e dezembro de 1968; e Banco Aliança do Rio de Janeiro - janeiro de 1969.

Uma semana após o roubo das armas do 4º RI, haviam sido recuperados 18 FAL, 4 metralhadoras INA, 2 URKO e uma pistola, no "aparelho" de Yoshitame Fujimore.

Foi levantada pela PE a existência de um centro de treinamento de guerrilha na Fazenda Ariranha, no Estado de Mato Grosso, onde foram apreendidas armas e munições e presos Nelson Chaves dos Santos e os irmãos Pedro e Otacílio Pereira da Silva.

Chegou-se a uma auto-elétrica, adquirida pela VPR, onde eram feitos reparos e pinturas em veículos roubados. Nessa oficina, trabalhava um torneiro mecânico, Otávio Ângelo, treinado em Cuba, encarregado de fabricar acionadores para granadas - fazendo cerca de trinta por semana - e de preparar canos para bombas e silenciadores para armas.

Foram descobertas as ligações da VPR com os dominicanos, por meio de contatos feitos entre o frei Carlos Alberto Libânio Christo - o Frei Betto - e Dulce de Souza Maia.

O trabalho era intenso. A 2ª Cia PE não tinha estrutura para continuar nesse ritmo. A instrução e suas atividades normais estavam relegadas a um segundo plano.

No início, todos os setores da Secretaria de Segurança Pública apoiavam o trabalho da PE, num esforço conjunto. Aos poucos, porém, os êxitos levaram

aos ciúmes. A cooperação não era mais imediata. O major comandante da 2ª Cia PE não tinha os canais oficiais para se ligar com o DOPS, a Guarda Civil e a Força Pública.

As organizações terroristas, em face das inúmeras prisões de seus membros, se articularam. Aperfeiçoaram seus dispositivos e procedimentos de segurança e tornaram-se mais violentas. Qualquer tentativa de prisão era respondida à bala.

A PE não tinha viaturas, armamento e pessoal especializado. O excelente trabalho inicial prestado pelos militares da 2ª Cia PE foi exemplar. A dedicação e o ardor mostrados superaram os obstáculos. As ações, inicialmente coordenadas, mostraram que o apoio e a cooperação de todos os interessados na segurança eram essenciais para o combate ao terrorismo.

Em 1° de junho de 1969, a 2ª Cia de PE foi transformada em 2° Batalhão de Polícia do Exército (2° BPE). Continuou sob o comando do major Jayme Henrique Antunes Lameira até 9 de agosto do mesmo ano, quando o Batalhão passou ao comando do coronel de Infantaria Orlando Augusto Rodrigues.

Foi dessa experiência valorosa com a 2ª Cia PE que surgiu a idéia da criação de um órgão oficial que possibilitasse a integração de informações e de esforços e que centralizasse o combate ao terrorismo.

Essa foi a semente da criação da Operação Bandeirante, a OBAN.

Fontes:

- Projeto Orvil.
- Entrevista com o coronel Jayme Henrique Antunes Lameira.

O Movimento Armado Revolucionário - MAR e "os meninos" de Flávio Tavares

26/05/1969

Em 1968, estavam presos na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, ex-militares que se insubordinaram nos quartéis no governo João Goulart, inclusive alguns líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), fundada em 1962.

Um desses, o ex-marinheiro Marco Antônio da Silva Lima, que havia realizado curso de guerrilha em Cuba e era obcecado pelas idéias da 1ª Conferência da OLAS, em Havana. Para as esquerdas, mesmo no presídio, a idéia principal para a derrubada do governo era o foco guerrilheiro.

O diretor da Penitenciária Lemos de Brito, Telles Memória, em 1967, convidou para chefiar o Serviço Social do presídio a húngara Érica Roth, que havia dado aulas de conscientização política e filosofia para os marinheiros da AMFNB, no período de 1962 a 1964. Érica, marxista, casada com um médico comunista, era considerada madrinha e incentivadora dos marinheiros que se revoltaram, antes da Contra-Revolução, em 1964. Foi com satisfação que Érica aceitou essa nova missão. Teria a oportunidade de, novamente, trabalhar junto aos seus antigos pupilos.

A infiltração comunista e as facilidades que os presos gozavam eram grandes.

Sidney Junqueira Passos, diretor da Divisão Legal do Sistema Penitenciário (SUSIPE), tinha conhecimento, desde 1968, da célula comunista existente no presídio. Alberto Bittencourt Cotrim Neto, secretário de Justiça da Guanabara, e Antônio Vicente da Costa Júnior, superintendente do Sistema Penitenciário, também foram alertados para a atuação dos presos, mas pouco fizeram.

Érica Roth permaneceu no cargo até o início de 1969, quando o diretor da penitenciária foi substituído por João Marcelo Araújo.

Aproveitando essas facilidades que os presos políticos desfrutavam na prisão, Marco Antônio criou um grupo que denominou Movimento Armado Revolucionário (MAR) e logo conseguiu um número razoável de adeptos: os ex-marinheiros Avelino Bioni Capitani, Antônio Duarte dos Santos, José Adeildo Ramos, Pedro França Viegas e o ex-sargento da FAB Antônio Prestes de Paula, líder da revolta dos sargentos em Brasília, em 1963, que teve o saldo de dois mortos.

Marco Antônio e José Adeildo trabalhavam em importantes setores da penitenciária. Eles, na Seção Jurídica da Divisão Legal, tinham contatos com

funcionários, guardas, estagiários de Direito, advogados, visitantes e ex-presidiários subversivos. Além disso, aproximaram-se de presos comuns e, com a promessa de proporcionar-lhes fuga, angariaram suas cumplicidades.

O grupo passou a contar com José André Borges, na portaria; Roberto Cietto, preso por roubo de carros, no almoxarifado; José Michel Godoy, na alfaiataria; e Benedito Ramos, no ambulatório. Todos foram doutrinados no presídio. Havia, também, os militantes em liberdade que faziam a ligação com os prisioneiros. O principal era Flávio Tavares, jornalista da *Última Hora*, que, há muito tempo, era pombo-correio entre os militantes no Brasil e Brizola no Uruguai.

Flávio Tavares respondia em liberdade ao processo sobre a frustrada "Guerrilha do Triângulo Mineiro". Em 1999, lançou o livro *Memórias do Esquecimento*, onde chama de "meninos" os protagonistas dessa história.

Também, do lado de fora da penitenciária, outros grupos se uniam ao MAR no planejamento da fuga de onze companheiros que todos queriam fora do presídio, para desencadear a guerrilha urbana no Rio de Janeiro e engrossar as fileiras do foco guerrilheiro que planejavam implantar. Conspiravam com eles José Duarte dos Santos e Edvaldo Celestino da Silva.

Em novembro de 1968, o grupo aumentou com a adesão de quatro subversivos, vindos de São Paulo, remanescentes da POLOP e agora na VPR, que desejavam atuar no Rio de Janeiro: Élio Ferreira Rego - ex-marinheiro; Antônio Geraldo da Costa - ex-marinheiro; Wilson Nascimento Barbosa - professor; e Leôncio Queiroz Maia - estudante de Economia.

Em 18 de dezembro, foi concedido o indulto a Pedro França Viegas. Ele e o estagiário de Direito Sérgio de Oliveira Cruz intensificaram os contatos entre os grupos externos e internos. Agora, as mensagens iam e vinham com mais facilidade.

Na penitenciária, Marco Antônio usava a Seção Jurídica da Divisão Legal como sede do MAR. Ali se reuniam, abertamente, militantes e simpatizantes do movimento. Os planos para a fuga foram estudados e discutidos por telefone nessa seção. As autoridades carcerárias, ao que parecia, faziam "vista grossa". Revistas e livros políticos entravam na penitenciária e até panfletos, usados contra o regime, eram impressos no presídio.

Planos vistos e revistos, eram necessários recursos para financiar a fuga e, posteriormente, criar o foco guerrilheiro, em área já escolhida, próximo a Angra dos Reis, na Serra de Jacareí.

"Os meninos" de Flávio Tavares, no dia 19 de março de 1969, escolheram o alvo para a primeira ação da organização, o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Realengo-RJ.

Participaram do assalto: Flávio Tavares; José Duarte dos Santos; Edvaldo Celestino da Silva; Wilson Nascimento Barbosa; Leôncio Queiroz Maia; Antônio Geraldo da Costa; e Élio Ferreira Rego.

A ação foi um sucesso! O assalto rendeu NCr$ 37.000,00 e o local foi panfletado com um impresso intitulado "Exército Libertador para Libertar o País".

O grupo cada vez mais engrossava as suas fileiras. Por intermédio do ex-presidiário José Gonçalves de Lima, os revolucionários da Lemos de Brito conseguiram mais algumas adesões: José Ferreira Cardoso; José Leonardo Sobrinho; Silvio de Souza Gomes; Francisco de Oliveira Rodrigues; e Luiz Mário Néri.

O grupo reunia-se na Rua Mallet, em Realengo, e por isso passou a chamar-se Grupo Mallet.

Enquanto isso, já contando com tantos "meninos", Pedro França Viegas continuava seus contatos dentro e fora da prisão.

Benedito Luís Antunes, guarda da penitenciária, foi aliciado pelo Grupo Mallet e fez o reconhecimento das trilhas que o grupo de fugitivos teria de seguir até o local da guerrilha (Serra de Jacareí).

Tudo estava correndo às mil maravilhas! Só faltavam pequenos detalhes. A Rural Willys do acadêmico de Direito Júlio César Bueno Brandão seria usada após a fuga. O apartamento de Júlio César Senra Barros começou, a partir de janeiro de 1969, a ser utilizado para esconderijo de José Duarte dos Santos, irmão de Antônio Duarte dos Santos, e para o planejamento da fuga.

Como dinheiro nunca era demais, no dia 5 de maio roubaram a Agência Piedade, do Banco Nacional Brasileiro. A ação foi praticada pela mesma quadrilha, acrescida de Jarbas da Silva Marques, estudante de Economia de Brasília, aliciado por Flávio Tavares.

Luiz Mário Néri ofereceu sua Kombi para o transporte dos presos, após a fuga.

Dinheiro, carros, planos prontos, era só marcar o dia e entrar em ação. Para isso, contavam com mais um violento membro, Antônio Sérgio de Matos, "Uns e Outros", que ingressou no MAR para auxiliar na execução da fuga.

Pequenos detalhes iam sendo resolvidos. Flora Frisch, que trabalhava em um escritório de advocacia e era amante de Avelino Capitani, conseguiu, junto com simpatizantes da causa, roupas para os fugitivos. Sua prima, Jeny Waitsman, amante de Antônio Duarte dos Santos, também participou dos preparativos da fuga.

Pela manhã do dia 26 de maio de 1969, segunda-feira, o estagiário Júlio César entregou à guarda estadual Naterça Passos, dentro de um pacote, três revólveres .38, distribuídos para Marco Antônio, Avelino Capitani e Antônio Prestes de Paula.

O grupo de São Paulo recebeu a incumbência de eliminar o soldado da PM, que normalmente permanecia armado de metralhadora na calçada e, também, de roubar-lhe a arma.

O dia permaneceu tranqüilo, sem que nenhum nervosismo fosse notado. Por volta das 17h30, os nove componentes do MAR já se encontravam na Seção Jurídica da Divisão Legal, prontos para a liberdade. Nessa mesma hora, estacionou o Aero Willys, roubado um dia antes do primeiro assalto a Banco por Wilson, Leôncio e Élio. Quem o dirigia era Edvaldo Celestino da Silva.

O grupo, que gozava de todas as regalias, dirigiu-se à portaria. Dos onze previstos para fugir, dois se atrasaram e ficaram para trás. Na passagem para a rua, os fugitivos defrontaram-se com os guardas Ailton de Oliveira - que reagiu, mas foi abatido por Avelino Capitani -, Jorge Félix Barbosa e Valter de Oliveira Pereira, que também tentaram esboçar uma reação, mas foram feridos.

Valter de Oliveira Pereira levou várias coronhadas na cabeça, desfechadas por Roberto Cietto.

Jorge Félix Barbosa, que escoltava presos do Sanatório Penal de Bangu e que deixara sua arma no controle de entrada do hospital, foi ferido pelo "menino" Capitani com um tiro na nuca, que, felizmente, não foi fatal.

Ailton de Oliveira também foi ferido, pelo mesmo "menino" de Flávio Tavares, com um tiro na cabeça e outro no braço. Morreu cinco dias depois.

O funcionário da Light João Dias Pereira, que passava no local, levou um tiro no abdômen, desfechado por Edvaldo Celestino, e ficou paraplégico.

Consumada a fuga, os nove foram conduzidos por Edvaldo para a parte de trás do hospital, socados como sardinhas no Aero Willys. Pedro França Viegas, com a Rural Willys, e Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz, na Kombi de Luiz Mário, os esperavam e seguiram para Conceição de Jacareí, perto de Angra dos Reis, onde chegaram à noite. Acompanhava o grupo José Duarte dos Santos.

No destino, foram guiados por Luiz Mário e, depois de andarem na mata por três noites, chegaram ao barraco "Cabana do Jacu", onde já os aguardava José Sabino Gomes Barbosa.

Ao todo, participaram para a fuga, direta ou indiretamente, trinta e quatro pessoas. O grupo comemorou eufórico. Havia libertado os seguintes presos: Antônio Duarte dos Santos (irmão de José Duarte dos Santos); Antônio Prestes de Paula; Avelino Bioni Capitani; Benedito Alves Ramos; José Adeildo Ramos; José André Borges; José Michel Godoy; Marco Antônio da Silva Lima; e Roberto Cietto.

O grupo se dividiu em dois. Um permaneceu na "Cabana do Jacu", fazendo treinamentos para desencadear o foco guerrilheiro e o outro, o "Grupo de Ação", continuaria os assaltos, levantando recursos para financiar os treinamentos e as futuras ações.

O "Grupo de Ação", no dia 10 de junho, assaltou a Agência Ramos do União de Bancos Brasileiros e levou 33 mil cruzeiros novos. No dia 18 de junho, foi a vez de uma agência do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, no Rio. Dessa vez a féria foi melhor: 43 mil cruzeiros novos.

Após essas ações, o grupo decidiu aumentar o seu poder de fogo e Hélio Ferreira conseguiu, por meio de uma parenta de Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", um lote de carabinas .30mm. Por outro lado, Flávio Tavares obteve, com o ex-coronel cassado Nicolau José de Seixas, metralhadoras de mão e fuzis que teriam sido utilizados pela FEB.

Antônio Prestes de Paula, Roberto Cietto e José André Borges desistiram de participar do grupo responsável pela implantação do foco guerrilheiro e integraram o grupo armado que executava os assaltos.

Afora pequenas desistências, tudo ia dando certo. No dia 18 de julho, o grupo assaltou pela segunda vez a Agência Piedade do Banco Nacional Brasileiro. Dessa vez, conseguiram apenas 19 mil cruzeiros novos. No dia 5 de agosto de 1969, o MAR realizou um assalto ao Banco Nacional de São Paulo, em Brás de Pina, subúrbio do Rio de Janeiro. A ação parecia um sucesso. Rendeu 50 mil cruzeiros novos.

Participaram desse assalto: Flávio Tavares, Edvaldo Celestino da Silva, José Duarte, Antônio Prestes de Paula, Jarbas da Silva Marques, Roberto Cietto e José André Borges.

No banco tudo dera certo, mas, ao empreenderem a fuga, o Volks dirigido por Flávio Tavares, no qual seguiam José Duarte e José André, foi interceptado pela polícia e teve um pneu furado. Flávio fugiu a pé. No tiroteio que se seguiu, José Duarte reagiu metralhando os policiais. Cercados e no auge do desespero, fizeram de refém uma criança de 4 anos e a ameaçavam de morte, caso a polícia se aproximasse. Desgastados, depois de mais de uma hora, libertaram a criança e se entregaram.

Presos, José André Borges e José Duarte dos Santos deram início, com suas confissões, ao fim do MAR. Logo depois, alguns de seus militantes foram presos.

Flávio Tavares foi preso no dia 6 de agosto de 1969, em um "aparelho", na Rua Paissandu, 162, que pertencia ao ex-coronel cassado Nicolau José de Seixas.

A organização se desestruturou e alguns dos seus "meninos" foram presos.

O MAR pretendia em um futuro próximo radicalizar, cada vez mais, suas atividades. No "aparelho" de José Duarte dos Santos foram encontradas

armas, granadas de fabricação caseira e 8.500 gramas de trotil, explosivo de alto poder de destruição. José Duarte "entregou" a área de treinamento de guerrilha. A Marinha cercou a região com fuzileiros navais e destruiu as instalações existentes na "Cabana do Jacu".

Capitani e José Adeildo Ramos se homiziaram, inicialmente, na igreja São Geraldo, em Olaria, acoitados pelo padre Antônio Lengoen Helmo e, posteriormente, na igreja Nossa Senhora das Cabeças, na Penha, escondidos pelo padre Pasquali Visconso.

Logo depois, Flora Frisch, amante de Capitani, levou-os para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ao qual também aderiram Marco Antônio da Silva Lima e Antônio Prestes de Paula.

No dia 17 de dezembro de 1969, o novo grupo participou de um assalto ao Banco Sotto Mayor, na Praça do Carmo, em Brás de Pina, quando Capitani matou o sargento PMEG Joel Nunes.

Antônio Duarte do Santos, Jeny Waitsman e Capitani, no primeiro semestre de 1970, fugiram para Cuba.

"Nada se omite dessa história plena de emoção e lirismo", diz a contracapa do livro de Flávio Tavares, *Memórias do Esquecimento*. No entanto, ele se esquece de que, além do morto, dois policiais foram feridos pelos seus "meninos" e que o "velhinho" a que se refere ficou paraplégico. Esquece também de dizer que, na última ação antes de ser preso, voltava de um dos vários assaltos praticados e que, na fuga descrita no livro como um ato de heroísmo, José Duarte e José André seqüestraram um menino de 4 anos. É verdade que, talvez, ele não tenha assistido ao seqüestro, já que fugira a pé, mas é improvável que não tenha sabido de tudo posteriormente. Esquece, também, que não foi por erro de pontaria da polícia, a qual, segundo as suas narrativas, jamais acertava uma bala nos perseguidos, que José Duarte e José André deixaram de ser presos imediatamente. Foi para evitar ferir a criança que os policiais, sem atirar, esperaram, por mais de uma hora, até eles libertarem o menino.

Também em seu livro, à página 48, Flávio Tavares narra que ele, juntamente com frei Betto - assessor espiritual do presidente Lula - e mais duas militantes da AP, depois de jantarem no tradicional Restaurante Moraes, em São Paulo, saíram, em um *"carro último modelo (que por si só chamava atenção)"* (sic), à procura de mendigos para dar-lhes as sobras dos filés e batatas fritas, que não haviam conseguido comer. Depois de rodarem quarteirões e mais quarteirões, no frio da madrugada, sem encontrar nenhum mendigo, nem mesmo povo, segundo ele, tiveram que, finalmente, jogar as sobras numa lixeira, o que foi feito por frei Betto, *"que como perseguido pelo diabo, voltou correndo ao carro"* (sic).

Flávio Tavares descreve a situação criticamente. Omite que, nessa época, o início do milagre brasileiro, a oferta de emprego era maior que a procura e, portanto, não existia a miséria de hoje; "esquece" que o fato de eles poderem andar, num carro último modelo, que chamava tanta atenção, na madrugada, parando aqui e ali, primeiro em busca de um mendigo e depois em busca de uma lixeira, devia-se à segurança da época, abalada apenas pelos atos insanos dos próprios terroristas.

A bandidagem, os longos seqüestros iniciados por eles, os seqüestros-relâmpagos, os assaltos a bancos, os mendigos abandonados pelas ruas, vieram depois, muito depois...

Detalhes, para Flávio Tavares, sem importância.

O que lhe importava, acima de tudo, era a fanática e desmedida sanha de comunizar o Brasil, sejam quais fossem os meios e à custa da vida de quem se colocasse no caminho.

Fontes:

- www.ternuma.com.br - DUMONT, F. *Recordando a história.*
- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento.*
- Idos de Março - A Revolta dos Marinheiros - Prosa e Verso - *O Globo*, 27/03/2004.

Operação Bandeirante - OBAN
27/06/1969 a 28/09/1970

O governo federal continuava preocupado com a escalada do terrorismo em São Paulo. Graças ao trabalho conjunto da 2ª Cia PE e da Secretaria de Segurança Pública, muitos atos de terror foram elucidados e identificados os seus autores.

Em 1º de maio de 1969, desembarcou no Aeroporto de Congonhas, São Paulo, o novo comandante do II Ex, general José Canavarro Pereira. Trazia como seu chefe de Estado-Maior o general Ernani Ayrosa da Silva, militar com um currículo invejável e herói da FEB, na Itália, onde foi ferido gravemente.

Nos dois chefes militares um só desejo: trazer de volta a paz e a segurança ao Estado de São Paulo.

Segundo o general Ernani Ayrosa da Silva, em seu livro *Memórias de um Soldado*, a situação em São Paulo era assim definida:

> "Acima de tudo, a deficiência decorria da falta de unidade de comando, da falta de unidade de coordenação. Embora a Polícia de São Paulo tivesse um efetivo muito grande, fosse bem equipada e comandada por um oficial do Exército, tendo, portanto, um relacionamento com a Força Terrestre razoavelmente bom - não havendo, pois, esse problema de divórcio entre a Polícia e o Exército - não havia, também, uma ação coordenada e um objetivo definido. Faltava alguém que superintendesse, que orientasse, que coordenasse as ações. Quando fomos para São Paulo, aquilo que viria a ser a Operação Bandeirante já havia sido esboçado. Prevíamos a necessidade da atuação do conjunto, englobando todos os órgãos de segurança federais e estaduais da área."

Essa preocupação com a coordenação e a centralização das atividades de combate à guerrilha urbana não era só das autoridades em São Paulo.

Com essa finalidade, entre os dias 6 e 8 de fevereiro de 1969 havia sido realizado o I Seminário de Segurança Interna, em Brasília, sob os auspícios do Exército, que reuniu os secretários de Segurança, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal.

Ainda, segundo o general Ayrosa:

> "Em 24 de junho de 1969, o general Canavarro, comandante do II Ex, responsável pela segurança interna da área, convocou

ao Quartel General uma reunião de todos os órgãos ligados à segurança. Estavam presentes: o secretário de Segurança de São Paulo (Dr. Hely Meirelles), homem extraordinário sob todos os aspectos; o representante da Marinha; o representante da Aeronáutica; o representante do SNI; o chefe do EM da 2ª Divisão de Infantaria; o comandante da Força Pública; o delegado da Ordem Política e Social; o diretor de Trânsito e outros."

"Os temores que tínhamos sobre as possíveis dificuldades de coordenação e controle logo se dissiparam. O clima imposto desde o início foi o da melhor compreensão e colaboração. Com isso, o general Canavarro, após apresentar suas principais observações sobre os fatos que vinham ocorrendo, determinou que eu lesse o documento organizado pelo Exército, com vistas ao combate ao terrorismo. Após o debate e a definitiva colaboração, foi o plano totalmente aprovado."

No dia 27 de junho de 1969, data oficial da criação da OBAN, o II Exército elaborou um documento CONFIDENCIAL intitulado Operação Bandeirante.

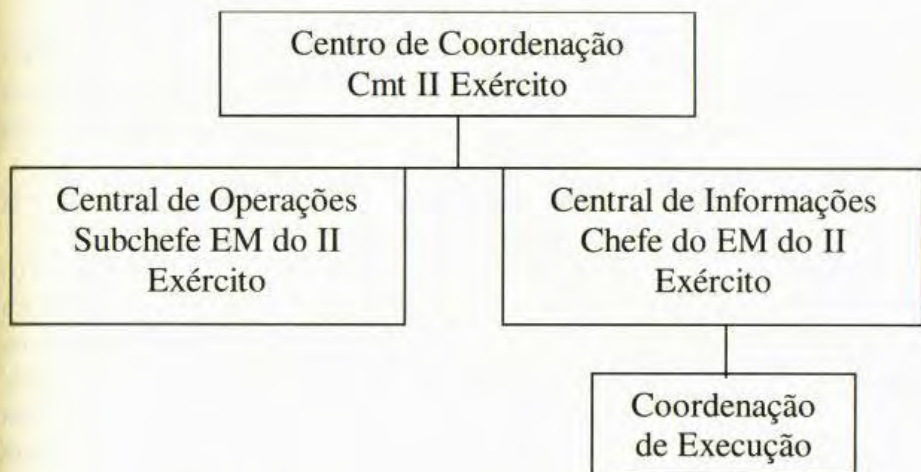
Segundo esse documento:

a) A missão da OBAN ficou assim definida:

"Identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Ex, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam."

b) Na parte de Execução, como conceito da Operação, constava:

"O II Ex organizará um Centro de Coordenação, constituído de uma Central de Informações e de uma Central de Operações, a fim de coordenar as atividades de busca de informes, produção de informações e ações repressivas contra grupos subversivos, visando a evitar superposição de esforços, a definir responsabilidades e a tornar mais efetivo o combate àqueles grupos."

Organograma da Operação Bandeirante

c) Ainda, segundo o mesmo documento:

> Faziam parte do Centro de Coordenação: os comandantes do II Exército (II Ex); da 2ª Região Militar (2ª RM); da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI); do 6º Distrito Naval (6º DN); da 4ª Zona Aérea (4ª ZAé); o secretário de Segurança Pública/SP; o superintendente da PF/SP; o chefe do SNI/ASP.

O Centro de Coordenação não limitaria a iniciativa dos órgãos que o integravam, nem se imiscuiria no cumprimento de suas missões normais. No entanto, as operações de informações e as operações anti-subversivas, isto é, repressivas, seriam por ele coordenadas.

O chefe da Central de Operações era o subchefe do Estado-Maior (EM) do II Ex. Dela faziam parte os oficiais de operações das organizações militares componentes do Centro de Coordenação, ou seja: E3 do II Ex; E3 da 2ª RM; E3 da 2ª DI; M3 do 6º DN; A3 da 4ª ZAé; S3 da Força Pública de São Paulo.

A Central de Informações era constituída pelos oficiais de informações das seguintes unidades militares: E2 do II Ex; E2 da 2ªRM; E2 da 2ª DI; M2 do 6º Distrito Naval; A2 da 4ª Zona Aérea; S2 da Força Pública; chefe do SNI/ASP; diretor do DOPS (chefe do Serviço de Informações do DOPS); representante da Guarda Civil.

Na Central de Informações, os informes seriam imediatamente examinados e metodicamente tratados.

O Centro de Coordenação deveria reunir-se mensalmente. Seus representantes nas duas centrais se reuniriam semanalmente e, extraordinariamente, quando necessário.

A Central de Informações elaboraria um Sumário Diário de Informações contendo uma visão geral da situação em toda a área, no que tange às atividades subversivas, para conhecimento dos órgãos participantes da Operação Bandeirante.

A Coordenação de Execução, subordinada à Central de Informações, seria integrada pelo pessoal empregado nas operações de informações.

Seu primeiro e único comandante foi o major de Engenharia Waldyr Coelho, em seguida promovido a tenente-coronel. Sua sede foi instalada num local cedido pela Secretaria de Segurança Pública, uma edícula existente na sede do 36º DP, na Rua Tutóia. Seu trabalho era semelhante ao da 2ª Cia PE, só que, agora, com mais recursos e meios disponíveis. Suas equipes eram mistas, integradas pelo pessoal do Exército, da Força Pública e da Polícia Civil. Tinha como missão específica combater a subversão e o terrorismo, com uma equilibrada distribuição das missões e de trabalho, com canais de ligação que permitiam a fácil solicitação de providências a cada força ou a algum órgão público.

Esse órgão operacional é chamado, erroneamente, de Operação Bandeirante. Na realidade, a Operação Bandeirante era um Centro de Coordenação, subordinado ao comandante do II Exército, composto pela Central de Operações e pela Central de Informações.

O entrosamento entre os diversos órgãos que integravam a OBAN fez-se com rapidez. Desde o início de suas atividades, sucedeu-se uma série de prisões:

- De maio a agosto de 1969, as inúmeras prisões de militantes da Ala Vermelha do PCdoB levaram essa organização subversiva a reformular sua linha política e dar prioridade ao trabalho de massa;

- De setembro a dezembro, foram presos inúmeros líderes da ALN, até então praticamente intocada;

- De dezembro de 1969 a janeiro de 1970, a VAR-Palmares foi desestruturada em São Paulo;

- A Frente Armada de Libertação Nacional (FALN), que atuava em Ribeirão Preto, foi totalmente desarticulada.

Posteriormente, em setembro de 1970, a Presidência da República elaborou uma Diretriz Presidencial de Segurança Interna, o que possibilitou a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Foram criados o CODI do II Exército que, em 28/09/1970, substituiu a Operação Bandeirante, e o

DOI/II Exército, que, na mesma data, substituiu a Coordenação de Execução da Operação Bandeirante.

Em razão dessa mudança, o Boletim Reservado Divisionário, da 2ª DI, de 30 de setembro de 1970, publicou:

> "Operação Bandeirante - Dispensa de Oficial
> Face ter o Destacamento de Operações de Informações passado à subordinação direta do II Exército (Of nº 256/E2, do II Exército), foi dispensado, em 28 set 70, o Ten Cel Eng. QEMA, WALDYR COELHO, deste QG, das funções de chefe da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante."

O êxito do método de trabalho usado no combate à subversão e ao terrorismo foi logo sentido pelas diversas organizações clandestinas. Segundo um documento da ALN, apreendido num "aparelho", um de seus membros, Yuri Xavier Pereira, assim se expressou:

> "Mas o inimigo não permaneceu inativo. Buscou adotar as medidas que lhe permitissem recuperar a iniciativa. Para uma situação crítica, tomou as necessárias medidas drásticas. Não des-cuidou da parte técnica, incrementando o treinamento policial e aperfeiçoando os seus métodos de investigação. Tomou uma medida fundamental que é a criação da Operação Bandeirante em São Paulo e o CODI na Guanabara. Aumentou a sua potência de fogo e melhorou o seu equipamento. Conseqüentemente, o seu volume de informações e a capacidade de reação e de resposta foi aumentando gradativamente."

Com o êxito da OBAN, vários órgãos policiais passaram a agir por conta própria "em nome da OBAN". Quando isso ocorria, o órgão ocultava o fato e tentava esclarecer o caso por conta própria. Prejudicavam a rapidez e a centralização das operações. Era o sensacionalismo envolvendo os trabalhos; era a busca da promoção pessoal, em detrimento da impessoalidade e do espírito de equipe que se buscava imprimir às ações da Operação Bandeirante.

Esses eram alguns aspectos negativos, decorrentes da improvisação, que precisam ser conhecidos e que não podem ser generalizados.

Segundo o general Ayrosa:

> "...o êxito da OBAN foi tão evidente que o ministro do Exército determinou o emprego de sua estrutura em todas as sedes de Comandos de Áreas no território nacional."

Em razão do sucesso, a Operação Bandeirante sofreria a carga das organizações subversivo-terroristas e de seus acólitos de esquerda. Naturalmente, às esquerdas interessava que os órgãos de segurança continuassem desarticulados e ineficientes.

Assim, dia a dia, os órgãos de segurança iam melhorando suas atividades, que seriam mais bem coordenadas e aperfeiçoadas com a criação dos CODI e dos DOI.

Os integrantes da OBAN e, posteriormente, dos DOI, não eram apenas policiais e militares meros cumpridores de uma obrigação funcional. Muito mais do que isso, eram homens e mulheres fortemente unidos por um arraigado espírito de cumprimento de missão, para a qual se empenhavam a fundo, mesmo em detrimento das suas vidas pessoais e de seus familiares. Além disso, impregnaram-se de verdadeiro ardor patriótico e de grande firmeza ideológica, o que lhes dava suporte para o elevado moral frente ao fanatismo terrorista.

A esses homens e mulheres muito deve o Brasil.

Fontes:
- SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um Soldado.*
- Projeto Orvil.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio.*

Seqüestro do embaixador americano 04/09/1969

As ações de violência atemorizavam a população, mas eram tantas que já não causavam o impacto desejado, pela freqüência com que aconteciam.

Franklin de Souza Martins, da direção da Dissidência da Guanabara (DI/GB), propôs uma ação inédita. Sugeriu um seqüestro, que seria o primeiro. Estudados os alvos, concluiu-se que o de maior repercussão seria o de um embaixador. A idéia foi logo aprovada por Cid Queiroz Benjamin, da Frente de Trabalho Armado (FTA), um dos setores da DI/GB.

Após reuniões, decidiram que o alvo ideal, com uma repercussão nacional e internacional, seria o embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick. O objetivo principal do seqüestro, além de destacar a guerra revolucionária por meio da propaganda e de tentar a desmoralização do governo, era libertar os principais líderes do movimento estudantil que se encontravam presos. Franklin de Souza Martins estivera preso com Vladimir Gracindo Soares Palmeira (Marcos), José Dirceu de Oliveira e Silva (Daniel), militante da ALN, e Luíz Gonzaga Travassos da Rosa, militante da AP.

A direção da DI/GB, após os planejamentos iniciais, concluiu que seria necessária a participação de outra organização, com maior experiência, para apoiá-la nessa empreitada. A ALN, dispondo de gente com treinamento em Cuba, já que os seus primeiros militantes haviam regressado ao Brasil - tendo realizado cerca de trinta assaltos a bancos e carros pagadores, duas dezenas de atentados a bombas, roubos de armas, "justiçamentos", ataques a quartéis e radiopatrulhas -, foi considerada pela direção da DI/GB como a parceira ideal para tão audaciosa ação. Ajudava muito na decisão pela ALN a figura de Marighella que, pelos seus textos, incentivando a iniciativa e a violência, os levava a supor que conseguiriam o seu apoio para o seqüestro.

Em julho de 1969, Cláudio Torres da Silva (Pedro ou Geraldo), também membro da FTA, recebeu a incumbência da direção da DI/GB de contatar com Joaquim Câmara Ferreira (Toledo ou Velho), segundo homem na hierarquia da ALN, para conseguir o seu apoio. Toledo aprovou a idéia imediatamente.

O período escolhido foi a Semana da Pátria, para esvaziar as comemorações do Sete de Setembro.

De volta ao Rio, começaram a intensificar os preparativos. Fernando Paulo Nagle Gabeira (Mateus ou Honório), jornalista do *Jornal do Brasil*, responsável pelo setor de imprensa da DI/GB, conseguiu que Helena Bocayuva Khair alugasse no início de agosto uma casa na Rua Barão de Petrópolis, 1026, no Rio Comprido. Lá foram impressos os jornais *Luta Operária* e *Resistência*. O local seria utilizado como cativeiro do embaixador.

No final de agosto, Cid Queiroz Benjamin voltou a contatar "Toledo", em São Paulo, reunindo-se com ele e com Virgílio Gomes da Silva (Breno ou Jonas). Este, coordenador do grupo tático armado da ALN, já fora designado por "Toledo", comandante da ação.

Virgílio, por sua vez, escolheu militantes da ALN de sua confiança: Manoel Cyrillo de Oliveira Netto (Francisco ou Sérgio) e Paulo de Tarso Venceslau (Rodrigo ou Geraldo). "Toledo", na retaguarda, iria ao Rio para coordenar a ação e orientar os contatos com as autoridades.

As providências operacionais e logísticas para o bom êxito da ação, como levantamentos, seriam de responsabilidade da DI/GB.

Aos poucos, tudo ia sendo preparado conforme os planos iniciais. Franklin, Cláudio Torres e Cid Benjamin fizeram o levantamento do percurso diário realizado pelo motorista do embaixador. Depois de feito e refeito o itinerário, foi escolhida uma rua tranqüila, antes de o carro entrar na Voluntários da Pátria, em Botafogo, para a interceptação.

O levantamento dos hábitos do diplomata foi feito por Vera Sílvia Araújo de Magalhães (Marta ou Dadá). Ela se "enamorou" de um dos policiais responsáveis pela segurança de Elbrick, que acabou por transmitir-lhe, sem se aperceber que estava sendo usado, os dados necessários quanto à guarda e aos hábitos do embaixador.

No dia 3 de setembro, "Toledo" recebeu em São Paulo, em código previamente combinado, a notícia de que tudo estava pronto. De avião, deslocou-se para o Rio, indo direto para o "aparelho" alugado para a ação, e começou a relacionar os militantes que seriam pedidos em troca da vida do embaixador.

Um panfleto foi redigido por Franklin e Gabeira para ser deixado no local do seqüestro.

Em 4 de setembro, dia escolhido para a ação, muito cedo foi montado o esquema. Próximo ao local do seqüestro, ficaram em um Volks, João Lopes Salgado (Murilo), Vera Sílvia e o motorista José Sebastião Rios de Moura. Em outro Volks estavam Franklin, Cid e Virgílio. Em um terceiro, Cláudio Torres, Paulo de Tarso e Manoel Cyrillo. Em uma rua tranqüila do Humaitá já se encontrava uma Kombi verde que transportaria o senhor Elbrick para o "aparelho". Seu motorista era Sérgio Rubens de Araújo Torres (Gusmão), membro da FTA da DI/GB.

Esperaram, em vão, que o Cadilac do embaixador passasse no horário de sempre. Desfizeram o esquema e voltaram a montá-lo às 13h00, para esperar o retorno do almoço.

Finalmente, por volta das 14 horas, o carro do embaixador aproximou-se lentamente. Charles Burke Elbrick, no banco traseiro, sem segurança, seguia

para mais uma tarde de trabalho. Ao avistar o Cadilac, o Volks de Franklin manobrou como se estivesse retornando e impediu a passagem. Imediatamente, as portas do Cadilac foram abertas ao mesmo tempo. Virgílio e Manoel Cyrillo entraram e sentaram-se ao lado do embaixador, que foi forçado a deitar-se no piso do carro. Incontinenti, pela porta do motorista, entrou Cláudio Torres que o empurrou, tomando-lhe a direção. Do outro lado, Paulo de Tarso ameaçou o motorista com uma arma.

A ação foi muito rápida. Franklin de Souza desimpediu a rua, manobrando o Volks, e o Cadilac seguiu rapidamente.

No momento do transbordo, como o embaixador ficou indeciso, Manoel Cyrillo deu-lhe violenta coronhada. Em conseqüência, o diplomata começou a sangrar.

Às pressas, o diplomata foi retirado do carro e jogado no chão da Kombi, tendo o seu corpo coberto por uma lona.

Uma grande falha foi cometida pelos seqüestradores ao libertar o motorista no momento da troca de carros, pois permitiu que ele visse a Kombi e memorizasse a sua placa. Depois de libertado, o motorista comunicou o seqüestro à Embaixada e a polícia tomou conhecimento desses dados.

Conduzido ao "aparelho", Elbrick, apesar de atordoado e sangrando, permaneceu na Kombi, na garagem, por mais 4 horas, esperando escurecer para ser introduzido no cativeiro. "Toledo", Gabeira e Antônio de Freitas Silva (Baiano) aguardavam ansiosos a chegada do precioso refém. O embaixador foi levado para um quarto da casa e foi montada uma guarda junto a ele e outra do lado de fora.

A partir daquele momento, estavam trancados no "aparelho" alguns dos mais importantes quadros da DI/GB e da ALN, aguardando, tensos, a divulgação pelos meios de comunicação do manifesto deixado no local do seqüestro.

Nessa mesma noite, relaxaram ao ouvir pelas emissoras de rádio a divulgação do manifesto.

> "Grupos Revolucionários detiveram, hoje, o Sr. Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum ponto do País. Este não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, em que se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; tomadas de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários para devolvê-los à luta do povo; as

explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores. Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato de guerra revolucionária, que avança a cada dia e que este ano iniciará a sua etapa de guerrilha rural.

A vida e a morte do senhor embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências o Sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

- a libertação de 15 prisioneiros políticos;
- a publicação e leitura desta mensagem, na integra, nos principais jornais, rádios e televisões em todo o País.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile e México - onde lhes será concedido exílio. Contra eles não deverá ser tentada qualquer represália, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por sua colocação num país seguro.

Se a resposta for negativa ou se não houver nenhuma resposta nesse prazo, o Sr. Burke Elbrick será justiçado.

Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Agora é olho por olho, dente por dente.

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)."

Oficialmente, a DI/GB assumia seu novo nome, em homenagem ao dia da morte de Che Guevara na Bolívia.

A idéia inicial do novo MR-8 era libertar apenas líderes estudantis, mas "Toledo", mais experiente, não poderia perder a oportunidade de exigir outros presos, elevando para 15 o número de escolhidos entre os melhores quadros de tantas organizações terroristas que já atuavam no Brasil.

Em questão de poucas horas, os órgãos de segurança descobriram o esconderijo dos seqüestradores e passaram a seguir as pessoas que saíam para comprar gêneros ou para difundir as mensagens com as exigências ao governo. Um policial chegou a bater à porta da casa para se certificar do que se passava no seu interior. Nessa ocasião, Virgílio deitou o embaixador no chão e apontou uma arma para sua cabeça.

Na manhã de 5 de setembro, Gabeira e Cláudio Torres colocaram na igreja do Largo do Machado e, também, na igreja Nossa Senhora de

Copacabana, cópias de um bilhete de Elbrick para a esposa e uma mensagem informando que divulgariam a lista com o nome dos 15 presos. À tarde do mesmo dia, foi deixada no Mercado Disco do Leblon a relação dos 15 nomes. Os seqüestradores avisaram à Rádio Jornal do Brasil o local onde estava a mensagem exigindo sua divulgação.

O governo brasileiro, sem outra opção, cedeu às imposições que lhe foram feitas, tudo com o objetivo de salvar a vida de um homem que estava no Brasil em missão diplomática.

No dia 6 de setembro, às 17h30, partiu um avião da FAB levando para o México os 15 presos da lista dos seqüestradores.

O cativeiro onde estava o embaixador, "levantado" pelos dados fornecidos pelo motorista, já estava cercado e os participantes do seqüestro identificados, mas a vida do diplomata americano corria perigo. Virgílio estava preparado e disposto a eliminar o "representante do imperialismo". As Forças Armadas resolveram não intervir.

Por volta das 18h30 de 7 de setembro, os seqüestradores saíram do "aparelho", levando o embaixador. Elbrick foi deixado próximo ao Largo da Segunda-Feira, na Tijuca. Aproveitando o congestionamento durante a saída de um jogo no Maracanã, os seqüestradores conseguiram fugir.

A sorte, porém, estava ao lado dos órgãos de segurança. Cláudio Torres, na pressa, esqueceu o paletó que, feito sob medida, tinha o endereço do alfaiate na etiqueta. Localizado o alfaiate, chegou-se ao endereço onde estava escondido; e foi preso o primeiro seqüestrador. Antônio de Freitas Silva, o Baiano, por sua vez, procurava um lugar para morar e deixou a folha de jornal com a assinalação do anúncio do local que havia escolhido. A partir daí outros seqüestradores foram presos.

O seqüestro serviria de modelo para três outros que veremos adiante.

Participaram da ação: Franklin de Souza Martins (Waldir) - DI/GB; Cid Queiroz Benjamin (Vitor) - DI/GB; Fernando Paulo Nagle Gabeira (Honório) - DI/GB; Cláudio Torres da Silva (Pedro) - DI/GB; Sérgio Rubens de Araújo Torres (Rui ou Gusmão) - DI/GB; Antônio de Freitas Silva (Baiano) - DI/GB; Joaquim Câmara Ferreira (Toledo) - ALN; Virgílio Gomes da Silva (Jonas) - ALN; Manoel Cyrillo de Oliveira Netto (Sérgio) - ALN; Paulo de Tarso Venceslau (Geraldo) - ALN; Helena Bocayuva Khair (Mariana) - MR-8; Vera Silvia Araújo de Magalhães (Marta ou Dadá) - MR-8; João Lopes Salgado (Dino) - MR-8; José Sebastião Rios de Moura (Aníbal) - MR-8.

Em troca da vida do embaixador, seguiram para o México, banidos do território nacional, pelo Ato Complementar nº 64, de 5 de setembro de 1969:

Agonalto Pacheco da Silva; Flávio Aristides de Freitas Tavares; Ivens Marchetti de Monte Lima; João Leonardo da Silva Rocha; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Ibraim; Luíz Gonzaga Travassos da Rosa; Maria Augusta Carneiro Ribeiro; Onofre Pinto; Ricardo Vilas Boas Sá Rego; Ricardo Zaratini Filho; Rolando Fratti; Vladimir Gracindo Soares Palmeira; Gregório Bezerra; e Mário Roberto Zanconato.

Desses, alguns, apesar de banidos, voltaram clandestinamente e reiniciaram, mais preparados, depois de cursos em Cuba, a guerrilha no Brasil. Outros voltaram depois da Lei de Anistia, em 1979, e retomaram às atividades políticas, ingressando em partidos políticos e organizações não-governamentais (ONGs) de esquerda.

No dia 9 de setembro, o governo divulgou o AI-13, de 5 de setembro, criando a pena de banimento, imediatamente aplicada aos 15 presos libertados. Ainda no dia 9, a Junta Militar baixou o AI-14, estendendo as penas de morte e prisão perpétua aos casos de "guerra psicológica adversa" e de "guerra revolucionária ou subversiva", definidas pela Lei de Segurança Nacional.

Fontes:
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*
- Projeto Orvil
- Ternuma - www.ternuma.com.br

Banidos em troca do embaixador americano

Governo Médici e o milagre brasileiro 30/10/69 - 15/03/1974

Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, em 1905.

Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar de Realengo, RJ.

Participou, como tenente, da Revolução de 1930. Fez todos os cursos exigidos pela carreira militar. Foi adido militar em Washington, durante o governo Castelo Branco; chefe do SNI, no governo Costa e Silva; e comandante do III Exército na Região Sul, antes de ser indicado para a Presidência da República.

Aceitou sua indicação como um dever militar a ser cumprido. Ao assumir, embora sendo um desconhecido para a maioria da população, seus pronunciamentos, exortando à união de todos para transformar o Brasil em uma grande Nação, fizeram com que fosse recebido com simpatia. Sua franqueza e preocupação para com os problemas sociais infundiram esperanças no povo. Aonde ia era sempre festejado. Nos jogos, no Maracanã, por mais de uma vez foi aplaudido de forma uníssona pela multidão.

Seu governo atingiu altos índices de popularidade. Nas eleições de novembro de 1970, a vitória da Arena para o Senado foi esmagadora e, para a Câmara, obteve folgada maioria.

Seu governo foi o período de maior desenvolvimento e prosperidade. A economia teria o maior crescimento, alcançando a taxa anual de 11,9%. Por cinco anos o crescimento foi superior a 9% ao ano.

As empresas estatais encarregavam-se da infra-estrutura: indústrias de base, hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos e comunicações. A produção de bens de consumo desenvolveu-se consideravelmente. A indústria automobilística atingiu a produção anual de um milhão de unidades, triplicando a produção de veículos. Havia trabalho para todos.

Ao invés de desempregados perambularem meses em busca de emprego, como hoje, eram comuns, nas indústrias e no comércio, as tabuletas nas portas oferecendo emprego. Nos bairros, Kombis passavam com alto-falantes oferecendo trabalho.

As políticas interna e externa e o modelo econômico adotados estimulavam as exportações, principalmente de artigos manufaturados, colocando o Brasil na ordem econômica mundial como o país com o crescimento mais rápido que a história contemporânea conhecera. Passou de 46ª economia mundial à posição de 8ª economia. A inflação se estabilizou em torno de 20% ao ano. As exportações ultrapassaram a marca dos três bilhões de dólares.

Foi criado o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial para financiar a modernização do parque industrial. Além da indústria, o abastecimento e a produção agrícola eram prioridades do governo.

Médici governou o País delegando funções e não as centralizando. Assumiu sempre a postura de um coordenador geral. O governo era baseado, praticamente, em três áreas: a militar, com os assuntos subordinados à chefia do ministro do Exército, general Orlando Geisel; a econômica, tendo como ministro Delfim Neto; e a política, sob a coordenação do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. O chefe da Casa Militar era o general João Baptista Figueiredo. O ministério de Médici era constituído por administradores das respectivas áreas e não por políticos profissionais, como é de praxe.

Mário Gibson Barbosa, ministro das Relações Exteriores, foi o responsável pela implementação da política externa do período Médici, que ficou conhecida como "diplomacia do interesse nacional". O objetivo principal do governo era o desenvolvimento do País. O Brasil queria, precisava crescer e crescia.

O PIB teve um crescimento em níveis jamais alcançados: índice de 9,5% ao ano. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro bateu recordes em volume de transações. O nível das reservas cambiais era excelente. O Balanço de Pagamentos apresentava constantes superávits. As exportações de produtos industrializados passaram de um bilhão de dólares. Duplicara a produção de aço, triplicara a produção de veículos e quadruplicara a de navios.

Logo o reconhecimento viria. Em janeiro de 1972, Flávio Marcílio, presidente da Câmara dos Deputados, fez um pronunciamento favorável à reeleição de Médici, deflagrando no Congresso debates entre os dois partidos existentes. Em 31 de março, Médici, em discurso, considerou prematuro e desconsiderou a possibilidade de se abrir essa questão política naquele momento. Em junho de 1972, o *Correio da Manhã* publicou o primeiro de dois editoriais, propondo, claramente, a reeleição do presidente Médici, desencadeando, novamente, uma reação imediata do Palácio do Planalto. Uma pesquisa do IBOPE atribuiu ao presidente Médici 82% de aprovação.

Principais realizações do governo Médici:

- Inauguração de 15 hidrelétricas, entre elas, Solteira e Urubupungá, gerando 15,8 milhões de kw;
- Abertura das Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte;
- Construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 04/03/1974, na gestão do ministro dos Transportes Mário David Andreazza;
- Construção da ponte fluvial de Santarém;
- Asfaltamento da Belém-Brasília e da Belém-São Luis;

- Criação do Provale (Programa para o Vale do São Francisco);
- Criação do Prodoeste (Programa para o Pantanal Matogrossense);
- Criação do Plano de Integração Social (PIS);
- Implementação do Projeto Rondon (Integração da Amazônia à Unidade Nacional, relançado agora, como novidade, pelo governo Lula);
- Criação do Programa de Aposentadoria ao trabalhador rural;
- Criação do Proterra (programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e do Nordeste);
- Criação do Funatel;
- Instituição do Programa de Telecomunicações e criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel;
- Inauguração do sistema de transmissão de televisão em cores. No governo Médici se tornou possível estabelecer uma rede nacional de televisão, que levaria a quase todo o Brasil os programas de TV. Isso foi feito pela TV Globo, que na época era uma defensora e difusora entusiasmada das idéias e dos feitos do regime militar;
- Aceleramento das obras dos metrôs do Rio e de São Paulo;
- Finalização das obras da BR-101, que corta o Brasil de Norte a Sul;
- Exploração, pela Petrobras, da Plataforma Marítima;
- Reforma do ensino;
- Aumento, em sete vezes, o número de universitários (de 60.000 para 450.000), na gestão do ministro da Educação, Jarbas Passarinho; e
- Implementação do Mobral (Alfabetização de adultos, com a diminuição significativa do número de analfabetos), também na gestão do ministro Jarbas Passarinho.

Em 1971, o Brasil possuía três vezes mais estradas que em 1964 e todas as capitais brasileiras estavam interligadas a Brasília.

Elio Gaspari, um dos maiores críticos dos governos militares, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, página 133, escreve o seguinte:

> "Presidiu o País em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da Presidência tirou o salário de Cr$ 3.439,98 líquidos por mês (equivalente a 724 dólares) e nada mais. Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília."

Apesar de tantas realizações e de alguns críticos do governo Médici reconhecerem o desenvolvimento alcançado nesse período, a página do Senado Federal, na Internet, www.senado.gov.br/comunica/história/Rep21.htm, O senado e o regime militar (2), registra apenas o seguinte sobre o período:

> "O governo Médici (1969-1974)
>
> A Junta declarou vagas a Presidência e a vice-presidência da República, definindo o processo de escolha do novo presidente, pelo qual os oficiais-generais das três Armas indicariam os candidatos de suas preferências. Foi apontado o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, eleito pelo Congresso Nacional (reaberto três dias antes) para o período de 1969-1974. O governo Médici transcorreu sob clima do milagre econômico, com a realização de obras e projetos-impactos ambiciosos.
>
> Durante o seu governo nasceu o terrorismo no Brasil, tanto do governo em relação à sociedade civil, quanto da direita em relação à esquerda e da esquerda em relação ao regime. Formaram-se pequenas organizações de esquerda, sendo a guerrilha, chefiada pelo ex-deputado Carlos Marighella e o capitão do Exército Carlos Lamarca, dizimada em dois anos."

O responsável por essa "detalhada" descrição do governo Médici ou tem memória seletiva (só lembra do que interessa), ou é muito jovem e teve a "cabeça feita" por uma geração de políticos, professores e jornalistas, formadores de opinião, comprometidos com a ideologia que levou os jovens, orientados por experientes comunistas, a se atirarem numa aventura sanguinária, na tentativa da implantação de um regime popular, seguindo o modelo de Cuba.

É preciso lembrar e relembrar que os atos terroristas não nasceram no governo Médici. Desde 1966, quando a AP explodiu uma bomba no Aeroporto de Guararapes, matando duas pessoas e ferindo 13, esses atos bárbaros vinham se intensificando. As "pequenas" organizações de esquerda, portanto, já existiam antes do governo Médici. Algumas, como a POLOP, a AP, o PORT, o Grupo dos Onze, a FLN, existiam mesmo antes da Contra-Revolução de 1964, ainda no governo João Goulart. A tentativa de implantação de uma ditadura do proletariado vem de longe!

Outras organizações que atuavam na época, como PCBR, ALN, Corrente, DI/GB (futuro MR-8), Colina, VPR, PCR, Molipo, VAR-Palmares, MNR e outras, são anteriores a 1967.

Quanto a Carlos Marighella, na realidade, ele era um desses antigos comunistas. Militava no PC desde 1930 e veio, ao longo dos anos, radicalizando suas atividades subversivas, passando a pregar o terrorismo a partir de 1966. Seus adeptos, na grande maioria estudantes, foram levados à morte por sua nefasta influência.

A desinformação ou má-fé vai longe. No governo Médici, a organização de Marighella, a ALN, e outras, seguiam apenas os ensinamentos do *Minimanual do Guerrilheiro*, instruções para prática de atos terroristas idealizadas por ele, que morreu em 4 de novembro de 1969. Médici assumiu em 30 de outubro de 1969. Assim, a presença viva do ideólogo do terror em seu governo foi de exatos cinco dias, o que não impediu que seus adeptos tenham feito, juntamente com a organização a qual Lamarca pertencia - a VPR, fundada em março de 1968 -, atos de extremo terror, omitidos na página citada.

Até o final do governo Médici, 120 pessoas haviam sido assassinadas pelos terroristas. Ele enfrentou assaltos, atentados a bomba, ataques a quartéis, oito seqüestros de aviões e outras ações como: Seqüestro do embaixador americano; Seqüestro do cônsul japonês; Tentativa de seqüestro do cônsul americano em Porto Alegre; Tentativa de implantação de guerrilha no Vale da Ribeira; Seqüestro do embaixador alemão; Seqüestro do embaixador suíço; "Justiçamento" do industrial Henning Albert Boilesen; "Justiçamento" do marinheiro inglês David Cuthberg; Morte do major do Exército José Júlio Toja Martinez; "Justiçamento" do comerciante português Manoel Henrique de Oliveira; "Justiçamento" do delegado de Polícia de São Paulo, Octávio Gonçalves Moreira Júnior; e Guerrilha do Araguaia.

Foi necessária uma repressão forte e organizada para acabar com a subversão e o terrorismo implantados no País. Muito se deve a esses atos terroristas o adiamento da normalidade institucional, das eleições diretas para presidente e governadores. Urgia pacificar o País para entregá-lo a novos governantes não comprometidos com a subversão.

As omissões propositais, as mentiras oficiais e as meias verdades publicadas em um site do Senado Federal, buscam reescrever a história. Os responsáveis por essa página mostram-se ideologicamente cegos às realizações de um governo que trouxe progresso e desenvolvimento ao Brasil. A omissão dos demais políticos é inaceitável.

Médici enfrentou o auge das atividades terroristas e combateu-as com determinação. As organizações do terror, com a reação do governo, sofreram sérios revezes, sendo, em sua maioria, desarticuladas. Por essa razão, as esquerdas, hoje, realizam forte orquestração associando o seu nome à

imagem de um tirano cruel, que perseguia aqueles que combatiam a sua dita dura. Jamais se permitirão admitir que Emílio Garrastazu Médici foi um dos melhores presidentes que o Brasil já teve. Os ideólogos dessa esquerda ultra passaram, significativamente, os seus mestres e modelos de comunicação Goebbels e Lenin -, transformando a mentira, o engodo e a meia verdade em uma nova história.

Nada melhor para corroborar o que afirmo, do que o trecho abaixo, do depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva, dado, em 03/04/1997, a Ronaldo Costa Couto e publicado no livro *Memória Viva do Regime Militar. Brasil 1964-1985* - Editora Record 1999.

> "... Agora, com toda a deformação, se você tirar fora as questões políticas, as perseguições e tal, do ponto de vista da classe trabalhadora o regime militar impulsionou a economia do Brasil de forma extraordinária. Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, "milagre" brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. É o problema da questão política com as outras questões. Se houvesse eleições, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do regime militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por quê? Porque era uma época de pleno emprego. Era um tempo em que a gente trocava de emprego na hora que a gente queria. Tinha empresa que colocava perua para roubar empregado de outra empresa ..."
>
> "... Eu acho que o regime militar, ele com todos os defeitos políticos, com todas as críticas que a gente faz, acho que há uma coisa que a gente tem de levar em conta. Depois do Juscelino, que estabeleceu o Plano de Metas, os militares tinham Planos de Metas. O Brasil vai do jeito que Deus quer. Não existe projeto de política industrial, não existe projeto de desenvolvimento. E os militares tiveram, na minha opinião, essa virtude. Ou seja, pensar o Brasil enquanto Nação e tentar criar um parque industrial sólido. Indústrias de base, indústrias de setor petroquímico...
>
> Isso, obviamente, deu um dinamismo. É por isso que os exilados, quando voltaram tiveram um choque com o Brasil. Porque o Brasil, nesse período, saiu de um estado semi-industrial pra um estado industrial..."

Médici, juntamente com o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, inaugura a Ponte Rio-Niterói, considerada pela oposição da época, como obra faraônica

Médici ergue a taça Jules Rimet, nas comemoraões pelo Tricampeonato Mundial de Futebol

Hidrelétrica de Itaipu, também considerada uma obra faraônica

Subinspetor Cecildes Moreira Faria, da Polícia Civil de Minas Gerais, morto juntamente com o guarda civil José Antunes Ferreira, ao tentarem prender terroristas num aparelho do "Colina", em Belo Horizonte

Soldado PM José Aleixo Nunes

Dia 10/11/1970, São Paulo/SP. Três mortes na perseguição a terroristas da VPR. *(Ver descrição na página 343)*

José Marques do Nascimento, motorista de táxi que transportava os dois PM

Soldado PM Garibaldo de Queiroz

Depredação de viatura da Polícia Civil, durante passeata estudantil

Atentado a viaturas estacionadas na frente do DOPS/SP

Atentado à radiopatrulha/SP

Incêndio à uma viatura do "Jornal da Tarde" /SP

Atentado à viatura da Polícia Militar/SP

Explosão do carro dos terroristas Ishiro Nagami e Sérgio Correia, na rua Consolação/SP (Onde eles iriam colocar esses explosivos?)

Ataque à radiopatrulha/SP

Assalto da ALN a um carro transportador de valores

Sabotagem em via férrea

Em São Paulo

Concluindo a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ao final de 1969, fui transferido para São Paulo. Apesar de aconselhado a residir no prédio do Exército, na Avenida São João, resolvi realizar o nosso sonho de morar em uma casa. Depois de muito procurar, encontramos um pequeno sobrado, perto do Aeroporto de Congonhas, numa rua tranqüila. O que encantou minha mulher foi uma tira de terra, ao lado da entrada do carro, onde ela logo plantou flores e folhagens e, orgulhosa, chamava de nosso jardim. Estávamos nos sentindo no paraíso, afinal tínhamos saído de um apartamento de quarto e sala e, pela primeira vez, morávamos em uma casa.

Eu servia na 2ª Seção, Seção de Informações, no Quartel General do II Exército. O clima em São Paulo era de constantes sobressaltos. Assaltos e atentados quase que diários. Com freqüência eu chegava em casa, do quartel, muito tarde, às vezes de madrugada. Em alguns períodos, como durante o seqüestro do cônsul do Japão, não pude nem mesmo ir dormir em casa. Minha mulher e minha filha recém-nascida ficavam sozinhas. Ficávamos inseguros. Não tínhamos família na cidade que pudesse nos apoiar. Para completar nossa insegurança, havia, sempre, informes que as organizações terroristas pretendiam seqüestrar ou "justiçar" militares. Eu, na época, não me enquadrava no que se poderia dizer um alvo cobiçado, mas nunca se sabe, não conseguindo patente mais alta, poderiam se contentar com um major.

A situação era preocupante, pois os subversivos-terroristas, até o início de 1970, assaltaram, aproximadamente, 300 bancos e alguns carros fortes de empresas pagadoras; encaminharam 300 militantes para cursos em Cuba e na China; sabotaram linhas férreas; assaltaram quartéis para roubar armas; seqüestraram três diplomatas; "justiçaram" três militares (dois estrangeiros e um tenente da Polícia Militar de São Paulo); roubaram grande quantidade de explosivos em pedreiras; explodiram dezenas de bombas (entre elas uma no Aeroporto Guararapes e outra no Quartel General de São Paulo); e incendiaram várias radiopatrulhas. O número de mortos da insensatez dessa guerrilha urbana já era grande: 66 pessoas, sendo 20 policiais militares, 7 militares, 7 policiais civis, 10 guardas de segurança e 22 civis de profissões diversas.

Com toda essa situação de guerrilha urbana em São Paulo, onde o número de ações era muito grande, recebi recomendações de meus chefes para que, por medida de segurança, me mudasse para o prédio do Exército, o que fiz logo que possível, depois de pagar multa de rescisão de contrato. Saímos da tranqüilidade de nosso sobrado, deixando nosso jardim que começava a

florir, e fomos para a Avenida São João, pleno centro de São Paulo, ao lado da Praça da República, pensando que estaríamos tranqüilos.

Mal sabia eu que os próximos três anos e três meses seriam os mais difíceis de minha vida. Em fins de setembro, fui nomeado o primeiro comandante do recém-criado DOI/CODI/ II Ex.

Eu iria, junto com meus comandados, enfrentar os "estudantes, armados de estilingue", que lutavam para "redemocratizar" o País, como dizem alguns membros da mídia...

Os "jovens idealistas", na verdade, revelaram-se fanáticos assassinos, não hesitando trucidar inocentes em prol da odiosa causa que abraçavam.

Seqüestro do cônsul do Japão em São Paulo 11/03/1970

"Consciência Geral

O desvario terrorista não mede conseqüências. Pouco lhe importa as vítimas que vai deixando pelo caminho, desde que atinja os seus objetivos imediatos de precário rendimento contestatório. Este é um dos seus aspectos mais cruéis: a insensibilidade com que, nos seus transbordamentos, envolve, de repente, o homem de rua, o transeunte pacato, a mãe que leva o filho consigo.

A ação terrorista não se limita a entrechoques eventuais com agentes da lei. É uma guerra declarada à sociedade, na medida em que, criando um clima geral de insegurança, arrisca vidas anônimas. O repúdio da família brasileira ao terrorismo, manifestado desde seus primórdios no País, não a isenta, infelizmente, de uma participação maior no quadro geral das responsabilidades convocadas para combatê-lo. Da mesma forma, não a impede de, eventualmente, sofrer na própria pele os efeitos dessa luta.

No momento em que as ruas se transformam em palco de escaramuças sangrentas, com o sacrifício até de crianças e mães de família habituadas a uma paz de espírito agora ameaçada, cabe a todos nós reforçar conceitos de deveres e responsabilidades em função da tranqüilidade coletiva. A consciência geral terá de despertar com urgência para a triste constatação de que está diante de uma ação alucinada de grupos minoritários que requer medidas especiais de resguardo.

A família brasileira precisa colocar-se à altura desse instante inquietador que não deve e não pode perdurar, não obstante a soma atual de maus presságios. E somente será digna dessa nova convocação quando começar no ambiente dos seus lares a tarefa geral de pacificação dos espíritos e desarme das atitudes radicais fundamentadas no ódio."

(Trecho do editorial do *Jornal do Brasil* - 14/03/1970).

No dia 20 de fevereiro de 1970, quatro policiais militares tentavam apurar o roubo de um carro. Chegaram até uma casa no Jardim Cerejeiras, em Atibaia, onde residiam Antônio Lucena, sua mulher Damaris e três filhos menores. Lucena militava no PCB desde 1958.

Os policiais nem imaginavam que ali era um "aparelho" da VPR. Eles não pertenciam a nenhum órgão de segurança, tanto que chegaram sem "estourar o aparelho."

Bateram na porta e pediram para ver os documentos do carro. Lucena disse aos policiais que iria buscá-los. Como o carro fora roubado pela VPR, evidentemente, estava em situação ilegal. Temendo ser preso, Lucena decidiu reagir. Voltou com um fuzil FAL, abriu a porta e disparou uma rajada nos policiais, matando instantaneamente o sargento PM Antônio Aparecido Posso Nogueró e ferindo gravemente o segundo sargento Edgar Correia da Silva. Os outros dois policiais reagiram. Lucena foi morto e Damaris presa.

Segundo Damaris Lucena em seu depoimento a Luiz Maklouf Carvalho, no livro *Mulheres que foram à luta armada*, está registrado o seguinte:

> "Tinha um FAL por cima da mesa, coberto, que ficava sempre à mão. O Doutor pegou o FAL e atirou."

Observação: Doutor, era o codinome de seu marido.

No aparelho, foram encontrados: material cirúrgico, 11 FAL, 24 fuzis, 4 metralhadoras, 2 carabinas, 2 espingardas, 1 Winchester, explosivos e cartuchos diversos.

Em 27 de fevereiro, Chizuo Osava, "Mário Japa", sofreu um acidente de automóvel, na Avenida das Lágrimas, em São Paulo, e perdeu os sentidos. Um guarda de trânsito, ao socorrê-lo, encontrou armas e documentos subversivos no interior do carro acidentado. "Mário Japa" foi preso e encaminhado ao DOPS, após ser medicado.

Chizuo Osava era, em 1970, um dos dirigentes da VPR. Em março fora enviado para São Paulo com o objetivo de reestruturar a guerrilha urbana, dando-lhe maior operacionalidade. Era, portanto, uma das peças fundamentais da VPR. Com o acidente, deixou de "cobrir um ponto" com Ladislas Dowbor, o que denunciou a sua prisão.

Tanto "Mário Japa" como Damaris sabiam da existência de uma área de treinamento de guerrilha no Vale da Ribeira. Era necessário para a organização criminosa tirá-los da prisão, com a máxima urgência, antes que colocassem em risco a VPR e "entregassem" a área de treinamento no Vale da Ribeira.

Damaris, quando interrogada, falou a respeito dessa área, localizando-a próximo a Registro. Os analistas de interrogatório interpretaram essa informação como se fosse a região de Registro do Araguaia, em Mato Grosso (região propícia a esse tipo de atividade). "Mario Japa" declarou que a área era em Goiás. A contradição foi percebida e, mais cedo ou mais tarde, eles iriam "entregar" a região certa.

Era preciso libertá-los antes que fosse tarde. Com o êxito do seqüestro do embaixador americano, decidiram que um novo seqüestro seria a solução.

Para sensibilizar a colônia japonesa, muito numerosa em São Paulo, e pressionar o governo, foi escolhido o cônsul geral do Japão, Nobuo Okuchi.

Em ações mais arriscadas as organizações agiam "em frente" (duas ou mais organizações). Para o seqüestro foram empregados os seguintes militantes, coordenados por Ladislas Dowbor (Jamil):

- Pela VPR - Vanguarda Popular Revolucionária: Liszt Benjamin Vieira (Fred); Marco Antônio Lima Dourado (Orlando ou Elói); Mário de Freitas Gonçalves (Dudu); Joelson Crispim; Osvaldo Soares (Miguel ou Fanta); José Raimundo da Costa (Moisés).

- Pela REDE - Resistência Democrática: Denise Peres Crispim (Célia); Eduardo Leite (Bacuri); Fernando Kolleritz (Ivo, Raimundo).

- Pelo MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes: Devanir José de Carvalho (Henrique); Plínio Petersen Pereira (Gaúcho); José Rodrigues Ângelo Júnior.

O levantamento coube a Liszt Benjamin Viera, Mário de Freitas Gonçalves e Joelson Crispim.

No dia 11 de março de 1970, no local e hora previstos, o carro do cônsul apareceu e Liszt assinalou para Ladislas a sua aproximação. Imediatamente o carro foi interceptado por um Volks, dirigido por Devanir José de Carvalho - um dos três irmãos conhecidos como os "Irmãos Metralha" - que, aparentemente, fizera uma manobra descuidada.

Osvaldo Soares e Mário de Freitas Gonçalves, na Rua Bahia, interrompiam o trânsito.

Ladislas e Marco Antônio Lima Dourado aproximaram-se do carro e ameaçaram o motorista. Plínio Petersen Pereira e Liszt retiraram o cônsul e o colocaram em outro Volks. Tudo foi muito rápido. Pouco depois, ele era levado, de olhos vendados e com a cabeça nos joelhos de Liszt, para o "aparelho" de "Bacuri" e de Denise, sua mulher, localizado em Indianópolis, na Avenida Ceci, 1216.

No aparelho, o cônsul ficou vigiado por "Bacuri", Ladislas e Liszt. Denise, além de cuidar das tarefas domésticas, fazia as compras e levava os comunicados dos seqüestradores e as mensagens do cônsul a José Raimundo da Costa (Moisés), que os fazia chegar às autoridades. Como o retrato de "Moisés" foi publicado nos jornais como um dos suspeitos, ele foi substituído por Fernando Kolleritz.

Dessa vez, pediram pouco. Os comunicados redigidos por Ladislas exigiam a libertação de 5 presos, asilo político no México e paralisação das buscas.

Se não fossem atendidos, ameaçavam dinamitar o esconderijo, se houvesse tentativa de resgate.

Os comunicados eram assinados pelo Comando Lucena, em homenagem a Antônio Raimundo Lucena, da VPR, morto em 20 de fevereiro.

No comunicado nº 4, os seqüestradores divulgaram o nome dos cinco presos que seguiriam para o México.

A seguir transcrevo o que o *Jornal do Brasil*, em 14/03/1970, publicou a respeito de cada um dos presos libertados:

Diógenes José de Carvalho Oliveira

"... Participou dos atentados ao Consulado Norte-Americano, em São Paulo; Quartel General do II Exército, quando morreu o soldado Mário Kozel Filho; atentados ao Quartel General da Força Pública no Barro Branco, quando foi morta outra sentinela; bomba na loja Sears; morte do capitão Charles Chandler, no dia 12 de outubro de 1968; assalto à Casa de Armas Diana e ao Hospital Militar; roubos ao Banco Mercantil da Rua Joaquim Floriano e ao Banco do Estado, na rua Iguatemi. Também agiu no ABC, tendo tomado a Rádio Independência, no dia 26 de julho de 1968, acompanhado de mais cinco terroristas, entre eles Chizuo Osava. Naquela ocasião, transmitiram uma mensagem subversiva."

Chizuo Osava

"Chizuo Osava é o nome de Mário, outro dos presos requisitados pelos seqüestradores em troca do cônsul geral Nobuo Okuchi. É ligado aos irmãos Carvalho, que comandavam o terrorismo na região dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano (ABC), três dos quais já se encontram presos no Presídio Tiradentes. Ele é acusado de tomar a Rádio Independência, em São Bernardo do Campo, e colocar no ar um manifesto redigido por Carlos Marighella, atacando o governo federal..."

Otávio Ângelo

"O Armeiro - Otávio Ângelo, membro da Aliança Libertadora Nacional, foi preso juntamente com Francisco Bispo de Carvalho, no dia 25 de dezembro do ano passado, na fábrica clandestina de armas

no bairro Artur Alvim. Eles faziam cópias de armas roubadas pelo ex-capitão Lamarca do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna.

A fábrica estava montada num galpão que havia nos fundos da casa de Francisco, ex-membro do Partido Comunista. Ele aceitou a proposta do ex-capitão Lamarca, pois havia a chance de "servir à causa" e ganhar um salário de NCr$ 500,00. Mas o escolhido para montar a fábrica foi Otávio Ângelo, que não teve problemas para fazê-lo. Ele havia feito um curso em Cuba, onde aprendeu a transformar pedaços de cano e equipamentos de automóvel em armas automáticas e de grosso calibre.

Para montar a fábrica, Otávio Ângelo recebeu NCr$ 5 mil de Joaquim Câmara Ferreira. Com esse dinheiro deu a entrada para comprar um torno e preparar o galpão com revestimento a prova de som, já que faziam provas de tiro e não podiam despertar a atenção dos vizinhos."

Damaris de Oliveira Lucena

"A viúva Damaris de Oliveira Lucena foi presa por ocasião da morte de seu marido, Antônio Raimundo Lucena, num tiroteio com soldados da Força Pública, na noite de 20 de fevereiro passado, num sítio do município de Atibaia, onde o casal estava escondido, juntamente com três filhos menores."

"... Em seus depoimentos prestados às autoridades militares, Damaris de Oliveira Lucena contou que o ex-capitão Carlos Lamarca e outros terroristas freqüentavam sua casa nos fins de semana."

"Num dos quartos foram encontrados 24 fuzis Mauser, quatro metralhadoras INA e 11 fuzis FAL."

Madre Maurina Borges Silveira

"A Religiosa - Madre Maurina Borges Silveira - Nascida em Araxá, Minas Gerais, era madre superiora do Lar Santana (Rua Conselheiro Dantas, 984, em Vila Tibério). Foi presa no dia 13 de novembro de 1969, quando a Polícia e o Exército desarticularam em Ribeirão Preto o grupo terrorista Frente Armada de Libertação Nacional (FALN).

No Lar Santana, onde vivem 220 crianças, a polícia afirmou ter encontrado material subversivo e documentos comprometedores,

> além de ser acusada por tentar queimar os documentos e enterrar explosivos quando os policiais chegaram ao asilo. Madre Maurina Borges Silveira também seria responsável pelo desvio de mais de uma tonelada de alimentos enviados pelo governo dos Estados Unidos para as crianças do Lar Santana. As mercadorias teriam sido endereçadas à FALN.
>
> Segundo a Polícia, o Lar Santana transformara-se em aparelho da FALN, com conhecimento da madre."

Chegando os presos ao México, começaram os preparativos para libertar o cônsul geral do Japão, Nobuo Okuchi. No domingo, 15 de março, às 16 horas, Eduardo Leite, "Bacuri", retirou Liszt do "aparelho". Ao anoitecer, o cônsul foi vendado e levado por Ladislas no banco traseiro do Fusca.

"Bacuri" e Denise, após revista minuciosa da casa, queimaram documentos, desfizeram possíveis pistas e abandonaram o "aparelho".

Após "chequeios e contrachequeios", para verificar se estavam sendo seguidos, deixaram o cônsul na Rua Arujá. Ladislas saltou com Nobuo, enquanto "Bacuri" circulava para verificar se havia polícia por perto. Caso não voltasse, Ladislas mataria o cônsul. Felizmente, o Volks retornou e Ladislas embarcou, deixando Nobuo Okuchi que, de táxi, dirigiu-se à sua casa.

Entre abril e maio, os órgãos de segurança já haviam prendido Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Osvaldo Soares, Fernando Kolleritz e Miguel Varoni. Alceri Maria Gomes da Silva e Joelson Crispim haviam sido mortos em combate. Todos envolvidos nesse seqüestro.

Madre Maurina e a Força Armada de Libertação Nacional (FALN)

Na Faculdade de Direito da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Wanderley Caixe participava de uma célula do PCB, ao qual era filiado desde 1959.

Em 1967, inconformado com a linha política do PCB e influenciado pelo foquismo cubano, Wanderley criou a Frente de Libertação Nacional, logo depois denominada Força Armada de Libertação Nacional (FALN).

A idéia dos membros da nova organização era formar um "Exército Popular de Libertação" e, por meio dele, derrubar o governo, assumir o poder e mudar o regime.

O grupo, que teve pouca duração, chegou a ter 80 militantes, entre eles, Áurea Moretti.

Usando o jornal da faculdade, *O Berro*, Wanderley passou a pregar a sua posição foquista. Os "estudantes" se reuniam no Lar Santana, dirigido por

madre Maurina Borges Silveira. Certamente, não era para discutir temas do currículo de Direito e, muito menos, religião.

Da teoria passaram à ação. No 2º semestre de 1967, a FALN iniciou os atentados terroristas nas cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho. Áurea Moretti participou de alguns desses atentados.

Em Ribeirão Preto, explodiram bombas nos cinemas Centenário, São Paulo, D. Pedro II, São Jorge e Suez; no mercado dos Campos Elíseos; na agência do Departamento de Correios e Telégrafos; na Igreja Mórmon; e no 3º Batalhão de Polícia Militar.

Em Sertãozinho, a FALN explodiu bombas em lugares públicos, nos mesmos dias e horários das de Ribeirão Preto.

No final de 1967, atuava também em Franca e Pitangueiras.

Em 1968, aproximou-se do clero progressista, obtendo apoio moral, financeiro e material de diversos religiosos, alguns favoráveis à luta armada. Madre Maurina foi presa por manter contato com Mário Lorenzato, permitir reuniões e guardar material subversivo no Lar Santana.

Em 1969, tentando desencadear a luta armada no campo, a FALN instalou dois projetos de campos de treinamento: o primeiro nas matas da Fazenda Capão da Cruz, destruído pelo fogo; e o segundo, nas matas da Fazenda Boa Vista, distrito de Guatapará, desbaratado pela polícia no mesmo ano. O responsável por esse campo era Mário Bugliani (Capitão), que fazia o recrutamento na zona rural.

Na noite de 13 de outubro de 1969, a organização assaltou a pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, roubando grande quantidade de dinamite e estopim. Após esse assalto, alguns militantes foram presos em um acampamento próximo à cidade de Sertãozinho, o que proporcionou o desbaratamento de todo o grupo. Várias pessoas foram presas, entre elas, camponeses, estudantes, freiras e sacerdotes, suspeitos de participar ativamente, ou como apoio.

A grande ação da FALN, planejada, mas não realizada por causa da prisão de seus principais membros, seria o seqüestro do usineiro João Marquesi, com a finalidade principal de obter fundos para expandir os atos terroristas da organização.

Wanderley Caixe cumpriu pena de cinco anos de prisão, por ter sido identificado como coordenador do grupo. Hoje, é advogado e professor. Atua junto ao MST.

Áurea Moretti saiu da cadeia em janeiro de 1973. Em 1985, voltou a Ribeirão Preto, onde atua junto ao MST. No livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf, página 97, reafirma: "A luta de ontem é a luta de hoje".

Que a luta deles continua muitos sabem, só não vê quem não quer.

Na determinação de tornar o Brasil um País comunista, a qualquer custo, passam por integrantes de "movimentos sociais", mas, na verdade, são os mesmos lobos travestidos de cordeiros.

Sobre os filhos de Damaris e Antônio Lucena - início deste capítulo - o jornal *O Globo*, em 30/10/2005, publicou a seguinte reportagem:

> "Indenização chega agora a filhos de torturados"
> Evandro Eboli
> Brasília.
>
> "Os três filhos pequenos do ex-guerrilheiro Antônio Lucena, braço direito do capitão Carlos Lamarca na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foram parar na cadeia depois de verem seu pai ser morto na porta de casa pelos militares, em fevereiro de 1970, em Atibaia, interior de São Paulo. Hoje, 35 anos depois, casos como os deles, de filhos de militantes políticos e também vítimas da repressão militar, começam a chegar à Comissão de Anistia.
>
> Na semana passada, a comissão aprovou, pela primeira vez, a condição de anistiado político e o direito à indenização de filho de guerrilheiros. Vladimir e Isabel Maria Gomes da Silva, filhos de Virgílio Gomes da Silva, que comandou o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, foram os primeiros beneficiados da lei..."
>
> "... Os filhos de militantes políticos presos acham que perderam a infância e se tornaram adultos muito cedo ao viverem o drama da resistência à ditadura. Depois de presos só reencontrariam os pais meses depois ou anos depois. Existem casos de filhos de presos que foram incluídos nas listas de prisioneiros que seriam trocados por autoridades estrangeiras seqüestradas, algo que, até então, só se imaginava ocorrer com adultos..."

Em uma reportagem muito longa, de página inteira, alguns filhos de militantes de organizações terroristas se dizem perseguidos e irão pedir indenização, porque seus pais eram comunistas.

Seus pais não eram apenas comunistas. Pegaram em armas, praticaram assaltos, assassinatos, atentados a bomba e outros desatinos em nome de uma ideologia estranha à índole do povo brasileiro, alegando que lutaram em nome de uma liberdade que sua ideologia não permitiu nem para seus próprios companheiros de luta armada.

As histórias vão virando lendas com a cumplicidade de setores da imprensa, fazendo de subversivos e terroristas heróis "salvadores da Pátria", quando, na realidade, tentaram impor suas idéias com a força das armas, arvorando-se de procuradores do povo, que não lhes deu apoio.

Pena que essas reportagens não tenham um cunho investigativo, para que sejam averiguadas as versões apresentadas. E, pior ainda, que não tenham, ao longo do tempo, e muito menos agora, sido rebatidas pelas autoridades das instituições atingidas por elas.

Pena, já que estamos em tempo de referendos, que não se pergunte ao povo, que paga essas indenizações com seus exorbitantes impostos, se concorda com o desembolso desse dinheiro.

Pena que crianças, como os filhos de Antônio Raimundo Lucena e outros entrevistados na reportagem, tenham tido que passar por todos esses traumas por causa do caminho que seus pais escolheram.

Um dos casos de crianças que seguiram para o exterior foram os filhos de Lamarca que, por imposição da Vanguarda Popular Revolucionária, viajaram para Cuba, juntamente com a mãe, no dia em que Lamarca desertou do Exército e ingressou na luta armada.

Os filhos de Antônio Lucena, que são entrevistados na reportagem, foram trocados, juntamente com a mãe, Damaris de Oliveira Lucena, viúva de Antônio Lucena, pela vida do cônsul japonês, seqüestrado pelas três organizações terroristas. A mãe e as crianças foram incluídas, por exigência de Lamarca, na relação dos presos que deveriam ser libertados e enviados para Cuba. Damaris estava presa há 20 dias.

Segundo Kito, um dos filhos de Damaris, em depoimento publicado no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho, nenhuma instituição os quis abrigar por medo de que Lamarca os tentasse resgatar. Acabaram, ainda, segundo ele, recolhidos à Febem. Portanto, segundo as próprias "vítimas", não foram parar na cadeia, como cita o repórter Evandro Éboli.

Pena que a reportagem não lembre, também, dos parentes do sargento Antônio Aparecido Posso Nogueró, que nem tiveram o consolo de ter o nome de seu ente querido lembrado na matéria. Este, sim, cumpria o seu dever.

Fontes:

- Projeto Orvil

- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada* - Editora Globo.

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.

Um dia é do caçador, outro da caça
04/04/1970

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Rio Grande do Sul, desejava realizar uma ação que lhe destacasse junto à esquerda armada e lhe desse prestígio perante seu Comando Nacional (CN). Era necessário, para isso, uma ação de impacto nacional e internacional. Nada melhor que o seqüestro de um diplomata. A experiência com o embaixador americano servia como exemplo. Esperavam que um cônsul fosse um alvo mais fácil que um embaixador e deduziram que a ação seria menos arriscada.

O alvo escolhido foi o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter.

Imediatamente, em fevereiro de 1970, iniciaram cuidadosos levantamentos. Atuariam "em frente" com Gregório Mendonça (Fumaça), do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Não poderia haver erros. Logo, descobriram tudo sobre o cônsul: onde morava, seus horários de entrada e saída de casa e do trabalho, locais aonde ia com mais freqüência e, principalmente, que usava, durante a semana, em seus deslocamentos um carro de cobertura, com dois agentes lhe dando segurança. Portanto, era preciso planejar a ação para um final de semana, quando, tranqüilamente, circulava sem cobertura.

O bem-sucedido seqüestro do cônsul do Japão reforçava a certeza do sucesso da ação. Confiantes, em março, Carlos Roberto Serrasol (Breno) recebeu a incumbência de alugar a casa localizada na Avenida Alegrete, 636, bairro Petrópolis, para ser o cativeiro do cônsul. Foi solicitado ao Comando Nacional (CN), já que nesse tipo de ação o tempo é precioso, a redação antecipada do comunicado a ser enviado às autoridades, após o seqüestro. Juarez Guimarães de Brito (Juvenal), do CN, no Rio de Janeiro, atendeu prontamente, incumbindo Celso Lungaretti (Lourenço), do Setor de Inteligência da VPR, de redigir o documento.

No comunicado, transcrito no final, como exigência para libertar o cônsul vivo, as autoridades deveriam libertar 50 presos, que seguiriam para a Argélia. O comunicado também previa que a não aceitação das exigências levaria os seqüestradores à execução de Curtis Carly Cutter. O documento era assinado pelo Comando Carlos Marighella.

A ação foi marcada para 21 de março, um sábado. Assim foi feito. Já com um carro, roubado só para o seqüestro, partiram para a ação. Tudo, no entanto, fracassou, por erro no tão minucioso planejamento. A ação foi remarcada para duas semanas depois. Afinal, era preciso rever todos os detalhes.

No dia 4 de abril de 1970, partiram outra vez para o seqüestro do cônsul. No comando da ação, Félix Rosa Neto e, como motorista, Irgeu João Menegon. No mesmo carro iam Fernando Damatta Pimentel (Jorge) e Gregório Mendonça (Fumaça). No carro de cobertura estavam Antônio Carlos Araújo Chagas (Augusto), Luiz Carlos Dametto e, como motorista, Reinholdo Amadeo Klement. Todos com revólveres, além de duas metralhadoras INA e granadas.

Pela manhã, quando o cônsul saiu de sua residência, partiram para o ataque. O diplomata, seguido pelos sete terroristas, foi salvo pelo excesso de tráfego que impediu o emparelhamento com o seu veículo.

Decepcionados, mas persistentes, esperaram nova saída do alvo da sua residência, o que aconteceu às 16 horas. Curtis dirigiu-se à Vila Hípica, em sua caminhonete Plymonth, e, novamente, foi seguido pelos dois carros. A sorte parecia estar ao lado dos seqüestradores. O cônsul errou o caminho, entrou numa rua sem saída e teve de retornar. Armas a postos, Irgeu emparelhou o Volks com a possante Plymonth e Reinholdo fez o mesmo, pelo outro lado, com o carro de cobertura. O cônsul, pensando que os rapazes faziam um "pega", acelerou sua Plymonth e os deixou, atônitos, para trás.

Não podiam desistir, ainda mais depois de terem comunicado ao CN e Juarez de Brito ter se empenhado na redação do comunicado. Era necessário insistir. A ação era importante. Portanto, à noite, estavam novamente a postos. Agora era vida ou morte.

A sorte estava com eles. Por volta das 20 horas, o alvo saiu com sua esposa para visitar amigos. Ficou na casa até as 22h30 e saiu acompanhado, além da esposa, por um amigo. Os seqüestradores estavam à espreita. Começaram a seguir o cônsul. O horário era o ideal; pouca gente na rua, pouco tráfego. Porque não pensaram logo em fazer a ação à noite?

Logo depois da Rua Ramiro Barcelos, Curtis, que ia em baixa velocidade, foi ultrapassado pelo Fusca de Irgeu, que imediatamente, o fechou ocorrendo uma pequena batida. Félix, Fernando e Gregório desceram cercando a caminhonete. O cônsul, forte e decidido, vendo as armas, não pensou duas vezes: acelerou sua possante Plymonth, atropelando o pequeno Volks e, de quebra, Fernando. Félix, por trás, atirou com sua pistola .45, quebrando os vidros e ferindo Curtis que, em ziquezague, seguiu à toda velocidade, conseguindo escapar.

Três dos azarados ou incompetentes seqüestradores foram presos uma semana depois pela equipe do DOPS/RS, chefiada pelo delegado Pedro Carlos Seelig. Os outros, sem muita demora.

A seguir transcrevo parte do comunicado que o Comando Nacional da VPR havia preparado, certo de que a ação seria um sucesso.

> "O cônsul norte-americano em Porto Alegre (Curtis Cutter) foi seqüestrado às... horas do dia... de ... pelo Comando "Carlos Marighella" da Vanguarda Popular Revolucionária. Esse indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a "CIA", Agência Central de Inteligência, órgão de espionagem internacional dos Estados Unidos, e revelou vários dados sobre a atuação da "CIA" no território nacional e sobre as relações dessa agência com os órgãos de repressão da ditadura militar. Ficamos sabendo, entre outras coisas, que a "CIA" e o CENIMAR sofrem a concorrência do SNI, sendo que essa rivalidade é tão acentuada que em certa data um agente da "CIA" foi assassinado na Guanabara por elementos do SNI. Esse informe foi cuidadosamente abafado pela ditadura, mas o depoimento do Agente Cutter, nosso atual prisioneiro, permitiu que o trouxéssemos a público."

Se o cônsul Curtis Carly Cutter tivesse sido seqüestrado, esse comunicado seria difundido pela imprensa e muitos acreditariam. Assim se forjam as mentiras, reescreve-se a história e faz-se a cabeça dos brasileiros.

Mentira. Eis a grande arma dessa gente para impor a sua versão desonesta dos fatos e da história.

Essa é a motivação maior que me leva a escrever. Desmentir a fraude dessa gente e demonstrar a sua impostura, resgatando a verdade com fatos irretorquíveis.

Só lastimo que perdas humanas tenham ocorrido nessa infame e insensata luta armada.

Fontes:

- Projeto Orvil.
- www.ternuma.com.br
- DUMONT, F. *Recordando a História - O fracasso do seqüestro do cônsul dos Estados Unidos*

Operações no Vale da Ribeira
Massacre do tenente Alberto Mendes Júnior
10/05/1970

O objetivo de toda organização terrorista era levar a guerrilha para a área rural e depois, já com o "Exército de Libertação Popular" formado e treinado, atacar e conquistar as cidades.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) planejava criar focos guerrilheiros em determinadas áreas táticas. Porém, antes disso era necessário doutrinar, instruir, orientar e preparar militantes para ocupar tais áreas. A organização passou a procurar áreas que facilitassem a segurança das instalações a serem construídas e as já existentes e que permitissem instruir adequadamente o seu pessoal.

Por mais cautelosos e por mais rígidos e exigentes que fossem, uma área de treinamento, pela movimentação constante e pelas contínuas entradas e saídas dos futuros alunos, estaria com a segurança sempre vulnerável. Pensando em tudo isso, a VPR escolheu o Vale da Ribeira, região agreste, úmida, de muitas matas, banhada pelo curso d'água que lhe dá o nome, situada a mais de 200 km ao sul da cidade de São Paulo.

Em meados de 1969, a VPR adquiriu o Sítio Palmital, com 40 alqueires, na altura do Km 254 da BR-116, São Paulo-Curitiba. Esse terreno foi comprado dos sócios Manoel de Lima (ex-prefeito de Jacupiranga) e Flozino Pinheiro de Souza, simpatizantes dessa organização terrorista. Quem assinou a escritura foi Celso Lungaretti, usando o nome falso de "Lauro Pessoa".

Em 15/11/69, Lamarca foi levado por Joaquim dos Santos e José Raimundo Costa para o Sítio Palmital. Lamarca seria o comandante dessa área de treinamento, que ele denominou Núcleo Carlos Marighella. Quando chegou ao sítio, já o esperavam Celso Lungaretti, Yoshitame Fujimore, Massafumi Yoshinaga e José Lavechia. Reunidos, concluíram que o Sítio Palmital era pequeno e vulnerável por estar localizado nas proximidades da BR-116. Compraram outro sítio, o dobro do primeiro, com 80 alqueires, um pouco mais ao norte e a 4 km da BR-116, pertencente ao mesmo Manoel de Lima.

O problema logístico era preocupante. Como abastecer mais de 20 pessoas, embrenhadas na mata, sem levantar suspeitas? Decidiram que o necessário, em termos de abastecimento, seria adquirido na capital paulista. As compras seriam feitas por Manoel Dias do Nascimento e transportadas por Joaquim Dias de Oliveira. Aliás, Joaquim desempenhou outro importante papel para manter a área em segurança. Era o responsável pelo transporte dos futuros alunos para a área. Esses eram apanhados em São Paulo. Joaquim obrigava-os a viajar com óculos escuros, preparados com antecedência para impedir que identificassem o itinerário que estava sendo seguido.

Antes do Natal de 1969, a área já estava pronta, inclusive com o material bélico a ser utilizado nas aulas: 4 FAL, 6 fuzis 1908, espingardas calibre 12, 8 Winchester, 18 revólveres .38 e pistolas .45

Em 07/01/70 chegaram os primeiros alunos e os últimos em meados de fevereiro.

Lamarca escolheu duas bases, onde alojou os alunos.

- Base Carlos Roberto Zanirato: - Darcy Rodrigues (comandante); Gilberto Faria Lima; José Lavechia; Mário Bejar Revollo (boliviano); Valneri Neves Antunes; Delci Fensterseifer; Antenor Machado dos Santos; Herbert Eustáquio de Carvalho; Iara Iavelberg (companheira de Carlos Lamarca).

- Base Eremias Delizoikov: - Yoshitame Fujimore (comandante); Diógenes Sobrosa de Souza; Ariston de Oliveira Lucena; José Araújo Nóbrega; Edmauro Gopfert; Ubiratan de Souza; Roberto Menkes; Carmem Monteiro dos Santos Jacomini (companheira de Roberto Menkes).

Órgãos de segurança localizam a área

Tudo ia se desenrolando conforme o planejado, mas, no dia 20/02/70, foi presa Damaris de Oliveira Lucena e, em 27 do mesmo mês, Chizuo Osava (Mário Japa). Ambos conheciam a localização da área de treinamento. Lamarca, quando soube dessas prisões, temeroso de que durante os interrogatórios os presos "abrissem" a localização da área, exigiu um seqüestro, com urgência, para libertá-los. A ação foi realizada em 11/03/70, quando seqüestraram o cônsul japonês, em São Paulo, Nobuo Okuchi.

Em 11/04/70, Yara Yavelberg foi retirada da área, por motivo de saúde.

Em 16/04/70, Celso Lungaretti, que havia adquirido a área de treinamento em nome da VPR, foi preso no Rio de Janeiro e, nesse mesmo dia, "entregou" a existência dos dois sítios.

No dia seguinte, 17/04/70, o Centro de Informações do Exército (CIE) transmitiu ao Comando do II Exército (São Paulo) a existência da área de treinamento. Nesse mesmo dia, equipes do 2° Batalhão de Polícia do Exército (2° BPE) foram enviadas para a área e prenderam, em Jacupiranga, Flozino Pinheiro de Souza, um dos donos do sítio.

Tendo presenciado a prisão, um filho de Flozino correu e avisou Manoel de Lima - o outro dono do sítio -, e este foi até Lamarca, relatando o que estava acontecendo.

No dia 18 de abril, as equipes do 2° BPE retornaram da área e confirmaram a existência dos dois sítios.

Em 19 de abril, ainda estavam no sítio maior os 17 militantes, quando Lamarca decidiu que a área seria evacuada em três turmas.

A primeira, composta por oito alunos, saiu no dia 20. Eles abandonaram a área, de dois em dois, em intervalos de 10 minutos, na seguinte ordem: Herbert e o boliviano Revollo; Roberto Menkes e sua companheira Carmem; Ubiratan e Antenor; e Delci e Valneri. Como o cerco da região ainda não estava concretizado, conseguiram chegar a São Paulo. As outras turmas sairiam nos dias 21 e 24 de abril, mas não conseguiram porque o cerco já estava estabelecido.

Início das operações

Como o Vale da Ribeira estava na área de responsabilidade do então II Exército (São Paulo), coube a ele a condução das operações para neutralizar a região de treinamento.

O comando das operações ficou a cargo do general-de-brigada Paulo Carneiro Tomaz Alves, comandante do Comando de Artilharia de Costa e Antiaérea/2 (CACAAé/2).

Entre os dias 19 e 26 de abril já se encontravam na área de operações os seguintes efetivos:

- Elementos do Estado-Maior do II Exército
- Elementos do CACAAé/2
- Elementos do Centro de Informações do Exército (CIE)
- Fração de uma esquadrilha da FAB
- Elementos da SSP/SP
- 4° RI - 2 companhias de Infantaria
- 6° RI - 1 companhia de Infantaria
- 2° RO105 - 2 baterias
- 6° Grupo de Artilharia de Costa Motorizado - 2 baterias
- 5° Grupo de Canhões 90 mm AAé - 1 bateria
- Brigada Pára-quedista - 11 oficiais, 17 subtenentes e sargentos e 6 cabos
- Destacamento Logístico - 4 pelotões
- Fuzileiros Navais - 1 pelotão
- Polícia Militar Estado de São Paulo - 2 companhias

A artilharia do 2° RO 105, do 6° GACosM e do 5° GCAN 90AAé não levaram os seus canhões. Foram empregados como tropa de Infantaria.

Considerando que uma companhia e uma bateria têm da ordem de 100 homens e que um pelotão comporta, aproximadamente, 30 homens, os efetivos empenhados na operação atingiriam, no máximo, 1.400 homens, muito longe dos 20.000 que Carlos Lamarca estimou para se valorizar e que a esquerda teima em citar.

A princípio, pode parecer um exagero colocar 1.400 soldados para prender 17 guerrilheiros, mas temos de levar em conta o desconhecimento do efetivo do inimigo e, principalmente, as características físicas da região, uma área de vegetação densa, de difícil acesso e, portanto, amplamente favorável à dispersão dos fugitivos pelas rotas de fuga.

Dos 17 militantes que estavam inicialmente na área, oito conseguiram sair no dia 20 de abril, como já foi dito. Restaram, portanto, nove. No dia 27 de abril foram presos Darcy Rodrigues e José Lavechia. Agora, eram sete os fugitivos, que passaram a ser chamados de grupo dos sete.

Dentre os vários acontecimentos que ocorreram durante as operações, é importante ressaltar o seguinte:

- No dia 8 de maio, aproximadamente às 10h30, o grupo dos sete foi até uma venda e, identificando-se como caçadores, alugaram um veículo F-350, para que seu proprietário os levasse até a localidade de Eldorado. Porém, enquanto eles almoçavam, o proprietário do veiculo enviou dois moradores, a cavalo, para avisar ao Exército que os sete homens, que passariam numa caminhonete F-350, eram os terroristas procurados. Como os mensageiros não encontraram nenhuma tropa no caminho, foram ao Destacamento Policial de Eldorado e avisaram aos policiais. O sargento comandante do Destacamento determinou que os seus seis soldados, armados com revólver .38, estabelecessem uma barreira. O comandante do Destacamento, após instruir os soldados, foi a Jacupiranga avisar ao Exército.

- Às 19 horas, o grupo dos sete, todos com armas pesadas, ao verem a barreira em Eldorado reagiram. Alguns PMs foram feridos e os restantes se ocultaram no mato. A gangue de Lamarca, refeita do susto, embarcou na F-350 e rumou para Sete Barras.

- Às 19h30, o posto do Exército em Jacupiranga tomou ciência do tiroteio ocorrido em Eldorado e mandou em direção aos terroristas um pelotão do 6º RI. Enquanto isso ocorria, 20 homens da PMESP, chefiados pelo tenente Alberto Mendes Júnior, seguiram de Registro para Sete Barras. Ao saber do choque em Eldorado, o tenente Mendes seguiu para essa localidade, com uma C-14 e um caminhão com o toldo abaixado.

- Logo após ultrapassar o Rio Etá, às 21 horas do dia 8 de maio, sofreram uma emboscada, preparada pelo pessoal do Lamarca. O tiroteio foi violento. O grupo dos sete levava a vantagem da surpresa, além de estar bem abrigado no acostamento e da superioridade do seu armamento, os modernos FAL.

- Os 20 policiais militares do tenente Mendes, ao contrário, levavam a desvantagem de terem sido atacados de inopino, em pleno deslocamento nas viaturas, além da inferioridade de suas armas, ou seja, os revólveres .38 e os velhos fuzis modelo 1908.

- Em plena escuridão, ouviram-se os gemidos de dor dos policiais feridos. O tiroteio continuava. A desvantagem era gritante e um morticínio estava para ocorrer. Nessa ocasião, o tenente Mendes ouviu um terrorista gritar para que ele se rendesse. Para salvar a vida de seus subordinados, que naquele local ermo se esvaíam em sangue, alguns em estado grave, o tenente aceitou a proposta de Lamarca. Deixaria sob a mira dos terroristas os soldados que não haviam sido atingidos, enquanto ele seguiria com seus feridos até Sete Barras, para receberem assistência médica e depois voltaria.

- Feito o acordo, o tenente partiu e deixou os seus feridos em Sete Barras. Voltou sozinho para tentar libertar seus soldados. Lamarca tinha a opção de fuzilar o tenente e os demais prisioneiros, para prosseguir com sua fuga. Opção perigosa, pois os tiros poderiam ser ouvidos e o grupo localizado. Nessa situação, prisioneiros só o atrapalhariam. O tenente propôs a Lamarca que libertasse seus subordinados. No lugar deles, apresentava-se como refém.

- Lamarca concordou e os soldados foram libertados. O tenente foi obrigado a seguir com eles na direção de Sete Barras. Embarcaram na F-350 que atolou ao passar sobre o Rio Etá. Abandonaram a viatura e partiram a pé, em duas colunas, uma de cada lado da estrada. Já era quase meia-noite quando, na entrada de Sete Barras, ouviram vozes. Era uma barreira montada pelo Exército. Abandonaram a estrada e se embrenharam na mata. Isso nem bem tinha acontecido quando surgiu um veículo civil, no sentido de Eldorado-Sete Barras, que se chocou com a barreira. Iniciou-se outro tiroteio que acabou com quatro feridos. Era o pelotão do 6º RI que havia sido mandado de Jacupiranga à procura dos fugitivos. Foi o típico "fogo amigo", que a escuridão ajudou a acontecer.

Tribunal Revolucionário executa o tenente Mendes

Nesse contexto, Edmauro e Nóbrega se perderam e se afastaram definitivamente do grupo de Lamarca. Edmauro foi preso no dia 10 de maio e Nóbrega no dia 11. Naquele momento, o grupo passara a ser o grupo dos cinco.

Lamarca ficou indignado com o tenente Mendes, porque este não o avisou da barreira na entrada de Sete Barras, culpando-o pelo desaparecimento de Edmauro e de Nóbrega. Continuaram a andar pela mata. O tenente os atrasava na marcha, pois tinha de ser constantemente vigiado. Além disso, era mais um para comer. Depois do entrevero em Sete Barras, já haviam andado um dia e meio. No início da tarde do dia 10 de maio, pararam para descanso. Ariston e Gilberto ficaram tomando conta do prisioneiro. Lamarca, Fujimore e Sobrosa afastaram-se e formaram o "Tribunal Revolucionário". Decidiram que o tenente seria "justiçado".

Dada a sentença, os três retornaram. Acercando-se por trás do oficial, Yoshitame Fujimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha do seu fuzil. Caído e com a base do crânio partida, esse bravo oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo gemia e contorcia-se em dores. Foi quando Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a.

Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça esmagada, o tenente Mendes foi enterrado em cova muito rasa.

Assim, de forma vil e covarde, terroristas fanáticos acabaram com uma vida.

Essa foi a única morte ocorrida nas operações de combate à VPR, no Vale da Ribeira.

Após assassinar o tenente, o grupo dos cinco continuou cercado e sem condições de sair da área. No dia 30 de maio, Gilberto Faria Lima, após tomar banho num rio, barbeou-se e cortou o cabelo, conseguindo, sozinho, sair da área. O grupo dos cinco passou a ser o grupo dos quatro.

Fuga dos remanescentes

No dia 31 de maio, uma viatura do 2º RO 105, rebocando uma pipa, aproximou-se do grupo dos quatro. Na direção ia o sargento Kondo, armado com uma pistola .45, com mais quatro soldados, dois na boléia e os outros dois na carroceria, todos desarmados. Ariston fez sinal para a viatura, que parou. O grupo dos quatro rendeu o sargento e tomou a viatura. Vestiram as fardas dos soldados que, de cuecas, foram colocados sob o toldo na carroceria. Na direção ficou o terrorista Fujimore, no centro, sob mira de uma pistola .45, o sargento Kondo e, na porta direita, Lucena. Lamarca estava na carroceria com Sobrosa. Pouco depois, descartaram a pipa que quebrara o eixo. Mais adiante, foram barrados pelo Posto de Controle de Trânsito (PCTran) do 2º RO 105. Quando o caminhão se aproximou do PCTran, o sargento Manoel abordou a viatura para identificá-la. Perguntou ao sargento Kondo para onde ele ia. Este respondeu inteligentemente: "Vou buscar água em São Miguel". Ora, a água só era apanhada em Registro, Sete Barras, ou Eldorado. Nunca em São Miguel. Além disso, como ele ia apanhar água sem a pipa? Mesmo assim, o sargento do PCTran não desconfiou pelo fato de o sargento Kondo estar no meio de dois estranhos.

Afinal de contas, ambos pertenciam à mesma unidade, o 2º RO 105, onde todos deveriam se conhecer. Após ultrapassarem o PCTran, o grupo dos quatro saiu da área, passando por São Miguel, Itapetinga, Tatuí, Rodovia Castelo Branco, São Paulo. Já na madrugada de 1º de junho, chegou ao Posto de

Comando das Operações de Contraguerrilha a informação de que havia uma viatura do Exército abandonada na Marginal Tietê com sua guarnição amarrada, debaixo de uma lona, na carroceria. A seguir, uma ronda policial abordou a viatura e libertou os militares.

Como conseqüência desses fatos, o sargento Kondo respondeu a processo, foi condenado e expulso do Exército. Sua maior falta foi a de não acreditar na situação existente. Saiu com quatro soldados desarmados. Aliás, mesmo que eles estivessem armados com FAL, facilmente poderiam ser emboscados pelo grupo dos quatro. Em verdade, o grande perigo nessas situações são as emboscadas.

Corpo do tenente Mendes localizado e sepultado em São Paulo

Em 19/08/1970, Ariston de Oliveira Lucena foi preso em São Paulo pela OBAN. Interrogado, indicou o lugar onde estava enterrado o tenente. No dia 08/09/70 foi providenciada a sua ida até o local. Lucena tremia e chorava; tinha medo de ser "justiçado" pelos companheiros do tenente. Tremia e chorava porque conhecia as práticas de seus companheiros de organização terrorista - em casos como esse: "justiçamento".

O corpo do tenente Mendes foi exumado sendo sepultado no dia 11/09/70.

A respeito do ato fúnebre transcrevo o que publicou o *Jornal do Brasil* de 12/09/70:

> "Mais de mil pessoas acompanharam ontem à tarde, até o Cemitério do Araçá o corpo do tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior, assassinado pelo grupo do ex-capitão Carlos Lamarca, no Vale da Ribeira, em maio, e cujo cadáver foi encontrado no início desta semana. O governador Abreu Sodré, que velou o corpo no salão nobre do Quartel General da Corporação, deu o nome de Capitão Alberto Mendes Júnior ao Grupo Escolar de Vila Galvão, em Guarulhos.
>
> Envolto na bandeira nacional, o esquife levando o corpo do oficial foi posto, às 14h, numa carreta do Corpo de Bombeiros, que saiu da Avenida Tiradentes para o Cemitério do Araçá. À frente do cortejo iam batedores e a banda de música do Batalhão Tobias de Aguiar.
>
> O carro fúnebre foi acompanhado por milhares de oficiais e praças da PM, representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, ex-Guarda Civil e Polícia Rodoviária, além de centenas de civis, tendo à frente o comandante geral da PM, coronel Confúcio Danton

de Paula Avelino, o secretário de Segurança Pública, coronel Darci da Cunha Melo e o general Paulo Carneiro Tomaz Alves.

O cortejo atravessou o centro da cidade, onde o trânsito foi interrompido e as lojas fecharam suas portas. O esquife foi levado pelas altas patentes até a sepultura nº 38. Lido o boletim oficial o esquife baixou à sepultura, com honras militares."

Convém aqui transcrever o que o mesmo *Jornal do Brasil*, de 12/09/70, publicou a respeito:

"Ao assinar o ato que deu o nome de Capitão Alberto Mendes Júnior ao Grupo Escolar de Vila Galvão, onde estudou o oficial morto, o governador Abreu Sodré destacou: 'a humana compreensão do valor de vida, expressa pelo 2º tenente de polícia militar Alberto Mendes Júnior, que se entregou como refém aos terroristas-guerrilheiros, para salvar a vida de seus comandados; seu acendrado patriotismo, ao morrer em defesa da democracia e das liberdades constitucionais, nas mãos cruéis de seus algozes que lhe mutilaram o corpo, em assassinato frio e desumano; sua vida dedicada à corporação, aos seus subordinados, à disciplina militar e à hierarquia funcional, representa exemplo histórico para a juventude e, sobretudo, aos jovens estudantes de nossas escolas."

Em setembro de 1970, a VPR tentou justificar o assassinato do tenente Mendes em um comunicado intitulado "ao povo brasileiro", do qual foi extraído o seguinte trecho:

"... A sentença de morte de um tribunal revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro do cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Ten Mendes foi condenado a morrer a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado."

O tenente Alberto Mendes Júnior nasceu em 24/01/1947, em São Paulo/SP. Filho de Alberto Mendes e Angelina Plácido Mendes, cedo manifestou o desejo de ingressar na PMESP, o que conseguiu após concluir o segundo grau.

Ingressou no Curso Preparatório de Formação de Oficiais em 15/02/1965. Foi declarado aspirante a oficial em 21/04/1969. Em 2 de junho desse ano,

foi classificado no 15°BP. Em 15 de novembro foi promovido, por merecimento, ao posto de 2° tenente. Em 06/02/1970, apresentou-se no Batalhão Tobias Aguiar, onde rapidamente se entrosou com seus novos companheiros. Carinhosamente era chamado de "Português" pelos seus colegas. Era alegre, sempre sorridente e muito competente.

Em fins de abril o seu batalhão foi designado para prestar apoio à Companhia Independente, com sede em Registro. Para lá o tenente Mendes seguiu no comando de um pelotão, juntamente com outro pelotão do mesmo batalhão, ambos sob o comando do capitão Carlos de Carvalho. Após uma semana naquela cidade, o capitão recebeu ordens para retornar com um dos pelotões para São Paulo. O tenente Mendes apresentou-se como voluntário para permanecer. Não imaginava a tragédia que o atingiria e que o tornaria um dos maiores heróis da Polícia Militar do Estado de São Paulo, corporação que ao longo dos anos se sacrifica em benefício do povo de São Paulo e do Brasil.

Eu, até então, nunca havia convivido com o pessoal da PMESP. Foi no Comando do DOI/CODI/II Ex que passei a conviver e lutar ao lado deles. São homens com grande espírito de disciplina, de justiça e do exato cumprimento do dever. Entre eles fiz grandes amigos. Amigos que permanecem até hoje, em que pese o tempo passado.

Câmara de vereadores de Porto Alegre presta homenagem a assassino de tenente

Quando a televisão, especialmente a Rede Globo, e a maioria da imprensa e da Igreja, tendo à frente a figura do arcebispo D. Paulo Evaristo, se omitem e se negam a dar publicidade ou distorcem fatos como o desse estúpido assassinato, constatamos que a má-fé e a ideologia prevalecem sobre a razão e o caráter.

Por outro lado, vemos os assassinos do tenente Mendes e tantos outros serem constantemente mostrados nas nossas escolas, TV e jornais, como exemplos a serem seguidos.

Confirmando o que foi dito acima, em 19 de maio de 2004 o prefeito de Porto Alegre/RS, João Verle, sancionou a Lei n° 9.465, designando um logradouro do loteamento Quinta do Portal, em Porto Alegre/RS, como Rua Diógenes Sobrosa de Souza.

Segundo a exposição de motivos do vereador Ervino Besson, da Câmara Municipal de Porto Alegre, o homenageado:

> "Foi um dos poucos gaúchos condenados a penas tão severas pela sua militância política em defesa da liberdade e restabeleci-

mento da democracia no País. Homem que sempre lutou em defesa da liberdade, direito de cidadania em defesa dos mais fracos e indefesos."

Diógenes Sobrosa de Souza se suicidou em Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, no dia 17/11/1999. Segundo sua certidão de óbito, "a morte deu-se por asfixia por enforcamento (suicídio)".

Como aconteceu com Zuzu Angel, Iara Iavelberg e outros, não será surpresa se aparecer uma "testemunha" que "viu" Sobrosa ser assassinado pela direita. Os inquéritos policiais e as perícias não têm valor para os revanchistas, porque foram "montados pela ditadura". Eles continuam tentando provar que Jango não morreu de enfarte, na Argentina, e que o acidente que vitimou Juscelino também foi coisa da "ditadura". Há pouco, mostraram na imprensa que um padre, que fornicava com uma freira, era Vladimir Herzog torturado de forma humilhante.

E assim, de mentira em mentira, eles continuam enganando o povo, tentando voltá-lo contra as Forças Armadas.

Destino dos cinco assassinos do tenente

A respeito dos cinco assassinos do tenente Mendes:

- O ex-capitão Carlos Lamarca morreu em 17/09/71, no interior da Bahia, em combate com o DOI/CODI/6º RM.
- Yoshitame Fujimore morreu em 05/12/70, em São Paulo, em combate com o DOI/CODI/II Ex.
- Diógenes Sobrosa de Souza foi preso em Porto Alegre em 12/12/70. Julgado, foi condenado à morte. Depois teve sua sentença comutada para prisão perpétua e, finalmente, reduzida para 30 anos de prisão. Com a Lei da Anistia foi colocado em liberdade.
- Ariston de Oliveira Lucena, condenado à pena máxima, foi solto com a Lei da Anistia.
- Gilberto Faria Lima fugiu para o exterior e seu paradeiro é desconhecido.

A condução das operações foi correta

Quando se analisam as operações no Vale da Ribeira, deve-se destacar, principalmente, o DOI/CODI/I Ex (Rio de Janeiro) e o Centro de Informação do Exército (CIE), órgãos do Sistema de Informações do Exército.

Como já relatado, essa área de treinamento começou a ser ocupada em 15/11/69. Em 16/04/70, Celso Lungaretti, que a havia adquirido, foi preso no Rio de Janeiro e a "entregou" no primeiro dia do interrogatório. Portanto, apesar de todas as medidas de segurança, em apenas cinco meses a área já era do nosso conhecimento.

Quando é preso um militante que conhece a exata localização de uma área como essa, a organização sabe o sério risco de que ela venha a ser descoberta quando ele for interrogado. Por isso, naquela época, existiam os 30 dias de incomunicabilidade. Era para evitar que os terroristas fossem informados rapidamente dos acontecimentos. Tínhamos de mantê-los incomunicáveis e ser rápidos nos interrogatórios.

Certamente, se Celso Lungaretti, ao ser preso, tivesse a assistência de um advogado, a VPR teria conhecimento da sua prisão e das conseqüências que disso adviriam.

O combate ao terrorismo requer leis especiais e os 30 dias de incomunicabilidade eram um grande trunfo para o nosso êxito.

Assim, caso o II Exército tivesse optado por uma Operação de Informações para localizar, com profundidade, a área e então, no momento propício, atacá-la de surpresa, a operação cairia no vazio. A solução do cerco foi adequada. Se não teve êxito total, pelo menos o obteve parcialmente. Senão, vejamos.

No dia 19 de abril, quando as tropas iniciaram o cerco, oito deles já haviam se evadido da área. Dos remanescentes, quatro foram presos e cinco furaram o cerco. Mesmo assim, levaram 50 dias escondidos, tentando uma oportunidade para escapar. Por que Lamarca escapou? Porque a tropa empregada não estava preparada para esse tipo de missão. A maioria dos soldados havia se incorporado em janeiro e estava com apenas três meses de instrução. Além disso, pecamos porque é difícil para um Exército que vive em paz, como o nosso, adquirir com rapidez a combatividade necessária ao desempenho desse tipo de ação. Muitos soldados, é verdade, tinham medo de ser apanhados ou mortos pelos terroristas. Perfeitamente normal para um soldado novato.

Um fator muito importante foi o apoio que os habitantes locais deram aos militares. Sempre que possível, eles estavam avisando sobre os passos dados por elementos suspeitos, chegando até a mandar seus filhos ou seus empregados aos locais onde poderiam encontrar os militares, para fazer as suas denúncias. Isso se deve, em parte, ao fato de que as Forças Armadas sempre foram uma das instituições a desfrutar do maior crédito de confiança junto ao povo, apesar de todas as campanhas que são feitas para denegri-las.

Concluo, portanto, com a certeza de que, mais uma vez, as Forças Armadas demonstraram sua capacidade operacional, apesar da precariedade de recursos, dos meios inadequados e do pessoal em início de instrução.

A morte do tenente Alberto Mendes Júnior não foi em vão. Ela revelou, por um lado, o desprendimento de um homem e a perfeita noção do cumprimento do dever, que o levou à morte para salvar seus subordinados. Por outro, o ódio, o fanatismo e a crueldade de seus algozes.

A sublimação da tragédia desse herói trouxe aos verdadeiros combatentes da liberdade o suporte moral para seguir lutando com denodo e crença nos valores democráticos.

Para muitos, entretanto, Alberto Mendes Júnior é, hoje, apenas um agente da "ditadura", que não merece a atenção que dedicam aos seus assassinos.

Os revanchistas não se conformam com a acachapante derrota que sofreram. Com muito menos mortos, com poucos recursos humanos e financeiros e em muito menos tempo, comparando com os demais países da América Latina, que também sofreram e ainda sofrem as conseqüências da guerra fria, nós os derrotamos.

Fontes:
- Projeto Orvil
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.

Tenente PM Alberto Mendes Júnior

Carlos Lamarca, assassino e traidor

Lamarca durante instrução de tiro aos bancários, no quartel do 4° RI

Revista Istoé

Seqüestro do embaixador da Alemanha 11/06/1970

"Nação Afrontada

Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil: o embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado. E na emboscada que lhe armaram dois agentes federais tombaram, um sem vida e outro ferido; dois brasileiros. Toda a Nação se sente também atingida.

O manifesto em que se exprimem os agressores declara guerra a todos os brasileiros, ao advertir que doravante ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça, sob qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar uma repulsa que nos sufoca em indignação.

O Brasil, sob um governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza a confiança. A Nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o País se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado.

Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da ínfima parcela de incendiados pelo ódio. A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, a ordem e a esperança, que repele esta e qualquer outra prática de ódio e violência.

A decisão do governo, dentro dos limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira.

Somos, desde ontem uma nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos noventa milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos.

Somos uma Nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão desta dignidade e desta civilização."

(Editorial do *Jornal do Brasil* - 13/06/70 - 1ª página).

A partir do final de 1969, os órgãos de segurança começaram a agir em conjunto e de forma coordenada na luta contra a guerrilha urbana, e isso começava a dar frutos. Em maio, as prisões de militantes tinham sido significativas. Muitos "quadros" importantes foram presos. Os terroristas também estavam

atentos a essa situação e, com o sucesso do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, planejaram uma ação de grande vulto, de repercussão internacional, que reforçasse a propaganda da luta armada e possibilitasse a libertação de um grande número de presos. Para isso, a VPR da Guanabara imaginou os seqüestros simultâneos do novo embaixador dos EUA, dos embaixadores da Suécia, do Japão e da Alemanha. Com esses seqüestros planejavam pedir o resgate de 200 presos.

Não contavam, no entanto, com a prisão de Maria do Carmo Brito (Lia), membro do Comando Nacional (CN) da VPR. Com a "queda" de seu "aparelho", na Gávea, no Rio de Janeiro, os órgãos de segurança apreenderam um dos minuciosos planos para a grande ação: o seqüestro do embaixador Alemão. Esse plano, para as autoridades, estava desmantelado, pois só dois dos possíveis seqüestradores continuavam livres. Dos outros relacionados para essa ação, três já haviam sido presos e outro, Juarez Guimarães de Brito, marido de Maria do Carmo, suicidara-se, na frente dela, ao sentir-se cercado pela polícia.

As autoridades estavam erradas, subestimaram o inimigo. A capacidade de rearticulação dos terroristas era grande. Os planos foram refeitos, segundo as circunstâncias da situação.

O seqüestro do novo embaixador dos Estados Unidos, que seria comandado por Alfredo Hélio Syrkis (Felipe), foi abortado, pois, com os seqüestros de Elbrick, de Nobuo Okuche e da tentativa de seqüestro do cônsul em Porto Alegre, o embaixador americano reforçara em muito a sua segurança. O embaixador suíço, precavido, fazia constantes mudanças em seu itinerário, o que dificultava sua captura. O embaixador alemão também reforçara a segurança. Os terroristas, portanto, tinham de se contentar com uma ação menor: o seqüestro de apenas um dos diplomatas escolhidos, o embaixador do Japão. Tudo pronto, partiram para a ação. No momento previsto, a presença indesejada e inesperada de um carro da polícia frustrou os seqüestradores.

Não podiam desistir. Precisavam da propaganda, precisavam dar ânimo, gás novo aos militantes e, acima de tudo, libertar seus "quadros".

Refizeram os planos, recrutaram novos elementos e decidiram, apesar da segurança, seqüestrar o embaixador da Alemanha, Ehrenfried Von Hollenben, de 61 anos. Mesmo sabendo que os planos eram do conhecimento da polícia, pensaram certo: nem a polícia, nem o embaixador acreditavam que eles tentariam a ação. Houve um reforço na segurança, mas o diplomata seguia, mais ou menos, a mesma rotina.

Para a ação, roubaram quatro carros e alugaram uma casa na Rua Juvênio de Menezes, 535, em Cordovil, bairro distante do centro do Rio de Janeiro.

A casa foi alugada para o "casal" Gerson Theodoro de Oliveira (Ivan) e Tereza Ângelo (Helga), irmã de Otávio Ângelo, o armeiro da ALN.

No mês de junho, em São Paulo, numa reunião entre Carlos Lamarca, da VPR, "Toledo", da ALN, e Devanir José de Carvalho, do MRT, foram escolhidos os 40 prisioneiros que seriam trocados pelo diplomata.

Como era uma ação de risco, atuariam "em frente". Para reforçar a equipe, vieram de São Paulo José Milton Barbosa (Cláudio), da ALN, e Eduardo Leite (Bacuri), este para comandar a ação. Foram enviados, também, trinta mil cruzeiros, uma metralhadora INA e uma pistola .45.

No dia 11 de junho de 1970, durante o jogo Inglaterra X Tchecoslováquia, da Copa do Mundo, Holleben saiu da Embaixada, em Laranjeiras, dirigindo-se para sua residência. Ao avistar o Mercedes, Jesus Paredes Soto (Mário) deu o sinal e, nesse momento, uma Pick-up, dirigida por José Maurício Gradel (Jarbas), abalroou o Mercedes Benz do embaixador. No interior do carro vinham, no banco dianteiro, o motorista Marinho Huttl e o agente da Polícia Federal Irlando de Sousa Régis. No banco traseiro, o embaixador Von Hollenben. À retaguarda do Mercedes, como segurança, uma Variant, dirigida por Luís Antônio Sampaio, tendo ao seu lado José Banharo da Silva, ambos agentes da Polícia Federal.

A operação foi muito rápida e durou dois ou três minutos. José Milton Barbosa, que fingia namorar Sônia Eliane Lafoz (Mariana), metralhou a Variant, ferindo gravemente o policial Luís Antônio Sampaio. O outro agente, José Banharo da Silva, também foi ferido. Enquanto isso, "Bacuri" chegou junto à porta dianteira do carro do embaixador, ao lado do motorista, e disparou três tiros na direção do agente Irlando de Sousa Régis, matando-o instantaneamente.

Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel) retirou o embaixador do automóvel e o colocou no Opala, partindo na direção do bairro Santa Teresa.

No local deixaram panfletos que diziam o seguinte:

> "Até o momento os critérios adotados, para a libertação dos diplomatas que fizemos prisioneiros políticos, eram a sua importância nas relações internacionais e o nível de ligações econômicas com a ditadura brasileira. Esses critérios, a partir de agora, ficam abolidos e estabeleceremos um número mínimo de presos a serem trocados por qualquer diplomata de qualquer país."

Ao chegarem a Santa Teresa, o embaixador foi passado para uma Kombi, onde o colocaram dentro de um caixote. Na Kombi estavam os seqüestradores Gerson Theodoro de Oliveira (Ivan), Alfredo Hélio Syrkis (Felipe)

e Maurício Guilherme da Silveira (Honório). De lá partiram para o bairro Cordovil, onde esconderam o embaixador Von Hollenben. No "aparelho", Teresa Ângelo (Helga) e Manoel Henrique Ferreira (Anderson) aguardavam a chegada do diplomata.

No dia seguinte, com a presença do presidente Emílio Garrastazu Médici, de ministros de Estado, do governador Negrão de Lima, do ministro conselheiro George Rohrig, substituto do embaixador alemão, de altas autoridades e de muitos companheiros e familiares, o agente federal Irlando de Sousa Régis foi enterrado no Cemitério do Caju.

O agente Luís Antônio Sampaio, na UTI, lutava contra a morte.

O *Jornal do Brasil*, de 13 de junho de 1970, publicou matéria a respeito da qual transcrevo trechos:

> "O agente federal Irlando de Souza Régis era carioca e tinha 54 anos (...) Ingressou na polícia a 14 de fevereiro de 1941 e estava desde 20 de abril último lotado no DOPS, destacado para a segurança do embaixador alemão..."
>
> "Vivia há 17 anos com Dona Florentina Deleufeu da Rocha, com quem teve uma filha, Guilhermina Maria da Rocha, de 17 anos. Morava com a mãe na Rua do Catete, 338, apartamento 603.
>
> Dona Florentina, muito traumatizada, soube da morte de Irlando através de amigos, por telefone. Ela está convalescendo de uma intervenção cirúrgica: teve um dos rins extraído há 15 dias. Mesmo assim compareceu ao Instituto Médico Legal para liberar o corpo do marido e tratar do enterro (só ontem de manhã a polícia passou a cuidar disso).
>
> O advogado da família, Sr. Jorge Luís Dantas, informou que hoje dará início na documentação para tentar um amparo do governo à Sra. Florentina da Rocha, pois ela não era casada com Irlando de Sousa Régis..."
>
> "O motorista policial Luís Antônio Sampaio continua no Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Sousa Aguiar; seu estado de saúde é regular, segundo os médicos. Baleado no abdômen e na coxa esquerda pelos seqüestradores do embaixador Von Holleben, o agente foi operado pelo médico Paulo Pereira e reagiu bem. Os médicos, no entanto, receiam uma recaída e proibiram as visitas a ele, inclusive dos familiares."

As negociações duraram cinco dias. Os seis comunicados, em nome do "Comando Juarez Guimarães de Brito", eram levados a Alex Polari de Alverga

por Tereza Ângelo. Alex os colocava em três locais diferentes e avisava aos jornais e rádios, para que as autoridades fossem informadas.

Participaram do seqüestro: José Roberto Gonçalves Resende (Ronaldo) - VPR; Eduardo Leite (Bacuri) - ALN; Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel) - VPR; Roberto Chagas da Silva (Maciel) - VPR; José Maurício Gradel (Jarbas) - VPR; Sônia Eliane Lafoz (Mariana) - VPR; José Milton Barbosa (Cláudio) - ALN; Jesus Parede Soto (Mário) - VPR; Alex Polari de Alverga (Bartô) - VPR; Maurício Guilherme da Silveira (Honório) - VPR; Gerson Theodoro de Oliveira (Ivan) - VPR; Alfredo Hélio Syrkis (Felipe) - VPR; Tereza Ângelo (Helga) - VPR; e Manoel Henrique Ferreira (Anderson) - VPR.

O governo brasileiro, mais uma vez, atendeu as exigências dos seqüestradores, para poupar a vida de um diplomata, libertando os 40 presos, que foram banidos do território nacional pelo Decreto nº 66.716, de 15 de junho de 1970.

Relação dos presos que seguiram para a Argélia

- Militantes da VPR: Almir Dutton Ferreira; Altair Luchesi Campos; Carlos Minc Baumfeld; Darcy Rodrigues; Dulce de Souza Maia; Edmauro Gopfert; Eudaldo Gomes da Silva; Flávio Roberto de Souza; Ieda dos Reis Chaves; José Araújo de Nóbrega; José Lavecchia; José Ronaldo Tavares de Lira e Silva; Ladislas Dowbor; Liszt Benjamin Vieira; Maria do Carmo Brito; Melcides Porcino da Costa; Osvaldo Antônio dos Santos; Osvaldo Soares; Pedro Lobo de Oliveira; e Tercina Dias de Oliveira.
- Militantes de outras organizações: Aderval Alves Coqueiro; Ângelo Pezzuti da Silva; Apolônio de Carvalho; Carlos Eduardo Fayal de Lira; Carlos Eduardo Pires Fleury; Cid Queiroz Benjamin; Daniel Aarão Reis; Domingos Fernandes; Fausto Machado Freire; Fernando Paulo Nagle Gabeira; Jeová Assis Gomes; Joaquim Pires Cerveira; Jorge Raimundo Nahas; Marco Antônio Azevedo Meyer; Maria José Carvalho Nahas; Maurício Vieira Paiva; Murilo Pinto da Silva; Ronaldo Dutra Machado; Tânia Rodrigues Fernandes; e Vera Sílvia Araújo de Magalhães.

Desses, alguns voltaram, clandestinamente, e continuaram na luta armada. Outros regressaram ao País depois da Lei da Anistia e poucos permaneceram no exterior.

Muitos desses "heróis da resistência democrática", como são hoje chamados, estão por aí, militando no partido do poder ou exercendo altos cargos na administração pública, com os bolsos recheados pela bonomia do governo

que os recompensa com o dinheiro público "pela perseguição" que lhes impingiu a "ditadura militar".

Irlando de Souza Régis morreu em vão. Hoje ele só existe na lembrança de seus familiares, relegados também à indiferença governamental e condenados à penúria.

Infelizmente, vivemos no País da hipocrisia e em tempos de iniqüidade...

Fontes:

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.
- Projeto Orvil.
- Ternuma - www.ternuma.com.br - DUMONTJ. *Recordando a História*.

Ao centro, o agente da Polícia Federal Irlando de Sousa Régis, assassinado; à esquerda, Luis Augusto Sampaio, ferido gravemente; à direita, José Banharo da Silva, ferido levemente durante a operação de seqüestro do embaixador da Alemanha

Ministro do Exército, Orlando Geisel, cumprimenta a esposa do agente Irlando, dona Florentina, e sua filha Guilhermina

nistro do Exército, Orlando Geisel, cumprimenta D. Florentina e sua filha Guilhermi

Enterro do agente Irlando

) entêrro de Irlando de Sousa Regis, no Caju, teve grande acompanhamento de seus companheiro

Banidos em troca do embaixador da Alemanha

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR

Em 17 de abril de 1968, os integrantes da Corrente Revolucionária fundaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), realizando a sua 1ª Conferência Nacional.

Foi eleito um Secretariado, composto por Mário Alves de Souza Vieira (secretário-geral), Apolônio Pinto de Carvalho e Manoel Jover Telles; e escolhida a Comissão Executiva, integrada por Jacob Gorender, Armando Teixeira Fructuoso e Bruno da Costa de Albuquerque Maranhão. Este último, em 2006, comandou os militantes do MLST na invasão e depredação da Câmara dos Deputados.

O Comitê Central foi constituído, além da Comissão Executiva, por mais oito membros efetivos.

Essa conferência aprovou dois documentos básicos:

- Os "Estatutos", que estabeleciam a estrutura do PCBR: Comitê Central, Comitê Executivo, Secretariado, Comitês Regionais, Comitês de Zona, Comitês Locais e Organizações de Base; e
- A "Resolução Política", da qual destaco os seguintes trechos:

> "O objetivo final é a edificação do socialismo e do comunismo, considerando que a conquista do poder pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado são condições essenciais para atingi-lo."
>
> "O caminho da Revolução Brasileira é, portanto, a luta armada. No curso do processo revolucionário, é preciso coordenar várias formas de luta de massas, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ações legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas, com o emprego exclusivo de tais meios, a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária."

Em junho de 1968, um grupo de dissidentes secundaristas da AP ingressou no PCBR. Nesse mesmo mês, desligou-se do partido o grupo capitaneado por Jover Telles, integrado, entre outros, por Armando Teixeira Fructuoso, Geraldo Soares, Helena Boaventura Neto e Roberto Martins.

Ainda em 1968, foram inúmeras as agitações estudantis das quais o PCBR participou, destacando-se nessas ações os militantes Marco Antônio da Costa Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, e Elinor Mendes de Brito, secundarista e presidente da Frente Unida de Estudantes do Calabouço (FUEC). Elinor, inclusive, organizou e comandou as agitações no Restaurante Calabouço, onde morreu Edson Luiz.

Em agosto de 1968, Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", simpatizante do PCB desde 1952, funcionário da Agência Leblon do Banco do Brasil, desviou mais de um milhão de dólares e os depositou numa conta na Suíça. Doou grande parte dessa quantia ao MR-8 e ao PCBR. Com esse dinheiro, o PCBR profissionalizou quadros e montou uma razoável infra-estrutura.

Depois de organizado e com as finanças engordadas, em outubro de 1968, o partido criou o Comando Político Militar Nacional e os Comandos Políticos Militares Regionais. Estes últimos teriam de realizar assaltos para a "captação" de fundos, seqüestros políticos, ações de "justiçamento", intensificação de preparativos para a guerrilha rural e montagem de "grupos de autodefesa" nas empresas, bairros operários e favelas. O Comando Político Militar Nacional ficou responsável pela aquisição de um campo de instrução para treinamento dos guerrilheiros, futuros membros do "Exército Popular Revolucionário", objetivo da organização.

Durante mais de cinco anos o PCBR praticou uma série de atos que atemorizaram a sociedade brasileira. Dentre eles:

- Em 07/09/68, durante a madrugada, lançaram uma bomba no palanque armado para o desfile militar, na Avenida Conde de Boa Vista, em Recife;

- Em 24/09/68, assalto à Companhia de Tecidos do Norte - Fábrica Tacaruna, em Olinda -, levando 8 milhões de cruzeiros do pagamento dos funcionários. No assalto foi ferido o funcionário Gedeão Caetano da Silva, de 56 anos, o que lhe causou uma lesão permanente na perna;

- Em 31/10/69, Nilson José de Azevedo Lins, de 23 anos, foi morto durante o assalto à firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora da Souza Cruz, em Olinda, que rendeu 50 milhões de cruzeiros;

Autores da ação: Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Carlos Alberto Soares e João Maurício de Andrade Baltar;

- Em 17/12/69, assalto ao Banco Sotto Mayor, na Praça do Carmo, subúrbio de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, de onde foram roubados 80 milhões de cruzeiros. Na fuga, obstados por uma viatura policial, Avelino Capitani matou o sargento PM Joel Nunes;

- Em 18/12/69, Antônio Prestes de Paula, no estouro de seu "aparelho", ao fugir pelos fundos, matou com um tiro à queima-roupa o soldado do Exército Elias dos Santos. A respeito do soldado Elias, a ONG Grupo Terrorismo Nunca Mais - www.ternuma.com.br - recebeu o comovente e-mail:

> "Fico feliz de achar uma página da Internet, a qual faz homenagem a uma pessoa que não conheci, mas, com certeza, muito especial. Desde pequena vejo minha avó aos prantos, lembrar de seu filho, Elias dos Santos, morto brutalmente por assassinos terroristas.

Não conhecia direito a história. Fiquei sabendo agora. Realmente é revoltante saber que a família de Carlos Lamarca tem direitos que minha avó não teve.

Não tenho palavras; só agradeço. Daniele Esteves."

- Em 13/02/70, assalto ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Icaraí, Niterói. Féria 50 mil cruzeiros;
- Em 16/03/70, assalto ao carro de transporte do Bank of London, em Fortaleza. Féria 90 mil cruzeiros;
- Em 25/03/70, assalto ao Banco da Bahia. Na fuga feriram o escrivão Tibúrcio Souza Barbosa, que perdeu as funções do braço direito, e o guarda Zacarias Bispo da Silva Filho; e
- Em 11/09/70, assalto ao Banco do Brasil, em Maranguape, no Ceará, quando roubaram 200 mil cruzeiros.

Assassinato do sargento Walder Xavier de Lima - 27/10/1970

Em 27/10/70, Getúlio de Oliveira Cabral (Gogó), Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos) e Paulo Pontes da Silva, do PCBR, "cobriam um ponto" na Avenida Vasco da Gama, em Salvador, quando, de um jipe, desceram quatro agentes que lhes deram voz de prisão. Getúlio conseguiu fugir, sendo perseguido por um dos agentes, trocando tiros.

Theodomiro e Paulo foram presos, sendo colocados no banco traseiro do jipe. O pulso direito de Theodomiro foi algemado ao pulso esquerdo de Paulo. Na pressa de ajudar o outro agente, que se esquivava dos tiros de Getúlio, não revistaram a pasta de Theodomiro. Os três agentes subiram no veículo e conduziram-no, por uns 30 metros, em direção aos tiros, para auxiliar na captura de Getúlio. Nesse intervalo, Theodomiro retirou um revólver .38 da pasta que portava e, com a mão esquerda, atirou pelas costas no agente que saía do jipe. Morria ali, traiçoeiramente assassinado, o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, deixando viúva e dois filhos menores. Ato contínuo, Theodomiro deu mais dois disparos, ferindo o agente da Polícia Federal Amilton Nonato Borges, sendo posteriormente dominado.

Pelo crime Theodomiro foi condenado à morte, pena comutada para prisão perpétua e, posteriormente, para oito anos de prisão.

Em 17 de agosto de1979, teve sua fuga da penitenciária da Bahia facilitada, sendo encaminhado para a Nunciatura Apostólica, em Brasília, onde pediu asilo político e obteve salvo-conduto para o exterior.

Depois de passar alguns anos em Paris, Theodomiro regressou ao Brasil, em setembro de 1985. Recebido como herói, declarou que iria filiar-se ao PT e que não se arrependia do ato que havia praticado.

Atualmente, Theodomiro é juiz do Tribunal Regional do Trabalho, em Recife/PE, e presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA VI).

Assassinato do tenente Mateus Levino dos Santos - 24/03/1971

Com a queda de vários membros da direção e de militantes importantes, o PCBR, que atuava com mais intensidade no Nordeste, resolveu seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos, em Recife, para trocá-lo por subversivos presos.

Logo começaram os levantamentos dos hábitos do cônsul e escolheram os participantes da operação. Para a ação, necessitavam de um Volks branco, que deveria ser roubado.

No dia 26 de junho de 1970, encontraram o carro que queriam, em Jaboatão, na Grande Recife, próximo ao Hospital Militar. Pensaram que o roubo seria fácil, mas não foi.

O grupo de ação era constituído por: Nancy Mangabeira Unger, responsável pelo Grupo Armado de Propaganda (GAP); Carlos Alberto Soares; José Gersino Saraiva Maia; José Bartolomeu Rodrigues de Souza; e Luiz (Jacaré), nunca identificado. Todos estavam num único carro, dirigido por Nancy. Ao avistarem o desejado veículo, os quatro saltaram e Nancy os aguardou ao volante. Tentaram render o motorista e este, identificando-se como tenente da Aeronáutica, reagiu. Carlos Alberto Soares não pestanejou, disparou à queima-roupa, atingindo o tenente Mateus Levino dos Santos na cabeça e no pescoço.

O tenente Levino, após 9 meses de intenso sofrimento, faleceu em 24 de março de 1971, deixando viúva e filhos menores.

O seqüestro do cônsul nunca chegou a ser realizado.

Nancy Mangabeira Unger, banida em 13/01/71, em troca da vida do embaixador suíço, era filha de pai americano e sua mãe, brasileira, era filha do Otávio Mangabeira. Por ironia do destino, o próprio consulado americano, sem saber do planejamento do seqüestro do cônsul, correu em sua defesa, alegando dupla nacionalidade de Nancy, brasileira e norte-americana.

Outras ações do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR

Após as "quedas" de dezembro de 1972, que atingiram a cúpula dirigente do PCBR, três militantes assumiram o Comissariado Nacional Provisório,

conhecido como o 3° Comando Central: Ramires Maranhão do Vale, Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima.

Estruturado somente na Guanabara para ações armadas, o PCBR contava apenas com esses militantes, reforçados por Vitorino Alves Moutinho.

- Em 05/02/1972, atuando "em frente" com a ALN e a VAR-Palmares, a organização participou do "justiçamento" do marinheiro David Cuthberg, julgado e condenado pelo tribunal vermelho, por representar o "imperialismo inglês".

- Em 25/02/73, o PCBR, atuando em "frente" com a ALN e a VAR-Palmares, participou do traiçoeiro assassinato do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, em Copacabana, Rio de Janeiro. Pelo PCBR, participaram Ranúsia e Ramires.

- Em março de 73, Ramires e Vitorino foram a Porto Alegre, onde, "em frente" com a ALN e a VAR-Palmares, assaltaram, no dia 14, o Banco Francês e Brasileiro, roubando aproximadamente 41 mil cruzeiros.

- Em 04/06/73, assalto ao Bob's, de Ipanema, Rio de Janeiro, onde roubaram cerca de 31 mil cruzeiros.

- Em 23/07/73, "justiçamento" de Salatiel Teixeira Rolim (Chinês), membro fundador do PCBR.

Em 29/08/73, assalto a uma clínica na Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, Rio de Janeiro.

Anos mais tarde, com a anistia e a volta ao Brasil de Apolônio de Carvalho, Antônio Prestes de Paula e vários outros militantes, pôde o PCBR reestruturar-se, atuando, segundo a revista *IstoÉ*, de 05/08/1987, infiltrado no PT.

Fontes:

- Ong Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA) - www.ternuma.com.br

Uma estrutura se arma contra o terror

Na primeira quinzena de setembro de 1970, a Presidência da República, em face dos problemas criados pelo terrorismo, expediu um documento no qual analisava em profundidade as conseqüências que poderiam advir dessa situação e definia o que deveria ser feito para impedir e neutralizar os movimentos subversivos. Tal documento recebeu o nome de *Diretriz Presidencial de Segurança Interna*. De acordo com a diretriz, em cada comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, existiria:

- um Conselho de Defesa Interna (CONDI);
- um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI); e
- um Destacamento de Operações de Informações (DOI).

Todos sob a coordenação do próprio comandante de cada Exército.

Esse Grande Comando Militar, quando no desempenho de missões de Defesa Interna, se denominaria Zona de Defesa Interna (ZDI).

Os **CONDI** - tinham por finalidade facilitar aos comandantes de ZDI a coordenação de ações e a obtenção da necessária cooperação por parte das mais altas autoridades civis e militares, com sede nas respectivas áreas de responsabilidade.

Os **CODI** - tinham a atribuição de garantir a necessária coordenação e execução do planejamento das medidas de defesa interna, nos diversos escalões de comando. Tinham, também, a finalidade de facilitar a conjugação de esforços com a Marinha, a Aeronáutica, o SNI, o DPF e as Secretarias de Segurança Pública (Polícia Civil e Polícia Militar).

O combate ao terrorismo e à subversão só teve êxito a partir do momento em que, cumprindo a "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", os comandantes militares de área baixaram normas centralizando as informações de defesa interna e determinando que as operações de informações fossem realizadas por um único órgão e sob um comando único, o comandante do DOI.

Os **DOI** - tinham a atribuição de combater, diretamente, as organizações terroristas, de desmontar a sua estrutura de pessoal e de material, e de impedir a sua reorganização. Eram órgãos eminentemente operacionais e executivos, adaptados às condições peculiares da contra-subversão e do contraterrorismo.

Em cumprimento à "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", o Exército Brasileiro criou os seguintes DOI, ainda no segundo semestre de 1970:

DOI/CODI/I Exército - Rio de Janeiro;
DOI/CODI/II Exército - São Paulo (em substituição a OBAN);
DOI/CODI/IV Exército - Recife;
DOI/CODI/Comando Militar do Planalto - Brasília.
No ano seguinte, foram criados:
DOI/CODI/5ª Região Militar - Curitiba;
DOI/CODI/4ª Divisão de Exército - Belo Horizonte;
DOI/CODI/6ª Região Militar - Salvador;
DOI/CODI/8ª Região Militar - Belém; e
DOI/CODI/ 10ª Região Militar - Fortaleza.
Em 1974, foi criado o DOI/CODI/III Exército - Porto Alegre.

Dentre os DOI ativados, o de São Paulo era o de maior efetivo, chegando a ter 300 homens. Destes, 40 eram do Exército, sendo 10 oficiais, 25 sargentos e 5 cabos com estabilidade (profissionais).

Considerando que todos os DOI estivessem em pleno funcionamento e considerando ainda que todos tivessem o mesmo efetivo do de São Paulo, o efetivo total do Exército Brasileiro, empenhado no combate à subversão e ao terrorismo, foi no máximo de 400 homens nos DOI e 100 no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília. Esses 500 homens, comparados com o efetivo do Exército (150 mil homens na época), era um número insignificante.

Não conseguimos entender, portanto, a campanha que a esquerda fazia para que o Exército retornasse aos quartéis, para suas atividades normais.

O Exército, mesmo durante a fase em que o terror esteve no seu auge, continuou com as suas atividades normais, com os seus estabelecimentos de ensino, seus quartéis-generais, suas unidades operacionais, enfim, com todas as suas organizações militares funcionando normalmente.

O que o Exército fez para combater a subversão e o terrorismo foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira, que serviu de ensinamento para outros paises.

Isso ocorreu com a criação dos CONDI, dos CODI e dos DOI e com o empenho de apenas 400 homens do seu efetivo distribuídos aos DOI. O restante do pessoal dos Destacamentos de Operações era complementado com os bravos e competentes membros das Polícias Civil e Militar dos estados.

O Exército, por intermédio dos generais-de-exército, comandantes militares de área, centralizou, coordenou, comandou e se tornou responsável pela condução da contra-subversão e do contraterrorismo no País. Os DOI eram a força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados, recebendo e cumprindo suas ordens. Foi a maneira inteligentemente adotada para combater com eficiência o terrorismo. Uma solução que deu certo e que possibilitou neutralizar todas as organizações terroristas.

No Rio Grande do Sul, outro modelo

Mais ou menos na mesma época, em 1969, quando foi criada em São Paulo a Operação Bandeirante (OBAN), era criada em Porto Alegre a Divisão Central de Informações (DCI).

A missão dos dois órgãos era semelhante, isto é, o combate centralizado ao terrorismo.

Enquanto a OBAN era subordinada ao comandante do II Exército, a DCI ficava diretamente ligada ao secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. O secretário era um coronel do Exército.

O comandante do órgão operacional da OBAN era um oficial da ativa, do Exército, bem como o diretor da DCI.

Quanto ao pessoal do órgão operacional da OBAN, o Exército, por meio de seus oficiais, exercia as funções de chefia.

Na DCI, a parte operacional estava afeta ao DOPS. Essas funções eram exercidas por delegados de polícia do DOPS.

O restante do pessoal, do órgão operacional da OBAN, era distribuído entre militares do Exército e das Polícias Civil e Militar. A DCI só fazia a análise dos dados obtidos. Não era operacional.

O órgão operacional da OBAN era um órgão de análise, de informações, de interrogatório e de combate. A DCI fazia análise de informações. Os interrogatórios e as ações de combate eram executadas pelo DOPS.

Com a implantação da nova estrutura nacional para o combate ao terrorismo, foram criados os DOI/CODI e a OBAN foi extinta. Em Porto Alegre, a DCI continuou o seu trabalho até 1974, quando o DOI/CODI/III Exército foi criado.

O primeiro diretor da DCI foi o cel Alberto Gusmão e depois o major Átila Rohrsetzer, meu colega de turma desde os tempos da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. O trabalho no Rio Grande do Sul foi facilitado por uma grande harmonia entre o III Exército, o secretário de Segurança, o diretor da DCI e o diretor do DOPS.

Tudo o que se passava, chegava imediatamente ao conhecimento do III Exército. No Setor de Operações do DOPS, o delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas operações, chefiava equipes que trabalhavam com eficiência, sempre em consonância com as diretrizes do III Exército.

Foi assim, baseado nessa estrutura - alicerçada no trabalho eficiente da equipe da DCI e da atuação do delegado Seelig e de seu pessoal - que o III Exército combateu, com pleno êxito, o terrorismo no Rio Grande do Sul. Basta dizer que, até janeiro de 1971, foram presos 256 terroristas, inclusive Diógenes Sobrosa de Souza, um dos assassinos do tenente Mendes, no Vale da Ribeira.

apreendidas 15 metralhadoras, 49 pistolas automáticas, vários rifles, 9 automóveis, 27.650 dólares e grande soma em cruzeiros. Em dois anos, os terroristas, somente no Rio Grande do Sul, realizaram vários assaltos a bancos, colocaram várias bombas em prédios públicos e tentaram seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre.

Depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi no Rio Grande do Sul que o terrorismo esteve mais atuante, principalmente pela existência da fronteira com a Argentina e o Uruguai, que facilitava o movimento de militantes que iam e vinham transportando dólares, armamento, munição e documentos para as organizações terroristas.

A estrutura do Rio Grande do Sul se manteve em razão das características da área e do excelente relacionamento entre as autoridades do Exército e os membros da Secretaria de Segurança Pública. Esse sistema de trabalho, adotado unicamente no Rio Grande do Sul, somente teve êxito devido ao trabalho harmônico entre o DOPS, o major Átila, o delegado Seelig e a 2ª Seção do Estado-Maior do III Exército. Foi o tipo de organização que poupou o Exército de muitos desgastes e aborrecimentos, mas, em compensação, prejudicou e desgastou o major Átila e os policiais do DOPS, especialmente o delegado Pedro Carlos Seelig que, até hoje, sofre as conseqüências, por ter cumprido com o seu dever, combatendo com eficiência o terrorismo no solo gaúcho.

Fonte:

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.

Quando o espírito de corpo é imprescindível

No dia 28 de setembro, o general Canavarro, comandante do II Exército, chamou-me ao seu gabinete de comando e disse:

> "Major, amanhã o senhor vai assumir o comando do DOI/ CODI/II Ex. Estamos numa guerra. Vá, assuma e comande com dignidade."

Cumprindo a sua determinação, no dia 29/09/70 assumi o comando daquele Destacamento e lá permaneci até 23/01/74, quando fui transferido para Brasília.

A partir do dia que passei a trabalhar no DOI, a minha vida particular e a minha carreira passaram a sofrer os mais variados testes. Grandes pressões psicológicas pesaram sobre mim e meus familiares. Sobre meus ombros iriam cair imensas responsabilidades. Vidas humanas passariam a depender das minhas decisões. Até aquele momento, desde cadete, acostumara-me a viver num Exército que não combatia de verdade.

Iniciava-se, para mim e minha família, uma total mudança de hábitos, que só viríamos a sentir com o passar dos meses.

Era uma vida de sacrifícios e de privações. Residia num edifício onde moravam oficiais do II Exército, na Avenida São João. Noite e dia, uma equipe do DOI, dentro do meu apartamento, dava proteção à minha família. Nessa época, só a minha filha mais velha era nascida. Quando ela ia para as aulas no maternal, sempre era acompanhada pela equipe de segurança que nos dava proteção. Minha mulher não se continha e ficava o tempo todo na porta da escola, enquanto duravam as aulas.

As ameaças de seqüestro, tanto de minha mulher como de minha filha, eram constantes. Praticamente, mudava o número do telefone mensalmente.

Quando assumi o comando do DOI foi que vi a precariedade do órgão. Ele ficava junto ao 36° Distrito Policial, na esquina das Ruas Tutóia com Tomaz Carvalhal, na capital paulista.

As instalações eram péssimas, acanhadas e nos foram cedidas pela Secretaria de Segurança Pública. Ficavam num prédio dos fundos do Distrito Policial, onde trabalhávamos amontoados, separados por tabiques de madeira. Ali se concentravam as salas de interrogatório, os trabalhos burocráticos, a sala do comandante. Parte da carceragem nos foi cedida pelo 36° DP. Uma ala para os presos comuns do DP, outra para os subversivos e terroristas.

Inicialmente nosso efetivo, oriundo das mais variadas organizações policiais e militares, era assim constituído:

- Exército - 4 oficiais, 12 sargentos e dois cabos antigos;
- Polícia Militar do Estado de São Paulo - 15 oficiais, 22 sargentos e 35 cabos e soldados;
- Polícia Civil do Estado de São Paulo - 12 delegados e 8 investigadores;
- Aeronáutica - 1 tenente, 1 sargento e 3 cabos;
- Polícia Federal - 1 agente.

Quanto ao pessoal do Exército, só eram designados capitães com o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Nunca trabalhamos com sargentos e cabos que não fossem profissionais. Os únicos soldados que prestavam serviços no DOI pertenciam ao 2° Batalhão de Polícia do Exército e o trabalho consistia, unicamente, em guarnecer 3 postos de sentinela.

O regime de trabalho era misto. O pessoal do Comando e da Administração trabalhava, diariamente, das 8 às 18 horas. O pessoal das Equipes de Busca e de Interrogatório tinha um regime de 24 horas de trabalho por 48 horas de folga. Não tínhamos alojamentos. O pessoal dormia nas próprias viaturas.

No início das operações tínhamos quatro C-14 emprestadas e dois Volks cedidos por uma Autarquia.

O serviço de comunicações deixava muito a desejar. Um rádio em cada C-14, emprestados pela Polícia Militar. A nossa rede de rádio era a mesma da PM.

Quanto ao armamento a situação era pior. Os elementos da PM traziam o armamento e a munição cedidos pelas suas unidades. Nós do Exército e o pessoal da Polícia Civil usávamos nossas armas particulares. A munição, insuficiente.

A segurança das instalações era precária. A guarda externa, ostensiva, estava a cargo de um Destacamento da Polícia Militar, tendo como armamento as velhas metralhadoras INA, que funcionavam mal. Isso me preocupava muito. Já havíamos apreendido em "aparelhos" levantamentos de nossas instalações e planos para atacá-las. Isso poderia acontecer a qualquer momento. Se um comando terrorista resolvesse invadir o DOI para resgatar os presos, certamente haveria uma chacina. Jamais permitiríamos que conseguissem realizar esse intento.

Era necessária, com urgência, uma completa reformulação quanto ao nosso efetivo, quanto à estrutura organizacional, ao armamento, às viaturas, às instalações, ao apoio logístico e administrativo e à segurança do pessoal.

Uma das primeiras medidas que tomei foi a de colocar, no lugar de maior destaque das nossas instalações, um mastro para que, diariamente, pudéssemos hastear a bandeira do Brasil. Outra medida foi a formatura geral do Destacamento, no início do expediente. Aproveitava a oportunidade para falar aos meus subordinados e lembrar-lhes que estávamos, ali, lutando e arriscando as nossas vidas pela Pátria. Dizia-lhes que o mesmo fora feito, ao longo dos anos,

por nossos antepassados. Citava, então, passagens da nossa história, quando brasileiros tinham perdido a vida praticando atos heróicos e destemidos em defesa da Pátria. Recordava as lutas para manter a integridade do território brasileiro. Falava dos nossos mortos quando combatemos a Intentona Comunista em 1935 e, também, do heroísmo dos nossos pracinhas na FEB.

Constituíamos um grupo heterogêneo quanto à formação. Uns militares, outros civis. A condução desses homens deveria ser adaptada a essa peculiaridade. Eles deveriam ser comandados dentro de uma disciplina que buscasse o meio termo, entre a civil e a militar.

O DOI/CODI/II Ex era um órgão novo, que entrara em combate desde o início de sua formação. Para que o êxito fosse ascendente, era necessário que existisse um arraigado espírito de corpo e que o moral de seus integrantes fosse o mais elevado possível.

As condições peculiares do nosso trabalho não poderiam afastar-nos de uma linha de conduta exemplar. A corrupção, o suborno, o achaque, a proteção a contraventores eram crimes que jamais admitiríamos em um integrante do DOI/CODI/II Ex.

Procurávamos ressarcir os nossos homens das despesas em serviço. A título de gratificação, o pessoal do Exército e da Polícia Militar passou a receber, por mês, dez diárias de alimentação. A Polícia Civil não pagava diárias, entretanto, os delegados e os investigadores que serviam no DOI eram promovidos por merecimento, tão logo completassem o interstício mínimo na classe onde se encontravam. Ainda, como medida para elevar o moral dos nossos homens, conseguimos que o governo do Estado de São Paulo considerasse como relevante o serviço prestado no DOI.

Para o pessoal do Exército, o tempo de serviço no DOI passou a ser considerado arregimentado, ou seja, era considerado como se prestado nos quartéis, o que pesaria no momento das promoções.

Também, como reconhecimento pelo trabalho efetuado, cerca de noventa de nossos membros receberam a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração outorgada pelo Exército Brasileiro àqueles que cumpriram o seu dever com risco de vida.

O general Humberto de Souza Mello, durante o período em que comandou o II Exército, sempre teve um especial carinho para com todos os membros do DOI. As suas visitas inopinadas normalmente ocorriam horas depois de regressarmos de alguma operação arriscada. Nessas ocasiões, lá estava o nosso comandante, elogiando a bravura de nossos homens, impulsionando-os, cada vez mais, para o cumprimento do dever. Isso elevava o moral e aumentava o espírito de corpo.

Existiam também as visitas programadas, feitas periodicamente. Nessas, ele ia acompanhado dos generais que serviam na capital paulista,

do seu Estado-Maior, do secretário de Segurança Pública, do comandante da Polícia Militar, do delegado geral de Polícia e de outras autoridades.

Quando os chefes militares iam oficialmente ao II Exército, a visita ao DOI constava, invariavelmente, da programação oficial.

Como o trabalho de combate ao terrorismo era conjunto, as visitas de membros do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e do SNI eram rotineiras.

Durante uma dessas visitas o general Humberto tomou conhecimento de que a guarda externa do DOI era constituída, somente, por soldados fardados da Polícia Militar. Quando se dirigiu a nós, assim se expressou:

> "A partir de amanhã desejo ver aqui, também guarnecendo esse DOI, soldados do nosso Exército, numa demonstração pública, muito clara, de que o Exército Brasileiro também está empenhado nessa guerra. A partir de amanhã, a responsabilidade pela guarda do DOI ficará sendo do Exército Brasileiro e da Polícia Militar."

Para nossa felicidade, tivemos como chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército o coronel Mário de Souza Pinto. Era um oficial de prestígio e competente. Em Santa Maria-RS, havia comandado o Regimento Mallet, onde se destacou como um dos melhores comandantes daquela unidade militar, a mais tradicional da Artilharia. Tive a felicidade de tê-lo como chefe, em pleno período de combate. Tinha todas as qualidades que um subordinado espera de seu comandante: justo, amigo, eficiente, companheiro, corajoso. Chamava a atenção quando errávamos e elogiava quando acertávamos. Era um oficial sério e correto e não admitia deslizes, corrupção, falta de caráter. Se alguém cometesse uma falta dessas, sua mão era bastante pesada para punir.

É, portanto, com tristeza, que vejo a esquerda revanchista inventar que nossos salários eram complementados com dinheiro de empresários; que dávamos proteção e cobertura a marginais; que nos apossávamos do dinheiro e de bens das pessoas que eram presas; que no DOI estuprávamos mulheres; que introduzíamos objetos em seus órgãos sexuais; que torturávamos e prendíamos não só crianças, como pais, irmãos e parentes de presos que nada tinham a ver com a subversão e o terrorismo.

Isso, jamais aconteceu!

Seguidamente sou apontado como chefe de homens que praticaram tais atos. Eu jamais os permitiria.

Para que o leitor possa avaliar o meu perfil profissional, transcrevo abaixo um elogio que recebi do coronel Souza Pinto. Longe de querer me valorizar, ele serve para mostrar como um chefe desse quilate me considerava:

> "A 19 maio 71, foi público a seguinte referência elogiosa formulada pelo cel. Mário de Souza Pinto, nos seguintes termos: - Major Art. CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA - Servindo na 2ª Seção há quase 2 anos e, há 8 meses, na Chefia do Destacamento de Operações e Informações, caracteriza-se o Major Ustra por uma invulgar dedicação às diferentes e complexas tarefas inerentes a sua função. Possuidor de excepcional capacidade de trabalho, tem uma personalidade marcante que se pode traduzir como a de um homem de extrema lealdade, tranqüilidade interior absoluta, grande honestidade de propósitos e de um espírito justo e humano que empolga àqueles que com ele se relacionam. Sua atuação na 2ª Seção, em particular na Chefia do Destacamento de Operações e Informações, é excepcional sob qualquer ângulo ou aspecto. Eficiência, objetividade, realismo, coragem, destemor, desprendimento e relacionamento humano são qualificativos que se ajustam, perfeitamente, a este ótimo Oficial de Estado-Maior. Sua capacidade de liderança é sobejamente demonstrada nos resultados qualitativos obtidos pelas diferentes equipes que compõem o Destacamento de Operações, em suas atuações nas 24 horas do dia. É, pois, para um Chefe, uma satisfação e um dever de justiça, elogiar, como ora o faço, um auxiliar com tais méritos e qualificações (INDIVIDUAL)."

Se não bastassem as dificuldades enfrentadas pelos nossos homens, muitas vezes éramos surpreendidos com a incompreensão de companheiros e de alguns chefes. Muitas vezes, quando alguns de meus subordinados iam às suas unidades de origem, ouviam, não raro, dos seus comandantes, reprimendas por estarem vestidos em trajes civis, com a barba e o cabelo grandes. Outros reclamavam da falta que faziam na instrução da tropa, pois, embora no DOI, continuavam ocupando vaga no quartel.

Para impedir que tais fatos tornassem a acontecer, foi encaminhado às Organizações Militares do II Exército o Ofício Circular, que abaixo transcrevo

"MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - COMANDO DO II EXÉRCITO - QUARTEL GENERAL - São Paulo, SP

Do comandante do II Exército - Ao...

Assunto: Integrantes do DOI/CODI/II Ex - Of nº 35-E2, CIRCULAR.

Tendo chegado ao conhecimento deste comando que, em algumas OM deste Exército, há uma certa incompreensão relacionada com seus próprios elementos que integram o Destacamento de Operações e Informações do CODI/II Ex, face à apresentação pessoal dos mesmos, impostas pelas circunstâncias que tipificam a natureza da luta em que estão empenhados, resultando mesmo em atitudes de má vontade para aqueles que, com bravura, denodo e coragem estão na 1ª linha de combate ao terrorismo, dou por muito bem recomendado que todos os comandantes e chefes de OM dêem o máximo de apreço e prestígio àqueles que pertencem a este Destacamento e que esclareçam a todos os seus subordinados das responsabilidades e perigos enfrentados, para que se crie um ambiente de reconhecimento e de admiração, por aqueles que, diuturnamente, arriscam suas vidas na manutenção da segurança interna e salvaguarda de nosso estilo de vida.

General de Exército Humberto de Souza Mello - Comandante do II Exército."

Para mitigar as agruras impostas pelo cumprimento de nossas missões, restava-nos quase tão-só a consciência de que lutávamos pelo Brasil, pelo nosso povo e pelos nossos familiares. Felizmente, porém, havia chefes como o que assinou a nota acima, que nos levavam a palavra firme e amiga.

O moral elevado, a coesão e espírito de corpo eram o tesouro e a mola impulsora do nosso sucesso.

Estávamos em guerra contra um inimigo fanático e solerte.

Graças a Deus soubemos vencê-lo.

Primeira visita do general Humberto de Souza Mello ao DOI/CODI/II Ex

General Humbero de Souza Mello em visita ao DOI/CODI/II Ex

Ao DOI/CODI/II Exército uma estrutura dinâmica

Era necessária uma reestruturação do Órgão Operacional, herdado da antiga OBAN, para torná-lo dinâmico e adequado para enfrentar e vencer, o mais rápido possível, o terrorismo em São Paulo.

Mediante entendimentos entre o Comando do II Exército e o governo do Estado, foram cedidas ao DOI 50% das dependências do 36° DP, inclusive toda a carceragem.

Com os recursos recebidos do governo do Estado, foi construído um prédio de dois andares, reformadas e adaptadas as instalações existentes. Construímos alojamentos para o pessoal de serviço, salas de interrogatório, garagens, oficina mecânica e melhoramos as instalações para os presos. Foram edificados muros mais altos e instaladas guaritas elevadas para as sentinelas. O combustível passou a ser fornecido pela Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Do Ministério do Exército recebemos armamento, munição, viaturas, pneus, peças sobressalentes, um moderno Sistema de Comunicação Rádio, bem como verbas adequadas para o pagamento de telefones, compra de material de expediente, arquivo, máquinas de escrever, copiadoras, alimentação, serviço de rancho e refeitório.

O efetivo foi aumentado, atingindo 300 homens. Moças da Polícia Feminina da PMESP e da Polícia Civil foram requisitadas, assim como mecânicos, datilógrafos, operadores de rádio.

O delegado titular do 36° Distrito Policial, Dr. Paschoal Manteca, era atencioso e de fino trato, o que possibilitou uma convivência harmônica entre o 36° DP e o DOI.

Concomitantemente, mudamos a organização do DOI, tornando o trabalho centralizado e compartimentado, onde cada homem desempenhava uma função específica.

Estávamos prontos para atuar ofensivamente e procurar os terroristas onde quer que eles estivessem. Agora, podíamos trabalhar dentro de um minucioso planejamento, em que um Estado-Maior estudava todas as situações, de modo que as decisões só fossem tomadas após uma análise profunda e cuidadosa.

Organograma do DOI/CODI/II Exército

Seção de Contra-Informações

A Seção de Contra-Informações era diretamente subordinada ao comandante do DOI. Cabia a ela orientar o pessoal quanto ao cumprimento das normas de segurança do Destacamento, de cada um de seus integrantes e de suas famílias; e divulgar os cuidados a tomar quanto à maneira de se vestir, de se deslocar pela cidade, na vida em sociedade e no relacionamento familiar. Um membro do DOI não deveria revelar, nem mesmo à família, o tipo de trabalho que realizava, os motivos de seus horários incomuns e nada a respeito do órgão onde trabalhava, nem mesmo a sua localização. Havia sempre um telefone de referência, caso houvesse necessidade de um contato urgente com a família. Essas eram regras básicas que davam segurança às informações, ao trabalho contínuo do DOI, ao pessoal e à sua família.

A compartimentação era outra norma de segurança levada a sério. Uma seção não sabia nem deveria saber o que se passava na outra. Cada um cumpria a sua missão, sem tomar conhecimento do que se passava com os outros.

Outro trabalho importante era o cuidado na seleção do pessoal para evitar que o inimigo infiltrasse em nosso meio um adepto ou um simpatizante.

Como o efetivo era muito variado, deixávamos a seleção do pessoal a cargo dos órgãos ou unidades de origem. Na Polícia Militar, a triagem era feita pela 2ª Seção do Estado-Maior Geral. Às vezes, um de nossos membros indicava um parente ou um amigo para servir conosco, mas, mesmo assim, havia um estudo preliminar na 2ª Seção da Polícia Militar. Já na Polícia Civil a indicação era feita pelo DOPS. No Exército, o II Exército designava as unidades que deveriam fornecer oficiais e praças para integrar o DOI. A escolha era do comandante da unidade.

Houve o caso de um sargento da Polícia Militar que seria um infiltrado de uma organização terrorista no nosso Destacamento, mais precisamente numa Turma de Busca e Apreensão. Creio que ele seria mais um simpatizante do que um infiltrado, pois, se é que passava informações aos nossos inimigos, fazia-o mais num caráter geral. Poderia ter repassado nomes de pessoas que com ele trabalhavam ou alguma coisa que se passava na sua Seção de Busca e Apreensão. Se ele estivesse trabalhando como agente infiltrado, teria causado danos irreparáveis às instalações, à segurança individual de nossos agentes e à segurança durante o desencadeamento de nossas operações.

Como nosso trabalho era compartimentado, tudo o que lá se passava era mantido no mais absoluto sigilo. Era um trabalho de inteligência e todo o cuidado deveria ser tomado para não denunciar as nossas intenções. Da Seção de Informações e de Análise recebíamos a matéria que, segundo ela, poderia ser usada para um trabalho de contra-informações. Eram documentos apreendidos em apa-

relhos, análise de depoimentos de presos, documentos recebidos de outros órgãos, enfim, tudo o que poderia nos ajudar nesse importante trabalho.

Quando o capitão chefe dessa seção selecionava um assunto que poderíamos usar para esse tipo de trabalho, ele me consultava e discutíamos o problema. Aprovado o tipo de operação, tudo permanecia "fechado" e ninguém mais, além do comandante do DOI e da Seção de Contra-Informações, era informado a respeito da operação que seria iniciada.

As operações de contra-informação tinham, também, outras finalidades.

Uma delas consistia em "queimar" um militante perante a sua organização. Operação delicada que deveria ser escudada em fatos irrefutáveis. Às vezes, essa oportunidade surgia durante uma "cobertura de ponto". Observávamos o indivíduo cobrindo um ponto e dávamos ordem para que ele não fosse preso, só os seus contatos. Após uns três ou quatro militantes terem "caído" nessas coberturas de pontos, a organização começava, naturalmente, a desconfiar. Isso tudo ia num crescendo. Paralelamente, vazávamos que fulano ou beltrano estava trabalhando para nós, dando até um codinome para o nosso "informante e colaborador."

Esse tipo de trabalho, devido a sua complexidade, era mais usado em alvos compensadores, geralmente os mais altos dirigentes das organizações terroristas ou um militante de Grupo Tático Armado (GTA).

Existem alguns "colaboradores" que continuam "queimados", até hoje.

Combatendo com as mesmas armas

No início de 1972, "caíram" a gráfica e alguns redatores do jornal *Venceremos*, órgão oficial da ALN, fartamente distribuído no meio estudantil.

Com o material apreendido e o assessoramento técnico dos presos fizemos um "*Venceremos*" idêntico ao deles, em que publicávamos matéria obtida nos interrogatórios. Não inventávamos nada, apenas escrevíamos sob outra conotação. Como os dirigentes estudantis pertenciam a organizações terroristas e eles escondiam isso, colocávamos seus nomes e a organização a que pertenciam. Quando denunciávamos a prisão de estudantes em "luta pela democracia", colocávamos os crimes que eles praticaram. Quando eles desviavam recursos dos Centros Acadêmicos para as organizações, agradecíamos as doações. A nossa distribuição, também muito farta, atingia o mesmo alvo, os estudantes.

Eis alguns exemplos:

> "Cinco de dezembro de 1971. Nessa data um comando de três combatentes da Ação Libertadora Nacional executava uma missão no bairro Sumaré/SP. À mesma hora, a Polícia Militar realizava uma batida de rua, com controle e vistoria de carros. Entre os guerrilheiros

estava José Milton Barbosa (Rafael, Cláudio, Castro), que morreu no choque que se seguiu com as forças da repressão.

Zé Milton teve uma brilhante carreira revolucionária, sempre ao lado da causa popular. Dentre as ações expropriatórias de que participou, contam-se as seguintes: cinco assaltos a supermercados; oito assaltos a indústrias diversas; assalto à PUC e à Escola Pentágono; dez expropriações de carros; dois assaltos a agências da Light e muitas expropriações de placas. Além disso, Zé Milton contava em seu acervo com vários outros tipos de ações como: seqüestro de três motoristas e dos respectivos carros; incêndios de ônibus, casas e automóveis; a morte do cabo Martinez; quatro panfletagens armadas e, finalmente, o assalto a um soldado do Exército com a expropriação de uma submetralhadora INA.

Por outro lado Linda Tayah, companheira de Zé Milton, ferida na cabeça no mesmo tiroteio, foi levada para o Hospital das Clínicas onde foi operada. "Até hoje não há notícias do seu paradeiro".

"Ainda em dezembro, caíram os companheiros André Tsutomu Ota (Bio), da Física da USP, e Marli Gomes Carvalheiro (Marta), professora de Geografia. André participou de várias ações guerrilheiras, destacando-se várias expropriações de automóveis e placas; assalto à Escola Pentágono; atentado a bomba no recinto da Esso Brasileira de Petróleo; vários levantamentos para assaltos e panfletagens armadas."

"O ano de 1972 começou com a morte de Hiroaki Torigoe (5 janeiro) em tiroteio com a polícia. Este companheiro revolucionário possuía grande número de ações, muitas das quais foram realizadas para a ALN e outras para o Movimento de Libertação Popular (Molipo). Dentre elas destacam-se as expropriações: da tesouraria da PUC; de uma fábrica em Vila Mariana; das fábricas Dejan e AMF; do restaurante Biherhalle, e de uma máquina off-set. Além disso, Torigoe havia incendiado um ônibus na Vila Brasilândia (com a morte do cabo Martinez); seqüestrado o motorista de um caminhão da Swift e distribuído sua carga numa favela; assaltado uma agência do Ministério do Trabalho e uma radiopatrulha em Santo André, com expropriação de uma INA."

"No dia 20 de janeiro morriam, também, em tiroteio com a polícia os companheiros Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher. No combate os dois conseguiram eliminar um cabo da Operação Bandeirante que, inadvertidamente, se aproximara dos mesmos, pedindo que se identificassem. Alex tinha curso de guer-

rilha em Cuba e, tal como Gelson, era um companheiro experimentado em ações expropriatórias."

"No princípio de fevereiro foi preso o companheiro Ladislau Crispim de Oliveira (Lalau), estudante de Economia, responsável pelo setor gráfico da ALN. Entretanto, este companheiro já foi devidamente substituído pela organização em seu trabalho especializado de confecção e impressão do "*Venceremos*". Desse modo a circulação do nosso jornal não ficará interrompida com a queda daquele quadro."

"Poucos dias depois caíam os companheiros José Ricardo Campolim de Almeida (da Economia/PUC), coordenador de uma base do PCdoB; Edjalma Dias, presidente do Leão XIII (da Economia/PUC), também militante do PCdoB, e Walter Joly (Julinho), ex-militante do PCB, da VPR e, atualmente, no Setor de Massa da ALN. "Julinho" fazia Pedagogia Filosofia/PUC e foi presidente do Diretório da Filosofia. Os revolucionários agradecem pela valiosa colaboração prestada por esses companheiros, os quais não hesitaram em colocar o DA Leão XIII e o DA/Filosofia São Bento a serviço das organizações guerrilheiras, ora contribuindo em dinheiro, ora contribuindo com papel para impressão do nosso "*Venceremos*". Mas o que é mais lamentável é que as quedas dos companheiros Ladislau, Joly, Campolim e Edjalma vieram frustrar, momentaneamente, o plano das organizações guerrilheiras de vencerem as eleições para o DCE/PUC, o qual se converteria numa importante base de ataque à ditadura e ao imperialismo estrangeiro. A propósito, foi bem engendrado o plano para as eleições que deveriam ser realizadas no primeiro semestre deste ano: concorreriam duas chapas, sendo uma integrada por militantes e simpatizantes da ALN e a outra seria composta por estudantes da AP e do PCdoB. Claro que o nome dos componentes das chapas não seria conhecido nem dos votantes: os eleitores votariam em chapas e era exatamente isto que se constituiria num autêntico avanço no sistema de eleições para as entidades estudantis, porquanto o DCE passaria a ser o elo que ligaria a massa (os estudantes) às organizações guerrilheiras - vanguardas na luta contra a ditadura e o imperialismo."

Resolvemos agradecer ao jornal *O São Paulo* pelo apoio prestado, com o seguinte "Editorial" que publicamos na última página de um dos nossos "*Venceremos*".

"A posição política do Papado (!).

Quem conhece a história da atuação política do Papado, certamente estranha os termos da fala que recentemente Paulo VI

dirigiu aos padres em geral, recomendando-lhes que se omitissem de participar na vida política das comunidades em que tais curas atuam.

Sua Santidade parece ter cometido uma séria "gafe" em seu pronunciamento, pois se esqueceu, ou não se lembrou, de que a Igreja é uma instituição da sociedade e, por isso, os clérigos que a compõem são homens e, como tais, têm, também, necessidades de relacionamento com as demais instituições: sociais, políticas, econômicas e artísticas.

A Igreja não vive por si e para si, mas ela vive da sociedade e para a sociedade e a participação do clero nos diversos setores de uma comunidade é fato necessário, compreensível. Portanto, isolar os curas da vida global comunitária é um erro elementar de luta política. Parece-nos agora que o melhor pronunciamento de SS teria sido o silêncio, porque, pelo menos, não apareceria seu equívoco político. E, assim como nós, pensa também o participante clero brasileiro.

Neste momento por que passa o Brasil, o único jornal (dentro da imprensa legal e corrompida) que se ergue em defesa dos direitos humanos é *O São Paulo*, órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo, cujo redator é o bravo cônego Amaury Castanho, que conta com o apoio da cúpula eclesiástica paulista e a cobertura nos sermões e nos microfones da Rádio Nove de Julho.

A propósito dessa participação política do clero paulista, a direção de *O São Paulo* foi muito feliz ao escolher a "capa" da última edição desse jornal, onde aparece a figura não de um judeu errante, faminto, triste e desencorajado, mas a figura de um Cristo altivo, participante e procurado (um Cristo guerrilheiro, num cartaz semelhante aos de "terroristas procurados" que a ditadura espalhou pelo Brasil todo).

Mas não é só em São Paulo que o eco do Papa se perde no vazio; é em termos de Brasil total, pois toda a opinião pública tem acompanhado, diariamente, os pronunciamentos dos bispos da CNBB, fazendo "ouvido surdo" a quem quer que tente impedir seus pronunciamentos políticos. Bravos. É isso mesmo. Refutemos, na prática, a infeliz tese papal da não-participação do clero na política de suas comunidades: Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil."

Esse era o trabalho da Seção de Contra-Informação, usando o veneno da serpente contra ela própria, com inteligência, cuidado e pertinácia.

Setor de Operações de Informações
Preito de gratidão ao meu subcomandante

Este setor compreendia a Seção de Investigações, a Seção de Informações e Análise e a Seção de Busca e Apreensão. Seu chefe era, também, o subcomandante do DOI. Cabia ao setor coordenar o trabalho das seções que lhe eram diretamente subordinadas.

Durante o meu comando, a função de chefia do setor foi exercida pelo capitão de Artilharia Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo. O capitão Dalmo, infelizmente falecido, era um oficial extraordinário. Calmo, tranqüilo, ponderado, inteligente e corajoso. Um chefe que decidia com rapidez e com justiça. Seu método de trabalho era dinâmico, objetivo e de muita inventiva. Sempre contei com o seu incondicional apoio. Um grande amigo.

Os dados obtidos de uma organização terrorista eram devidamente selecionados, aprofundados e levados ao chefe do Setor de Operações de Informações para uma acurada análise e uma tomada de decisão de como melhor aproveitá-los. Era ele quem decidia qual a seção que ficaria encarregada da missão, quando o trabalho deveria ser encerrado e, também, quando, devido às circunstâncias, o trabalho iniciado por uma delas devia ser transferido para outra.

Em princípio, procurávamos nos engajar no combate a uma organização de cada vez. Quando, na mesma época, surgiam fatos que nos conduziam a outra organização eles não eram desprezados e, em geral, adotávamos a técnica de acompanhar os seus militantes, de seguir seu rastro, de não perder o contato tão procurado e desejado. Se possível, deixávamos uma "ponta" num compasso de espera, aguardando a hora oportuna para neutralizá-la.

Isso tudo quem decidia era o chefe do setor.

Logo promovido a major, Dalmo era de uma criatividade muito grande. Foi dele a idéia da operação citada neste livro "A melhor defesa é o ataque". Depois desse acontecimento, praticamente, cessaram os ataques às viaturas militares.

O "Relatório Periódico de Informações do II Exército", datado de setembro de 1975, um documento CONFIDENCIAL, publicado pelo *Correio Braziliense* em 17 de outubro de 2004, apresentava o seguinte "Relatório de Estatística do DOI/CODI/II Ex, até 30 de setembro de 1975:

a.Presos pelo DOI 2.381
- Encaminhados ao DOPS/SP 870
- Encaminhados a outros órgãos 193
- Liberados 1261
- Mortos 47
- Evadidos 1

b.Recebidos de outros órgãos 899
- Encaminhados ao DOPS/SP 341
- Encaminhados a outros órgãos 330
- Liberados 220
- Evadidos 2
- Mortos 3

c.Elementos que prestaram informações e foram liberados . 3419

d.Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declarações 126

Dos dados estatísticos acima consta o número de mortos: 47+3 =50.
A imprensa, em manchetes, publicou;

"Monografia reconhece 54 mortes no DOI-SP" (*O Globo*, 09/01/2000).
"Exército contabilizou mortos no Doi-Codi" (*Correio Braziliense* 17/10/2004).

As manchetes em si já são tendenciosas. Induzem o leitor a pensar que as mortes aconteceram dentro do DOI e não a realidade: mortes em combate. Essa mesma imprensa deixou de publicar que, no mesmo período, só em São Paulo, os terroristas mataram, entre civis, policiais e militares 53 pessoas e feriram 14 membros do DOI/II Ex. Não tenho dados para citar quantas pessoas eles feriram no total.

Os dados estatísticos de uma tropa em combate, obrigatoriamente, têm de citar a quantidade de prisioneiros, de desaparecidos, de feridos, de mortos. Se o Exército omitisse o número de mortos, as manchetes provavelmente seriam "Exército esconde o número de mortos". Sempre admitimos que houve mortos.

Desses mortos, dois, segundo minhas pesquisas, suicidaram-se no DOI: o jornalista Vladimir Herzog, em 25/10/75; e o operário Manuel Fiel Filho, em 17/01/76. Os demais a esquerda aponta como sendo mortos por tortura, jamais em combate.

Eles, quando contam a sua versão, sempre omitem a orientação que a maioria das organizações dava aos seus militantes de jamais se entregarem e de morrerem lutando. Alguns até portavam cápsulas de cianureto.

Neste livro, em inúmeras oportunidades, relato os combates travados com os Grupos Táticos Armados (GTA) das organizações terroristas. Foram inúmeras as baixas que lhes causamos. Deixei de citar todos porque, nas minhas pesquisas, para fazer um relato verdadeiro, foi muito difícil encontrar os processos. Não tenho, como a equipe de D. Evaristo, os recursos e o pessoal em abundância que, no STM, vasculhou os processos para escrever o *Brasil Nunca Mais*, com tendenciosas conclusões.

Além dos combates, inúmeras vezes os presos, ao serem soltos para cobrir um ponto, tentaram a fuga. Em outras oportunidades, o contato com quem se encontrava no "ponto", ao perceber que seu companheiro estava preso, entregava-lhe uma arma e os dois reagiam. Existiram situações em que o preso tinha um "ponto de polícia", previamente marcado, quando a organização tentava o seu resgate. Nesses casos, normalmente, no entrevero, corriam risco de morte, tanto os militantes como os agentes da lei. Além disso, alguns morreram atropelados, tentando a fuga ou cometendo o suicídio.

Mesmo nos casos mais evidentes, com depoimentos de testemunhas, eles negam que seus militantes tenham sido mortos em combate. Quando isso acontecia e eles morriam em ação, ou se suicidavam em plena rua, afirmam que o preso foi ferido, não foi socorrido e foi levado para o DOI para ser morto sob tortura.

Quando rebatemos essas falsidades, logo aparecem militantes que estiveram presos no DOI e que foram preparados ideologicamente para mentir pela causa, fazendo declarações e afirmando que testemunharam cenas bárbaras. A palavra deles, em coro, com o aval de setores da imprensa, prevalece sobre a nossa que não encontra apoio na mídia.

Poucas são as mortes que eles admitem não terem ocorrido sob tortura. É o caso das mortes de Ishiro Nagami e Sérgio Correia, ambas no dia 04/09/1969, na Rua da Consolação, São Paulo, quando transportavam bombas que explodiram antes da hora. Nesse caso, eles não alegam que os dois terroristas tenham sido levados para o DOI, pois seria impossível. Seus corpos se desintegraram, com a violência da explosão. Até hoje, não se sabe onde seria o atentado que iriam praticar.

Aqueles que, com isenção, procurarem os processos arquivados na Justiça, encontrarão, com detalhes, as causas das mortes ocorridas no combate ao terrorismo.

Seção de Investigações

A Seção de Investigações era constituída por 20 Turmas de Investigação, cada uma com seu próprio carro - um automóvel comum, quase sempre um Volks - todos equipados com um rádio transmissor-receptor fixo e outro móvel. Cada membro da turma tinha uma pistola 9 mm ou um revólver calibre .38 e uma metralhadora Beretta 9 mm. À sua disposição estavam os meios de disfarce, como barbas e bigodes postiços, perucas e óculos. Contavam com várias placas frias para constante troca durante o trabalho de "paquera" (operação montada para seguir um subversivo). Utilizavam máquinas fotográficas sofisticadas para a época. As turmas contavam, também, com o apoio das mulheres da Polícia Feminina, da PMESP e da Polícia Civil, designadas para servir no DOI.

Seu chefe era o capitão do Exército, da arma de Artilharia, Ênio Pimentel da Silveira. Um oficial extraordinário, talhado para o Serviço de Informações. Extremamente competente e de uma coragem invulgar. Nossa amizade era muito grande. Eu o considerava como um irmão mais moço.

Seu subchefe era o capitão do Exército, da arma de Cavalaria, Freddie Perdigão Pereira. Um oficial com muita capacidade de trabalho e grande inteligência. Valente e destemido, fora ferido no Rio de Janeiro quando e, com bravura, enfrentou terroristas. Os ferimentos deixaram seqüelas que acabaram prejudicando a sua saúde, levando-o, prematuramente, à morte.

O trabalho nessa seção era exaustivo. Não havia hora para começar nem para terminar. A missão ditava os horários de trabalho e de folga.

Os integrantes da seção não efetuavam prisões, interrogatórios ou buscas. Só entravam em combate quando era absolutamente necessário.

O responsável por qualquer operação em andamento saía do Destacamento com os recursos necessários para manter as turmas na rua, sem o apoio do DOI, no mínimo por um dia. Levava, também, o dinheiro necessário para custear a viagem imprevista de alguns agentes. Isso ocorria quando, durante uma "paquera", o suspeito se dirigia a uma estação rodoviária e partia para outra cidade. Imediatamente, dois dos nossos agentes tomavam o mesmo ônibus.

O Setor de Operações de Informações era avisado. Enquanto a viagem transcorria, entrávamos em ligação com o DOI situado na sede de destino do ônibus. Quando o suspeito desembarcava, lá os esperavam, para segui-lo, as Turmas de Investigação daquele DOI.

Em Porto Alegre, como não tínhamos DOI, era o delegado Pedro Carlos Seelig, do DOPS, da Secretaria de Segurança que, com sua equipe, continuava o trabalho.

Era a Seção de Informações que fazia o trabalho de infiltração nas organizações terroristas. Isso podia ser concretizado por meio de um agente nosso

- o que era extremamente arriscado e perigoso - ou, como era mais comum, empregando um próprio militante da organização que aceitasse trabalhar para nós. Evidentemente, nesse caso, ele continuava militando na organização, correndo o risco de ser "justiçado" por ela, caso seu trabalho a nosso favor viesse a ser descoberto.

Assim, quando infiltrávamos um militante éramos obrigados a tomar muitas medidas de segurança, das quais destacamos:

- Só o chefe, o subchefe e, no máximo cinco agentes, da Seção de Investigações sabiam a verdadeira identidade do infiltrado e mantinham contato com ele. O assunto era fechado, mesmo para o restante da seção. Eu, como comandante, só sabia que tínhamos um infiltrado em determinada organização e o seu codinome.
- O infiltrado jamais poderia ser preso e, muito menos, ser conduzido ao DOI.
- Para evitar vazamentos, era proibido tomar depoimentos, ou fazer qualquer anotação a respeito do infiltrado.

Enquanto a Seção de Contra-Informações escolhia militantes para queimá-los, fazendo crer que eram infiltrados, a Seção de Investigações fazia o contrário, dando a máxima segurança ao verdadeiro infiltrado para que ele jamais fosse descoberto.

A infiltração era um processo demorado, mas, com certeza, ela evitava muitas ações terroristas e permitia chegarmos mais rápido à direção da organização.

Quando conseguíamos um bom infiltrado, íamos aos poucos "levantando" os movimentos dos seus companheiros, fotografando e seguindo seus contatos, que iam se ampliando de tal maneira que podíamos seguir os novos suspeitos sem a necessidade do nosso infiltrado.

Quando estávamos nessa fase, geralmente alugávamos apartamentos próximos dos "aparelhos" ocupados pelos terroristas. Desse modo podíamos vigiá-los melhor e fotografá-los, sem provocar suspeitas. O nosso pessoal passava a "residir" nesses imóveis alugados e mantinha uma conduta normal, sem demonstrar que eram policiais. A missão deles consistia em informar os hábitos dos militantes vigiados, tais como: hora da saída e chegada em casa, carro usado, roupa com que saíam pela manhã, placa do carro, uso de maleta para carregar documento ou armas.

A "derrubada" (prisão) isolada de um militante só acontecia em caso de extrema necessidade. A técnica era deixar que tudo transcorresse normalmente, até a obtenção de todos os dados possíveis. Quando chegávamos a essa

situação, decidíamos "derrubar" quase todos os militantes. Essa operação ficava por conta da Seção de Busca e Apreensão.

Escolhíamos os que deveriam "cair" (ser presos) e os que deixaríamos em liberdade. Esses serviriam como uma "ponta" que, normalmente, nos levaria a outra organização. Quando ocorria uma "derrubada geral", era comum os remanescentes procurarem a proteção de seus camaradas de outras organizações.

Outro motivo que nos forçava a deixar alguns militantes em liberdade era o infiltrado, pois, se somente ele continuasse solto, as suspeitas logo recairiam sobre ele.

Seção de Informações e de Análise

Durante o meu tempo de comando no DOI, a chefia da seção foi exercida pelo capitão de Infantaria André Leite Pereira Filho, já falecido. Era um auxiliar competente. Possuía grande capacidade de trabalho, era inteligente e conduzia com êxito os importantes trabalhos a ele relacionados. Era um oficial corajoso e, inúmeras vezes, deixou sua função para auxiliar nas missões mais arriscadas, executadas por companheiros de outras seções. Era leal, empreendedor, dinâmico, amigo e solidário.

A seção era constituída por duas subseções: a de análise e a de interrogatório.

A Subseção de Análise fazia o estudo da documentação apreendida em poder dos terroristas. Decifrava códigos; escolhia os alvos que poderiam ser "queimados" perante as suas organizações; analisava os interrogatórios dos presos e, como resultado dessa análise, elaborava outras perguntas que deveriam ser feitas. Pesquisava em cada depoimento as possíveis contradições.

Ao estudar o material apreendido, procurava antecipar-se, evitando possíveis ações terroristas, alertando sobre os levantamentos feitos para "justiçamentos", seqüestros, assaltos e outros atentados. Muitas ações terroristas foram evitadas pelo eficiente trabalho da subseção.

A Subseção de Interrogatório tinha três turmas, cada uma chefiada por um capitão do Exército, auxiliado por três interrogadores e um carcereiro. Cada turma trabalhava em regime de 24 horas por 48 horas de folga. Essa subseção tomava os depoimentos preliminares dos presos. Seu trabalho era muito dinâmico. Quando um preso "abria um ponto", um "aparelho" ou qualquer outro dado importante, o capitão chefe da Turma de Interrogatório levava esses dados, imediatamente, ao chefe do Setor de Operações de Informações, que acionava, conforme o caso, as Turmas da Seção de Busca e Apreensão ou a Seção de Investigações.

Quando esses dados eram obtidos depois do expediente normal, o capitão chefe da Turma de Interrogatório, que também era o oficial de dia, tomava as providências necessárias para acionar as Turmas de Busca e Apreensão.

Seção de Busca e Apreensão

Cabia à Seção de Busca e Apreensão fazer a cobertura de "pontos"; neutralizar "aparelhos"; apreender material subversivo; coletar dados; conduzir presos aos hospitais, aos presídios, ao DOPS e à Auditoria Militar; e efetuar as prisões. Trabalhava em regime de 24 horas de trabalho por 48 horas de folga. Era composta por três equipes: A, B e C. Cada equipe com quatro turmas. Cada turma tinha os seguintes meios:

- Pessoal:
  Chefe - oficial da Polícia Militar ou delegado de Polícia.
  Integrantes - quatro agentes que poderiam ser sargentos do Exército ou da Polícia Militar, investigadores da Polícia Civil, cabos ou soldados da Polícia Militar.
  Motorista - cabo ou soldado da Polícia Militar.

- Viaturas:
  Cada turma tinha à sua disposição três tipos de viaturas - C-14, Opala ou Kombi, todas equipadas com rádio transmissor-receptor. O chefe da turma escolhia a viatura de acordo com o tipo de missão.

- Armamento:
  Cada agente, de acordo com a missão, tinha à sua disposição o seguinte armamento - pistola 9 mm ou revólver calibre .38, fuzil FAL, espingarda calibre 12, granadas de mão ofensivas e defensivas, granadas fumígenas e de gás lacrimogêneo.

- Proteção:
  Colete à prova de balas.

O trabalho da seção era o mais arriscado, pois era ela que enfrentava os Grupos Táticos Armados das organizações terroristas (GTA).

Material bélico apreendido em "aparelho"

Interrogatório

Quando um terrorista era preso, a fase crucial da prisão, tanto para ele como para nós, era a do interrogatório.

As prisões eram efetuadas, normalmente, pelas Turmas de Busca e Apreensão, sendo o preso conduzido para o DOI, a fim de ser interrogado.

Quando a prisão era planejada, a Turma de Interrogatório Preliminar já o aguardava com a documentação referente a ele, preparada pela Subseção de Análise. Sabíamos pela sua ficha: seus codinomes, organização à qual pertencia, ações armadas em que tomara parte, localização do seu "aparelho", contatos e outros dados.

Antes de iniciar o interrogatório, procurávamos dialogar com ele, analisando a sua situação, mostrando os dados de que dispúnhamos a seu respeito e o aconselhávamos a dizer tudo o que sabia, para que pudesse sair o mais rápido possível da incomunicabilidade.

Porém, quando ocorria uma prisão inopinada, geralmente desconhecíamos quase tudo a respeito e o interrogador necessitava obter alguns dados essenciais, tais como: o nome verdadeiro, o codinome, a localização do seu "aparelho", o próximo "ponto" e seus contatos.

Quando "caía" um terrorista, o tempo era precioso e a incomunicabilidade indispensável, pois, de acordo com as normas de segurança estabelecidas pelas organizações subversivas, todo o terrorista possuía uma "hora teto" para retornar ao seu "aparelho". Caso a hora fosse ultrapassada e ele não chegasse, o militante com quem vivia abandonava o "aparelho", levando a documentação comprometedora e o material bélico existente.

Outra norma de segurança era quanto à cobertura de "pontos". O militante era obrigado a "cobrir", no mínimo, um "ponto normal" a cada 24 horas e, caso "furasse" um desses pontos, restava ainda como segurança cobrir um "ponto alternativo". Caso ele ou o seu contato faltasse a um desses pontos, o motivo provável era que um dos dois estivesse preso. Imediatamente, toda a rede que mantinha ligação com eles era avisada da provável "queda". Por isso, o preso deveria "segurar" ao máximo os seus encontros e ganhar o maior tempo possível, mentindo e nos conduzindo a um "ponto frio" ou a um "ponto de polícia". O interrogador tinha de ser bastante hábil e inteligente para não se deixar enganar.

Se fôssemos combater os terroristas com as leis comuns, com o habeas-corpus a todo vapor, de nada adiantaria que ele "abrisse um ponto", o seu "aparelho" ou as próximas ações. A organização tomaria conhecimento imediato de sua prisão e nossa ação, no sentido de neutralizá-la, estaria prejudicada.

Quando um militante "caía", normalmente com documentação falsa, as primeiras perguntas eram:

- Qual o seu nome verdadeiro?
- Qual o seu codinome?
- Qual o seu próximo "ponto"?
- Onde se localiza o seu "aparelho"?

A partir dessas quatro perguntas, iniciava-se uma batalha contra o tempo. De um lado o interrogador, necessitando, urgentemente, das respostas concretas para as perguntas que formulara. Do outro, o terrorista mentindo e ganhando tempo, fornecendo endereços falsos, "pontos de polícia" e "pontos frios". Às vezes tentava o suicídio engolindo uma pílula de cianureto que, apenas lhe causava problemas sérios, levando-o até a internações hospitalares. Com isso, ganhava tempo, os companheiros desconfiavam de sua prisão e abandonavam o aparelho.

As organizações terroristas conscientizavam o militante de que, se no ato da prisão não pudesse resistir até a morte, depois de preso deveria tentar o suicídio.

A ALN em um documento sobre comportamento na prisão diz textualmente:

> "O suicídio é uma mera antecipação de uma morte certa."
> "Morrer é passividade, mas matar-se é ato."

Segundo Taís Morais e Eumano Silva, em seu livro *Operação Araguaia* - Geração Editorial, página 95:

> "O partido preparava militantes para morrer na luta. Apanhados, jamais deveriam colaborar com a repressão. Nada poderiam revelar que ajudasse na captura dos guerrilheiros, mesmo torturados. Muitos guardavam a última munição para cometer suicídio, em caso de prisão."

O preso, por sua ideologia, por seu companheirismo, por seu fanatismo, ou por medo de represália da sua organização, que poderia "justiçá-lo", tentava iludir-nos e ganhar o máximo de tempo possível.

Do nosso lado, tínhamos de cumprir nossa missão:

- Continuar o combate cerrado contra a sua organização;
- Reduzir, ao máximo, e com toda a rapidez possível, as ações armadas por eles planejadas;
- Neutralizar a sua organização, desmantelando-a e impedindo-a de se reorganizar.

Quando a prisão era planejada, a nossa rapidez também era necessária, embora, nesse caso, dispuséssemos um pouco mais de tempo para as respostas às nossas perguntas. Dessa forma, necessitávamos saber qual e quando seria a próxima ação terrorista.

Tanto para a prisão planejada como para a inopinada, ao longo dos dias o interrogatório continuava. Necessitávamos conhecer o organograma da organização, os seus contatos e como foi aliciado. A fase do interrogatório culminava com uma declaração de próprio punho, na qual o preso, sozinho, fazia um relato manuscrito de toda a sua militância.

Quem já teve acesso a essas declarações, arquivadas no Superior Tribunal Militar, verificou que, pela maneira como foram escritas, pela letra firme, pela coerência como os fatos foram revelados, pela clareza com que o preso expõe a sua vida íntima na organização, jamais poderá dizer que tais depoimentos tenham sido feitos sob tortura.

É absolutamente falsa a versão que os subversivos difundem, dizendo que essas declarações eram datilografadas para que o preso as copiasse.

Também é falsa a afirmação que o pessoal do DOI/II Ex usava capuz para cobrir o rosto, durante os interrogatórios.

Ponto frio

No "ponto frio", o preso afirmava ter um encontro com um companheiro e inventava o lugar, a data e a hora. Era conduzido para o local indicado. Evidentemente, não encontrava com ninguém, mas ganhava tempo e ainda tinha a oportunidade de, como estava solto e apesar de vigiado a distância, tentar fugir. Alguns, muito fanáticos e altamente comprometidos, tentavam o suicídio jogando-se de viadutos ou contra veículos em movimento, seguindo a orientação da organização.

Reforçando o que escrevo, reproduzo trecho de um artigo de Flávia Gusmão, publicado no *Jornal do Commércio* de Recife, em 22 de junho de 1998, sob o título "Luta Armada é Coisa de Mulher":

> "O depoimento de Etienne faz falta, principalmente levando-se em consideração o seu currículo: linha de frente no seqüestro do embaixador suíço Giovanni Bucher; presa e torturada, inventou um ponto em Cascadura (RJ) e, para não entregar nomes jogou-se sob um ônibus".

Observação: trata-se de Etienne Romeu, da direção nacional da VPR.

Caso semelhante foi o suicídio de Antônio Benetazzo. Pertencia ao Comando Nacional do Movimento de Libertação Popular (Molipo) e acabara de regressar de Cuba, onde havia feito um curso de guerrilha.

Ao ser preso, em seu aparelho foram encontradas munições e armas, além de uma farda de oficial do Exército, o que nos fez crer que, provavelmente, estaria sendo planejado um atentado a alguma instituição militar.

Benetazzo nos levou a um típico "ponto frio". Solto no local, para o que pensávamos ser um contato marcado com um companheiro, rapidamente, aproveitando a passagem de um caminhão, jogou-se sob suas rodas.

Seu suicídio ocorreu no dia 30 de outubro de 1972, por volta das 15 horas, na Rua João Boemer, em São Paulo, e foi publicado com destaque pela imprensa paulista.

Na ocasião, foi aberto inquérito policial para apuração do fato. O encarregado do inquérito, na Delegacia de Polícia de Ordem Social, tomou o depoimento de Nelson Aparecido Francischin, que dirigia o caminhão. Esse inquérito foi encaminhado ao Superior Tribunal Militar, onde deve estar arquivado.

Como sabemos, os subversivos têm procurado reescrever a história, deturpando-a e contando-a ao seu modo. Desacreditam testemunhas. Tentam desmentir os médicos legistas. Põem em dúvida os jornais e as autoridades da época.

A seguir, transcrevo o que se encontra publicado, de maneira mentirosa e deturpada, no *site* www.torturanuncamais, a respeito do mesmo episódio:

> "No dia 2 de novembro, os jornais paulistas publicavam nota oficial, divulgada pelos órgãos de segurança, fazendo crer que Benetazzo teria falado de um suposto encontro com companheiros na Rua João Boemer, no bairro Brás, São Paulo, e que lá chegando, teria tentado a fuga sendo atropelado e morto por um pesado caminhão. Tal versão é desmascarada por vários testemunhos de presos políticos que se encontravam no DOI/CODI/SP na época da prisão e assassinato de Benetazzo, que afirmam ter ele sido torturado até a morte.
>
> Outro fato de relevância no desmascaramento da nota oficial é a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar do suposto atropelamento a que se refere à versão dos órgãos de segurança responsáveis pelo seu assassinato."

A versão apresentada pelo Grupo Tortura Nunca Mais é falsa. O atropelamento realmente ocorreu. Nada foi forjado. A imprensa, como pode ser constatado em qualquer pesquisa, divulgou o fato confirmando-o, cada jornal escrevendo a matéria, conforme a vontade de seus redatores.

Quando o preso morria num tiroteio ou num acidente desse gênero, ele era retirado do local e levado para o DOI, onde o corpo aguardava os trâmites legais para o seu encaminhamento ao IML.

As razões desse procedimento eram necessárias, pois os terroristas, seguidamente, agiam com uma cobertura armada. Se permanecêssemos preservando o local, aguardando os procedimentos da Polícia Técnica, estaríamos sujeitos a uma represália dos terroristas que, em uma ação desse tipo, poderiam nos atacar e atingir os curiosos. Quando o preso não morria era, imediatamente, levado para o hospital.

Como a existência do acidente não pode ser desmentida, alguns grupos criaram outra versão, também falsa, de que Benetazzo, quando se jogou sob o caminhão, não morreu, foi ferido e voltou para o DOI, onde acabou morto por tortura.

Ponto de polícia

Se o preso tinha a possibilidade, tentava a fuga ou o suicídio. O "ponto de polícia" era previamente marcado entre os militantes para que, em caso de prisão, a organização tomasse conhecimento da "queda" do militante. A falta ao "ponto normal" e ao "alternativo" era um indício de sua prisão. O contato iria ao local marcado como "ponto de polícia" no dia e hora combinados. Se o preso aparecesse, a organização tinha certeza de sua prisão. Nesse caso, havia duas alternativas:

- o contato se retirava, tentando não ser identificado;
- a organização montava um esquema armado para tentar resgatar o preso.

Nos casos de tentativa de fuga ou resgate, invariavelmente, havia reação da equipe responsável pelo preso e, conseqüentemente, o saldo era de mortos e feridos.

A seguir, relato um exemplo, ocorrido durante a cobertura de um "ponto de polícia".

O terrorista Wellington Moreira Diniz (Noventa), da VPR, ao tentar entrar em um "aparelho" da organização, na cidade do Rio de Janeiro, foi surpreendido pelos policiais que já o haviam "estourado" e, no seu interior, montavam uma "campana" aguardando quem nele pretendesse entrar. Reagiu à prisão, atirando com suas duas armas. Wellington foi ferido no tiroteio, mas também feriu três agentes do DOI/CODI/I Ex. Preso, foi conduzido ao DOI. Durante o interrogatório abriu um "ponto" para o dia 18/04/70, uma semana depois da sua prisão, com um dos dirigentes da VPR, Juarez Guimarães de Brito (Juvenal), no bairro Jardim Botânico, na zona sul carioca.

A Equipe de Interrogatório ficou desconfiada. Uma semana era um prazo muito longo para a cobertura de um "ponto normal". O mais provável era que o

preso estivesse mentindo e fornecendo um "ponto frio" ou um "ponto de polícia". As Equipes de Busca e Apreensão, responsáveis pela cobertura do ponto, foram alertadas para que o planejamento da ação fosse preparado com cuidado. O preso possivelmente estaria tentando a fuga ou, então, a VPR poderia tentar um resgate. E estavam certos.

Como ele faltara à cobertura de vários pontos, a VPR desconfiou da sua "queda" e discutiu a conveniência de cobrir, ou não, o "ponto de polícia", acertado entre seus militantes para essas ocasiões. Resolveram que o ponto seria coberto por Juarez Guimarães de Brito (Juvenal) e sua mulher Maria do Carmo Brito (Lia), que partiram para a cobertura, num Fusca.

Wellington foi conduzido para cobrir o ponto no seu próprio jipe. Ao se aproximar do local, foi deixado só, dentro do carro, com a orientação de que o conduzisse até o local escolhido pela VPR para a cobertura do ponto.

Este era um momento crucial: um terrorista preso, sozinho num jipe, dirigindo-o em pleno trânsito carioca, numa rua movimentada como a Jardim Botânico. O mínimo que poderia acontecer era ele tentar a fuga, em desabalada carreira. Assim, todo o cuidado era pouco e a responsabilidade do pessoal do DOI era maior ainda.

Quando chegou ao local do ponto, Wellington estacionou o jipe e permaneceu no volante, observando o movimento do local. Wellington viu quando o Fusca, com dois passageiros, se aproximou e passou pelo jipe, sem parar. Nessa ocasião, fez um gesto, avisando que estava preso. Eles perceberam o aviso e continuaram em frente. Wellington respirou aliviado, pois seus companheiros viram que ele estava preso. Pensou que tivessem "dado o pinote", o que, segundo a gíria deles, significava fugir. Não foi o que aconteceu. Eles pararam o Fusca junto a uma feira livre, logo adiante, onde "Lia" saltou, comprou verduras e as colocou no interior de uma sacola e, no fundo da mesma, um revólver calibre 22, de sua propriedade. A seguir, pagou a um garoto para que entregasse a sacola ao rapaz que estava sentado no jipe, estacionado. Quando o garoto se aproximou do jipe os policiais se acercaram dele, tomaram a sacola e apreenderam o revólver. A seguir, conduziram Wellington de volta ao DOI.

Enquanto isso acontecia, outra equipe cercou o Fusca. Maria do Carmo, que já se encontrava no Volks, sacou a arma e começou a atirar. Os policiais revidaram.

Maria do Carmo e Juarez tinham feito um pacto de morte, que seria executado numa situação como essa. Juarez, cumprindo a sua promessa, tomou a arma da mão de Maria do Carmo e deu um tiro no próprio ouvido. Morreu na hora. Maria do Carmo não teve a coragem de se suicidar. Entregou-se aos policiais. No seu aparelho, na Gávea, foi encontrado o plano para o seqüestro

simultâneo de quatro embaixadores estrangeiros e muitas anotações que permitiram desmontar várias ações da VPR que estavam sendo planejadas.

Necessidade da rapidez nas operações

A nossa estrutura permitia acompanhar a evolução de cada operação, de acordo com o princípio da oportunidade, mas sem fugir à necessária centralização do comando.

Para dar uma idéia do dinamismo da nossa atuação, citarei um exemplo ocorrido em 1972.

Em meados desse ano, um membro do Comando Nacional de uma das organizações terroristas viajou para Porto Alegre, com a finalidade de presidir uma reunião do Comando Regional, da mesma organização, na capital gaúcha.

A equipe coordenada pelo delegado Pedro Carlos Seelig, que acompanhava os passos dos membros da organização, surpreendeu-os em plena reunião. O militante paulista, quando interrogado, forneceu o endereço do seu "aparelho" em São Paulo. "Entregou" também um outro "aparelho", do qual desconhecia o endereço, mas sabia como chegar até ele.

Eram aproximadamente 17 horas, quando o delegado Seelig, por telefone, nos transmitiu os dados obtidos no interrogatório.

Imediatamente, determinamos que uma Turma de Busca e Apreensão, partisse para neutralizar o "aparelho", cujo endereço nos fora fornecido.

Era necessário trazer, o mais rápido possível, de Porto Alegre o militante paulista para que ele nos conduzisse ao segundo "aparelho".

Entramos em ligação com o Dr. Romeu Tuma, delegado de polícia, de grande competência profissional, homem de confiança do então secretário de Segurança, coronel R/1 Sérvulo da Mota Lima. O Dr. Tuma, a partir da gestão do coronel Sérvulo, passara a ser o elemento de ligação entre o II Exército e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Explicamos ao delegado que íamos entrar em contato com o nosso chefe e que, talvez, houvesse necessidade de conseguir, por intermédio da SSP, um avião para recambiar para São Paulo uma pessoa altamente comprometida, presa em Porto Alegre.

Telefonamos para o nosso chefe, dando-lhe ciência dos fatos e pedindo-lhe autorização para o deslocamento de dois homens à capital gaúcha. Autorização concedida, retornamos a ligação ao Dr. Tuma, confirmando a necessidade do avião.

Em meia hora, o Dr. Tuma resolveu o problema e nos comunicou que, no Aeroporto de Congonhas, um táxi aéreo fora contratado pela SSP e já se encontrava à nossa disposição.

Às 20h30, decolava para Porto Alegre o chefe da Subseção de Análise e um interrogador, recebidos no Aeroporto Salgado Filho pelo delegado Seelig. Na viatura do DOPS/RS, pronto para retornar para São Paulo, já se encontrava o militante que fora a Porto Alegre presidir a reunião da Regional.

Enquanto isso, a nossa Turma de Busca e Apreensão já havia "estourado" o "aparelho" do Comando Nacional. O armamento foi apreendido e os membros da Subseção de Análise recolheram a documentação encontrada.

Às 8 horas da manhã, o táxi aéreo chegava com o preso que, durante o trajeto, continuou sendo interrogado. Quando saltaram em Congonhas, uma outra Turma de Busca e Apreensão o levou direto do aeroporto, para que indicasse a localização do segundo "aparelho".

Logo depois, essa turma "estourava" o esconderijo. Face à rapidez da operação foram presos, antes que pudessem reagir, mais dois terroristas.

No local, foram apreendidas armas, munições, granadas e bombas de fabricação caseira.

Entre a documentação apreendida constavam planos para o seqüestro de um dos diretores da Ford do Brasil.

Ainda pela manhã, no início do expediente, já comunicávamos ao chefe da 2ª Seção do II Exército o que ocorrera.

O diretor da Ford foi alertado para que providenciasse uma segurança pessoal e tomasse mais cautela.

Era assim, dinâmica e objetivamente que trabalhávamos.

Fontes:

- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada* - Editora Globo.

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio.*

- Projeto Orvil.

Para combater o terrorismo, leis especiais

Nossos acusadores reclamam com freqüência de nossos interrogatórios. Alegam que presos "inocentes" eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam de nossas invasões nos "aparelhos", sem mandados judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo, amparado nas leis normais, elaboradas para um cidadão comum. Os terroristas não agiam como cidadãos comuns.

As medidas de exceção como o AI-5, a suspensão do habeas-corpus, a incomunicabilidade por 30 dias, a Lei de Segurança Nacional e outras, tão criticadas, foram necessárias para desmantelar as organizações terroristas. O terrorismo só pode ser combatido, eficientemente, com leis especiais, exatamente como no passado fizeram os brasileiros.

O terrorista é um combatente que optou por um tipo de guerra, a guerra revolucionária. Dentro desse contexto, milita no âmbito de uma organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países, interessados em apoiar essa guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na clandestinidade; possui mecanismos de segurança eficientes, em que a compartimentação os isola da maioria dos seus companheiros; vive infiltrado no seio da população; não usa uniforme; ataca sempre de surpresa; seqüestra, mata, assalta e rouba em nome do seu ideal revolucionário; vive em "aparelhos"; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a soldo de uma organização para a qual dedica todos os seus dias.

Por agir em nome de uma ideologia, quer ter o direito de emboscar, de assaltar, de roubar, de seqüestrar e de assassinar. Para isso, quando pratica tais crimes, lança panfletos em que se justifica, dizendo que faz a "justiça revolucionária".

Quando ataca, é um combatente que julga ter o direito de fazer justiça com as próprias mãos. Quando é atacado, exige ser considerado como um combatente, mas nunca age como um soldado.

Quando o governo percebe que, mesmo empenhando a polícia e utilizando os métodos tradicionais de combate aos marginais, a guerrilha continua crescendo a ponto de abalar as instituições democráticas, resolve empregar as Forças Armadas. Quando se chega a esse ponto, ou elas acabam com a guerrilha, ou, então, o Estado é derrotado.

Nesse ultimo caso, o País é obrigado a conviver com a guerrilha que, ocupando áreas do território nacional, estabelecerá um governo paralelo, como é o caso da Colômbia.

Quando as Forças Armadas, com determinação, enfrentam a guerrilha, o terrorista exige ser tratado de acordo com as leis que amparam o cidadão

comum, intitula-se preso político, denuncia arbitrariedades e exige tratamento segundo a Convenção de Genebra.

De acordo com a Convenção de Genebra, para países em guerra declarada, os combatentes capturados serão considerados prisioneiros de guerra, quando integrarem as Forças Armadas desses países. Os terroristas que atuavam no Brasil não poderiam ser considerados prisioneiros de guerra.

Qual o país que adota a Convenção de Genebra para os prisioneiros acusados de terrorismo?

Estão, portanto, errados aqueles que nos acusam de ter esquecido as lições recebidas na Academia Militar, quando nos ensinaram a respeitar as normas da Convenção de Genebra.

Guerra é guerra. Terrorismo é terrorismo.

Em nenhum lugar do mundo, terrorismo se combate com flores.

Após o período de incomunicabilidade, que de acordo com a periculosidade do preso durava de poucas horas até o máximo de 30 dias, ele tinha um excelente tratamento, muitas vezes melhor que o dispensado aos prisioneiros de guerra. Nunca estiveram confinados em campos de concentração, como preconiza a Convenção de Genebra. Comiam a mesma comida que nós. Recebiam a visita de seus familiares não só todas as semanas, mas, também, nas datas especiais, como a de seus aniversários. Ceavam na noite de Natal na companhia da família. Cumpriam pena em presídios especiais, que eles chamavam de "aparelhão", separados dos delinqüentes comuns, onde continuavam, infelizmente, a ser doutrinados pelos companheiros.

Muitos afirmam que existiram excessos no tratamento dos terroristas presos. Mas, se existiram, foram poucos. Não foi a regra constante. Durante os "anos de chumbo", ao depor na Justiça, os subversivos e terroristas usavam o argumento da tortura para justificar as confissões existentes nos processos e a delação de companheiros, feitas quando interrogados pelos órgãos de segurança. Com isso, além de escapar da condenação ou de uma pena mais severa, também se livravam de uma pena pior, o julgamento dos "tribunais revolucionários". Poucos foram os que, em juízo, confirmaram suas ações.

Quando é mais fácil criticar

Quando as ondas vermelhas, nascidas em Cuba sob a influência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), arrebentaram sobre a América do Sul, espalharam no continente a subversão e o terrorismo.

As entidades clandestinas, criadas sob sua orientação, depois de derrotadas, deixaram um expressivo saldo de vítimas fatais. Aproximadamente, 500 no Brasil, 1.000 no Uruguai, 4.000 no Chile, 30.000 na Argentina, 30.000 no Peru e 45.000 na Colômbia. Nesse último país, o conflito ideológico e a luta armada persistem até os dias atuais, com vítimas anunciadas diariamente.

Se compararmos o tamanho do Brasil e a sua população com a desses países, proporcionalmente, o número de vítimas aqui seria superior a 150.000. Por que essa disparidade? Por que aqui foram 500 e não 150.000?

Seriam os terroristas brasileiros menos inteligentes, menos preparados, menos violentos, menos capazes, menos corajosos, menos organizados que os terroristas uruguaios, chilenos, argentinos, peruanos e colombianos?

Evidentemente que não. O sucesso do combate ao terrorismo no Brasil deveu-se à pronta resposta do Estado, adotando medidas e ações compatíveis com o crescimento da violência e da subversão.

O governo apoiou decisivamente os órgãos de segurança e definiu uma estrutura de segurança interna.

O trabalho desses órgãos foi feito com eficiência, inteligência, determinação, coragem e abnegação. Isso é notório e tem de ser reconhecido. A maneira como combatemos as organizações clandestinas, evitando milhares de mortes e reduzindo o número de famílias enlutadas, foi a mais acertada.

No Brasil, durante os governos militares vivia-se com segurança. Havia ordem, desenvolvimento, pleno emprego, e o povo ordeiro, que não incentivava nem apoiava a luta armada, jamais foi incomodado pelos órgãos de segurança. Somente os militantes terroristas e seus apoios foram reprimidos pelo regime.

O filósofo Olavo de Carvalho comenta o período da luta armada em seu artigo "A nova ordem nacional", publicado em *O Globo*, em 25 /08/2001.

> "Nunca, na história do mundo, uma revolução comunista foi abortada com tão escasso derramamento de sangue como aconteceu no Brasil em 1964. Mesmo o regime autoritário que se seguiu, ao defrontar-se com a resistência armada dos derrotados, conseguiu desarticulá-la com um mínimo de violência: 300 mortos à esquerda, 200 à direita. Eis um placar que não permite

> em sã consciência fazer de um dos lados um monstro de crueldade, do outro uma vítima inerme e angelical, principalmente quando se sabe que a guerrilha não foi um último recurso encontrado por opositores desesperados após o esgotamento das alternativas legais, mas a retomada de uma agressão que, subsidiada e orientada desde Cuba, já havia começado em 1961, em pleno regime democrático.
>
> Muito menos é razoável admitir a hipótese mongolóide - ou mentira pérfida - de que guerrilheiros armados, treinados e financiados pelo governo genocida de Fidel Castro, fossem democratas sinceros em luta contra a tirania, em vez daquilo que de fato eram: agentes revolucionários a serviço da mais sangrenta ditadura do continente que só se opunham a um autoritarismo de direita em nome de um totalitarismo de esquerda."

Alguns criticam os métodos usados para pacificar o País. Alegam que o Estado respondeu com violência excessiva à ação dos terroristas. Afirmam que a vitória poderia ser alcançada usando outra forma de combate.

Até já se declarou que:

> "a ação militar naquele período não foi institucional. Alguns militares participaram, não as Forças Armadas. Foi uma ação paralela."

Não é verdade. Nós fomos designados oficialmente para um órgão oficial, criado por uma diretriz presidencial e estávamos sob as ordens do general comandante da área, o qual prestava contas de suas ações ao ministro do Exército. Dizer que as Forças Armadas não participaram da luta armada e que foi uma ação paralela de alguns militares é, no mínimo, um desrespeito ao comandante militar da área ao qual estávamos subordinados, ao ministro do Exército e até ao presidente da República, que havia assinado a diretriz que criara os DOI.

Alguns nos acusam de desrespeitar as normas da Convenção de Genebra.

Só quem estava frente a frente com os terroristas, dia e noite, de arma na mão, arriscando sua vida nos pode julgar.

É fácil criticar quando não se viveu essa época e somente se conhece a versão apresentada por setores da mídia controlados por ex-subversivos.

É fácil criticar quando o governo, por ter, em postos-chaves, ex-subversivos e até ex-terroristas, premia assassinos, assaltantes e terroristas com altos salários e indenizações milionárias, como se fossem heróis.

É fácil criticar quando, mesmo vivendo na época da luta armada, só se tomou conhecimento da situação em gabinetes atapetados e refrigerados, sem ouvir um tiro e jamais ter visto um terrorista, nem mesmo preso.

É fácil criticar quando não se tinha sob sua responsabilidade a vida de subordinados, e não se ouvia o sibilar dos tiros em seus ouvidos.

É fácil criticar quando não se esteve envolvido numa guerra em que o inimigo tinha a iniciativa das ações, escolhendo o alvo, a forma, o local e a hora do ataque.

É fácil criticar quando não se estava sujeito a "justiçamento", seqüestro, sabotagem e atentado.

É fácil criticar quando as famílias estavam seguras e não corriam riscos.

Não queríamos a luta armada, não a desejamos, não a procuramos, nem estávamos preparados para ela. Lamentamos a morte de jovens que foram iludidos, fanatizados e usados por experientes militantes comunistas.

O confronto, que não iniciamos, mas que vencemos, preservou a democracia. Tanto é verdade que, hoje, muitos dos derrotados de ontem, os mesmos militantes das organizações clandestinas, estão no governo, eleitos pelo povo.

Essa guerra, hoje censurada e reescrita por alguns derrotados e revanchistas, permitiu aos governos contra-revolucionários alavancar o desenvolvimento, tornar-se respeitado na comunidade internacional e conduzir o Brasil à condição de 8ª economia do mundo.

Quer queiram ou não, foi com o nosso método de combate ao terrorismo que restabelecemos a paz, com um número reduzidíssimo de vítimas.

Em nome dessa gente que fez a hora, verdadeiramente, na defesa do País e dos princípios democráticos é que me atrevi a escrever, procurando repor a verdade dos fatos, tal como os vivenciei.

Seqüestro do embaixador suíço 07/12/1970

As organizações terroristas pretendiam "incendiar" o País na semana do primeiro aniversário da morte de Marighella (4 de novembro). Para isso, entre outras ações, programaram três seqüestros simultâneos. Um em São Paulo, outro no Rio de Janeiro e o terceiro no Nordeste. Seriam pedidos em troca dos seqüestrados duzentos presos. Atuariam "em frente" formada pela VPR, ALN, MR-8, PCBR e MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes).

Com a morte, em 23 de outubro, de Joaquim Câmara Ferreira (Toledo ou Velho), um dos líderes da ALN, as organizações que formariam a "frente" desistiram da execução dessas ações. A VPR que, sozinha, não tinha condições de realizar os três seqüestros, optou apenas por um, o do Rio de Janeiro, e começou os preparativos.

Seis carros foram roubados para a ação.

No dia 7 de dezembro de 1970, por volta das nove horas, na Rua Conde de Baependi, no bairro Laranjeiras, o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, foi seqüestrado pela VPR.

Às 8h45, o embaixador saiu em seu carro Buick, dirigido pelo motorista Ercílio Geraldo, tendo ao seu lado o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo, destacado para segurança do diplomata. Sozinho, no banco traseiro, o embaixador.

Após descer a ladeira do Parque Guinle, o carro do diplomata, que fazia o trajeto de sempre, entrou na Conde de Baependi. O Aero Willys bege, dirigido por Alex Polari de Alverga (Bartô), arrancou e bateu na frente esquerda do Buick. O motorista tentou desviar para a direita, mas foi surpreendido por um Volks azul, dirigido por Inês Etienne Romeu (Alda), que deu marcha à ré e bloqueou o carro do embaixador.

Enquanto isso acontecia, um Volks vermelho, dirigido por Maurício Guilherme da Silveira (Honório), deslocou-se para a retaguarda do carro seqüestrado, onde parou e levantou o capô, simulando uma pane.

Nesse momento, Carlos Lamarca abriu a porta onde estava o segurança Hélio Carvalho de Araújo e deu-lhe dois tiros nas costas, que o atingiram na coluna e o levaram à morte no dia 10 de dezembro. Alex retirou o motorista do carro diplomático e o fez deitar-se na calçada. Inês Etienne Romeu retirou o embaixador e o colocou no Volks azul. Lamarca e Gerson Theodoro de Oliveira (Ivan) transportaram o embaixador, no carro dirigido por José Roberto de Rezende (Ronaldo). Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel), Inês Etienne e Alex fugiram em outro Fusca. Altair Gonçalves Reis (Sorriso) fugiu a pé.

Quando os seqüestradores atravessaram o túnel Santa Bárbara, encontraram Alfredo Sirkis (Felipe), que os aguardava com outro veículo. Nele embarcaram Gerson Theodoro, Lamarca e Bucher.

Rodaram em direção ao subúrbio e trocaram a placa do carro. Finalmente, chegaram ao "aparelho" onde ficaria o embaixador, na Rua Tacaratu, em Rocha Miranda. Tereza Ângelo (Helga) os esperava.

Permaneceram no "aparelho", guardando o embaixador, Lamarca, Herbert Eustáquio, Sirkis, Adair e Tereza Ângelo.

Imediatamente, o governo suíço protestou junto ao governo brasileiro pelo seqüestro de seu embaixador. O encarregado de Negócios da Suíça, no Rio, Willian Rock, recebeu a missão de transmitir ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil o protesto suíço e exigir prontas medidas para libertação do embaixador.

A Suíça classificou o ato como uma violência contra pessoas inocentes e uma violação dos direitos humanos.

O seqüestro foi o mais longo e o mais dramático. As negociações entre o governo brasileiro e a VPR duraram quarenta dias. Os seqüestradores apresentaram uma lista de 70 presos que deveriam ser soltos em troca da vida do embaixador. O governo mudou de tática, dificultando a liberação de alguns presos. Desses, o governo negou a liberação de 13 que já tinham sido julgados, alguns por homicídio. A VPR insistiu e o governo não cedeu. Com a não liberação dos 13 presos, uma facção da organização terrorista quis matar o embaixador. Lamarca e Sirkis não concordaram e vetaram essa medida extrema, por não considerarem uma boa opção política. Após discussões internas, a VPR concordou em apresentar outros nomes.

Finalmente, no dia 13 de janeiro de 1971, 70 presos foram liberados e banidos para o Chile. Em 16 de janeiro, o embaixador Bucher foi solto, depois de 41 dias.

O seqüestro foi considerado uma derrota política para a VPR e uma das causas que provocaram a saída de Lamarca e de sua companheira Iara Iavelberg (Célia) da organização e o seu ingresso no MR-8, no final de março de 1971.

Participaram da ação: Carlos Lamarca - comandante; Alex Polari de Alverga (Bartô); Inês Etienne Romeu (Alda); Gerson Theodoro de Oliveira (Ivan); Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel); Adair Gonçalves Reis (Sorriso); Maurício Guilherme da Silveira (Honório); José Roberto Gonçalves de Rezende (Ronaldo); Alfredo Hélio Syrkis (Felipe); e Tereza Ângelo (Helga).

No dia 13 de janeiro de 1971, os setenta presos, abaixo relacionados, foram banidos para o Chile:

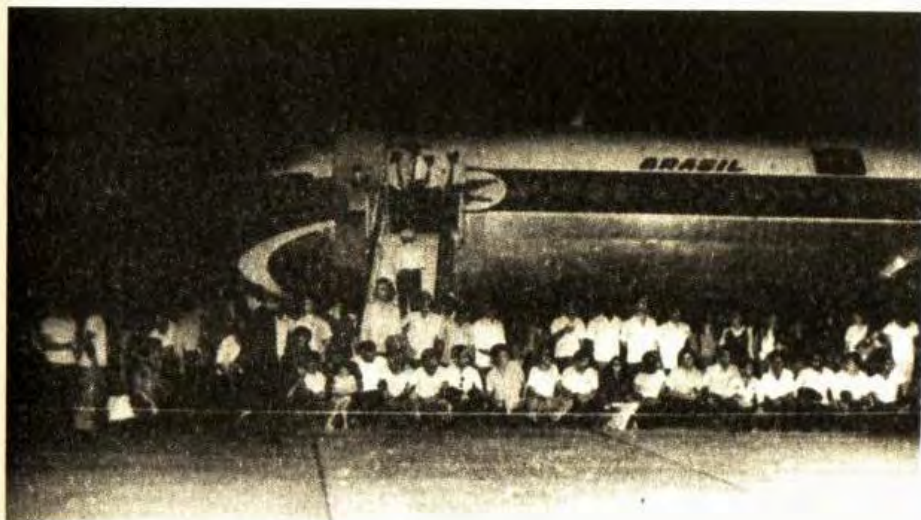
- Militantes da VPR: Antônio Expedito Carvalho Pereira; Antônio Ubaldino Pereira; Aristenes Nogueira de Almeida; Armando Augusto Vargas Dias; Bruno Piola; Christóvão da Silva Ribeiro; Delci Fensterseifer; Encarnacion Lopes Peres; Geni Cecília Piola; Ismael Antônio de Souza; João Carlos Bona Garcia; Jovelina Tonello do Nascimento; Luiz Alberto Barreto Leite Sanz; Manoel Dias do Nascimento; Nelson Chaves dos Santos; Otacílio Pereira da Silva; Pedro Chaves dos Santos; Roberto Antônio de Fortini; Roberto Cardoso Ferraz do Amaral; Roque Aparecido da Silva; Ubiratan de Souza; Valneri Neves Antunes; Wânio José de Matos; e Wellington Moreira Diniz.

- Militantes de outras organizações: Afonso Celso Lana Leite; Afonso Junqueira de Alvarenga; Aluisio Ferreira Palmar; Antônio Rogério Garcia da Silveira; Bruno Dauster Magalhães e Silva; Carlos Bernardo Vainer; Carmela Pezzuti; Conceição Imaculada de Oliveira; Daniel José de Carvalho; Derly José de Carvalho; Edmur Péricles Camargo; Elinor Mendes Brito; Francisco Roberval Mendes; Gustavo Buarque Schiller; Humberto Trigueiros Lima; Irani Campos; Jaime Walwitz Cardoso; Jairo José de Carvalho; Jean Marc van der Weid; João Batista Rita; Joel José de Carvalho; José Duarte dos Santos; Júlio Antônio Bittencourt de Almeida; Lúcio Flávio Uchôa Regueira; Mara Curtiss de Alvarenga; Marco Antônio Maranhão Costa; Maria Auxiliadora Lara Barcelos; Maria Nazareth Cunha da Rocha; Nancy Mangabeira Unger; Paulo Roberto Alves; Paulo Roberto Telles Franck; Pedro Alves Filho; Pedro Viegas; Pedro Paulo Bretas; Rafael de Falco Neto; Reinaldo Guarany Simões; Reinaldo José de Melo; René Louis Laugery de Carvalho; Samuel Aarão Reis; Sônia Regina Yessin Ramos; Takao Amano; Tito de Alencar Lima; Ubiratan Vatutin Herzcher Borges; Vera Maria Rocha Pereira; Washington Alves da Silva; e Wilson Nascimento Barbosa.

Não é difícil verificar quantos desses nomes se incluem no rol dos "perseguidos pela ditadura" e, por essa razão, aquinhoados com as gordas indenizações às custas do combalido contribuinte brasileiro.

O relato desse seqüestro não carrega nas tintas quando aborda a frieza com que Lamarca executou o segurança do embaixador.

Alguém da mídia ou da igreja de D. Paulo Evaristo Arns lembra-se do nome desse homem brutalmente baleado por Lamarca? Carlos Lamarca, no entanto, é festejado como "herói do combate à ditadura"; sua mulher - abandonada por ele, que se amasiou com Iara Iavelberg - recebe pensão de coronel e o assassino frio é hoje nome de logradouros e motivo de filme.

A esperança, entretanto, permanece aquecendo o coração dos brasileiros de bem, que ainda hão de ver o pêndulo da História inclinar-se para o lado da verdadeira justiça.

Banidos em troca do embaixador suíço

Tribunal Revolucionário condena mais um

Henning Albert Boilesen - 15/04/1971

Quando o general José Canavarro Pereira assumiu o comando do II Exército, em São Paulo, em maio de 1969, as autoridades policiais estavam perplexas com as modalidades de banditismo, inéditas para os padrões da época.

Era a guerrilha urbana, de ideologia comunista, que estava atuando de forma inovadora.

Entre 1960 e 1970, as organizações terroristas enviaram 219 militantes para fazer cursos de guerrilha em Cuba e na China. No retorno ao País, esses militantes recrutavam jovens estudantes para engrossar as suas fileiras.

Responsável pela segurança interna da área, o general Canavarro resolveu unificar os esforços das Forças Armadas, das Polícias Civil e Militar de São Paulo e da Polícia Federal, centralizando as ações de combate ao terrorismo, sob um comando único e sob a responsabilidade do Exército.

Com essa finalidade, em 27/06/1969, com a aprovação e o apoio em pessoal e material do governador Abreu Sodré, foi criada a Operação Bandeirante, que recebeu esse nome em homenagem a São Paulo.

Já li em muitos livros e até em artigos publicados na imprensa que, na época da criação da Operação Bandeirante (OBAN), a pedido do general Canavarro, os empresários paulistas se cotizavam para financiar as atividades da OBAN.

Transferido para São Paulo em janeiro de 1970, ao me apresentar no Comando do II Exército, fui designado para a 2ª Seção do Estado-Maior, onde permaneci até 29/09/1970.

Nesse período, não tomei conhecimento de qualquer participação de empresários em apoio à OBAN.

O general Ernani Ayrosa da Silva, quando da criação da OBAN, era o chefe do Estado-Maior do general Canavarro e o homem que coordenou a criação da OBAN.

Em seu livro *Mémorias de um Soldado*, escrito em 1985, ele conta detalhes da criação da Operação Bandeirante e nada cita a respeito desse apoio.

Existiu, na realidade, o apoio da sociedade de São Paulo ao II Exército, mas jamais para as operações da OBAN.

Creio que muitos confundiram esse apoio, pensando que ele era dado à OBAN e não a um quartel em construção.

O apoio dado pela sociedade paulista foi para a construção do Quartel do 2º Batalhão de Polícia do Exército.

Essa confusão foi convenientemente explorada, distorcida e espalhada como sendo o apoio dos empresários à OBAN.

A Operação Bandeirante funcionava num local cedido pela Secretaria de Segurança Pública - uma edícula existente na sede do 36° DP, na Rua Tutóia.

Para que não paire qualquer dúvida, vou transcrever o que o general Ayrosa disse a respeito dessa cooperação:

> "Por solicitação do general Canavarro ao ministro do Exército, antes de atingirmos um mês de comando, já recebíamos autorização para ampliar o efetivo da Polícia do Exército, de Companhia para Batalhão. Somente um óbice iríamos enfrentar: não receberíamos nenhuma ajuda em recursos para a transformação do quartel e melhoria das precárias instalações.
>
> Não nos intimidamos com a realidade.
>
> Surge aqui com muito vigor a presença infinitamente grande de uma pessoa que já convivia conosco e que de pronto assumiu o encargo de coordenar os recursos para a ampliação do quartel, que abrigava 200 homens para abrigar 960. Homem muito relacionado na sociedade paulista, merecedor do total respeito de todos, foi o agente de ligação quanto às nossas necessidades, e, mais, o coordenador de tudo que se fez nesse particular: Luiz Macedo Qüentel, amigo admirável presente em todas as horas, homem tradicional por família, religioso por formação, afetivo por sentimento, carinhoso por bondade, compreensivo e tolerante pela inteligência, foi ele o nosso escalão avançado em todas as iniciativas que fomos tomando na perseguição dos objetivos fixados."
>
> "Em janeiro de 70 o novo quartel era inaugurado com requintes que nunca antes conhecera."

As ações dos terroristas causavam insegurança junto aos empresários, pois elas poderiam desestabilizar a economia, que estava em franco crescimento. Além disso, temiam os seqüestros.

A expressiva presença de integrantes de todos os segmentos da sociedade paulista nas solenidades militares era constante, demonstrando, publicamente, o reconhecimento pelo trabalho que vinha sendo realizado para acabar ou reduzir a intranqüilidade da sociedade em face da guerrilha urbana.

Em uma dessas ocasiões fui apresentado a Henning Albert Boilesen com quem, mais de uma vez, mantive contatos formais em outras solenidades oficiais.

Boilesen era uma figura marcante, não só por seu porte físico, mas por sua simpatia. Tinha profunda admiração pelo Brasil, País que o acolhera e que considerava a sua segunda pátria. Falante, declarava-se anticomunista

e condenava, publicamente, os atos subversivos e terroristas. Era um amante das artes e um homem preocupado como os aspectos sociais. Auxiliava entidades filantrópicas e criou o Centro Integrado Empresa-Escola, entidade responsável pela formação de mão-de-obra especializada.

Assumi o comando do DOI no dia 29 de setembro de 1970. Boilesen foi assassinado em 15 de abril de 1971. Nesse período, Boilesen esteve uma vez no DOI, dias antes do Natal de 1970, quando me cumprimentou pela data natalina e levou de presente para o DOI um novo lampião a gás, que estava sendo lançado.

Segundo me afirmou na ocasião, estava indo a vários órgãos governamentais com o mesmo objetivo.

Permaneceu na minha sala uns 15 minutos. Ao final da visita o acompanhei até o portão de saída.

Os reveses que os terroristas vinham sofrendo e o ostensivo reconhecimento público da sociedade ao trabalho dos órgãos de segurança, os levaram a mais um ato insano.

Os inimigos da Contra-Revolução de 1964, que apoiavam a luta armada, não se conformavam com o sucesso do combate ao terrorismo.

Era preciso desmoralizar, caluniar, inventar, criar e deturpar fatos e, principalmente, mentir.

Espalharam o boato de que o êxito do trabalho do DOI se devia ao fato de sermos sustentados, com muito dinheiro, pelos empresários.

Afirmavam que os nossos salários eram regiamente complementados com essa doação.

Essa farsa, a respeito das doações de dinheiro, chegou aos ouvidos dos terroristas. Eles decidiram que teriam de "justiçar" alguns desses "colaboradores da repressão" e seqüestrar outros para intimidá-los. Com esses assassinatos, estancariam os recursos que eles pensavam estar abastecendo o DOI. Os seqüestros serviriam para libertar presos ou exigir dinheiro em troca da liberdade dos reféns.

Depois de alguns estudos para escolherem a primeira vítima, Carlos Lamarca mandou por André Camargo Guerra, do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), para Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um bilhete com três nomes:

Henning Albert Boilesen - diretor do Grupo Ultra;

Peri Igel - presidente do Grupo Ultra; e

Sebastião Camargo - presidente da Construtora Camargo Correia.

No seu bilhete, Lamarca marcou com uma cruz o nome de Boilesen, indicando-o como o primeiro a ser "justiçado".

O levantamento dos hábitos de Boilesen começou na segunda quinzena de janeiro de 1971 e dela participaram: Devanir José de Carvalho, Dimas Antônio Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Dan de Carvalho, pelo MRT; Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, pela ALN; e Gregório Mendonça e Laerte Dorneles Méliga, pela VPR.

Eles descobriram que Boilesen residia no Morumbi e, diariamente, antes de ir para o trabalho, passava na Rua Estados Unidos para ver os filhos do primeiro casamento.

Não contavam, no entanto, com as prisões de Laerte Dorneles Méliga e Gregório Mendonça em Porto Alegre, em fevereiro de 1971, logo transferidos para o DOI de São Paulo.

Sabedores da prisão e da transferência dos dois terroristas, os responsáveis pela ação suspenderam temporariamente os trabalhos de levantamento. Tinham receio de que, ao serem interrogados, eles delatassem o plano da execução do industrial, o que não aconteceu. Entretanto, apesar de não "entregarem" o plano do assassinato, os dados obtidos nos interrogatórios foram úteis e nos deram as referências que permitiram, em 24 horas, descobrir os assassinos de Boilesen.

Como Boilesen não mudou os seus hábitos, concluíram que o plano não fora denunciado e, em 23 de fevereiro, decidiram que a execução era prioritária.

Em 5 de abril de 1971, Devanir José de Carvalho, um dos que participaram do levantamento, morreu quando, em seu "aparelho", enfrentou agentes do DOPS.

As organizações terroristas atuariam em "frente", integrando esforços, efetivos e recursos de forma a que a ação tivesse êxito e que a repercussão fosse ampla no Brasil e no exterior.

A "frente", que recebeu o nome de "Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho", era formada por três organizações terroristas: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Ficou decidido que o assassinato de Boilesen, para ser mais chocante, deveria ser defronte à casa de seus filhos.

No dia 15 de abril de 1971, quando Boilesen entrou com seu carro na Alameda Casa Branca, dois carros com os terroristas emparelharam com o dele. Pela esquerda, Yuri, colocando um fuzil para fora da janela, disparou um tiro que raspou a cabeça de Boilesen. Este saiu do automóvel que dirigia e correu em direção contrária ao movimento dos veículos.

Foi inútil. José Milton, que vinha pela direita, descarregou sua metralhadora nas costas do empresário.

Yuri desfechou-lhe mais três tiros de fuzil.

Cambaleando, Boilesen arrastou-se mais alguns metros e caiu na sarjeta.

Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro que lhe arrancou a maior parte da face esquerda.

Vários carros foram atingidos pelos projéteis.

A senhora Geralda Rachel Felipe e o senhor Marcos Antônio Bicalho, que passavam pelo local, foram atingidos e feridos pelos disparos.

No relatório da operação, escrito por Yuri, e apreendido pelo DOI, constava a seguinte frase:

> "Durante a fuga, trocávamos olhares de contentamento e satisfação. Mais uma vitória da Revolução Brasileira."

Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com 19 tiros, Joaquim Alencar Seixas e Gilberto Faria Lima jogaram panfletos, dirigidos "Ao povo brasileiro", onde faziam a seguinte ameaça:

> "Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore. O que importa é que sentirão o peso da Justiça Revolucionária. Olho por olho, dente por dente."

Participaram da execução de Boilesen: Joaquim Alencar Seixas (Roque), do MRT; Dimas Antônio Casemiro (Rei), do MRT; Yuri Xavier Pereira (Big), da ALN; Antônio Sergio de Matos (Uns e Outros), da ALN; José Milton Barbosa (Cláudio), da ALN; e Gilberto Faria Lima (Zorro), da VPR.

Os meios políticos e empresariais condenaram, veementemente, o brutal assassinato. A Assembléia Legislativa suspendeu seus trabalhos para render um preito de homenagem à memória de Boilesen.

Seu cortejo fúnebre emocionou a cidade de São Paulo.

Soube da sua morte ao acordar da anestesia de uma cirurgia de amídala, feita no Hospital Militar, e ouvir o meu segurança dizer para minha mulher: "assassinaram um empresário, chamado Boilesen".

Devido à repercussão negativa desse ato insano e para justificar tamanha barbárie, as organizações terroristas criaram a farsa de que Boilesen foi "justiçado":

- por freqüentar o DOI, quando assistia ao interrogatório dos presos;
- por inventar uma máquina de dar choques elétricos nos presos, chamada de pianola, que ele mesmo testava nos presos;

- por ser agente da CIA; e
- por ser um dos empresários que doavam recursos ao DOI.

Não recebi qualquer doação de Boilesen, assim como de qualquer empresário.

Não ouvi falar que ele era agente da CIA. Aliás, qual o cidadão estrangeiro, no Brasil, que combate o comunismo, que não é taxado de ser agente da CIA?

Como já afirmei, Boilesen não freqüentava o DOI. Esteve lá uma única vez para me cumprimentar.

Nos três anos e quatro meses que comandei o DOI, jamais vi ou ouvi falar dessa pianola.

A respeito dos terroristas que participaram do levantamento e da execução sabemos o seguinte:

- Devanir José de Carvalho (Henrique), morreu no dia 05/04/1971, antes do assassinato de Boilesen;
- Joaquim de Alencar Seixas (Roque), foi preso pelo DOI no dia seguinte à morte de Boilesen. Morreu quando tentava fugir num ponto de polícia;
- Dimas Antônio Casemiro (Rei), foi morto dois dias depois da morte de Boilesen, em tiroteio com os agentes do DOI, que foram prendê-lo em seu aparelho;
- Antônio Sérgio de Matos (Uns e Outros), morreu em tiroteio com agentes do DOI, em 23/09/1971;
- Yuri Xavier Pereira (Big), morreu em combate com agentes do DOI em 14/06/1972;
- Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente), fugiu para o exterior e hoje é professor de música no Rio de Janeiro;
- Gregório Mendonça (Fumaça), segundo informes recebidos, faleceu recentemente no Rio Grande do Sul;
- Laerte Dorneles Méliga (Flávio), foi chefe de gabinete do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Recentemente era o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades, na gestão do ministro Olívio Dutra;
- Gilberto Faria Lima (Zorro), seu destino é ignorado. Não consta da lista de mortos ou de desaparecidos;
- José Dan de Carvalho (Alcides), seu destino também é ignorado. Não consta da lista de mortos ou de desaparecidos.

Os terroristas mortos geralmente têm seus nomes colocados em logradouros públicos.

As famílias dos que participaram dessa ação e depois morreram, foram indenizadas pela Lei 9.140/95. Os que continuaram vivos foram indenizados por outras Leis.

A família do industrial assassinado deveria pensar em processar aqueles que, através da mentira e da calúnia, deturpam os fatos e procuram manchar a honra e a dignidade de Henning Albert Boilesen.

O filho de Henning Albert Boilesen, em entrevista a Sandro Guidalli (guidalli.blogspot.com/2002_12 01), declarou o seguinte:

> "... Para mim o seu assassinato foi algo surpreendente e até hoje não consigo ver algo que possa inserir o fato em algum contexto. Nunca indenizaram a minha família pelo que fizeram com ele. Até o seguro de vida foi muito difícil de obter."

O governo faria justiça se indenizasse a família do industrial, e não os seus assassinos.

Morte de Joaquim Alencar Seixas - 16/04/1971

Os órgãos de segurança agiram rápido. No dia 16 de abril, Joaquim Alencar Seixas (Roque), um dos participantes do covarde assassinato, e seu filho Ivan Seixas foram presos. Joaquim, nesse mesmo dia, entregou um "ponto" que teria na Estrada do Cursino, altura do nº 5.000, com Dimas Antônio Casemiro (Rei). Solto no local, tentou a fuga, dirigindo-se em desabalada carreira na direção de uma C-14 amarela, com seis elementos em seu interior. Provavelmente um "ponto de polícia", para resgatá-lo. No tiroteio que se seguiu "Roque" foi ferido e faleceu.

Transcrevo abaixo trechos de um artigo de Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar Seixas, a respeito da prisão e morte de seu pai, publicado no *O Nacional* de 01/04/1987, depois da publicação do meu primeiro livro *Rompendo o Silêncio*:

> "Esse torturador eu conheço bem. Foi responsável por muitas mortes, inclusive a de meu pai. Invadiu e saqueou minha casa. Me torturou quando eu tinha 16 anos..."
>
> "No dia 16 de abril de 1971, agora vivendo em São Paulo e militando no MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes - meu pai e eu fomos presos quando íamos nos encontrar com um companheiro que foi preso e delatou o encontro. Fomos levados para a Oban, que tinha como comandante o então major Ustra. Das 10

horas, momento da prisão, até as 19 horas, fui torturado para dizer o endereço de nossa casa, enquanto meu pai era torturado para falar de suas atividades. Não resistindo ao "pau-de-arara", falei o endereço de nossa casa. Meu pai continuou a ser massacrado por Ustra, **pessoalmente**, (o grifo é do autor) e seus comandados na "cadeira-do-dragão" (eletrificada) depois de **metralhado ao tentar fugir**" (o grifo é do autor) (...) não conseguindo extrair nenhuma informação, **Ustra e seus policiais mataram meu pai a pauladas** (o grifo é do autor)".

Citando J. Goebbels, ministro de propaganda de Hitler: "*Uma mentira repetida várias vezes se transforma em verdade*".

Nem sempre. Às vezes se consegue provar que a afirmação difundida não passa de uma mentira e ela pode ser desmascarada.

Ivan Seixas, no auge do seu rancor pela morte de seu pai, mentindo em benefício da causa, declara, entre outras inverdades, no artigo acima que eu:

1. Invadi, saqueei sua casa e o torturei;
2. Torturei seu pai, pessoalmente; e
3. Eu e os meus policiais matamos o seu pai a pauladas.

No dia 15 de abril de 1971, conforme rádio nº 774-S, de 16 de abril de 1971, do diretor do Hospital Geral de São Paulo (conhecido como Hospital Militar do Cambuci) ao Comando do II Exército, publicado no Boletim Interno do II Exército, em 22 de abril de 1971, baixei ao citado hospital para extrair as amídalas, tendo alta no dia seguinte, para convalescer, em repouso, durante sete dias.

Como poderia ter invadido e saqueado sua casa; torturado a ele e a seu pai; e ainda matado seu pai a pauladas, se estava operado há apenas um dia?

Provavelmente, Ivan Seixas vai alegar que o rádio é falso e que minha cirurgia foi forjada.

Assim, de acusação em acusação, sem provas, eles vão deturpando e reescrevendo a história.

Henning Alber Boilesen

Corpo de Boilesen
após ter sido abatido a tiros
por terroristas

ALN abandona companheiro ferido
06/10/1971

No dia 6 de outubro de 1971, às 7 horas, na Rua Artur Dias, nº 213, São Paulo, os militantes da ALN Monir Tahan Sab (Careca ou Sharif), Venâncio Dias da Costa (Rossi) e Zeca Yutaka (Roberto Japonês) tentaram roubar um carro pertencente a um capitão da Polícia Militar.

O capitão e o soldado PM, que era seu motorista, revidaram ao ataque dos assaltantes. Em conseqüência do tiroteio, o capitão perdeu um dos dedos da mão e o soldado motorista foi ferido com um tiro na perna.

Os assaltantes conseguiram fugir. Monir estava ferido com um tiro na garganta e Yutaka com um tiro de raspão na bacia. Foram levados para um aparelho da ALN, ocupado por um casal de militantes, em Santo André/SP.

Na tarde desse mesmo dia, um dirigente da organização foi ao aparelho acompanhado por uma médica, que avaliou a situação e pouca coisa pôde fazer no sentido de minorar o sofrimento de Monir.

No dia seguinte, 7 de outubro, Lídia Guerlenda, Eliane Potiguara Macedo e Yuri Xavier Pereira, todos da ALN, seqüestraram, à tarde, no Hospital das Clínicas (HC), o Dr. Nagib Kouri, um cirurgião de tórax. Ao saber do que se tratava, o médico explicou que era especialista em tórax e que pouco poderia fazer a respeito de um tiro no pescoço. Indicou um amigo especialista em cabeça e pescoço, Dr. Anísio Toledo. O Dr. Kouri levou os seqüestradores à casa do Dr. Anísio e lá foi por ele trocado. Para evitar problemas, Yuri ficou com o Dr. Kouri na residência do novo seqüestrado até que o avisassem que estava tudo bem.

O Dr. Anísio Toledo pouca coisa pôde fazer, por absoluta falta de recursos médicos. Sugeriu que Monir fosse internado num hospital, para ser operado.

Nesse mesmo dia, um companheiro da direção da ALN marcou um ponto com os donos do aparelho para o dia 10 de outubro. Ora, no estado em que se encontrava, nesse espaço de três dias, Monir certamente morreria. Supõe-se que a direção da ALN aproveitou a situação para se livrar de Monir, pois ele vinha divergindo da maneira como a ALN conduzia a luta armada.

Reforçando a idéia, Luís Mir em seu livro *A Revolução Impossível*, escreve:

> "A lista de justiçamentos, além de Márcio, incluía Sebastião Mendes Filho e Munir Tahan Sab. Foram salvos pela repercussão e pelo choque do fuzilamento de Márcio. Dentro e fora da esquerda armada."

No dia seguinte, 8 de outubro, o casal responsável pelo aparelho levou um amigo médico para examinar Monir e este foi taxativo: se não o internassem num hospital, teria poucas horas de vida.

Monir pediu ao casal que o entregassem ao seu irmão, que saberia como proceder para salvá-lo. Atendendo ao seu pedido, eles o levaram até o bairro Ipiranga, onde o entregaram ao irmão que, imediatamente, o encaminhou ao Hospital São Camilo, ao mesmo tempo em que comunicava o fato às autoridades. Após receber assistência médica adequada, foi transferido pelo DOI para o Hospital das Clínicas (HC), onde foi submetido a três cirurgias.

Tínhamos sido informados de que a ALN queria justiçar Monir, o que nos obrigou a manter, continuamente, no HC, uma Turma de Busca e Apreensão, para dar-lhe segurança e evitar que fosse resgatado pela organização ou fosse por ela assassinado.

Após um período no HC, por medida de segurança, o transferimos para o Hospital Geral de São Paulo (Hospital Militar do Cambuci), onde passou a convalescer. Sempre que precisava fazer uma nova cirurgia, ela era feita no HC. Algumas vezes, durante a semana, era conduzido do Hospital Militar para o Hospital das Clínicas, onde fazia os curativos.

Em algumas ocasiões, quando retornava do Hospital das Clínicas, antes de seguir para o Hospital Militar, a turma que o conduzia passava pelo DOI para almoçar. Quando podia, eu ia falar com ele, que sempre se mostrava agradecido pela assistência que lhe prestávamos e reconhecia que, se estava vivo, muito devia ao que a repressão estava fazendo por ele.

Foi num desses dias que lhe pedi o testemunho escrito para registrar a maneira como estava sendo atendido. Ele se prontificou. Dei-lhe papel e uma caneta, que levou quando retornou ao Hospital Militar. Foi nesse hospital, onde se recuperava, que, de livre e espontânea vontade, escreveu o seu depoimento.

Creio que, nessa ocasião, por estar ainda padecendo com os seus ferimentos, ansioso pelas futuras intervenções cirúrgicas por que passaria e com a esperança continuada de um dia vir a gozar de plena saúde, escreveu o seu depoimento com sinceridade, com as palavras surgindo de um coração agradecido e que via em nós o caminho para a sua cura.

Nesse depoimento, Monir não entregou nenhum militante, nem mesmo citou o nome dos companheiros com quem praticou a ação. Não "abriu" as pessoas que o atenderam, nem o "aparelho" onde foi atendido.

Não sei se depois, já recuperado, ou hoje, levando vida normal, ele teria a coragem de vencer o patrulhamento ideológico e escrever a verdade, como o fez naquele janeiro de 1972. Nunca li um depoimento dele após

todos esses anos. Se o fizesse, gostaria, apenas, que não mentisse, como o fazem seus companheiros do passado, declarando que o obrigamos a fazer o depoimento manuscrito, que a seguir transcrevo:

> "Após ser ferido em tiroteio, juntamente com outro companheiro que também caiu ferido, fomos conduzidos por outros dois companheiros para o aparelho de um destes.
>
> O meu estado era crítico: havia levado um tiro na altura do pescoço, que provocara um tremendo rombo.
>
> Logo quando recebi o tiro calculei que havia atingido alguma artéria importante, mas no aparelho vi que não, embora expelisse muito sangue pelo orifício produzido pelo projétil no meu pescoço. Expelia, sem parar, golfadas de sangue coagulado; às vezes o orifício era bloqueado por pelotas de coágulos, impedindo-me a respiração, que só era recobrada com muito esforço, depois de muito tossir.
>
> Quanto ao outro companheiro, sofreu um ferimento de raspão na altura da bacia, imobilizando-lhe uma das pernas.
>
> Pois bem, voltando ao meu caso que era mais sério, víamos que a qualquer momento eu poderia vir a falecer por falta de respiração. Isto me levava a avaliar o meu estado e, desde o início, sentir que teria de ser socorrido com urgência.
>
> Voltamos, naquela altura, toda nossa esperança no esquema médico que a direção da ALN havia dito para os militantes, que havia montado. Nossa primeira preocupação, diante deste fato, foi contatar a direção. Antes, porém, conseguiu-se entrar em contato com o grupo divergente da ALN, colocando-os a par da situação.
>
> À tardinha chega no aparelho uma moça que se dizia médica, juntamente com um elemento dos divergentes. Fazem pouco de prático, uma presença mais para constar, possivelmente para avaliar até que ponto poderiam tomar posição diante do problema.
>
> No dia seguinte, de manhã, surge no aparelho um elemento de direção na ALN com um médico seqüestrado. Mas, além de alguns remédios, não traziam nenhum outro material. Não pôde fazer mais do que algumas injeções e ligar soro no meu braço.
>
> O elemento da direção se limitou a fazer alguns comentários inoportunos acerca de ações
>
> O médico foi embora às 11 horas e o militante da direção ficou até um pouco mais tarde, sem tomar nenhuma medida acerca de nossa segurança: o aparelho já estava saturado do entra-e-sai de

pessoas que não parava mais, chamando naturalmente a atenção dos vizinhos, além da grande possibilidade que havia de ser detectado pela polícia, a partir de informações do médico que lá esteve Eram então dois companheiros feridos, o dono do aparelho e sua mulher, e ainda mais uma aprendiz de enfermagem que estava ajudando-nos, que corriam o risco de se verem cercados no aparelho pela policia, e a direção da ALN sem esboçar a menor preocupação, quando ela tinha condições de deslocar cada um dos feridos para aparelhos mais seguros etc.

Pois bem, o pior de tudo é que o dito companheiro de direção deixou o aparelho e só marcou ponto para 3 dias depois com o dono do aparelho que introduzia e retirava as pessoas do aparelho Isto implicava simplesmente no seguinte: a organização não saberia nada acerca do desdobramento de nosso estado, principalmente, o meu que era mais grave, durante 3 dias Interessante é que meu estado era de gravidade tal que qualquer um via logo que em 3 dias, no mínimo, ele agravaria de maneira fatal.

Estes dois dados, estes dois fatos, acima expostos foram bastante para concluirmos e para chegarmos ao consenso de que a direção da ALN havia nos abandonado à própria sorte, embora tentando fazê-lo de forma sutil, levando um médico seqüestrado para dar uma satisfação, pelo menos, aos quadros da organização

Tiramos uma posição comum que via na divergência existente entre nós e a dita direção, o motivo principal da conduta da organização, abandonando-nos

Tivemos uma sensação concreta que o nosso estado critico, principalmente o meu, era aproveitado pela direção para se ver livre de nós que a criticávamos pela condução que dava à luta, pela forma cupulista, oportunista e carreirista que seus elementos chegavam à direção. Isto tudo era agravado quando agindo assim ela demonstrava também a falta total de senso humanitário, da falta de flexibilidade diante dos problemas concretos que a guerra trazia Fazendo tudo a partir de um falso espírito guerrilheirista, sem um critério de análise e avaliações concretas de cada fato que surgia, e procurando dar a solução mais correta a cada um.

A partir daquele momento vimos que todas as medidas deveriam ser tomadas por nós mesmos e não contar mais com a organização

Foi assim que, no dia seguinte, o dono do aparelho veio com um médico que conhecia

Este ajudou a atenuar o meu estado um pouco, já que havia piorado muito, mas mostrou, sobretudo, que havia necessidade urgente de eu ser atendido por um especialista para ser operado.

Convenci aos dois companheiros que eu deveria ser entregue às autoridades para que pudesse ser medicado. Defendi a posição que diante do abandono por que encontrávamos, eu deveria entregar-me como solução para tratar-me, diante da omissão da direção da ALN.

Eles acabaram concordando

Para isso chamamos meu irmão, para quem fui entregue no bairro Ipiranga

Fui conduzido, por meu irmão, ao Hospital São Camilo. Dois dias depois, fui para o Hospital das Clínicas, onde fui submetido a 3 cirurgias gastronomia, traqueotomia e extração da bala

Hoje, me encontro em plena recuperação, em bom estado num hospital onde a assistência é das melhores, aguardando para ser submetido a mais outra operação, desta vez do esôfago, que me devolverá as condições necessárias para poder alimentar pela boca e respirar pelas narinas

Em todo este tempo, isto é, desde quando me entreguei, até hoje, os órgãos de repressão, mais concretamente a Operação Bandeirante, vêm me dando toda a assistência possível, têm se esforçado ao máximo, no sentido de oferecer-me condições para tratar-me em busca de minha plena recuperação, além da proteção que vêm me dando.

É bom, aliás, falar que a cobertura da OBAN tem sido decisiva na minha recuperação e no meu tratamento de um modo geral

Espero operar daqui a poucos dias e sair-me bom, graças às minhas condições físicas atuais e aos recursos médico-hopitalares que a OBAN vem me propiciando

Ass Monir Tahan Sab

SP, 09/01/72 "

O original desse manuscrito deve estar arquivado no Superior Tribunal Militar.

A ALN nunca perdoou Monir pela maneira como ele escreveu esse depoimento.

Não o submetemos, durante a convalescença, a interrogatórios, nem mesmo para identificar o nome de seu companheiro que fora ferido na mesma ação. Só o conhecíamos por "Roberto Japonês". Tanto é verdade que quando

escrevi, em 1987, o meu livro *Rompendo o Silêncio* não cito o seu nome, só o codinome. Só agora, lendo o livro de Luiz Maklouf de Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, é que fiquei sabendo que se tratava de Zeca Yutaka

A maneira como Monir redige esse depoimento, o modo como conta os detalhes do seu sofrimento e o que se passou no aparelho onde estava escondido, até ser internado num hospital, deixam muito claro que ele não poderia ter sido escrito por nós. Outro dado interessante é o fato de Monir sempre se referir à Operação Bandeirante, ou à OBAN, como o órgão de segurança que lhe prestou assistência. Esse órgão, desde setembro de 1970, já se chamava DOI, mas por muito tempo a esquerda continuou chamando-o de OBAN.

Ação Libertadora Nacional - ALN

Uma das organizações que participaram do assassinato de Henning Albert Boilesen, dentre outros vários crimes hediondos, foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), criada em julho de 1968 para ser "*o embrião do Exército Revolucionário, a força armada do povo, capaz de destruir as Forças Armadas e expulsar o imperialismo*". O lema da ALN era "*A ação faz a vanguarda*", bem de acordo com a série de assaltos a bancos e a carros pagadores, alguns dos quais chefiados pelo próprio Marighella. A partir das idéias de Marighella, intensificaram-se e aperfeiçoaram-se os atos de terror e as tentativas de implantação de guerrilha urbana e rural.

Principais ações da ALN, com autores identificados, em confissões próprias, inquéritos e livros da própria esquerda:

Assaltos a carros transportadores de valores - 10
Assaltos a bancos - 45
Assaltos diversos - 57
Atentados a bomba - 25
Assassinatos - 38
"Justiçamentos" - 8
Ataques a unidades militares - 6
Ataques a viaturas do Exército - 5
Ataques a radiopatrulhas - 11
Assaltos a supermercados - 25
Assaltos a postos de identificação - 7
Seqüestros - 3
Seqüestros de aviões - 2
Panfletagem armada - 35

Como ficaria cansativo citar todas, destaco as seguintes:

- Em 1969, 30 militantes do Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), futura ALN, com 13 carros, assaltaram a Rochester AS, em São Paulo, e levaram 23 caixas de dinamite, 21 bananas de gelatina explosiva e 4 sacos de clorato de potássio.

- No dia 27 de maió de 1969, na tentativa de desmoralizar as Forças de Segurança, realizou uma ação contra o 15° Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, na Avenida Cruzeiro do Sul/SP. Os terroristas surpreenderam o soldado da Força Pública, Naul José Montovani, que se encontrava de guarda e que, sem possibilidade de defesa, teve sua metralhadora

roubada e foi fuzilado. Na mesma ocasião, o soldado Nicácio Conceição Pupo foi ferido gravemente, ficando com o cérebro seriamente comprometido. Participaram da ação: Ana Maria Cerqueira César, Aton Fon Filho, Carlos Eduardo Pires Fleury, Celso Antunes Horta, Maria Aparecida Costa e Virgílio Gomes da Silva.

- Em 4 de junho de 1969, no assalto ao Banco Tozan, na Avenida Penha de França/SP, o soldado da FPESP Boaventura Rodrigues da Silva, que se encontrava de serviço nas proximidades, ao tentar evitar a fuga dos assaltantes, foi morto e teve sua metralhadora roubada.

Durante o assalto, o militante Francisco Gomes da Silva foi ferido gravemente, sendo levado ao Hospital Boa Esperança, em Itapecerica da Serra. A equipe médica de plantão, ao verificar que o ferimento era de bala, comunicou à polícia. O médico Boanerges Massa, auxiliado por Paulo de Tarso Venceslau e Eliane Lafoz, roubou uma ambulância, invadiu o hospital e resgatou o militante recém-operado.

- No dia 25 de julho de 1969, com o objetivo de disseminar o medo e a insegurança na população, foi colocada uma bomba em uma barraca do Exército, instalada na Feira do Livro, na Praça Saens Peña, Tijuca, RJ. Felizmente, uma falha no dispositivo que detonaria a bomba não funcionou. A imperícia salvou uma multidão de inocentes que visitava a feira.

- Em 15 de agosto de 1969, um comando de 12 elementos invadiu os transmissores da Rádio Nacional, em Piraporinha, Diadema/SP. Espancaram o operador-chefe, Libório Schuck, tomaram o revólver do guarda Raimundo Salustiano de Souza e colocaram no ar uma mensagem de Carlos Marighella, incentivando a intensificação dos atentados terroristas. Participaram da ação Maria Augusta Thomaz, Guiomar Silva Lopes e Virgílio Gomes da Silva. Guiomar Silva Lopes, presa tempos depois, foi levada para o Hospital das Clínicas, onde tentou o suicídio, jogando-se do 3° andar. Teve várias fraturas, mas recuperou-se.

- Em 3 de setembro de 1969, Antenor Meyer, José Wilson Lessa Sabag, Francisco José de Oliveira e Maria Augusta Thomaz, ao tentarem passar cheques roubados na loja Lutz Ferrando, na Rua São Luís, em São Paulo, receberam voz de prisão de três guardas avisados por um funcionário que desconfiou do grupo. Imediatamente, os terroristas reagiram a tiros e o guarda civil João Szelacsok ficou ferido. O funcionário José Getúlio Borba foi morto. Perseguidos pela polícia, o terrorista José Wilson Lessa Sabag matou o soldado da Força Pública João Guilherme de Brito. José Wilson foi morto após intenso tiroteio.

- No dia 4 de setembro de 1969, Ishiro Nagami e Sérgio Correia, ao transportarem uma poderosa bomba, em um Volks azul, placa 44-52-77, São Paulo, na Rua da Consolação, altura do número 758, SP, foram desintegrados na explosão prematura da mesma. Jamais conseguimos saber qual era o alvo, nem as conseqüências se a bomba tivesse explodido no local para onde se destinava.

- Em 4 de novembro de 1969, um grupo de militantes dirigiu-se a Buenos Aires, onde seqüestrou o Boeing 707 da Varig que fazia o vôo Buenos Aires-Santiago. Usando nomes falsos e chefiados por Aylton Adalberto Mortati, oito seqüestradores, entre eles Rui Carlos Vieira Berbert, Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José Reyes e Marcílio César Ramos, desviaram o avião para Cuba. Os seqüestradores, durante o vôo, distribuíram panfletos e leram manifestos. Em Cuba, tiveram guarida do governo e fizeram curso de guerrilha, voltando depois, clandestinamente, para, mais preparados, atuar na luta armada, integrando o novo "Grupo da Ilha" ou Movimento de Libertação Popular (Molipo).

- No dia 1° de julho de 1970, Jessie Jane, Colombo Vieira de Souza Júnior, Fernando Palha Freire e Eraldo Palha Freire seqüestraram um Caravelle que fazia a linha Rio-Buenos Aires.

Foram realizados oito seqüestros de avião durante o regime militar.

- Em 15 de julho de 1970, levada sob suspeita por um fiscal de segurança da Loja Mappin, em São Paulo, para a sala de segurança, no 7° andar, Ana Bursztyn, ao sentir que sua bolsa seria revistada, sacou um revólver calibre .38 e atirou no tenente reformado do Corpo de Bombeiros, guarda de segurança da loja, matando-o. Em seguida foi presa.

- No dia 10 de novembro de 1970, Ana Maria Nacinovic Correa, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente) e Yoshitame Fujimore, depois de uma panfletagem armada, em Vila Prudente/SP, foram perseguidos por um táxi que dois policiais haviam requisitado. No carro perseguido, "Clemente" ia ao volante, com uma metralhadora; Fujimore, no banco do carona, com outra; e Ana Maria, no banco de trás, com uma pistola e um revólver. Encurralados, começaram o tiroteio, mas conseguiram fugir, deixando o saldo de três corpos metralhados: o taxista José Marques do Nascimento e os policiais militares Garibaldo de Queiróz e José Aleixo Nunes.

- Em 2 de setembro de 1971, a Casa de Saúde Doutor Eiras, no Rio de Janeiro, foi assaltada por um comando de 10 militantes. No final do assalto, depois de intenso tiroteio, o chefe do departamento de pessoal da Casa de Saúde Dr Eiras, delegado aposentado da Polícia Federal Cardênio Jayme Dolce e os guardas de segurança Silvano Amâncio dos Santos e Demerval dos Santos estavam mortos. O médico Marilton Luiz dos Santos Morais e o enfermeiro

Almir Rodrigues de Morais foram feridos. Os assaltantes, além do dinheiro do pagamento dos funcionários, levaram as armas dos guardas.

Participaram da ação: Flávio Augusto Neves Leão Salles, Élcio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Sônia Hipólito, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Ísis Dias de Oliveira, Paulo César Botelho Massa, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Matos e Herbert José Gomes Goulart.

Batismo de sangue
05/12/1970

Em novembro de 1970, o delegado Pedro Carlos Seelig prendeu, no Rio Grande do Sul, Delci Fensteiseifer, do Comando Regional da VPR. Delci fugira da área de treinamento de guerrilha, no Vale da Ribeira, em 20/04/1970.

Submetido a interrogatório, "entregou" um "ponto" com Yoshitame Fujimore, seu colega de organização, que havia fugido da área no Vale da Ribeira um pouco mais tarde, em 31/05/1970.

O "ponto" seria no dia 20 de novembro, às 17 horas, com alternativas para os dias 25 e 30 de novembro de 1970, no Anel Rodoviário, baixos da Avenida Santo Amaro.

O delegado Seelig, de posse desses dados, entrou em contato comigo. Acertamos a vinda de Delci para o DOI/CODI/II Ex, a fim de cobrir o "ponto" com Fujimore.

Para esse tipo de operação, o pessoal indicado deveria ser o da Seção de Busca e Apreensão.

No dia 20/11/70, às 16h45, Delci foi conduzido para as imediações do local do "ponto". A nossa expectativa era grande e tínhamos esperança de que Fujimore "entrasse no ponto".

O local era amplo, uma praça sob um viaduto, na Zona Sul de São Paulo. Pedi ao delegado Sérgio Paranhos Fleury que nos auxiliasse com sua equipe.

Essa foi a primeira ação em que tomei parte. A inexperiência levou-me a fazer um planejamento muito detalhado. Empenhei todas as Turmas de Busca de serviço nesse dia. Nosso pessoal estava bem descaracterizado. Alguns vestidos de gari, outros com o uniforme da Companhia Telefônica. Havia também alguns que "faziam uma mudança" e outros que se encarregavam de "vender sorvete e pipoca" na praça.

Tudo fora cronometrado e ensaiado com a devida antecedência. Exatamente quatro minutos antes da hora, Delci foi deixado num cruzamento com a determinação de que caminhasse, normalmente, em direção ao local do encontro. Ele não nos deu trabalho. Quatro agentes infiltrados entre a população o vigiavam para que não fugisse. Esse era o momento crítico numa "cobertura de ponto", pois se o preso tentasse fugir, se denunciasse a sua prisão através de gestos, se não caminhasse com naturalidade ou, então, se gritasse dizendo que estava sendo perseguido, tudo estaria perdido e o seu companheiro, que de longe o observava, "não entraria no ponto".

O preso cumpriu o seu papel corretamente. Mesmo assim, Fujimore não compareceu ao ponto. Creio que isso ocorreu porque exageramos na preparação e a movimentação excessiva talvez nos tenha denunciado. Outro fator que deve ter cooperado para que Fujimore não entrasse no ponto foi o longo espaço de tempo entre a prisão de Delci (3 de novembro) e a data do "ponto" (20 de novembro). Nesse intervalo, o Comando Regional da VPR, em Porto Alegre, poderia ter avisado ao Comando Nacional, em São Paulo, da "queda" do seu militante.

Um agente que ficara como observador desconfiou da atitude de um "japonês", que olhava com insistência para a praça. Ele dirigia um Volks vermelho. O agente anotou a placa do carro.

Com o fracasso do "ponto", recolhemos o preso para o DOI.

Ainda "cobrimos" os dois "pontos alternativos", em 25 e 30 de novembro. Fujimore, desconfiado, não voltou a aparecer. No entanto, ele cometeria um erro primário. Não trocou de carro, nem de placa.

Numa derradeira tentativa, determinei que todas as Turmas de Busca e Apreensão circulassem pela zona sul de São Paulo, na procura do Volks suspeito.

No dia 5 de dezembro de 1970, um domingo, às 11h30, uma de nossas Turmas de Busca rondava no Bosque da Saúde. Havia pouco movimento nas ruas. Na igreja Santa Rita de Cássia acabara a missa e os fiéis saíam para a praça fronteira, que tem o mesmo nome da santa. A Turma de Busca, nesse momento cruzou com um Volks vermelho. Ao volante um "japonês", tendo ao lado um passageiro. A placa conferia com a anotada pelo agente. O chefe da Turma de Busca e Apreensão decidiu prender os suspeitos para averiguações. Retornou e seguiu o Volks, que parou num sinal vermelho. Quando o Fusca deu a partida, a C-14 da nossa turma o fechou, bem sobre a porta do motorista, impedindo-o de saltar por esse lado.

Enquanto o nosso pessoal descia da C-14 para render os ocupantes do Volks, o passageiro saiu correndo e atirando. Dois agentes foram ao seu encalço. O "japonês", com uma metralhadora, saiu do carro atirando e não se rendeu. Foi estabelecido um tiroteio. A praça ficou em polvorosa. Os suspeitos caíram mortos. Da nossa turma, um sargento PM e um cabo PM foram feridos. O motorista, pelo rádio, fez-nos um relato rápido da operação. Determinei que o chefe da Turma de Busca permanecesse no local, aguardando ordens.

Em período de normalidade, seria chamada uma ambulância e providenciado o comparecimento da autoridade policial. A Polícia Técnica faria a perícia, o rabecão trasladaria os mortos. Mas estávamos vivendo um período de guerra revolucionária. Os guerrilheiros urbanos poderiam estar com

cobertura, sendo viável uma ação para resgatar o material que se encontrava no Volks, bem como para assassinar os nossos agentes. Caso isso ocorresse, muitos curiosos que se aglomeravam para ver o que acontecia poderiam ser também atingidos. Eu poderia determinar que os nossos feridos fossem recolhidos e deixados no hospital mais próximo. Entretanto, um comando terrorista poderia tentar seqüestrá-los. Todas essas dúvidas passaram pela minha mente, desde que recebera a última mensagem pelo rádio. O que fazer ante esse quadro?

Alguns minutos se passaram desde que o chefe da Turma de Busca e Apreensão pedira uma decisão. Enquanto eu vacilava, ele tomava as medidas adequadas. Afastou o povo, tomou posição para proteger os nossos homens, atendeu os feridos e aguardou a resposta do seu comandante.

Determinei que evacuassem, com rapidez, para o DOI, os feridos, os mortos e o carro suspeito. Em poucos minutos, uma C-14, com os faróis acesos e a sirene ligada, entrava no DOI. Fui esperá-la no pátio. Os feridos, imediatamente, foram colocados em outra C-14 e, tendo uma Turma de Busca como escolta, encaminhados a um hospital. Providenciamos a ida dos dois mortos para o IML.

Quando os feridos deixaram o DOI, comecei a sentir-me mal. Nunca havia tomado contato direto com mortos e feridos. Nessa ocasião, refleti e procurei controlar-me, pois, do contrário não comandaria ninguém. Meus comandados me observavam.

Determinei que fizessem uma revista minuciosa no Volks. No seu interior encontramos armas, munições, códigos e cifras para comunicação com o exterior, além de planos para incendiar um trem da Central do Brasil e assaltar hospitais para a obtenção de material cirúrgico e de primeiros socorros.

Os suspeitos usavam carteiras de identidade com nomes falsos. Fujimore foi logo reconhecido. O outro usava o nome de Celso da Silva Alves. Tempos depois, soube-se que o seu nome verdadeiro era Edson Neves Quaresma, um ex-marinheiro, que acabara de regressar, clandestinamente, de Cuba, onde se aperfeiçoara num curso de guerrilha. Fujimore e Quaresma comandavam, cada um, uma Unidade de Combate (UC) da VPR.

A VPR era uma das mais sanguinárias organizações terroristas. Foi fundada em março de 1968, quando realizou seu I Congresso. Sua primeira direção era constituida por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfouri Quartin de Morais - do grupo dissidente da POLOP; e Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José de Carvalho, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Desse novo grupo faziam parte Yhoshitame Fujimore (juiz e carrasco do tenente Alberto Mendes Júnior) e Edson Neves Quaresma.

Até a data da sua morte, em 05/12/70, Fujimore participou, somente em São Paulo, junto com outros militantes da VPR, de algumas das ações abaixo, praticadas por essa organização terrorista.

Ano de 1968:

- 7 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, da Rua Guaicurus, na Lapa;
- 19 de março, atentado a bomba contra a biblioteca do Consulado Norte-Americano, na Rua Padre Manoel, onde um estudante perdeu a perna e mais dois ficaram feridos;
- 5 de abril, atentado a bomba na sede do Departamento de Polícia Federal;
- 20 de abril, atentado a bomba no jornal *O Estado de São Paulo*, com três feridos,
- 31 de maio, assalto ao Banco Bradesco, em Rudge Ramos;
- 22 de junho, assalto ao Hospital Militar, no Cambuci;
- 26 de junho, atentado a bomba contra o Quartel General do II Exército;
- 28 de junho, assalto à Pedreira Fortaleza, de onde foram roubadas 19 caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores;
- 1° de agosto, assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, no Itaim,
- 20 de setembro, assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, no Barro Branco, onde foi assassinado o soldado Antonio Carlos Jeffery;
- 12 de outubro, assassinato do capitão do exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler;
- 15 de outubro, assalto ao Banco do Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi;
- 27 de outubro, atentado a bomba contra a loja Sears, da Água Branca;
- 7 de novembro, roubo de um carro, com o assassinato de seu motorista, o senhor Estanislau Ignácio Correia;
- 6 de dezembro, assalto ao Banco do Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi; e
- 11 de dezembro, assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, onde foram roubadas armas e munições e saiu ferido o senhor Bonifácio Ignore

Ano de 1969:

- Janeiro, assalto ao Banco Itaú América, na Rua Jumana;
- Janeiro, assalto ao Banco Aliança do Rio de Janeiro, na Rua Vergueiro;

- 24 de janeiro, roubo de armas no 4º RI, que desestruturou a VPR, em conseqüência das prisões ocorridas após a ação;
- 11 de fevereiro, assalto à Gráfica Urupês, onde foi baleado um policial;
- 26 de fevereiro, assalto ao Banco da América, na Rua do Orfanato,
- 9 de maio, assalto simultâneo aos Bancos Federal, Itaú, Sul Americano e Mercantil de São Paulo, esse na Rua Piratininga, na Mooca, cujo gerente, Norberto Draconetti, foi esfaqueado. Nessa ação, o guarda civil Orlando Pinto da Silva foi morto com um tiro na nuca e outro na testa, disparados por Carlos Lamarca;
- 8 de junho, assalto ao Hospital Santa Lúcia; e
- 13 de junho, assalto ao União de Bancos Brasileiros, na Avenida Jabaquara.

Ano de 1970:

- 11 de março, seqüestro do cônsul do Japão, Nobuo Okuche;
- 7 de janeiro a 31 de maio, operações no Vale da Ribeira;
- 10 de maio, assassinato do tenente Mendes, no Vale da Ribeira;
- 28 de julho, assalto à garagem da CMTC;
- 5 de setembro, assalto ao carro-forte da Brinks; e
- 28 de setembro, assalto e incêndio da radiopatrulha nº 53, na Rua Alcindo Guanabara.

Teria, ainda, muitos casos a relatar sobre os trabalhos das nossas Turmas de Busca e Apreensão. Selecionei esse porque foi o meu "batismo de sangue" e, também, porque serviu para mostrar um caso real por mim vivenciado, o procedimento de nossos homens quando enfrentavam os Grupos Táticos Armados, os GTA do inimigo.

O pessoal que trabalhava no DOI vivia, continuamente, sob tensão. Quando estava de serviço, combatia um inimigo cruel e vingativo, que atacava de surpresa e com violência. Quando estava de folga, procurava viver sob outra "fachada", pois o inimigo podia a qualquer momento identificá-lo e, se isso acontecesse, seria "justiçado" ou seus familiares seqüestrados.

Não só nós, mas também as nossas esposas tínhamos de, por segurança da família, ocultar o local e o tipo de trabalho que exercíamos. Além do constrangimento de ocultar as atividades do marido e de apresentar desculpas por suas ausências sistemáticas, por seus horários incomuns e por suas atitudes inusitadas, a mulher vivia sob pressão psicológica constante.

Quantas vezes um subordinado teve de sair do DOI, às pressas, e ir até a sua residência, porque a sua família ficava temerosa ao notar pessoas com atitudes suspeitas nas proximidades.

Isso acontecia com freqüência. Tivemos homens que trabalharam no DOI mais de 3 ou 4 anos.

É natural que muitos saíssem de lá com sérios problemas psicológicos, pois não tiveram, infelizmente, a assistência que mereciam. Ao contrário, com a campanha da esquerda, com os livros e mais livros que publicam, com as mentiras que inventam e as farsas que montam, com a falta de resposta das nossas autoridades, que resolveram permanecer mudas e sem explicar ao povo o outro lado dessa história, passamos a ser estigmatizados, até por alguns de nossos companheiros que, hoje, nos condenam. Deveriam ter nos condenado quando ainda ocupavam cargos importantes nos governos da Contra-Revolução e se prontificado a nos substituir.

"Tribunal Revolucionário" em sessão permanente

De 1970 até fins de 1973, os "juízes" do famigerado "Tribunal Vermelho" não entraram em recesso. Estiveram permanentemente "julgando", segundo suas absurdas leis, levados por suspeitas, e condenando o "réu" sem direito à defesa.

Em nome da "democracia", não davam direito a seus próprios companheiros de ter um minuto de dúvida sobre o mérito de tão insana luta. Baseados em suposições, condenavam sem direito à apelação.

Normalmente, acumulavam as funções de "juízes" e executores. Matéria publicada no jornal *O Globo*, de 31 de janeiro de 2005, página 3, contém a seguinte frase: "*ao longo de todo o regime militar, houve cerca de 30 casos de justiçamentos*".

"Justiçamento" de Ary Rocha Miranda - 12/06/1970

Ary Rocha Miranda e Wilson Conceição Pinto, havia pouco, tinham ingressado em um Grupo Tático Armado (GTA) da ALN. Originários da Frente de Massas da mesma organização terrorista, procuravam se adaptar ao novo trabalho, mais violento do que o anterior, no qual aliciavam pessoas.

Após alguns assaltos, sentiram que seriam mais úteis voltando ao trabalho na Frente de Massas, onde usariam mais argumentos do que armas. Cada um, segundo pensaram, seria útil aos propósitos da organização, dentro de suas habilidades pessoais. Gostavam mais de um trabalho de argumentação, arregimentação e convencimento das massas. Certos de que seriam atendidos, pediram à direção o afastamento do GTA. Como resposta, foram ameaçados de morte por membros da ALN, caso abandonassem a luta.

No dia 12/06/70, a ALN fez um assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, na Agência da Avenida Nossa Senhora da Lapa, esquina com a Rua Afonso Sardinha, em São Paulo. Tanto Ary, como Wilson, mesmo desconfiados, participaram da ação.

Eduardo Leite, o "Bacuri", pertencia à Resistência Democrática (REDE), mas, nessa ocasião, como a REDE havia sido desbaratada, "prestava serviços" à ALN e participou do assalto. Eduardo Leite era um dos quadros mais violentos da luta armada.

Prontos para a ação, Wilson Conceição Pinto foi colocado como observador, a 30 metros do banco, e os demais partiram para o assalto.

Houve reação e Wilson, de onde estava, presenciou o tiroteio. "Bacuri" acabara de ferir, mortalmente, Ary Rocha Miranda com um tiro no peito. Logo

a seguir, Wilson foi atingido por um tiro transfixiante no braço esquerdo, também disparado por "Bacuri". Apavorado, lembrou-se das ameaças e da "coincidência" de os dois, ele e Ary, serem atingidos por um homem tão experiente em ações armadas como "Bacuri".

Apavorado, resolveu fugir, enquanto estava vivo. Evadindo-se do local, sem usar os carros da ALN, procurou socorro no Hospital São Camilo. Em seguida, entregou-se às autoridades. Em depoimento aos órgãos de segurança, declarou:

> "Há muito tempo, eu já havia demonstrado a intenção de abandonar a militância e entregar-me às autoridades. Durante minha militância na ALN senti que muitos elementos têm disposição para entregar-se à polícia, só não o fazendo por medo de represálias da organização e, também, temerosos com a tortura policial, que a organização propaga existir, acrescentando detalhes horríveis."
>
> "... A ALN não dá o devido valor aos operários que consegue recrutar, alegando falta de nível político. Mesmo dentro da organização, é notória a existência do espírito de classe."

Ary Rocha Miranda foi transportado de carro, em estado gravíssimo, por Hiroaki Torigoe, "Bacuri" e um militante de codinome "Francisco", para o "aparelho" de "Bacuri".

Como "história de cobertura", para o ferimento no peito de Ary, foi apresentada a versão de que "Bacuri" confundira os dois companheiros de ação com os seguranças do banco.

A farsa prosseguiu com a ida de um militante do GTA, aluno do terceiro ano de Medicina, ao "aparelho" para prestar socorro a Ary, quando esse já estava morto.

No dia seguinte, foi escolhido o local do enterro. Por volta das 15 horas, dois elementos da ALN e "Bacuri" colocaram o cadáver na mala do carro e o enterraram num terreno em Embu-Guaçu, para uns, ou em Itapecerica da Serra, segundo outros. Lá está, até hoje, o corpo de Ary Rocha Miranda que, na época, tinha 22 anos, era natural de Ribeirão Preto e professor de caratê, 3º Dan. Foi assassinado pela ALN, porque resolveu abandonar a organização.

Durante muito tempo, Ary foi dado como desaparecido e a responsabilidade pela sua morte imputada aos órgãos de segurança. Essa farsa só foi desfeita quando os militantes da organização começaram a "cair" e, na prisão, esclareceram a verdade.

Mesmo em Embu-Guaçu ou Itapecerica da Serra, municípios próximos de São Paulo e locais de fácil acesso, passados trinta e cinco anos é, praticamente, impossível encontrar os restos mortais do "justiçado". Imagine o leitor a dificuldade de se localizarem corpos sepultados nas selvas do Araguaia, há trinta anos.

"Justiçamento" de Antônio Lourenço - 02/1971

Em fevereiro de 1971, Antônio Lourenço, "Fernando", militante da Ação Popular (AP), foi atraído por L.S.L para um local deserto, entre Santa Filomena e Bacabeira, no Maranhão, com a promessa de um encontro amoroso. "Fernando" não imaginava que um local tão romântico seria palco de seu assassinato.

Ele havia sido preso e, depois de solto, contatou a sua organização, o que o colocou sob suspeita, não investigada, de ser um infiltrado que passava informações para a polícia Essa simples suspeita foi o suficiente para que a AP, organização formada a partir de dissidências no seio da Igreja, o condenasse à morte.

Para ele não havia escapatória: um grupo de seis pessoas o esperava em uma trilha e, outros tantos, em um segundo atalho. Antônio Lourenço foi morto com vários tiros de rifle .44 e de revólver. Depois de trucidado a golpes de porretes, seu corpo, levado para a "roça" de A.L.R.B, foi colocado numa cova com palha e incendiado. Os restos foram cobertos com terra. No local, plantaram feijão.

(Fontes: - AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira* - Projeto Orvil)

"Justiçamento" de Márcio Toledo Leite - 23/03/1971

Reunido em nova sessão, o macabro "Tribunal Vermelho", tendo como "juízes" Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente), José Milton Barbosa (Cláudio), Antônio Sérgio de Matos (Uns e Outros), Paulo de Tarso Celestino da Silva e Iuri Xavier Pereira (Big), condenou à morte, como sempre sem direito à defesa, Márcio Toledo Leite. Delito: suspeita de vacilação em suas convicções ideológicas e divergências políticas.

Em 1965, Márcio entrou para a Faculdade de Sociologia em São Paulo. O rapaz alegre, mulherengo e *bon vivant* passou a ser um ativo militante do movimento estudantil, interessado quase que exclusivamente em política.

Márcio era filho de uma família abastada de Bauru, proprietária de uma rede de faculdades espalhadas pelo interior de São Paulo. Entrou para a

guerrilha quando cursava a faculdade e passou a usar o nome falso de Sérgio Moura Barbosa.

Em 1968, após participar de algumas ações, foi preso e libertado logo depois. Em seguida, viajou para Cuba, onde fez curso de treinamento de guerrilha, aprendendo a manusear armamentos e explosivos e a executar sabotagens, além de técnicas de guerrilha urbana e rural.

Regressou ao Brasil, clandestinamente, em 1970, e passou a integrar a coordenação nacional da ALN, participando de algumas ações.

Faziam parte dessa coordenação: Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente); Arnaldo Cardoso Rocha (Jibóia); Hélcio Pereira Fortes (Nelson); Yuri Xavier Pereira (Big); e Márcio Toledo Leite (Vicente).

A partir das ações nas quais participou, Márcio começou a divergir dos demais membros da Coordenação Nacional. Passou a criticá-los pelos métodos usados pela organização e pela forma de atuação.

Esses "jovens estudantes", que, como apregoam, tanto lutaram pela liberdade e "redemocratização do País", autoritários e antidemocráticos, jamais permitiriam que alguém questionasse decisões do grupo e, muito menos, tentasse deixar a luta armada ou a organização.

Márcio Toledo Leite, no dia 23 de março de 1971, chegou ao "ponto", na Rua Caçapava, 405, na Consolação, em São Paulo, para conversar com os integrantes da ALN, pois estava insatisfeito com a forma pela qual a organização conduzia a luta armada.

Enquanto esperava, surgiu um Volks com dois ocupantes que dispararam mais de dez tiros de revólver .38 e pistola 9mm. Um Gálaxie com três elementos dava cobertura à ação. Márcio foi atingido por oito disparos. Morreu na hora.

Participaram da ação: Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz e Antônio Sérgio de Matos, autores dos tiros; Yuri Xavier Pereira, Paulo de Tarso Celestino da Silva e José Milton Barbosa, na cobertura. A ALN assumiu a autoria do assassinato em panfletos deixados no local:

> "Foram ouvidos os companheiros do comando, diretamente ligados a ele, e foi dada a decisão.
>
> Uma organização revolucionária, em guerra declarada não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilação dessa espécie, muito menos suportar uma defecção desse grau em suas fileiras.
>
> Cada companheiro ao assumir qualquer responsabilidade deve pesar bem as conseqüências deste fato" (...)
>
> "Depois disto não se permite recuos.
>
> As divergências políticas serão sempre respeitadas.

Os recuos de quem não hesitou em aceitar responsabilidades, nunca!

O resguardo dos quadros e estrutura da organização é questão revolucionária.

A revolução não admitirá recuos!

Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil

Ação Libertadora Nacional - ALN."

Após a morte de Márcio Toledo Leite, as autoridades encontraram em seus bolsos uma carteira de identidade que o identificava como Sérgio Moura Barbosa e uma carta onde ele fazia um longo relato sobre suas divergências com os seus companheiros da ALN. A carta é encerrada da seguinte forma:

> "Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções. Continuarei trabalhando pela revolução, pois ela é o meu único compromisso. Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isso conversaremos pessoalmente."

A respeito desse "justiçamento", extraímos trechos das seguintes opiniões da reportagem "Os Tempos de Cólera", de Chico Nelson e Paulo Adário, *Jornal do Brasil* - Caderno Especial - 14/06/87 - página 4.

> "É importante situar isso numa tradição. Esse tipo de autoritarismo tem precedentes históricos ilustres no Brasil e no mundo. As discussões politicas no interior do PC só serviam para ratificar o já estabelecido ou terminavam com a marginalização e expulsão das vozes dissidentes. É importante ver o Carlos Eugênio como herdeiro de uma tradição, levada a seu ponto extremo. Ou isto não é a retomada do que fez Stalin? Ou isto não tem parentesco com a intolerância de Fidel e dos dirigentes chineses? Com sua dificuldade em aceitar dissidências?"
>
> (Daniel Aarão Reis - Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), ex-militante do MR-8).

> "Eu percebi que estávamos de fato virando terroristas, pura e simplesmente. Pequenos grupos armados isolados tentando mobilizar grandes massas usam violência autoritária. O limite entre luta armada e terror é difícil de ser visto. Sem mobilização popular, luta armada é terrorismo. O limite é político."
>
> (Herbert Daniel - Escritor - dirigente da VPR, condenado à prisão perpétua).

"Ao condenar a decisão tomada pela cúpula da ALN, baseio-me em minhas próprias convicções, à época. Se o comportamento de Márcio era colocado em dúvida, o meu também deveria ser. Ele apenas mantinha uma posição crítica em relação à organização e ao movimento. E a história provou que ele estava com a razão. Fomos mesmo esmagados pela repressão.

Eu recebi a informação do "justiçamento" de Márcio quando estava na cadeia. O grupo que estava preso se dividiu. Um, no qual eu me incluía desaprovava a medida. Outro concordava com o julgamento."

(Paulo de Tarso Venceslau - Editor - ex-militante da ALN).

"Justiçamento" de Amaro Luiz de Carvalho - "Capivara" - 22/08/1971

O Partido Comunista Revolucionário (PCR) restringia suas atividades a pichações, panfletagem e aliciamento de camponeses na Região Nordeste. Seu primeiro dirigente, Amaro Luiz de Carvalho, "Capivara", foi preso em Recife e passou a colaborar com a polícia, "entregando" vários esquemas da organização.

Quando o embaixador suíço foi seqüestrado, "Capivara" foi incluído na lista dos presos que seriam trocados pelo diplomata. Para os policiais, era única a oportunidade de ter um infiltrado que informasse a movimentação dos terroristas entre o Brasil e o Chile.

Na última hora, "Capivara" foi trocado por Vera Maria Rocha Pereira, militante do PCBR. A troca acabou com a rara oportunidade. A substituição, talvez, tenha sido feita exatamente pela suspeita da colaboração de "Capivara" com a polícia.

Amaro Luiz continuou preso em Recife, mas, dentro de suas possibilidades, colaborava com a polícia, informando o que conseguia saber nas conversas com os companheiros de prisão.

No dia 21 de agosto de 1971, informou sobre três camponeses que haviam sido soltos recentemente e que estavam sendo recrutados. No dia seguinte, 22 de agosto, foi assassinado com um refrigerante envenenado.

Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas* - Edição revista e ampliada -, descarta a idéia de "justiçamento" pelos companheiros e escreve:

> "Se ocorreu envenenamento, os policiais são os suspeitos de autoria do crime."

Fica a pergunta, a quem interessava ver "Capivara" morto? A polícia que tinha nele um colaborador, passando-lhe informações, ou ao partido que se sentia traído?

"Justiçamento" de Carlos Alberto Cardoso - 13/11/1971

Carlos Alberto Cardoso, "Jaime", militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi preso pelo Centro de Informações da Marinha - Cenimar, em 9 de novembro de 1971, no Rio de Janeiro. Era enfermeiro e colaborou em um assalto ao hospital em que trabalhava. No interrogatório, teria feito um acordo com o Centro, para ser informante e colaborar com o órgão. Depois de solto, ou arrependeu-se, ou não teve tempo de passar as prometidas informações, pois, quatro dias depois, foi "justiçado" pelos companheiros de organização.

No dia 13 de novembro, Carlos Alberto foi executado pela ALN, com 21 tiros de metralhadora, no bairro Encantado, no Rio de Janeiro. A acusação que o "tribunal" não discutiu foi traição.

Em janeiro de 2005, uma certidão, fornecida pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), atestava que Carlos Alberto nunca passou qualquer informação ao Cenimar.

Da reportagem publicada a respeito no jornal *O Globo*, de 31/01/2005, página 3, transcrevo o seguinte trecho:

> "Com base nessa certidão, o ministro Nilmário Miranda, secretário de Direitos Humanos, defendeu que os processos de indenização à família Cardoso e aos parentes de todos os militantes de esquerda, vítimas dos próprios grupos em que militavam, sejam analisados e aprovados pela Comissão de Anistia."

"Justiçamento" de Jacques Moreira de Alvarenga - 28/06/1973

A Resistência Armada Nacionalista (RAN), criada a partir do Movimento de Resistência Militar Nacionalista, ainda no Uruguai, sob a influência dos sonhos revolucionários de Brizola, congregava militares e civis em torno do objetivo de tomar o poder no Brasil, pela luta armada.

Uma das primeiras ações da RAN, ainda no Uruguai, foi a invasão da Embaixada da então Tchecoeslováquia, em Montevidéu, em 11 de junho de 1967, por um grupo de sete brasileiros que desejavam viajar para Havana, para fazer curso em Cuba.

Em 1973, algumas organizações terroristas estavam chegando ao fim. Os "quadros" que continuavam atuando estavam reduzidos. A ação eficiente e enérgica dos órgãos de segurança limitava o movimento dos militantes. Alguns haviam morrido, outros estavam presos e muitos tinham fugido para o exterior.

Portanto, a perda de um militante era irreparável. Não havia como substituí-lo. O jovem, alertado, sabendo que era usado, já não era facilmente cooptado para a luta armada.

Nesse mesmo ano, o líder da RAN, Amadeu de Almeida Rocha (comandante Amadeu), que foi preso na Guerrilha de Caparaó , logo depois de libertado, voltou à luta armada.

Um dos poucos militantes que restavam da RAN era o professor Jacques Moreira de Alvarenga. Para sua infelicidade, no curso onde dava aulas para vestibulandos, conheceu e tornou-se amigo de Merival Araújo, o "Zé", da ALN, um dos participantes do assassinato do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior.

No dia 22 de fevereiro de 1973, a RAN, necessitando de armas, assaltou a 16ª Inspetoria da Guarda Noturna, órgão existente na época, na Rua Uruguai, na Tijuca, Rio de Janeiro.

Participaram da ação: José Sérgio Vaz - "Luiz"; Hermes Machado Neto - "Antônio"; Jefferson Santos do Nascimento - "Santos", e José Flávio Ramalho Ortigão - "João".

O produto do roubo, 19 revólveres, foi entregue ao "comandante Amadeu", nos fundos do Hospital Pedro Ernesto. Ele e Júlio Ferreira Rosas Filho, "Teixeira" - professor da Faculdade Estácio de Sá -, ficaram entusiasmados com o sucesso da ação. O "comandante Amadeu" chegou a redigir um comunicado à imprensa, onde a RAN assumia a autoria do assalto.

Animados com o novo "arsenal", os quatro militantes da ação anterior, agora reforçados por Sandra Lazzarini, "Tânia", médica residente no Hospital Pedro Ernesto, assaltaram a residência de um médico, na Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, de onde levaram dinheiro, jóias e ações ao portador.

Eufóricos, os militantes começaram a facilitar com a segurança e passaram a cometer erros, sendo presos.

Por segurança, o professor Jacques recebeu de Júlio Ferreira Rosas Filho um pacote com algumas das armas roubadas e a incumbência de se desfazer delas, já que os militantes da RAN estavam sendo presos. O "Professor", como era conhecido, entregou as armas ao amigo e militante da ALN Merival Araújo.

No dia 5 de abril de 1973, foi a vez do "comandante Amadeu" ser preso e "entregar" vários militantes da RAN, inclusive o professor Jacques, que também foi preso. Durante seus depoimentos na polícia, o professor "abriu" um contato que teria com Merival. Também preso, Merival "abriu um ponto". Levado ao local para a "cobertura", tentou fugir e foi morto.

A ALN perdeu um dos seus "quadros" mais ativos e violentos e jamais perdoaria o professor Jacques.

A libertação do "Professor", um mês depois, deixou a ALN excitada. Era preciso vingar Merival e, para isso, os seus militantes tinham prática. Já haviam "justiçado", só nesse ano, duas pessoas.

O "Tribunal Revolucionário" foi novamente convocado e o professor Jacques condenado à morte, sem direito à apelação.

Maria do Amparo Almeida Araújo, irmã de Luís Almeida Araújo, ambos da ALN, participou do levantamento dos hábitos do "Professor". Maria do Amparo Almeida Araújo é, hoje, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, em Pernambuco.

Em 28 de junho de 1973, às 11h15, o companheiro de Maria do Amparo, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, "Luís", um dos mais violentos militantes da ALN, que também participara do assassinato do delegado Octávio, chefiando dois militantes da ALN, nunca identificados, rendeu o porteiro do Colégio Veiga de Almeida, da Rua São Francisco Xavier, na Tijuca. Invadiram a escola e encontraram o professor Jacques sentado numa sala de aula, redigindo uma prova para os vestibulandos do curso MCB. Quatro tiros de pistola .45 mataram o professor, menos de três semanas depois de ter sido solto. Um cadáver, muito sangue no chão e uma das paredes pichadas com a sigla ALN, foi o que encontraram os policiais ao chegarem no local.

Para os terroristas, o "Tribunal Revolucionário" detinha o poder da vida e da morte e esse assassinato era um "justiçamento". Na realidade foi mais um crime dos comunistas brasileiros (www.ternuma.com.br - DUMONT, F - *Justiçamentos)*.

"Justiçamento" de Salatiel Teixeira Rolim - 22/07/1973

Salatiel usava os codinomes de "Chinês" e o nome falso de Roberto Penaforte. Começou sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1969, juntamente com Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, ajudou a fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e partiu para a luta armada.

Era casado com Ruth Hermínia, que também foi militante do PCB e depois do PCBR. Tinha 5 filhos e 45 anos de idade, quando foi assassinado. Seu filho mais velho, Sérgio, optou pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), enquanto que Sílvio, outro filho, era um quadro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Como vemos, a família era de comunistas e bastante atuante.

Em julho de 1973, Ramires Maranhão do Vale, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moutinho, iniciaram o planejamento do assassinato de Salatiel, que saíra da prisão, um ano antes.

Pesava contra ele a acusação de traição e de corrupção, nunca esclarecidas

Quanto à acusação de traição, responsabilizavam-no pela prisão dos integrantes do Comitê Central, em 1970, entre eles Mário Alves.

Quanto à acusação de corrupção, alegavam que ele teria se apropriado de 1,7 milhões de cruzeiros, da cota desviada do Banco do Brasil por Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", e, com esse dinheiro, adquirido o Bar Escorrega, onde foi assassinado.

Segundo a reportagem da revista I*stoÉ*, de 05/08/1987, sob o título "Terrorismo - Outra face da violência", seu filho Sílvio Rolim defende o pai quando diz:

> "A gente sabia que ele não era um traidor. Quando meu pai chegou na Polícia do Exército, eles já tinham lá todos os nomes, endereços e fotos"

Segundo a reportagem, a família de Salatiel se mostraria ainda mais magoada com a acusação de desvio de recursos. Conforme afirmou Sílvio: "*Lá em casa sempre faltou tudo para o mínimo*".

Segundo foi apurado, Salatiel nunca foi proprietário do Bar Escorrega; era apenas um empregado.

No dia 22 de julho de 1973, Salatiel estava no seu local de trabalho, o Bar Escorrega, na esquina das Ruas Dias Ferreira e Rainha Guilhermina, no Leblon, Rio de Janeiro, quando seus companheiros do PCBR, Ramirez Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e outro militante entraram no bar. Acomodaram-se nos tamboretes e aceitaram uma batida que Salatiel lhes ofereceu. Ainda não tinham tomado toda a bebida quando avisaram ao "Chinês" que estavam ali para executá-lo, por traição ao PCBR. Imediatamente, sacaram seus revólveres e atiraram ao mesmo tempo. Salatiel teve morte instantânea. Um deles, com um spray, escreveu nas paredes "traidor". Depois espalharam panfletos e fugiram num Volks, dirigido por Ranúsia.

Segundo a mesma reportagem da *IstoÉ*, um dos assassinos seria o professor A.C., um quadro do PCBR, que em 1987 militava no PT. Ao falar no assassinato, A.C. não demonstra nenhum remorso. Aliás, declara para justificar a execução: "*Matei por amor à humanidade*"

O professor A.C., tão corajoso que, segundo ele, assassinou seu companheiro de organização por uma causa nobre, não deveria ter medo de assumir a sua participação nesse crime revoltante. Enquanto ele se omite, as suspeitas

desse crime estendem-se a militantes do PCBR com as iniciais A.C., poucos, entre os que ainda estão vivos.

A seguir transcrevo o panfleto jogado no local do assassinato:

"COMUNICADO

22 de julho de 1973

Assumimos a responsabilidade pela execução desse traidor e corrupto

O indivíduo Salatiel (Chinês), ex-militante e ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), preso pela repressão no início do ano de 1970, é condenado à morte por

- corrupção e apropriação individual na utilização do dinheiro da revolução e do partido, dinheiro este conseguido pela organização para a luta revolucionária popular,

- delação aos "órgãos de segurança interna" de uma série de companheiros revolucionários que posteriormente foram submetidos às mais brutais torturas após serem presos pela ditadura;

- colaboração aberta com o inimigo, entregando às Forças Policiais Contra-Revolucionárias uma série de moradias e o patrimônio da revolução e do partido.

Todos esses crimes significam a prova clara da sua alta traição ao povo e à revolução. A revolução tem o dever de eliminar todos os torturadores, delatores, traidores e inimigos do povo que tentem deter o caminho da vitória do povo sobre o imperialismo e sua ditadura militar

A revolução tem o dever de, à mão armada, fazer pagar pelos seus crimes, todos os que merecem.

Assim, cumprimos o nosso dever em aplicar merecidamente sobre este elemento a justiça.

Ao povo oferecemos a luta

Aos torturadores, traidores e inimigos do povo, a morte

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Comando Mário Alves - PCBR."

"Tribunal Revolucionário" nas matas do Araguaia

"Com o pretexto de não dispor de uma estrutura administrativa que lhes permitisse isolar desertores, elementos não colaboradores ou militares eventualmente caídos prisioneiros ou feridos,

as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA) constituíam os "Tribunais Revolucionários" para "julgar" e "justiçar" indesejáveis A esse poder supremo são creditadas as mortes de Rosalindo de Souza (Mundico), militante desertor, e dos moradores locais Osmar, "Pedro Mineiro" e "João Mateiro".

A eliminação fria de inimigos foi tacitamente admitida no *Relatório Arroyo* - Editora Anita Garibaldi - 1996."

www.ternuma.com.br

"Justiçamento" de João Pereira - 29/06/1972

Com a prisão e a confissão de Pedro Albuquerque, militante que abandonara a área de guerrilha e fora preso em Fortaleza, os órgãos de segurança tiveram a certeza da presença de guerrilheiros na Região do Araguaia. Enviaram, então, uma equipe para localizar a área onde os guerrilheiros estavam instalados.

Ao encontrarem a casa de Antônio Pereira, um mateiro que morava nos confins da Picada de Pará da Lama, a 100 km de São Geraldo, esse ofereceu o filho de 17 anos, João Pereira, para guiar a equipe em seu deslocamento no interior da selva. Com certa relutância a equipe aceitou o oferecimento O rapaz guiou a equipe por uma manhã, das 5 horas até ao meio-dia.

Descoberta a colaboração do jovem, integrantes da guerrilha do PCdoB, em 29 de junho de 1972, foram à casa do seu pai, prenderam-no e, no quintal, na frente de seus genitores, cortaram primeiro uma de suas orelhas, depois a outra, seus dedos, suas mãos e, finalmente, acabaram com a tortura do menino Mataram-no com uma facada. Somente o pai assistiu a morte do filho. A mãe, há muito, já perdera os sentidos

A tortura e a morte do rapaz deveriam servir de exemplo para que nenhum outro mateiro auxiliasse as autoridades na busca dos guerrilheiros.

Segundo o relatório de Ângelo Arroyo, um dos chefes dos guerrilheiros na região: "*A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona*"

Observação: "bate-pau", termo usado para designar o guia, o mateiro.

"Justiçamento" de Osmar - ../09/1972

Trecho do depoimento do bate-pau Venâncio de Jesus:

"Encontrei, no caminho, com o Osmar Era um mateiro admirado por Osvaldão por causa de seu domínio sobre a mata Osmar me disse que estava muito preocupado porque o Exército o obrigava a guiar os soldados pela floresta e tinha medo de acabar

morrendo. Pediu-me para avisar ao Osvaldão que estava sendo forçado a isto, mas que só dava umas voltinhas por perto e os soldados já ficavam satisfeitos Ganhei do Osmar um pedaço de carne de onça e parti, sem falar qual era o meu destino Depois ficamos sabendo que ele fora cooptado de fato pelo Exército e o nosso destacamento acabou justiçando-o "

(Fonte http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia).

"Justiçamento" de Pedro Ferreira da Silva - "Pedro Mineiro" - 12/03/1973

No dia 12 de março de 1973, Osvaldão julgou, condenou e mandou executar "Pedro Mineiro", por ser informante do Exército. A sentença foi executada por um grupo que o trucidou a golpes de enxadas e foices.

"Justiçamento" de Rosalindo de Souza , "Mundico" - 16/08/1973

Mundico, militante do PCdoB, participou ativamente do movimento estudantil Formou-se advogado na Faculdade Cândido Mendes. Em abril de 1971, foi para Caianos participar da Guerrilha do Araguaia, como comandante do Destacamento C

Morreu em setembro de 1973 e, para sua morte, seus companheiros têm versões diferentes

Para o Relatório Arroyo. " *a morte de "Mundico", do C, por acidente, com a arma que portava*".

Para Elza Monerat, em depoimento no Congresso: "*Parece que sua morte não teria sido acidental Teria sido assassinado por um "bate-pau"*.

Existe uma terceira versão entre os companheiros do PCdoB de que teria se suicidado

José Antônio de Souza, irmão de "Mundico", auditor fiscal em Ilhéus, declara

> "Acho muito estranho falar em acidente de armas com Rosalindo, pois todo mundo sabe que ele tinha muita experiência como caçador e era exímio atirador."

Nos arquivos do DOPS/SP consta que ele foi justiçado pelos companheiros em 16 de agosto de 1973.

(Fonte: http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia).

Nem mesmo os pobres e indefesos animais estavam livres do fatídico "tribunal". A cadelinha "Diana" ou, para alguns, "Coroa", também foi uma de suas vítimas. Provavelmente seus filhotes, privados do leite materno, talvez não tenham sobrevivido, como se pode ver a seguir:

> "Tais "órgãos de justiça" eram motivo de intensa propaganda, objetivando desestimular delações e constituir elemento de pressão psicológica. Irracional e vítima da "racionalidade guerrilheira", a cadelinha "Diana", mascote do Destacamento A, foi justiçada a facadas, pelo militante Micheas Gomes de Almeida, o "Zezinho", acusada de denunciar a posição do Destacamento, por deslocar-se, levada pelo instinto materno, do ponto onde se encontravam os seus amigos homens até o lugar onde estavam os seus filhotes, para, simplesmente, dar-lhes de mamar."
>
> www.ternuma.com.br.

Era essa a "justiça" revolucionária. Esses foram alguns de seus crimes. Inescrupulosos, como sempre, extorquem dos cofres públicos vultosas recompensas, como forma de "reparação".

Quem os recompensa pratica o mesmo tipo de "justiça", venal e cruel. A diferença é que, agora, somos nós, contribuintes brasileiros, os "justiçados".

Pelo visto, o "Tribunal Revolucionário" continua em sessão permanente. Mudaram apenas os "juízes" e a condenação.

Márcio Toledo Leite "justiçado" por discordar da direção da ALN

A dissidência da ALN e o Movimento de Libertação Popular - MOLIPO

A morte de Marighella, em 1969, foi o primeiro revés sério sofrido pela ALN. Com a queda dos dominicanos, inúmeras prisões foram efetuadas, vários "aparelhos" descobertos, inclusive uma fábrica de armas em Mogi das Cruzes, São Paulo. Esses fatos causaram sérios problemas à organização.

Embora Marighella, figura carismática, fosse um ídolo para os militantes da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, (Toledo), velho militante do PCB, como Marighella, era o mentor intelectual das principais ações. Sabedor dos problemas que essa morte poderia causar na ALN, "Toledo", que estava na Europa, assumiu o Comando Nacional e apressou-se a ir a Cuba, em 1970, confabular com os assessores cubanos e procurar o apoio do "III Exército da ALN", que fazia cursos de guerrilha desde 1969.

Estava nos planos de Marighella o início da guerrilha rural, o mais rápido possível, ainda em 1969, mas com sua morte houve um retraimento dos membros da organização. "Toledo" planejava a guerrilha rural da seguinte forma:

> "... a primeira fase com ações guerrilheiras, isto é, pequenos grupos assaltariam e queimariam cartórios onde estivessem registradas as propriedades de terras de fazendeiros; assaltariam armazéns e depósitos de víveres, distribuindo-os entre as populações; matariam gado e dariam às famílias dos camponeses; executariam alguns fazendeiros malquistos por seus empregados. Com isso, a consciência das massas do campo despertaria. Treinariam, na prática, ações guerrilheiras rurais e ganhariam adeptos camponeses para o terrorismo no campo. Dessa fase, passariam à guerrilha propriamente dita, criando um Exército de Libertação Nacional."

"Toledo" reergueu a organização, reiniciando a guerrilha urbana e implantando em Imperatriz, no Maranhão, uma área de guerrilha rural.

Ampliou as ligações da ALN em Cuba e na Europa. Organizou um esquema para arrecadar recursos financeiros para a guerrilha. Para isso, frei Osvaldo Augusto de Rezende atuava em Roma, onde fazia contatos com um partido político de esquerda italiano. Havia também ligações na Argélia, Chile, Uruguai, Bolívia, França, Suécia e Alemanha.

Apesar das atividades de "Toledo" agradarem a alguns, a demora em deslanchar a guerrilha rural e a falta de apoio ao setor de massa descontentavam outros militantes que estavam no Brasil e, principalmente, os integrantes do chamado "III Exército da ALN", que se preparava militarmente, desde 1969, em Cuba.

Em 23 de outubro de 1970, "Toledo", ao "cobrir um ponto" na Avenida Lavandisca, em Indianópolis, São Paulo/SP, foi preso. Ao ser levado pela polícia, cardíaco, teve um infarto e morreu antes de chegar ao DOPS.

Se a perda de Marighella começara a desestruturar a ALN, a de "Toledo" foi o início da sua derrocada. Sem um grande líder, os problemas na organização se agravaram.

O "III Exército da ALN", também chamado de "Grupo da Ilha", "Grupo dos 28" ou "Grupo Primavera", cada vez mais divergia do Comando Nacional

Descontentamentos com a demora do desencadeamento da guerrilha rural; com a longa espera pela chegada de outros elementos que substituiriam o grupo; com a falta de conforto num país sem recursos; com a proibição do governo cubano de circularem em determinadas áreas de Havana, com a proibição de contato com o povo nativo; e com a clausura em que viviam, impedidos, até mesmo, de contatar com outros brasileiros, tudo isso desestimulava o "Grupo dos 28". Aos poucos foi surgindo a idéia de formação de uma nova organização.

Yuri Xavier Pereira, do Comando Provisório da ALN, sabedor da dissidência, foi a Cuba planejar a volta ao Brasil e, principalmente, buscar um entendimento com o "Grupo dos 28", que conseguira, mesmo a distância, adeptos entre os militantes que estavam no Brasil.

Após uma reunião com a cúpula do grupo dissidente, composta por Antônio Benetazzo, Carlos Eduardo Pires Fleury e Jeová Assis Gomes, Yuri sentiu a impossibilidade de uma união do "Grupo dos 28" com a ALN Ficou então estabelecido que o grupo retornaria por conta própria.

Os primeiros militantes a chegar ao Brasil tinham a missão de criar condições para o retorno dos demais.

Dois grupos foram formados. Um atuaria no interior, na Região Centro-Oeste e norte de Goiás, para implantar a guerrilha rural; o outro atuaria nas cidades, levando sangue novo à guerrilha urbana.

Logo começaram a se reestruturar como nova organização Procuraram adeptos entre os dissidentes e os encontraram no Setor de Massa da ALN Sílvia Peroba Carneiro Pontes, coordenadora do Setor Estudantil da ALN, orientava a formação dos "Comandinhos" (elementos em fase de aliciamento) que, nos seus locais de trabalho ou nas escolas, recebiam formação política, por meio de leituras orientadas e discussões, indo depois fazer parte do Setor de Massa. Esse setor estava descontente com a ALN que não se dedicava com afinco ao aliciamento de novos militantes.

O "Grupo da Ilha", no final de 1971, associou-se ao Setor de Massa e a outros dissidentes da ALN no Brasil e fundaram o Movimento de Libertação Popular - Molipo - com a seguinte organização:

A partir de sua constituição, o Molipo mostrou-se uma organização terrorista mais sanguinária que a própria ALN. Fez questão de mostrar toda a sua violência na guerrilha urbana, praticando roubos de carros, assaltos a viaturas militares, radiopatrulhas e atentados a bomba. Não fez maiores vítimas porque foi logo desbaratada.

O outro grupo, destinado à guerrilha rural, abandonou a área inicial e instalou-se ao longo do Rio São Francisco, entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, na Bahia. O primeiro a chegar foi Boanerges de Souza Massa, em maio, estabelecendo-se em Bom Jesus da Lapa. Em junho chegou Carlos Eduardo Pires Fleury e em julho Jeová Assis Gomes e Rui Carlos Vieira Berbert

O cerco a Lamarca, na região, prejudicou a área escolhida. Deixaram então a Bahia e se dirigiram para Araguaína, onde participariam, também, do trabalho de campo Sérgio Capozzi, sua mulher, Jane Vanini, e Otávio Ângelo. Rui Carlos Vieira Berbert e Boanerges de Souza Massa foram para Balsas no Maranhão.

Os planos incluíam internar-se no campo, familiarizar-se com a área, conquistar a confiança dos habitantes e, apoiados pelos elementos da guerrilha urbana, iniciar as atividades na zona rural.

A violência e o fanatismo da nova organização era tão grande que havia um compromisso entre eles, feito em Cuba, de morrer lutando, jamais se entregar. Resistir à prisão até a morte. Não deviam ser presos vivos para não colocarem em risco a organização.

O Molipo foi desmantelado em pouco tempo, com a queda da maioria dos componentes do "Grupo dos 28" e com a morte de alguns que, seguindo a orientação recebida nos cursos de guerrilha em Cuba, reagiam sem se entregar. Foram poucos os que sobreviveram do "Grupo dos 28".

Relação nominal do "Grupo dos 28", "Grupo Primavera" ou "Grupo da Ilha"

1 - Aylton Adalberto Mortati (Tenente);
2 - Ana Corbisier Mateus (Maria);
3 - Ana Maria Ribas Palmeira (Amália);
4 - Antônio Benetazzo (Joel),
5 - Arno Preis (Ariel);
6 - Boanerges de Souza Massa (Felipe);
7 - Carlos Eduardo Pires Fleury (Humberto);
8 - Flávio Carvalho Molina (Armando);
9 - Francisco José de Oliveira (Fausto);
10 - Frederico Eduardo Mayr (Gaspar);
11 - Hiroaki Torigoe (Mashiro Nakamura);
12 - Jane Vanini (Carmen);
13 - Jeová Assis Gomes (Osvaldo);
14 - João Carlos Cavalcanti Reis (Vicente);
15 - João Leonardo da Silva Rocha (Mário);
16 - João Zeferino da Silva (Alfredo);
17 - José Dirceu de Oliveira e Silva (Daniel);
18 - José Roberto Arantes de Almeida (Luiz);
19 - Lauriberto José Reyes (Vinícius);
20 - Luiz Raimundo Bandeira Coutinho (Marcos);
21 - Márcio Beck Machado (Tirso);
22 - Maria Augusta Thomaz (Renata);
23 - Mário Roberto Galhardo Zanconato (Lucas);
24 - Natanael de Moura Giraldi (Camilo);
25 - Rui Carlos Vieira Berbert (Silvino);
26 - Sílvio de Albuquerque Mota (Sérgio),
27 - Vinicius Medeiros Caldevilla (Manoel); e
28 - Washington Adalberto Mastrocinque Martins (Comandante Raul).

Faziam parte do III Exército da ALN e continuaram mantendo o vínculo com a ALN: Itobi Alves Correia Júnior, Sérgio Capozzi e Jaime Vanini.

José Dirceu e o Molipo

Em 5 de setembro de 1969, José Dirceu (Daniel), menos de um ano depois da sua prisão em Ibiúna, foi um dos 15 militantes comunistas banidos para o México, em troca da vida do embaixador dos EUA, seqüestrado pela ALN e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Chegando ao México, seguiu para Cuba, onde participou de cursos de guerrilha, fazendo parte do "III Exército da ALN" ou "Grupo da Ilha", ou ainda, "Grupo Primavera".

José Dirceu, "Daniel", sempre foi vinculado ao agrupamento comunista, que depois se transformou na ALN. Em Cuba, passou a fazer parte do grupo dissidente que, de volta ao Brasil, fundou o Molipo.

No total, José Dirceu permaneceu em Cuba durante 18 meses, quando teria feito uma operação plástica nos olhos e no nariz. No período em que esteve em Cuba, voltou várias vezes ao Brasil, clandestinamente, com documentos falsos, entre 1971 e 1973.

A revista *IstoÉ*, de 15/12/2004, publicou o seguinte sobre as declarações de José Dirceu à revista:

> "... Dirceu já recomeçou do zero várias vezes e teve tantos nomes falsos que nem ele se lembra: uma identidade falsa entre 1971 e 1973, seu primeiro retorno no Brasil na clandestinidade, vários codinomes e passaporte argentino."
>
> "... Novo recomeço: fez treinamentos militares e de clandestinidade". "Construí uma história, levei seis meses para isso. Você atua quase como um ator, senão é morto. Passei a entrar e sair do Brasil com arma, informação e documentos, relembra."

José Dirceu só voltou definitivamente ao Brasil, como sempre clandestino, em abril de 1975, quando a luta armada já havia terminado. Com o nome falso de Carlos Henrique Gouveia de Melo, radicou-se em Cruzeiro d'Oeste, no Paraná, como caixeiro viajante.

Esta região foi selecionada pela inteligência cubana para fazer parte do currículo dos cursos de guerrilha ministrados aos brasileiros, seja para atender aos interesses de José Dirceu; seja pela localização estratégica da área; seja pela facilidade de acesso, homizio, dispersão, fuga e acesso a outras áreas; seja pela possível existência, na época, de uma estrutura de apoio que recebesse e desse segurança a José Dirceu; seja, ainda, pela conjugação desses e de outros fatores a serem considerados.

Em Cruzeiro d'Oeste, com documentos falsos, casou-se com Clara Becker, com quem teve um filho. Somente depois da anistia, em 1979, sua mulher tomou conhecimento de sua verdadeira identidade.

José Dirceu, até junho de 2005, era chefe da Casa Civil e o homem forte do PT no governo Lula. Com o escândalo nos Correios e as denúncias do "mensalão" - propinas que seriam usadas para compra de apoio ao governo - pediu demissão do cargo e voltou à Câmara, onde, como peça chave do esquema, segundo o deputado Roberto Jefferson, do PTB, foi inquirido na CPI instalada para apuração de possíveis irregularidades.

Em 30/11/2005, por 293 votos a 192, teve seu mandato cassado pelo Plenário da Câmara e perdeu seus direitos políticos por 8 anos. Na realidade ele terá de esperar dez anos para poder concorrer, democraticamente, a algum cargo eletivo.

Receio que ele não tenha paciência e principalmente bom senso e tente, apoiado por seus antigos camaradas de armas e inspirado em seu ídolo e amigo ditador Fidel Castro, chegar novamente ao poder através de uma luta armada.

O que me preocupa são suas declarações transcritas no artigo do historiador Carlos I. S. Azambuja - "Sou um cubano-brasileiro", publicado em *Mídia Sem Máscara* - www.midissemmascara.org de 07/01/2006 :

> "No início de abril de 2003, José Dirceu voltaria ao assunto, declarando que a geração que chegou ao poder com o presidente Lula deve muito a Cuba. Lembrou que nos anos do regime militar a esquerda teve a solidariedade de Cuba com "sua mão amiga e seu braço forte."
>
> "A geração que chegou ao poder com Lula é devedora de Cuba. E me considero um brasileiro-cubano e um cubano-brasileiro."
>
> "José Dirceu em um seminário do Partido dos Trabalhadores, realizado dias 15 e 16 abr 89, às vésperas da eleição presidencial, já vislumbrando uma vitória de Lula, e recordando-se do treinamento militar que recebeu em Cuba, com o nome de "Cmt Daniel", disse: "*Em vez de comandar uma coluna guerrilheira, o grande sonho de minha vida, vou ter que comandar uma coluna de carros oficiais em Brasília.*"

Algumas ações da DI/ALN e do Molipo em São Paulo

1971

- Assalto ao Supermercado Ao Barateiro, da Rua Clodomiro Amazonas;
- Assalto à PUC/SP, na Rua Monte Alegre;
- Assalto ao Supermercado Morita, Rua Padre Antônio dos Santos;
- Dois assaltos ao Supermercado Ao Barateiro, na Avenida Água Funda;

- Novo assalto ao Supermercado Ao Barateiro, Rua Clodomiro Amazonas;
- Assalto à Escola Educabrás, da Rua Tabor, bairro Ipiranga;
- Assalto ao 37° Cartório de Registro Civil, para roubar documentos;
- Assalto à agência do Ministério do Trabalho;
- Assalto à firma Kelmaq, na Barra Funda;
- Assalto a um caminhão da Swift;
- Novo assalto ao Supermercado Morita;
- Assalto à agência do Bradesco, na Rua Cezar Castiglione Júnior;
- Panfletagem armada em Santo André;
- Assalto ao Hospital Pamplona;
- Assalto a uma casa de aparelhos de plastificar, na Lapa;
- Panfletagem armada no bairro do Sapopemba;
- Assalto a um posto de identificação, na Rua Dr. Erasmo de Assunção, nº 31;
- Assalto, incêndio e roubo de armas de uma radiopatrulha, em São Caetano do Sul, onde o soldado da PMSP, Norival Ciciliano, foi ferido gravemente com um tiro no abdômen;
- Atentado a bomba no Consulado da Bolívia, causando ferimentos graves em 10 pessoas, inclusive um menor de idade;
- Propaganda armada com o incêndio de um ônibus da Companhia de Transportes Urbanos S/A (TUSA). Na ocasião foi morto o cabo da PMSP Nelson Martinez Ponce, com uma rajada de metralhadora disparada por Aylton Adalberto Mortati;
- Assalto ao Restaurante Bierhale, em Moema;
- Atentado fracassado com bombas incendiárias no Mappin (grande loja de departamentos);
- Assalto a um posto de identificação em Santo André;
- Atentado, com incêndio a um ônibus, na Vila Brasilândia;
- Assalto, incêndio e roubo de armas contra a radiopatrulha prefixo 02;
- Assalto à fábrica de perucas Dejan;
- Atentado a bomba e hasteamento da bandeira Marighella no prédio do jornal *A Gazeta*, na Avenida Paulista;
- Bomba, felizmente desarmada, no interior de um veículo abandonado na Rua João Moura (finalidade, atingir órgão de segurança);
- Assalto à indústria de máquinas AMF;
- Atentado a bomba contra o escritório da Esso, na Rua Pedro Américo;
- Atentado a bomba contra a loja Sears, na Água Branca, em São Paulo;
- Assalto, incêndio e roubo de armas contra a radiopatrulha de prefixo 10, no Largo Senhor do Bomfim, Parque das Nações;
- "Expropriação" de um automóvel Volkswagen em Perdizes;

- Assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, no interior das Faculdades Metropolitanas Unidas;
- Atentado a bomba contra o Consulado Americano, na Rua Padre João Manoel;
- Discurso gravado e divulgado na Cidade Universitária, através do alto falante de uma Kombi;
- Panfletagem armada, na favela da Vila Palmares;
- Assalto à agência da Light na Rua Siqueira Bueno; e
- Assalto a uma loja de roupas na Rua Xavantes, no Brás.

1972

- Ao tentar roubar um carro, Lauriberto José Reyes e Márcio Beck Machado mataram o 1° sargento da PMSP Thomas Paulino de Almeida, com uma rajada de metralhadora.

O Molipo começou a "cair", já em 5 de novembro de1971, com a morte de José Roberto Arantes de Almeida, em tiroteio com agentes do DOI/CODI/II Ex, na Rua Cervantes, nº 71, São Paulo.

Em fins de 1972, a organização, praticamente, já não existia.

Fontes:
- Ternuma - www.ternuma.com.br
- Projeto Orvil
- Mídia Sem Máscara - www.midiasemmascara.org

Morte do major José Júlio Toja Martinez Filho 04/04/1971

Ao receber uma denúncia de que na Rua Niquelândia, nº 23, em Campo Grande, Rio de Janeiro, um casal tinha hábitos estranhos e talvez fosse subversivo, a Segunda Seção da Brigada Pára-quedista resolveu averiguar o informe antes de encaminhá-lo aos órgãos de segurança. Para isso, montou uma "campana" (esquema de vigilância) no local, para confirmar se a denúncia tinha fundamento.

No dia 3 de abril de 1971, uma equipe chefiada pelo major José Júlio Toja Martinez Filho foi enviada para a "campana". Às 23 horas, a equipe estava a postos, vigiando o "aparelho". Um táxi estacionou próximo à casa e um casal saltou do carro. A mulher, em adiantado estado de gravidez, e seu companheiro se dirigiram para a área vigiada. O major Martinez, temendo riscos para o casal, principalmente para a gestante, no caso dos subversivos aparecerem, atravessou a rua e foi em sua direção, "de peito aberto", para avisá-lo dos possíveis riscos e pedir que se afastasse da região.

Imediatamente, antes que conseguisse se aproximar, a mulher sacou um revólver da falsa barriga, por uma abertura na roupa, e matou-o instantaneamente, sem lhe dar tempo para qualquer reação.

O capitão Parreira, que fazia parte da equipe, ao tentar reagir foi gravemente ferido pelo companheiro da mulher. Um violento tiroteio foi iniciado entre a equipe do major e os terroristas. Ao final, além do major Martinez, estavam mortos Mário de Souza Prata e Marilena Villas-Boas Pinto, militantes do MR-8, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos criminosos.

No "aparelho campanado" foram encontrados explosivos, armas e munições, além de levantamentos de bancos, rotinas de diplomatas estrangeiros e de generais, para futuras ações.

> "Um preito de saudade"
>
> (Por seu companheiro, desde a Escola Preparatória, coronel Cícero Novo Fornari)
>
> "José Júlio Toja Martinez Filho foi matriculado na Escola Preparatória de São Paulo, atual Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em 1º março de 1948. Ele era quase um menino e, como os seus colegas, meio assustado com a nova vida de internato sob regime militar, longe de casa e dos antigos amigos. Logo nos primeiros dias, em virtude de seu espírito amigo e brincalhão, ganhou o apelido de Zazá. Foi declarado aspirante a oficial da Arma de

Infantaria, dentre os primeiros de sua turma, no dia 13 de agosto de 1953.

O REI - Regimento Escola de Infantaria - foi a sua grande realização como tenente e depois, como capitão, comandando a Companhia de Carros de Combate.

Cursou a Escola de Material Bélico, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - e a Escola de Estado-Maior do Exército - EsCEME. Ao terminar a EsCEME, por merecimento intelectual, coube-lhe escolher uma vaga na Brigada Pára-quedista - Vila Militar - Rio de Janeiro.

Em abril de 1971 recebemos a triste notícia que o Zazá, em pleno exercício de sua função militar, havia sido assassinado, covardemente e sem meios de defesa, por uma terrorista a quem ele se prontificou a ajudar, pensando que se tratava de uma senhora grávida, merecedora de atenção especial.

Armas em funeral!
O sino do Campo Santo dobra a finados.
Carregar!
Apontar!
Fogo!
As honras militares foram prestadas.

O esquife do major Martinez, simples como deve ser o de um soldado, conduzido por seus colegas, familiares e amigos, avança em marcha lenta por entre as aléias do cemitério.

Um corneteiro executa as sentidas notas do toque de silêncio.

As lágrimas rolam pelas faces até dos mais empedernidos.

A família está ali. Os quatro filhos, na sua ingenuidade de crianças (a mais velha com onze e o menor com quatro anos), não se dão conta do drama que os envolve. A viúva, senhora Maria Matilde, em estado de choque, recebe a bandeira que agasalhou a urna funerária do seu esposo. A mesma bandeira brasileira que o aluno José Toja Martinez Filho, quase um menino, havia jurado defender "*mesmo com o sacrifício da própria vida*".

Estiveram presentes ao funeral, entre outros, o general Sizeno Sarmento, ministro do STM; general Sylvio Frota, comandante interino do I Exército; general Ariel Paca da Fonseca; general Moacyr Barcellos Potyguara, chefe do gabinete do ministro do Exército; general Hugo Andrade Abreu; e o comandante da Base Aérea dos Afonsos.

O ataúde deixou a capela escoltado por um contingente do GA Aeroterrestre e pelo 1° Batalhão Aeroterrestre, que com sua banda tocava a Marcha Fúnebre, enquanto três aviões da FAB sobrevoavam o cemitério.

Hoje, numa inversão de valores, os "heróis" são Marilena Villas-Boas Pinto e Mário de Souza Prata, que têm seus nomes, respectivamente, no DCE da Universidade Santa Úrsula e no DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Será que os jovens dessas universidades sabem que eles, em nome de uma ideologia, assaltaram e mataram?

A experiência dramática da morte do major Martinez, de soldados da PM, de seguranças, apanhados de surpresa, fez com que os órgãos de segurança se posicionassem mais no ataque do que na defesa. Não podiam continuar perdendo homens.

Movimento Revolucionário 8 de Outubro

A organização terrorista responsável pelo assassinato do major Martinez foi o MR-8, que surgiu das divergências do PCB. Esse grupo, formado na organização de base da Universidade Federal Fluminense, ficou conhecido inicialmente como Dissidência Niterói (DI/Niterói). A nova facção, radical e militarista, tinha o foquismo cubano como modelo.

Em novembro de 1966, a DI/Niterói rompeu com o PCB e criou o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN), cujos principais líderes eram estudantes da Universidade Federal Fluminense.

Durante o ano de 1967, o MORELN aliciou militantes descontentes com o PCB, em organizações de base de operários de Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu e Campos.

O MORELN previa o desenrolar da revolução, como quase todas as organizações, por meio da luta armada, que seria viabilizada em três fases:

1ª fase - reconhecimento de uma zona operacional e preparação de uma área para treinamento de guerrilha;

2ª fase - treinamento guerrilheiro; e

3ª fase - invasão de uma área e formação de uma coluna guerrilheira.

Em homenagem a Che Guevara, morto na Bolívia em 8 de outubro de 1967, o MORELN aprovou a mudança de seu nome para Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Começava assim o primeiro MR-8.

No início de 1969, o MR-8 possuía um "comando de expropriação" que, após vários roubos de carros, realizou os seguintes assaltos:

- Depósito do Projeto Rondon, na Universidade do Estado da Guanabara, de onde levaram grande quantidade de material para ser usado no campo;

- Banco Lar Brasileiro, Agência Ipanema, Rio de Janeiro; e
- Banco Aliança, Agência Abolição, Rio de Janeiro.

Os planos para assaltos eram muitos, mas tornaram-se desnecessários, pois Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", destinou ao MR-8 quatrocentos mil cruzeiros novos, desviados do Banco do Brasil, proporcionando à organização excelente situação financeira.

Com esse dinheiro pretendiam comprar uma fazenda nas proximidades das cidades de Mafra, Lages, Curitibanos e Rio do Sul, para iniciar o treinamento da guerrilha rural. No entanto, uma série de prisões desbaratou o primeiro MR-8. Os militantes remanescentes refugiaram-se em outras organizações, como o COLINA, a VPR e a ALN.

Um dos seus líderes, Reinaldo Silveira Pimenta, no dia 27/06/1969, ao ter seu "aparelho" descoberto e receber voz de prisão, morreu ao se jogar do 5º andar, do apartamento 510, da Rua Bolívar 124, em Copacabana, Rio de Janeiro.

Esse foi o fim do primeiro MR-8. Alguns meses depois, em setembro de 1969, durante o seqüestro do embaixador americano, a Dissidência da Guanabara (DI/GB) assumiria a denominação de MR-8.

Dissidência Guanabara - MR-8

Em janeiro de 1969, a Dissidência da Guanabara comprou armas no interior da Bahia e iniciou treinamento de tiro numa fazenda próxima a Jequié. Em abril realizou a III Conferência, quando foram tomadas decisões para melhor estruturar a luta armada: profissionalizar "quadros", montar "aparelhos" e eleger uma direção geral (Daniel Aarão Reis, Franklin de Souza Martins e José Roberto Spiegner).

Após a conferência, intensificaram as ações e praticaram 8 assaltos a bancos; 11 assaltos a supermercados; 10 assaltos a casas comerciais diversas; 6 assaltos a carros transportadores de valores; 2 assaltos a residências; o primeiro seqüestro de um diplomata; o primeiro seqüestro de um avião comercial, no Brasil; 3 ataques a sentinelas de unidades militares, com furtos de armas; 3 assaltos a garagens, de onde roubaram mais de 20 carros e inúmeras placas. Entre suas ações destacam-se as seguintes:

- 8 de outubro de 1969, Elmar Soares de Oliveira, Cláudio Augusto de Alencar Cunha, Ronaldo Fonseca Rocha e Edgar Fonseca Fialho seqüestraram um Caravelle da Cruzeiro do Sul, quando voava de Belém para Manaus, e o levaram para Cuba.
- 13 de setembro de 1970, assalto à Churrascaria Rincão Gaúcho, na Tijuca, Rio de Janeiro. Irritados com os dizeres "Ninguém Segura o Brasil",

colado num painel de vidro, o explodiram com uma bomba e deixaram outra, felizmente, desativada pela polícia. Participaram da ação: Sônia Lafoz, Solange Lourenço Gomes, Maria da Glória Araújo Ferreira, Roberto Chagas da Silva, Cid Queiroz Benjamin, Nelson Rodrigues Filho e João Lopes Salgado.

- 20 de novembro de 1970, assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, Agência Ramos, Rio de Janeiro. Participaram da ação: Mário Prata, Marilena Villas-Boas Pinto e Stuart Angel. O assalto terminou em intenso tiroteio, sendo feridos dois guardas e um transeunte, além de Stuart Angel que, mesmo baleado no joelho, conseguiu fugir.

- 13 de março de 1971, assalto às Casas da Banha, na Tijuca, Rio de Janeiro, onde imobilizaram, com metralhadoras e coquetéis molotov, 100 pessoas que faziam compras. Na rua, dois terroristas, usando fardas roubadas, manobravam o trânsito para facilitar a fuga. Participaram, entre outros, Carmen Jacomini, Stuart Angel e Mário Prata.

- 22 de novembro de 1971, os militantes Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Roberto Jabour, Thimothy William Watkin Ross e Paulo Costa Ribeiro, todos do MR-8, "em frente" com a VAR-Palmares, assaltaram um carro forte da firma Transport, na Estrada do Portela, em Madureira, Rio de Janeiro. Na ocasião, morreu o tenente da reserva do Exército José do Amaral Villela e ficaram feridos os guardas Sérgio da Silva Taranto, Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva, que faziam a segurança do carro-forte.

Depois do longo e traumático seqüestro do embaixador suíço, Carlos Lamarca e sua companheira, Iara Iavelberg, saíram da VPR e passaram a engrossar as fileiras do MR-8.

No ano de 1971, o MR-8 privilegiou o Comando Regional da Bahia, já estruturado em Salvador e Feira de Santana. O trabalho de campo na Bahia era desenvolvido na região de Cangula, em Alagoinhas, e entre os municípios de Brotas de Macaúbas e Ibotirama. Carlos Lamarca, enviado para a região, acabou sendo morto num enfrentamento com o DOI/CODI/6ª Região Militar.

Com a prisão de vários militantes e a morte de Lamarca, a desarticulação do Comitê Regional da Bahia e o desmantelamento do "trabalho de campo", o MR-8 voltou sua ação para São Paulo. Na realidade, a estrutura brasileira da organização estava esfacelada. Muitos presos, alguns mortos e outros refugiados no exterior. Nessa ocasião, o MR-8 contava, apenas, com pouco mais de 15 militantes para realizar suas atividades, passando a atuar "em frente" com outras organizações. Em contrapartida, crescia o grupo do MR-8 no exterior.

com os militantes que fugiram para o Chile, além da adesão de membros de outras organizações.

As palavras de ordem do MR-8 passaram a ser ditadas do Chile. As divergências eram evidentes e havia uma divisão clara entre "militaristas" - que defendiam o imediatismo revolucionário - e "massistas" que, primeiro, queriam preparar melhor as massas. Em novembro de 1972, em Santiago do Chile, a organização convocou uma assembléia-geral, com o comparecimento de seus principais militantes, onde se oficializou o "racha".

Em dezembro, durante três dias, os "massistas" realizaram reuniões preparatórias para a assembléia que fariam ainda nesse mês, a qual foi denominada Pleno.

No artigo primeiro dos "Estatutos Provisórios" aprovados no Pleno, o MR-8 definia os objetivos da organização:

> "Somos uma organização política marxista-leninista, cuja finalidade é contribuir para a criação do partido revolucionário do proletariado no Brasil, que assuma a vanguarda da luta da classe operária e da massa explorada, pela derrubada do poder burguês, pela supressão da propriedade privada dos meios de produção e pela construção da sociedade socialista como transição para a abolição da sociedade de classe e o ingresso numa sociedade comunista."

Após o Pleno, a organização desenvolveu suas novas atividades com a direção geral dividida em duas seções: a do exterior, com Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Nelson Chaves dos Santos e João Luiz Silva Ferreira; e a do interior, no Brasil, com Franklin de Souza Martins e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Em fevereiro de 1973, Franklin retornou ao Brasil, instalando-se em São Paulo e estruturando um Comitê Regional, dirigido por José Roberto Monteiro e Albino Wakahara, que passou a imprimir o jornal *O Manifesto*.

A queda do presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, dificultou os planos iniciais da organização, com seus militantes fugindo do Chile e se reagrupando em Paris.

Major José Júlio Toja Martinez Filho

Sepultamento do Major Martinez

Rua com o nome de Major Martinez, em Campinas-SP

Sala de aula com o nome de Major Martinez, na Escola de Inteligência Militar do Exército - Brasília-DF

A melhor defesa é o ataque
23/09/1971

As organizações terroristas praticavam seguidos atos de intimidação, principalmente contra viaturas das Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar.

Ônibus de transporte público eram atacados e incendiados. Seus passageiros eram obrigados a saltar e a ouvir pregações em favor da luta armada. Carros de transporte de valores eram assaltados.

Radiopatrulhas eram emboscadas e incendiadas. Seus policiais tinham as armas roubadas e, quando não eram mortos, eram obrigados a se ajoelhar e suplicar para não serem executados. Como exemplo, cito o caso a seguir descrito:

No dia 19 de setembro de 1969, a ALN realizou uma ação contra a guarnição da radiopatrulha nº 21 que, com dois soldados da Força Pública, hoje, Polícia Militar, fazia o policiamento em frente ao Conjunto Nacional, na Avenida Paulista, em São Paulo. Nas proximidades, um guarda civil fazia o policiamento ostensivo. Eram 22 horas quando o comandante da ação, Virgílio Gomes da Silva, acompanhado por Aton Fon Filho, Denílson Luís de Oliveira e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, dirigiram-se à RP, como se fossem pedir uma informação. Ao mesmo tempo, Takao Amano aproximou-se do guarda civil e, rendendo-o, obrigou-o a se colocar de joelhos, humilhando-o. Os outros, imaginando uma reação, dispararam suas armas na direção da viatura. O soldado Pedro Fernandes da Silva, atingido por vários disparos, um deles na coluna vertebral, ficou paraplégico. Denílson e Virgílio roubaram da guarnição da RP uma metralhadora INA e dois revólveres .38. Takao Amano roubou o revólver do guarda civil. Para completar, espalharam gasolina e incendiaram a RP.

Os ataques às viaturas isoladas do Exército que transitavam pelas ruas eram freqüentes. Invariavelmente, roubavam a arma do soldado motorista, além de humilhá-lo publicamente. Quem reagia era morto.

Esses fatos nos obrigaram a manter, sempre ao lado do motorista, outro militar para dar-lhe segurança. Num trânsito como o de São Paulo, um dos motoristas militares, pensando que estivesse sendo atacado, poderia reagir a uma simples fechada. Como um soldado poderia distinguir o carro, entre as centenas dos que passavam por ele, que estaria conduzindo terroristas?

Não podíamos continuar a sofrer perdas. Enfrentávamos uma guerrilha urbana e tínhamos de nos conscientizar de que a melhor defesa é o ataque. Devíamos ir ao encontro dos terroristas e não esperar que eles nos apanhassem de surpresa. Caso continuássemos na defensiva, estaríamos dando-lhes oportunidades de aplicar melhor os ensinamentos do *Manual* de Marighella e dos cursos feitos no exterior.

Depois de estudar as zonas com maior intensidade desses ataques, planejamos uma operação para atraí-los e enfrentá-los.

Fomos ao Esquadrão de Reconhecimento e pedimos dois jipes emprestados. Do Hospital Militar, conseguimos uma ambulância. Pedimos ao comandante do Esquadrão que, quando a sua unidade tivesse de enviar alguma viatura a serviço, nas imediações da zona por nós escolhida, nos avisasse, pois aproveitaríamos a ocasião para atrair os terroristas. Nesse caso, como tínhamos um cabo motorista do Esquadrão à nossa disposição, ele, por sua experiência, seria mais útil que um soldado comum do Esquadrão. Hesitávamos porque a missão era muito arriscada, mas o cabo se ofereceu como voluntário. Além de fazer o serviço da sua unidade, o cabo estaria, ao mesmo tempo, cooperando com o serviço do DOI.

Selecionamos alguns locais onde era maior a incidência desse tipo de ação e começamos a executar o plano.

Cada viatura militar partia para um determinado local. Seus motoristas, todos militares do Exército à disposição do DOI, com a farda do Exército.

Começamos as tentativas, mas parecia que o plano não daria certo.

Na terceira semana, no bairro Sumarezinho, nossos agentes notaram o movimento suspeito de um homem e de uma mulher que seguiram, em um Volks, uma de nossas iscas. Intensificamos as passagens pelo mesmo itinerário, como se fosse uma rotina.

No dia 23 de setembro de 1971, o comandante do Esquadrão avisou-nos que uma viatura executaria um serviço nas imediações da nossa "zona de operações". Acertamos com ele o horário mais adequado e o nosso cabo, já fardado, foi ao Esquadrão onde recebeu o jipe, uma metralhadora sem as peças do seu interior e a missão do seu comandante. Do DOI ele recebeu outra missão: ao fazer o serviço do Esquadrão, deveria, antes, passar pela Rua João Moura, onde simularia uma pane da viatura e faria o que é normal nessas ocasiões, isto é, ir ao telefone mais próximo e pedir socorro mecânico à sua unidade.

O cabo fez o que foi combinado. Depois, sentou-se na viatura e, "displicentemente", começou a "ler" uma revista em quadrinhos, com a metralhadora INA ao seu lado. Distante, mas avistando o jipe, colocamos uma Turma de Busca e Apreensão.

Por volta das 15h30, um Volks veio rápido e fechou o jipe. De seu interior saltaram Antônio Sérgio de Matos (Uns e Outros), Eduardo Antônio da Fonseca (Paulo Moche) e Ana Maria Nacinovic Correa (Bete). Ao volante permaneceu Manoel José Mendes Nunes de Abreu. "Bete" veio pela calçada e apontou o revólver para a cabeça do motorista, que assustado, saiu do carro e levantou as mãos. Os outros dois abordaram o jipe pelo outro lado.

Nesse instante, a equipe que permanecia em observação saiu em socorro do cabo e abordou os terroristas que, ao receberem voz de prisão, reagiram violentamente, atirando com suas armas. Os três terroristas morreram no local. "Bete", que ao começar o tiroteio se escondera atrás da roda do jipe, aproveitou a pausa do combate e, enquanto nos dirigíamos para verificar se eles estavam feridos, fugiu em desabalada carreira e dobrou a primeira esquina. Passou por uma radiopatrulha e disse aos policiais: "*está havendo um tiroteio danado ali na João Moura*".

Desarvorada e sem ter para onde ir, "Bete" entrou num consultório dentário, rendeu o dentista com uma arma e obrigou-o a lhe dar guarida.

No mês seguinte, no dia 21 de outubro, no mesmo local, a ALN colocou um Volks novinho com a inscrição: "*Ditadura assassina*". Avisados, mandamos ao local uma Turma de Busca e Apreensão. Um perito desarmou uma potente bomba, instalada sob o banco traseiro, que explodiria causando danos incalculáveis quando alguém abrisse a porta do carro.

Do material apreendido em poder dos assaltantes constava, além de outras armas, uma metralhadora INA que fora roubada no assalto a uma viatura do Exército em 20/07/1971, no bairro Aclimação, em São Paulo.

Fontes:

- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*.
- Projeto Orvil.

Um combate
05/12/1971

No dia 5 de dezembro de 1971, um domingo, eu descansava em minha residência, conversando com o "Velho" Expedito, ouvindo os seus casos da época em que trabalhava como segurança do presidente Getúlio Vargas. Os outros três membros da equipe que dava proteção a mim e a minha família divertiam-se com as aventuras do "Velho". Ele era um policial experimentado. Já fora da Polícia Federal, da Guarda Civil e agora era da Polícia Militar de São Paulo. Eu confiava demais no "Velho". Era um "cão de guarda". De longe "farejava" e sentia a presença de tudo que fosse estranho. Um grande policial e um devotado amigo que sempre se expôs para nos proteger. Pedro Expedito de Morais morreu, já aposentado, como primeiro sargento da PM de São Paulo.

Eram mais ou menos 16 horas, quando o telefone tocou. O oficial de dia pedia a minha presença urgente. Acabara de haver um tiroteio na Rua Cardoso de Almeida, no bairro Sumaré, entre a Polícia Militar e três terroristas.

Na reunião da Comunidade de Informações, na última quarta-feira, eu solicitara ao chefe da 2ª Seção da Polícia Militar que colocasse barreiras para controle de trânsito nos prováveis locais onde os terroristas mais transitavam. Conforme combinado, após um estudo da Seção de Análise do DOI, escolhemos alguns locais críticos e indicamos as zonas de maior atuação terrorista para que a Polícia Militar montasse as barreiras.

O tiroteio que acabara de ocorrer era fruto do atendimento da Polícia Militar ao nosso pedido e, principalmente, de sua eficiência.

Imediatamente me dirigi ao DOI, tendo ao meu lado, com a metralhadora sempre pronta, o "Velho" Expedito e os outros três membros da equipe. Em pouco tempo me inteirei dos fatos.

José Milton Barbosa (Cláudio, Castro ou Rafael), ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, sargento expulso do Exército, vinha com sua companheira Linda Tayah (Bia ou Miriam) e Gelson Reicher (Marcos), quando se depararam com a barreira da PM. No carro, transportavam bombas e explosivos, além de armas e munições que usavam em ações e em treinamentos realizados em locais afastados.

Desses treinamentos, participavam com freqüência: Lídia Guerlenda, estudante de Medicina e integrante do Grupo Tático Armado da ALN; Gelson Reicher, também universitário, recém-chegado de Cuba, onde fizera curso de guerrilha; José Milton Barbosa e Linda Tayah, entre outros.

Vinham preocupados. No dia anterior, o grupo tivera um problema sério no treinamento. Lídia Guerlenda teve a mão decepada ao manusear,

perigosamente, uma bomba de fabricação caseira que explodiu antes de ser arremessada.

José Milton, Linda Tayah e Gelson, todos de um Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, apanhados de surpresa, abandonaram o carro. José Milton, com uma metralhadora INA, Linda e Gelson, cada um com um revólver .38, invadiram uma casa e fizeram os moradores como reféns. Gelson Reicher fugiu do cerco polícial, pelos fundos da casa. José Milton e Linda, pulando muros, em desabalada carreira e sempre atirando, tentaram a fuga. O tiroteio foi intenso. No final, José Milton estava morto e Linda Tayah, ferida na cabeça, foi presa. O soldado PM Alcides Rodrigues de Souza também foi ferido no braço e na coxa.

José Milton Barbosa usava documentos falsos com o nome de Alexandre Rodrigues de Miranda. Seus codinomes eram Cláudio, Castro, Rafael, Camilo, Rui, Thomaz, Zé, Matos e Alberto.

José Milton Barbosa participou, dentre outras ações, de 8 assaltos a bancos, 5 assaltos a supermercados, 4 assaltos a estabelecimentos diversos, 5 assaltos a carros transportadores de valores e 2 assaltos a indústrias, além dos seguintes atos terroristas:

- Seqüestro do embaixador da Alemanha, quando foi assassinado o agente Irlando de Sousa Régis e feridos gravemente o policial federal Luís Antônio Sampaio e o agente José Banharo da Silva;
- "Justiçamento" do militante Marcio Leite Toledo;
- "Justiçamento" do industrial Henning Albert Boilesen;
- Colocação de bomba na Supergel; e
- Atentado contra a ponte do Jaguaré.

À espera do filho de José Milton

Linda estava em estado de choque. Além de perder o companheiro, estava ferida. Um tiro a atingira na cabeça, tirando-lhe um pequeno pedaço do crânio, sem, no entanto, atingir o cérebro. Imediatamente providenciamos sua internação no Hospital das Clínicas, onde foi operada com êxito.

Após sua alta, considerando a possibilidade de uma tentativa de resgate por militantes da ALN, Linda foi levada para o DOI, onde convalesceu, já que seu estado era satisfatório. A permanência no HC não era conveniente para a nossa equipe, que lá se mantinha de prontidão. Seu efetivo era insuficiente para impedir uma ação violenta por parte dos terroristas que tentassem resgatá-la. Uma ação desse tipo poria em risco a vida de inocentes.

Linda Tayah usava documentos falsos com os nomes de Sueli Nunes e Nair Fava. Seu codinome mais usado era Bia.

Entrou para a militância quando se enamorou de José Milton, ex-militante do Partido Comunista. Iniciou seu treinamento armado, em locais desertos, com Aton Fon Filho e o próprio José Milton. Aos poucos, Linda foi se adaptando à vida de militante de uma organização subversiva. Passou a participar de "expropriações" (roubos) de carros, juntamente com Aton.

Linda foi presa no Rio por duas vezes, mas, omitindo o que sabia, sempre conseguia ser solta. Naquela época, pouco se conhecia a respeito das organizações subversivas e como agiam, segundo palavras da própria Linda.

No início de 1970, Linda Tayah e José Milton, "queimados" no Rio de Janeiro, mudaram-se para São Paulo e passaram a viver em "aparelhos", na clandestinidade. Seriam mais úteis para a organização em São Paulo, onde ainda não haviam sido "levantados". Linda, inclusive, deixou de manter contato com a família, que desconhecia o seu paradeiro.

Em São Paulo, atuavam com Yuri Xavier Pereira (Big), Antônio Sérgio de Matos (Uns e Outros), Lídia Guerlenda (Supra), Eliane Potiguara Macedo Simões (Joana), Gelson Reicher (Marcos) e outros.

Contra ela pesavam acusações de assaltos, roubos de carros e levantamentos para futuras ações. Linda era uma das militantes que, com José Milton e Gelson Reicher, treinavam lançamento de bombas e granadas com Lídia Guerlenda, quando uma delas explodiu, decepando a mão dessa última.

Atuaram nessa cidade por um ano, quando foi presa em dezembro de 1971.

Tempos depois da sua prisão, Linda procurou-me para dizer que achava que estava grávida. Encaminhada ao médico, depois de todos os exames foi confirmada a sua suspeita. Linda, apesar de ter perdido o companheiro antes de saber da gravidez, ficou exultante com a notícia e passou a sonhar com um menino para ter o mesmo nome do pai, José Milton.

Entramos em contato com sua família, no Rio, e Linda comunicou ao irmão, médico, que esperava um filho de seu companheiro "Cláudio". O irmão passou a visitá-la, sempre que podia. A partir de janeiro de 1972, Linda ganhava companhia.

Eliane Potiguara Macedo Simões foi presa em 18 de janeiro de 1972, em seu "aparelho". Na ocasião da prisão, ao tentar a fuga, quando pulava um muro, levou um tiro de raspão na cabeça e caiu de costas. Não se sabe se, em conseqüência do tiro ou da queda, ficou sem o comando em um dos pés.

Casada com Reinaldo Guarany Simões, começou a militar na ALN, juntamente com o marido.

Em 1970, seu marido foi preso e ela buscou apoio da organização em São Paulo. Depois de vários contatos, foi morar com Lídia Guerlenda por um período e passou a fazer parte de um Grupo Tático Armado (GTA).

Quando presa, usava documentos falsos com os nomes de Jandira Pereira Carnaúba, Lúcia Albuquerque Vieira e Maria Teresa Conde Sandoval. Seus codinomes eram Joana, Kátia e Estela. Contra ela pesavam as seguintes acusações: assaltos, levantamentos para assaltos e atentados, roubo de carro e seqüestro de um médico para atender Lídia Guerlenda, que perdera a mão, conforme narrado anteriormente.

Ao voltar de minhas férias, quando fui a Santa Maria visitar meus pais, encontrei o DOI com rotina nova.

Todos os dias, Eliane caminhava pelo pátio por longos períodos. Muitas vezes amparada pelas companheiras, outras por membros do DOI. As recomendações médicas eram seguidas religiosamente.

Darcy Toshico Miyaki, que usava documentos falsos em nome de Luciana Sayori Shindo e Áurea Tinoco Endo, e os codinomes de Cristina e Lia, foi presa no Rio de Janeiro. Darcy viajou para Cuba em 1968, com documentos falsos em nome de Ordélia Ruiz. Nesse país, durante um ano e três meses, participou de um curso de guerrilha. Retornou ao Brasil em junho de 1971, sendo integrada ao Setor de Inteligência da ALN. Residia no "aparelho" de Lídia Guerlanda.

Darcy fora para o Rio, a mando de Yuri Xavier (Big), para cobrir um ponto com Élcio Pereira Fortes (Nelson ou Alfredo). Foi presa, enquanto esperava o contato, na Rua Ataulfo de Paiva, no Leblon.

Recém-chegada, ainda não participara de nenhuma ação armada. Logo em seguida, foi levada pelos órgãos de segurança a São Paulo, onde foi encaminhada ao DOI.

Em 23 de fevereiro, foi presa Mari Kamada, que usava os codinomes de Shiruca, Isa, Mira, Lúcia e Di. Contra ela existiam as seguintes acusações: atentado a bomba na Sears da Água Branca, panfletagem armada, roubo de placas de carros, levantamentos para assaltos e para o resgate de um preso que, ferido em uma ação, era constantemente levado a um hospital para tratamento. Mari, inicialmente, militava na ALN, passando depois a atuar no Molipo.

Em 27 de fevereiro do mesmo ano, foi presa Márcia Aparecida do Amaral, também da ALN, que morava com Mari Kamada. Ela era acusada de tentativa de colocação de uma bomba no Mappin - grande loja de departamentos, no centro de São Paulo -, roubo de veículos, levantamentos para assaltos e atentados, panfletagem armada e pichações.

Márcia usava o codinome de Lila e não portava documentos falsos.

No dia 15 de abril de 1972, foi presa Rioco Kayano, em Marabá, encaminhada inicialmente para o DOI de Brasília e a seguir para o DOI de São Paulo, área onde militava no PCdoB.

A respeito de sua prisão transcrevo o trecho abaixo, publicado no livro *Guerrilha do Araguaia*, escrito pelo coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza:

> "...Rioco Kayano ficou sob suspeita ao descer de um ônibus proveniente de Anápolis-GO. Rioco estava sendo trazida de São Paulo por Elza Monerat, militante componente da Comissão Executiva do PCdoB. Comunista com experiência acumulada desde os idos de 1922, ao concluir que corria o risco de ser identificada durante a triagem que estava sendo feita nos passageiros do ônibus, aproveitando-se de sua idade até certo ponto avançada, Elza, entregando sua acompanhante, como se diz na gíria de "bandeja", informou para aqueles que faziam a triagem ter considerado muito estranha as atitudes daquela moça, Rioco Kayano, convencendo assim o coordenador da triagem que acabou por liberar aquela simpática senhora. E, ficando a desconfiança do que, sigilosamente, fora dito por Elza, Rioco foi horas depois presa em um hotel."

Pouco a pouco, Linda Tayah tinha com ela, na mesma cela, cinco militantes companheiras de subversão.

Linda, Darcy, Eliane, Márcia, Mari e Rioco ficariam juntas sete meses, no DOI, por opção - mais à frente verão porque por opção -, à espera do filho de José Milton.

O DOI aumentou o número de idas ao Hospital das Clínicas. Era necessário levar Eliane para a fisioterapia, recomendada pelos médicos que a operaram, e Linda para o pré-natal. O mesmo procedimento: uma equipe acompanhava cada uma, em dias e horários variados, para evitar possíveis tentativas de resgate.

Absorvido com os problemas do DOI, pouco tempo me restava para a família.

Diligências, relatórios e reuniões me levavam a estar permanentemente em contato com os problemas que ocorriam no DOI, que iam do risco de morte de meus subordinados, passando pela preocupação com a espera do filho de Linda, até a recuperação do pé de Eliane.

Os fins de semana, quando podia, eram dedicados à família. Ia com minha mulher e minha filha, de três anos, a um parque de diversões. Enquanto ela se divertia nos brinquedos, Joseíta atirava com espingarda de rolha e, como tinha boa pontaria, ganhava de brinde muitos maços de cigarros. Na volta para casa, sempre preocupado, passava pelo DOI para ver o andamento do serviço.

A nossa ida até lá era ótima para nossa filha. Ela brincava com o Cabeção e a Neguinha, cachorros mascotes do Destacamento, corria pelo pátio, passava de colo em colo.

Para os meus comandados, a presença delas naquele órgão era um absurdo, pois eu estava contrariando as medidas de segurança. Quando chegávamos, alguns presos estavam no pátio tomando banho de sol. Eles poderiam informar às suas organizações que aos domingos eu costumava ir ao DOI acompanhado da família. Este era um dado muito importante, se houvesse interesse em me seqüestrar. Em um desses fins de semana, quando chegamos ao DOI, Linda, Darcy, Márcia, Mari e Rioco tomavam banho de sol e escutavam música no pátio. Eliane fazia seus exercícios diários, amparada por um integrante do Destacamento. Eu havia recebido os resultados dos exames de Linda e comentara com minha mulher que uma das presas estava grávida. Joseíta, como sempre sentimental e romântica, se emocionou. Imaginava Linda, sofrendo com a morte do companheiro e sem o apoio da família que morava no Rio. Há dias, insistia comigo para que a deixasse falar com ela. Eu relutava, apesar de que, no fundo, pensasse ser uma coisa boa. Nesse dia, ante a insistência dela, apresentei-a, juntamente com minha filha, às seis presas.

Tínhamos no carro muitos maços de cigarro. Minha mulher ofereceu-os a elas, que, no princípio, relutaram em aceitar. Conversaram um pouco e fomos embora.

Em outro fim de semana, a cena se repetiria. Assim, aos poucos, foi-se iniciando um relacionamento, no princípio frio e depois muito cordial. Nas conversas não tratavam de política ou de ideologia. Apenas havia um sentimento de apoio como se fossem vizinhas, separadas por um muro que não as impedia de dialogar.

A presença de minha mulher e de minha filha se tornou uma rotina para aquelas presas, não só aos domingos. Contavam com elas e, no horário do banho de sol, passeavam juntas pelo pátio. Essas moças não somente aceitavam como reclamavam a presença delas. Começaram as aulas de tricô, para fazer o enxoval do filho de Linda, e as aulas de crochê, em que eram feitas blusas para uso das moças; enquanto isso, minha mulher trabalhava com elas, ensinando-lhes também tapeçaria. As outras, que não gostavam de trabalhos manuais, brincavam com minha filha. Ela era o ponto alto: gordinha, bonitinha, correndo pelo pátio, preenchendo as horas solitárias daquelas jovens.

Aos poucos, confiança adquirida de ambos os lados, respeitadas as medidas de segurança, começaram as confidências. Linda, falando do seu marido José Milton, do seu "aparelho" simples, mas com conforto, das cortinas de xadrez nas janelas, enfim, do seu lar. Eliane, lembrando, cheia de saudades, do marido exilado no Chile, do qual não tinha notícias, trocado pelo embaixador suíço. Darcy, de sua vida de dificuldades quando fora fazer o curso em Cuba. Mari, Márcia e Rioco de suas famílias e de seus planos para o futuro.

A respeito da narração acima, Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar Seixas, um dos assassinos de Boilesen, entre outros absurdos, em entrevista a *O Nacional*, de 01/04/1987, declarou que eu usava os serviços de minha mulher para cuidar das feridas e ajudar as presas torturadas a se recuperarem mais rapidamente. Segundo ele, minha mulher, além da fisioterapia, extraía informações que os interrogadores não haviam conseguido.

Afirmações típicas de uma mente deformada pela ideologia. Pela causa tudo, até absurdos inverossímeis desse gênero.

Nossa empregada preparava aos domingos alguma coisa gostosa, uma torta, um bolo e, às vezes, salgadinhos. Assim, o tempo ia passando e a barriga de Linda crescendo.

Todas já tinham sido interrogadas. Já haviam passado pelo DOPS. Era chegada a hora de mandá-las para o Presídio Tiradentes, onde aguardariam o julgamento, rotina normal para todos os presos.

Linda, no entanto, pediu que a mantivéssemos no DOI, pois tinha certeza de que ali continuaria a ser bem tratada, a fazer o seu pré-natal. Sabia que no DOI teria toda a assistência até o momento do nascimento do filho.

Com a autorização de meus superiores, ela poderia permanecer até o nascimento da criança. As outras iriam para o presídio. Entretanto, Eliane, Darci, Mari, Márcia e Rioco pediram para continuar fazendo companhia a Linda.

Levando em conta mais o coração do que a razão, contrariando alguns de meus subordinados, levei novamente a situação à consideração de meus chefes imediatos. Com a permissão deles, aquelas seis presas permaneceram nas dependências do DOI até o nascimento da criança, quando então foram transferidas para o presídio.

Se o ambiente do DOI fosse, como dizem alguns, em livros e em entrevistas, onde os gritos atormentavam os presos, onde cadáveres eram vistos pelo pátio, por que essas presas preferiram permanecer no DOI até o nascimento da criança?

O relacionamento delas com pessoal do DOI era cada vez melhor. Comemorávamos seus aniversários e elas participavam de nossas comemorações. Muitas vezes, almoçavam junto conosco no refeitório.

Linda, além do que recebia dos seus familiares, preparava, junto com as outras, o enxoval e nós, os integrantes do DOI, fizemos uma lista e compramos um presente para a criança.

Finalmente chegara o dia. Linda teve, no Hospital das Clínicas, o seu filho. Era um menino moreno e forte. Mandamos flores, fomos visitá-la e partilhamos da sua felicidade.

Nós, os "assassinos", "os estupradores de mulheres"; nós, que "obrigávamos as presas a atos libidinosos", que "arrancávamos as unhas dos presos", que "torturávamos os pais na frente de criancinhas", que "provocávamos abortos em mulheres"; nós, os "monstros", havíamos, durante oito meses, compartilhado da espera do filho de Linda, dando-lhe toda a assistência pré-natal, e participado do tratamento de Eliane. Nós tínhamos infringido normas de segurança e rotinas do Destacamento para manter juntas aquelas seis jovens que o destino colocara em nossas mãos e que preferiram ficar no DOI até o nascimento da criança.

Isso Linda omitiu, quando foi entrevistada por Luiz Maklouf Carvalho, para o seu livro *Mulheres que foram à luta armada*, além de declarar na mesma entrevista: "Ele se sentia orgulhoso, achava que tinha cuidado de mim" (referindo-se a mim). Será que no íntimo ela não reconhece o quanto fizemos por ela?

Oito dias depois do nascimento do filho de Linda Tayah, todas elas foram apresentadas ao Presídio Tiradentes, no dia 05/09/1972, com o seguinte ofício:

"Ministério do Exército - II Exército - Quartel General CODI/II Ex/DOI - São Paulo - SP - Ofício Nº 574/72-E/2-DOI". Em 5 de setembro de 1972 - Do Chefe da 2ª Sec/II Ex - Ao Senhor Dir de Recolhimento de Presos Tiradentes. Assunto: Solicitação.

1 O Exmo Sr Gen Chefe do Estado-Maior do II Exército, Chefe do Centro de Operações de Defesa Interna, incumbiu-me de conforme entendimentos verbais mantidos entre o Comandante do DOI/CODI/II Ex e esse Diretor, solicitar-vos que as presas abaixo, ora apresentadas, sejam recolhidas em uma mesma cela, possibilitando, dessa forma, que seja por elas mesmas prestada assistência à Linda Tayah, a qual se encontra, ainda, em estado de convalescença, por ter dado à luz recentemente:

a. Rioco Kayano
b. Márcia Aparecida do Amaral
c. Mari Kamada
d. Eliane Potiguara Macedo Simões
e. Darcy Toshico Miyaki
f. Linda Tayah.

2 Na oportunidade, apresento-vos protestos de consideração. (Ass) Flávio Hugo de Lima Rocha - Cel - Chefe da 2ª Séc/II Exército - Por Delegação: Carlos Alberto Brilhante Ustra - Maj - Cmt do Destacamento de Operações de Informações."

Observações: Os inquéritos e ofícios foram arquivados nos processos das presas.

Linda Tayah, ainda declarou a Luiz Maklouf Carvalho que deixou de ser interrogada no terceiro mês de gravidez, mas que permaneceu na OBAN porque o inquérito estava em andamento. Não é verdade. O que acontecia, normalmente, era o encaminhamento do preso ao DOPS, depois de ser ouvido no interrogatório preliminar no DOI. Portanto, após serem interrogadas, tanto Linda Tayah, como as outras presas, seriam enviadas ao DOPS, onde era aberto o inquérito e, se fosse o caso, seriam recolhidas ao Presídio Tiradentes para aguardar o julgamento. Elas, como já afirmei, pediram para permanecer no DOI.

Linda, além de mentir quando afirma que só não abortou seu filho durante as torturas, porque tinha um útero de ferro, apresenta várias versões para a morte de seu marido.

Em 1971, no DOI, durante o interrogatório preliminar, declarou:

> "Só sei que o "Rafael" não conseguiu disparar a metralhadora, assim como eu não consegui disparar o revólver.
>
> O policial se lançou no cano da metralhadora e se lançou no meu revólver. Não sei como ele conseguiu, mas se lançou.
>
> Sei que o "Rafael" foi alvejado primeiro do que eu, morreu no local mesmo, quase que instantaneamente e eu fiquei ferida na cabeça."

Observação: Rafael era um dos codinomes de José Milton - Este depoimento foi arquivado no inquérito.

Em 1972, quando ouvida na 2° Auditoria da Circunscrição Judiciária Militar, na presença do juiz auditor, do Conselho Permanente de Justiça, do procurador de Justiça e de seu advogado de defesa ela declarou:

> "Viajava no interior de um automóvel com seu companheiro José Milton Barbosa, pela Rua Cardoso de Almeida, quando se viram diante de uma "operação arrastão", da polícia. José Milton e "Marcos" estavam armados, logo saltaram do carro e travaram tiroteio com a polícia. Aliás, diz que só viu José Milton acionar o gatilho de uma metralhadora, mas esta não funcionou, e não sabe em que termos houve tiroteio, pois o certo é que José Milton correu e logo foi atingido. A interroganda correu atrás dele, e o viu morto, sendo também atingida, na cabeça, perdendo os sentidos."

Em 1998, no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho, ela afirma:

> "... A Ina do Zé falhou. Ele tirou a pistola. Me acertaram um tiro. Quando eu olhei, o Zé estava debruçado no volante, com os olhos entreabertos. Desmaiei, voltei a mim, peguei um cigarro na japona dele e ele saiu todo manchado de sangue."

Segundo o livro *Dos filhos deste solo*, de Nilmário Miranda, após a aprovação da Lei 9.140/95 - que indenizava mortos e desaparecidos políticos que estavam sob a guarda do Estado - e a constituição da Comissão Especial, que julgaria os pedidos de indenização, foi localizada Linda

Tayah e seu filho. Ainda, segundo o livro, Linda fez, na ocasião, as seguintes declarações:

> "... Quando voltei a mim, vi José Milton sentado ao volante desmaiado, não percebendo nele nenhum ferimento. Puseram-nos em duas peruas diferentes e nos levaram à Oban, para salas diferentes. Eu estava lúcida, embora em estado de choque..."

Depois de tantas versões dadas por Linda e, depois de discutirem até se o José Milton estava ou não de japona no momento da morte, fato confirmado por Linda no livro *Mulheres que foram à luta armada*, a relatora na Comissão Especial Suzana Keniger Lisboa, para decidir sobre a indenização, escolheu a última versão de Linda e declarou, segundo o mesmo livro de Nilmário:

> "... que é impossível precisar em que estado ele chegou à Oban, mas é certo que de lá saiu morto."
>
> "Voto pela inclusão do nome de José Milton Barbosa por ter sido assassinado dentro da Oban, antro maior dos torturadores de São Paulo."

E assim, de mentiras em mentiras, eles vão falseando a verdade, passando-se por vítimas, escolhendo a versão que mais lhes interessa dos fatos.

A indenização foi concedida.

Rajada mortal
Morte do cabo Sylas Bispo Feche
20/01/1972

Tirei férias em janeiro, as mais longas depois que assumi o DOI - 20 dias - e fui, com a família, visitar meus pais em Santa Maria/RS. Ao me despedir do grupo, não imaginava que, ao voltar, o encontraria desfalcado de um dos seus integrantes.

Recebi a notícia da morte do cabo Feche por telefone. Foi um choque. Já tivera alguns subordinados feridos em combate. Morto, Feche era o primeiro. Infelizmente, não seria o último. O DOI estava de luto; fora atingido duramente.

Há algum tempo, como rotina, as Turmas de Busca e Apreensão utilizavam a técnica de percorrer os "caminhos de rato", vigilância motorizada nos itinerários habitualmente seguidos pelos terroristas nos seus deslocamentos. No "caminho de rato", era mais fácil nos despistarem e verificar se estavam sendo seguidos, pois se deslocavam em ruas secundárias e de pouco movimento.

No dia 20 de janeiro de 1972, uma Turma de Busca e Apreensão seguia, num desses "caminhos de rato", um Volks chapa CK 4848, com dois homens suspeitos, quando esse carro, em alta velocidade, dirigiu-se para a Avenida República do Líbano, onde avançou um sinal vermelho, quase atropelando uma senhora.

A Turma de Busca partiu em perseguição ao carro suspeito que, em seguida, foi interceptado. Era preciso fazer a abordagem com tranqüilidade, pois podiam ser apenas dois rapazes inconseqüentes, que nada tivessem a ver com a subversão.

O cabo Sylas Bispo Feche saltou da viatura e, ao se aproximar do VW para pedir documentos dos ocupantes do veículo, foi metralhado, sem piedade e sem chance de defesa. O restante da Turma de Busca, ao ver o colega mortalmente ferido, reagiu. Ao final, três mortos: cabo Sylas Bispo Feche e os terroristas Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher, ambos da ALN e ferido gravemente um sargento da Polícia Militar de São Paulo que fazia parte da equipe.

O cabo Feche era um dos mais jovens integrantes do DOI. Entrou como voluntário para a Polícia Militar em março de 1968.

Deixou viúva dona Ilda Alves Feche que esperava seu primeiro filho. Era paulista e morreu com 23 anos.

Aguardava, ansioso, a promoção a terceiro sargento.

Era corajoso e destemido. Um forte, que enfrentou o perigo com bravura.

Seu corpo foi velado no Quartel do Regimento de Cavalaria 9 de Julho, na Avenida Tiradentes, e seguiu em cortejo fúnebre até o Mausoléu da Polícia Militar, no Cemitério do Araçá, onde foi sepultado.

> "O governador Laudo Natel, acompanhado do general Humberto de Souza Melo, comandante do II Exército, compareceu ao velório para confortar a esposa, os pais e demais familiares do cabo assassinado. O caixão mortuário, coberto com a bandeira brasileira, foi conduzido até um carro do Corpo de Bombeiros pelo governador; pelo comandante do II Exército e ainda pelos generais Augusto José Presgrave, comandante da 2ª DI; Fernando Belfort Bethlem, comandante da 2ª Região Militar; Enéas Nogueira, chefe do Estado-Maior do II Exército; pelos secretários Sérvulo da Mota Lima, da Segurança Pública e Henrique Aidar, da Casa Civil; pelo coronel Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, comandante da Polícia Militar; e coronel Raul Humaitá, chefe da Casa Militar.
>
> No cemitério, uma guarda da polícia militar prestou honras com salva de três tiros e a banda musical executou a Marcha Fúnebre."
>
> (Transcrito de *O Estado de São Paulo* - 22 de janeiro de 1972).

Seu chefe, na Turma de Busca e Apreensão, era o capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo Devanir Antônio de Castro Queiroz, que o comandava nesse triste dia da sua morte.

Em sua despedida do DOI, o capitão Devanir assim se referiu ao cabo Feche:

> "Aqui cheguei pronto para cumprir com meu dever e daqui me retiro certo de tê-lo feito. Como dizia Valtour: "*O dever cumprido, como toda vitória, é tanto mais glorioso quanto mais nos custou*". Só Deus sabe o quanto me custou. Noites e noites de sono, momentos que só por Deus permitiram continuasse vivo e foi ainda (jamais poderei esquecer) que perdi, sob meu comando, um companheiro a quem muito estimava. Um herói nacional que mesmo de folga não refutou ao dever.
>
> Sim, companheiros, esse moço, ainda imberbe, que tinha na sua juventude uma vida toda pela frente, tombou no cumprimento do dever. Momentos antes, em sua casa, dizia à senhora sua mãe: "*hoje vou fazer um serviço perigoso e, talvez, seja promovido por ato de bravura. A sra vai ver, voltarei com mais uma divisa no braço.*"

Não sabia o meu desventurado amigo, cabo Feche, muito embora tivesse pressentido, que aquele dia 20 jan 72 seria o seu dia, não o de ser promovido, mas sim o de ser morto pelas armas do inimigo (os vendilhões da Pátria). No braço, para onde foi, não levava suas ambicionadas divisas; levava, sim, sobre seu corpo muitas flores e as lágrimas daqueles que, como eu, aprenderam a amá-lo e a respeitá-lo. Somente depois de longo tempo (abril 73), após intervenção e esforço considerável do digno Comando deste DOI, pôde o mesmo receber o que de direito lhe pertencia: suas divisas que lhe custaram a vida.

Mas ele disso sabia, pois pressentira a morte, mas a enfrentou tranqüilo e destemido, corroborando com o pensamento de A. Dubay quando diz: "*Tanto aquele que desafia o perigo, como aquele que demasiado o receia, estão igualmente próximos a morrer nele*".

Sim, saudoso companheiro, desprezavas o perigo porque eras um forte. Um homem na acepção da palavra. Tinhas um ideal e um dever a cumprir: o de bem servir à Pátria e o de galgar, gloriosamente, a carreira que abraçaste."

Os assassinos do cabo Feche

Gelson Reicher (Marcos) - Era estudante de Medicina da USP, tendo abandonado a escola para ingressar em 1970 na organização terrorista Ação Libertadora Nacional, onde ocupava a posição de chefe de um Grupo Tático Armado, encarregado de assaltos e atentados.

Participou das seguintes ações:

- Assalto ao Restaurante Hungria, na Rua Oscar Freire;
- Assalto ao Supermercado Morita, na Avenida Indianópolis;
- Assalto à agência de empregos situada na Avenida São Gabriel;
- Assalto à agência do Ministério do Trabalho;
- Seqüestro de um médico na Rua Cardeal Arcoverde;
- Tentativa de seqüestro de um médico em Alto de Pinheiros;
- Panfletagem armada na Escola Profissional Urubatan;
- Panfletagem armada no Colégio Estadual da Avenida Jabaquara;
- Assalto à agência do Banco Brasileiro de Descontos, na Casa Verde;
- Incêndio de um ônibus da Empresa Vila Ema;
- Assalto à agência da Light, da Rua Silva Bueno;
- Assalto à Fábrica de Plásticos Vulcan, na Rua Manoel Preto;
- Atentado a bomba contra a firma Supergel, no Jaguaré;
- Assalto ao Supermercado Utilbrás, da Rua Clodomiro Amazonas; e
- Vários roubos de automóveis.

Ao morrer, usava uma documentação falsa com o nome de Emiliano Sessa.

Alex de Paula Xavier Pereira (Miguel ou Mateus) - Pertencia à ALN da Guanabara, quando viajou para Cuba, em 1970, onde realizou curso de guerrilha.

Participou das seguintes ações:

- Assalto à agência de empregos na Avenida São Gabriel;
- Seqüestro de um médico na Rua Cardeal Arcoverde, em novembro de 1971;
- Incêndio de um ônibus da Empresa Vila Ema, em outubro de 1971;
- Assalto à agência da Light, da Rua Silva Bueno, em outubro de 1971;
- Assalto à Indústria de Plásticos Vulcan, na Rua Manoel Preto, em outubro de 1971;
- Assalto ao Supermercado Utilbrás, na Rua Clodomiro Amazonas, em novembro de 1971;
- Roubo à mão armada de mais de 20 carros;
- Assalto à agência Bradesco, da Casa Verde; e
- Vários assaltos e atentados a bomba, na Guanabara.

Ao morrer, portava a identidade falsa com o nome de João Maria Freitas.

A família do cabo Sylas Bispo Feche, ao contrário da de seus assassinos, não foi indenizada pelo governo.

O cabo Feche também não foi promovido ao posto de capitão, posto que poderia ter chegado, na ativa, se não tivesse sido assassinado. Esse critério é usado para todos os comunistas e terroristas que faleceram em confronto com os órgãos de segurança. Alguns até têm a audácia de postular o posto de general...

Cabo PM Sylas Bispo Feche

Com a presença de várias autoridades e de seus companheiros do DOI e da Polícia Militar, o Cabo Feche foi enterrado como herói

Não interessa o cadáver, mas o impacto
David A. Cuthberg
05/02/1972

Em 1972, para comemorar os 150 anos da Independência do Brasil, vários eventos foram programados. Um desses era a visita de uma Força Tarefa da Marinha Inglesa, composta por cinco navios, que chegou ao porto do Rio de Janeiro em 5 de fevereiro.

Estavam previstas várias solenidades, entre elas a colocação de uma coroa de flores junto à estátua do Marquês de Tamandaré, em Botafogo. O equipamento dos navios seria apresentado a convidados especiais. Os navios seriam abertos à visitação pública.

Ansiosos para conhecer o Rio de Janeiro, os marinheiros, no mesmo dia, saíram para aproveitar a noite carioca. Não imaginavam que, no País, terroristas estavam agindo, como sempre, traiçoeiramente.

Após o serviço no navio HMS Triumph, um jovem marinheiro, de 19 anos, David Cutthberg, e seu colega Paul Stoud tomaram um táxi e partiram para o que imaginaram ser uma noite de muito samba e alegria.

Nove terroristas, no entanto, estavam em dois carros, à espreita, prontos para novo "justiçamento". O "Tribunal Revolucionário" escolheu a vítima aleatoriamente. Não interessava a identidade do morto, apenas o impacto na opinião pública, além do destaque, no exterior, que seria dado às organizações terroristas.

No táxi, conduzido por Antônio Melo, os dois jovens seguiam, ansiando por divertimento. Logo em seguida, na esquina da Avenida Rio Branco, em frente ao Hotel São Francisco, viram um carro emparelhar com o táxi. Pela janela desse carro uma metralhadora cuspia fogo. Foi a última visão que o marinheiro David Cuthberg teve do Rio de Janeiro. Nem chegou a ver Copacabana, que tanto desejava conhecer. Nem ouviu o som do samba, mas sim o metralhar seco dos tiros. Não teve tempo para perceber o que estava acontecendo. Morreu na hora. Seu colega Paul Stoud e o taxista, atônitos, salvaram-se por milagre.

Lígia Maria Salgado Nóbrega jogou, dentro do táxi, sobre o cadáver, os panfletos com o veredicto do famigerado tribunal. David, como sempre, fora condenado, sem direito à defesa, por representar "um país imperialista".

O "Comando da Frente", composto pela ALN, VAR-Palmares e PCBR, justificou o ato insano como sendo solidariedade à luta do IRA contra os ingleses.

A programação da Armada Inglesa, no Brasil, foi suspensa.

O jornal *O Globo*, do dia 8 de janeiro de 1972, assim se referiu ao assassinato:

"... Com esse crime repulsivo, o terror quis apenas alcançar repercussão fora de nossas fronteiras para suas atividades, procurando dar-lhe significação de atentado político contra o regime brasileiro. A transação desejada nos oferece a dimensão moral dos terroristas: a morte de um jovem inocente em troca da publicação da notícia num jornal inglês. O terrorismo cumpre, no Brasil, com crimes como esse, o destino inevitável dos movimentos a que faltam motivação real e consentimento de qualquer parcela da opinião pública: o de não ultrapassar os limites do simples banditismo, com que se exprime o alto grau de degeneração dessas reduzidas maltas de assassinos gratuitos."

"... É um ato de covardia que bem caracteriza a frieza e ausência de sentimentos desses desajustados que os incompatibilizam com a natureza de nosso povo."

A imprensa, vivendo o clima de violência da época, rotulava os militantes das organizações subversivas de terroristas e maltas de assassinos. Hoje, a mesma imprensa os posiciona como "heróis que lutaram contra a ditadura militar", e o governo paga indenizações cada vez mais milionárias aos vivos - perseguidos políticos - e às famílias dos mortos. Vejam o exemplo abaixo (todos participantes desse "justiçamento"):

Flávio Augusto Neves Leão Salles (Rogério), da ALN;
Antônio Carlos Nogueira Cabral (Chico), da ALN *;
Aurora Maria do Nascimento Furtado (Márcia), da ALN *;
Adair Gonçalves Reis (Sorriso), da ALN;
Lígia Salgado da Nóbrega (Ceguinha), da VAR-Palmares *;
Hélcio da Silva (Anastácio), da VAR-Palmares;
Carlos Alberto Salles (Soldado), da VAR-Palmares;
James Allen Luz, da VAR-Palmares; e
Getúlio de Oliveira Cabral (Gogó), do PCBR *.

As famílias dos assinalados com asterisco foram contempladas com indenizações, de acordo com a Lei 9.140/95, pagas pelo Estado contra o qual pegaram em armas.

Gostaríamos que o marinheiro inglês David Cuthberg não fosse esquecido e que o sacrifício de sua vida não tenha sido em vão. Justiça seria feita se, no mínimo, a família de David recebesse as mesmas indenizações que os defensores dos direitos humanos no Brasil dispensaram aos seus assassinos.

Mais um combate na rua
14/06/1972

Como resultado de um trabalho específico da Seção de Investigações, a partir de um infiltrado, chegamos à cúpula da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Localizamos o "aparelho" de Antônio Carlos Bicalho Lana (Bruno). Imediatamente, alugamos um apartamento de onde podíamos vigiar todas as suas saídas e entradas. Às 6h30, quatro carros da Seção de Investigações, trocados diariamente, dispondo de todos os recursos, ocupavam pontos estratégicos, aguardando a saída de Antônio Carlos do seu "aparelho", o que nunca ocorria antes das 7 horas.

Os terroristas evitavam andar na rua pela madrugada, para não provocar suspeita. O trânsito era a sua maior segurança. Quando "Bruno" saía de casa, os agentes que "moravam" no apartamento avisavam pelo rádio e as nossas viaturas iniciavam a "paquera" sobre ele. Tudo era feito com a máxima discrição: os carros sempre se revezando; os agentes trocando de roupa e colocando barbas ou bigodes postiços; as placas dos carros continuamente trocadas; as agentes da Polícia Militar ou da Polícia Civil disfarçadas. Elas, se fosse preciso, saberiam como usar suas armas. Eram exímias fotógrafas e, normalmente, operavam o rádio do carro.

O trabalho não poderia ser "queimado", isto é, o elemento seguido não deveria perceber a nossa presença. Se isso ocorresse, ele, através de manobras rápidas com o seu carro (chequeio e contra chequeio), tentaria certificar-se de que o estávamos seguindo. Se pressentíssemos que isso estava acontecendo, a ordem era deixá-lo ir e abandoná-lo temporariamente, até que ele "desgrilasse" (não desconfiasse mais).

Depois de seguir Antônio Carlos por mais de 12 dias, fotografamos um "ponto" entre ele e Yuri Xavier Pereira (Big), outro líder do Comando Nacional da ALN. Nesse dia, abandonamos Antônio Carlos e nos concentramos em Yuri. Acabamos perdendo o seu rastro. Tivemos de recomeçar partindo do "aparelho" de Antônio Carlos. Mais três dias de "paquera" sobre ele e, afinal, assistimos a outro encontro com Yuri. Todo esforço, agora com maior cuidado, foi feito sobre Yuri. No fim da tarde, chegamos ao seu "aparelho", num outro bairro distante do local onde residia Antônio Carlos. Convém explicar que, por medida de segurança, nenhum dos dois terroristas sabia onde o outro residia. Mas nós sabíamos onde ficava o "aparelho" de cada um.

Imediatamente, saímos à procura de um apartamento para alugar, próximo ao "aparelho" de Yuri. Encontramos um e seguimos as técnicas dos terroristas.

"Um casal" foi designado para alugá-lo. O pessoal da Seção de Investigações foi dividido. Seis carros na "paquera" de Yuri e seis na "paquera" de Antônio Carlos. Das outras oito turmas, quatro vigiavam uma "ponta" do Movimento de Libertação Popular (Molipo) e quatro ficavam na reserva.

A Seção de Investigações operava num canal de rádio próprio, diferente do outro canal usado pelo restante do DOI. Os membros dessa seção, como era praxe, não podiam comentar com os outros integrantes do DOI o que estava ocorrendo. Só eles, o comandante e o subcomandante do DOI tinham conhecimento da operação. A compartimentação e o sigilo da operação eram imprescindíveis para o nosso êxito.

No dia 14 de junho de 1972, Antônio Carlos saiu do seu "aparelho" às 7h15 e, como sempre, foi seguido por nós. Andou pela cidade e às 9 horas "cobriu um ponto", no bairro Ipiranga, São Paulo, com Marcos Nonato da Fonseca (WW). Conversaram durante 15 minutos. Marcos entrou no carro de Antônio Carlos e partiram para o bairro da Lapa, onde se encontraram com outro militante, num ponto, exatamente às 10h30. Conversaram os três durante meia hora. Antônio Carlos e Marcos se despediram do camarada militante, embarcaram juntos no mesmo Volks e dirigiram-se para o bairro da Mooca.

Yuri saiu do seu "aparelho" depois das 9 horas. Às 10 horas, "cobriu um ponto" com Ana Maria Nacinovic Correa (Bete). Às 10h45, os dois, no carro de Yuri, partiram em direção ao bairro da Mooca, por onde rodaram bastante. Às 12h15, Yuri e Ana Maria entraram no Bar e Churrascaria Varela, na Rua da Mooca, 3238. As Turmas da Seção de Investigações informaram o comando do DOI sobre o que ocorria e montaram um dispositivo de expectativa, quando aproveitaram para descansar e fazer um lanche. Uma sargento da Polícia Militar, acompanhada de outro agente, "seu namorado", também entrou no restaurante para almoçar.

Antônio Carlos e Marcos continuaram sendo seguidos por nós. Eles estacionaram o carro e, para surpresa nossa, entraram também no Bar e Churrascaria Varela, indo sentar-se na mesma mesa com Yuri e Ana Maria. As Turmas de Investigação que seguiam Antônio Carlos e Marcos também montaram um dispositivo de expectativa.

O nosso "casal" que almoçava apressou-se, pagou a conta e saiu do restaurante. Informou ao capitão que comandava a operação todos os detalhes a respeito dos quatro terroristas: onde eles estavam sentados, a posição das mesas, a situação das armas.

Este era o momento adequado para a "derrubada". Afinal, tínhamos ali juntos, almoçando, quatro Comandos Nacionais da ALN. Lá fora, restavam seis Turmas da Seção de Investigações, cada uma com dois membros. As outras seis já haviam sido recolhidas ao Destacamento.

O capitão resolveu prendê-los na saída do restaurante, pois esse estava cheio. Os quatro, certamente, não se entregariam sem reagir e, caso ocorresse um tiroteio no interior do restaurante, muitos inocentes poderiam ser atingidos.

Foram montados dois dispositivos para a prisão. Um em torno de cada carro, pois estes estavam estacionados em ruas distintas e um pouco distantes do restaurante. Para cada dispositivo foram designadas três turmas, isto é, seis elementos.

A ordem era prendê-los quando estivessem entrando nos seus carros.

Quando os quatros saíram do restaurante, não procederam como imaginávamos. Todos se dirigiram para o carro de Yuri, estacionado na Rua Antunes Maciel. Nesse momento, o capitão decidiu prendê-los. Chamou Yuri pelo nome e determinou que se rendessem, pois estavam cercados. Ao receberem voz de prisão, reagiram prontamente à bala, ferindo dois de nossos agentes, bem como a menina Irene Dias, de dois anos de idade, residente na Rua Cuiabá, 172, e Rodolfo Aschrman, residente na Rua Paes e Barros, 2520.

O capitão tentou usar a sua metralhadora Beretta, que não funcionou. No auge da ansiedade, e para não demonstrar que portava uma metralhadora, ele havia retirado o carregador e o entregara a uma agente, tenente da Polícia Militar. O tiroteio foi feroz. A nossa tenente, debaixo de bala, rastejou pela rua e entregou ao capitão o tão esperado carregador que, afinal, foi colocado na metralhadora que começou a funcionar. Antônio Carlos saiu correndo entre os carros, sempre atirando com a sua metralhadora. Seqüestrou um automóvel que passava, jogando o seu motorista no chão, assumiu o volante e partiu em disparada. O tiroteio continuou por mais alguns minutos. Ao final, estavam mortos:

Yuri Xavier Pereira (Big), que usava identidades falsas com os nomes de Luiz E. Ferraco e Sérgio Amauri Ferreira; Ana Maria Nacinovic Correa (Bete), que usava identidades falsas com os nomes de Josefina Damas Mendonça, Maria das Graças Souza Rago e Sônia Maria Sampaio Além; e Marco Antônio Nonato da Fonseca, que usava a identidade falsa com o nome de Romildo Ivo da Silva.

Perdemos a pista de Antônio Carlos que, desconfiado, abandonou seu "aparelho".

"Justiçamento" de Manoel Henrique de Oliveira

Oito meses após, em 21/02/73, às 7h30, um comando terrorista da ALN, formado por Francisco Seiko Okama (Baiano), Arnaldo Cardoso Rocha (Jibóia), Francisco Emanuel Penteado (Júlio), Antônio Carlos Bicalho Lana (Bruno) e Ronaldo Mouth Queiroz (Papa), assassinaram a tiros o comerciante Manoel Henrique de Oliveira, dono do Bar e Churrascaria Varela,

na esquina da Rua da Mooca com a Rua Antunes Maciel, próximo ao estabelecimento comercial de sua propriedade. Sobre o corpo de Manoel Henrique deixaram panfletos, acusando-o de ter delatado à polícia os seus comparsas, quando estes almoçavam no restaurante.

Manoel Henrique nasceu em 09/05/1934, em Portugal. Era casado com dona Margarida Tavares. O casal tinha dois filhos, Alberto Manoel, de quinze anos, e Maria do Carmo, de dois anos. Estavam no Brasil há um ano. Eram muito estimados pelos sócios, fregueses e vizinhos e viviam um período de extrema felicidade.

A ALN e a esquerda jamais admitiram que três de seus Comandos Nacionais "caíram" após um intenso e minucioso trabalho de investigação, que durou meses e que começou quando infiltramos um de seus próprios membros na ALN. Preferiu, por vaidade, mentir ao público que a queda de seus dirigentes ocorreu por denúncia de um proprietário de restaurante. Para corroborar a sua tese, não teve dúvidas em assassinar um chefe de família que eles sabiam ser inocente.

A respeito, é conveniente transcrever o depoimento de dona Margarida Tavares, prestado ao *Jornal do Brasil* em 26 de novembro de 1978:

> "Segundo dona Margarida, no dia 21 de fevereiro de 1973, ele foi como todos os dias, à Churrascaria Varela, na qual tinha uma sociedade. Nem chegou a sair do carro, pois foi logo metralhado. Pelos panfletos que os terroristas deixaram no local, sob as razões da vingança, Manoel teria denunciado quatro terroristas oito meses antes. Mas dona Margarida nega. Ele não fez nada disso. Eles foram almoçar na churrascaria, pediram para usar o telefone. Logo depois houve o tiroteio com a polícia e três deles morreram. Foi só isso." (*Jornal do Brasil*, 26/11/78).

Três integrantes do mesmo comando terrorista, que matou o senhor Manoel Henrique de Oliveira, tiveram um combate com agentes do DOI no dia 15 de março de 1973, na Rua Caquito, na Penha, onde morreram Arnaldo Cardoso Rocha (Jibóia), Francisco Seiko Okama (Baiano) e Francisco Emanoel Penteado (Júlio). Os outros dois membros desse comando, Ronaldo Mouth Queiroz (Papa) morreu em 06/04/73 e Antônio Carlos Bicalho Lana (Bruno) em 30/11/73, em confronto, também com agentes do DOI.

Jacob Gorender, que militou no PCBR, em seu livro *Combate nas Trevas*, assim se refere ao episódio do "justiçamento" de Manoel Henrique de Oliveira:

> "No dia 21 de fevereiro de 1973, um comando da ALN fuzilou o português Manoel Henrique de Oliveira, proprietário do restaurante Varela, na Mooca, a cuja saída quatro guerrilheiros foram metralhados em junho do ano anterior. A ALN concluiu que Manoel Henrique telefonou ao DOI/CODI por ter reconhecido Ana Maria Nacimovic, cujo retrato figurava nos cartazes de "Terroristas Procurados", colados aos milhares por toda a parte. Em livro de 1987, o coronel Brilhante Ustra apresentou a versão segundo a qual o cerco aos guerrilheiros resultou de uma operação policial de infiltração e acompanhamento. Manoel Henrique teria sido justiçado sem culpa. Supondo que a versão do coronel seja verdadeira, não havia como a ALN ter conhecimento dela em 1972. Por enquanto, trata-se de versão baseada unicamente no depoimento do coronel, suspeito pela negação afrontosa da montanha de evidências sobre sua responsabilidade nas torturas de prisioneiros no DOI/CODI de São Paulo."

Gorender justifica ainda os assassinatos do Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior, do capitão americano Charles Chandler, do tenente Alberto Mendes Júnior, afirmando que se fez a justiça revolucionária. Explica o assassinato do marinheiro inglês David Cuthberg, um jovem que morreu sem saber por que fora condenado à morte, como sendo um ato de desatino dos "jovens estudantes". Da mesma maneira, tenta justificar o assassinato de Manoel Henrique de Oliveira, um inocente que não teve participação alguma nos fatos ocorridos.

A alegação de que o dono do restaurante ligou para o DOI, avisando que os terroristas lá estavam almoçando e que havia reconhecido Ana Maria Nacinovic Correa, das fotos dos cartazes de terroristas procurados, é inviável. Com absoluta certeza, no restaurante não havia, fixado em nenhum local, qualquer cartaz de terroristas procurados. Os proprietários de lojas, restaurantes, supermercados, não os fixavam, nem nós pedíamos para que o fizessem, pois os terroristas metralhavam os locais onde existiam esses cartazes. Eles só eram colocados em órgãos públicos como rodoviárias, aeroportos, delegacias de polícia.

O DOI jamais forneceu seus telefones nem os distribuiu por restaurantes e outros locais públicos. Seria praticamente impossível que o DOI tivesse distribuído para o Restaurante Varela e que esse mesmo restaurante viesse, por acaso, a ser escolhido pelos terroristas para almoçar. Além disso, as mulheres terroristas mudavam continuamente a sua aparência, tingindo os cabelos, usando perucas de várias cores, tamanhos e cortes diferentes.

No dia de sua morte, a fisionomia de Ana Maria era completamente diferente da que aparecia nos cartazes. Por tudo isso, o senhor Manoel Henrique não teria condições de reconhecer Ana Maria. Além do mais, preocupadíssimos com segurança e preparados para todo tipo de eventualidade, mesmo que estivessem disfarçados, nunca ficariam por muito tempo em um local onde um desses cartazes estivesse em exposição.

A minha versão, embora o senhor Jacob Gorender considere suspeita, é verdadeira e irrefutável.

Por que somente as versões de assassinos, terroristas, assaltantes, seqüestradores, subversivos, simpatizantes e historiadores de esquerda são verdadeiras? Porque um sempre confirma ou justifica a versão do outro, independente de ter presenciado o fato. Interessa ideologicamente que existam cada vez mais "vítimas inocentes" de uma "ditadura implacável". É preciso que os jovens sejam novamente enganados para, se necessário, serem usados e sacrificados "em nome da luta pela democracia".

Se os seus doutrinadores vencerem, ao invés da democracia pela qual pensam estar lutando, terão um regime totalitário, no qual seus direitos não serão respeitados, sem liberdade de imprensa ou, mesmo, de opinião. O exemplo de Cuba está aí, há mais de 45 anos.

Todas as famílias dos membros do comando da ALN, que executou a sentença de morte do implacável "Tribunal Vermelho", tiveram seus pedidos de indenização aprovados pela Comissão Especial, criada para a aplicação da Lei 9.140/95.

E a senhora Margarida, viúva de Manoel Henrique de Oliveira, como terá criado seus filhos menores? Será que a Comissão de Direitos Humanos se preocupou com eles?

Manoel Henrique de Oliveira

Corpo de Manoel Henrique de Oliveira assassinado por terroristas da ALN

Nossa vida em contínua tensão

No DOI vivíamos em constante sobressalto. Não somente nós, mas também nossas famílias. Recebíamos telefonemas ameaçadores, tanto no trabalho como em casa.

Seguidamente, encontrávamos em aparelhos levantamentos com os nomes do nosso pessoal e de autoridades, com dados pessoais, os carros usados, endereço, quantidade de filhos e características de nossas esposas. Até fotografias foram encontradas.

Aprendemos a viver em constante estado de alerta. As famílias eram instruídas para não abrir os pacotes e as correspondências que chegassem. As flores que recebiam ficavam fora de casa, até serem examinadas, pois as esposas de algumas autoridades recebiam buquês, freqüentemente com ameaças. Não abríamos a porta sem que, antes, tivéssemos a certeza de que eram pessoas conhecidas.

O clima era tenso. Os "justiçamentos" e os seqüestros nos preocupavam.

Autoridades do governo do estado recebiam ameaças de seqüestros de seus familiares. Estávamos permanentemente preocupados com tais ameaças, inclusive com nossos filhos, apesar de que o único caso de seqüestro de criança ocorrera no Rio de Janeiro. Em 13 de março de 1970, na Lagoa Rodrigo de Freitas, o militante da ALN Carlos Eduardo Fayal de Lira (Clóvis ou Homero), depois de ferir gravemente a tiros, no peito e na perna, o capitão do Exército Freddie Perdigão Pereira, ao ser perseguido pelos órgãos de segurança, interceptou um carro, retirou do seu interior a senhora que o dirigia e levou consigo o seu filho, um menino de nove anos, como refém. No tiroteio o menino foi ferido. Logo que o militante se viu livre da polícia, abandonou o carro com a criança, na Rua Siqueira Campos, Copacabana.

Assim como os subversivos descrevem em seus livros, nós também desconfiávamos de alguém que nos olhava, de um carro que acidentalmente nos seguia por alguns momentos, de um pipoqueiro ou sorveteiro em frente às nossas casas e de muitas outras coisas. Esse estado de tensão acontecia com todos os membros do Destacamento.

Assim como nós tentávamos golpear o inimigo, eles também queriam nos intimidar e ganhar a guerra. A exemplo disso, transcrevo trecho do livro *A Esquerda Armada no Brasil*, onde Liszt Benjamin Vieira (Fred ou Bueno), da VPR, em depoimento dado em Cuba, narra os planos para a execução de três seqüestros:

> "Começamos a fazer levantamentos baseados em posições concretas. A organização colocou nessa tarefa a maioria dos seus

quadros disponíveis. Trabalhavam com duas possibilidades: uma o seqüestro de um militar da ditadura, um coronel muito ligado à repressão; a outra o seqüestro de um capitalista norte-americano."

"Pois bem, foi durante aquela conversa que sugeri a Moisés (José Raimundo da Costa) o seqüestro de um japonês."

"Decidimos por nossa conta um novo levantamento: o do cônsul geral do Japão em São Paulo."

"Dispúnhamos, então, naquele momento de três possibilidades: o militar, o norte-americano e o cônsul japonês."

"Paralelamente ao nosso empenho de seqüestrar o cônsul japonês, outro grupo de ação da organização tentou o seqüestro do militar. No momento da ação surgiu um problema técnico. Um companheiro, ao partir para o encontro marcado, equivocou-se no local, o que provocou um atraso de 15 minutos. Quando outro companheiro percebeu o erro, foi ao seu encontro e levou-o ao ponto exato. Mas a demora fez com que a operação fracassasse: o coronel passou no lugar previsto, na hora prevista e não puderam seqüestrá-lo. Por uma pequena falha não pôde ser capturado aquele militar da ditadura, cujo seqüestro teria sido o primeiro dessa índole no Brasil."

Assim vivíamos nós, sempre tensos, esperando o inimigo desconhecido, no lugar menos esperado. Esse permanente estado de tensão nos obrigava a estar sempre em alerta a qualquer movimento suspeito.

No entanto, entre todas essas horas de grande tensão que vivíamos no dia-a-dia do DOI, restavam alguns momentos de calmaria, em que ouvíamos histórias incríveis como as de "Pato-a-tapa" que, infelizmente, faleceu em 2005. Seu apelido surgiu do relato de suas caçadas, realizadas em um local onde havia tantos patos selvagens que não necessitava de munição. Matava-os a tapas. Ouvíamos também as histórias de "Foguinho", que possuía uma plantação de couve, cujos pés atingiam mais de 1,80 m de altura. Eram momentos de piadas e descontração.

Às vezes, comíamos um arroz-de-carreteiro feito pelo "Timoneiro", um excelente cozinheiro. Nas horas vagas, enquanto cozinhava, jamais abandonava a "Catarina", sua metralhadora; não a largava nem para dormir.

Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, ironiza a minha "*guerra sem uniforme*" e os apelidos dos homens que formavam a minha "*tropa*": "Peludo", "Cabinho", "Pé-de-Porco", que quase faziam parte da família; "Chico Farinhada", que disfarçava sua metralhadora sob o paletó, como se fosse um cabide; "Fazendeiro", "Catatau", "Cabeção", "Turcão", "Gordo", "Peninha",

"Rosinha", "Camarão", "Quincas", "El Cid", "Curruíra" e tantos outros. Mas foi essa tropa, de apelidos engraçados, sempre unida, que lutou com bravura, juntamente com outros, contra o terrorismo em São Paulo. Na hora precisa, ninguém recuava. Éramos um todo solidário. Eu confiava neles e eles confiavam em mim.

A noite de Natal é para mim uma festa da família, que deve ser passada em casa. Entretanto, enquanto fui comandante do DOI, as quatro ceias de Natal foram feitas no Destacamento, junto com os meus comandados que nesse dia estavam de serviço. Levava a minha família para que todos, irmanados - oficiais, delegados, investigadores, sargentos, cabos e soldados -, ceássemos juntos. Acabada a nossa ceia, era a vez dos presos que, no mesmo local antes por nós ocupado, ceavam com os seus entes queridos. A ceia era idêntica à nossa e até melhorada, porque as suas famílias levavam comidas e doces gostosos. Apenas não compareciam os presos incomunicáveis. Para esses, a ceia era levada, por mim e pelo carcereiro, nas celas.

A guerrilha, a incerteza da volta, os momentos difíceis, tudo nos unia.

Não foram bons tempos. Foram tempos difíceis. Muito difíceis, mas tenho gratas recordações dos meus comandados.

Hoje, 32 anos depois de ter passado o comando, continuamos nos reunindo, uma vez por ano, em um jantar, em São Paulo. Muitos levam seus filhos. Os que faleceram, não deixam de marcar presença, pois são representados por seus filhos, suas viúvas, seus irmãos. São agentes e delegados da Polícia Civil, soldados, cabos, sargentos e oficiais da Polícia Militar, do Exército e da Aeronáutica.

É um dia que já se tornou tradição. Um reencontro emocionante entre companheiros que passaram juntos momentos de muita tensão.

Éramos e continuamos uma família.

Assassinato do Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior 25/02/1973

As organizações terroristas intimidavam a sociedade de várias maneiras. Explosões de bombas, atentados a quartéis, "justiçamentos" de militares estrangeiros e de industriais, sabotagens, seqüestros e inúmeras outras ações que levavam pânico a vários setores da população.

Com o grande número de quedas em combate com os órgãos de segurança, as organizações chegaram à conclusão que era necessária uma ação de impacto que nos atingisse diretamente.

Apareciam em documentos apreendidos em "aparelhos" de terroristas, em São Paulo, levantamentos de oficiais das Forças Armadas, de membros da Secretaria de Segurança e do pessoal do DOI/II Exército.

Alguns desses levantamentos foram enviados para o Chile, onde um grupo grande de refugiados atuava. O sanguinário "Tribunal Popular Revolucionário" decidiu que o impacto seria maior se "justiçassem" um membro do DOI. O tribunal era composto por "honoráveis juízes" da VPR, ALN, PCBR e VAR-Palmares.

O escolhido foi o Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior, delegado de Polícia, 33 anos, membro do DOI/II Ex e chefe de uma das Turmas de Busca e Apreensão.

Avisado sobre os levantamentos encontrados, alegava, com seu sorriso contagiante, que Deus estava com ele, que nada temia e continuaria com sua vida normal.

O Dr. Octávio, ou melhor, Otavinho, como era chamado, era muito querido no trabalho e no meio que freqüentava. Era alegre, afável, brincalhão e apaixonado pela vida. Certamente sua morte iria abalar profundamente todos os seus amigos e companheiros de trabalho.

Em São Paulo, cumpria a sua rotina diária, sempre atento e seguindo as normas de segurança. Nos finais de semana, sexta-feira à noite, quando não estava de plantão, seguia para o Rio de Janeiro onde ia ver sua noiva. Amava o sol, o mar e a Portela, da qual era membro honorário. No Rio, andava sempre desarmado. Valente e corajoso, não gostava de usar armas. Dizia que não teria coragem de matar ninguém. Preferia usar seus dotes de faixa preta e confiava na força de seu porte físico com mais de 1,80m.

Em Copacabana, relaxava. Hospedava-se, ia à praia e jogava vôlei, sempre no mesmo lugar. Despreocupado, apesar de todas as instruções recebidas para verificar se estava sendo seguido, Otavinho se encantava com o Rio e esquecia as normas de segurança. Confiava na sorte e facilitava. Aproveitando-se disso, Bete Chachamovitz, da ALN, fez todo o seu levantamento e repassou

sua rotina para o "Comando Getúlio de Oliveira Cabral". Todos os horários, hábitos, locais freqüentados, enfim, toda a sua ficha. Estava selada a sorte do alegre e brincalhão Otavinho.

Sexta-feira, 23/02/1973, à noite, Dr. Octávio viajou para o Rio de Janeiro. Antes, passou em minha casa e apanhou uma encomenda que minha mulher mandou para a minha sogra. Sábado amanheceu no Rio e foi para o apartamento onde sempre se hospedava. Em seguida, foi à praia de Copacabana. Não percebeu dois homens estranhos que o observavam. À noite, foi ao ensaio da Portela.

No dia seguinte, domingo, 25/02/1973, pela manhã foi à praia e deixou a encomenda para a minha sogra na portaria. Jogou vôlei e, na volta, foi almoçar no Leme, com seu amigo Carlos Alberto Martins. Voltou do almoço e, distraído, não notou um automóvel Opala estacionado na esquina da Avenida Atlântica com a Rua República do Peru. Os carrascos estavam à espreita desde às 15 horas. No Opala, os encarregados da execução. Os outros estavam em locais estratégicos para dar cobertura.

Otavinho ia com o amigo para o apartamento onde se hospedava. Estava de bermudas, camisa estampada e sandálias. Como sempre, desarmado.

Parou em um orelhão para ligar para a noiva. Nesse momento, Bete Chachamovitz fez um sinal e o apontou para os assassinos. Três terroristas partiram em sua direção. Uma esteira de praia, debaixo do braço de um deles, escondia uma carabina calibre 12 mm, arma de caça, de alto poder de destruição. De dentro da esteira partiu o primeiro tiro que o atingiu pelas costas. O impacto foi tão forte que o derrubou e o atirou longe. Um segundo tiro, dirigido ao coração, atingiu um crucifixo de ouro que ele trazia - Otavinho era católico praticante e pertencia à Ordem Terceira de São Francisco. O outro homem aproximou-se e deu-lhe mais dois tiros no rosto, deformando-o. Os últimos tiros foram disparados de uma pistola 9 mm.

Otavinho morreu instantaneamente. Seu amigo, Carlos Alberto, foi ferido com dois tiros, mas sobreviveu. Os assassinos jogaram panfletos sobre o corpo e fugiram em seguida.

Como impacto sobre os órgãos de segurança não poderia haver melhor escolha. Dr. Octávio era um delegado idealista, carismático, amável e estimadíssimo.

Participaram da ação: Bete Chachamovitz - ALN; Merival Araújo (Zé) - ALN; Flávio Augusto Neves Leão Salles (Rogério) - ALN; Thomaz Antônio

da Silva Meireles Netto (Luiz) - ALN; José Carlos da Costa (Baiano) - VAR-Palmares; James Allen Luz (Ciro) - VAR-Palmares; Ramires Maranhão do Vale (Adalberto) - PCBR; e Ranúsia Alves Rodrigues (Florinda) - PCBR.

Indenizações foram distribuídas fartamente aos familiares de seus assassinos.

A notícia da morte do Dr. Octávio chegou logo a São Paulo. Às 18 horas, eu fui informado do ocorrido. Todos ficamos consternados.

Partiram para o Rio de Janeiro os delegados do DOPS, Romeu Tuma e Sérgio Paranhos Fleury, e o delegado geral de Polícia, Walter Suppo. Providenciaram a remoção do corpo para São Paulo.

Entre os pertences do Dr. Octávio, o Dr. Suppo encontrou o seguinte cartão:

> "Em caso de acidente, por favor, chame, urgentemente, um padre católico, mesmo que eu já esteja morto. Octávio Gonçalves Moreira Jr."

Atendendo a esse pedido, o Dr. Suppo, em plena madrugada, conseguiu um sacerdote na igreja de Santa Terezinha, no Túnel Novo, Copacabana, que o acompanhou ao Instituto Médico Legal e deu a unção dos enfermos ao Otavinho.

Segunda-feira, pela manhã, um táxi-aéreo chegou a Congonhas com os restos mortais. Fomos esperá-los. Dr. Suppo, Tuma e Fleury estavam muito abatidos. Sua mãe, D. Esther, e seus irmãos, Eduardo e Maria Helena, inconsoláveis.

Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior foi velado no salão nobre do Palácio da Polícia, em São Paulo. O cortejo seguiu pelas ruas, levando o corpo em um carro do Corpo de Bombeiros, até o Cemitério do Morumbi, onde foi sepultado com honras militares.

Presentes o governador de São Paulo, o comandante do II Exército, o secretário de Segurança e muitas outras autoridades. Caía uma chuva miúda, mas o cemitério estava lotado. Companheiros de trabalho e amigos revezavam-se para carregar o caixão.

Como última homenagem ao querido companheiro, traiçoeira e covardemente assassinado, os policiais dispararam suas armas para o alto.

Tanto abalo emocional, curiosamente, ao que parece não atingiu a Igreja e, muito menos, o seu mentor maior em São Paulo, o arcebispo D. Paulo Evaristo Arns. Era notória a religiosidade de Otavinho. Isso recomendava qualquer tipo de homenagem póstuma, espontaneamente pela Igreja, a esse católico tão fervoroso. Entretanto, nada disso aconteceu.

O governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encomendou uma missa de sétimo dia que lotou a Catedral da Sé e contou com a presença do governador do estado, prefeito da cidade, secretários de estado, a cúpula das Polícias Civil e Militar e de todas as autoridades militares das Forças Armadas sediadas na capital paulista.

Nós, seus amigos e companheiros de trabalho, também mandamos proceder a uma celebração, muito concorrida, na igreja vizinha ao DOI, na Rua Tutóia.

Não foi, portanto, da iniciativa da Igreja qualquer dessas homenagens a Otavinho. A cor do seu credo político deve ter sido a razão disso.

D. Paulo Evaristo Arns jamais se pronunciou condenando essa barbárie ou outro crime da esquerda assassina. Se fosse o contrário, porém, tenho absoluta convicção de que o piedoso homem de Deus encheria a igreja da Sé para ungir as "vítimas" da repressão numa demonstração inequívoca de que a sua piedade tem mão única.

Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior

Apesar do tremendo impacto que o assassinato de Otavinho causou nos órgãos de segurança, eles não se intimidaram. Continuaram, com mais garra e dedicação, na luta em que estavam empenhados.

No final de 1973, a maioria das organizações terroristas que atuavam na guerrilha urbana estava desbaratada. Muitos militantes foram presos, muitos tinham fugido para o exterior e alguns estavam mortos.

A guerra suja estava por terminar.

Rosto do Dr. Octávio, atingido por tiros

Tiro de calibre 12 que atingiu o Dr. Octávio pelas costas

Cortejo fúnebre do Dr. Octávio

Sepultamento do Dr. Octávio

Honras militares prestadas ao Dr. Octávio

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

A VAR-Palmares foi uma das responsáveis, entre outros crimes, pelos assassinatos do marinheiro inglês David A. Cuthberg e do delegado de Polícia Octávio Gonçalves Moreira Júnior.

A VAR-Palmares resultou da fusão das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comando de Libertação Nacional (Colina), em reunião realizada em fins de junho e início de julho de 1969, quando resolveram se agrupar para formar uma organização mais forte, já que haviam amargado grandes baixas entre seus membros. Nessa reunião se decidiu pela realização de um congresso, que teria como principal objetivo ratificar a fusão.

No início de setembro de 1969, realizou-se, em Teresópolis, o congresso que ratificaria a fusão, terminando em sua primeira fase com o chamado racha dos sete, seguidos mais tarde por outros dissidentes.

O racha se baseou em conflito de ordem política e doutrinária. Sem a presença dos dissidentes foi eleita a segunda direção da VAR-Palmares constituída por: Antônio Roberto Espinosa (Lino); Carlos Alberto Soares de Freitas (Breno); Carlos Franklin Paixão de Araújo (Max); Jorge Eduardo Saavedra Durão (Hugo); Mariano Joaquim da Silva (Loiola); e Cláudio Jorge Câmara (Aldo).

Essa organização atuou por quatro anos. Com as quedas que ocorreram durante os anos de 1970 e 1971, a VAR-Palmares, praticamente, se desbaratou como organização, retraindo-se em suas atividades e realizando contatos com outros grupos visando a uma possível fusão.

Apesar de, no final de 1971, já se encontrar em vias de extinção, ainda se manteve em atividade durante 1972 e 1973, sofrendo um sério abalo em outubro desse ano, após um acidente automobilístico que causou a morte de seu dirigente, James Allen Luz.

Dentre as principais ações da VAR-Palmares destacamos, além dos brutais e traiçoeiros assassinatos do marinheiro inglês e de Otavinho, as seguintes:

A grande ação

Com a finalidade de solidificar a fusão da VPR com o Colina e obter recursos para o novo grupo que surgia, a VAR-Palmares, foi planejado o roubo de um cofre da residência de Ana Capriglione Benchimol, em Santa Teresa, Rio de Janeiro.

Em maio de 1969, Gustavo Buarque Schiller (Bicho) recebeu, de Juarez Guimarães de Brito, a incumbência de fazer o levantamento na casa onde estaria guardado um cofre, com grande quantidade de dólares, pertencente a

Adhemar de Barros, então governador de São Paulo. A intenção de Juarez, além dos dólares, era encontrar no cofre papéis comprometedores, para fazer uma campanha de desmoralização contra Adhemar, um dos articuladores da Contra-Revolução.

Para conseguir recursos para executar essa ação, a organização fez, em 11 de julho, um assalto à Agência Muda, do Banco Aliança. O assalto rendeu pouco e os militantes ainda foram perseguidos pela polícia. Na fuga, Darcy Rodrigues assassinou a tiros o motorista de táxi Cidelino Palmeira do Nascimento.

Na tarde de 18 de julho de 1969, 13 militantes da recém-criada VAR-Palmares invadiram a residência de Ana Capriglione. Um grupo colocou os moradores e empregados confinados em um quarto no térreo. Outro grupo subiu para o segundo andar e, por uma janela, amarrado por cordas, desceram o cofre que pesava 200 quilos. Colocaram-no em uma Rural Willys e fugiram em seguida.

Foi o maior assalto feito por qualquer organização terrorista no Brasil. A féria foi excelente, inimaginável: dois milhões e meio de dólares.

O destino dos dólares é discutido até hoje. Fala-se em compra de armas, distribuição entre as regionais da VAR-Palmares, pequenas cotas aos militantes para sobrevivência e até na remessa de um milhão de dólares para a Argélia. Fala-se, também, em contas na Suíça. Ao certo, jamais houve uma contabilidade dessa fortuna.

Participaram desse assalto: comandante Juarez Guimarães de Brito (Juvenal); Wellington Moreira Diniz (Lampião); José Araújo Nóbrega (Alberto); Jesus Paredes Sotto (Mário); João Marques de Aguiar (Braga); João Domingos da Silva (Elias); Flávio Roberto de Souza (Marques); Carlos Minck Baumfeld (Orlando); Darcy Rodrigues (Sílvio); Sônia Eliane Lafoz (Mariana); Reinaldo José de Melo (Maurício); Paulo César de Azevedo Ribeiro (Ronaldo); e Tânia Manganelli (Simone).

Dilma Rousseff, chamada por José Dirceu de "camarada de armas", em sua posse como chefe da Casa Civil do governo Lula, além de ajudar na infra-estrutura de assaltos a banco, planejou o que seria o maior golpe da luta armada - o roubo do cofre de Adhemar de Barros.

Seqüestro de avião

Com o pretexto de comemorar o aniversário da revolução cubana, no dia 1º de janeiro de 1970, a VAR-Palmares seqüestrou um avião Caravelle da

Companhia Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Montevidéu-Rio de Janeiro, e o desviou para Cuba com seus 95 passageiros. Os objetivos do seqüestro eram fazer propaganda da luta armada, internacionalmente, e conseguir treinamento para os seqüestradores, em Cuba.

O seqüestro foi planejado por James Allen Luz e contou com a participação de: Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolde Sommer, Nestor Guimarães Herédia e Marília Guimarães Freire.

James Allen Luz voltou clandestinamente ao Brasil em fins de 1970, para continuar, depois do treinamento, atuando na guerrilha urbana.

"Justiçamento" de Geraldo Ferreira Damasceno e "queima de arquivo" de Elias dos Santos - 29/05/1970

Geraldo Ferreira Damasceno foi incumbido por uma dissidência da VAR-Palmares (DVP) de guardar algumas armas da organização, em sua residência. Eram uma carabina e cinco revólveres calibre .38, com a munição. Acabou vendendo-as, por necessidade de sobrevivência.

Ao saber da venda, o "Tribunal Revolucionário", num julgamento sumário, condenou-o à morte. Geraldo reconheceu o seu erro e imaginava que, no máximo, seria expulso da DVP.

Às 23 horas do dia 29/05/1970, foi marcado um "ponto" da DVP com Geraldo, na Rua Leblon, em Duque de Caxias, RJ. Segundo combinado na organização, Geraldo seria morto a facadas.

Um imprevisto aconteceu, pois Geraldo, por precaução, levou consigo um amigo de nome Elias dos Santos. (Não confundir com o soldado da PE, Elias dos Santos, morto por Prestes de Paula, em 18/12/1969, durante o "estouro" de um aparelho do PCBR. Ver PCBR).

Como Geraldo chegou acompanhado, seus assassinos mudaram o plano inicial e, em lugar das facadas, mataram-no com seis tiros. Para que a execução não tivesse testemunha, Elias dos Santos também foi abatido a tiros.

A VAR-Palmares e os jovens

As operações para desarticular a VAR em São Paulo foram iniciadas na primeira quinzena de agosto de 1970, pelo meu antecessor, major Waldyr Coelho, que comandava a Coordenação de Execução da Operação Bandeirante.

No dia 29/09/1970, assumi o Comando do DOI. Em razão das diligências de meu antecessor, quando cheguei encontrei presos vários militantes da VAR- Palmares.

Do Comando Regional estavam presos: Carlos Franklin Paixão de Araújo e Maria Celeste Martins (Lea).

Do Setor de Inteligência: Pedro Farkas (Mauricio); Alfredo Schneider (Alberto); Josefina Bacariça (Jose); Elizabeth Mendes de Oliveira ou Bete Mendes (Rosa), presa no dia 29/09/1970; e E. R. R. (Mário).

Dos Setores Estudantil, de Imprensa, Operário e Interior, 17 militantes.

O Setor de Inteligência, onde Bete Mendes atuava, ocupava-se em falsificar documentos; levantar locais estratégicos; levantar locais para assaltos, pichações e panfletagens armadas; e microfilmar e arquivar documentos.

O meu primeiro dia como comandante do DOI foi extenuante. Procurei me ambientar, visitar parte das suas instalações, estudar as operações em andamento e me inteirar da situação de cada preso.

No dia seguinte, após a ambientação geral, já estava em condições de tomar algumas decisões e dar a continuidade necessária ao nosso trabalho. Eram aproximadamente 19 horas, quando consegui um tempo para conversar com alguns jovens da VAR-Palmares, oito rapazes e cinco moças, que haviam sido presos no dia anterior. Todos esses jovens, cuja idade variava de 18 a 21 anos, já haviam praticado pequenas ações, como panfletagens, pichações, levantamento para futuros assaltos.

Inicialmente, conversei com os rapazes. Eles eram L.C.M.F. (usava documentos falsos com o nome de Flávio Batista de Ribeiro Souza e os codinomes "Paulo", "Guilherme" e "Vicente"); C.E.P.S. (usava documentos falsos em nome de João Prado dos Santos e os codinomes de "Floriano", "Marechal", "Rodrigo"); P.C.J. (Sérgio); J.R.V. (Rafael ou Cássio); J.C.S.S. (Celso, Beto ou Fábio); F.M.A. (Edson); P.A. (Renato, Abel ou Daniel); e E.R.R. (Alfredo ou Mário).

A seguir, fui ao local onde estavam as cinco moças, um quarto no segundo andar do nosso prédio. Conversei amigavelmente com elas. Perguntei seus nomes, onde residiam, colégios onde estudavam, profissão dos seus pais e o motivo da prisão. Elas eram bastante jovens. Uma delas não me era estranha. Tive a sensação de conhecê-la de algum lugar e lembrei-me que era da novela Beto Rockfeller. Era Elizabeth Mendes de Oliveira, conhecida nos meios artísticos

como Bete Mendes e, na VAR-Palmares, como "Rosa". Fora presa num "aparelho" por integrar o Setor de Inteligência da Organização.

Com ela estavam, também presas, E.S.V. (Luíza), V.M.V. (Manoela), N.P.V. (Sônia) e C.S. (Helena ou Clarice), todas por integrarem a VAR-Palmares.

Fui para casa, no meu segundo dia de DOI/CODI, pensando nos problemas desses jovens e nas suas famílias. Quanta ansiedade, quantos sofrimentos esses pais estariam sentindo a partir do momento que souberam da prisão e da incomunicabilidade de seus filhos.

Todos pertenciam a uma organização subversivo-terrorista. Usavam codinomes. Alguns foram presos vivendo em "aparelhos". Tinham participado de pequenas ações. Já estavam sendo instruídos para a execução de assaltos e, futuramente, seriam induzidos a participar de seqüestros e a fazer "justiçamentos".

De acordo com a lei, estavam implicados com a subversão e o terrorismo e deveriam, por isso, ser julgados. Entretanto, sentia que eles ali estavam porque foram aliciados, principalmente onde estudavam.

Seguindo os trâmites legais, após os depoimentos preliminares, deveriam ser mandados para o DOPS, para serem ouvidos e indiciados em inquérito policial. A seguir, o seu destino seria, provavelmente, o Presídio Tiradentes, o famoso "Aparelhão".

Para eles e para o Brasil, seria muito melhor a recuperação do que a condenação na Justiça. Caso seguissem os trâmites legais, a convivência no presídio, com terroristas de alta periculosidade e a influência do "Comando Revolucionário do Presídio", os tornaria militantes mais capacitados para a prática de ações terroristas.

Era necessário evitar que isso acontecesse.

Com autorização do comandante do II Exército, decidimos que onze desses jovens não seguiriam os trâmites normais e iniciou-se intenso trabalho no sentido de que retornassem à família e à sociedade.

A primeira medida foi a de deixá-los isolados e incomunicáveis. Eles passaram a sentir saudades dos pais, dos irmãos, da família. Da mesma família que a maioria estava prestes a abandonar para ingressar na clandestinidade.

Ao mesmo tempo, os pais, aflitos, queriam vê-los, abraçá-los.

Isso tudo nos comovia, mas não cedíamos. Essa ansiedade mútua de pais e filhos era necessária para o trabalho de recuperação.

Enquanto os dias passavam, oficiais do Exército, alguns deles psicólogos, visitavam e entrevistavam esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a subversão, o terrorismo e suas conseqüências. Os livros e artigos, indicados por eles para leitura, deveriam induzi-los a olhar a vida sob outro ângulo e levá-los a uma profunda meditação.

Paralelamente, por eles serem menores da idade, solicitamos ao Juizado de Menores que enviasse um representante ao DOI para entrevistá-los, inclusive Bete Mendes, que estava com vinte e um anos e cinco meses.

Atendendo ao nosso convite, a senhora Zuleika Sucupira, como representante do Juizado, esteve várias vezes no DOI, onde os entrevistou.

Os pais foram convidados para uma reunião no auditório do DOI. A essa altura, como os filhos já tinham sido interrogados, fiz um resumo da militância de cada um e das ações que até então haviam praticado. Tranqüilizei-os quanto à situação deles e pedi que tivessem paciência, pois ainda não chegara a hora de visitá-los.

Esses jovens, incluindo Bete Mendes, foram enviados ao DOPS no dia 15/10/1970, sendo ouvidos no inquérito policial 526/70. No mesmo dia, foram restituídos ao DOI com o ofício 1017/70 daquele departamento.

Do relatório do inquérito extraímos o seguinte trecho:

> "Esta organização (VAR-Palmares), além de desenvolver atividades que visavam à implantação de um movimento armado revolucionário, procurava, ainda, contaminar a mente de jovens e viciá-los nos atos de corrupção e falsificação de documentos, bem como desagregá-los do meio familiar e induzindo-os a viver na ilegalidade, com documentos falsos e às custas da organização subversiva, numa verdadeira afronta à moral familiar, social e nacional.
>
> Atendendo ao solicitado pelo Comando do II Exército no que se refere à recuperação dos jovens indiciados, conscientizados e induzidos por elementos que pretendiam instaurar a desorganização moral e a luta armada no País, liberamos os indiciados não citados no pedido de preventiva, uma vez que foram iludidos em seus ideais, bem como desvirtuadas suas intenções, ficando sujeitos à punição prevista pela Lei de Segurança Nacional, uma vez que também a infringiram, dando-lhes a chance de responder pelos seus atos em liberdade e na continuidade de suas atividades normais, em companhia de seus familiares e da sociedade.
>
> Ao colocá-los, juntamente com outros elementos já radicalizados, numa mesma cela de presídio, estaríamos proporcionando uma melhor conscientização de esquerda, bem como causando a revolta própria do jovem nessa idade critica."

No dia 16/10/1970, convocamos os pais ao DOI e, numa cerimônia simples, quebramos a incomunicabilidade de seus filhos. A reunião foi no nosso

auditório, onde houve o reencontro de cada preso com seus pais. Foram momentos emocionantes. Ao término da reunião todos foram libertados e se retiraram na companhia dos pais, inclusive Bete Mendes, que permanecera presa 18 dias.

Atendendo ao convite do II Exército, todos os pais compareceram à gravação de um programa especial na TV Tupi.

O programa, que foi ao ar no dia 19/10/1970, às 22h45, teve o objetivo de alertar e esclarecer as famílias a respeito dos métodos usados pela subversão para recrutar os jovens.

O apresentador foi Blota Júnior, um profissional conhecido pela sua elevada competência e admirável espírito público.

A senhora Zuleika Sucupira, também presente, entrevistada pela imprensa declarou:

> "Mantive diversos contatos com os jovens, tendo verificado em palestra informal com os detentos que estes não haviam sofrido nenhum tipo de violência, ressaltando que o Serviço de Assistência de Menores não possui recursos nem condições para dispensar a esses jovens o tratamento que eles vêm recebendo por parte das autoridades militares." (*O Estado de São Paulo*, de 17/10/1970).

Na mesma reportagem, *O Estado de São Paulo* acrescenta mais:

> "A verdade é que nossos filhos foram intoxicados pela doutrina comunista - palavras do pai de um dos jovens ontem colocados em liberdade."
>
> "Julgava que minha filha estivesse imune à trama da subversão - são palavras do pai de uma jovem que até o início deste ano lecionava religião em um estabelecimento de ensino, nesta capital."
>
> "Esses são alguns dos depoimentos que um grupo de pais - cujos filhos formavam na Organização Vanguarda Armada Revolucionária - prestaram durante programa gravado por uma estação de televisão e que será transmitido em rede, 2ª feira, às 22h45m, para todo o País."
>
> "Na oportunidade, respondendo às perguntas que lhes foram formuladas pelos jornalistas, os pais prestaram diversas informações acerca do comportamento de seus filhos. Um deles, preocupado com o desaparecimento de sua filha e suspeitando que ela estivesse envolvida em movimento subversivo, procurou a colaboração das autoridades militares, na busca à

menor, a qual foi localizada em um dos "aparelhos onde vivia na clandestinidade."

"No curso da entrevista todos os pais foram unânimes em ressaltar o tratamento humano dispensado aos seus filhos no órgão de segurança onde estavam recolhidos."

"De uma forma geral, os pais assumiram a responsabilidade pelos erros que possivelmente cometeram em razão do excesso de confiança que depositavam em seus filhos, pois admitiam que as facções subversivas poderiam envolver outros jovens e que jamais alcançariam seus lares."

"A circunstância de os jovens terem sido localizados e presos no início da clandestinidade - segundo opinião de seus pais e de autoridades - evitou que eles, inconscientemente, chegassem à etapa principal do aliciamento: o seu envolvimento definitivo na organização através da prática de ações violentas."

Depoimento de Bete Mendes na Justiça

Em 30/03/1971, na sede da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, reuniu-se o Conselho Permanente de Justiça do Exército. Na presença de seus membros - os dois advogados de defesa, Dr. Paulo Rui de Godoy e Dr.Américo Lopes Manso -, do procurador militar e do juiz auditor, Bete Mendes foi qualificada e interrogada.

Na maioria das vezes, os subversivos e os terroristas, quando nessas mesmas circunstâncias eram ouvidos na Auditoria Militar, negavam tudo o que haviam declarado no DOI e no Inquérito Policial. Aproveitavam a oportunidade para desmentir as declarações anteriores, dizendo que foram obtidas mediante tortura física e psicológica.

Bete Mendes, nesse dia, 30 de março de 1971, quando qualificada e interrogada, não declarou ter sofrido qualquer tipo de tortura, física ou psicológica.

A seguir transcrevo o final de seu depoimento, prestado quando foi qualificada e interrogada na Auditoria Militar:

"...que, repetindo, os fatos se passaram como os narrou nesta oportunidade, depoimento que prestou livre e sem nenhuma coação, que, de fato, sentiu-se emocionada e chorou, como todos presenciaram, copiosamente; que chorou e ainda chora, nesta oportunidade, porque está arrependida do que fez, isto porque acha que entrou em uma cousa perigosa, sem nenhum conhecimento

das cousas e completamente contrária ao seu modo de ser (sic); que não acredita em nenhuma organização subversiva e acha inviáveis seus propósitos, porque chegou à conclusão de que eles querem apenas destruir; que é católica e não vive com seus pais, que são judicialmente separados."

"E, como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente que, depois de lido, vai assinado por conforme. Eu (ilegível), escrevente datilografei. Eu, (ilegível) escrivão assino. Seguem-se as assinaturas dos membros do Conselho Permanente de Justiça, de Elizabeth Mendes de Oliveira, do Dr. juiz auditor e de mais duas assinaturas ilegíveis."

Carta de um pai

No dia 2 de agosto de 1971, recebi do advogado, Dr. C.S, pai de C.S (Helena ou Clarice), uma das meninas menores, presas juntamente com Bete Mendes, a seguinte carta:

> "Ilmo. Sr.
> Major Carlos Alberto Brilhante Ustra
> Capital
> Prezado amigo
>
> Como posso agradecer-lhe? Como posso agradecer a todas as autoridades militares? Como posso agradecer à sábia orientação do governo que, em tão pouco tempo, para tão imensa dimensão do problema, está catalisando a nossa juventude, conscientizando-a para a verdadeira luta pela legítima emancipação econômica e social brasileira?
>
> Creio que jamais conseguirei transmitir todo o meu reconhecimento. Acho que somente outros pais que, como eu, viveram o drama de ter uma filha ou um filho, ainda crianças, maldosa, implacável, fria e vergonhosamente aliciadas pelos sequazes da subversão é que poderão compreender-me.
>
> Que acontece a um pai quando, certa noite, ele abre a porta de sua casa e vê diante de si uma equipe de busca que veio para prender sua filha?
>
> Que pensamentos lhe acodem ao cérebro e ao coração? Que tantas e estranhas perguntas ele se faz? É um pesadelo ou realidade? E por que essa sinistra realidade?

É realmente a minha filha que procuram? Mas ainda agora ela era uma criança, magrinha, frágil, de grandes olhos curiosos, engatinhando os primeiros passos, balbuciando as primeiras palavras, rabiscando os primeiros desenhos, tentando as primeiras letras, conseguindo as primeiras notas, vencendo com incrível força de vontade os obstáculos para colocar-se sempre como a primeira da classe - do primário ao colegial -, acompanhando sempre todas as limitações do nosso orçamento doméstico e sempre procurando corresponder a todos os investimentos feitos para a sua educação!

É mesmo a minha filha que procuram?

Mas ela teve sempre tanto senso de responsabilidade, acreditou sempre que só o trabalho e o esforço contínuo e a persistência é que ajudam a vencer na vida! Mas ela sempre foi dedicada à família, sempre ajudou os irmãos em tudo o que podia! Como, se ela dizia que queria ser alguém para poder ajudar todos nós, todo o mundo, todo o Brasil! Como, se ela dizia que o nosso País teria de ser grande, desenvolvido, rico, respeitado! Como, se ela dizia que para isso era preciso muito estudo, muito trabalho, muita cooperação! Quanto fervor em tudo o que ela dizia! Quanto brilho nos seus olhos - nos seus grandes olhos curiosos!

E, ultimamente, quanto espírito de sacrifício, quanta renúncia, quanta recusa a novas roupas, a um sapato novo, ao cabeleireiro, à manicure, às diversões mais comuns!

É mesmo a minha filhinha que procuram?

Hoje, passado quase um ano desde aqueles tenebrosos dias de setembro, posso pensar mais calmo e confiantemente.

E quanta coisa afinal compreendo!

Como minha pobre filha foi enganada! Utilizaram todo o seu senso de responsabilidade, toda a sua persistência, toda a sua força de vontade, toda a sua crença no trabalho, todo o seu grande, imenso e generoso esforço, todo o seu fervor, todo o brilho de seus grandes olhos curiosos para fazê-la acreditar que o caminho da subversão era o único para ajudar todos nós, todo mundo, todo o Brasil, para o nosso País ser grande, desenvolvido, rico, respeitado.

Tenho diante de mim dois retratos de minha filha: um do ano passado e outro bem recente; um dos tempos tumultuosos em que estava sendo iludida e outro em que ela, agora livre, aproveita com toda a sua sinceridade a maravilhosa oportunidade que lhe concederam.

A menina inflamada, de cabelos descuidados, sem pintura, que se negava ir à manicure, que só usava "blue-jeans", que recusava roupas novas e um novo sapato, foi substituída por uma moça madura, adulta, tranqüila, de cabelos cuidados e unhas pintadas, embora sem exagero, que briga com a costureira quando o vestido não sai direito, que é exigente na escolha do modelo do sapato novo, que voltou ao antigo namorado e pretende ficar noiva nos próximos meses.

Mas agora compreendo como existe mais de um caminho para a busca da verdade; agora entendo o valor da tolerância; agora assimilo todo o esforço do governo para eliminar etapas, engolir atrasos e construir mais depressa o Brasil grande.

Como ela entendeu finalmente o espírito da luta pelo nosso mar de 200 milhas; a guerra pelo nosso café solúvel; a batalha dos fretes marítimos; a necessidades da ocupação em curto prazo dos grandes espaços vazios através de projetos grandiosos tal como a Transamazônica; o valor do incrível progresso de nossas telecomunicações; a inadiável urgência da alfabetização em massa; a necessidade de dar agora prioridade à formação de técnicos, para as exigências da expansão da indústria e racionalizar a agricultura.

O grande fator responsável por essa gradativa, porém firme revisão de idéias verificada nos últimos doze meses deve-se, indubitavelmente, à série de leituras orientadas pelo tenente-coronel Ary Rodolfo Carracho Horne, na 5ª Seção do II Exército em São Paulo, que se propôs - e conseguiu - mostrar à minha filha "o outro lado do governo".

Hoje, minha filha está espontaneamente disposta e preparada para engajar-se no "Projeto Rondon", a fim de conhecer de perto a verdadeira e dramática dimensão dos problemas de nossa infra-estrutura social e juntar-se definitivamente aos esforços do governo na busca de soluções.

Estes dois retratos de minha filha, que tenho diante de mim, contam toda essa história.

A grande oportunidade que lhe foi concedida está sendo aproveitada em todos os sentidos, durante todos os segundos.

Após a libertação, ela liquidou o restante do curso colegial, passando com notas muito boas, fez um mês de cursinho intensivo e, logo na primeira tentativa, foi aprovada no exame vestibular da USP, ingressando no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia. O primeiro semestre da universidade ela também o venceu com notas altas e agora cursa o segundo semestre.

O crédito de confiança que, por seu intermédio, prezado amigo, as autoridades concederam à minha filha está sendo integralmente correspondido.

Aguardamos agora o julgamento final com serenidade.

Enfrentaremos juntos, ela e eu, o pronunciamento da Justiça, dispostos a acolher a melhor decisão que houver por bem ser apresentada.

Eu estarei ao lado da minha filha em qualquer circunstância.

É muito possível que tudo isso tenha sido causado por mim e apenas por mim.

É muito possível que eu não tenha sido melhor pai do que me propus a ser em todos estes vinte e dois anos de casado.

Talvez, se eu estivesse mais presente, mais atuante, tudo fosse diferente.

Talvez, se eu tivesse tido mais tempo para me dedicar à minha família eu pudesse ter dado muito maior assistência à minha filha.

É possível. É muito possível.

Não quero eximir-me de qualquer responsabilidade.

Direi apenas que, de todas as funções do mundo, a do pai é a mais difícil.

Tenho procurado desempenhá-la da melhor maneira possível.

Mas, para isso, que tempo livre temos nós todos, pais, além daquele que nos toma o trabalho e a obrigação imperiosa de prover ao sustento da família?

Vivemos todos numa selva de asfalto, onde a luta pela própria vida é travada em todos os cantos, vinte e quatro horas por dia. E na sobra para poder olhar o horizonte.

Mas tudo passará, se Deus assim o quiser.

Muito obrigado, pois, caro amigo, pela infatigável assistência dispensada à minha filha e a todos os meninos e meninas envolvidos no episódio.

Tenho certeza de estar falando não apenas em meu nome, mas em nome de todos os outros pais.

Recebemos uma nova oportunidade e tudo estamos fazendo para honrá-la.

Por favor, faça desta carta o uso que achar mais recomendável.

É a minha palavra de gratidão ao amigo e a todas as autoridades que lutam para reaver a juventude do Brasil.

Um grande abraço

C. S."

Nosso depoimento na Justiça em favor dos jovens

Em 26 de agosto de 1971, por solicitação da 1ª Auditoria da 2º Circunscrição Judiciária Militar, encaminhamos uma Declaração ao juiz auditor, assinada por mim e por mais dois oficiais que prestavam serviço no DOI, nos seguintes termos:

> "Carlos Alberto Brilhante Ustra, Maj Art 3G-234276, servindo na 2ª Seção do II Exército; Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, Cap Art 2G - 241958, prestando serviço na 2ª Seção do II Exército; Mauricio Lopes Lima, Cap Inf, servindo no 4º Regimento de Infantaria; solicitados a depor como testemunhas no processo instaurado na 1ª Auditoria de Guerra, por motivos de Segurança Nacional, contra os estudantes C.S., P.A., E.S.V., Elizabeth Mendes de Oliveira, J.R.V., L.C.M.F., J.C.S.S., E.R.R., (no documento original consta o nome completo dos menores) fazêmo-lo, através desta declaração, para externar a meticulosa observação que concluímos dos jovens em julgamento, no período em que estiveram sob nossos cuidados, bem como expressar o acompanhamento que realizamos, através de contatos pessoais com eles e seus respectivos progenitores, na fase posterior à sua libertação (condicional).
>
> Todos muito jovens, verdadeiras crianças, deixaram-nos perplexos a sua ingenuidade e o total desconhecimento que demonstravam da seriedade de sua situação.
>
> Pudemos constatar perfeitamente o aliciamento, frio e calculado, que sofreram no colégio em que estudavam, por parte de seus vários mestres (seria tal o verdadeiro título a dar a esses homens e mulheres?). Estes, valendo-se da autoridade de cátedra, da ascendência e da extraordinária facilidade de manejo que possuíam sobre tais alunos, iniciaram junto a eles um longo, paciente e inteligentíssimo envolvimento de proselitismo, não só tendente a corrompê-los politicamente, como também uma torpe tentativa de afastá-los do convívio de seus lares, para melhor atingir seus objetivos inconfessáveis.
>
> Sendo todos pertencentes a famílias respeitadas e trabalhadoras, como pudemos comprovar no curso das diligências, no breve período que durou sua detenção e nos dias que antecederam à sua liberação, era de esperar-se a total inexperiência e a confusão de idéia de tais jovens.
>
> Daí a participação mínima que tiveram nos fatos, resumindo-se ela a reuniões, contatos de "pontos" e a outras atividades carentes de periculosidade, ao que parece e s.m.j.

Tudo isso levou as autoridades militares a optarem pela liberação, preferindo que os jovens indiciados respondessem ao processo em liberdade, de volta ao seio de suas famílias, dando-lhes, assim, numa eloqüente demonstração de compreensão e tolerância, uma oportunidade de iniciarem logo sua reabilitação, com o retorno imediato às atividades normais de estudo e trabalho.

Com isso e contando ainda com a irrestrita cooperação de seus progenitores e responsáveis, buscou-se, inclusive, evitar qualquer nova ligação ou contatos com elementos corruptores nos presídios onde já se encontravam detidos os verdadeiros profissionais da subversão.

Em todos estes últimos meses, após a libertação, temos estado em companhia de progenitores e de boa parte desses jovens. Além disso, temos recebido constantes notícias sobre eles.

Podemos atestar a sinceridade com que todos buscam corresponder à oportunidade que lhes foi concedida.

Todos estão estudando e trabalhando.

Têm, assim, todo o seu tempo tomado por atividades construtivas. Não voltaram a ter qualquer vínculo com a situação anterior; ao contrário, têm demonstrado arrependimento verdadeiro, por se terem deixado envolver.

Alguns, por exemplo, além de terem voltado ao antigo namorado ou à antiga namorada (que não pactuavam de suas antigas idéias), estão prestes a se tornarem noivos, como é o caso de C.S. (no documento original o nome está por extenso). Lembramos também que, no caso da citada estudante e de vários outros colegas, estão eles procurando engajar-se na Operação Rondon, além de já terem realizado leituras orientadas pela 5ª Seção do II Exército, por nossa indicação, imediatamente aceita pelos interessados.

Temos, portanto, elementos para crer, pessoalmente, que a política adotada com estes jovens tem-se mostrado inteiramente acertada, sendo certo que, para tal correspondência, muito tem contribuído a assistência de seus pais.

Era o que tínhamos a declarar."

São Paulo, 26 de agosto de 1971.

Assinado por:
Carlos Alberto Brilhante Ustra - Maj Art
Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo - Cap Art
Maurício Lopes Lima - Cap Inf

O documento original deve estar arquivado no STM junto ao processo.

Os anos se passaram. Eu e os jovens seguimos nossas vidas. Da maioria jamais tive notícias.

Um deles, Pérsio Arida, que tinha 18 anos, fez uma brilhante carreira. Formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (1975). É PhD em Economia, pela Massachusetts Institute of Tecknology. Foi secretário de Coordenação Econômica e Social, do Ministério do Planejamento (1985); diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil (1986); presidente do BNDES (93 - 94); e presidente do Banco Central do Brasil (1995), no governo Fernando Henrique.

Bete Mendes continuou sua carreira artística, filiou-se ao PT e foi eleita deputada federal. Jamais nos encontramos até 1985 e, até então, nunca soube que houvesse declarado que havia sido torturada no DOI.

No Uruguai, 15 anos depois de sua prisão, fui surpreendido com a sua participação na farsa montada para me atingir, sobre a qual escreverei mais adiante.

Flagrantes da entrega dos filhos aos seus pais, no DOI/CODI/II Ex

Flagrantes da entrega dos filhos aos seus pais, no DOI/CODI/II Ex

Em Brasília

Em novembro de 1973, com a saída do Comandante do II Exército, general Humberto de Souza Mello, aceitei o convite para ser instrutor na Escola Nacional de Informações, em Brasília.

Seria uma vida nova, mais calma. Descansaríamos um pouco da tensão diária que passamos nesses três anos e cinco meses em que comandei o DOI.

A saída de São Paulo, onde vivemos quatro anos, e onde fizemos tantos amigos e estávamos tão ambientados, nos angustiava um pouco. Além disso, naquela época, Brasília era considerada por muitos como um lugar ruim para se viver.

Foram muitas as despedidas. Iniciava-se uma nova fase de nossas vidas. O militar e sua família estão sempre começando vida nova, fazendo novos amigos, ambientando-se a novas situações.

A cidade era fria, esquisita, não se via gente nas ruas. O silêncio da noite nos incomodava, tão acostumados estávamos ao burburinho da Avenida São João, onde residíamos em São Paulo em um prédio do Exército.

Há tanto tempo não tínhamos tranqüilidade que, aos poucos, nos fomos acostumando e nos encantando com o sossego de Brasília.

Durante o primeiro ano, 1974, fui Instrutor-Chefe do Curso de Operações da Escola Nacional de Informações. No ano seguinte, o general Confúcio Danton Avelino me convidou para trabalhar no Centro de Informações do Exército (CIE), órgão do gabinete do ministro.

Logo haveria mudança de governo. O general Ernesto Geisel seria eleito pelo Congresso Nacional, por voto indireto, para um mandato de cinco anos.

Em 1975, nossa felicidade foi completada com a chegada de nossa segunda filha.

Joseíta, sonhando em morar numa casa, falava sempre em comprar um terreno no Lago. Para realizar esse sonho, decidimos viver apenas com os vencimentos de um tenente-coronel. Minha mulher começara a trabalhar na Rhodia, como promotora de vendas. Seu salário e a gratificação de gabinete que eu recebia eram guardados para a compra do tão sonhado terreno. No Lago Sul, não podíamos nem pensar. Estava fora de nossas posses.

Finalmente, depois de várias idas e vindas, encontramos um terreno no Lago Norte que, com nossas economias e um pequeno empréstimo no Banco do Brasil, conseguimos comprar. É verdade que para localizar o terreno tivemos de pagar a um funcionário da Terracap para demarcá-lo, pois não tinha rua aberta por perto.

Aí começaram novos sonhos. Minha mulher passava as horas vagas desenhando as plantas de nossa futura casa.

Pago o empréstimo, mas sem nenhuma possibilidade de construirmos, surgiu a oportunidade, por intermédio da Cooperativa Habitacional Marechal Bittencourt, de comprarmos, na planta, um apartamento na SQS 115, no Plano Piloto, por sugestão do nosso primo por afinidade, coronel João Mancini. Após enormes dificuldades, conseguimos pagar a poupança. O restante seria financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Os sonhos da casa continuavam para minha mulher, enquanto o edifício ia subindo e nos dividíamos entre a "casa de Joseita" e o "meu apartamento".

O trabalho de minha mulher, na Rhodia, era desgastante. Ela tinha de fazer pequenas viagens e ir a convenções em São Paulo e Goiânia. Inscreveu-se em um concurso para o recém-criado Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado). Foi aprovada e, com a posse, pediu demissão da Rhodia.

Agora tínhamos mais tempo para a família. Ela não viajava mais e eu, no CIE, me dedicava mais a ela.

Em setembro de 1977, o apartamento ficou pronto e o Banco do Brasil, que estava transferindo funcionários para Brasília, quis comprar o prédio. Finalmente, em 1977, Joseíta realizaria seu sonho: com o ágio do apartamento, mais o terreno, que demos como parte do pagamento, compramos, financiada pelo BNH, uma casa no Lago Norte que, aos poucos, ao longo destes quase trinta anos, viemos reformando.

Planejamos nossa mudança para dezembro, mas, como veremos, nossos planos, de quase quatro anos, seriam modificados. Nem chegamos a morar na casa.

Governo Ernesto Geisel
15/03/1974 -15/03/1979

Ernesto Geisel nasceu em 03/08/1908, em Bento Gonçalves/RS.

Aos 13 anos, foi para o Colégio Militar de Porto Alegre. Ao concluir o equivalente ao atual segundo grau, foi matriculado na Escola Militar do Realengo, sendo declarado aspirante a oficial do Exército em 1928. Apoiou a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, e lutou contra a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi adido militar no Uruguai e chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército, participando ativamente da Contra-Revolução de 31 de março de 1964. Foi chefe do gabinete militar da Presidência da República no governo Castello Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobrás no governo Médici.

Eleito presidente da República em 15 de outubro de 1973 pelo Congresso Nacional, onde o partido do governo, quase dez anos após a Contra-Revolução, possuía uma ampla e combativa maioria, Geisel assumiu o mandato em 15 de março de 1974.

Recebeu o governo com a guerrilha urbana bastante atenuada, com as organizações marxista-leninistas, que optaram pela luta armada, militarmente derrotadas e politicamente desarticuladas, tendo muitos subversivos refugiados no exterior, outros presos e alguns mortos.

O seu governo foi pautado pelo binômio desenvolvimento com segurança, visando ao retorno à democracia plena - a partir de uma distensão lenta, gradual e segura -, ao mesmo tempo em que atribuía elevada prioridade para os investimentos em indústrias de base e no setor energético.

Sua visão prospectiva das conseqüências da crise internacional do petróleo, em um mundo profundamente dividido e antagônico pela Guerra Fria e pelo conflito Leste-Oeste, levou-o a criar o programa Pró-álcool e a assinar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, ambos em 1975. A crise do petróleo e a recessão mundial interferiram na economia brasileira.

No início de 1974, havia terminado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, em 1964, e foi permitida a propaganda eleitoral, inexistente desde a edição do AI-5. Com isso, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, obteve uma expressiva vitória em alguns estados, aumentando sua bancada na Câmara e no Senado. A oposição começava a ganhar espaço, embora o governo mantivesse uma folgada maioria na Câmara dos Deputados e no Senado.

O jornalista Vladimir Herzog, sob suspeita de integrar uma célula comunista, foi intimado a comparecer ao DOI/CODI/II Exército. Ao apresentar-se, foi detido para interrogatório. Depois de prestar depoimento, deixado só em uma cela, suicidou-se, no dia 25/10/1975, com o cinto do macacão que usava.

Em 1976, a Lei Falcão alterou a propaganda eleitoral, impedindo que ela fosse feita ao vivo, no rádio e na televisão.

Em 22 de agosto de 1976, Juscelino Kubitschek morreu em acidente de carro, na Via Dutra. O corpo, trazido para Brasília, foi aclamado pelo povo, o mesmo acontecendo em Minas Gerais.

Nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976, a Arena saiu vencedora: elegeu 3.176 prefeitos e o MDB 614.

Em dezembro de 1976, João Goulart faleceu em sua fazenda, em Mercedes, na Argentina, sendo o corpo sepultado no cemitério de São Borja/RS.

No dia 1° de abril de 1977, o governo Geisel assinou o Ato Complementar n° 102, que colocou o Congresso em recesso por 14 dias, permitindo a reforma do Poder Judiciário e a aprovação, pelo Executivo, das medidas políticas contidas no chamado "Pacote de Abril" que, dentre outras, mantinha as eleições indiretas para governadores e para 1/3 dos membros do Senado, ampliava as restrições da Lei Falcão e aumentava, para seis anos, o mandato do sucessor de Geisel.

Em 21 de maio de 1977, Carlos Lacerda morreu no Rio de Janeiro.

No início de outubro de 1977, foi divulgado na imprensa e no Congresso Nacional um documento, assinado pelo general Fernando Belfort Bethlem, Comandante do III Exército, com críticas ao governo.

No dia 12 do mesmo mês, o general Sylvio Frota, ministro do Exército, foi demitido pelo presidente Geisel que, surpreendentemente, convidou para substituí-lo o general Bethlem.

Começava a surgir a idéia de novos partidos, apoiada por Geisel, o que acabaria com o bipartidarismo vigente (Arena e MDB).

Em 31 de dezembro de 1977, Geisel comunicou, formalmente, que o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, seria indicado pelo governo candidato à sucessão presidencial.

No dia 8 de abril do ano seguinte, foi homologado pela Arena o nome do general João Baptista de Oliveira Figueiredo para candidato às eleições presidenciais de 15 de outubro desse mesmo ano.

O general Figueiredo foi eleito com 355 votos, contra 225 do general Euler Bentes Monteiro, candidato do MDB.

Geisel continuava a preparar a volta à normalidade democrática. Em 31 de dezembro de 1978, revogou o AI-5, dando um grande passo para a redemocratização plena do País, restabelecendo todas as liberdades fundamentais, inclusive a liberdade de imprensa.

Sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, começavam a acontecer, após 1964, as primeiras greves de metalúrgicos, em São Bernardo do Campo. Despontava no sindicalismo a figura de Lula, operário, com o primeiro grau incompleto.

Empolgado com a idéia de novos partidos, Lula participou das articulações para criar o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1981 e registrado no Superior Tribunal Eleitoral em 10/02/1982.

Um final feliz

Em 1976, eu chefiava a Seção de Operações do CIE. No mês de outubro, o general Antônio da Silva Campos, meu chefe, recebeu do general Reynaldo Mello de Almeida, então comandante do I Ex, um preocupante telefonema.

Segundo o general Reynaldo, uma presa do PCdoB tinha tentado o suicídio, procurando se enforcar com uma meia amarrada ao pescoço. Ele temia que ocorresse um novo caso Herzog.

Por sorte, a cela era monitorada e o agente que a vigiava ouviu um som diferente, como se fosse um ronco.

Dado o alarme, o pessoal de serviço correu à cela e encontrou-a quase morrendo por asfixia. Cortaram a meia que apertava o pescoço, que ficou com uma grande marca.

Foi difícil acalmá-la. Repetia, seguidamente, que queria morrer.

O general Reynaldo pedia a presença de um oficial do CIE para ajudar numa solução para o problema. Fui designado para a missão e, no mesmo dia, viajei ao Rio. Lá chegando, fui direto ao general Reynaldo, com quem conversei longamente. Dessa conversa participou o general Leônidas Pires Gonçalves, seu chefe de Estado-Maior, e o E2.

Imediatamente, fui para a sede do DOI/CODI/ I Ex e, naquela mesma noite, já conversava com a presa. Foi uma longa conversa, que se estendeu até a madrugada. Pedi que se acalmasse e que não mais tentasse o suicídio. Prometi que, no dia seguinte, lá estaria para continuarmos. Cumprindo a promessa, às 8 horas já estávamos conversando.

Nesses diálogos, descobri o carinho e a saudade que ela tinha da mãe. Seu sonho era poder cuidar dela, que já estava com a idade avançada. Desejava, ardentemente, passar com a mãe os últimos anos de vida dela.

Falou-me de seu filho casado e de seus netos.

Creio que ela via em mim uma pessoa amiga, preocupada com o seu estado de saúde e que queria o melhor para ela.

Depois que adquiri sua confiança, ela me deu os endereços e os telefones do filho e da mãe.

O filho residia numa casa, num bairro da Zona Norte, Rio de Janeiro. Não tenho certeza, mas creio que era professor universitário.

Sua mãe morava num edifício, numa rua calma e tranqüila na Praia do Leme.

Depois de alguns dias, fui ao general Reynaldo e sugeri levá-la ao filho e depois, com ele, entregá-la à mãe. O general concordou com a proposta.

Saí à procura do filho. Telefonei e marquei um encontro, na sua própria residência. Passava das 19 horas quando lá cheguei. Ele e a esposa estavam assustados e com medo. Penso que não acreditavam na história que eu contara, pelo telefone, a respeito da mãe. Talvez pensassem que eu estava mentindo e usando um artifício para localizá-la e prendê-la.

Conversamos na calçada da casa. Não me convidaram a entrar. Enquanto conversávamos, alguns vizinhos, talvez avisados pelo casal, nos espreitavam, de longe.

Disse-lhe tudo o que tinha ocorrido com a mãe, desde que fora presa. Esclareci que as autoridades haviam tomado a decisão de colocá-la em liberdade, desde que se comprometesse a não mais manter contato com seus antigos companheiros de militância subversiva.

Pedi-lhe que contasse o que estava acontecendo para sua avó.

Marcamos um dia para o reencontro da presa com seus familiares. No dia previsto, pela manhã, saímos do DOI e nos encontramos com seu filho, na Praia de Ipanema. Dali rumamos, os três, para a Praia do Leme onde, finalmente, ela abraçou a mãe.

Foi um encontro emocionante.

Durante algum tempo, permanecemos em contato com ela. Procurávamos observar o seu comportamento e ver se de fato ela estava agindo conforme prometera, abandonando a subversão e vivendo somente para a família.

Algumas vezes fomos, em companhia de um oficial de operações do DOI, visitá-las. Moravam num apartamento grande, confortável e sua mãe era gentilíssima. Uma senhora agradável que estava sempre com um sorriso nos lábios.

A filha também estava radiante com a nova vida. Com a liberdade e a felicidade de poder viver legalmente, abandonando para sempre a vida infeliz da clandestinidade.

Por questões éticas e em respeito à família, não vou revelar seu nome. Para que não julguem essa história como uma ficção, cito alguns dados para que seus ex-companheiros de subversão, entre eles o historiador Jacob Gorender, a identifiquem.

Caso esteja viva, deve ter, aproximadamente, uns 80 anos.

Codinomes: Hilda ou Isa.

Inicialmente, pertencia ao PCB.

Sempre atuou no Rio de Janeiro.

Em 01/10/1967, num sítio em Niterói, participou da 1ª Reunião Nacional da Corrente Revolucionária.

Nos dias 11 e 12 de abril de 1968, participou da I Conferência Nacional da Corrente Revolucionária que fundou o PCBR. Naquela ocasião, foi eleita membro efetivo do Comitê Central.

Em junho de 1968, juntamente com Armando Teixeira Fructuoso, Geraldo Soares, Manoel Jover Telles e Roberto Martins, ingressou no PCdoB.

Foi presa pelo DOI/CODI/I Ex em outubro de 1976, num aparelho em Vila Valqueire.

No 16º Grupo de Artilharia de Campanha

Com a queda do gabinete do general Frota, inclusive do CIE, do qual eu era o chefe da Seção de Operações, novamente minha vida iria mudar. Exonerado do gabinete, fui nomeado para comandar o 16º Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Foram por água abaixo os sonhos de morar em nossa casa.

Em janeiro de 1978, começamos nova vida. Chegamos a nossa nova casa. Situada em uma esquina, a residência do comandante era acolhedora, tinha um pequeno jardim, excelentes vizinhos e lá vivemos dois anos maravilhosos.

Parte das instalações do quartel era de madeira e já bastante antiga. O pessoal excepcional compensava as deficiências das instalações. O material excelentemente conservado. Noventa e cinco por cento das viaturas disponíveis, os obuseiros 155 mm todos prontos para cumprir sua missão. O local era aprazível, no alto de uma pequena elevação e com muita vegetação.

Sentia-me realizado, como oficial do Exército, comandando uma unidade da minha Arma, a Artilharia, em uma cidade ótima, com um povo acolhedor, alegre e no Rio Grande do Sul.

O Grupo estava sempre "na ponta dos cascos", a instrução ministrada com grande vigor. Nos exercícios em campanha, com tiro real, só recebíamos elogios de nosso comandante da Artilharia Divisionária.

Trouxemos as autoridades civis, a sociedade local e a família dos soldados, praças e oficiais ao quartel. O aniversário da Contra-Revolução de 31 de março, o Dia da Artilharia, o aniversário do 16º GAC, o Dia do Soldado, o Dia da Independência, o Dia do Reservista eram comemorados com o quartel cheio de civis. Nesses dias, depois da solenidade militar, cada uma das quatro Baterias recebia seus convidados.

À noite, nessas mesmas datas, recebíamos a comunidade civil e militar para um jantar.

O Natal era uma festa, com Papai Noel, uma grande árvore-de-natal e presentes para as crianças, seguido de uma festinha no rancho do Grupo.

A reunião mais emocionante, para mim, foi no último ano de meu comando. Divulgamos, por meio dos jornais das cidades próximas, um convite a todos os reservistas do 16º GAC para que, no dia do aniversário do Grupo, viessem ao quartel, "matar a saudade".

Naquela manhã, começaram a chegar os antigos artilheiros. O quartel ficou cheio. Jovens, recém-saídos, senhores de cabelos brancos. As cenas foram as mais emocionantes. Companheiros que serviram juntos há 46 anos, companheiros de turmas recentes, todos se abraçando, lembrando o seu tempo de soldado, alguns com lágrimas nos olhos.

Nesse dia, cheguei cedo ao quartel. Levei, como sempre, minha mulher e minhas filhas para participar das festividades.

Quando chegamos ao portão de entrada, vi um senhor bem idoso que me parecia "perdido" naquele burburinho. Saltei do carro para auxiliá-lo. Nas suas mãos um amarelado certificado de reservista atestava sua passagem naquela unidade.

- Bom-dia, sou o tenente-coronel Ustra, comandante do Grupo. O senhor veio para nossa festa?

- Sim, li o seu convite nas notícias militares do Correio do Pôvo, de Porto Alegre, e resolvi comparecer.

- Ótimo. O senhor não quer ir no carro comigo?

- Não, prefiro ir a pé. O senhor não deve saber, mas há 46 anos passados eu, como soldado, acampei aqui neste local, numa barraca, e auxiliei a levantar este quartel. Eu vi este quartel nascer. Às vezes passava por aqui, primeiro com meus filhos e depois com os meus netos. Há alguns meses, estacionei o meu carro aqui perto e fotografei a entrada do Grupo. Depois desses 46 anos, esta é a primeira vez que vou pisar nesse solo. Prefiro, portanto, subir a pé essa colina.

- Pois eu vou com o senhor. Vamos os dois relembrar, juntos, os seus tempos de soldado.

Nesse dia, o quartel foi deles. Eram mais de 600. Cada um recebeu uma boina azul, a cor da Artilharia, com um distintivo do 16º GAC. Entraram em forma e a festa foi deles, que desfilaram em continência ao general reformado Marcos Kruchin, o mais antigo entre os ex-comandantes presentes. O Hino Nacional e a Canção da Artilharia "explodiram" naqueles peitos vibrantes. Depois, como se o tempo não houvesse passado, eles, seguidos pela nossa tropa, desfilaram pelo quartel, com banda, de boina e tudo o que tinham direito. A cadência, a princípio incerta, logo se tornou uniforme.

Se naquele tempo eu me emocionei imaginando o que eles sentiam, hoje, na reserva, não imagino, sinto toda a vibração e a saudade daqueles soldados quando participo de uma solenidade em um quartel.

Terminada a solenidade militar, no Rancho dos Soldados, por ser o mais amplo, médicos, carpinteiros, advogados, dentistas, operários, funcionários públicos, as mais diversas profissões se acotovelavam para, entre um guaraná, um pastel e um cachorro quente, relembrar a vida na caserna.

Foram dois anos inesquecíveis dos quais tenho as mais gratas lembranças. São Leopoldo é uma cidade gostosa, limpa, com muitos descendentes de alemães e lá passamos anos excepcionais. Minhas filhas freqüentavam as colônias de férias no quartel e aprenderam muito, desde cedo, a respeito do Exército e, a exemplo dos seus pais, passaram também a amá-lo.

Além disso, eu estava perto de Santa Maria e podia visitar os meus pais com mais freqüência.

O tempo de comando é o coroamento da carreira de qualquer oficial. Além de estar assoberbado com os problemas operacionais e administrativos da sua unidade, se envolve com os problemas de seus comandados e às vezes até dos familiares. Nesse período, se solidificam grandes amizades. Até hoje mantenho amizade com ex-soldados, cabos, sargentos, oficiais e generais que foram meus comandados no 16° GAC em São Leopoldo.

Governo João Figueiredo
15/03/1979 - 15/03/1985

João Baptista de Oliveira Figueiredo nasceu em 15/01/1918, no Estado do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar do Realengo. Participou do Movimento Contra-Revolucionário de 1964. Foi chefe da Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Rio de Janeiro (1964-1966); chefe do Estado-Maior do III Exército; chefe do gabinete militar no governo Médici; ministro chefe do SNI no governo Geisel; foi promovido a general-de-brigada em 1969.

Eleito pelo Congresso Nacional, pelo voto indireto, Figueiredo assumiu a Presidência da República em 15/03/1979. A política de distensão lenta e gradual tomou força em seu governo, acelerando o projeto de abertura política, iniciado no governo anterior. Livre da guerrilha rural e urbana, prosseguiu na implantação das medidas liberalizantes que a Nação, a sociedade e a Contra-Revolução aspiravam. João Baptista Figueiredo realizou a difícil tarefa de garantir a transição pacífica do último governo militar para um governo civil.

Em 28 de agosto de 1979, foi aprovada pelo Congresso Nacional, por 206 votos contra 201, a Lei 6.683, conhecida como a Lei da Anistia.

Prosseguindo na implementação do projeto de abertura política, em 22 de novembro desse mesmo ano foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguia o bipartidarismo e instituía o pluripartidarismo. Foram registrados, nessa época, o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 13 de novembro de 1980, foi restabelecida a eleição direta para governadores.

Durante o governo Figueiredo, a crise econômica foi aprofundada, não apenas pelo agravamento da denominada segunda crise do petróleo, com o preço do barril atingindo 42 dólares e comprometendo ainda mais a balança comercial, mas, também, pela elevação dos juros no mercado interno norte-americano (19% ao ano), o que provocou a fuga de recursos aplicados no País.

Ainda em 1980, os metalúrgicos do ABC paulista, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, paralisaram indústrias locais por 41 dias, o que levou a demissões, choques com a polícia, prisões e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional. Lula, nesse período, esteve preso no DOPS, por 31 dias.

No dia 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu dentro de um carro, no estacionamento do RioCentro, no Rio de Janeiro, durante um show em

comemoração ao Dia do Trabalho. As únicas vítimas foram dois militares do Exército que se encontravam no carro. O capitão Wilson Luís Alves Machado, seriamente ferido, e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto na hora.

Em setembro de 1981, o presidente Figueiredo, com problemas cardíacos, afastou-se do governo e foi substituído, por quase dois meses, pelo vice-presidente Aureliano Chaves.

Em 11 de fevereiro de 1982, o PT conseguiu seu registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral. O partido surgiu de lideranças sindicais e congregava inúmeras correntes: sindicalistas; operários; pequenos grupos que, ainda organizados, haviam conseguido sobreviver à repressão; ex-banidos e ex-auto-exilados; membros de antigas organizações subversivas como POC, ALN, VAR-Palmares, MR-8, PCBR e outros.

Em novembro de 1982, realizaram-se eleições diretas para o Congresso Nacional e para os governos estaduais. Essas eleições possibilitaram uma contra-ofensiva dos inimigos da Contra-Revolução, pois auto-exilados, exilados e cassados concorreram nas legendas dos partidos de oposição.

Foram eleitos vereadores, prefeitos, deputados estaduais, governadores, deputados federais e alguns senadores. Na Câmara dos Deputados a oposição, com 245 deputados, obteve a maioria, pois o governo elegeu 235. No Senado o governo obteve a maioria, elegendo 46 senadores, contra 23 da oposição. O PDS, governista, elegeu 12 governadores, o PMBD, 9 e o PDT, 1.

A propaganda política massista encontrou guarida no seio da sociedade. Governadores de importantes estados, eleitos com o apoio da esquerda, nomearam como seus auxiliares ex-militantes de organizações subversivo-terroristas. As universidades receberam reforço de ex-professores banidos e de ex-auto-exilados, que passaram a moldar os pensamentos das novas gerações. Essa situação proporcionou condições excepcionais para o trabalho de massa.

A propaganda das eleições diretas foi utilizada de forma exaustiva, pelos militantes das antigas organizações clandestinas, com slogans e palavras de ordem com críticas aos governos da Contra-Revolução e com a exploração de temas que favoreciam os ex-exilados.

Para a esquerda era a oportunidade de desacreditar o movimento de 1964, de omitir seus êxitos e exagerar seus erros. Era necessário impor à Nação e à sociedade que a abertura política tinha sido concedida pela pressão da esquerda, e não por um objetivo político da Contra-Revolução, acelerado durante o governo Geisel em razão da derrota de todas as organizações que optaram pela luta armada para conquistar o poder e implantar o

marxismo-leninismo. Era preciso convencer a Nação e a sociedade de que a esquerda lutava "novamente pela liberdade" e que o governo, acuado, apenas cedia.

Ao mesmo tempo, ex-subversivos e ex-terroristas infiltrados em todos os movimentos da sociedade, em ONGs especialmente criadas para defender os chamados movimentos sociais, faziam a sua parte. Derrotáramos a luta armada e o terrorismo, mas nos omitimos na batalha das comunicações. Respeitando a Lei da Anistia, ficamos calados. O revanchismo com isso se intensificou.

Em 1983, uma frente única reuniu os partidos e entidades de oposição numa campanha por todo o País, reivindicando eleições diretas para presidente da República. O movimento ficou conhecido como "Diretas Já". A emenda de autoria do deputado do PMDB Dante de Oliveira foi derrotada pelo Congresso em 25 de abril de 1984.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República, pelo Colégio Eleitoral, tendo como vice-presidente José Sarney, recém-saído do PDS e filiado ao PMDB. O Partido dos Trabalhadores recusou-se a participar dessa eleição, por considerá-la uma farsa, erro evidenciado quando foi eleito um candidato da oposição.

Foi, talvez, o primeiro de uma série de erros políticos desse partido que alardeava ser diferente dos demais, como verdadeira vestal da moralidade e paladino da ética.

Lei de Anistia

A Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, assinada no governo Figueiredo, concedia a todos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, a anistia ampla e irrestrita. Proporcionando a todos os brasileiros que direta ou indiretamente haviam participado do movimento subversivo e da luta armada, aos banidos e aos que se exilaram voluntariamente, fugindo do País, o direito de retorno ao Brasil, além da extinção dos processos a que estavam respondendo.

Excetuavam-se desses benefícios os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentados pessoais - entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

A anistia beneficiou, além de 130 banidos (exilados - trocados pelas vidas de membros do corpo diplomático seqüestrados por terroristas -, 4.522 que se auto-exilaram, para escaparem de processos por subversão. Além desses, também foram beneficiados por ela 52 outras pessoas que

estavam presas, das quais 17 libertadas imediatamente e 35 depois de uma análise mais detalhada de seus processos.

Em primeiro de novembro de 1979, os primeiros auto-exilados e exilados começaram a voltar.

Determinava a lei que todos os anistiados poderiam, no período de 120 dias seguintes da sua publicação, requerer seu retorno ao serviço e, em caso de concessão do benefício, seriam readmitidos sempre no mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o beneficiado civil ou militar ocupava na data de seu afastamento.

O tempo de afastamento dos servidores civis e militares reaproveitados seria contado como tempo de serviço ativo, para fins de aposentadoria.

Eram restituídos todos os direitos políticos.

Em caso do servidor ter falecido, também era garantido aos seus dependentes o direito das vantagens que lhe seriam devidas caso fosse vivo.

A lei também garantia anistia aos empregados de empresas privadas que por motivo de participação em greves houvessem sido demitidos.

Como todos os artigos dessa lei, o artigo 11 é claro e diz textualmente:

> "Essa Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições atrasadas, indenizações, promoções ou ressarcimentos."

Não seria o que iria acontecer, na medida em que "os perseguidos políticos" iam assumindo o poder.

A anistia, claramente, tornou-se via de mão-única, em direção às esquerdas e aos esquerdistas vencidos na luta ideológica.

Não se tornou conquista do povo brasileiro, como sonharam os seus formuladores, mas instrumento de um revanchismo imoral.

"Julgamento da Revolução"

Vinte anos depois da Contra- Revolução, totalmente livre da censura à imprensa, o jornal *O Globo* publicou, em 07/10/1984, o seguinte editorial, assinado por Roberto Marinho, onde ressalta os méritos do regime militar.

> "Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.
>
> Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento' ou 'golpe' com o qual não estaríamos solidários.
>
> *O Globo*, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia, e progresso econômico e social do País. Em 1964, teria de unir-se aos companheiros jornalistas de jornadas anteriores, aos 'tenentes e bacharéis' que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, aos quais sob a pressão de grandes marchas populares, mudando o curso de nossa história.
>
> Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10 %. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96 % para 12,6 % ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas

taxas de juros, impondo-nos uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjunção de fatores que violaram a administração de nossas contas externas obrigou- nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a sociedade e o governo brasileiros deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar das dificuldades, reduzir de 80% para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões para 45 milhões, 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.

O presidente Castello Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a Revolução visava " à arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política". Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do presidente para decretar o fechamento do Congresso e a intervenção nos estados, fora das determinações constitucionais. Perdia o Executivo as atribuições de suspender os direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I. (Comissão Geral de Inquéritos)

e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

Enquanto vários líderes oposicionistas pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como 'meros paliativos', o então deputado Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental 'foi além do esperado'.

Ao assumir o governo, o presidente FIgueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para governadores dos estados, a colaboração federal com os novos governos oposicionistas na defesa dos interesses maiores da coletividade, são demonstrações de que o presidente não falou em vão.

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto-limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964.

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final."

Brasília - Uruguai - Brasília

No início de 1980, de São Leopoldo viemos para Brasília e voltamos a morar na 103 Norte, uma quadra residencial do Exército. O apartamento era excelente, mas sentíamos falta do jardim pequeno, mas bem tratado, e da casa do comandante. Além disso, desejávamos morar na nossa própria casa que, por questões financeiras, era preciso manter alugada.

Fui designado para servir no Estado-Maior do Exército.

Pouco a pouco nossa vida foi entrando na rotina. Joseíta voltou ao trabalho, as crianças às suas vidinhas de sempre e o restante seguia tranqüilo no seu curso. Economizávamos para que, ao término do contrato, pudéssemos realizar o nosso sonho - morar na nossa casa, comprada em 1977.

Em 1982, o inquilino se mudou. Fizemos uma pintura e, em agosto, nos mudamos para o Lago Norte que ainda era bastante deserto. Nossa rua não era asfaltada. Tínhamos pouquíssimos móveis, pois, desde que saímos de São Paulo, todas as residências funcionais em que moramos eram mobiliadas. Apesar das dificuldades iniciais, fomos felizes.

Aos poucos íamos comprando o essencial. Planejamos nossas vidas para em, no máximo três anos, estar com a casa toda arrumada. Como sempre, na vida de militar, não se pode fazer planos para prazo tão longo...

Em 1983, menos de seis meses depois da mudança, entrei na faixa dos oficiais que seriam submetidos à apreciação para uma missão no exterior.

Existia uma Portaria Ministerial que regulava a seleção de todos os candidatos que iam representar o Exército em outros países.

Eram quesitos básicos para contagem de pontos:

1. Tempo como oficial de Estado-Maior;
2. Organizações militares onde serviu;
3. Vivência no território nacional;
4. Ter sido instrutor em estabelecimentos de ensino;
5. Condecorações;
6. Comando; e
7. Arregimentação.

Quando o Estado-Maior fez a seleção, entre mais de 50 candidatos, eu estava em terceiro lugar. Foram enviados ao ministro Walter Pires os 15 primeiros nomes selecionados.

Na ocasião, iriam vagar as aditâncias do Peru, Equador, Portugal, Itália e Uruguai.

Fui nomeado adido militar junto à Embaixada do Brasil no Uruguai e, de novo, nossa vida iria mudar. Ficamos pouco tempo em nossa casa que outra vez foi alugada. Minha mulher novamente pediu licença sem vencimentos e fomos morar em Montevidéu, o que me alegrou bastante, porque meu avô paterno era uruguaio. Além disso, esse país é próximo de Santa Maria, onde meus pais, já idosos, minha irmã e outros parentes continuavam morando.

Em dezembro de 1983 já estava em Montevidéu. Fomos morar em uma casa no bairro de Carrasco e, no segundo ano, por não agüentarmos o frio, mudamos para um excelente apartamento, em Pocitos.

Foi uma experiência totalmente diferente da vida que estávamos acostumados. Muitos contatos, muitas recepções. Relatórios e mais relatórios.

Já havia algum tempo a esquerda radical, derrotada na luta armada, usava outras armas: a mentira e a calúnia. Setores da mídia davam guarida ao revanchismo que era cada vez mais crescente.

Alguns militantes de esquerda, ex-subversivos, ex-terroristas e até simpatizantes da guerrilha derrotada, jamais se conformaram com a minha nomeação, pelo presidente João Figueiredo, para adido no Uruguai e estavam à espreita.

Logo após ter assumido as minhas funções no Uruguai, Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, durante o Jornal Nacional da Rede Globo, no horário reservado às notícias do Rio Grande do Sul, sem nenhuma comprovação, aventou a hipótese de minha participação no seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias.

Argumentos usados por Jair Krischke para me acusar:

- eu comandara o DOI/CODI/II Exército;

- era amigo do delegado Pedro Carlos Seelig que, segundo ele, participara do seqüestro;

- era amigo do cel Átila Rohrsertz que, também, segundo ele, estava envolvido; e

- na ocasião do seqüestro eu comandava o 16º GAC, em São Leopoldo, que estava muito próximo de Porto Alegre.

Realmente, eu era e sou amigo do delegado Pedro Seelig e do cel Átila Rohrsetzer e, na ocasião, comandava o 16º GAC. Mas isso não era suficiente para que Jair Krischke me acusasse de ter participado desse seqüestro, do qual só tomei conhecimento por meio da imprensa.

Jamais estive em contato com Lílian Celiberti e Universindo Dias.

Lílian Celiberti já tinha sido libertada e residia no Uruguai, quando eu, adido no país, comecei a sofrer a torpe campanha que, ao que parece, tentava me desestabilizar no cargo.

Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, esqueceu os meus direitos ao, levianamente, me acusar apenas por deduções.

Mas não ia ficar apenas nisso, o revanchismo continuaria, como continua até os dias de hoje.

Já estávamos havia 18 meses em Montevidéu e sentíamos saudades do Brasil, dos amigos, do nosso dia-a-dia, quando recebemos a grata notícia da visita oficial do nosso presidente, José Sarney, ao Uruguai.

Todos ficamos satisfeitos. Seria como se víssemos um pouco do Brasil na pessoa do presidente.

Mal sabia que nova trama estava sendo armada.

A ocasião seria oportuna para atingir, não só a mim, mas, também, o Exército, considerando que a proximidade do Dia do Soldado contribuiria para dar maior repercussão ao fato.

Para facilitar seus intentos, foi fácil incluir na comitiva presidencial a deputada federal Bete Mendes - a "Rosa" da VAR-Palmares -, na ocasião sem partido. Ela estivera presa no DOI no período que comandei esse órgão. Acusar-me de tê-la torturado daria mais credibilidade à denúncia. Era a pessoa certa, pois estava protegida por imunidades parlamentares.

A visita do presidente da República a um país amigo, onde o adido do Exército seria acusado de torturador, por um membro da sua comitiva, uma deputada federal, seria uma oportunidade ímpar que jamais poderiam perder. A repercussão seria internacional.

A farsa foi montada em seus mínimos detalhes.

Chegou o tão esperado dia, segunda-feira, 12 de agosto de 1985.

Na pista do Aeroporto de Carrasco, em linha, junto com suas esposas, estavam os diplomatas da Embaixada e do Consulado do Brasil, o adido naval, o adido da Aeronáutica e eu, adido do Exército.

A visita do presidente Sarney transcorreu na mais perfeita normalidade. Como adido, compareci a todas as solenidades oficiais em homenagem ao presidente.

Somente em duas delas tive um rápido contato com a deputada, ambas no dia 13 de agosto, terça-feira.

Às 12 horas, durante um coquetel na Embaixada do Brasil, quando nos reconhecemos, nos cumprimentamos educadamente e trocamos algumas palavras protocolares. Ela mostrou satisfação por me reencontrar. Disse que tinha uma grata recordação da minha pessoa, pois, segundo ela, eu havia mudado sua vida que, antes, era um inferno. Combinamos que à noite,

durante a recepção ao presidente Sarney, atendendo a seu pedido, a apresentaria à minha mulher. Mal sabia que, na verdade, ela, sorrateiramente, montava uma armadilha.

À noite, quando o presidente Sarney e D. Marli ofereceram uma recepção ao presidente Julio Maria Sanguinetti e senhora, como havia prometido, apresentei-lhe minha mulher.

No dia 14 de agosto, o presidente Sarney e sua comitiva regressaram ao Brasil.

Bete Mendes, a atriz

Sábado, 17 de agosto.

Às 7h30, fomos despertados por um telefonema de minha mãe, aflita, que quase sem poder se explicar, perguntava o que acontecera comigo e uma atriz, pois as rádios estavam anunciando a minha exoneração do cargo e o meu retorno imediato ao Brasil. Tranqüilizei-a, dizendo-lhe que nada de anormal acontecera.

Antes do café, abri o jornal *El Pais* e, surpreso, li:

> *"BRASIL CESA AGREGADO MILITAR ACUSADO DE TORTURA"*
>
> Brasília (16) - (EFE) - El Agregado Militar brasileno em Uruguai, Coronel de Caballeria (sic) Brilhante Ustra, fué cesado hoy después de ser acusado por la Diputada Bete Mendes, que formaba parte de la comitiva presidencial que visitó esa semana Montevideo."

No jornal *La Mañana* também leio a seguinte manchete:

> *"Sarney destituye Agregado em Uruguay"*

Fico atônito!

Minha mulher, calma, me disse: "Recorte este artigo do jornal, mande para Bete Mendes que ela desmentirá".

O telefone tocou novamente. Era meu irmão que, do Rio de Janeiro, me contou todo o caso - as manchetes de jornais, a ida da deputada à televisão, sua carta ao presidente.

Bete Mendes representava, no retorno ao Brasil, a mais convincente interpretação da sua vida artística. Aos prantos, em entrevista a vários jornais, tornou pública a farsa planejada, a de vítima torturada.

Fui à Chancelaria, entrei em contato com os meus chefes em Brasília e recebi orientação: permanecer calado, não atender a repórteres e aguardar instruções.

Sábado e domingo o telefone não parou de tocar. Eram amigos de todas as partes, solidários comigo.

Raciocinei. Sirvo de "bode expiatório" em mais uma tentativa para denegrir a imagem do Exército.

Se no Uruguai a repercussão foi grande, no Brasil foi muito maior. As manchetes dos principais jornais deram destaque às lágrimas da atriz.

Jornal do Brasil - 17 de agosto - *Adido no Uruguai era o temido "Major Tibiriçá".*

Jornal do Brasil - 17 de agosto - *"Coronel que torturou Bete Mendes não é mais adido".*

Zero Hora - 17 de agosto - *"Sarney afasta o coronel torturador".*

Correio Braziliense - 17 de agosto - *"Atriz pensou que fosse um fã".*

Zero Hora - 18 de agosto - *"Ustra, o coronel torturador, some da embaixada brasileira".*

Veja - 21 de agosto - *"O amargo reencontro - Quinze anos mais tarde, deputada reconhece em Montevidéu militar que a torturou".*

Em minha cidade natal, Santa Maria, o jornal local *A Razão* também escreveu sobre o assunto: *"Denúncia de torturas surpreende amigos de Brilhante Ustra".*

Em 17 de agosto a imprensa publicou a seguinte carta de Bete Mendes ao presidente José Sarney:

> "Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a Vossa Excelência pelo honroso convite com o qual fui distinguida para acompanhar a sua comitiva ao Uruguai. Oportunidade ímpar e que me possibilitou o conhecimento e o testemunho do desvelo com que Vossa Excelência trata as questões maiores da nossa República. Não fosse isso o bastante, tive, ainda, o privilegio de conviver horas agradáveis com um grupo seleto de autoridades do nosso País e, principalmente, de compartilhar da companhia inteligente, serena e agradável de dona Marli.
>
> No entanto, Presidente, não posso calar-me diante da constatação de uma realidade que reabriu em mim profunda e dolorosa ferida. Na Embaixada do Brasil no Uruguai serve como adido Militar o Coronel Brilhante Ustra, personagem famoso do regime passado por sua disposição firme em comandar e participar de sessões de

tortura a presos políticos. Digo-o, Presidente, com conhecimento de causa: **fui torturada por ele.** (O grifo é do autor)

Imagine, pois Vossa Excelência, o quanto foi difícil para mim manter a aparência tranqüila e cordial exigida pelas normas do cerimonial. Pior que o fato de reconhecer o meu antigo torturador foi ter que suportá-lo, seguidamente, a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento.

Felizmente, Presidente, consegui arrancar do mais profundo do meu ser a tranqüilidade e o equilíbrio necessários. A viagem comandada por Vossa Excelência teve êxito pleno. Firma-se, com certeza, na América Latina a liderança do Brasil graças ao descortino político e firmeza de ação de seu Presidente.

No entanto, Excelência, de volta ao solo pátrio, descubro não ter mais o direito ao silêncio. Estão presentes, de novo, os fantasmas de um passado recente, onde os meus gritos se confundiram com os gritos de outros torturados, onde minhas lágrimas ou foram de revolta ou simplesmente para chorar aqueles que não resistiram à violência dos "patriotas" encapuzados cuja ação, na suposta defesa dos interesses maiores do Estado, só se manifestavam na segurança das masmorras e na certeza da impunidade.

Presidente, sei que muitas vozes se levantarão na lembrança da anistia. Lembro, porém que a anistia não tornou desnecessária a saneadora conjunção de esforços de toda a Nação com o objetivo de instalar uma nova ordem política no País. O arbítrio cedeu lugar ao diálogo democrático. A Nova República, sonho de ontem, é a realidade palpável de hoje. Mas ela não se consolidará se no atual Governo, aqui ou alhures, elementos como o Coronel Brilhante Ustra estiverem infiltrados em quaisquer cargos ou funções ainda que insignificantes, o que, diga-se, não é o caso.

Não creio que Vossa Excelência soubesse de tal fato. Por isso denuncio-o aqui. E peço como vítima, como cidadã e como Deputada Federal - cujo voto incondicional em 15 de janeiro foi a prova maior de sua confiança nos propósitos da Aliança Democrática - providências imediatas e enérgicas que culminem com o afastamento desse militar das funções que desempenha no vizinho país. Tenho certeza, Excelência, que uma determinação sua nesse sentido significará, antes de tudo, uma demonstração ao sofrimento dos milhares de brasileiros e uruguaios que acabam de despertar

de uma longa noite de arbítrio na qual a tortura e os torturadores fizeram parte de uma grotesca, triste e dolorosa realidade.

Por uma questão de interesse de toda a Nação reservo-me o direito, tão logo esta carta chegue às suas mãos, de torná-la de conhecimento do povo brasileiro através da imprensa.

BETE MENDES"

Bete Mendes extasiava-se com a repercussão de suas entrevistas e declarações à imprensa escrita, falada e televisada, após regressar do Uruguai.

Com atuação medíocre no Congresso Nacional, expulsa do Partido dos Trabalhadores e sem partido, Bete Mendes voltou a ser atriz e meteoricamente tornou-se uma celebridade nacional.

A deputada não media palavras nem economizava acusações. O sucesso subia à cabeça e a estimulava a novas entrevistas e declarações.

A imprensa em geral, ávida pelo sensacionalismo e ansiosa por reproduzir e divulgar as palavras da "Rosa" da VAR-Palmares, não se preocupou em pesquisar e verificar a veracidade do que publicava, como se fosse solidária com a acusadora.

Foi um coro uníssono da imprensa. No Congresso o assunto era o tema principal. Nenhum parlamentar, que eu saiba, cogitou averiguar se as denúncias eram verdadeiras.

As portas se abriam para "Rosa". Cortejada por partidos políticos, filiou-se àquele que lhe permitiria, novamente, candidatar-se em 1989.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não se deixou envolver pela ação revanchista da esquerda. Como um verdadeiro chefe militar assumiu a minha defesa e, além de me manter no cargo, no dia 19 de agosto de 1985, determinou ao Centro de Comunicação do Exército que transmitisse a todos os escalões subordinados o seguinte comunicado:

"A deputada Elizabeth Mendes de Oliveira fez divulgar, através da Imprensa, carta aberta ao Exmo Sr. Presidente da Republica, contendo acusações ao Cel Art Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido do Exército junto à embaixada do Brasil no Uruguai. Declarou-se ainda constrangida com as atitudes e tratamento a ela dispensados pelo referido oficial, nas diversas ocasiões em que se encontraram durante a recente visita presidencial àquele país. Concluiu solicitando o imediato afastamento do Cel Ustra do cargo que atualmente exerce no exterior.

O Cel Ustra foi nomeado para exercer o cargo de adido do Exército no Uruguai, em junho de 1983, decorrente de seleção baseada no mérito profissional. Assumiu a referida comissão, que tem a duração de 2 anos, em dezembro de 1983. Como a nomeação para missões para o exterior é feita com 6 meses de antecedência, o Cel Ustra foi exonerado daquelas funções por decreto presidencial, datado de 10 de julho de 1985, devendo ser substituído em dezembro de 1985.

Durante a visita ao Uruguai do Exmo Sr Presidente da Republica, cuja comitiva a deputada Elizabeth Mendes integrou, ocorreu o reconhecimento mútuo entre o coronel e a parlamentar, antiga militante de organização terrorista. Na ocasião, o tratamento entre ambos transcorreu de acordo com as normas sociais, funcionais e diplomáticas exigidas pelas circunstâncias e em todas as oportunidades subseqüentes permaneceu o tratamento cordial, o que pode ser atestado por funcionários da nossa embaixada naquele pais. Em nenhum momento o coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado.

Seu comportamento modificou-se, queremos crer, em conseqüência da pressão dos mesmos grupos que vêm radicalizando posições da Imprensa e de pronunciamentos de alguns parlamentares.

O Senhor Ministro quer deixar claro que:

- O Cel Ustra é o nosso Adiex no Uruguai, goza de nossa confiança e permanecerá até completar o período regulamentar.

- Aqueles que atuaram patrioticamente contra subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa Instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida.

- O Exército continua sendo um todo solidário e assim contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras. Jamais será atingido por palavras e atos retaliatórios por algum daqueles que ontem o obrigaram a sair dos seus quartéis para que a Nação não trilhasse caminhos ideológicos indesejados pelo povo.

O Senhor Ministro determina a retransmissão urgente do presente Informex a todos os escalões subordinados e que seja dado conhecimento a todo o pessoal.

General de Brigada Ruperto Clodoaldo Alves Pinto, Chefe do CComSEx."

As acusações e as mentiras não tinham fim nem limites no tempo, no espaço e na sua consciência. Bete Mendes não se esqueceu e aplicava, com

maestria, os conhecimentos, as orientações e a doutrinação político-ideológica recebida daqueles que a recrutaram para a subversão. A ambição lhe embotava a mente e reduzia a sua capacidade de refletir. "Rosa", no auge de seu delírio tornou-se incapaz de perceber o momento em que atingiu a tênue linha divisória entre a subjetividade, que não recomenda justificativas e desmentidos, e a objetividade, que permite respostas claras, incisivas e consistentes e resolveu continuar.

Contrapondo ao Comunicado do Centro de Comunicação Social do Exército, Bete Mendes, não tendo conseguido um dos seus objetivos, o de destituir-me do cargo, leu na Câmara dos Deputados, no dia 28 de agosto de 1985, a carta abaixo que enviara ao nosso ministro.

> "Brasília, 27 de agosto de 1985.
>
> Senhor Ministro
>
> A propósito do Comunicado Reservado do CComSEx, assinado pelo General Clodoaldo Pinto, venho, pela presente, esclarecer a Vossa Excelência que:
>
> 1 - Reafirmo integralmente o texto da carta que enviei ao Presidente José Sarney, em 15 do corrente, relatando o encontro que tive com o Coronel Brilhante Ustra no Uruguai.
>
> 2 - Repudio, pois, com veemência, a afirmação contida no referido comunicado de seguinte teor:
>
> "... em nenhum momento o Coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado."
>
> Por mais uma vez, Senhor Ministro, o Coronel acercou-se de mim tratando-me com amabilidade, tentando justificar sua participação no episódio e desculpando-se por "ter cumprido ordens"e por "ter sido levado pelas circunstâncias de um momento histórico". Quando o comunicado do CComSEx invoca testemunho dos funcionários da Embaixada Brasileira no Uruguai, certamente o faz desconhecer que desses funcionários recebi um cartão, no qual se referem comovidos ao que chamam meu gesto de perdão."
>
> 3 - Repudio, ainda, Senhor Ministro, a insinuação de ter "modificado" meu comportamento. A educação e o respeito às normas diplomáticas evidenciadas no meu procedimento em Montevidéu não impediram que, no recesso de meus aposentos, ainda no Uruguai, eu escrevesse a carta que fiz chegar ao Presidente Sarney, menos de 24 horas após nosso retorno ao Brasil.

4 - Dito isso, Senhor Ministro, torna-se necessário rememorar alguns fatos, embora seja muito doloroso. Como afirmei ao Presidente Sarney, remete-me no passado, quando fui seqüestrada, presa e torturada nas dependências do DOI-CODI do II Exército, onde o Major Brilhante Ustra (Dr. Tibiriçá) comandava sessões de choque elétrico, pau-de-arara, "afogamento", além do tradicional "amaciamento" na base dos "simples" tapas, alternado com tortura psicológica. Tive sorte, reconheço, Senhor Ministro: depois de tudo, fui julgada e considerada inocente em todas as instâncias da Justiça Militar que, por isso, me absolveu; ***e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas de desaparecidos?*** (O grifo é do autor)

5 - Diz o comunicado do CComSEx que "... aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito da nossa instituição..." Reconheço que a anistia - pela qual lutei, já absolvida (portanto, sem dela necessitar) - como foi aprovada é lei que deve alcançar os dois lados. O que não faço, todavia, é calar-me ante a lamentável premiação, resultante do tratamento como herói, pelo Governo anterior, a um torturador de inocentes, assim considerados pela Justiça Militar.

Senhor Ministro, quero ressaltar que, como cidadã e parlamentar, nenhum ato meu aponta para qualquer tipo de ofensa às Forças Armadas. Pelo contrário, inclusive nesse gesto agora não perfeitamente compreendido, está evidente a preocupação que tive e tenho de defender e fortalecer as instituições para a conquista e preservação da democracia. As Forças Armadas brasileiras, como instituições guardiãs dessa ordem democrática teve, tem e terá meu profundo respeito e sincero acatamento.

A jovem estudante de 1970 ficou calada durante 15 anos - elegeu-se, como registra a imprensa, sem a "bandeira" de vitima. No congresso, em 30 meses de mandato, jamais defendeu qualquer medida revanchista. Hoje, no entanto, também em respeito à memória dos que morreram sob tortura, executados sem direito a julgamento, é obrigada a reclamar e exigir providências.

Tenho certeza de que nas fileiras do Exército, da Aeronáutica e da Marinha é extraordinariamente majoritário o numero de militares dignos, honrados, profissionais inteligentes, cultos e, portanto, capazes de ocupar cargos no exterior sem comprometer a imagem democrática do nosso país.

Senhor Ministro. Perante a nação, ontem, assim como hoje e diante da história de sempre, nada tenho que me condene. Não renego meu passado, e numa linha de coerência com ele, construo o meu futuro. A carta ao Presidente Sarney, tanto quanto esta, há de servir como testemunho da minha ação firme na defesa dos ideais pelos quais sempre lutei. O que considerei necessário e correto eu fiz. Daqui pra frente só me resta aguardar eventuais providências. As decisões a respeito fogem à minha competência e ao Poder Legislativo.

Nada mais, pois, tenho a falar ou fazer.

Bete Mendes

Deputada Federal."

Eu me sentia impotente. Não poderia, por força do Regulamento Disciplinar do Exército, ir para a imprensa desmentir Bete Mendes e nem mesmo processá-la por calúnia, já que, como Deputada, possuía imunidades.

Esperei completar o tempo da missão, pois uma polêmica, na minha posição no exterior, não seria adequada.

Quando retornei ao Brasil, em janeiro de 1986, após o encerramento normal da minha missão como Adido do Exército, continuei a sofrer acusações que se reportavam ao escândalo forjado pela deputada. Esta, durante a campanha para a sua reeleição, usava a farsa continuando a me acusar.

Não poderia ficar calado, não por revanchismo, mas pela minha honra, pela minha família e pelo próprio Exército. Só havia uma solução: escrever um livro que consegui publicar em 1987 - *Rompendo o Silêncio* - cujo principal objetivo foi desmentir Bete Mendes.

O livro teve três edições - num total de 10 000 exemplares - e foi muito comentado em manchetes nos jornais, revistas e TV. A primeira edição, de 3 000 exemplares, esgotou-se em uma semana. Em menos de três meses as três edições se esgotaram. Assim, a divulgação foi bastante acentuada.

Naquela ocasião, escrevi o livro praticamente sozinho. Só contei com o apoio de minha mulher e de alguns poucos amigos. Do Exército não recebi nada nessa empreitada, nem em documentos, nem em propaganda.

Quando o publiquei, a esquerda pediu ao ministro do Exército a minha prisão por tê-lo escrito. Uma jornalista de um dos principais jornais de Brasília chegou a pedir a minha expulsão do Exército. Em Santa Maria, minha terra natal, a Câmara de Vereadores me declarou "*persona non grata*". Tudo como se eu não tivesse o direito de defender meu nome e o nome de minha família, diante de uma acusação falsa - aliás argumento usado pelo

ministro Leônidas Pires Gonçalves, quando uma jornalista alegava que eu deveria ser punido.

O livro foi o único caminho que tive para provar que, tanto eu como o Exército, estávamos sendo alvo de uma das mais sórdidas campanhas de revanchismo montada pela esquerda radical.

O revanchismo se acentuava. Associações de Direitos Humanos, órgãos de classe e sindicatos mostravam-se indignados porque o meu nome, entre o de outros coronéis, fora levado à consideração do Alto Comando do Exército para escolha dos futuros generais. A orquestração na imprensa continuou num crescendo. Muitos ex-terroristas e ex-subversivos que estiveram presos e parentes de mortos na luta armada, se uniram. As palavras deles passaram a ser a única verdade.

Em que pese ter comprovado, exaustivamente, a farsa montada com a cooperação da deputada Bete Mendes, setores da imprensa continuaram dando a ela todo o crédito e publicando a sua versão. Nunca procuraram provas para ver quem estava mentindo nessa história. As que apresentei sempre foram ignoradas.

Já que o livro *Rompendo o Silêncio* está esgotado e os direitos autorais são totalmente meus, não podendo, portanto, continuar a ser comercializado por ninguém, resolvi, em *A Verdade Sufocada*, fazer um resumo dos fatos e a rebater, novamente, as mentiras da atriz.

Desmentindo Bete Mendes

1. Bete Mendes começou a mentir ao comentar a chegada no Aeroporto de Carrasco, aos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* de 17/08/1985, quando declarou que:

> "...ao desembarcar nós nos reconhecemos instaneamente, que ela levou um choque, mas, mesmo assim, estendeu a mão para me cumprimentar."

Mentira! O protocolo no Aeroporto de Carrasco foi seguido à risca. O avião pousa, descem o presidente Sarney e dona Marly, seguidos dos demais integrantes da comitiva: ministros, membros do Congresso Nacional, diplomatas do Itamarati.

O presidente Júlio Maria Sanguinetti e sua esposa estão junto à escada do avião para saudar o presidente Sarney e senhora.

Nós continuamos distantes, na fila de cumprimentos de um lado os diplomatas brasileiros, os adidos da Marinha, Exército e Aeronáutica e esposas. Do outro lado, as autoridades uruguaias. No centro, um estrado coberto por um tapete vermelho.

Após as honras militares, os dois presidentes com suas esposas seguem para o lugar de honra, o estrado coberto com o tapete vermelho, onde serão cumprimentados pelas autoridades brasileiras residentes no Uruguai e a seguir pelas autoridades uruguaias.

Enquanto isso, os outros membros da comitiva presidencial, inclusive Bete Mendes, após o desembarque - sem passar pelas autoridades uruguaias e brasileiras que aguardavam perfilados para cumprimentar o presidente - foram para a sala VIP, seguindo diretamente para o hotel.

2. Em sua carta ao presidente Sarney escreveu:

> "... ter que suportá-lo, seguidamente, a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento."

Mentira! Não tinha motivos para procurá-la insistentemente, nem para me justificar e, muito menos, para pedir desculpas por "violências" cometidas contra pessoas indefesas. Pelo contrário, ela e os presos da VAR-Palmares haviam sido bem tratados; eu havia deposto em juízo em favor dela e dos outros jovens e a meu pedido eles não foram para o Presídio Tiradentes. Responderam ao processo em liberdade (Ver "VAR-Palmares e os jovens").

3. Na mesma carta ao presidente escreveu:

> "... fui torturada por ele."

No jornal *O Globo* de 17/08/1985, reafirma:

> "...durante a prisão sofreu torturas físicas e psicológicas de todos os tipos."

Mentira! A representante do Juizado de Menores Zuleika Sucupira não teria declarado à imprensa os bons tratos que os jovens tiveram.

Bete Mendes, na Justiça, não usou o argumento de que confessara sob tortura. Um procedimento seguido pela maioria dos presos submetidos a processo, para se livrarem da condenação.

Bete Mendes quando assumiu seu mandato pelo PT poderia, perfeitamente, em Plenário, ter denunciado as "torturas" que sofreu.

Porque denunciá-las somente 15 anos depois, quando, sem partido, precisava de projeção?

4. Ao jornal *O Globo* de 17/08/1985, declarou:

> "...parentes seus foram presos e torturados."

À revista *Veja*, 21/08/1985:

> "... seus pais também foram detidos e ameaçados de tortura."

Mentira! Seus pais estiveram no DOI duas vezes, juntamente com os pais dos outros jovens, para assistirem à palestra que lhes fiz e para receberem Bete Mendes.

Compareceram espontaneamente ao programa de Blota Júnior, na TV Tupi.

Quanto aos parentes que foram presos e torturados, gostaria que ela citasse, pelo menos, o nome de um deles.

Nunca um parente de militante, que não estivesse implicado em subversão, foi preso ou detido.

5. Em entrevista ao jornal *O Pasquim*, de 17/02/1976 disse:

> "...A minha organização não participava de nenhuma ação

Militantes de sua organização - Carlos Alberto Salles, Hélio Silva e Lígia Maria Salgado Nóbrega - assassinaram, no dia 5 de fevereiro de 1972, o marinheiro David A.Cuthberg, da flotilha inglesa, que visitava o Rio de Janeiro, sob a justificativa de que ele era um representante do imperialismo.

Também foi a organização de Bete Mendes que seqüestrou e desviou para Cuba o Caravelle da Cruzeiro do Sul em 01/01/1970.

Em 25/02/1973, dois militantes da VAR-Palmares participaram do assassinato do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior.

Mas, mesmo sendo do Setor de Inteligência dessa organização, quando chegou presa, ninguém deu tiros para o alto. Primeiro, porque nossas instalações estavam cercadas de edifícios e tiros para o alto poderiam atingir nossos vizinhos. Além disso, comemorar o quê? A prisão de meninos e meninas, menores de idade e uma jovem de 21 anos, todos assustados por terem sido presos?

6. Em entrevista ao jornal *O Globo*, em 17/08/1985, declarou:

> "...testemunhara o desaparecimento de pessoas que passaram pelas mãos do coronel Brilhante Ustra."

Na carta ao Ministro do Exército, em 27/08/1985, escreveu:

> "...e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas de desaparecidos?"

Mentira! Após consultar os livros e publicações lançados pela esquerda e as listas de desaparecidos elaboradas pelas organizações de esquerda e de Direitos Humanos, encontrei o nome das cinco pessoas relacionadas abaixo que, segundo as fontes consultadas, teriam "desaparecido" nos seguintes locais e datas:

- Mário Alves de Souza Vieira, no Rio de Janeiro, em 16/01/1970;
- Antônio dos Três Rios Oliveira, em São Paulo, em 10/05/1970;
- Marco Antônio Dias Batista, em Goiás, em maio de 1970;
- Jorge Leal Gonçalves Pereira, no Rio de Janeiro, em outubro de 1970; e
- Celso Gilberto de Oliveira, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1970;

Como se pode verificar, o único "desaparecimento" no ano de 1970, em São Paulo, teria ocorrido em 10 de maio. Bete Mendes esteve presa no período de 29/09/1970 a 16/10/1970. Conseqüentemente, os mortos que

ela afirma ter visto nunca existiram. Portanto, ela mentiu e faltou com o decoro parlamentar quando, usando a tribuna da Câmara, fez acusações caluniosas em proveito próprio e em benefício da sua causa comunista, sendo acolhida como heroína pelo Congresso e pela imprensa.

7. Em entrevista à revista *Veja,* em 21/08/1985, disse:

> "...que o corpo de um amigo, morto a pancadas foi lhe mostrado estendido em uma maca para desequilibrá-la emocionalmente."

Mentira! Desde que assumi o comando do DOI, em 29/09/1970 - mesmo dia da prisão de Bete Mendes - até 05/12/1970, quando em combate morreram Yoshitame Fujimore e Edson Neves Quaresma, (ver "Batismo de Sangue") não houve, em São Paulo, nenhuma morte atribuída ao DOI. Todos os livros e demais publicações de esquerda também citam essas mortes como sendo as primeiras no período mencionado.

Até hoje, apesar dos meus insistentes pedidos, ela se recusa a dar os nomes dos desaparecidos que ela viu, onde viu e, muito menos, o nome do seu amigo "morto a pancadas".

Bete Mendes, volto a lhe perguntar, o que faço há 20 anos:

Quantos corpos de inocentes, que estão nas listas de desaparecidos, você viu?

Qual era o nome do seu amigo morto a pancadas? Afinal, o nome de um amigo morto a pancadas não se esquece jamais.

De Tancredo a Itamar Franco

Tancredo Neves

Nasceu em São João del Rei, Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Apesar de sua eleição ter sido por via indireta, durante o processo eleitoral, ele, político experiente, conseguiu fortalecer cada vez mais sua imagem e derrotar o outro candidato, Paulo Salim Maluf, do Partido Democrático Social.

Sua carreira política começou em 1934, quando se elegeu vereador em sua cidade natal.

Eleito deputado federal em 1950, em 1953 foi nomeado ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas. Entre outros cargos políticos de destaque foi primeiro-ministro no governo parlamentarista de João Goulart - de 07/09/1961 a 26/06/1962.

Em 15/01/1985, Tancredo Neves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com o apoio da oposição, exceto do PT, mas não assumiu. Dias antes da posse, começou a sentir fortes dores abdominais, mas relutava em fazer exames mais detalhados.

No dia 13 de março, dois dias antes da posse, o Dr. Renault de Mattos Ribeiro, médico da Câmara dos Deputados, constatando o agravamento do quadro clínico de Tancredo, recomendou o seu internamento hospitalar, prontamente recusado. Queria primeiro tomar posse.

Aconselhado por uma Junta Médica e tomado por fortes dores, Tancredo foi internado e operado no Hospital de Base de Brasília no dia 14, não podendo, em conseqüência, assumir o cargo. Interinamente, foi empossado o candidato a vice-presidente, José Sarney.

Com a demora em internar-se, o quadro clínico de Tancredo piorou. Após sete cirurgias, faleceu no dia 21 de abril de 1985, em São Paulo, para onde havia sido transferido.

Sua enfermidade consternou o País. Seu falecimento foi uma comoção nacional.

Depois da morte do presidente, no dia 22 de abril, José Sarney, inicialmente líder do PDS e, posteriormente, aderindo ao PMDB, assumiu a Presidência da República em caráter definitivo, mantendo o ministério escolhido por Tancredo Neves.

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (15/03/1985 a 15/03/1990)

Nasceu em Pinheiro, Maranhão, no dia 24 de abril de 1930.

Em 1965, adotou legalmente o nome de José Sarney, já que era conhecido como "Zé do Sarney". Sarney era o nome do seu pai.

O governo Sarney teve o mérito de consolidar o período de transição democrática.

A política econômica foi bastante conturbada, uma sucessão de planos que não deram certo.

Seu primeiro-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, logo foi substituído.

No primeiro ano do governo, a inflação chegou a 225,16%.

O novo ministro, Dílson Funaro, lançou o Plano Cruzado, que cortava três zeros na moeda da época, o Cruzeiro, e a substituía pelo Cruzado. Congelou os preços e os salários por um ano. Esses seriam corrigidos anualmente ou cada vez que a inflação atingisse 20% - era o gatilho salarial.

O sucesso do plano durou aproximadamente quatro meses, levando o povo à euforia. Logo depois, começou a fracassar. As mercadorias desapareceram dos supermercados e a inflação voltou a subir.

O congelamento continuou até as eleições - estratégia para conquistar o eleitorado. A economia desorganizou-se, mas o PMDB, partido do presidente, elegeu 22 dentre os 23 governadores eleitos.

Logo após as eleições de novembro de 1986, um novo plano econômico, o Cruzado II, liberou os preços e aumentou os impostos de vários produtos.

Em 20 de janeiro de 1987, foi decretada a suspensão do pagamento dos Serviços da Dívida Externa - moratória. A inflação disparou e o povo que, inicialmente, se entusiasmara, perdeu a confiança no governo.

Nova substituição no Ministério da Fazenda. Luíz Carlos Bresser Pereira assumiu em abril de 1987. A inflação no mês seguinte chegou a 23,26%. O déficit público se tornava incontrolável. Gastava-se mais do que se arrecadava. Medidas impopulares foram tomadas para contenção de despesas. Extinguiu-se o gatilho salarial. Retomaram-se as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e suspendeu-se a moratória. Nada controlava a inflação galopante.

Sem conseguir seu objetivo, Bresser deu lugar a Mailson da Nóbrega, que prometeu uma política econômica do "Feijão com Arroz" - conviver com a inflação sem adotar medidas drásticas, apenas ajustes para evitar a hiperinflação. Novo fracasso. Ao longo de 1988, a inflação atingiu o patamar de 933%.

Em janeiro de 1989, Maílson da Nóbrega apresentou um novo plano econômico: criou o Cruzado Novo (cortando três zeros no Cruzado); estabeleceu novo congelamento de preços e o fim da correção monetária; propôs a privatização de várias estatais; e anunciou cortes nos gastos públicos. Novamente o plano fracassou e no mês de dezembro de 1989 a inflação chegou a 53,55%.

De fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990, a inflação atingiu o recorde histórico de 2.751%. Em março de 1990 chegou a 80 %.

Durante o governo Sarney, sob a presidência do deputado Ulisses Guimarães, em fevereiro de 1987, o Congresso Nacional, que tinha poderes constituintes, começou a elaborar uma nova Constituição, promulgada em 1988, que ficaria conhecida como "Constituição Cidadã".

No campo político, foram restabelecidas as eleições diretas para presidente da República; concedido o direito de voto ao analfabeto; autorizada a criação de novos partidos políticos; permitida a legalização dos partidos comunistas, como o PCB e PCdoB. Muitos ex-subversivos, ex-banidos, ex-auto-exilados e ex-presos políticos se filiaram a partidos de esquerda.

Foram reabilitadas as lideranças sindicais, inclusive permitindo que os funcionários públicos se filiassem a sindicatos e às grandes centrais sindicais: Central Única dos trabalhadores (CUT - ligada ao PT) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT - ligada ao PCB).

O governo Sarney terminou, melancolicamente, depois de quatro planos econômicos, recessão, especulação financeira e ameaça de hiperinflação.

No governo José Sarney, em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República, após o regime militar.

Concorreram inúmeros candidatos representando as mais variadas tendências do espectro político.

Mario Covas - PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro
Roberto Freire - PCB - Partido Comunista Brasileiro
Ulisses Guimarães - PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Leonel Brizola - PDT - Partido Democrático Trabalhista
Paulo Maluf - PDS - Partido Democrata Social
Aureliano Chaves - PFL - Partido da Frente Liberal
Guilherme Afif Domingos - PL - Partido Liberal
Fernando Collor de Mello - PRN - Partido de Renovação Nacional
Luiz Inácio Lula da Silva - coligação: PT - Partido dos Trabalhadores, PSB - Partido Socialista Brasileiro e PCdoB - Partido Comunista do Brasil.
Enéas Carneiro - Prona - Partido da Reconstrução da Ordem Nacional

Despontaram dois candidatos: Lula, pelo PT, operário, pobre, sindicalista atuante, preso pelo DOPS de 19 de abril a 20 de maio de 1980; e Collor, pelo PRN, vindo de uma família de políticos, rico, um representante das elites.

A campanha de Lula foi centrada nas dificuldades do trabalhador e dos excluídos, reforçada pela campanha contra o regime militar, contra

a perseguição política e contra as injustiças sociais, pela promessa de reforma agrária e de empregos, e pela ética na política, bandeiras que são usadas até os dias de hoje.

Collor veio com a promessa do combate à corrupção e aos marajás do serviço público, que recebiam altíssimos salários e privilégios, com o dinheiro do contribuinte. É a campanha da moralidade e do bem-estar para os descamisados. A campanha da modernidade. Um político jovem, culto, prometendo acabar com a corrupção.

Lula se coloca à esquerda e seus correligionários exploram sua imagem de homem do povo, pobre, torneiro mecânico, sem estudo; homem que se fez sozinho. Sua escola foi a vida. Lula prega presença forte do Estado na economia e Collor, a redução do Estado na economia. Lula o defensor do trabalhador; Collor, o caçador de marajás.

Collor explora a imagem de homem bem nascido, a imagem de um governo moderno. Foi esse o clima da acirrada campanha de 1989.

No primeiro turno das eleições, Collor obteve 28% e Lula 16% dos votos.

No segundo turno, Collor foi eleito com 42,75% dos votos.

Fernando Affonso Collor de Mello (15/03/1990 a 02/10/1992)

Nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Foi prefeito de Maceió, governador de Alagoas e deputado federal. Foi o presidente mais jovem do Brasil.

Logo nos primeiros dias foi anunciado pela sua ministra da Fazenda, Zélia Cardoso, um pacote econômico que, entre outras medidas, bloqueava o dinheiro depositado em contas-correntes e poupanças, congelava preços e préfixava salários.

O lema do plano era: *"sem dinheiro não há inflação"*.

As medidas inicialmente reduziram a inflação.

Ocorreram as primeiras privatizações, a maioria dos imóveis funcionais foi vendida e foi feita uma grande abertura do mercado brasileiro às importações. Essa última provocou recessão e aumentou o desemprego, com a falência de muitas empresas brasileiras.

Collor com sua juventude, sua imagem de homem bem-sucedido, fazendo cooper, praticando esportes, "pilotando" jatos, sempre com estardalhaço, subindo a rampa do Palácio do Planalto com setores da sociedade, chamava a atenção da mídia que o promoveu a "caçador de marajás".

Essa mesma mídia iria, a partir do terceiro ano de seu mandato, destruir o mito que havia criado. Nesse ano, em maio de 1992, Pedro Collor, seu

irmão, acusou publicamente o tesoureiro da campanha de Collor, o empresário Paulo César Farias, o PC, de articular um esquema de tráfico de influência e corrupção, distribuição de cargos públicos e cobranças de propinas dentro do governo. Esse esquema teria como beneficiários alguns membros dos altos escalões da República.

O esquema utilizava "laranjas" - pessoas que cediam ou que nem mesmo sabiam da utilização de seus nomes - para abrir contas e realizar transações bancárias.

O escândalo foi aos poucos se aproximando cada vez mais do Palácio do Planalto e alguns dos envolvidos justificaram as altas somas gastas, inclusive com a reforma da "Casa da Dinda" - residência particular do presidente - como sendo provenientes de um empréstimo junto a banqueiros uruguaios, a "Operação Uruguai".

Cansada de tantas denúncias, incoparavelmente menos graves que as ocorridas em 2005/2006, a sociedade começou a sair às ruas, exigindo a apuração. Os jovens, com as caras pintadas de verde e amarelo ou preto, pediam o *impeachment* de Collor. Eram os "Caras-Pintadas", como ficaram conhecidos.

Uma CPI foi instaurada e o seu relatório final aprovava o pedido de *impeachment* do presidente Collor. Em votação aberta os deputados votaram pela abertura do *impeachment*.

Em 1992, Collor, sentindo-se pressionado, renunciou ao cargo, mas, como o processo já estava aberto, teve seus direitos políticos cassados por 8 anos. Assumiu em seu lugar o vice-presidente, Itamar Franco.

O tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, à época do escândalo, fugiu para o exterior, sendo capturado, em 29/11/1993, na Tailândia. Passou uma temporada na cadeia e logo após ser libertado foi encontrado morto, no dia 23 de junho de 1996, ao lado de sua namorada Suzana Marcolino, ambos assassinados a tiros, enquanto dormiam, em sua casa de praia, em Maceió.

Apesar de viver rodeado de seguranças, ninguém soube, ninguém viu, nem ouviu nada. Os tiros foram abafados por foguetes de uma festa de São João. As versões foram muitas, mas o crime nunca foi devidamente esclarecido.

Itamar Augusto Cautiero Franco (02/10/1992 a 01/01/1995)

Nasceu entre Salvador e Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1930, em um navio. De família mineira, foi criado, estudou e se formou em Engenharia Civil, em Juiz Fora, onde fez carreira política.

Foi prefeito de Juiz de Fora por duas vezes e senador pelo PMDB. Em 1982, foi reeleito senador. Em 1986, foi candidato a governador pelo Partido Liberal (PL).

Em 1989, Itamar Franco abandonou o PL e ingressou no Partido da Renovação Nacional (PRN) para concorrer como vice de Fernando Collor de Mello.

Com o processo de *impeachment,* foi levado à Presidência da República a partir 02/10/1992 - início da abertura do processo -, sendo formalmente aclamado presidente em dezembro de 1992.

A inflação era elevada, tendo chegado a 1.100% em 1992 e alcançado quase 6.000% no ano seguinte. Itamar trocou vários ministros da Economia. O último, Fernando Henrique Cardoso, lançou o Plano Real que, pouco a pouco, começou a estabilizar a economia.

Itamar passou o governo a Fernando Henrique Cardoso, eleito no 1º turno, que tivera como principal adversário Lula, este com as promessas e o discurso de sempre, o de um PT ético. O mesmo discurso desde a sua criação.

A vala do Cemitério de Perus

Os militantes das organizações terroristas, quando entravam na clandestinidade, abandonavam a família, os estudos, os amigos, a profissão e até o próprio nome. Tudo passava a fazer parte do seu passado.

Para viver na clandestinidade, necessitavam de nova história de vida, de novos amigos, de novo nome, de nova identidade. Para isso não hesitavam em fraudar a lei. Nesse sentido, o mais comum era obterem uma nova certidão de nascimento, com o nome que passariam a usar. Com essa certidão compareciam a um serviço de identificação do governo, onde eram identificados e de onde saíam com uma nova carteira de identidade, legítima e válida para todos os efeitos legais. A partir desse momento, por meios criminosos, oficialmente, passavam a ser outra pessoa. Essa situação, em caso de arrependimento, era de longa e difícil reversão. Só poderia ser conseguida através da Justiça.

A exemplo deste fato, o jornal "O Globo" de 14/01/2007 publicou matéria de Evandro Éboli sob o título: "*A dupla identidade de um clandestino na democracia*". Segundo o publicado, Carlos Augusto Lima Paz recebeu, em 1972, do PC do B, uma identidade falsa com o nome de Raimundo Cardoso de Freitas. Em 1985 ele entrou na justiça para retomar sua real identidade, mas não teve sucesso. Somente em dezembro de 2006, a Comissão de Anistia aprovou o direito de Raimundo voltar a ser quem é: Carlos Augusto.

Outro procedimento era receberem do Serviço de Inteligência da organização identidades falsas. As cédulas das carteiras de identidade, em branco, eram conseguidas nos assaltos aos Postos de Identificação do governo e as certidões de nascimento, em branco, também eram obtidas em assaltos aos Cartórios de Registro. Assim agindo, evitavam ser reconhecidos e presos caso procurassem um posto de identificação policial.

Creio que esse foi o caso de José Dirceu. Ao retornar de Cuba, ingressou no Brasil já com uma nova e falsa identidade, o que o permitiu continuar com suas atividades clandestinas. Casou, registrou um filho e fez negócios, usando essa falsa identidade. Creio que não foi fácil para José Dirceu, após a Lei da Anistia, voltar a usar o seu nome de batismo e deve tê-lo conseguido através da Justiça.

Só os Serviços de Informações possuíam fotos, geralmente desatualizadas, dos principais militantes das organizações terroristas.

Caso um militante, usando uma identidade com o nome diferente do seu, morresse num acidente, dificilmente seria reconhecido pelas autoridades policiais que atendessem a ocorrência.

Quando, porém, entre os documentos apreendidos em poder do morto era encontrado material subversivo, armas, bombas, etc, o DOPS ou o DOI (no caso de São Paulo) eram informados.

José Dirceu, se falecesse num acidente ou por doença, em Cruzeiro d'Oeste, nos idos de 1975 a 1979, teria sido sepultado legalmente com o nome de Carlos Henrique Gouveia de Melo. Hoje, seu nome certamente estaria incluído na lista de desaparecidos políticos e os órgãos de segurança acusados de ocultação de cadáver.

Quando um terrorista, usando uma identidade obtida de modo criminoso, morria em combate, tínhamos que seguir os procedimentos normais para sepultá-lo. Como seu nome não constava na nossa relação de terroristas procurados, ficávamos na dúvida, mas tínhamos a certeza de que, normalmente, por medida de segurança, eles trocavam suas identidades. Começava, então, o nosso trabalho em saber quem ele era na realidade.

Às vezes, pela fotografia, um companheiro de militância o reconhecia. Outras vezes, pesquisando no álbum de fotografias, por semelhança, obtínhamos seu nome verdadeiro.

Obrigatoriamente, eram tiradas as impressões digitais pelas autoridades policiais encarregadas do sepultamento e comparadas com as da carteira de identidade que portava. Confirmado que eram idênticas, o sepultamento era feito com o nome constante na carteira.

Suas impressões digitais eram enviadas aos Serviços de Identificação para que suas fichas datiloscópicas fossem comparadas e o verdadeiro nome oficialmente identificado. Isso demandava tempo.

No inquérito policial, aberto para apurar a morte, essa situação da dupla identidade era declarada, mas só a Justiça poderia fazer o morto voltar à sua primeira identidade.

Normalmente, as famílias nem sabiam de seu falecimento, apesar de noticiados em jornais, pois desconheciam os seus paradeiros. O morto era enterrado numa cova rasa, mas com a exata localização no cemitério. A qualquer momento, a sepultura poderia ser encontrada. Não era, portanto, sepultamento clandestino.

Em São Paulo, a maioria dos terroristas mortos em combate foi sepultada no Cemitério Dom Bosco, no bairro Perus.

Passado o prazo legal, que penso ser de cinco anos, como acontece em todos os cemitérios do País, se a família não retirasse os restos mortais e os colocasse num nicho ou em um jazigo, eles seriam exumados e enterrados numa vala comum, juntamente com as ossadas de outras pessoas que se encontrassem na mesma situação. A esquerda, dentro do quadro de revanchismo a que se impôs, explora essa situação e acusa as autoridades de enterrar os "presos políticos" em cemitérios clandestinos e com nomes falsos.

Em 1990, Luiza Erundina, então prefeita de São Paulo pelo PT, com a força do seu cargo, ajudou a esquerda nesse processo de "denúncias", criando a Comissão Especial de Investigações das Ossadas de Perus.

Em 4 de setembro daquele ano, a prefeitura de São Paulo abriu com grande estardalhaço, com manchetes e mais manchetes na mídia, a Vala de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade, onde estavam enterradas 1.049 ossadas de indigentes e, possivelmente, de alguns terroristas.

Ainda em setembro desse ano, no dia 17, instalou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI para investigar as "irregularidades" na Vala de Perus.

De acordo com www.desaparecidospoliticos.org.br:

> "em seis meses de atividades da CPI, foram realizadas 42 sessões ordinárias, uma extraordinária, várias diligências ao Sítio 31 de março de 1964, em Parelheiros, três visitas à Secretaria de Segurança Pública, cinco à Prefeitura Municipal, uma ao DHPD, duas ao Departamento de Comunicação Social da Secretaria de Segurança Pública, duas à Polícia Federal, duas ao Cemitério de Perus e duas à UNICAMP."

O Sítio 31 de Março, de propriedade do senhor Joaquim Rodrigues Fagundes, foi incluído nas investigações por vingança, pois eles não aceitavam que um sítio tivesse esse nome. Inventaram que nele estavam enterrados os corpos de muitos "desaparecidos". As máquinas da prefeitura revolveram o solo do sítio, deixando-o em uma situação lastimável. Como já se esperava, nada foi encontrado. Tudo não passou de um teatro, montado para a imprensa que, aliás, "esqueceu" de publicar o resultado das escavações.

No dia 09/04/2003, o Serviço Funerário do Município de São Paulo publicou no Portal Prefeitura de São Paulo, sob o título: "SFMSP ajuda a resgatar a história política do Brasil", uma matéria da qual destacamos:

> "O Serviço Funerário também participou ativamente da localização das ossadas de mais de mil militantes políticos que foram assassinados e enterrados em vala clandestina do Cemitério de Perus. No dia 4 de setembro de 1990, os corpos foram exumados para análise e identificação."

Segundo a ONG Tortura Nunca Mais, foram 358 os mortos e desaparecidos em todo o Brasil e no exterior, incluídos os do Araguaia, os que se suicidaram, os que faleceram em acidentes de carro, os mortos em passeatas e arruaças. Já Nilmário Miranda, em seu livro *Dos filhos deste solo*, aponta 420 mortos, dos quais 23, segundo ele, não têm motivação política e um dos "mortos", Wlademiro Jorge Filho, está vivo (página 468 do seu livro). O número portanto cai para 396 mortos.

De onde esse Serviço Funerário da Prefeitura, na época de Marta Suplicy do PT, tirou os mais de mil militantes políticos, enterrados na Vala de Perus? Por que mentir de forma tão leviana? Por que empregar a teoria de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, de que a mentira, muitas vezes repetida, se torna uma verdade? Qual o interesse da prefeitura e por que a irresponsabilidade em afirmar o que é inverídico?

Segundo a matéria, nenhum terrorista foi morto em combate com os órgãos de segurança, todos foram assassinados, e a vala comum, que sempre existiu, passou a ser clandestina.

Segundo o site www.desaparecidospoliticos.org.br/perus.htm-25k- :

- Em 1973, a família dos irmãos Yuri e Alex de Paula Xavier Pereira descobriu que Yuri estava enterrado no Cemitério de Perus. Procurando o administrador do cemitério, localizou no livro de registros o sepultamento de João Maria Freitas, nome falso usado por Alex.

- Em junho de 1979, alguns familiares foram ao Cemitério de Perus e localizaram outros militantes mortos, sob identidade falsa, como Gelson Reicher, enterrado com o nome de Emiliano Sessa, e Luís Eurico Tejera Lisboa, enterrado como Nelson Bueno.

- Em 1992, foram identificados na Vala de Perus Denis Antônio Casemiro, considerado desaparecido, e Frederico Eduardo Mayr.

- No Cemitério de Perus foram identificados três esqueletos em covas individuais, como sendo de Helber José Gomes Goulart, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

- No mesmo cemitério foram identificados os esqueletos das covas onde estavam enterrados Hiroaki Torigoe e Luís José da Cunha. Seus ossos foram retirados e enviados para o DML/UNICAMP.

A respeito do que está publicado nesse site, podemos acrescentar que:

- Denis Antônio Casemiro não é desaparecido. Segundo o livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, foi enterrado com o verdadeiro nome.

- Hiroaki Torigoe faleceu em 05/01/72. Sua morte foi publicada no dia seguinte no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde consta o seu verdadeiro nome. Apesar de se saber, através de fotografias, o nome de nascimento, foi enterrado com o nome dos documentos que portava ao morrer: Massamiro Nakamura. Torigoe só foi identificado oficialmente depois de prolongada busca nos órgãos de identificação para a comparação das suas impressões digitais.

- Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher morreram no dia 20/01/1972, em tiroteio com uma equipe do DOI, após terem abatido a tiros de

metralhadora o cabo Sylas Bispo Feche, desta equipe. As suas mortes foram tornadas públicas dois dias depois, em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde constam seus nomes verdadeiros. Foram sepultados com os nomes constantes nos documentos que usavam ao morrer, João Maria Freitas (Alex) e Emiliano Sessa (Gerson). Em novembro de 1980, a família de Alex retirou do Cemitério de Perus os restos mortais dos dois irmãos, Yuri e Alex, e os sepultou no Cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro. A família de Gelson Reicher, após exumar seu corpo no Cemitério de Perus, o sepultou no Cemitério Israelita.

- Frederico Eduardo Mayr, ao morrer no dia 24/02/1972, foi enterrado com o nome que usava: Eugênio Magalhães Sardinha.

- Yuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Corrêa e Marcos Nonato da Fonseca faleceram em 14/06/1972. A noticia de suas mortes foi publicada no dia 18/06/1972 pela imprensa, inclusive pelo *Diário Popular*, onde aparecem seus nomes verdadeiros.

- Helber José Gomes Goulart faleceu em 16/07/1973. Usava os nomes falsos de Walter Aparecido Santos e Acrísio Ferreira Gomes. Os jornais *Folha da Tarde* e *Jornal do Brasil*, do dia 18/07/1973, publicaram sua morte, com sua foto e nome verdadeiro.

- Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones faleceram em 30/11/1973. Suas mortes foram publicadas na imprensa, inclusive no jornal *O Globo* de 01/12/1973.

Recentemente, em 03/09/2005, os jornais do País publicaram matéria a respeito das ossadas de Flávio Carvalho Molina. Segundo o jornal *Correio Braziliense*:

> "Flávio Carvalho Molina foi enterrado com o nome falso de Álvaro Lopes Peralta, no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Posteriormente, seu corpo foi exumado e transferido para uma vala comum, junto com os restos mortais de outros presos políticos enterrados como indigentes. Em 1990, a vala foi aberta e 1.049 ossadas exumadas, entre elas as de Molina."

A notícia é tendenciosa. Como já expliquei, Flávio tinha de ser sepultado com o nome que usava ao morrer, isto é Álvaro Lopes Peralta. Assim, o corpo foi encaminhado para autópsia ao Instituto Médico Legal, órgão do governo do Estado de São Paulo, a quem cabia, por força de prescrição legal, a responsabilidade pelo sepultamento. Também, quem lê a noticia é induzido a pensar que as 1.049 ossadas eram de "presos políticos" e não de indigentes.

A bem da verdade, Flávio Carvalho Molina foi sepultado na cova 14, rua 11, quadra 2, gleba 1, registro 3.054. Isso consta no Inquérito Policial, enviado à 2ª Auditoria Militar, em São Paulo. Se a sua família tivesse lido os jornais da época e se tivesse procurado as autoridades, como o fez em julho de 1979, saberia onde estava enterrado o seu ente querido e poderia, como o fizeram outras, tê-lo exumado, evitando que, após cinco anos, sua ossada fosse sepultada na vala comum, juntamente com indigentes.

Que fique bem claro, Flávio Carvalho Molina não foi enterrado clandestinamente nem com nome falso; paradoxalmente, o último nome que usava também era verdadeiro.

Em junho de 2006, a mídia publicou, com grande destaque, a identificação da ossada de Luís José da Cunha, o "Crioulo", que morreu em combate em meados de 1973 e teria sido enterrado no cemitério de Perus como indigente.

Ao final da década de 60, "Crioulo", após regressar de Cuba, onde fizera curso de treinamento de guerrilha, destacou-se como um militante e terrorista de prestígio na sua organização, sendo escolhido membro do Comando Nacional da ALN em 1973.

Com a experiência desse treinamento, desempenhou importante papel na formação de vários jovens que se atiraram na luta armada, levando muitos a morte. Foi segurança e homem de confiança de Marighella, o ideólogo do terror.

No dia 29/06/2006 o Correio Braziliense publicou a seguinte matéria:

> "A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos anunciou ontem a identificação, por amostras de DNA, da ossada do guerrilheiro Luís José da Cunha, mais conhecido como "Crioulo", da Ação Libertadora Nacional (ALN). Emboscado em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, por uma equipe do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). "Crioulo" foi morto em junho de 1973 e enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na zona oeste da capital paulista.
>
> Os autos da autópsia, recuperados pela Comissão de Mortos em 1995 revelaram que ele foi "*brutalmente torturado até a morte e teve a cabeça arrancada para dificultar a identificação, só possível agora com os avanços da medicina legal*", segundo o presidente da comissão Marco Antonio Barbosa.
>
> Nos arquivos do regime militar, o laudo original, assinado pelo médico Harry Shibata, descreve a morte como conseqüência de

> um tiro em confronto com a polícia. "*Só a autoria já colocava o laudo sob suspeição e agora fica provado que era mais uma farsa*", disse Barbosa, ao lado da viúva de "Crioulo", a também ex-militante da ALN Amparo Araújo. "*Os ossos foram localizados há 15 anos durante as escavações no cemitério, para onde a Oban, destinada a eliminar inimigos do golpe militar, mandava as vítimas. A maior prova de que "Crioulo" foi submetido a tortura, como demonstra o segundo laudo determinado pelo governo, é que, na foto cadavérica, aparecem 11 lesões graves, típicas de suplício, só no rosto dele*"."

Profissionais competentes, se fossem comprometidos com a verdade; se tivessem o interesse de resgatar o fato e o comparar com as versões para bem informar; e se explorassem a veia investigativa que estimula e diferencia o profissional da informação dos profissionais de ocasião, por certo pesquisariam nos jornais de São Paulo/SP de julho de 1973 e encontrariam artigos sobre o assunto em questão, o que lhes permitiria informar aos leitores com maior precisão.

O bom e competente jornalista dá um colorido especial ao fato e às circunstâncias que o envolvem, estimulando a elaboração de uma matéria que mais se aproxime da verdade, enquanto que o repórter sectário e manipulador constrói e deforma a história, segundo interesses e conveniências políticas e ideológicas.

A respeito da morte de Luís José da Cunha, "Crioulo", ocorrida em julho de 1973, e não em junho como publicou o Correio Braziliense, os fatos se passaram como a seguir é descrito:

Durante uma ronda realizada por uma Turma de Busca e Apreensão do DOI, às 14 horas e 30 minutos do dia 13/07/1973, na altura do nº 2000 da Avenida Santo Amaro, foi observado um indivíduo com as características de Luís José da Cunha. Estabelecido o cerco, o suspeito foi abordado para identificação, reagindo violentamente com sua pistola automática e procurando se evadir.

Na tentativa de fuga, o terrorista procurou se apropriar do carro onde estavam as jovens Silvia Maria B. Prata, RG 6.094.658, e Patrícia Maria Ernesta Cennacchi, ferindo-as levemente com sua pistola. As duas foram socorridas no Pronto Socorro Santa Paula.

Após intenso tiroteio, o suspeito caiu ferido, vindo a falecer quando transportado para o Pronto Socorro Santa Paula.

O morto, confirmadas as suspeitas, era Luís José da Cunha, que, na ocasião, portava documentos falsos com o nome de José Mendonça dos Santos.

Como "Crioulo" não foi preso e nem interrogado, seu "aparelho", situado na rua Bom Pastor nº 2326, bairro do Ipiranga, São Paulo/SP, só foi localizado

no dia19 de janeiro de 1974. Nele foram encontrados documentos falsos com os nomes de Luís de Oliveira, Oswaldo de Almeida e Antonio Milton de Morais, cinco recibos de entrega de Declaração de Rendimentos e duas vias do CIC nº 413841488, em nome de Luiz de Oliveira. A Receita Federal foi avisada para dar baixa desses nomes falsos, declarados por "Crioulo".

Luís José da Cunha foi enterrado no Cemitério de Perus com o nome falso que portava, em uma cova identificada. Sua morte foi publicada com destaque na imprensa. O Jornal da Tarde , de São Paulo/SP, no dia 14 de julho de 1973, um dia após a sua morte, publicou matéria, onde consta o nome verdadeiro de "Crioulo".

Como a família não procurou os restos mortais desse dirigente nacional da ALN no prazo legal, seu corpo foi exumado e transferido para o ossuário do cemitério.

A exploração política, ideológica e comercial do assunto, o desrespeito ao tema e às pessoas envolvidas, emocionalmente ou não, e as acusações grosseiras e infundadas que não resistem a uma pesquisa séria e cuidadosa, permite refutar com lógica, com equilíbrio, com fatos e com provas, a farsa dessa calúnia.

É ridícula e sem nexo a afirmativa do presidente da Comissão de Mortos de Familiares e Desaparecidos, Marco Antonio Barbosa, de que "Crioulo" teve a cabeça arrancada para dificultar a identificação e ser sepultado como indigente, o que demonstra a má fé da afirmação.

Se é verdade que a cabeça foi encontrada separada do corpo, a hipótese provável é que a separação tenha ocorrido no ato da exumação da cova rasa para o sepultamento na cova coletiva.

Como se pode verificar, os corpos de todos esses terroristas não foram enterrados clandestinamente. Foram enterrados oficialmente, com os registros feitos na administração do cemitério. As autoridades do DOPS e do IML que providenciaram os seus sepultamentos jamais ocultaram seus cadáveres. Todos foram sepultados em covas individuais, todas identificadas.

A farsa do Cemitério de Perus, publicada com alguma insistência e de forma irresponsável, sem nenhum cuidado jornalístico de preservação da verdade, nem mesmo pelo denominado jornalismo investigativo, continua até hoje enganando o povo e acusando, de maneira sórdida, as autoridades policiais, daquela época, de ocultação de cadáveres. A repercussão na imprensa dos sepultamentos de Flávio Carvalho Molina e de Luís José da Cunha demonstra do que eles são capazes quando querem mentir.

Governo Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/1999) e (01/01/1999 a 01/01/2003)

Fernando Henrique Cardoso nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931. Filho, neto e sobrinho de militares, aos dez anos mudou-se para São Paulo, para onde seu pai, general Leônidas Fernandes Cardoso, havia sido transferido. Estudou na Faculdade de Filosofia da USP - Universidade de São Paulo. Foi secretário da revista *Problemas*, do Partido Comunista. Foi professor de Sociologia da USP desde 1953.

Em março de 1964, após a Contra-Revolução, teve sua prisão preventiva decretada, sob alegação de atividades subversivas. Fugiu para o Chile, onde passou a integrar a Comissão Econômica para América Latina (Cepal).

Em 1968, voltou ao Brasil e assumiu a cátedra de Ciência Política da USP, sendo cassado pelo AI-5.

Em 1969, exilou-se novamente, retornando ao País em 1973.

Em 1978, candidatou-se pelo MDB como suplente ao Senado.

Em 1980, com o fim do bipartidarismo, o MDB fracionou-se e muitos de seus filiados passaram para o PMDB, inclusive Fernando Henrique.

Em 1983, assumiu, como suplente, a vaga de Franco Montoro, que se elegera governador de São Paulo.

Em 1985, apesar da bandeira usada pela maioria dos candidatos de oposição - críticas ao regime militar, perseguição política, prisão, tortura - perdeu a prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros.

Em 1986, elegeu-se senador pelo Estado de São Paulo, ainda na legenda do PMDB.

Em 1988, juntamente com Franco Montoro, José Serra, Mário Covas - também cassado em 1969 - e outros fundou o PSDB, partido ao qual vários auto-exilados se filiaram. Logo depois, se tornou líder da nova legenda no Senado (1988-1992).

Foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994) no governo Itamar Franco, quando ficou nacionalmente conhecido com o êxito do Plano Real - elaborado por sua equipe -, que conseguiu estabilizar a inflação galopante no Brasil.

Apoiado por uma aliança com o PTB e PFL - partidos de centro e de direita -, contrariando seu passado de esquerdista, Fernando Henrique lançou-se candidato à Presidência da República em 1994.

Nas pesquisas de opinião, logo ultrapassou o novamente candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva. Além de Lula e Leonel Brizola (PDT), enfrentou candidatos sem muita projeção nacional como Enéas Carneiro (Prona), Orestes Quércia (PMDB) e Esperidião Amin.

Foi eleito, ainda no primeiro turno, com uma votação expressiva. Assumiu o governo em 01/01/1999.

A estabilidade da moeda e a inflação em baixa davam a FHC - como passou a ser chamado - amplo apoio no Congresso Nacional para realizar as reformas. Além dos partidos que o ajudaram a eleger-se, passaram a compor a base governista o PMDB, o PP, o PPR e o PL.

Fernando Henrique deu seqüência ao processo de privatização usando o argumento de que precisava enxugar o Estado. Foram vendidas grandes estatais, como a Telebrás, Centrais Elétricas, Companhia Vale do Rio Doce, Siderúrgica Tubarão.

Em maio de 1997, a *Folha de São Paulo* informava que aliados de Fernando Henrique teriam comprado por R$ 200 mil, votos favoráveis à emenda para a reeleição de cargos executivos - presidente, governadores e prefeitos -, permitindo ao ocupante de um cargo executivo concorrer à própria sucessão para mais um mandato.

Em 1998, candidato à reeleição, Fernando Henrique conseguiu o apoio do PPB (antigo PPR), do PFL, do PTB e parte do PMDB.

A reeleição provocou certo mal-estar entre FHC e Mário Covas, candidato à reeleição para governador de São Paulo. Fernando Henrique não pediu votos para Mário Covas, além de fazer um acordo de apoio a sua reeleição com Maluf - presidente do PDS e grande rival de Mário Covas.

Sem adversários fortes, enfrentou Lula (PT), Ciro Gomes (PPS) e Enéas Carneiro (Prona). Reelegeu-se, novamente, no primeiro turno.

Em 2001, o País passou por sua maior crise no setor energético. Foi preciso um racionamento de energia, estabelecendo-se taxas fixas e gastos para cada consumidor, e aumento de tarifas e multas para quem ultrapassasse os limites preestabelecidos.

O MST esteve bastante ativo durante o seu governo. Em março de 2002, a fazenda de Fernando Henrique foi invadida em uma ação de ousadia. Os sem-terra acamparam na sede, usaram os cômodos íntimos da fazenda, comeram e beberam o que encontraram de melhor. Dezesseis membros do MST foram indiciados, mas o Ministério Público os inocentou e a Justiça concordou.

A corrupção também esteve presente no governo Fernando Henrique. Desvio de verbas na construção do Fórum Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, envolvendo o juiz Nicolau dos Santos Neto, alguns empresário e o senador Luiz Estevão.

Os desvios de R$169,5 milhões da obra ocasionaram a condenação do juiz Nicolau. Os demais acusados foram inocentados. O senador e empresário Luiz Estevão, apesar de absolvido por falta de provas, teve seu mandato cassado no Senado.

Durante o governo Fernando Henrique os salários ficaram congelados.

Mais que "perseguidos políticos", revanchistas

O fim do regime militar e a Lei da Anistia não trouxeram a pacificação desejada. Crédulos, os militares voltaram às suas atribuições, confiantes na reconciliação de todos os brasileiros. As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados - as mãos dos vencedores da luta armada -, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados apenas trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que eles mantém abertas até hoje.

A passividade dos vencedores, o silêncio comprometedor das autoridades, somente fizeram crescer o revanchismo dos vencidos.

Com a chegada ao poder de ex-banidos e ex-auto-exilados, a história começou a ser reescrita. Com os direitos políticos readquiridos, muitos voltaram aos seus antigos cargos, outros foram acolhidos por governos simpatizantes e alguns ingressaram em partidos que necessitavam de seus serviços, mesmo sem compartilhar a mesma ideologia.

Aos poucos, a maioria dos "perseguidos" ocupava cargos públicos. Bons formadores de opinião, contando com o apoio de setores da mídia, passaram a usar novas trincheiras na batalha pela tomada do poder e pela desmoralização do regime militar e das próprias Forças Armadas.

Esse processo começou nas escolas de primeiro grau, onde o Ministério da Educação passou a indicar livros de História escritos por antigos militantes de organizações subversivo-terroristas, com suas versões distorcidas. Terroristas como Lamarca, Marighella e outros inspiram filmes românticos, peças de teatro, séries de TV e passam a ser mitificados como heróis e mártires da liberdade. Os agentes da lei, como bandidos. Documentários sobre esses "heróis" e entrevistas com subversivos, assassinos e seqüestradores - sempre omitindo seus crimes - são transmitidas pela TV Câmara, TV Senado, TV Educativa e outras, narrando suas versões e apresentando-os sempre como vítimas de um regime que perseguia estudantes indefesos.

Nas eleições, começaram a conquistar os frutos do revanchismo e do silêncio das autoridades.

Em 1982, alguns foram eleitos na legenda do PMDB. O PT conseguiu eleger oito deputados federais e, concorrendo ao governo do Estado de São Paulo com Rogê Ferreira (PDT), Reinaldo de Barros (PDS) e André Franco Montoro (PMDB), Lula ficou em quarto lugar.

Com toda essa campanha, a geração que não vivenciou a época dos governos da Contra-Revolução foi acreditando que realmente era um período de terror, quando as pessoas eram perseguidas; não se podia sair às ruas; jovens

indefesos eram presos em suas faculdades, enquanto, candidamente, estudavam em salas de aulas.

Referindo-se a esse período, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declarou ao Fantástico, da Rede Globo, em 2005, que, nessa época, um simples toque de campainha ou uma batida na porta eram motivos de pavor.

Não é o que pensam as pessoas que não estavam envolvidas nem eram simpatizantes da luta armada. Vejam a opinião abaixo:

> OS ANOS DE CHUMBO SÃO AGORA
> Por Alceu Garcia - junho de 2002
>
> "...Outro mito dessa "esquerda" finória refere-se aos lamentados "anos de chumbo", período em que o governo militar de um lado e guerrilheiros e terroristas esquerdistas de outro lutaram pelo poder político no País. A julgar pelo que se lê nos livros e se assiste em filmes e programas de TV, o regime militar foi marcado pela violência oficial desenfreada, que afetava diretamente todos os brasileiros. Nada mais falso. O conflito atingiu pouquíssima gente, quase todos intelectuais e estudantes militantes de classe média e alta. A esmagadora maioria do povo não tomou, nem quis tomar conhecimento do que se passava. A verdade é que eram tempos bem melhores do que os atuais. As pessoas pagavam muito menos impostos, a economia se desenvolvia razoavelmente, havia mais oportunidades e empregos e, sobretudo, a violência muito menor."...

O PT congregava um grande número de militantes oriundos das mais diversas facções políticas. Eram ex-banidos, ex-auto-exilados, ex-presos políticos e esquerdistas das mais variadas tendências, que sempre se mantiveram em constante oposição aos governos vigentes.

Em 1985, o PT elegeu Maria Luiza Fontenelle, prefeita de Fortaleza; no ano seguinte ampliou a sua bancada no Congresso Nacional, ocasião em que Lula foi eleito deputado Federal. Em 1988, o PT conquistou as prefeituras de São Paulo, com Luiza Erundina; de Vitória, com Vitor Buaiz; e de Porto Alegre, com Olívio Dutra.

Em 1988, os ex-cassados Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, juntamente com os antigos militantes da organização subversivo-terrorista Ação Popular, Sérgio Motta e José Serra, e contando ainda com o apoio de outros "perseguidos políticos", fundaram o PSDB.

O revanchismo tornou-se a palavra de ordem. As criticas ao regime militar e as acusações aos integrantes dos órgãos de informações tornaram-se cada vez mais contundentes.

Com os "perseguidos políticos" no poder, passou a ser suficiente uma acusação para que um coro de revanchistas exigisse, mesmo sem provas, a punição do acusado, a quem não é dado nem mesmo o direito de defesa.

São inúmeros os casos de revanchismo que prejudicaram carreiras de profissionais competentes.

O ministro Paulo Costa Leite, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indicado para candidato a vice-presidente da República, na chapa de Anthony Garotinho, teve seu nome vetado porque havia trabalhado no Serviço Nacional de Informações (SNI), durante o regime militar.

O coronel Armando Avólio Filho, adido militar na Inglaterra, foi retirado do cargo por exigência dos "perseguidos", no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo sua brilhante carreira interrompida.

O general Médico Ricardo Fayad Agnese foi exonerado por determinação de FHC do cargo de subdiretor de Saúde do Exército. Absolvido pela Justiça, não retornou ao cargo que ocupava.

O delegado da Polícia Federal João Batista Campelo, nomeado para a direção-geral da Polícia Federal, chegou a assumir o cargo, no qual passou menos de 72 horas e acabou renunciando, pressionado por denúncias não comprovadas. Bastou o ex-padre católico José Antônio Monteiro declarar que, em 1970, foi torturado por Campelo, então delegado da Polícia Federal no Maranhão, para que violenta campanha fosse desencadeada contra sua nomeação. O mesmo delegado foi também proibido de ocupar o cargo de assessor jurídico da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 24 horas após ser nomeado.

Em São Paulo, outro delegado teve a nomeação para um cargo de direção na Polícia Civil anulada.

E assim têm sido inúmeros os casos de norte a sul do País.

O revanchismo é tão grande que Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais, em entrevista a www.dhnet.org/direitos/militantes/, fez a seguinte declaração:

> "... Quando Fernando Henrique Cardoso se candidatou, assim como outros candidatos, assinou uma carta-compromisso de não colocar quem participou da repressão em postos de confiança e de resolver a questão dos mortos e desaparecidos políticos, num objetivo pedagógico de resgatar nossa história..."

Quais são os verdadeiros perseguidos políticos?

O tribunal vermelho é soberano. Não permite defesa, nem exige provas da acusação. Se hoje não mais "justiçam" com sangue, promovem outro tipo de "justiçamento".

Lei dos Desaparecidos Políticos

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro "perseguido político" que chegou à Presidência da República após a Contra-Revolução de 1964.

Em agosto de 1995, sete meses depois de tomar posse, enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei, que entrou em vigor no dia 04/12/95 - Lei 9.140/95, Lei dos Desaparecidos Políticos -, estabelecendo condições para a indenização financeira aos familiares dos desaparecidos. O texto, cujo autor foi José Gregori, chefe de gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim,

> "reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências."

Naquela ocasião, foram relacionados 136 nomes de pessoas que, oficialmente, até então não haviam sido reconhecidas como mortas. Dessa relação constavam os nomes de 61 desaparecidos nas selvas do Araguaia, dos quais 32 estudantes recrutados, orientados, instruídos e fanatizados por experientes e inescrupulosos dirigentes do PCdoB, para constituírem o embrião do futuro Exército de Libertação Popular.

O projeto de lei era claro quando previa que os familiares dos desaparecidos tinham direito a indenizações que variavam de 100 mil a 150 mil reais.

Para implementar a lei, estudar e debater o conteúdo dos requerimentos e deferir ou indeferir as solicitações, foi criada uma comissão especial, nomeada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, vinculada ao Ministério da Justiça, assim constituída:

Miguel Reale Filho - presidente;

Suzana Keniger Lisboa - representante dos familiares (viúva de Luis Eurico Tejera Lisboa);

General Oswaldo Pereira Gomes - representante das Forças Armadas;

Paulo Gonet Branco - representante do Ministério Público Federal;

João Grandino Rodas - representante do Itamaraty;

Eunice Paiva - Viúva do desaparecido político Rubens Paiva, substituída pelo advogado Francisco da Silva Carvalho Filho; e

Deputado Nilmário Miranda - representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (ex-militante da Polop).

Essa Comissão, integrada em sua maioria por elementos contrários à Contra-Revolução de 31 de março de 1964 e às Forças Armadas, foi criada para

dar credibilidade aos debates e discussões e legitimar, perante o Estado e a Nação, as decisões e os deferimentos. Os resultados divulgados com alguma repercussão pela mídia eram previsíveis. Os processos indeferidos (36), em comparação com os deferidos até 1998, não mostravam a imparcialidade que ela deveria ter. Os processos deferidos, inclusive de dois mortos por "justiçamento", chegaram a 284.

O representante das Forças Armadas, general Oswaldo Pereira Gomes, foi, sistematicamente vencido nas votações polêmicas, o que legitimava, em última instância, as decisões da comissão.

A senhora Eunice Paiva, mulher digna, honrada, imparcial, ponderada, decidida e acima de qualquer suspeita, não concordou com os rumos e decisões da comissão e demitiu-se, decisão rapidamente aceita, sendo substituída pelo advogado Francisco da Silva Carvalho Filho.

Por outro lado, a lei não foi considerada satisfatória por familiares dos mortos e desaparecidos, por ex-presos políticos, pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pela maioria da própria comissão especial. Esta última, de forma a atender os objetivos e os interesses da maioria dos seus integrantes - uma lei que abrangesse todos os mortos -, passou a analisar, caso a caso, novos nomes, reconhecidos oficialmente como mortos. Para isso, a comissão fundamentou-se em depoimentos e declarações de militantes comprometidos com a causa. Queriam uma lei que contemplasse as famílias dos mortos que se envolveram, de uma maneira ou de outra, no movimento subversivo, para o qual ainda usam o eufemismo de "luta pela liberdade e pela democracia".

Progressivamente, acrescentaram um argumento aqui, outro ali, e hoje, praticamente, expressiva maioria dos que morreram, inclusive por "justiçamento", cujos familiares requereram indenização, teve seus pedidos deferidos, com depoimentos de companheiros de armas.

A Comissão Nacional dos Familiares, apoiada pelo Grupo Tortura Nunca Mais e pela Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, amparou as famílias dos mortos, como a lei previa, ajudando-as a coletar "provas", mesmo que inconsistentes e sem comprovação. Logo, ex-presos políticos e ex-companheiros, envolvidos emocional e ideologicamente com a causa, depuseram perante a comissão, que deferiu a maioria dos processos em julgamento.

As provas, as mais absurdas, foram decisivas, como a fotografia de José Milton Barbosa, morto, usando japona, em dezembro, em São Paulo. Argumento: não fazer frio nessa época para justificar o uso da japona que, segundo alguns, somente poderia ter sido colocada para esconder marcas de torturas. Argumento aprovado, mesmo depois de sua companheira Linda Tayah afirmar

que, no momento do tiroteio, ao retirar um cigarro do bolso da japona do companheiro o mesmo saiu ensangüentado.

E o que são "dependências policiais ou assemelhadas" a que se refere a lei? O sertão da Bahia, onde Lamarca foi morto em combate? Um Fusca, na Alameda Casa Branca, onde Marighella morreu em confronto? As selvas do Araguaia, onde os guerrilheiros não se rendiam? Ou as ruas das cidades, onde os terroristas, orientados por suas organizações, resistiam até morrer?

Essas situações foram consideradas casos de indenização. A comissão, vinte, trinta anos depois, sem conhecer os locais e as circunstâncias das ocorrências, deduziu que os mortos poderiam ter sido presos. O policial, segundo a comissão, mesmo com risco de morte, não deveria atirar, mas sempre procurar a prisão. Para alguns membros da comissão, os agentes da lei deveriam arriscar suas vidas, como o fizeram o cabo Feche, o major Toja Martinez, o soldado PM Antonio Carlos Jefery, o sargento PM Antônio Aparecido Posso Nogueró e tantos outros, mortos sem chance de defesa.

Em muitos casos, era preciso atirar para não morrer!

Pouco a pouco, a lei foi sendo alterada. Acrescentou-se uma mudança aqui, outra ali. Incluíram-se os que se suicidaram, discutiu-se a indenização dos que participaram de passeatas e até dos que sofreram acidentes comprovados no exterior, desmoralizando, perante a história, o princípio que norteou a aprovação da lei, na ânsia de, ideologicamente, aumentar o número de vítimas sob a responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo em que conseguiam benefícios à custa do Tesouro Nacional.

E assim, pouco a pouco, dos 136 iniciais, a comissão reconheceu como de responsabilidade do Estado, até 1998, um total de 284 mortos, dentre os quais dois "justiçados" por seus companheiros: Rosalindo de Souza e Amaro Luiz de Carvalho.

Relação de mortos e desaparecidos

Relação dos 136 desaparecidos políticos incluídos no projeto (Lei 9.140/95).
(*O Globo*, de 29/08/1995)

NOMES	ORGANIZAÇÃO	
Adriano Fonseca Fernandes Filho	PCdoB	Araguaia
Aluisio Palhano Pedreira Ferreira	VPR	
Ana Rosa Kucinski Silva	ALN	

NOMES	ORGANIZAÇÃO	
André Grabois	PCdoB	Araguaia
Antônio Alfredo Campos	PCdoB	Araguaia
Antônio Carlos Monteiro Teixeira	PCdoB	Araguaia
Antônio de Pádua Costa	PCdoB	Araguaia
Antônio dos Três Reis Oliveira	ALN	
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	PCdoB	Araguaia
Antônio Joaquim Machado	VAR-Palm	
Antônio Teodoro de Castro	PCdoB	Araguaia
Arildo Valadão	PCdoB	Araguaia
Armando Teixeira Frutuoso	PCdoB	
Áurea Eliza Pereira Valadão	PCdoB	Araguaia
Aylton Adalberto Mortati	Molipo	
Bergson Gurjão Farias	PCdoB	Araguaia
Caiuby Alves de Castro	PCB	
Carlos Alberto Soares de Freitas	VAR-Palm	
Celso Gilberto de Oliveira	VPR	
Cilon da Cunha Brun	PCdoB	Araguaia
Ciro Flávio Salazar	PCdoB	Araguaia
Custódio Saraiva Neto	PCdoB	Araguaia
Daniel José de Carvalho	VPR	
Daniel Ribeiro Callado	PCdoB	Araguaia
David Capistrano da Costa	PCB	
Dênis Casemiro	VPR	
Dermeval da Silva Pereira	PCdoB	Araguaia
Dinaelza Soares Santana	PCdoB	Araguaia
Dinalva Oliveira Teixeira	PCdoB	Araguaia
Divino Ferreira de Sousa	PCdoB	Araguaia
Durvalino de Souza	————	
Edgard Aquino Duarte	MNR	
Edmur Péricles Camargo	M3G	
Eduardo Collier Filho	AP	
Eleny Telles Pereira Guariba	VPR	
Elmo Corrêa	PCdoB	Araguaia
Elson Costa	PCB	
Enrique Ernesto Ruggia	VPR	
Ezequias Bezerra da Rocha	————	
Félix Escobar Sobrinho	MR-8	
Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira	AP	

NOMES	ORGANIZAÇÃO	
Francisco Manoel Chaves	PCdoB	Araguaia
Gilberto Olímpio Maria	PCdoB	Araguaia
Guilherme Gomes Lund	PCdoB	Araguaia
Helenira Rezende de Souza Nazareth	PCdoB	Araguaia
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	PCdoB	Araguaia
Hiran de Lima Pereira	PCB	
Honestino Monteiro Guimarães	AP	
Humberto Albuquerque Câmara Neto	AP	
Idalísio Soares Aranha Filho	PCdoB	Araguaia
Ieda Santos Delgado	ALN	
Isis Dias de Oliveira	ALN	
Issami Nakamura Okano	ALN	
Itair José Veloso	PCB	
Ivan Mota Dias	VPR	
Jaime Amorim Miranda	PCB	
Jaime Petit da Silva	PCdoB	Araguaia
Jana Moroni Barroso	PCdoB	Araguaia
João Alfredo	PCB	
João Batista Rita	M3G	
João Haas Sobrinho	PCdoB	Araguaia
João Gualberto	PC do B	Araguaia
João Leonardo da Silva Rocha	Molipo	
João Massena Melo	PCB	
Joaquim Pires Cerveira	MNR	
Joel José de Carvalho	VPR	
Joel Vasconcelos Santos	PCdoB	
Jorge Leal Gonçalves Pereira	AP	
Jorge Oscar Adur	———	
José Humberto Bronca	PCdoB	Araguaia
José Lavechia	VPR	
José Lima Piauhy Dourado	PCdoB	Araguaia
José Maria Ferreira Araújo	VPR	
José Maurílio Patrício	PCdoB	Araguaia
José Montenegro de Lima	PCB	
José Porfírio de Souza	PRT	
José Roman	PCB	
José Toledo de Oliveira	PCdoB	Araguaia
Kleber Lemos da Silva	PCdoB	Araguaia

NOMES	ORGANIZAÇÃO	
Líbero Giancarlo Castiglia	PCdoB	Araguaia
Lourival de Moura Paulino	PCdoB	Araguaia
Lúcia Maria de Sousa	PCdoB	Araguaia
Lúcio Petit da Silva	PCdoB	Araguaia
Luís Almeida Araújo	ALN	
Luís Eurico Tejera Lisboa	ALN	
Luís Inácio Maranhão Filho	PCB	
Luiz René Silveira e Silva	PCdoB	Araguaia
Luiz Vieira de Almeida	PCdoB	Araguaia
Luíza Augusta Garlippe	PCdoB	Araguaia
Manoel Alexandrino	———	
Manuel José Nurchis	PCdoB	Araguaia
Márcio Beck Machado	Molipo	
Marco Antônio Dias Batista	VAR- Palm	
Marcos José de Lima	PCdoB	Araguaia
Maria Augusta Thomaz	Molipo	
Maria Célia Corrêa	PCdoB	Araguaia
Maria Lúcia Petit da Silva	PCdoB	Araguaia
Mariano Joaquim da Silva	VAR-Palm	
Mario Alves de Souza Vieira	MR-8	
Maurício Grabois	PCdoB	Araguaia
Miguel Pereira dos Santos	PCdoB	Araguaia
Nelson de Lima Piauhy Dourado	PCdoB	Araguaia
Nestor Veras	PCB	
Norberto Armando Habeger	———	
Onofre Pinto	VPR	
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior	PCB	
Orlando Momente	PCdoB	Araguaia
Osvaldo Orlando da Costa	PCdoB	Araguaia
Paulo César Botelho Massa	ALN	
Paulo Costa Ribeiro Bastos	MR-8	
Paulo de Tarso Celestino da Silva	ALN	
Paulo Mendes Rodrigues	PCdoB	Araguaia
Paulo Roberto Pereira Marques	PCdoB	Araguaia
Paulo Stuart Wright	AP	
Pedro Alexandrino de Oliveira	PCdoB	Araguaia
Pedro Inácio de Araújo	PCB	
Ramires Maranhão do Vale	PCBR	

NOMES	ORGANIZAÇÃO	
Rodolfo de Carvalho Troiano	PCdoB	Araguaia
Rosalindo Souza*	PCdoB	Araguaia
Rubens Beirodt Paiva	————	
Rui Frazão Soares	PCdoB	
Ruy Carlos Vieira Berbert	Molipo	
Sérgio Landulfo Furtado	MR-8	
Stuart Edgar Angel Jones	MR-8	
Suely Yumiko Kamayana	PCdoB	Araguaia
Telma Regina Cordeiro Corrêa	PCdoB	Araguaia
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto	ALN	
Tobias Pereira Júnior	P CdoB	Araguaia
Uirassu de Assis Batista	PCdoB	Araguaia
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	PCdoB	Araguaia
Virgílio Gomes da Silva	A LN	
Vitorino Alves Moutinho	PCBR	
Walquíria Afonso Costa	PCdoB	Araguaia
Walter de Souza Ribeiro	PCB	
Walter Ribeiro Novaes	VPR	
Wilson Silva	ALN	
	Total: 136 desaparecidos	

O Grupo Tortura Nunca Mais incluiu ainda em sua relação os militantes:

"Joaquinzão";
"Pedro Carretel"; e
"Antônio Alfaiate", identificado como Antônio Ferreira Pinto, PCdoB - Araguaia - pedido de indenização deferido.
Total: 3 desaparecidos.

A seguir, 219 mortos relacionados pelo Grupo Tortura Nunca Mais, dos quais 132 tiveram seus pedidos de indenização deferidos, até 1998.

A cada nome acrescentei a organização e a situação perante a comissão especial. Posteriormente, alguns dos indeferimentos foram revistos e as famílias indenizadas. Além disso, novos argumentos estão, dia a dia, sendo criados.

Ano	Organização	Indenização
1964		
Albertino José de Oliveira	—	indeferido
Alfeu de Alcântara Monteiro	—	deferido
Ari de Oliveira Mendes Cunha	—	
Astrogildo Pascoal Vianna	—	indeferido
Bernardino Saraiva	Sem referências	
Carlos Schirmer	PCB	deferido
Dilermano Mello do Nascimento	PCB	deferido
Edu Barreto Leite	Grupo dos 11	indeferido
Ivan Rocha Aguiar	—	indeferido
Jonas José Albuquerque Barros	—	indeferido
José de Sousa	—	deferido
Labib Elias Abduch	—	indeferido
Manuel Alves de Oliveira	Sem referências	
1965		
José Sabino	—	
Manoel Raimundo Soares	MNR	deferido
Severino Elias de Melo	—	deferido
1967		
Milton Soares de Castro	MNR	deferido
1968		
Clóvis Dias Amorim	—	Passeata
David de Souza Meira	—	Passeata
Edson Luiz de Lima Souto	—	Passeata
Fernando da Silva Lembo	—	Passeata
Jorge Aprígio de Paula	—	Passeata
José Carlos Guimarães	—	Passeata
Luis Paulo Cruz Nunes	—	Passeata
Manoel Rodrigues Ferreira	—	Passeata
Maria Ângela Ribeiro	—	Passeata
Ornalino Cândido da Silva	—	Passeata
1969		
Antônio Henrique Pereira Neto	—	deferido
Carlos Marighella	ALN	deferido

Ano	Organização	Indenização
Carlos Roberto Zanirato	VPR	deferido
Chael Charles Schreier	Var- Palm	deferido
Eremias Delizoikov	VPR	deferido
Fernando Borges de Paula Ferreira	VAR-Palm	deferido
Hamilton Fernando Cunha	VPR	deferido
João Domingos da Silva	VAR-Palm	deferido
João Lucas Alves	Colina	deferido
João Roberto Borges de Souza	—	deferido
José Wilson Lessa Sabag	ALN	—
Luiz Fogaça Balboni	ALN	deferido
Marco Antônio Brás de Carvalho	ALN	—
Nelson José de Almeida	ALN	deferido
Reinaldo Silveira Pimenta	MR-8	deferido
Roberto Cietto	MAR	deferido
Sebastião Gomes da Silva	Sem referências	—
Severino Viana Colon	Colina	deferido
1970		
Abelardo Rausch Alcântara	—	—
Alceri Maria Gomes da Silva	VPR	deferido
Ângelo Cardoso da Silva	M3G	deferido
Antônio Raymundo Lucena	VPR	deferido
Ari de Abreu Lima da Rosa	POLOP	deferido
Avelmar Moreira de Barros	VAR-Palm	deferido
Dorival Ferreira	ALN	deferido
Edson Neves Quaresma	VPR	deferido
Eduardo Collen Leite	ALN	deferido
Eraldo Palha Freire	—	deferido
Hélio Zanir Sanchotene Trindade	POC	—
Joaquim Câmara Ferreira	ALN	deferido
Joelson Crispim	VPR	deferido
José Idésio Brianesi	ALN	deferido
José Roberto Spinger	MR8	deferido
Juarez Guimarães de Brito	VPR	—
Lucimar Brandão Guimarães	VAR-Palm	deferido
Marco Antônio da Silva Lima	MAR/PCBR	deferido
Norberto Nehring	ALN	deferido
Olavo Hansen	PORT	deferido

Ano	Organização	Indenização
Roberto Macarini	VPR	deferido
Yoshitame Fujimore	VPR	deferido
1971		
Aderval Alves Coqueiro	MRT	deferido
Aldo de Sá Brito de Souza Neto	ALN	deferido
Amaro Luiz de Carvalho	PCR	deferido
Antônio Sérgio de Matos	ALN	indeferido
Carlos Eduardo Pires Fleury	Molipo	deferido
Carlos Lamarca	VPR / MR- 8	deferido
Devanir José de Carvalho	MRT	deferido
Dimas Antônio Casemiro	MRT	deferido
Eduardo Antônio da Fonseca	ALN	deferido
Flávio de Carvalho Molina	Molipo	deferido
Francisco José de Oliveira	Molipo	deferido
Gerson Theodoro de Oliveira	VPR	indeferido
Iara Iavelberg	VPR/MR 8	indeferido
Joaquim Alencar de Seixas	MRT	deferido
José Campos Barreto	MR 8	deferido
José Gomes Teixeira	MR 8	deferido
José Milton Barbosa	ALN	deferido
José Raimundo da Costa	VPR	deferido
José Roberto Arantes de Almeida	Molipo	deferido
Luís Antônio Santa Bárbara	MR 8	deferido
Luís Eduardo da Rocha Merlino	POLOP/POC	deferido
Luís Hirata	AP	deferido
Manoel José Mendes Nunes de Abreu	ALN	indeferido
Marilene Vilas-Boas Pinto	MR 8	deferido
Mário de Souza Prata	MR 8	deferido
Maurício Guilherme da Silveira	VPR	deferido
Nilda Carvalho Cunha	MR 8	indeferido
Odijas Carvalho de Souza	PCBR	deferido
Otoniel Campos Barreto	MR 8	deferido
Raimundo Eduardo da Silva	AP	deferido
Raimundo Gonçalves Figueiredo	VAR-Palm	deferido
Raimundo Nonato Paz	—	deferido
Raul Amaro Nin Ferreira	—	deferido

Ano	Organização	Indenização
1972		
Alex de Paula Xavier Pereira	ALN	deferido
Alexander José Ibsen Voeroes	Molipo	—
Ana Maria Nacinovic Corrêa	ALN	deferido
Antônio Benetazzo	Molipo	deferido
Antônio Carlos Nogueira Cabral	ALN	deferido
Antônio Marcos Pinto de Oliveira	VAR-Palm	deferido
Arno Preis	Molipo	deferido
Aurora Maria Nascimento Furtado	ALN	deferido
Carlos Nicolau Danielli	PCdoB	deferido
Célio Augusto Guedes	PCB	deferido
Fernando Augusto V. da Fonseca	PCBR	deferido
Frederico Eduardo Mayr	Molipo	deferido
Gastone Lúcia Beltrão	ALN	deferido
Gelson Reicher	ALN	deferido
Getúlio D'Oliveira Cabral	PCBR	deferido
Grenaldo de Jesus da Silva	—	—
Hélcio Pereira Fortes	ALN	deferido
Hiroaki Torigoi	ALN	deferido
Ismael Silva de Jesus	PCB	deferido
Iuri Xavier Pereira	ALN	deferido
Jeová de Assis Gomes	Molipo	deferido
João Carlos Cavalcanti Reis	Molipo	deferido
João Mendes Araújo	ALN	—
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	PCBR	deferido
José Inocêncio Pereira	—	—
José Júlio de Araújo	ALN	deferido
José Silton Pinheiro	PCBR	deferido
Lauriberto José Reyes	Molipo	deferido
Lígia Maria Salgado Nóbrega	VAR-Palm	deferido
Lincoln Cordeiro Oest	PCdoB	deferido
Lourdes Maria Wanderley Pontes	PCBR	deferido
Luís Andrade de Sá e Benevides	PCBR	indeferido
Marcos Nonato da Fonseca	ALN	deferido
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo	VAR-Palm	deferido
Míriam Lopes Verbena	PCBR	indeferido
Ruy Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter	PORT	deferido

Ano	Organização	Indenização
Valdir Sales Saboya	PCBR	—
Wilton Ferreira	VAR-Palm	—
1973		
Alexandre Vannucchi Leme	ALN	deferido
Almir Custódio de Lima	PCBR	deferido
Anatália de Souza Alves de Melo	PCBR	deferido
Antônio Carlos Bicalho Lana	ALN	deferido
Arnaldo Cardoso Rocha	ALN	deferido
Emanoel Bezerra dos Santos	PCR	deferido
Eudaldo Gomes da Silva	VPR	deferido
Evaldo Luís Ferreira de Sousa	VPR	deferido
Francisco Emanoel Penteado	ALN	deferido
Francisco Seiko Okama	ALN	deferido
Gildo Macedo Lacerda	AP	deferido
Helber José Gomes Goulart	ALN	deferido
Henrique Ornelas Ferreira Cintra	—	deferido
Jarbas Pereira Marques	VPR	deferido
José Carlos N. da Mata Machado	AP	deferido
José Manuel da Silva	VPR	deferido
José Mendes de Sá Roriz	MNR	deferido
Lincoln Bicalho Roque	PCdoB	deferido
Luis Guilhardini	PCdoB	deferido
Luís José da Cunha	ALN	deferido
Manoel Aleixo da Silva	PCR	deferido
Manoel Lisboa de Moura	PCR	deferido
Merival Araújo	ALN	deferido
Pauline Philipe Reichstul	VPR	deferido
Ranúsia Alves Rodrigues	PCBR	deferido
Ronaldo Mouth Queiroz	ALN	deferido
Soledad Barret Viedma	VPR	deferido
Sônia Maria de Moraes	ALN	deferido
1975		
José Ferreira de Almeida	PCB	indeferido
Pedro Jerônimo de Souza	PCB	deferido
Vladimir Herzog	PCB	deferido

Ano	Organização	Indenização
1976		
Ângelo Arroyo	PCdoB	deferido
João Baptista Franco Drummond	PCdoB	deferido
João Bosco Penido Burnier (Padre)	Sem motivação política	—
Manoel Fiel Filho	PCB	deferido
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	PCdoB	deferido
1977		
José Soares dos Santos	sem motivação política	indeferido
1979		
Alberi Vieira dos Santos	Sem motivação política	indeferido
Benedito Gonçalves	passeata	indeferido
Guido Leão	greve	indeferido
Otacílio Martins Gonçalves	passeata	indeferido
Santo Dias da Silva	greve	indeferido
1980		
Lydia Monteiro da Silva	carta-bomba na OAB	—
Raimundo Ferreira Lima	conflito agrário	indeferido
Wilson Souza Pinheiro	conflito agrário	indeferido
1983		
Margarida Maria Alves	conflito agrário	indeferido
Outras Mortes		
Afonso Henrique Martins Saldanha		indeferido
Antônio Carlos Silveira Alves		indeferido
Ary Rocha Miranda - ALN		indeferido
Catarina Abi-Eçab - VPR		indeferido
Íris Amaral		Indeferido
Ishiro Nagami - ALN		indeferido
João Antônio Abi- Eçab - ALN		indeferido
João Barcellos Martins	—	
José M de Andrade Neto - PCB		indeferido
Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues - ALN		indeferido

Ano	Organização	Indenização
Newton Eduardo de Oliveira - PCB	—	
Sérgio Correia - ALN		indeferido
Silvano Soares dos Santos		indeferido
Zuleika Angel Jones		indeferido
Mortes no exílio		
Ângelo Pezzuti da Silva	VPR	
Carmem Jacomini	VPR	
Djalma Carvalho Maranhão	—	
Gerosina Silva Pereira	—	
Maria Auxiliadora Lara Barcelos	VAR- Palm	
Nilton Rosa da Silva	MIR	
Therezinha Viana de Assis	—	
Tito de Alencar Lima (Frei)	—	
Desaparecidos na Argentina		
Francisco Tenório Júnior	—	
Jorge Alberto Basso	Polop	
Luiz Renato do Lago Faria	—	
Maria Regina Marcondes Pinto	Polop	
Roberto Rascardo Rodrigues	sem referências	
Sidney Fix Marques dos Santos	Port	
Walter Kenneth Nelson Fleury	—	
Desaparecido na Bolívia		
Luiz Renato Pires de Almeida	—	
Desaparecidos no Chile		
Jane Vanini	Molipo	
Luiz Carlos Almeida	Polop	
Nelson de Souza Kohl	Polop	
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano	PCBR	
Wânio José de Matos	VPR	
Total: 219 mortos		
Total geral, segundo o Grupo Tortura Nunca Mais:		
136 + 3 + 219 = 358 entre mortos e desaparecidos		

Nas relações existentes, o número de mortos e desaparecidos é variável. O Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos relaciona 296; o Grupo Tortura Nunca Mais lista 358; perante a Comissão criada pela Lei 9.140, até 1996, foram protocolados 360 pedidos de indenização.

Tais diferenças, associadas aos critérios subjetivos apresentados pelos responsáveis pelas relações, não nos permitem concluir, com alguma precisão, quanto ao número de mortos pela ação dos órgãos de segurança do Estado.

Existem casos listados de mortos em confrontos com os órgãos de segurança; escaramuças de rua - balas perdidas, atropelamentos, etc -, casos de "justiçamentos" pelos próprios companheiros; disparos acidentais por armas portadas pela vítima; casos de mortes por explosões, ao portarem ou manusearem explosivos; casos de acidentes de trânsito; casos de conflitos agrários; casos de câncer; 8 falecimentos no exterior; e 13 desaparecimentos no Chile, na Bolívia e na Argentina que, inegavelmente, a meu ver, são impossíveis de atribuir-se responsabilidade ao Estado. Alguns deles vamos relacionar abaixo, sem que isso, no entanto, queira dizer que os restantes, em sua totalidade, sejam reconhecidos como de responsabilidade do Estado.

- Cel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro - morto ao atentar contra a vida de um superior.
- Rosalindo de Souza - " Mundico" - PCdoB - "justiçamento".
- Ary Rocha Miranda - ALN - " justiçamento".
- Amaro Luiz de Carvalho - PCR - " justiçamento".
- Joaquinzão - Não identificado oficialmente.
- Pedro Carretel - Não identificado oficialmente.
- Bernardino Saraiva - 2º sargento do Exército (nome verdadeiro Venaldino Saraiva) - suicidou-se no 19º RI, depois de ferir 2 militares que foram prendê-lo.
- Sebastião Gomes da Silva - Conflito agrário.
- José Inocêncio Pereira - Conflito agrário.
- José Soares dos Santos - Morte sem motivação política - a família não pediu indenização - era irmão de Alberi Vieira dos Santos.
- Alberi Vieira dos Santos - Investigava a morte do irmão, ocorrida em 1977, e teria sido morto, em 1979, ao anunciar a descoberta dos assassinos. Segundo o relator perante a Comissão Especial, Nilmário Miranda, sua morte não teve motivação política.
- Raimundo Ferreira Lima - Conflito agrário.
- Wilson Souza Pinheiro - Conflito agrário.
- Afonso Henrique Martins Saldanha - PCB - Preso, por 42 dias, em 1970. Faleceu de câncer quatro anos depois de libertado, em 1974.

- Antônio Carlos Silveira Alves - estudante. Morto em escaramuças de rua quando a arma que portava disparou, acidentalmente, atingindo-o no estômago.

- Catarina Abi-Eçab e Antônio Abi-Eçab - VPR - Morreram em acidente de carro na BR - 116, próximo a Vassouras (RJ). O jornalista Caco Barcellos ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo ao apresentar, na rede Globo de Televisão, reportagem fantasiosa, mentirosa e sensacionalista sobre o caso. Todos os livros, historiadores e sites da esquerda reconhecem a morte dos dois como sendo por acidente. Somente a Rede Globo, Caco Barcellos e a comissão que outorga o Prêmio Esso não têm conhecimento da história.

- Íris do Amaral - Dona de casa, consta da lista de Vítimas do Terrorismo no Brasil. Passageira de um táxi que foi metralhado por terroristas. Na ocasião, outras cinco pessoas ficaram feridas, entre elas uma criança de 8 anos.

- João Barcelos Martins - Sem referências.

- Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues - ALN - Morto acidentalmente por Mário Prata (Guarany, Reinaldo - A Fuga - página 16).

- Newton Eduardo de Oliveira - PCB - Suicídio - não existe nenhuma ligação de seu nome com órgão policial ou de segurança.

- Ishiro Nagami e Sérgio Correia - ALN - Mortos na explosão de um Fusca onde transportavam grande quantidade de explosivos - Av. Consolação, São Paulo.

- Silvano Soares dos Santos - MNR - No seu atestado de óbito consta que morreu em casa, por caquexia. Segundo o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, "sua morte não está diretamente relacionada a agentes de repressão".

- Zuleika Angel Jones - Acidente de carro no Túnel Dois Irmãos, RJ.

- Ângelo Pezzuti da Silva - VPR - Acidente de moto, em Paris, na França.

- Carmen Jacomini - VPR - Acidente de carro - na França.

- Djalma Carvalho Maranhão - Parada cardíaca - no Uruguai.

- Gerosina Silva - Câncer - na Alemanha.

- Maria Auxiliadora Lara Barcelos - VAR-Palmares - Suicídio - jogou-se nos trilhos do metrô - Alemanha.

- Nilton Rosa da Silva - Manifestação de rua no Chile.

- Therezinha Viana de Assis - Suicídio - jogou-se de uma janela - Alemanha.

- Tito de Alencar Lima (frei) - Suicídio - enforcou-se em uma árvore em Lyon, na França.

Ainda a respeito de crimes reconhecidos como de responsabilidade do Estado, é interessante conhecer os casos do Cel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro e do sargento Venaldino Saraiva.

Morte no QG da 5ª Zona Aérea, Canoas/RS

Quatro dias após a vitória da Contra-Revolução, no dia 04 de abril de 1964, o major-brigadeiro Nelson Freire Lavanére Wanderley, acompanhado do coronel Roberto Hipólito da Costa, foi ao Quartel General da 5ª Zona Aérea, comandada, interinamente, pelo coronel aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, para assumir o comando daquela Grande Unidade da Aeronáutica. O coronel Alfeu era tido como um oficial janguista.

Ao chegarem ao QG, o brigadeiro Lavanére e o coronel Hipólito se dirigiram para a sala do comandante, situada no primeiro andar, e ocupada pelo coronel Alfeu.

Recusando-se a passar o comando, o coronel Alfeu reagiu violentamente, ferindo o brigadeiro com dois tiros de revólver: um que atravessou a subcutânea, perto do olho, em direção da orelha e o outro que penetrou o mamilo esquerdo e seguiu em direção ao braço.

Quando o coronel Alfeu atirou, o coronel Hipólito revidou, em defesa de sua vida e da do major brigadeiro, ferindo, mortalmente, o coronel Alfeu, também com dois tiros, na lateral esquerda do tronco.

Logo após esses acontecimentos, o major Pirro de Andrade chegou à escada de acesso ao primeiro piso e ordenou ao cabo enfermeiro Onéias Rech que atendesse o major-brigadeiro, que acabara de ser ferido. O cabo Rech subiu a escada, entrou na sala e, amparando o brigadeiro, retirou-o do local, entregando-o ao cabo enfermeiro Olavo Souza, que o conduziu ao hospital do QG.

Retornando à sala do comando, o cabo Rech ajudou a atender o coronel Alfeu, que, ferido, estava caído atrás da sua escrivaninha, empunhando um revólver calibre 32. O cabo Rech retirou-lhe a arma e a colocou sobre a escrivaninha.

Como os ferimentos do coronel Alfeu eram graves, ele foi conduzido numa ambulância, acompanhado pelo cabo Rech, para o Hospital de Pronto Socorro em Porto Alegre, onde veio a falecer.

Foi instaurado um Inquérito Policial Militar. No Processo Penal o coronel Hipólito absolvido em todas as instâncias.

A Comissão de Especial, criada pela lei 9140 de 04/12/1995, concedeu, por unanimidade, a indenização de cem mil reais aos beneficiários do coronel Alfeu.

A respeito de seu voto favorável nesse processo, o general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão Especial, declarou ao jornal "Folha de São Paulo", de 07 de junho de 1998:

> "...Houve o caso de um militar janguista que se rebelou num quartel do Rio Grande do Sul. Ele foi morto e a comissão votou o processo em que ele teria levado 16 tiros pelas costas. Era o coronel Alfeu de

Alcântara Monteiro. O pedido de indenização foi aceito. Eu mesmo aprovei o caso. Na verdade, depois de o caso ser apurado, fui descobrir que o coronel não tinha levado 16 tiros pelas costas, mas sim um tiro, após o tiroteio... O que foi para o relatório do "*Brasil Nunca Mais*" foi essa versão de 16 tiros pelas costas, o que é uma inverdade. Houve muitos casos como este. Havia inclusive uma combinação entre os presos para eles orquestrarem determinados depoimentos. Como exemplo, há o caso do general Fayad. Vários presos políticos combinaram em falar que todos foram torturados por ele..."

Em 15 de dezembro de 1998, o general de brigada Oswaldo Pereira Gomes encaminhou ao Dr. Miguel Reale Júnior o seguinte ofício:

"Ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão Especial criada pela Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995:

Dr. MIGUEL REALE JÚNIOR

Como Integrante das Forças Armadas na Comissão, requeiro a V. Exa. o reexame do Processo referente a ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO, cuja decisão, por parte da Comissão, deu-se por unanimidade na XIIª reunião ordinária de 27 de agosto de 1996.

O deferimento da Indenização por parte do Estado foi efetivado, basicamente, pelo que afirma o DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (cópia anexa). "*Fuzilado no dia 04 de abril de 1964 na Base Aérea de Canoas, Rio grande do Sul. A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas com uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo.*"

Muito longe da verdade essa afirmação do DOSSIÊ, uma vez que este membro da Comissão tomou conhecimento do Inquérito Policial Militar e do Processo Penal correspondente que correu na Justiça Militar, nos quais fica sobejamente provado que ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO foi morto no ato de tentar contra a vida de seu superior hierárquico Major-Brigadeiro NELSON LAVANÉRE WANDERLEY, no Gabinete de Comando deste, no QG da 5ª Zona Aérea e neste ato criminoso acertou, com um tiro de arma de fogo que empunhava, a cabeça e o omoplata direito do referido Major-Brigadeiro, sendo nesse momento abatido com dois

tiros pelo Coronel-Aviador ROBERTO HIPÓLITO DA COSTA, este último em defesa própria e do Major-Brigadeiro NELSON WANDERLEY.

Tudo isso é comprovado em documentação cuja cópia segue anexa, devendo assim, a Comissão, com suporte no Art. 12 da Lei 9.140, revogar o ato que concedeu a Indenização.

Brasília, 15 de dezembro de 1998.

OSWALDO PEREIRA GOMES
General de Brigada RI
Advogado OAB MG nº 27 710"

Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, autores do livro "*Dos filhos deste solo*", escrito em 1999, na página 561, sob o título "*Metralhado pelas costas*", relata, de forma totalmente inverídica a morte do coronel aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, no Quartel General da 5ª Zona Aérea.

Segundo os autores:

"A Comissão Especial reconheceu por unanimidade o caso de Alfeu D'Alcântara Monteiro. O general Oswaldo Gomes manifestou o desejo de mudar o voto. Alfeu era coronel aviador. Foi fuzilado no dia 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul. A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas, por uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo. Com base nessa perícia e no depoimento de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então coronel Roberto Hipólito da Costa que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido."

E foi baseada nessa absurda versão que a Comissão Especial concedeu a indenização de 100 mil reais aos beneficiários do coronel Alfeu.

Em que pese as provas apresentadas pelo general Gomes, o ato da Comissão Especial não foi revogado.

Para a esquerda o IPM, o processo Judicial, os depoimentos das testemunhas em Juízo, o laudo do exame cadavérico do coronel Alfeu, as sentenças dos Magistrados, os ferimentos do major brigadeiro Lavanére Wanderley, o ato heróico do coronel Hipólito, não têm valor algum, pois "*tudo foi forjado pela ditadura*".

Para a esquerda e para a Comissão Especial, o que tem valor é o que consta no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Como eles conseguiram contar os 16 projéteis que teriam sido retirados do corpo do coronel Alfeu, até hoje ninguém sabe.

Certamente, as mentiras desse Dossiê são infinitamente maiores do que os dezesseis projéteis inventados.

A quantidade de mentiras não lhes interessa e nem lhes fazem corar. Como corar, se o objetivo dessa gente é premiar os seus "heróis", que para o povo de bem não passam de assassinos e terroristas.

É pena que as pessoas não comprometidas com essa ideologia, embora condenem tanta indignidade, continuem inermes, sem nenhuma reação a esse estado de coisas, inclusive usando mal a grande arma de que dispõem - o voto -, elegendo gente que não viu nada, não sabe e não quer saber de nada.

Suicidio no 19 RI –São Leopoldo/RS

A respeito da morte do 2º sargento Venaldino Saraiva, que na lista do Grupo Tortura Nunca Mais aparece, no ano de 1964, com o nome de Bernardino Saraiva, transcrevo parte do artigo do general R1 Flávio Oscar Maurer, intitulado "*um breve relato pessoal*", em que ele descreve, com detalhes, como aconteceu o suicídio do referido sargento, no 19 RI. Na ocasião o general servia, como aspirante-a-oficial, nessa Unidade.

> "...no dia 12 de maio eu estava novamente de serviço de oficial-de-dia. As atividades na unidade corriam normalmente e, quase ao final de expediente, um soldado de ordem foi me encontrar no fundo do quartel, onde eu ministrava uma instrução para o curso de cabos. O soldado veio me dizer que o Cmt, Ten Cel Borba, queria falar comigo urgente.
>
> Ao me deslocar para o gabinete dele, encontrei alguns sargentos que justamente naquele momento desciam as escadas do pavilhão do comando. Borba, consciente da sua interinidade, diligentemente continuava ocupando o gabinete do subcomandante, situado bem em frente ao do comandante. Lá, Borba ordenou que eu providenciasse um xadrez para o Sgt Venaldino Saraiva, que acabara de ser preso, no curso do inquérito sobre as suas atividades subversivas no quartel, no dia 31 de março passado e que tudo isso havia sido definitivamente comprovado em acareação com outros sargentos que acabara de acontecer. Eram os sargentos que eu encontrara na escada. Desci novamente e verifiquei que havia um xadrez livre que poderia ser ocupado por Venaldino. Instruí o Cmt da Guarda, bem como o Sgt Adjunto, do que iria acontecer e subi novamente. Perguntei a Borba onde estava Venaldino e ele me apontou o gabinete do comandante. Apenas para lembrar: Venaldino era aquele que trouxe um grupo armado no dia da revolução e ocupou posições de tiro junto à caixa d'água do quartel. O gabinete do comandante era constituído de duas salas. Numa, ficava a mesa do comandante e na outra, contígua, aconteciam as reuniões de oficiais, eram recebidas autoridades, etc.
>
> Entrando na primeira sala, encontrei o Maj Rui, encarregado do inquérito que, justamente naquele instante, saía da outra dependência e me informou, de passagem, que Venaldino lá se encontrava. Ao chegar no umbral da porta que separava os dois ambientes, vi o Sgt parado, de costas para mim e de frente para uma janela, olhando para

a rua. Vestia uma japona e estava com a mão direita, num gesto típico de quem a abriga do frio, enfiada entre os botões da frente da vestimenta. Ato contínuo, falei para ele: "Vamos, Venaldino!". Ele rapidamente girou o corpo, voltou-se para mim, apontando uma pistola. Disparou de imediato e continuamente tres tiros.

Ele tinha, naturalmente, escondido a arma sob a japona. Como foi que o encarregado do inquérito não o revistou antes do interrogatório, são típicas questões que só se fazem depois que as tragédias acontecem. O fato é que tudo foi tão rápido que o Maj Rui ainda estava na outra sala, atrás de mim. O primeiro tiro Venaldino errou, passou uns três centímetros da minha cabeça, alojando-se no marco da porta. A marca da bala está lá até hoje para quem quiser ver. O segundo tiro pegou de raspão no meu tórax, furando meu uniforme em dois lugares. Já o terceiro me acertou em cheio. Como meu corpo estava em rotação, procurando abrigo à minha retaguarda, no vão da porta, este último tiro penetrou atrás da minha orelha direita, perfurou toda a cabeça e saiu em baixo do olho esquerdo rompendo o osso malar. Era uma pistola Beretta 6,35 a arma de Venaldino. O projetil, com capa de aço e com grande velocidade inicial, na sua trajetória encontrou osso somente na saída, onde fez o seu estrago maior, abrindo um rombo. No início de seu percurso, até encontrar os ossos malares, a sorte foi toda minha aliada, já que a bala passou justamente na bifurcação da veia jugular, na sua parte superior e foi tangenciando o cérebro por baixo e a arcada bucal por cima, sem encontrar grande resistência. Dei alguns passos, coloquei a mão no rosto e senti o sangue jorrando profusamente. Logo em seguida, senti um tremor no corpo todo, um frio e uma fraqueza muito grande nas pernas. Antes de desabar em frente à mesa do comandante, ainda percebi que atiravam para dentro do gabinete e que Venaldino respondia aos tiros. A partir daí, apesar de não ter perdido os sentidos, não me lembro mais direito do que aconteceu. O inquérito cujo encarregado foi o então Cap Carlos Eurico da Silva Soares, está arquivado no 19 e pode ser consultado. Sei que fui carregado, banhado em sangue, pelo Sd Johny, aquele guarda costas do Maj Rui, até a enfermaria, onde verifiquei uma correria para todos os lados, mas ninguém punha a mão em mim. Todos olhavam para mim como se eu fosse um animal. Vi até um Sgt enfermeiro me olhar e sair de fininho, com a cara apavorada. Mas, acabei sendo levado para o Hospital Centenário, na frente do Quartel, onde estavam o meu companheiro de turma Asp Aloysio Oséas, tam-

bém ferido, e o corpo de Venaldino. Como foi que tudo aconteceu é o que passarei a relatar.

Venaldino ao dar os três tiros em mim, naturalmente chamou a atenção dos que estavam nas proximidades. Principalmente o Maj Rui, que logo respondeu ao fogo, errando o alvo, ao mesmo tempo em que foi se afastando para o fundo do corredor. Disso se aproveitou Venaldino para sair da sala do comandante e continuar atirando tanto no Maj Rui na direção do fundo do corredor, quanto no Ten Cel Borba, para dentro da sala do subcomandante. Borba escondeu-se no vão, em baixo da escrivaninha. Deste modo, foi o móvel que recebeu o impacto das balas, salvando-lhe a vida. O Sgt, enlouquecido, prosseguiu na sua sanha assassina, dirigindo-se para o outro lado do corredor, até chegar às escadarias da Sala Marechal Floriano. Ao descê-las ele encontrou o Asp Of Aloysio Oséas, que vinha subindo a mesma escada. Ao se deparar com Oséas, atirou nele quatro vezes. Acertou nos braços e na barriga, tudo sem muita gravidade, mas fez com que o Asp caísse, liberando-lhe, assim a passagem. Venaldino, ao chegar no pátio, correu até o meio dele e, num último gesto tresloucado, deu o último tiro da sua arma na própria cabeça. O fato foi testemunhado por dezenas de militares da unidade, já que eram mais ou menos 17:30 hs, hora do toque de ordem.

No Hospital Centenário, conta o então Ten Nicomedes Machado Filho, os médicos e enfermeiros voltaram-se para atender Oséas, deixando-me junto com o corpo de Venaldino, provavelmente porque consideravam o meu caso perdido. Mas, por insistência de Machado que viu como eu me debatia, eles passaram a cuidar de mim, também. Eu ia alternando momentos de lucidez e outros em que estava completamente apagado. Mas, sabia que estava sendo atendido. Sabia, também, que perdia sangue em grande quantidade. Em dado momento, percebi que eu estava numa ambulância. Foi quando me levaram, juntamente com o Asp Oséas, para o HGPA, em Porto Alegre. Ao lá chegarmos, já nos esperava uma equipe de médicos, sob cujos cuidados passamos a ficar. Oséas recuperou-se logo, mas eu passei por uma dura prova, primeiro de recobrar forças e, depois, três operações..."

A morte do sargento Venaldino foi considerada pelo grupo Tortura Nunca Mais como de responsabilidade do Estado.

Lei dos perseguidos políticos

Pretendia fazer uma análise dos instrumentos legais que concedem indenização aos anistiados políticos. Mas são tantos a partir do governo Fernando Henrique, que me parece quase impossível resumir, em poucas páginas, as medidas provisórias, as leis, os decretos, os anexos criados, pouco a pouco, para atender, cada vez mais, a um número maior de comprometidos com o butim aos cofres públicos. Creio que somente um livro sobre o assunto, escrito por um jurista, poderia esclarecer o leitor, tantas são as benesses acrescidas ao texto original. Além disso, existem leis federais e estaduais.

Há instrumentos para todos os tipos de candidatos aos benefícios. Leis que atendem a ex-presos políticos; a exilados por banimento (menos de 150); a auto-exilados e fugitivos - cerca de 4.000 - ; e aos que ficaram no Brasil, mas que se "sentiram de uma forma ou de outra prejudicados" pelo regime militar. Muitos deles, "prejudicados" bem antes dos militares sentirem a necessidade de fazer a Contra-Revolução.

No governo Fernando Henrique, o Executivo mandou para o Legislativo a Medida Provisória 2.151 de 24/03/2001, que proporcionava a reparação financeira aos chamados "perseguidos políticos". Quatro dias depois, a Comissão de Anistia e Paz foi instalada no Ministério da Justiça, com vínculo direto com o gabinete do ministro.

A Medida Provisória foi reeditada algumas vezes, até que, em 13 de novembro de 2002, foi transformada na Lei 2.559, que "*Regulamenta o art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências*", alcançando qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, "*que tenha sofrido algum tipo de perseguição por razões políticas e que por isso não tenha podido continuar a exercer suas atividades financeiras*".

A lei beneficia tanto os que podem provar seus vínculos empregatícios, como aqueles que não puderem comprová-los (casos de empregados de instituições que tiveram seus arquivos queimados, para não deixar provas da subversão).

Ainda reclamam que a anistia não foi abrangente... Mais abrangente e unilateral é impossível...

A Comissão de Anistia estimou, na ocasião, que seriam apresentados cerca de 40.000 requerimentos, que seriam julgados por ela, cabendo ao ministro da Justiça a decisão final.

Finalmente, em 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, a Lei 10.559 entrou em vigor para substituir a Medida Provisória 2.151 de 24/03/2001.

"A reparação econômica, segundo a referida lei, poderá ser concedida em prestação única correspondente a 30 salários mínimos por ano de perseguição política até o limite de 100 mil reais, ou prestação mensal que corresponderá ao posto, cargo, graduação ou emprego que o anistiando ocuparia se na ativa estivesse, observado o limite do teto da remuneração do servidor público federal."
(http://www.mj.gov.br/anistia/default.htm)

Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 4.897, publicado no DO de 26/11/2003, que isenta do Imposto de Renda as aposentadorias excepcionais pagas pelo INSS e outros órgãos da administração pública, ao mesmo tempo, por iniciativa do presidente Lula, aprovada pelo Congresso Nacional, os aposentados passaram a contribuir para o INSS.

Segundo a *Folha de São Paulo*, 3.823 ex-servidores e empregados de empresas privadas foram indenizados até fevereiro de 2005. A indenização média retroativa ficou em torno de R$ 313 mil, sem contar as pensões mensais.

A comissão já pediu reforço de verba. Provavelmente as indenizações retroativas passarão de 4 bilhões de reais, fora as pensões que passarão a ser pagas mensalmente.

O advogado e deputado Luiz Eduardo Greenhalgh pediu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sessões extraordinárias para acelerar o julgamento de cerca de 28 mil pedidos protocolados.

Essas indenizações são concedidas por processos administrativos sumários, defendidos e julgados, geralmente, por companheiros de ideologia.

Depois que os cassados, anistiados e perseguidos políticos assumiram o poder, têm sido tantas as indenizações e pensões milionárias que alguns setores da sociedade passaram a defender o controle desses gastos saídos dos bolsos do contribuinte, que não foi consultado se queria pagar a conta.

Opiniões insuspeitas, complementam, abaixo, melhor o assunto:

"Brasília - A maior indenização concedida até agora a um anistiado político no Brasil chega a R$ 2,54 milhões, além de uma pensão mensal de R$ 12,3 mil. O beneficiário é José Caetano Lavorato Alves, um sindicalista cassado em 1988, ex-piloto da Varig, que já recebe desde 1994 uma outra pensão de R$ 6,6 mil pelo INSS. No total, vai receber R$ 18.936,31 por mês.

Petista, Lavorato é ligado à Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Coordena o Programa Central de Crédito São Paulo Confia e dirige a Associação Brasileira de Gestores e Operadores de Microcrédito (Abcred)."
(http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/nov/19)

"Hoje colunista da *Folha de S. Paulo*, Cony ganhou o direito de receber um benefício mensal vitalício de R$ 19.115 por mês, além de uma indenização pelos valores retroativos de R$ 1,4 milhão, numa só bolada, porque foi preso, perseguido e afastado do extinto jornal" *Correio da Manhã*, durante os anos de chumbo."

http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/nov/19

"Pela sua própria natureza, uma indenização não deve servir ao enriquecimento", argumenta o procurador-geral da República junto ao TCU, Lucas Furtado, na representação que apresentou, na Corte, na segunda-feira. Para Furtado, os elevados valores de benefícios concedidos ferem princípios constitucionais como o da "indisponibilidade do interesse público, da isonomia e da razoabilidade."

http://conjur.estadao.com.br/static/text

"Conta certa

Estava errada a informação segundo a qual Nosso Guia recebe R$ 3.900 mensais como aposentado da ditadura. Lula foi preso por 51 dias e tomaram-lhe a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. O companheiro recebe R$ 4.294,12 e em abril ganhará um aumento. Começou a embolsar essa pensão em maio de 1997, quando ela valia R$ 2.365. Se tivesse deixado o dinheiro no banco, rendendo juros tucano-petistas, em janeiro seu saldo teria chegado a R$ 707.114. Até agora, cada dia de cadeia de Lula custou R$ 13.865 à Viúva."

(Elio Gaspari, 19 Fev, *O Globo*)

Observação: Na realidade a conta ainda não está certa. Lula esteve preso por 31 dias. Cada dia de cadeia custou aos cofres públicos R$ 22.810,00.

"A gastança viaja no trem da anistia"

Augusto Nunes

"... Os cálculos das indenizações são feitos pela própria Petrobras. Na Comissão de Anistia, quem acompanha os pleitos é o ex-petroleiro Luiz Carlos Natal, ele próprio contemplado com cerca de R$ 1 milhão. Hoje na chefia de gabinete do deputado (e advogado dos anistiados) Luiz Eduardo Greenhalgh, Natal recusou tratar do assunto com repórteres da *Folha*, alegando "problemas de saúde". Problemas financeiros, esses decididamente não tem."

http://www.ultimanoticia.com.br

Jair Rattner

"Para FHC, houve exagero nas indenizações", copyright *O Estado de S. Paulo*, 18/11/04

"LISBOA - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que também foi exilado político, criticou ontem, em Lisboa, o critério das indenizações dadas aos perseguidos pelo regime militar. "Acho que houve exagero. Acredito que as indenizações devem ser dadas a todos aqueles que realmente sofreram, mas com certa preocupação de não deformar uma reparação e transformá-la numa propina."

Segundo Fernando Henrique, o objetivo, não é dar vantagem a ninguém e sim reparar uma injustiça."

http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp

"Feliz Anistia

Novo anistiado na praça: o sargento Darcy Rodrigues que saiu com Carlos Lamarca do quartel em Osasco (SP) e foi trocado pelo embaixador alemão em 1970, agora é capitão, R$ 7 mil mensais e indenização de R$ 771 mil."

Jornal de Brasília - Coluna de Cláudio Humberto

"Anistia: processo rápido para amigos de Lula

Grupo pediu reajuste este ano e já foi atendido, mas há pedidos de 2001 que ainda não foram julgados.

BRASÍLIA. No início de novembro, a Primeira Câmara da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça aprovou o reajuste da aposentadoria de 32 ex-sindicalistas do ABC e ex-companheiros do movimento sindical do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os amigos do presidente furaram a fila: todos os processos são deste ano. Uma semana antes, o grupo se reunira com Lula, em São Paulo e reivindicara a análise de seus processos."

Jornal *O Globo* - O País - 13/12/2003.

Seria interessante e esclarecedor à opinião pública, que o governo estudasse, comparasse e estabelecesse uma relação entre os recursos destinados ao pagamento das indenizações e pensões dos "perseguidos políticos" e aqueles gastos nos projetos de assistência social que atendem milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Com o valor gasto até agora seria possivel pagar um salário mínimo por mês a 1.040 trabalhadores durante 100 anos. A União já desembolsou 436 milhões e 900 mil reais com as indenizações até agora.

Vítimas do terrorismo no Brasil

A seguir, apresento uma relação de cento e vinte cidadãos "brasileiros de segunda classe". Quem assim os classifica não sou eu, mas a realidade dos fatos, pois que não recebem o devido reconhecimento do Estado, pelo sacrifício a que foram submetidos. Foram imolados por terem atravessado o caminho de terroristas, que não tinham escrúpulos em matar pela "causa".

Muitos dos seus algozes, há mais de uma década, estão encastelados no poder, simplesmente olvidando o mal que fizeram a cento e vinte famílias que tiveram seus entes queridos mortos e a outras 343 pessoas que ficaram feridas com gravidade. Eles fingem que os desconhecem, por julgarem-nos seres inferiores, a serviço de uma ditadura. Cidadãos são eles, os terroristas, que se proclamam acima do bem e do mal.

Constrangido, leitor? Também estamos todos os que vemos o Estado privilegiar os que pegaram em armas para derrotar o Estado. Inermes, assistimos às generosas indenizações e pensões pagas, sem que nenhuma lembrança seja dedicada às suas vítimas. Anistia? Realmente houve, mas sob uma total inversão de valores, segundo a qual vencidos tornaram-se juízes inclementes de vencedores, culpados por tudo que de mal acontece no País. Aos perdedores tudo! É a máxima da iniqüidade de um viés revanchista, dono da chave do Tesouro Nacional. No rol das "vítimas da ditadura", associam-se corruptos, fraudadores, aproveitadores e toda a sorte de "vencidos". Alguns mais comprometidos. Outros menos. O supremo mandatário, Luiz Inácio Lula da Silva, recebe generosa pensão, por ter sido preso, por alguns dias, ao afrontar a Justiça do Trabalho, recusando-se a cumprir decisão judicial. Por essa bravata, é tido como perseguido pela ditadura militar. Caro leitor. Todos nós, porém, temos culpa nessa injustiça. Quem de nós interessou-se pelas vítimas do terrorismo? A sociedade brasileira, em algum momento, ocupou-se em saber o que de fato ocorreu? A elite intelectual e responsável preocupou-se em pesquisar com isenção para conhecer os fatos e estabelecer juízos de valor? Os que pesquisaram tiveram livre acesso aos meios de comunicação social para divulgar os resultados e, assim, estabelecer e estimular o contraditório? A mídia e os governos pós 1985, em algum instante, preocuparam-se com esses cento e vinte cidadãos de segunda classe?

Repito: não sou eu quem os classifica assim! Na verdade, à sociedade brasileira não foi dada a oportunidade de conhecer com isenção, além do que lhe impingem lobos em pele cordeiro.

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
1	12/11/1964	Paulo Macena	Bomba no Cine Bruni - protesto contra Lei Suplicy	vigia	Rio de Janeiro	RJ
2	27/3/1965	Carlos Argemiro Camargo	Operação Três Passos	sargento do Exército	Leônidas Marques	PR
3	25/7/1966	Edson Régis de Carvalho	AP - Bomba no Aeroporto de Guararapes	jornalista	Recife	PE
4	25/7/1966	Nelson Gomes Fernandes	AP - Bomba no Aeroporto de Guararapes	almirante	Recife	PE
5	28/9/1966	Raimundo de Carvalho Andrade	passeata estudantil	cabo PM	Goiânia	GO
6	24/11/1967	José Gonçalves Conceição (Zé Dico)	Ala Mariguella - Invasão de sua fazenda	fazendeiro	Presidente Epitácio	SP
7	15/12/1967	Osíris Motta Marcondes	ao tentar impedir assalto à agência bancária	bancário	São Paulo	SP
8	10/1/1968	Agostinho Ferreira Lima	Ala Marighella - abordagem de lancha	Marinha Mercante	Rio Negro	AM
9	31/5/1968	Ailton de Oliveira	MAR - ao tentar impedir fuga do presídio	guarda penitenciário	Rio de Janeiro	RJ
10	26/6/1968	Mário Kozel Filho	VPR - sentinela do QG/II Ex - carro bomba	soldado do Exército	São Paulo	SP
11	27/6/1968	Nelson de Barros	passeata estudantil	sargento PM	Rio de Janeiro	RJ
12	27/6/1968	Noel de Oliveira Ramos	passeata estudantil	civil	Rio de Janeiro	RJ
13	1/7/1968	Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen	COLINA - "justiçado" por engano	major do exército alemão	Rio de Janeiro	RJ
14	7/9/1968	Eduardo Custódio de Souza	ALN - metralhado quando sentinela do DOPS	soldado PM	São Paulo	SP
15	20/9/1968	Antônio Carlos Jeffery	VPR - metralhado quando de sentinela em quartel da PMESP	soldado PM	São Paulo	SP
16	12/10/1968	Charles Rodney Chandler	VPR - "justiçado" por ter combatido na guerra do Vietnan	cap. do exército dos Estados Unidos	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
17	24/10/1968	Luiz Carlos Augusto	passeata estudantil	civil	Rio de Janeiro	RJ
18	25/10/1968	Wenceslau Ramalho Leite	COLINA - ao roubarem seu carro	civil	Rio de Janeiro	RJ
19	7/11/1968	Estanislau Ignácio Correia	VPR - ao roubarem seu carro	civil	São Paulo	SP
20	7/1/1969	Alzira Baltazar de Almeida	transeunte - quando passava em frente a uma viatura da polícia explodida por terroristas	dona-de-casa	Rio de Janeiro	RJ
21	11/1/1969	Edmundo Janot	ao descobrir por acaso base de guerrilha em área rural	lavrador	Rio de Janeiro	RJ
22	29/1/1969	Cecildes Moreira de Faria	COLINA - ao tentar prender terroristas num "aparelho"	subinspetor de polícia	Belo Horizonte	MG
23	29/1/1969	José Antunes Ferreira	COLINA - ao tentar prender terroristas num "aparelho"	guarda civil	Belo HorizontE	MG
24	31/3/1969	Manoel da Silva Dutra	VAR-Palmares - quando Carlos Minc Baumfeld, Fausto Machado Freire e outros assaltaram o Banco Andrade Arnaud/RJ	comerciante	Rio de Janeiro	RJ
25	14/4/1969	Francisco Bento da Silva	Ala Vermelha - assalto a carro pagador	motorista carro pagador	São Paulo	SP
26	14/4/1969	Luiz Francisco da Silva	Ala Vermelha - assalto a carro pagador	guarda carro pagador	São Paulo	SP
27	8/5/1969	José de Carvalho	ALN - assalto a banco	investigador de polícia	Suzano	SP
28	9/5/1969	Orlando Pinto da Silva	VPR - assalto a banco	guarda civil	São Paulo	SP
29	27/5/1969	Naul José Montavani	ALN - metralhado quando de sentinela em um quartel PMESP	soldado PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
30	4/6/1969	Boaventura Rodrigues da Silva	ALN - assalto a banco	soldado PM	São Paulo	SP
31	22/6/1969	Guido Boné	ALN - ataque à radiopatrulha que guarnecia	soldado PM	São Paulo	SP
32	22/6/1969	Natalino Amaro Teixeira	ALN - ataque à radiopatrulha que guarnecia	soldado PM	São Paulo	SP
33	11/7/1969	Cidelino Palmeiras do Nascimento	VAR - Palmares - ao conduzir policiais que perseguiam terroristas após assalto a banco	motorista de táxi	Rio de Janeiro	RJ
34	24/7/1969	Aparecido dos Santos Liveira	VAR - Palmares - grupo do gaúcho - MRT - assalto a banco	soldado PM	São Paulo	SP
35	20/8/1969	José Santa Maria	assalto a banco	gerente de banco	Rio de Janeiro	RJ
36	25/8/1969	Sulamita Campos Leite	ALN - ao tocar numa bomba escondida por terrorista em sua casa	dona-de-casa	Belém	PA
37	31/8/1969	Mauro Celso Rodrigues	conflito agrário	soldado PM	Área rural	MA
38	3/9/1969	José Getúlio Borba	ALN - ao denunciar terrorista que passara cheque roubado	gerente da loja Lutz Ferrando	São Paulo	SP
39	3/9/1969	João Guilherme de Brito	ALN - ao perseguir terrorista que matara gerente da loja Lutz Ferrando	soldado PM	São Paulo	SP
40	20/9/1969	Samuel Pires	assalto a empresa de ônibus	cobrador de ônibus	São Paulo	SP
41	22/9/1969	Kurt Kriegel	VPR - assalto ao restaurante de sua propriedade	comerciante	Porto Alegre	RS
42	30/9/1969	Cláudio Ernesto Canton	ALN - morto pelas costas após prender terrorista	agente da Polícia Federal	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
43	4/10/1969	Euclides de Paiva Cerqueira	assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
44	6/10/1969	Abelardo Rosa Lima	MRT / REDE - assalto a supermercado	soldado PM	São Paulo	SP
45	7/10/1969	Romildo Ottenio	ao tentar prender terrorista	soldado PM	São Paulo	SP
46	31/10/1969	Nilson José de Azevedo Lins	PCBR - ao depositar dinheiro no banco	gerente de distribuidora de cigarros	Olinda	PE
47	4/11/1969	Stela Borges Morato	tiroteio - operação para a prisão de Marighella	investigadora do DOPS	São Paulo	SP
48	4/11/1969	Friederich Adolf Rohmann	tiroteio - operação para a prisão de Marighella	protético	São Paulo	SP
49	7/11/1969	Mauro Celso Rodrigues	AP - conflito agrário	soldado PM		MA
50	14/11/1969	Orlando Girolo	MRT/REDE - assalto a banco	bancário	São Paulo	SP
51	17/12/1969	Joel Nunes	PCBR - assalto a banco	sargento - PM	Rio de Janeiro	RJ
52	18/12/1969	Elias dos Santos	PCBR - operação para prisão de terrorista	soldado do Exército - RJ	Rio de Janeiro	RJ
53	17/1/1970	José Geraldo Alves Cursino	abordagem para identificar terrorista	sargento PM	São Paulo	SP
54	20/2/1970	Antônio Aparecido Posso Nogueró	VPR - ao investigar roubo de carro	sargento PM	São Paulo	SP
55	11/3/1970	Newton de Oliveira Nascimento	ALN - ao conduzir terrorista para averiguação	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
56	31/3/1970	Joaquim Melo	operação para prisão de terrorista	investigador de polícia	Recife	PE

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
57	2/5/1970	João Batista de Souza	REDE / MRT - assalto à distribuidora de cigarros	cabo PM	São Paulo	SP
58	10/5/1970	Alberto Mendes Júnior	VPR - assassinato a coronhadas de fuzil depois de preso, desarmado e amarrado	1º tenente PM	Registro	SP
59	11/6/1970	Irlando de Moura Régis	ALN/REDE/VPR - assassinado durante seqüestro do embaixador da Alemanha	agente da Polícia Federal	Rio de Janeiro	RJ
60	15/7/1970	Isidoro Zamboldi	ALN - assassinado por Ana Bursztin - assalto à loja Mappin	guarda de segurança	São Paulo	SP
61	12/8/1970	Benedito Gomes	ALN - ao roubarem seu carro	capitão do Exército	Campinas	SP
62	19/8/1970	Vagner Lúcio Vitorino da Silva	MR-8 - assalto a banco	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
63	29/8/1970	José Armando Rodrigues	ALN - durante assalto a sua firma comercial	comerciante	São Benedito	CE
64	14/9/1970	Bertolino Ferreira da Silva	ALN/MRT - durante assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	São Paulo	SP
65	21/9/1970	Célio Tonelly	guarnecia uma radiopatrulha - ao tentar prender terroristas	soldado PM	Santo Andre	SP
66	22/9/1970	Utair Macedo	assalto à empresa de ônibus	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
67	27/10/1970	Walder Xavier de Lima	PCBR - morto pelas costas após a prisão de dois terroristas	sargento da Aeronáutica	Salvador	BA
68	10/11/1970	Garibaldo de Queiroz	ALN/VPR - metralhado quando, num táxi, perseguia três terroristas	soldado PM	São Paulo	SP
69	10/11/1970	José Aleixo Nunes	ALN/VPR - metralhado quando, num táxi, perseguia três terroristas	soldado PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
70	10/11/1970	José Marques do Nascimento	ALN/VPR - metralhado quando em seu táxi conduzia policiais perseguindo terroristas	motorista de táxi	São Paulo	SP
71	10/12/1970	Hélio de Carvalho Araújo	VPR - assassinato durante seqüestro do embaixador suíço	agente da Polícia Federal - RJ	Rio de Janeiro	RJ
72	7/1/1971	Marcelo Costa Tavares	ALN - menor 14 anos - durante assalto a banco	estudante	Belo Horizonte	MG
73	12/2/1971	Américo Cassiolato	ao tentar prender terroristas	soldado PM	Pirapora do Bom Jesus	SP
74	28/2/1971	Fernando Pereira	ao tentar evitar assalto à casa comercial	gerente da Casa do Arroz	Rio de Janeiro	RJ
75	8/3/1971	Djalma Pelucci Batista	assalto a banco	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
76	24/3/1971	Mateus Levino dos Santos	PCBR - ao roubarem seu carro	tenente da FAB	Recife	PE
77	4/4/1971	José Júlio Toja Martinez	MR-8 - assassinado traiçoeiramente ao tentar ajudar uma falsa grávida - sem saber que era uma terrorista	major do Exército	Rio de Janeiro	RJ
78	7/4/1971	Maria Alice Matos	assalto a depósito de material de construção	empregada doméstica	Rio de Janeiro	RJ
79	15/4/1971	Henning Albert Boilesen	ALN/VPR/MRT - assassinado por julgarem que ajudava a Oban	industrial	São Paulo	SP
80	10/5/1971	Manoel Silva Neto	ALN - assalto à frota de táxis Bandeirante	soldado PM	São Paulo	SP
81	14/5/1971	Adilson Sampaio	assalto às lojas Gaio Marti	artesão	Rio de Janeiro	RJ
82	9/6/1971	Antônio Lisboa Ceres de Oliveira	assalto à Boate Comodoro	civil	Rio de Janeiro	RJ

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
83	1/7/1971	Jaime Pereira da Silva	transeunte - durante tiroteio entre terroristas e policiais	civil	Rio de Janeiro	RJ
84	2/9/1971	Demerval Ferreira dos Santos	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
85	2/9/1971	Cardênio Jayme Dolce	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	Chefe do Departamento de Pessoal	Rio de Janeiro	RJ
86	2/9/1971	Silvano Amâncio dos Santos	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
87	2/9/1971	Gentil Procópio de Melo	PCR - ao roubarem seu táxi	motorista de táxi	Recife	PE
88	-/10/1971	Alberto da Silva Machado	PCR - durante assalto a sua loja	proprietário da Casa de Móveis Vogal	Rio de Janeiro	RJ
89	1/11/1971	Nelson Martinez Ponce	MOLIPO - metralhado durante assalto á empresa de ônibus	cabo PM	São Paulo	SP
90	10/11/1971	João Campos	ao interceptar carro que conduzia terroristas	cabo PM	Pindamonhangaba	SP
91	22/11/1971	José do Amaral Vilela	MR-8 - Var-Palmares - assalto a carro pagador	sub-oficial da reserva da Marinha - segurança carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
92	27/11/1971	Eduardo Timóteo Filho	durante assalto às lojas Gaio Marti	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
93	13/12/1971	Hélio Ferreira de Moura	durante assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
94	18/1/1972	Tomaz Paulino de Almeida	MOLIPO - ao roubarem seu carro	sargento PM	São Paulo	SP
95	20/1/1972	Sylas Bispo Feche	ALN - ao tentar identificar dois terroristas num carro suspeito	cabo PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
96	25/1/1972	Elzo Ito	ao roubarem seu carro	estudante	São Paulo	SP
97	1/2/1972	Iris do Amaral	ALN - passageira de táxi - durante perseguição policial a dois terroristas que dispararam suas metralhadoras e feriram outras pessoas	dona-de-casa	Rio de Janeiro	RJ
98	5/2/1972	David A. Cuthberg	ALN/VAR-Palmares/PCBR - por pertencer a um "país imperialista"	marinheiro inglês	Rio de Janeiro	RJ
99	18/2/1972	Benedito Monteiro da Silva	assalto a banco	cabo PM	Santa Cruz do Rio Pardo	SP
100	27/2/1972	Napoleão Felipe Bertolane Biscaldi	MOLIPO - transeunte - durante tiroteio entre terroristas e policiais	civil	São Paulo	SP
101	28/2/1972	Luzimar Machado de Oliveira	MOLIPO - ao tentar prender o terrorista Arno Preis	soldado PM	Paraiso do Norte	TO
102	6/3/1972	Walter César Galetti	ALN - durante assalto à firma-feriram mais duas pessoas	gerente da firma Monteiro S/A	São Paulo	SP
103	12/3/1972	Aníbal Figueiredo de Albuquerque	durante assalto à firma	coronel R1 do Exército - proprietário da distribuidora de bebidas Charel Ltda	São Paulo	SP
104	12/3/1972	Manoel dos Santos	durante assalto à firma	guarda de segurança da distribuidora de bebidas Charel Ltda	São Paulo	SP
105	8/5/1972	Odilo Cruz Rosa	PCdoB - guerrilha do Araguaia	cabo do Exército	Araguaia	PA
106	2/6/1972	Rosendo Resende	ao interceptar carro com terroristas	sargento PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
107	29/6/1972	João Pereira	PCdoB - guerrilha do Araguaia	mateiro - região do Araguaia	Araguaia	PA
108	-/9/1972	Osmar...	PCdoB - guerrilha do Araguaia	posseiro - região do Araguaia	Araguaia	PA
109	23/9/1972	Mário Abraim da Silva	PCdoB - guerrilha do Araguaia	segundo sargento do Exército	Araguaia	PA
110	27/9/1972	Sílvio Nunes Alves	PCBR - assalto a banco	bancário	Rio de Janeiro	RJ
111	1/10/1972	Luiz Honório Correia	assalto a empresa de ônibus	civil	Rio de Janeiro	RJ
112	6/10/1972	José Inocêncio Barreto	conflito agrário	civil		PE
113	6/10/1972	Severino Fernandes da Silva	conflito agrário	civil		PE
114	9/11/1972	Mário Domingos Panzarielo	ALN - ao tentar identificar a terrorista Aurora Maria Nascimento Furtado	detetive polícia civil	Rio de Janeiro	RJ
115	21/2/1973	Manoel Henrique de Oliveira	ALN - assassinado sob acusação de delação de terroristas	comerciante	São Paulo	SP
116	22/2/1973	Pedro Américo Mota Garcia	assassinado como represália por ter impedido assalto à CEF	civil	Rio de Janeiro	RJ
117	25/2/1973	Octávio Gonçalves Moreira Júnior	ALN/VAR-Palmares/PCBR - assassinado pelas costas por pertencer ao DOI/CODI/II Ex	delegado de polícia de São Paulo	Rio de Janeiro	RJ

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
118	12/3/1973	Pedro Mineiro	PCdoB - guerrilha do Araguaia	capataz da Fazenda Capingo - região do Araguaia	Araguaia	PA
119	24/7/1973	Francisco Valdir de Paula	PCdoB - guerrilha do Araguaia	soldado do Exército	Araguaia	PA
120	10/4/1974	Geraldo José Nogueira	assassinado ao tentar prender terroristas	soldado PM	São Paulo	SP

Alguns desses casos estão descritos, com maior detalhamento, ao longo do livro.

Resumo

43 Civis
34 Policiais militares
12 Guardas de segurança
10 Policiais civis
8 Militares do Exército
3 Agentes da Polícia Federal
3 Moradores do Araguaia
2 Militares da Marinha
2 Militares da Aeronáutica
1 Major do Exército Alemão
1 Capitão do Exército dos Estados Unidos
1 Marinheiro da Marinha Real Inglesa

Há anos lutamos para que os familiares dessas vítimas sejam indenizados, como aconteceu com os dos subversivos e terroristas. Infelizmente tem sido uma luta inglória, ignorada pela mídia e desconhecida pela sociedade.

A comissão especial, instituída pelo governo, decide quem deve ou não ser contemplado com pensões e indenizações, pagas pelos cofres públicos.

Essa comissão só reconhece como vítimas aqueles que lutaram para implantar no Brasil uma ditadura de cunho marxista-leninista. Com isso, demonstra, claramente, a diferença de tratamento entre vencidos e vencedores, cria ressentimentos e contribui para que o esquecimento e a paz, propostos pela Lei da Anistia, não sejam alcançados.

As leis, criadas a partir de 1995, atenderam e beneficiaram apenas um dos lados, o dos vencidos. Seus camaradas mortos são as "vítimas da violência do Estado", não cometeram atos violentos, covardes e insanos. São sempre os "pobres mártires da ditadura".

Para seus familiares, a perda desses entes queridos, de fato, foi irreparável e a pensão e/ou indenização não amenizaram a sua dor. Mas, eles são confortados, permanentemente, com homenagens prestadas aos seus "heróis falecidos". Seus nomes são diuturnamente citados com elogios na mídia, nos livros escolares e nos demais livros onde os derrotados de ontem contam a sua versão. Seus nomes são colocados em vias públicas, escolas, hospitais, teatros, bibliotecas e em salas de aula, em substituição aos dos nossos heróis do passado que, durante muitos anos, foram cultuados pelo povo.

Os nossos mortos - agentes da lei; militares das Forças Armadas; membros das Polícias Militares e Civis e da Polícia Federal, que lutaram para manter a ordem no País; os civis inocentes, vítimas de atentados; os seguranças de bancos; as donas-de-casa; os vigias; os vigilantes; os trabalhadores pacíficos, mortos ao

defender o bem público - esses, por não estarem comprometidos com a causa, não têm direito a nenhum benefício.

Nossos heróis são lembrados por poucos. São esquecidos até pelas instituições que os designaram para a missão onde perderam a vida. Essas, até mesmo proíbem que seus templos sejam cedidos para que possamos, em datas históricas, rezar por suas almas; os sacerdotes e pastores, que lhes são subordinados, se negam a dirigir um culto ou rezar uma missa.

Parece que os nossos heróis não têm familiares. Com seus órfãos ninguém se preocupou, nem com seus traumas, com sua educação, com seu futuro. Seus pais, suas viúvas e seus filhos só ouvem e lêem críticas formuladas, continuamente, pelos revanchistas de plantão, os mesmos que agora estão no poder.

2006 foi ano de eleição. Mais uma vez, oportunistas forão eleitos aproveitando-se do passado de "presos políticos torturados" e "exilados" pela "ditadura".

Nossos mortos não mereceram ter seus nomes lembrados pela Comissão de Direitos Humanos, que o deputado Nilmário Miranda tanto lutou para criar. Nem dela, nem dos ministros da Justiça, do presidente Fernando Henrique ou do presidente Lula.

Nem poderiam pensar neles, pois são comprometidos com a causa, uns mais, outros menos, mas todos "perseguidos políticos".

Como o deputado Nilmário Miranda - PT -, que participou ativamente do movimento estudantil, que foi militante da POLOP, organização trotskista, que esteve preso por três anos e meio e teve seus direitos políticos cassados, iria pensar nos direitos humanos desses 120 mortos e dos 343 feridos? Ele que foi eleito por três mandatos usando a bandeira dos "horrores da ditadura"?

Como querer que o ex-ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique, Aloysio Nunes Ferreira (Beto ou Mateus), defenda os direitos dos familiares desses 120 mortos, se ele participou da luta armada? Ele que, em 10/08/1968, participou do assalto ao trem pagador da Santos-Jundiaí e, em outubro desse mesmo ano, do assalto ao carro pagador da Massey-Ferguson? Ele que foi motorista de seu líder, Carlos Marighella, conhecido pela violência de seus atos, palavras e ações?

E no Congresso Nacional, quem se lembrou dos nossos mortos? Quem levantou a voz para defender uma equidade de tratamento entre mortos de ambos os lados? Ao que eu saiba, somente dois deputados tiveram a coragem de fazê-lo. O deputado Jair Bolsonaro e o Deputado Wilson Leite Passos. Este último, em 1996, apresentou o Projeto de Lei nº 2397, criando uma Comissão Especial de Indenização, para indenizar as famílias de militares e civis, que a serviço do Estado morreram ou ficaram inválidos no combate ao terrorismo. Ao que parece, esse Projeto permanece "engavetado". Nenhum senador, nem mesmo aqueles que chefiaram organizações que tiveram membros assassinados, fria e covardemente pelos terroristas, ousaram se pronunciar.

Nós vamos continuar a reverenciá-los e a lutar para que seus nomes continuem sendo respeitados. Não há nada que nos fará esquecê-los, nem cargos públicos, nem posições políticas, nem mandatos eletivos, nem honrarias dos altos postos de comando nas Forças Armadas, nem as demais benesses do poder.

Continuaremos lembrando que eles morreram pela democracia e que merecem o mais profundo respeito da Nação.

Mártires da Democracia

Ernesto Caruso, 31/03/2005

Cruzes de madeira brancas
Homenagem aos heróis mortos
Vítimas das lâminas vermelhas da covardia.
Repetição da Intentona de 1935
Pelos súditos das ordens externas
Matando e imolando irmãos
(...)
Reverência do Ternuma na trincheira presente
Defendendo a memória das vítimas do terror comunista
Na possível perseverança do instante
Até que se lhes dê um unido pouso eterno,
Memorial ansiado por muitos, merecido por poucos
Mártires, vencedores cuja morte não foi em vão.

Choramos juntos defensores da democracia
Vendo nos seus peitos as Medalhas da Honra
Naqueles que covardemente lhes arrebentaram as vidas
E defenderam seus filhos prematuramente órfãos.
Órfãos sem prêmios, esquecidos, pois de si nada esperam.
Mães viúvas, jovens pensionistas na forma da lei.
(...)
Aos nossos Heróis, as Medalhas de Sangue.
Essas não lhes arrebatarão.

Entre várias personalidades presentes, destacam-se, ao centro, os deputados federais Jair Bolsonaro (RJ) e Alberto Fraga (DF)

Ato público, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 31 de março de 2004, em homenagem às vítimas do terrorismo no Brasil

Governo Luiz Inácio Lula da Silva
01/01/2003 a ...

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, em Caetés, Garanhuns, interior de Pernambuco. Era o sétimo filho de uma família pobre. Em 1952, sua mãe, com os 8 filhos, migrou para São Paulo, onde já se encontrava o seu marido. Como todos os retirantes, na esperança de melhores oportunidades de vida no Sul, viajaram 13 dias, em caminhão "pau-de-arara".

Fixaram residência em Vicente de Carvalho, bairro pobre da periferia de Guarujá, litoral paulista, onde Lula foi alfabetizado.

Em 1956, a família mudou-se para a capital. Após abandonar os estudos, sem concluir o 1º grau, trabalhou para ajudar no sustento da família. Primeiro em uma tinturaria, depois como engraxate. Aos quinze anos, iniciou sua carreira de metalúrgico numa fábrica de parafusos. Formou-se torneiro mecânico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Influenciado por um irmão, passou a atuar no movimento sindical, a partir de 1969. Seis anos depois, em 1975, assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Em 1978, foi um dos líderes de uma greve dos metalúrgicos da região do ABC. Durante outra greve, em 1980, foi preso por 31 dias e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Essas greves e seu carisma projetaram-no como líder do movimento sindical. Era o Lech Waleska brasileiro.

Durante um congresso de petroleiros, realizado em julho de 1978, em Salvador-BA, Lula discursou sobre o que passaria a ser um dos sonhos de sua vida: a fundação de um partido de trabalhadores, de caráter classista.

> "...que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados" e "com o objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas."

Pouco a pouco, a idéia foi tomando corpo. Agregando sindicalistas, ex-presos políticos, militantes de organizações clandestinas, ex-cassados, ex-participantes da luta armada, representantes de movimentos sociais, lideranças de trabalhadores rurais, lideranças religiosas e intelectuais das mais diversas correntes esquerdistas, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo/SP, foi fundado o Partido dos Trabalhadores - PT.

Em 1982, o PT estava organizado em boa parte do território nacional. Lula, nesse ano, disputou o governo de São Paulo, com o partido adotando as palavras de ordem:

"Vote três, PT não vota em burguês" e "abaixo o tacão dos patrões e dos generais."

O resultado foi inexpressivo.

Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em -sto de 1983 e, em 1986, foi eleito deputado federal para a Assembléia -ional Constituinte.

As primeiras eleições diretas para presidente da República depois do regi- militar ocorreram em 1989.

Lula se candidatou. Alinhado à esquerda, com um discurso radical, contra o -amento da dívida externa, contra a burguesia, defendendo a ética e a -ralidade - como se o partido tivesse o monopólio dessas virtudes.

Perdeu a eleição para Fernando Collor de Mello. O mesmo aconteceu 1994 e 1998, quando foi derrotado pelo sociólogo Fernando Henrique -rdoso.

Em 2002, mudou o tom de seu discurso radical. Era um Lula repaginado -nciliador. A escolha do empresário José Alencar, como vice-presidente, -lhe credibilidade perante as elites. A campanha eleitoral, centrada na ima- -n "Lulinha paz e amor", criada pelo marqueteiro Duda Mendonça, agra- a opinião pública. No segundo turno, concorreu com José Serra, outro -rseguido político", ex-militante da AP e, voluntariamente, exilado.

Finalmente, depois de três derrotas, Lula foi eleito na campanha mais cara -istória política brasileira.

Durante os dois primeiros anos de governo, Lula teve apoio parlamentar -ciente para aprovar seus projetos, ao incorporar à base governista partidos -no o PTB e o PL.

Conseguiu, com várias alianças, aprovação de propostas de emendas à -stituição (PECs), algumas das quais o PT sempre se opôs.

O governo encaminhou ao Congresso os projetos de reforma tributária e de -rma previdenciária. Dessa última se destacam a elevação da idade mínima -a a aposentadoria, a criação da contribuição de inativos e pensionistas - -ndo direitos adquiridos - e a privatização da previdência dos futuros apo- -ados por meio de Fundos de Pensão.

Na economia, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ex-prefeito de -eirão Preto e ex-militante de uma organização trotskista, dando conti- -dade à política do governo anterior, manteve a inflação em níveis razoá- e baixou significativamente o risco-país.

Entretanto, a queda do dólar, os juros altos e o fraco desempenho da -opecuária derrubaram a economia. O Produto Interno Bruto de 2005 (PIB) -ceu 2,3%. Na América Latina, o resultado superou apenas o do conturba-

do Haiti que, apesar de tudo, cresceu 1,5%. A Argentina e a Venezuela cresceram 9%. A Índia 7% e a China 9%. A economia mundial cresceu 4,5%. Para um país emergente, 2,3% é um crescimento pífio.

No tão criticado regime militar, principalmente no governo Médici, o crescimento da economia chegou a 11,9%. A média do período foi de 9% ao ano.

A política agrária do governo foi alvo de críticas. O MST, passados os primeiros meses, iniciou as invasões, ocorrendo mortes entre fazendeiros, policiais e sem-terra durante os confrontos.

Em 2005, o MST resolveu dar uma demonstração de força, ao organizar a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, com 15.000 manifestantes. Iniciada em Goiânia, marcharam 200 km até Brasília. Pelo caminho, arrebentaram cercas e acamparam em fazendas, mesmo sem autorização dos proprietários. Concluíram a marcha no prazo previsto, com uma logística de fazer inveja a muitos exércitos.

O movimento promoveu manifestações em Brasília, sendo contido pela polícia quando da tentativa de invasão do Congresso Nacional. Realizou queima de bandeiras de países amigos e de organizações nacionais, além de arruaças diversas, o que não o impediu de ter seus representantes recebidos pelo presidente da República, a quem apresentaram inúmeras exigências.

No decorrer de 2004, surgiu o primeiro escândalo, o dos bingos, que envolveu Waldomiro Diniz e, por tabela, segundo a imprensa, respingou no todo poderoso chefe da Casa Civil, o então ministro José Dirceu.

Não ficaria somente nisso. Os anos de 2005 e 2006 foram anos críticos para o governo Lula. A crise recomeçaria com denúncias contra o deputado Roberto Jefferson, envolvendo pagamento de propinas no Correio. Jefferson, por sua vez, sentindo-se traído pelo governo, denunciou um esquema de corrupção envolvendo políticos da base aliada do governo: a distribuição, segundo ele, de propinas para deputados votarem e aprovarem medidas de interesse do governo. O esquema recebeu o nome de "mensalão". Era com a alegada distribuição de dinheiro, a maioria em papel moeda - que não deixava rastro, não assinava recibo, nem incriminava -, que, segundo as denúncias, o executivo obtinha apoio na Câmara dos Deputados para aprovação de suas propostas.

Repito, 2005 e 2006 foram críticos para o PT e para o governo Lula. Tentou-se, de todas as maneiras, preservar o Palácio do Planalto e o presidente, sob a inócua justificativa de que nada sabia. Assim mesmo, membros de seu governo, como o ministro José Dirceu, o ministro Luiz Gushiken, Antonio Palocci e funcionários do segundo escalão, caíram como peças de dominó.

Na Câmara, deputados foram relacionados em uma lista de prováveis cassados. O primeiro foi Roberto Jefferson e logo a seguir José Dirceu, que reassumira seu mandato de deputado. Outros renunciaram para evitar a

ssação, inclusive o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti e o presiden- do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto. As Comissões Parlamenta- s de Inquérito continuam, mas, como ninguém passa recibo de atos como ses, as provas não se materializam, apesar dos indícios serem fortíssimos.

Apareceu dinheiro em todos os lugares. Depósitos em contas, malas em téis, dez milhões de reais em um avião, 200 mil reais em uma pasta em poder José Adalberto Vieira da Silva e, pasmem, 100 mil dólares escondidos na eca que usava. José Adalberto era assessor parlamentar do deputado José obre Guimarães, líder do PT na Assembléia Legislativa do Ceará. José No- e é irmão de José Genuíno, na época presidente do PT.

Decididamente, não foram os melhores anos para Lula e o PT, havia préstimos milionários no Banco Rural, feitos em nome de Marcos Valério, n dos donos de uma agência de publicidade, avalizados por Delúbio So- s, tesoureiro, e José Genoíno, presidente do PT. Delúbio foi demitido e noíno pediu demissão. Nos depoimentos das CPIs, ninguém sabia o que passava com a contabilidade do partido. Ninguém sabia como as contas campanha eram pagas.

Na verdade, ninguém viu, ninguém sabe e tem raiva de quem de viu, be ou quer saber.

A popularidade do presidente despencou, o que sugere, para parcela população brasileira, que o papel de Lula, no "escândalo do mensalão", no mínimo de omissão.

> "Governo Lula lidera ranking mundial de perda de confiança.
> Uma pesquisa divulgada pelo Fórum Econômico Mundial nesta quarta-feira apresenta o Brasil como o país em que houve a queda mais acentuada na confiança da população no governo entre 2004 e 2005."
>
> (BBCBrasil.com - 14 de dezembro, 2005)

De maio de 2005 até o final do ano, o governo parou. No Congresso, ruas, nas televisões e jornais somente se ouviu falar em "mensalão". ora, ano de eleições, Lula procura ganhar terreno, com obras feitas às ssas, sem licitação, para se reeleger.

Vejamos o que diz a respeito o Editorial da *Folha de São Paulo* (22/ 2006):

> "A tática do despiste
> O aumento maior do salário mínimo, a operação tapa-buraco nas estradas, o subsídio à contratação de empregados domésticos,

a corrida para espalhar "farmácias populares". A máquina eleitoral do presidente da República funciona a pleno vapor. Sua estratégia reúne a receita usual dos políticos em sua condição - acumular a toque de caixa "realizações" para exibir na campanha - é a tática do despiste.

Esta consiste em erigir entre o eleitorado e a recentíssima história política um anteparo repleto de slogans, cifras e comparações com o passado escolhido a dedo. O objetivo é desviar os olhares dos descalabros éticos praticados na esfera federal a favor do consórcio de poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva..."

E, como o próprio Lula diz que homem público faz campanha todos os dias do ano, Villas-Bôas Corrêa, do *Jornal do Brasil* de 22/02/2006, escreve, em seu artigo:

"A emenda no soneto de Lula

...Como não há obras prontas a inaugurar, o candidato percorre acampamentos de operários em seis estados do Nordeste para dar uma olhada no andamento do programa de extensão das unidades universitárias. Onde não encontra o que ver, o jeito é inaugurar novas promessas. E a cada parada, um improviso..."

Para completar, o PT, que sempre se auto-intitulou o partido da ética e da moralidade, foi surpreendido com novas publicações sobre o seqüestro e a morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Morte, até hoje não esclarecida, que alguns procuram abafar, enquanto outros procuram apurar. Sete pessoas ligadas ao caso - testemunhas, possíveis seqüestradores, um garçom, um perito - morreram de forma não natural, como se houvesse um plano arquitetado para dificultar novas investigações conduzidas pelo ministério público e impedir o indiciamento dos verdadeiros responsáveis.

A respeito do assunto, o *Jornal de Brasília*, de 22/02/2006, publicou o seguinte:

"Nova denúncia contra o PT

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário Antônio Braga confirmou, ontem, que pagou uma "caixinha" para a prefeitura petista de Santo André/SP, no valor de R$ 100 mil mensais. Os pagamentos teriam ocorrido entre o segundo semestre de 1997 e abril do ano 2000. Braga acrescentou que a empresa de transportes urbanos Nova Santo André, formada por um consórcio de sete

empresários, teria contribuído com mais de R$ 3 milhões para o caixa 2 do PT. Página 11."

"...Ele informou que os arrecadadores destes recursos eram o ex-secretário da prefeitura de Santo André, Klinger, e o empresário Ronan Costa Pinto, que também integrava o consórcio. O empresário afirmou não saber se o prefeito Celso Daniel sabia pessoalmente da cobrança de recursos de caixa 2 das empresas de transportes urbanos de Santo André."

O brasileiro tem a memória fraca.

O que estarrece é que o uso eleitoral da máquina do governo deu certo, ›is Lula reverteu, a partir de fevereiro de 2006, a sua decadência nas squisas de intenção de votos.

Nem mesmo as denúncias de novos escânddalos no período da campa- a eleitoral nos dias que antecederam o primeiro turno das eleições, aba- ·am a credibilidade de Lula.

O escândalo do Dossiê Vedoin, como ficou conhecido, ganhou as man- etes de toda a mídia. Foi a descoberta da tentativa de compra de um lso dossiê que seria utilizado para incriminar os candidatos do PSDB a ›vernador de São Paulo e à Presidencia da República.

O escândalo envolvia militantes do PT e diretamente o assessor especial da ecretária Particular de Segurança do Presidente, Freud Godoy, seu secretario rticular. Além de Freud, que não explica o fato, foram envolvidos, também, edimar Passos, funcionário graduado do comitê de reeleição de Lula e Jorge orenzetti, chefe de um setor catarinense do comitê e churrasqueiro de plantão presidente Lula.

No ato da entrega do dinheiro, foi apreendida a quantia de um milhão e tecentos mil, em dólares e reais, que seriam usados para pagar o dossiê que, utilizado, poderia desequilibrabar a campanha dos cadidatos do PSDB.

A Polícia Federal, mesmo prendendo em flagrante o portador e os recepta- ›res do dinheiro não conseguiu, até o momento, janeiro de 2007, identificar a igem da mala de dólares e reais.

Nem isso abalou a crescente popularidade do Presidente que, como sem- e, apesar da proximidade dos protagonistas da façanha, não soube e não viu ıda. E o que nós soubemos disso tudo é que o grupo foi classificado por ele "aloprados". Apesar disso, Lula foi reeleito no segundo turno.

Os sem-terra sem limites

Bruno da Costa de Albuquerque Maranhão, idealizador e líder da invasão da Câmara dos Deputados pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra, nunca foi agricultor, muito menos camponês. É engenheiro, filho de usineiro e tem uma história pródiga como agitador, subversivo, terrorista e, atualmente, explorador e manipulador político e ideológico de pessoas humildes da zona rural do nordeste.

Na década de 60 foi da Ação Popular (AP). Em 1967, participou da 1ª Reunião Nacional da organização terrorista Corrente Revolucionária, que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário(PCBR), onde integrou o Comitê Central e fez parte da sua Comissão Executiva.

Sua militância no PCBR começou na Guanabara e, depois, se estendeu a Pernambuco, onde dirigiu e coordenou inúmeras ações armadas. Com o AI-5, ingressou na clandestinidade, morando em "aparelhos" em vários estados.

No início da década de 70, sem nunca ter sido preso, fugiu para o exterior. Residiu no Chile e depois gozou as delícias da vida em Paris, até a anistia, quando retornou ao Brasil em agosto de 1979.

Na volta, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores - PT -, um partido que *"tornou-se um verdadeiro saco de gatos"*..., segundo a revista ISTO É de 05/08/1987, página 28 - reportagem *"Gosto pela sombra"*.

Bruno Maranhão teve sempre participação destacada no PT: entre 1983 e 1985 presidente do partido em Pernambuco; ainda na década de 80 candidato a senador e a prefeito de Recife; em 2006 membro da Executiva e Secretário de Movimentos Populares. Foi permanentemente prestigiado pelo PT, em especial pelos seus dirigentes e pelas tendências mais radicais que se abrigam no Partido.

Em março de 1990, Bruno Maranhão participou de uma reunião do Comando Central do PCBR, organização que no PT intitula-se *"Tendência Brasil Socialista"* e edita, em nome do *"Instituto de Estudos Políticos Mário Alves"*, a *"Revista Brasil Revolucionário"*.

Em 23 de agosto de 1997, Bruno Maranhão e Manoel da Conceição Santos, também ex-membro da AP e fundador do PT, criaram o MLST, braço armado do PCBR na área rural.

O MLST atua em vários estados, com destaque para Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Suas ações são cada vez mais freqüentes e audaciosas. Invadem fazendas, bloqueiam estradas e ocupam órgãos públicos como o Incra, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Transcrevo a seguir, trecho da matéria, de autoria de Policarpo Júnior, iblicada na revista Veja de 20 de abril de 2005, sobre a invasão do Minis- rio da Fazenda:

> "O que se viu na Esplanada dos Ministérios é banditismo, que merece uma reação do governo. O vandalismo dos sem-terra é uma violação da ordem constitucional do país, além, é claro, de um ultraje simbólico de tratar o mais importante ministério da República, guardião da moeda, do Tesouro e do Orçamento do país, como se fosse um botequim de beira de estrada(...)"

Todo esse vandalismo é financiado com impostos pagos pelos contribu- tes. Os militantes do MLST agem com o patrocínio do Governo Federal. pós a invasão do Ministério da Fazenda, somente a ANARA - Associação acional de Apoio à Reforma Agrária -, fundada por militantes do MLST, cebeu 5 milhões e 700 mil reais do Governo Federal.

Apesar da reprovação da sociedade, em 9 de julho de 2005, 14 líderes do LST foram recebidos no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, durante ias horas. O Presidente, além de vestir o boné do MLST, autografou bonés dos ilitantes, levantou a bandeira do movimento e posou para fotografias com os deres. Mas, não é somente apoio moral que esse grupo recebe. O Governo ederal destinou 9 milhões de reais ao movimento.

Com tantas ações sem nenhuma punição, sempre recebido no Palácio do analto, amigo do presidente, prestigiado, fazendo parte da Executiva do PT e rigindo a Secretaria de Movimentos Populares, Bruno Maranhão fez do radica- smo político e da violência revolucionária as diretrizes para as suas badernas.

Planejou, organizou e executou a maior e a mais violenta agressão ao Con- resso Nacional. Com cerca de 600 militantes do MLST, no dia 06/06/2006, vadiu, depredou e vilipendiou a Câmara dos Deputados, deixando, por onde issava, um rastro de destruição e 26 feridos, um deles, o segurança Normando ernandes, que teve afundamento do crânio e passou dois dias na UTI. O imulto durou cerca de duas horas.

O Presidente da Câmara, Aldo Rebelo vivenciou, como responsável maior ela segurança da Câmara dos Deputados o que acontecia nas ruas nas déca- is de 60 e 70. Foi firme, como o seu cargo exigia. Tomou medidas que seus orreligionários sempre criticam. Os baderneiros, depois de cercados pelo atalhão de Choque da Polícia Militar, foram detidos e levados para um ginásio homens, mulheres, idosos e crianças e o próprio Bruno Maranhão -, onde oram revistados e depois encaminhados para o presídio.

Curiosamente, em razão da violência das ações, não houve por parte dos ongressistas críticas à prisão.

Os militantes foram autuados por danos ao patrimônio público, formação de quadrilha e corrupção de menores, já que havia entre os 579 participantes 42 crianças e adolescentes. Os líderes também foram autuados por tentativa de homicídio. No total, 537 arruaceiros foram enviados para a penitenciária.

Oitenta e um integrantes do MLST, considerados responsáveis pelo planejamento e execução da invasão, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, criada durante o regime militar, que parece ser necessária até os dias atuais.

O Jornal O Globo publicou, no dia seguinte, 07/06/2006 , em sua primeira página, com destaque, o seguinte:

> "Opinião
>
> A invasão do Congresso por militantes sem-terra tem de ser vista na sua verdadeira dimensão. Não é apenas grave.
>
> A depredação de um dos símbolos da República vai além de um crime previsto no Código Penal e reflete a postura desses movimentos contra o estado de direito e a democracia.
>
> Mas não surpreende que tenha acontecido. A leniência de autoridades com a sucessão de atos ilegais e crescentemente violentos que vêm sendo cometidos pelo MST e similares serve de estímulo para ações mais ousadas.Como a de ontem.
>
> Que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário entendam agora o risco que o país corre pelo fato de a lei não valer para todos."

A Revista Veja de 14/06/2006, oito dias após a invasão e a violência contra o Congresso e a Nação, assim se manifestou:

> "...Portanto, a resposta é outra: os sem terra promoveram a baderna contra o alvo determinado porque em sua cartilha e em sua visão de mundo não existe lugar para o Congresso. Também não existe lugar para a liberdade de expressão, para universidades livres, para laboratórios de pesquisa ou para progresso científico..."
>
> "...Os sem-terra têm a lógica do terrorismo, do autoritarismo. Querem ocupar o Estado pela violência, com métodos ultrapassados. Não aceitam o diálogo com quem tem pensamento diferente", afirma o professor e filósofo Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas.
>
> Na mão dessas organizações de sem-terra, a reforma agrária, em geral, é apenas um pretexto de luta, cujo objetivo final é a revolução."

Com tudo isso, pouco mais de um mês depois todos já estavam em liberdade, inclusive Bruno Maranhão, que anunciou a intenção de processar o Estado.

O jornal "O Globo" (página 10) de 19/07/2006, mais uma vez se manifestou sobre o assunto, do qual destaco a seguinte transcrição:

> "...Na libertação do líder e de militantes, presos por causa da depredação do Cqngresso, apareceu mais um elo provável entre governo e MLST: gestões da Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, levaram a Justiça a liberar o grupo, contra a vontade de procuradores federais.
>
> O Ministério agiu como aparelho e não como parte do Estado brasileiro. Maranhão saiu da cadeia e anunciou que trabalhará para a reeleição de Lula. É como se fosse um gesto de gratidão."

Além das ameaças e das agressões, no campo e na cidade, realizadas pelo MLST e outros, ainda corremos o risco de, futuramente, termos que pagar indenizações por danos morais, por traumas em crianças e danos psicológicos a bebês em gestação (se algumas das mulheres presas estivessem grávidas, na época da prisão), como vêm fazendo atualmente ex-subversivos-terroristas das décadas de 60 e 70 e alguns de seus filhos.

O site Mídia Sem Máscara divulgou, em 25/07/2006, a matéria " MLST, PT e Foro de São Paulo", de autoria de Ipojuca Pontes, datado de 12/06/2006, do qual extraio, parcialmente, o texto a seguir transcrito:

> "O PT, partido de dupla moralidade (que diz uma coisa e faz outra), logo após os atos criminosos que destruíram a Câmara, levada de roldão pelos militantes do MLST, a primeira providência que tomou foi retirar do seu site, na Internet, parte da página que mostrava "Quem é Quem" na nova Comissão Executiva Nacional, presidida pelo lustroso Ricardo Berzoini. Explica-se a retirada: é que, em plena campanha de reeleição presidencial, constava no site do partido o perfil biográfico de Bruno Maranhão, líder do sanguinário quebra-quebra do dia 6 e figura eleita para cuidar da Secretaria dos Movimentos Sociais, setor considerado estratégico na hierarquia executiva do PT."
>
> "O perfil exposto (e retirado) no site do PT não informava aos leitores que, além de violento, Bruno Maranhão era filho de usineiro e, quando na clandestinidade, assaltante de banco. Mas,

em substância, o que vale ressaltar é que na última reunião do Foro de São Paulo, ocorrida em Porto Alegre, o tema do avanço incondicional da " reforma agrária". Na lei ou na marra, foi considerado pelos seus integrantes de vital importância, e sua deflagração, no estratégico ano de 2006, de prioridade máxima "para se estabelecer o socialismo na América Latina."

"A palavra de ordem, proferida entre os militantes, foi a de se adensar as invasões em massa, na cidade e nos campos, quem sabe saltando-se da "guerra civil de baixa intensidade" - conforme proclamou em tempos idos Gilmar Mauro,um dos líderes dos Sem Terra - para o que os analistas da violência no mundo moderno estão chamando de "G4G" - a Guerra de Quarta Geração, onde não se distingue mais o que é guerrilha, guerra convencional, ação terrorista ou simples ato de provocação."

"Para concluir: só um inocente útil vai excluir do episódio de Brasília a ação planejada das revolucionárias entidades não-estatais, agindo de forma global, e acreditar que Maranhão fez tudo de sua cabeça, com a ajuda de bate-paus e falsos Sem Terra. Ou ainda melhor: contestar que o Brasil não ingressou, de fato, no cenário belicoso da Guerra de Quarta Geração, a famigerada "G4G"...

Segundo levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, já são 71 os grupos de sem-terra que atuam no país. Uma força militarmente treinada e armada, aparentemente, com facões, foices e enxadas, que segundo eles, são ferramentas de trabalho, mas, quando necessário, se transformam em armas, como em Porto Alegre, quando um sem-terra, com uma foice, decapitou o cabo da Brigada Militar Valdeci de Abreu Lopes, no dia 8 de agosto de 1990, na Rua da Praia, no centro de Porto Alegre.

O MST de hoje e outras dissidências de grupos de sem-terra, nada mais são que uma edição melhorada das Ligas Camponesas. Com uma diferença, o Francisco Julião de hoje, João Pedro Stédile, é recebido na Escola Superior de Guerra, anda de avião, tem meios de comunicações modernos, escolas para os sem-terrinhas, faculdades para formar líderes e um número de adeptos treinados significativamente maior. É o Exército Popular de Libertação que as organizações terroristas da década de 70 tanto aspiravam e nunca conseguiram criar.

Stédile, com todos os recursos recebidos, já se arvora até em apoiar o presidente Evo Morales.

Fábio Guibu, da Agencia Folha, em Recife, assim se manifesta sobre o MST e João Pedro Stédile:

"O coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stédile, ofereceu ajuda ao presidente da Bolívia, Evo Morales, em eventuais ações de seu governo contra "empresas capitalistas" instaladas naquele país."

"A revelação foi feita no sábado, num assentamento do MST, em Caruaru (136 km de Recife, PE), pela pediatra cubana Aleida Guevara, filha de Ernesto Che Guevara. Segundo ela, durante a crise provocada pela nacionalização da produção de gás e petróleo da Bolívia, Stédile ligou para Morales, que lhe teria dito que "*as diferenças não eram com o povo brasileiro, mas com as empresas capitalistas.*"

"Em resposta, Stédile teria declarado que, se o presidente necessitasse do povo brasileiro, poderia contar com o MST, "*que tem treinado nesse aspecto.*"

As ações desenvolvidas pelo MST, e por outros movimentos dele deriva-
s, são tão eloqüentes, anárquicas, violentas e criminosas quanto as repercus-
es junto a Nação e a indiferença com que as autoridades, os órgão de segu-
ça e expressiva parcela da mídia tratam do tema em questão.

O problema é muito mais sério do que se possa imaginar.

Vejamos o que o Globo publicou, no dia 8/4/2006, página 9, sobre o
unto:

"Acampamento no sul teria armas

Chico Oliveira

Porto Alegre – Depois de ter sido invadida oito vezes, a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (RS), voltou a ser depredada no domingo. A fazenda está cercada por dois acampamentos do MST, um em área comprada pelo movimento e outro em área cedida por um morador.

Nas propriedades do MST, segundo denúncias feitas à polícia de Carazinho, há armas de diversos calibres. Dois ex-acampados, Cleomar Soares e Leandro Silva, também confirmaram a presença de dois estrangeiros no comando das operações táticas do MST, como construção de trincheiras, preparação de bombas e granadas caseiras que têm sido usadas contra a polícia..."

Faz sentido, particularmente se considerarmos, reportagens de Maria Clara
tes, publicadas nos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, de 30

e 31 de outubro de 2005, sobre a presença no Brasil de militantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC - treinando guerrilheiros.

Essa presença tem sido uma constante para os traficantes de drogas e armas na Amazônia e também entre os militantes dos movimentos sociais, incluindo líderes do MST.

Os centros de treinamento estão localizados nas fronteiras do Brasil com o Paraguai.

Relatórios de autoridades registram a ocorrência de cursos de técnica de guerrilha na região de Pindoty Porá, no Paraguai, fronteira com Mato Grosso do Sul e Paraná. São cursos de primeiros socorros e contra-informação para os integrantes do MST dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Outro curso, basicamente sobre técnicas de guerrilha urbana, teria sido realizado em agosto de 2005, destinados a integrantes de quadrilhas que distribuem drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Já existem indícios para se acreditar que essas técnicas foram aplicadas em São Paulo, nas arruaças de maio e de julho de 2006.

Autoridades paraguaias e brasileiras têm conhecimento que as FARC estão tentando, com sua experiência de 40 anos de guerrilha, criar as Forças Revolucionárias da América - FRA -, que reuniriam representantes dos movimentos populares e de outras organizações do Brasil, Venezuela, Chile, Uruguai e Argentina. As FRA difundiriam entre as forças rebeldes uma ideologia revolucionária para a América Latina.

Fontes da Inteligência da Brigada Militar (Polícia Militar do Rio Grande do Sul) descobriram que a atuação do MST no RS tem o apoio de organizações estrangeiras, como as FARC e a Via Campesina.

O MST pretende "libertar" e "exercer o domínio territorial", no perímetro que abrange seus 31

J. Batista / Ag. Câmara

Normando: Funcionário da Câmara há 13 anos teve convulções depois da agressão

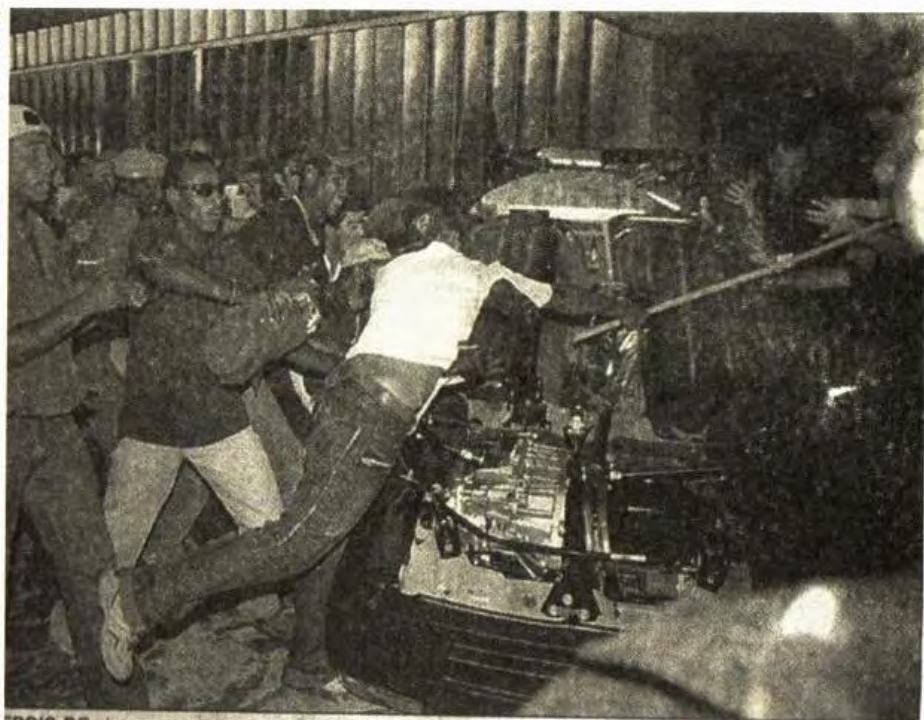
acampamentos entre os municípios das Missões, Iraí, Nonoai, Encruzilhada, Natalino, Pontão e Passo Fundo. Isso explica a insistência em tomar a Fazenda Coqueiro, da família Guerra, em Carazinho.

Com isso, o MST pretende criar um território liberado que irá de Mato Grosso do Sul ao Uruguai, sobre o qual os governos federal e estadual não terão ingerência, a exemplo das "áreas liberadas" da Colombia.

O MST invade, comete crimes, faz reféns, rouba, depreda.

Seus metódos são os mesmos da guerilha rural.

Fontes:
Correio Braziliense,
Jornal Estado de Minas
www.midiasemmascara.com.br
www.ternuma.com.br
www.polibiobraga.com.br

Correio Braziliense

EPOIS DE virarem o carro, os manifestantes, com barra de ferro, tentam agredir os seguranças da Câmara

O Globo

BRUNO MARANHÃO, membro da executiva nacional do PT e coordenador do MLST, ao ser preso: "Não s

'Não me arrependo de nada'

O Globo

g
g
n
M
si

Foto: Dida Sampaio/Agência Estado/AE

Petista Bruno Maranhão teve direito a cadeira especial na posse, passa-
e hospedagem pagas pelo governo. Responsável pela invasão do Con-
so no ano passado, que acabou com depredação das instalações da Câ-
, o líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Bruno
nhão, teve direito a cadeira especial reservada a convidados vips da Pre-
cia na solenidade de posse no Palácio do Planalto..."

or Evandro Éboli e Marta Beck - O GLOBO - 02 de janeiro de 2007

Indenizações...até quando?

A Lei 6683 de 28 de agosto de 1979, a partir do governo de Fernando Henrique, que criou a Comissão de Anistiados Políticos, vem sendo ignorada e deturpada.

A Comissão de Anistia acaba de indenizar mais um grupo de sete pessoas da mesma família, envolvido com a luta armada nos anos 70. Inclusive dois deles, autores confessos, presos em flagrante praticando um crime considerado hediondo, - o seqüestro.

Vejam a reportagem abaixo, publicada no jornal O Globo, de 08/12/2006:

"Anistia indeniza sete de uma mesma família

Decisão beneficia ex-guerrilheiros Jessie e Colombo e cinco parentes perseguidos, torturados ou exilados na ditadura

BRASÍLIA. A Comissão de Anistia aprovou ontem uma indenização para os ex-guerrilheiros Jessie Jane e Colombo Vieira de Souza e outros cinco familiares do casal. Eles tiveram reconhecida condição de anistiados políticos. Ao todo, tramitam na comissão processos de 14 integrantes da mesma família que, durante a ditadura, foram perseguidos, presos, torturados e viveram na clandestinidade ou no exílio. Colombo terá direito à indenização de R$100 mil. Jessie vai receber um benefício mensal e mais um valor retroativo que ainda serão calculados.

Eles ficaram conhecidos pela tentativa frustrada de seqüestrar um avião da empresa Cruzeiro do Sul, no Galeão, em julho de 1970. Na fracassada operação, ela simulou estar grávida e carregava armas escondidas no corpo. Colombo levava uma arma no sapato. Dois outros guerrilheiros morreram na ação, após troca de tiros com policiais. O comandante do avião ficou ferido. Os quatro eram militantes a Ação de Libertação Nacional (ALN) e foram condenados a 18 anos de prisão. Passaram nove anos na cadeia.

Vídeo do casal dando banho na filha provoca emoção

A sessão que aprovou a anistia para a família foi marcada pela emoção. Durante a reunião, foi exibido um vídeo, inédito até ago-

ra, com imagens do casal com a filha recém-nascida, Leta, na cadeia, em janeiro de 1977. O filme, de seis minutos, foi gravado na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio. São imagens de Jessie e Colombo dando banho no bebê. Jessie também aparece amamentando a filha.(...)

Dedico esta decisão a todas as mulheres brasileiras

Jessie e Colombo ficaram presos durante nove anos. Ela é a militante política que ficou mais tempo presa durante a ditadura. Eles ficaram presos também em Ilha Grande. Foram torturados no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

Para se casarem, em 1972, foi preciso uma autorização judicial. Leta nasceu em 76, numa clínica no Rio, mas sob forte vigilância policial e tortura psicológica. Colombo foi levado para o Presídio Frei Caneca e, com a distensão política no governo Geisel, podia visitar a mulher e filha no Talavera Bruce. Com base nas imagens do vídeo, a filha do casal, hoje com 30 anos, reivindica também indenização na Comissão de Anistia. O caso dela não foi julgado ontem. O presidente da comissão, Marcelo Lavenère, disse que o processo precisa ser melhor analisado.

Após a aprovação, Jessie chorou muito e desabafou.

- Dedico esta decisão a todas as mulheres brasileiras, mães, esposas, noivas e filhos dos que se sacrificaram para o Brasil melhorar - disse.

Colombo, durante a sessão, falou da tentativa do seqüestro do avião.

- Foi um blefe, talvez. Não tínhamos intenção de matar ninguém. Teríamos que ir embora do Brasil, para não sermos mortos, mas não sem antes fazer alguma coisa - disse Colombo.

Entre os outros casos aprovados ontem, estão os processos das mães dos dois ex-guerrilheiros: Leta, mãe de Jessie, e Inah Meirelles de Souza, mãe de Colombo, que sofreu tortura psicológica e recebia visitas permanentes de agentes da repressão, que tentavam tirar informações dela sobre militantes políticos. A comissão também aprovou indenização para dois irmãos de Jessie e um cunhado."

Vamos aos fatos:

O Seqüestro

Os quatro seqüestradores compraram no dia 30 de junho de 1970 as passagens para o vôo do Caravelle.

A rota seria Rio-Buenos Aires, com escala em São Paulo. Às 8.30 horas do dia 1° de julho, embarcaram no Galeão. Jessie se fingia de grávida, com um vestido largo, que escondia as armas. Vinte minutos após a decolagem, invadiram a cabine com as armas nas mãos e anunciaram o seqüestro, exigindo do comandante Harro Cyranka a volta ao Galeão. Queriam o resgate de 40 presos em troca dos passageiros.

O avião voltou e pousou no Galeão, onde já os esperavam tropas da Aeronáutica. A pista foi coberta com areia e o avião foi cercado por soldados da Aeronáutica. Os seqüestradores, acostumados com o sucesso de outros seqüestros, quando outros aviões foram desviados para Cuba, não esperavam por essa reação.

O prazo dado para a rendição e entrega dos reféns foi até às 15 horas. Na hora marcada, o avião foi envolto por uma cortina de espuma. Muita fumaça escura invadiu a aeronave, impedindo a visibilidade no seu interior. Um capitão, com um maçarico, abriu a porta e, juntamente com alguns soldados, invadiu o aparelho. Fim da ação: o comandante do avião ferido na perna e o seqüestrador Eraldo Palha Freire encontrado no banheiro, seriamente ferido. Os outros três seqüestradores foram presos.

Ao contrário do que diz a reportagem, o único morto na ação foi Eraldo Palha Freire que faleceu três dias depois, em conseqüência dos ferimentos. ("dos filhos desse solo" - Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio).

Perante a Comissão de Anistia tudo muda. As versões são romanceadas, "as pobres vítimas inocentes sempre foram torturadas", fizeram isso ou aquilo para não morrerem.

Analisemos a reportagem usando ás próprias palavras de Jessie Jane, em entrevista a Luis Macklouf Carvalho, no livro "Mulheres que foram a luta armada", publicado em 1998, antes da Lei das Indenizações.

> *"Nós fizemos o que o Marighella mandava fazer. Foi uma ação independente, dentro do quadro da violência necessária e legítima."*

"Havia o sonho de guerrilha no campo. O Toledo ainda não tinha morrido. Decidimos ir para Cuba. Todos nós éramos cubanófilos. Tinha um grupo da ALN em Cuba e queríamos chegar lá.(...)"

(...) "Nós queríamos ir para Cuba fazer treinamento, voltar com a ALN. Era isso. pensamos no seqüestro nessa dimensão.(...)"

(...) "Outras pessoas já tinham feito seqüestros antes de nós. Nós não inauguramos. Nós fomos os últimos."

(...) " todo o projeto da esquerda armada foi um processo inconsistente, porque não estava baseado no convencimento das massas. A concepção de partido leninista era complicada. Vanguarda iluminada, uma concepção elitista da política. Nada tinha a ver com o que estava se passando na cabeça da população. Tanto é que o Médici era um presidente extremamente benquisto."(...)

Voltando à história de Jessie Jane e Colombo. Ela, após a prisão, foi para Presídio Talavera Bruce, em Bangu, e Colombo foi para o Presídio da Ilha rande. Em 1972 casaram-se e continuaram presos. A "ditadura sanguinária" ermitia que Colombo fosse passar os fins de semana em Bangu. Às vezes, cava até mais tempo.

Em 1976, da união nasceu a filha Leta. Jessie Jane, como Criméia, também ega tortura durante o parto no hospital.

No vídeo Jessie e Colombo aparecem dando banho no bebê recém-nasci- e ela, amamentando a filha, hoje com 30 anos, que, seguindo o exemplo do ho de Criméia, também requereu indenização do Estado.

Jessie e Colombo continuaram na prisão até 9 de fevereiro de 1979, quan- foram beneficiados pela Lei da Anistia.

E, agora, nós, contribuintes, vamos esperar mais cerca de 40.000 requeri- ntos de "torturados" e "perseguidos políticos" que hoje são "pobres vítimas" ssa "ditadura sanguinária" que se preocupava com visitas íntimas, enxovais bebés, batizados, festinhas de aniversários, ceias de natal, etc"...

Somente dessa família são 14 processos!

A vingança dos derrotados

Como acontece em todos os movimentos onde os comunistas são derrotados, eles iniciam a sua volta lutando pela anistia, que, uma vez conquistada, lhes permite viver usando as liberdades democráticas que queriam destruir. Posteriormente, começam uma virulenta campanha para denegrir os que os combateram, posam de vítimas e de heróis e fazem da mentira e da calúnia o seu discurso. Não descansam enquanto não conseguem, por revanchismo, colocar na prisão aqueles que os combateram e derrotaram. Para isso, mudam as leis e até a própria Constituição, o que é feito com a corrupção do Legislativo e com o apoio de simpatizantes, escolhidos a dedo, para as mais altas funções do Judiciário.

Ao final de dezembro de 1972 o DOI de São Paulo estava preocupado com o trânsito de guerrilheiros que, da capital paulista, eram encaminhados para a área de guerrilha do Araguaia, onde pretendiam estabelecer uma área liberada, semelhante a ocupada, até os dias de hoje, na Colômbia, pelas FARC. Durante essas investigações a gráfica clandestina do PCdoB foi localizada e "estourada". Os responsáveis por esse "aparelho de imprensa" eram Maria Amélia Teles e seu marido César Augusto Teles. Na ocasião, estavam com eles os dois filhos do casal - Janaína, de 5 anos, e Edson Luis, de 4 anos.

Era contato freqüente do casal, Carlos Nicolau Danielli, membro do Comitê Central do PCdoB, que fizera curso de Guerrilha em Cuba e tinha estreitas ligações com o casal e, principalmente, com Maria Amélia. Toda a matéria que a imprensa clandestina do Partido publicava tinha que ter sua aprovação.

No aparelho, homiziada, encontrava-se Criméia Schimidt de Almeida, irmã de Maria Amélia, que na ocasião se fazia passar por babá das crianças. Criméia era militante do PCdoB e integrava o "Destacamento A" na Guerrilha do Araguaia. Seu marido, André Grabois, era filho de Mauricio Grabois, o comandante dos guerrilheiros naquela região.

Uma das normas da guerrilha era a proibição de que as guerrilheiras engravidassem. As guerrilheiras grávidas eram obrigadas a abortar e, caso não consentissem com o aborto, seriam "justiçadas".

Por medida de segurança ninguém estava autorizado a sair da área de guerrilha, pois, caso fossem presos, poderiam indicar o local ocupado pelos guerrilheiros, bem como dar informações sobre as particularidades da guerrilha. Essa era uma norma seguida a risco.

Criméia, no entanto, engravidou e, em agosto de 1972, por estar com 3 meses de gravidez, contrariando todas as determinações existentes, foi retirada da área de guerrilha por determinação do comandante Maurício Grabois, futuro avô da criança. Criméia foi poupada. Era nora do comandante.

Não foi o que aconteceu como casal de guerrilheiros Pedro Albuquerque Neto e Tereza Cristina de Albuquerque que fugiram da área porque Tereza Cristina estava grávida e se recusava a abortar. Para o êxito da fuga foi necessário subornar, com as jóias de Tereza Cristina, um mateiro que os conduziu até um local seguro , onde finalmente, abandonaram a área de guerrilha.

Quando a gráfica foi "estourada" Maria Amélia, César Augusto e Criméia foram presos. As crianças, como não poderiam continuar no local, foram encaminhadas ao DOI. As máquinas de impressão e as armas apreendidas.

Ao chegarem, entrevistei o casal e lhes disse que as crianças não poderiam permanecer naquele local. Perguntei se tinham algum parente em São Paulo que pudesse se responsabilizar por elas. Responderam que as crianças tinham tios em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro, não me recordo qual o local. Pedi o telefone deles para avisá-los do que acontecia e indagar se poderiam vir a São Paulo para receberem os dois filhos do casal. Feito o contato, esses familiares pediram alguns dias de prazo para viajar à capital paulista. Decidi que, enquanto aguardávamos a chegada dos tios, as crianças permaneceriam sob o cuidado do Juizado de Menores. Nesse momento, Maria Amélia e César Augusto pediram para que seus filhos não fossem para o Juizado. Uma policial militar, que assistia ao diálogo, se ofereceu para ficar com Janaína e Edson Luis até a chegada de seus tios, desde que os pais concordassem com o oferecimento, o que foi aceito na hora pelo casal.

Movido mais pelo coração do que pela razão, achei que essa era a melhor solução. As crianças foram levadas para a casa da agente e para que não sentissem a falta dos pais, diariamente, eram conduzidas ao DOI para ficar algum tempo, aproximadamente duas horas, com eles. Isso se repetiu até a vinda dos parentes. Quando chegaram, Janaína e Edson Luis foram entregues aos seus tios, na presença dos pais.

No 7º mês de gravidez Criméia foi presa, em 28/12/1972, pelo DOI/CODI/IIEx, onde permaneceu por 24 dias, até ser encaminhada para Brasília, que era a área encarregada de combater a Guerrilha do Araguaia.

Seu filho, João Carlos Schimidt de Almeida Grabois, atualmente com 34 anos, nasceu no Hospital do Exército de Brasília, em 13/02/1973. Em 2005 foi indenizado porque estava no útero de sua mãe quando ela foi presa, segundo consta na sentença.

O tempo passou e em 1985, Maria Amélia declarou aos editores do livro Brasil Nunca Mais, o seguinte:

"Na tarde desse dia (28 de dezembro de 1972), por volta das 7 horas, foram trazidos, seqüestrados, também para a

OBAN, meus dois filhos, Janaína de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados."

Em 31/01/1997, segundo depoimento de Janaína à Rose Spina, em matéria sob o título Memória: Filhos da Resistência, publicado no Portal da Fundação Perseu Abramo consta:

Posteriormente foram levados, no mesmo Opala azul, para Belo Horizonte, onde vivia boa parte da família, pessoas que estavam longe de aprovar a opção feita por César e Amelinha. Os dois irmãos ficaram aos cuidados de uma tia e de seu marido, um delegado de polícia com relações com o DOPS.

Janaína assim se refere aos tios que, a pedido de seus pais, foram a São Paulo apanhá-la, junto com seu irmão, e os acolheram em sua casa.

> " Esse infeliz disse que meus pais tinham me abandonado e minha tia me fez sua empregada, me fazia dar mamadeira para meus primos, de 3, 4 e 6 anos, praticamente de minha idade".

Em depoimento de Maria Amélia, publicado no site http://emilianojose.com.br ela assim se refere a esses mesmos tios:

> "Ficaram na casa de uma policial por um dia e depois foram mandados pra casa de um outro policial parente do pai das crianças. Ali as crianças sofreram toda a sorte de privações e humilhações. Eram insultadas por serem filhos de "comunistas", etc. Qualquer desobediência, por parte das crianças, diziam que eram assim porque tinham sido doutrinados pelos pais"

Em 30/10/2005 o jornal "O Globo", em matéria assinada pelo jornalista Evandro Éboli, publicou:

> "Crianças e adolescentes filhos de comunistas também sofreram privações, foram presos, perseguidos, torturados, exilados e eram obrigados, como seus pais, a trocar de identidade para fugir do cerco dos militares. A história dos anos da ditadura mantém quase oculto o que se passou com eles. Mas não era incomum os

militares prenderem crianças junto com os pais. Os filhos eram usados durante as sessões de tortura e obrigados assistir essas atrocidades. Era o meio de arrancar confissões dos comunistas".

"Presa pela Operação Bandeirante (Oban) em dezembro de 1972, em São Paulo, a militante do Partido Comunista Maria Amélia Almeida Teles viu seus dois filhos serem levados também pelos militares. Janaína, com 4 anos, e Edson Luiz, com 5 anos, foram parar numa casa cercada de militares, onde ficaram trancados num quarto. Com freqüência, eram levados à cela da mãe para vê-la torturada, no DOI-CODI. Janaína se lembra que os militares diziam que seus pais os abandonaram e que não iriam voltar para buscá-los".

"Janaína, 5 anos, e Edson Luiz, 4 anos, ficaram presos por 15 dias. Eram levados ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) para ver as marcas de torturas na mãe."

No programa "Fantástico", da Rede Globo de TV, de 15/10/2006, riméia afirmou que mesmo grávida não foi poupada. Ficou 20 horas em abalho de parto, na cela, sem qualquer ajuda, até que seu filho nasceu no ospital do Exército.

Nos primeiros dias do mês de abril de 2006, quando a primeira edição este livro já estava pronta, recebi do Exmo Sr. Dr Juiz de Direito da 23ª ara Cível do Foro de São Paulo uma Ação Declaratória, movida por César ugusto Teles, sua esposa Maria Amélia Teles, seus filhos Janaína e Edson uis de Almeida Teles e sua cunhada Criméia Schmidt de Almeida.

As 46 páginas da Ação Declaratória de ocorrência de danos morais tinham finalidade de declarar que eu (RÉU), como Comandante do DOI/CODI/II xército, agi com dolo e cometi ato ilícito passível de reparação, causei danos orais e danos materiais à integridade física dos AUTORES, incluindo seus ois filhos. Estava sendo acusado dos crimes de tortura, seqüestro, cárcere rivado dessas crianças e de tortura de seus pais e de sua tia Criméia.

Ao receber essa Notificação, deu-me o Magistrado o prazo de 15 dias ara a minha Contestação. Caso isso não ocorresse, seria declarado culpado.

A minha primeira preocupação foi de, por intermédio de seus assessores, nformar ao Comandante do Exército, General Francisco Albuquerque, pois eu ra o primeiro militar que eles tentavam processar por tê-los combatido.

Após 8 dias de espera recebi a resposta de que o General Albuquerque nada faria a respeito.

Durante os 7 dias que me restavam procurei um advogado, em São Paulo, que aceitasse fazer a minha defesa.

Com a ajuda do meu amigo Dr David dos Santos Araújo, Delegado de Polícia de São Paulo, meu antigo comandado no DOI, onde com bravura desempenhou suas funções, em poucas horas fui colocado em contato com o Dr Paulo Esteves, um dos maiores criminalistas de São Paulo, que aceitou fazer a minha defesa. No dia seguinte, já estava na capital paulista, para que o Dr Paulo Esteves, nos 5 dias restantes do prazo, apresentasse a minha Contestação. Ao Dr David, esse bravo companheiro, que não me deixou só num momento tão difícil, rendo aqui a minha homenagem.

Em outubro desse ano recebi uma Carta de Intimação para comparecer perante o Juízo da 23ª Vara Cível, em São Paulo, no dia 08/11/2006, às 14:15 horas, a fim de participar da audiência de Instrução, Debates e Julgamento.

Por manobras jurídicas não fui ouvido, em Brasília, por Carta Precatória.

Viajei a São Paulo e no dia marcado estava pronto para ser submetido ao julgamento.

Às 12 horas, encontrava-me no escritório do meu advogado, quando tomamos conhecimento de um despacho do Juiz que assim dizia:

> "Como os autores renunciaram à colheita do depoimento pessoal do réu, não vê o Juízo fundamento para aplicar o art 342 do CPC. Portanto essa prova não será acolhida".

Ficou claro! Meus acusadores queriam a minha presença no Tribunal no dia do julgamento e ao mesmo tempo não queriam o meu depoimento.

Queriam a minha presença para que eu fosse execrado publicamente, pois o circo estava montado: as TVs já tinham instalado os seus equipamentos, mais de 90 militantes, organizados, me aguardavam. Cerca de 30 repórteres e fotógrafos, esperavam a minha entrada no Tribunal. Tudo estava montado para que as TVs exibissem nos seus noticiários da noite e os jornais no dia seguinte, em manchetes, o coronel torturador, afinal sendo julgado.

Repito! Não queriam o meu depoimento. Não queriam que o juiz ouvisse a minha versão.

Os leitores foram testemunhas das chamadas nos telejornais da noite desse dia, onde se sobressaiam as do Jornal Nacional, da Globo, onde eu era

ıado claramente de coronel torturador, apesar de nenhum tribunal ter me enado.

nagino o constrangimento que minhas filhas devem ter sentido ao ve- ıs fotos de seu pai, mostradas a milhões de telespectadores, de modo desumano, baseadas, tão somente, em acusações orquestradas de mi- :es revanchistas.

ıpesar de todos esses dissabores me sinto tranqüilo. Estaria numa situa- :xtremamente desconfortável se, no meu lugar, estivesse um antigo su- inado meu. Desde o início da vida militar os nossos chefes sempre nos ıaram que *"o comandante é o responsável por tudo o que a sua uni- faz ou deixa de fazer"*.

:stou sendo julgado numa Vara Cível, por um suposto crime cometido ependência do Exército e na qualidade de seu Comandante.

:stou sendo julgado, apesar da Lei da Anistia, que penso muito em breve revogada, mas que ainda está em vigor.

:stou sendo julgado em uma Vara Cível apesar de jamais ter sido con- do criminalmente.

:stou sendo julgado por um crime que não cometi.

:sse processo começou em novembro de 2005, após o filho de Criméia, ıasceu no Hospital Militar de Brasília, ter sido indenizado e nada tem a ver publicação, deste livro.

: notório o aumento do número de "torturados", de perseguidos políticos e ítimas dos chamados"anos de chumbo" após o ano de 2002, quando foi ıulgada a Lei das Indenizações.

\lém da indenização para seus filhos, já que os pais e a tia foram indeniza- os autores desse processo buscam um motivo para colocar aqueles que os bateram no banco dos réus.

\ssim aconteceu na Argentina, no Chile, no Uruguai.

:nquanto assaltantes, seqüestradores, terroristas, e assassinos permane- livres sob a justificativa de que "lutavam pela causa" nós que cumprindo ns de nossos superiores hierárquicos, lutamos e preservamos a demo- ia, agora estamos ameaçados de ir para a prisão por aqueles que comba- ıs e vencemos.

ulguem os leitores pela fotografia tirada no Hospital Militar de Brasília, o parto, onde Criméia aparece com o filho recém nascido. Reparem as roupas, o seu olhar de felicidade junto com o filho.

Será que essa moça, pela sua aparência, parece ter sido torturada há :o tempo?

Reparem nas roupas de seu filho, bem vestido. Pois o enxoval dessa ıça foi comprado pelo Exército, por ordem do General Antonio Ban-

Fotos da Revista ISTOÉ - 04/09/1985

deira, comandante da Brigada de Infantária, em Brasília, onde Criméia estava presa.

Aliás, esse enxoval foi entregue a Criméia por D. Léa, esposa do General Bandeira, quando foi visitá-la no Hospital.

Criméia se refere a essa visita como sendo da esposa do General Kruel e que segundo ela se "tornou mais tarde a prova do episódio tenebroso".

Analisem a fotografia do batizado do filho de Criméia, feito pelo Capelão Militar. Vejam o semblante dos padrinhos, familiares de Criméia, Será que o Exército que a "torturou" teria a preocupação de organizar o batizado?

Foro de São Paulo

Perestroika e a Glasnost, que poderiam ser consideradas como uma crí-
o sistema ou como uma mudança de rumos de um regime, abalaram os
ces do Estado Soviético e estimularam o sonho de liberdade e democra-
s nações subjugadas do Leste Europeu.
is fatos, associados à queda do Muro de Berlim, levaram a uma nova con-
ção política da Europa, continente onde os temores e as ameaças da Guerra
arcaram, intensamente, o período posterior à Segunda Guerra Mundial.
sistema "socialista" ruiu, sem confronto e sem conflito, gerando uma mas-
órfãos desajustados e desamparados ao redor do mundo.

América Latina, especialmente no Brasil, os marxistas-leninistas de to-
matizes, desiludidos e abalados em suas convicções face à desagrega-
império soviético e pela perda de credibilidade de um sistema que viti-
em milhões de pessoas, prosseguiram nas suas atividades políticas e se
aram a inúmeros partidos políticos, segundo quatro destinos principais:

s idealistas, na contramão da História, órfãos do comunismo, incapazes
autocrítica, assumiram oficialmente a militância dos partidos comunistas
ados na segunda metade da década de oitenta.
s envergonhados, politicamente manhosos, manipuladores da boa fé e
itadores do sistema partidário vigente, convictos de que não teriam su-
omo militantes ostensivos de um partido comunista, criaram, taticamen-
nova sigla e não mais se apresentaram ideologicamente à Nação.
s oportunistas, que abandonaram suas convicções e se filiaram a outros
s políticos legais.
r último, os radicais trotskistas, que nunca se apresentaram como tal,
ingressaram num partido político de expressão nacional, integrando as
rentes internas.

lida a referência, a liderança e a orientação político-ideológica em âm-
ndial, antes exercidas pelo Partido Comunista da União Soviética, par-
rganizações marxistas-leninistas da América Latina, capitaneadas pelo
Comunista Cubano, participaram, em 1990, de um encontro internaci-
lizado em São Paulo/SP.
contro, idealizado pelo ditador Fidel Castro e apoiado por Luiz Inácio
Silva, contou com a presença de representantes de 48 partidos comu-
grupos terroristas estrangeiros. Teve o objetivo de retomar, com outra

roupagem e outro linguajar, o processo revolucionário no Continente, reorganizando e dando vida a uma nova entidade, denominada Foro de São Paulo. Tal entidade assumiu a responsabilidade que no passado era exercida pelo PCUS, conduzindo no nível político-ideológico o processo revolucionário latino-americano, cabendo aos governos, partidos e organizações integrantes do Foro conduzir e implementar, no nível estratégico, os procedimentos, ações e decisões aprovadas.

Um dos objetivos do Foro é a criação de uma União ou de uma Federação das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL).

O segundo encontro ocorreu na cidade do México, em 1991. Durante os debates foi acordado que, nas futuras reuniões, as decisões adotadas, constantes das Declarações Finais, passariam a ser deliberativas. Assim, os integrantes da entidade deveriam aceitar e acatar as decisões tomadas.

O Foro inicialmente era uma frente política que, aos poucos, foi sendo transformada pelo Partido Comunista Cubano em uma estrutura de comando centralizado, de cuja direção hoje fazem parte os principais grupos terroristas da América Latina.

Os encontros acontecem anualmente, em uma cidade da América Latina. Já ocorreram reuniões, além das duas acima citadas, em Manágua (1992), Havana (1993), Montevidéu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001), Antíqua (2002), Quito (2003), São Paulo (2005) e San Salvador (2007).

Integram o Foro, entre outros, os seguintes partidos e organizações:

- Partidos Comunistas da América Latina;
- PT, PPS, PCB, PCdoB e MR-8, todos do Brasil;
- Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional, de El Salvador;
- Frente Sandinista, da Nicarágua;
- União Revolucionária Guatemalteca, composta pelo Exército Guerrilheiro dos Pobres, Organização do Povo em Armas, Forças Armadas Rebeldes e Partido Guatemalteco do Trabalho, da Guatemala;
- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN) e a Aliança Democrática - M19, da Colômbia;
- Frente Ampla, do Uruguai;
- Partido da Revolução Democrática, do México;
- Partido Revolucionário Democrático, do Panamá;

- União e Resistência e União Popular pela Liberdade, de Guadalupe;
- Esquerda Unida, do Peru;
- Movimento Bolívia Livre, da Bolívia;
- Movimento Lavalas, do Haiti;
- Partido Laborista, da Dominica; e
- Exército Zapatista de Libertação Nacional, do México.

O Foro conta com uma rede de apoio que inclui sindicatos, grupos culturais, organizações de base, movimentos indigenistas e outros, além de publicações periódicas, sendo a principal a revista América Livre, criada em 1992, editada em português e espanhol. Nela são publicadas as principais resoluções políticas e orientações ideológicas dirigidas aos governos, partidos e organizações comprometidas com a organização. No primeiro número, ao fazer a apresentação da revista, Frei Betto afirmou:

> "... é preciso não ceder à ingênua pretensão de fazer a revolução pelo voto."

No mesmo número, o cubano Fernando Martinez Heredia, pertencente ao Departamento América (órgão de Inteligência do Comitê Central do Partido Comunista Cubano), escreveu:

> "reforma e revolução, e não reforma ou revolução, tem que ser a palavra de ordem."

Segundo Anatoli Olink:

> "Para dirigir o Foro foi criado um Estado Maior civil, dirigido por Fidel Castro, Lula, Tomás Borge e Frei Betto e de um Estado Maior militar, comandado também por Fidel, Daniel Ortega e o argentino Enrique Gorriarán Merlo."
>
> "O Foro de São Paulo, nos primeiros anos permaneceu no anonimato, eficientemente protegido pela imprensa esquerdista brasileira, vindo a se tornar público, no Brasil, por ocasião do 7º Encontro realizado na cidade de Porto Alegre, em 1997".
>
> "Hoje se o anonimato não é absoluto, pode-se afirmar que é muito reservado, pois a maioria dos brasileiros nem sabe que essa organização existe e quais as suas finalidades."

> "Embora não seja uma organização secreta, a documentação acerca do Foro de São Paulo jamais teve ampla divulgação, tendo sido inicialmente publicada, apenas, na edição doméstica do Granma, órgão oficial do Partido Comunista Cubano."

Segundo Alexandre Pena Esclusa, presidente da Força Solidária, da Venezuela, que organizou as passeatas contra Hugo Chávez, os diretores do Foro decidiram adotar formalmente os seguintes movimentos para descaracterizar as suas intenções:

- o indigenismo - quando afirmam defender os direitos dos indígenas, na verdade estão estimulando a formação de grupos guerrilheiros (Exército Zapatista de Libertação Nacional);
- o separatismo - ao argumentarem que os territórios ocupados pelas tribos indígenas pertencem a elas e não ao Estado;
- o ecologismo radical - ao alegarem a proteção ao meio ambiente, justificam a ação de terroristas, criando obstáculos a obras públicas de infra-estrutura como rodovias e energia elétrica;
- a Teologia da Libertação - com o objetivo de dividir a Igreja Católica e justificar a violência cometida com argumentos supostamente cristãos.

Para atingir o objetivo do Foro, era fundamental que a esquerda assumisse, legalmente, o governo de um país da América Latina. O Brasil, inicialmente, foi o selecionado. Hoje, praticamente, a maioria dos países latino americanos é governada por partidos e organizações de esquerda.

O XII Encontro do Foro, realizado em São Paulo, entre 1º e 4 de julho de 2005, considerado pela mídia como o encontro dos partidos progressistas de esquerda, foi inaugurado pelo presidente Lula que, em seu discurso, afirmou:

> "..Hoje somos um continente em que a esquerda deu definitivamente um passo extraordinário: que é plenamente possível pela via democrática chegar ao poder e exercê-lo. Precisei chegar à Presidência da República para descobrir o quão importante foi criar o Foro de São Paulo."
>
> "Eu tenho feito questão de afirmar, em quase todos os pronunciamentos, que a coisa mais importante que um governante pode fazer é estabelecer um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade, entre o governo e as entidades da sociedade civil orga-

nizada. E consolidar, de tal forma, que isso possa ser duradouro, independente de quem seja o governante do país."

Em documento aprovado pelo XII Foro consta o seguinte:

"A maquinaria político ideológica da direita tenta dividir os governos progressistas em dois grupos, a esquerda moderna e a esquerda atrasada, com a intenção de apagar os muitos objetivos comuns que unem nossos governos. Esta diferença é falsa e o que existe na verdade é uma diversidade de estratégias que respondem às realidades e condições de luta que existem em cada país".

Para eles, portanto, não existem duas esquerdas diferentes: a moderada, onde estariam Lula, Kirchiner, Vasquez e Bachelet, e a radical, que seria ocupada por Fidel, Chaves e Morales.

Na segunda quinzena de janeiro de 2007 ocorreu na cidade de San Salvador, República de El Salvador, o XIII Encontro do Foro de São Paulo e que contou com a presença de 596 delegados de partidos e movimentos políticos de esquerda de 33 países da América Latina, Europa e Ásia.

Dessa reunião, que teve a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional como anfitriã, participaram dirigentes de partidos e de movimentos comunistas de Cuba, Argentina, República Dominicana, Curaçao, Venezuela, Peru, Chile, Guatemala, Uruguai, Brasil, Colômbia, Porto Rico, Nicarágua, Equador, e México.

Estiveram presentes, como convidados, delegados de outros países todos identificados com o comunismo.

Para esse último encontro foi elaborado um documento que:

- considera o Foro uma organização de oposição ao sistema;
- critica a pobreza, a concentração da riqueza, a falta de saúde, de educação e de moradia;
- condena o crime organizado, o terrorismo, e o narcotráfico;
- defende a independência e a soberania das nações latino-americanas;
- critica a intervenção estrangeira e o colonialismo.

Como pode o Foro de São Paulo se considerar de oposição ao sistema, se seus próprios membros é que estão no poder, já há alguns anos, em quase

todos os paises da América Latina e, ao que se saiba, não fizeram avanços significativos no combate à pobreza, na distribuição de renda, na melhoria da saúde e da educação?

Como pode o Foro de São Paulo condenar o terrorismo e o narcotráfico, se entre seus membros estão as FARC e o Exército de Libertação Nacional da Colômbia, considerados no mundo inteiro com terroristas? Alguém tem dúvida de que as FARC são responsáveis por quase todo o narcotráfico que impera na América Latina?

Como pode o Foro pregar a independência e a soberania das nações latino-americanas, se o castro-comunismo exporta a sua revolução para esses países e Hugo Chávez se imiscui, permanentemente, nos assuntos internos de outras nações?

Os dirigentes do Foro de São Paulo declararam que a etapa dos debates já foi ultrapassada e que o socialismo já está se sedimentando na América, com o exemplo bem sucedido de Cuba e com a implantação do "Socialismo do Século XXI", na Venezuela.

Segundo Heitor de Paola, em artigo publicado no Mídia sem Máscara, em 22 de junho de 2005:

> "É dentro dessa estratégia que se deve enquadrar o governo petista, finalmente eleito em 2002. Não como um governo nacional simplesmente, mas, sim, como engrenagem de um mecanismo maior com uma estratégia definida de conquista continental para instalação de uma união de repúblicas socialistas."

Bandeira do Foro de São Paulo (a parte com cinza escuro do mapa, na foto original, é vermelha)

Rumo ao Socialismo

O Partido dos Trabalhadores sempre teve como meta ocupar a Presidência da República. Mas o seu objetivo principal não é, apenas, assumir o governo e conquistar o poder.

Segundo o jornalista João Mellão Neto, em seu artigo "Inferno de Dante":

> "...Essa é a meta dos partidos burgueses. Para os petistas, embalados pelos evangelhos marxista-leninistas, o poder era apenas um meio. O fim maior era o de, através dele, mudar o Estado, reformar a sociedade e reconstruir a própria natureza humana. Para alcançar metas tão ambiciosas não se podem medir esforços ou se deixar limitar por escrúpulos de natureza moral. Que se danem as regras, os costumes e a ética do convívio democrático! Tudo vale a pena se a alma não é pequena! Tudo pelo socialismo!"

No campo econômico, o socialismo marxista constituiria o objetivo estratégico intermediário que antecederia o comunismo e que se manifestaria, na sua forma mais expressiva, pela estatização dos meios de produção.

Em razão do desmoronamento do sistema soviético, das profundas mudanças econômicas introduzidas na China comunista e do fenômeno da globalização, esse socialismo ruiu. A grande maioria de seus seguidores, aparentemente, rompeu com o passado e procura um novo modelo que o substitua.

Assim, no Brasil, ideologicamente, a estatização dos meios de produção foi substituída pela estatização de expressiva parcela da renda nacional, por meio de impostos, taxas, contribuições e outras formas de arrecadação. Além disso, aumentou-se, significativamente, a estrutura do Estado com a criação e preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior, cujos titulares, voluntariamente e felizes, contribuem para os cofres do PT.

Hoje, a transição para o socialismo é feita de modo que a atividade produtiva se desenvolva com liberdade, mas controlada pelo governo, que se apropria de uma expressiva parcela da renda nacional e que aprova dispositivos legais a lhe permitir interferir cada vez mais na economia.

O Brasil, atualmente, é reconhecido como um país onde a taxação tributária está entre as maiores do mundo.

De acordo com o filósofo Olavo de Carvalho, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, de 28/05/2005, cada capitalista no Brasil, quanto mais ganha, mais dinheiro terá de dar ao governo e mais dinheiro para a máquina que amanhã vai estrangulá-lo.

Conquistada a Presidência da República, o PT, membro fundador do Foro de São Paulo, deveria, até por coerência, se pautar pelas decisões preconizadas pelo Foro. Elas seriam implementadas com cautela, passo a passo, com determinação, até a conquista do objetivo principal - o de tornar o Brasil um país socialista.

Para atingir esse objetivo, seria necessário mudar as leis; socializar a economia e a posse da terra; assumir o controle da máquina administrativa do Estado; dominar o Judiciário, com a indicação de juízes simpatizantes da ideologia; reduzir progressivamente a motivação e a operacionalidade das Forças Armadas; e, principalmente, arrecadar muito dinheiro para custear esse tão ambicionado projeto. O PT seria o partido político com a estrutura mais forte da América Latina.

O primeiro passo foi distribuir os cargos mais importantes do Poder Executivo aos "companheiros" ideologicamente comprometidos e, também, à base aliada, a maioria sem competência técnica para exercê-los.

O controle da mídia era indispensável. Para isso surgiram propostas de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav). Repudiadas pela sociedade, foram, provisoriamente, retiradas de pauta, mas já estão retornando com outra roupagem para serem aprovadas pelo Congresso, onde o governo possui maioria.

O controle da educação passaria pela aprovação do anteprojeto de reforma universitária, que submete as universidades particulares ao controle de *"entidades corporativistas, associações de classe, sindicatos e sociedade civil"*.

A esse conjunto de medidas a serem implementadas, incompleto, mas significativo, deve-se agregar as atividades desenvolvidas e as ações executadas pelo MST. Um verdadeiro exército, disciplinado, instruído, organizado, motivado, preparado ideologicamente. O MST, sob as vistas complacentes do governo e com a cumplicidade do PT, tem liberdade de manobra, invade e danifica propriedades privadas, descumpre a lei, finge ameaçar o governo, ameaça os proprietários de terra e não é punido. Subsiste com o apoio de ONGs internacionais e com verbas governamentais, distribuídas por organizações paralelas. É considerado o braço armado do PT. Para entrar em combate só lhe faltam as armas de fogo, o que, com o apoio das FARC, facilmente serão adquiridas.

Paralelamente, seriam necessárias leis a serem aprovadas pelo Legislativo, que permitissem a continuidade no poder e que contribuíssem para fortalecer, cada vez mais, a estrutura do PT.

Para obter esse apoio político do Legislativo, conforme denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, o PT instituiu o "mensalão", para o pagamento de deputados que, em troca, votariam a favor das propostas do governo.

Nesse cenário - preocupante em face do descrédito nas Instituições; do baixo índice de crescimento da economia, num ambiente internacional amplamente favorável; do volume da dívida interna; da banalização da violência; da corrupção generalizada; da frustração popular; e outros - a Nação se empobrece, o Estado cresce, a sociedade perde a esperança, a base da pirâmide social aumenta, a possibilidade de ascensão social se reduz, a juventude se frustra.

Vejamos uma reduzida mostra dos assuntos, reportagens, comentários e matérias publicadas pela imprensa, que desnudam a ética e a seriedade daqueles que se apresentavam e ainda se apresentam como paradigmas da moralidade, dos bons costumes e da honestidade.

Conforme denúncias publicadas na imprensa, quando o PT assumiu o governo de diversas prefeituras, teria sido montado um esquema para desviar recursos públicos dessas prefeituras para o partido.

A revista *Veja*, de 25/01/2006, publicou matéria assinada por Marcelo Carneiro, que assim se manifestou:

- Em 1997, o economista Paulo de Tarso Venceslau, na época militante do PT, denunciou que o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, usava o nome do presidente para convencer prefeituras administradas pelo PT a fechar contratos com a Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM). A CPEM era contratada por seis prefeituras administradas pelo PT.

- Paulo de Tarso foi secretário das Finanças da prefeitura de São José dos Campos quando lá começou a agir o advogado Roberto Teixeira.

- O PT, depois de investigar a denúncia de Paulo de Tarso, concluiu que a CPEM se conduziu *"de forma ilegal, imoral e criminosa"*. Apesar dessa conclusão, Paulo de Tarso foi expulso da legenda.

- Em recente depoimento prestado à CPI dos Bingos, Paulo de Tarso reafirmou que Lula sabia da arrecadação de fundos para o PT, pelo menos desde 1995.

O assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André, segundo os seus familiares, ocorreu porque ele teria descoberto um esquema de corrupção para angariar fundos para o PT.

O jornalista Arnaldo Jabor, no artigo *"A verdade está nua berrando na rua"*, publicado em *O Globo* de 30/08/2005, de onde extrai os trechos a seguir transcritos, analisa a atuação do PT nesse esquema de corrupção, criando uma simbiose entre o partido e o Estado, fortalecendo o primeiro e criando no segundo os instrumentos de controle da Nação:

> "O PT chegou ao poder e, em vez de governar, resolveu tomar o Estado. Ocupou 20 mil cargos, levantando muitos milhões de reais em dinheiro público roubado de estatais, de fundos de pensão, de superfaturamentos combinados com grandes empresas, com empréstimos falsos em bancos privados e públicos, em jogadas com agências de publicidade fajutas. O PT/governo usou valérios e delúbios para distribuir essa grana para comprar políticos e fazer uma gigantesca caixa 2 para reeleger Lula e eleger o Dirceu em 2010."
>
> "Esses "revolucionários da corrupção" não imaginaram, contudo, que um personagem "rabelaisiano" como Jefferson pusesse tudo a perder. Se Jeff não abrisse a caverna de Ali Babá, seríamos enganados até o fim dessa "revolução ridícula".
>
> "Esta é a única verdade. Não adianta investigar mais, apenas conferir denúncias, cruzar dados, pois as próprias investigações podem virar tapadeiras e rotas de fuga."
>
> "Esta verdade pode ser sufocada por milhares de meias-verdades secundárias (moralismos, alegações jurídicas, regimentais) que sobram nas CPIs."

A respeito do mesmo assunto, nada mais oportuno do que transcrever a parte final do artigo escrito por Tales Alvarenga, sob o título "Maturidade e desonra", publicado na revista *Veja* , de 25/01/2006:

> "Com o depoimento de Paulo de Tarso, nada falta a explicar. Tudo se encaixa. Mensalão, Delúbio Soares, operações de Marcos Valério, sangria dos cofres públicos e o papel ativo de Lula na fundação do esquema. Toda a operação de enriquecimento do PT foi planejada para garantir o caixa dois de um partido que queria bilhões para realizar o sonho de ficar vinte anos no poder. O castelo de areia desabou. Ficam por aí seus engenheiros, com a missão impossível de se justificar perante a opinião pública."

As denúncias do desvio dos cofres públicos, de recursos que atingem a cifra de 1 bilhão e 200 milhões de reais, foram objeto de investigação das CPIs. Desses, somente 20 milhões teriam sido empenhados para pagar o "mensalão". O restante seria usado para assegurar a permanência no poder por 20 anos, período em que um novo socialismo seria implantado no País.

Por tudo isso, a Nação reagiu ao mar de lama que desnudou o princípio de que os fins justificam os meios, que é a base do projeto petista de poder. Alguns "cardeais" do PT, flagrados no butim de dinheiros públicos e mal explicados, foram defenestrados dos cargos de mando e desmoralizados ante a opinião pública.

No entanto, Lula se reelegeu, numa cabal demonstração de que somos um povo de memória muito curta. Também, pudera! A máquina pública trabalhou, a pleno vapor, a serviço de sua reeleição.

Projetos assistencialistas que não contribuem para a expansão da previdência e que desestimulam a procura de emprego e a contribuição previdenciária, criaram uma legião de dependentes do Estado, encorajaram o populismo e favoreceram o voto de cabresto, particularmente nas regiões mais pobres do país.

Operações tapa-buracos e cala-bocas surgiram do nada e, não mais que de repente, um Lula, combalido por tantos escândalos, qual fênix, ressurgiu das cinzas.

Entretanto, urge aguardar. A política é muito dinâmica e a história muito mais ainda. A socialização do Brasil é o principal projeto do PT e o lulismo é o seu maior instrumento de manobra.

Tomara que os fatos desmintam o "determinismo histórico" pelo qual o PT considera ser questão de tempo a socialização do Brasil.

Para meditar

"A incapacidade de um povo para perceber os perigos que o ameaçam é um dos sinais mais fortes da depressão autodestruiva que prenuncia as grandes derrotas sociais. A apatia, a indiferença ante o próprio destino, a concentração das atenções em assuntos secundários acompanhada de total negligência ante os temas essenciais e urgentes, assinalam o torpor da vítima que, antevendo um golpe mais forte do que poderá suportar, se prepara, mediante um reflexo anestésico, para se entregar inerme e semidesmaiado nas mãos do carrasco, como o carneiro que oferece o pescoço à lâmina.

Mas quando o torpor não invade somente a alma do povo, quando toma também a mente dos intelectuais e a voz dos melhores, já não se ergue senão para fazer coro à cantilena hipnótica, então se apaga a última esperança de um redespertar da consciência."

Olavo de Carvalho - "O Jardim das Aflições" - É Realizações - 2ª edição.

X X X

"O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética.

O que mais preocupa é o silêncio dos bons."

Martin Luther King - (1929-1968) - norte americano, pastor, filósofo, teólogo.

Palavras finais

Em 1987, escrevi o meu primeiro livro *Rompendo o Silêncio* - que pretendeu ser apenas uma resposta à injúria, à calúnia, às mentiras e ao engodo de uma atriz. Jamais pretendi reacender uma luta que para mim fazia parte do passado. Não houve intenção de revanchismo. Nem mesmo os nomes das pessoas citadas no livro, com exceção das que já tinham assumido seus atos, eu tornei públicos.

Apesar de sempre ser procurado pela imprensa, mantive-me discreto, respeitando a Lei da Anistia e tentando contribuir para a união, a paz e a concórdia.

Este livro não tem a finalidade de reacender conflitos, nem de alimentar ressentimentos. Não pretendo sequer contrapor-me ao revanchismo estimulado por alguns. Não guardo mágoa, rancor ou ressentimento. Nem mesmo as calúnias das quais sou alvo me tiram o sono. O meu trabalho, principalmente na época da guerrilha revolucionária, ensinou-me a conhecer melhor a reação das pessoas e a razão de suas ações. Ensinou-me a compreender que, para muitos, fanatizados por uma ideologia, os fins justificam os meios.

Este livro pretende mostrar às novas gerações o porquê da Contra-Revolução de 1964 e o porquê da luta armada que se desencadeou no País. É preciso dar um basta ao mito de que os subversivos e os terroristas lutaram contra a ditadura militar e pela liberdade. Fomos nós que lutamos para manter a democracia no Brasil, regime que tanto prezamos.

Por isso tudo, tive de me alongar, vindo desde 1935 até os dias de hoje, ainda que superficialmente, tentando fazer um resumo da trajetória das três tentativas de implantação de um regime comunista no Brasil. Detive-me em maiores detalhes - nem tanto como eu gostaria, por falta de espaço - sobre o período da luta armada e do terrorismo no Brasil que, a meu ver, inicia-se em 1966, com o atentado ao Aeroporto de Guararapes, indo até 1974, quando foram praticamente extintos.

Teria muito mais a escrever sobre esses dias: combates travados, desmentidos de versões fantasiosas, mentiras ideológicas, mentiras forjadas para justificar delações, mentiras por dinheiro (já que as indenizações são milionárias) e mentiras eleitoreiras (dizer-se preso político e dizer-se torturado, são fontes inesgotáveis de votos). Teria muito mais a escrever. Afinal, foram 20 anos de pesquisas.

Penso que fiz a minha parte. Agora, concito a todos os que conhecem essa história e que trabalharam para pacificar o País, para que escrevam, relatando a nossa saga. Sem ódio, sem rancor, sem revanchismo. Quantos livros foram escritos sobre nossa luta? Poucos, pouquíssimos.

Sei que as dificuldades são muitas. A começar pela editora que normalmente não quer correr o risco de editar. Depois as livrarias. Depois a mídia, que abafa o lançamento. Enfim, são inúmeras as dificuldades. Entretanto, temos de mostrar a verdade.

Chega de mitos.

Chega de pensarem que enfrentamos estudantes indefesos, que lutavam pela liberdade e contra a ditadura!

Chega de silêncio!

Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores, como eu não sou, escrevam. Eles já têm centenas de livros publicados e bem difundidos.

É preciso não deixar que os vencidos continuem reescrevendo a história

É preciso acabar com o mito de que matamos pessoas inocentes e as enterramos em cemitérios clandestinos.

Precisamos acabar com histórias como a que ouvi de um motorista de táxi, que levava a mim e a minha mulher ao Hotel de Trânsito de São Paulo, construído no terreno de um antigo quartel. Contou-me ele que, quando demoliram o quartel, "encontraram" centenas de esqueletos de pessoas mortas pela ditadura enterradas ali, clandestinamente.

É mister trabalhar para que, ao passar em frente ao QG do II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste, os taxistas nos contem que ali morreu o soldado Mário Kozel Filho, jovem de 18 anos, vitimado por terroristas que jogaram uma Kombi cheia de explosivos contra o quartel.

É preciso que eles nos contem como Lamarca - o traidor, o herói das esquerdas - e seu bando, mataram a coronhadas de fuzil o tenente da Polícia Militar de São Paulo, Alberto Mendes Junior, refém e desarmado.

Urge que nos contem como morreu David Cuthberg, marinheiro inglês que visitava nossa terra, apenas porque representava o "imperialismo inglês".

É preciso que ao passar pela Alameda Casa Branca, em São Paulo, os motoristas de táxi nos informem que naquele local morreu, em confronto com a polícia, Carlos Marighella, o ideólogo do terror.

Para o resgate da história, é necessário que os passageiros que desembarcam no Aeroporto de Guararapes - Recife - possam ler, numa placa e num local visível, no saguão principal do aeroporto, que ali a Ação Popular praticou um ato terrorista, matando um jornalista, um almirante e ferindo gravemente treze pessoas.

É impreterível que as novas gerações saibam porque determinadas pessoas, que hoje se dizem ex-exiladas e perseguidas políticas, fugiram do País.

Senhores governantes, criem uma comissão isenta, sem a participação de ex-militantes de organizações subversivas ou de antigos integrantes dos ór-

gãos de segurança, para que ela tenha realmente credibilidade, e abram os arquivos da ditadura. Mas abram também os arquivos da esquerda, sem censura. Abram os depoimentos de próprio punho que os presos escreveram e que estão arquivados no STM. E abram os arquivos não somente dos subversivos e terroristas presos, mas também dos que fugiram do País para não responderem a processos por seus atos. Abram os arquivos do PCdoB para que o povo saiba o que os "estudantes", que se embrenharam nas selvas do Araguaia, pretendiam fazer.

É preciso que o País conheça os crimes que os vencidos dessa guerra suja cometeram e, principalmente, as intenções que os levaram a praticá-los.

Finalmente, estimo que *A Verdade Sufocada* tenha trazido ao leitor a real dimensão de certos fatos, mostrando as motivações que os provocaram e as conseqüências deles advindas, para que a história recente deste País seja revista com imparcialidade.

Indice Onomástico

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro - Biblioteca do Exército Editora, 2001.

AZAMBUJA, Carlos Ilitch Santos. *A hidra vermelha*. Rio de Janeiro - Editora Samizdat, 1985.

BRASIL: NUNCA MAIS - Um relato para a história. 11ª edição Petrópolis - Vozes, 1985.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo - Globo - 1998.

CASO, António. *A esquerda armada no Brasil - 1967/1971*. Lisboa - Moraes Editores, 1976.

CARDOSO, Ney Eicheler. *O desentulho de Gori*. Niterói - Edição do autor, 2003.

COUTO, Adolfho João de Paula. *A face oculta da estrela - Retrocesso, falsidade e ilusões*. Porto Alegre - Editora Gente do Livro, 2001.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro - Record, 1999.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos - Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia - Secção do Rio Grande do Sul.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* - 10ª edição Rio de Janeiro - Codecri.1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo - Companhia das Letras, 2002.

_______________. *A ditadura envergonhada*. São Paulo - Companhia das Letras, 2002.

_______________. *A ditadura derrotada*. São Paulo - Companhia das Letras, 2003.

_______________. *A ditadura encurralada*. São Paulo - Companhia das Letras, 2004.

GIORDANI, Marco Pollo. *BRASIL SEMPRE*. Porto Alegre - Editora Tchê!, 1986.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição revista, ampliada e atulizada. São Paulo - Ática, 1998.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo - Brasiliense, 1984. Cantadas Literárias. N° 18.

JORNAL NACIONAL. *A notícia faz a história - Memória Globo*. Rio de Janeiro - Jorge Zahar Editor, 2004.

LAMEIRA, Jayme Henrique A. *Nas entrelinhas da história - A verdade sobre fatos contados*. Niterói - Edição Própria, 2005.

MIR, Luís. *A revolução impossível - A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo - Best Seller/Circulo do Livro, 1994.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo - Editora Fundação Perseu-Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 10ª edição revisada. São Paulo - Editora Alfa-Omega, 1986.

MORAIS, Taís & SILVA, Eumano. *Operação Araguaia - os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo - Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Aricildes de Moraes, Coordenador geral. *1964 - 31 de março - O movimento revolucionário e a sua história*. 15 volumes. Rio de Janeiro - Biblioteca do Exército, 2006.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. 3ª edição. São Paulo - Mandarim, 1996.

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de janeiro - Expressão e Cultura, 1996.

PAZ, Eugênio Carlos. *viagem à luta Armada - memórias romanceadas*. Rio de Janeiro - BCD União de Editoras, 1996.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil - O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro - Mauad, 2001.

SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro - Biblioteca do Exército Editora, 1985.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. *Guerrilha do Araguaia - revanchismo - a grande verdade*. Brasília - abc BSB Gráfica e Editora, 2002.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários - Memórias da guerrilha perdida*. 14ª edição. Rio de Janeiro - Record, 1998.

STERLING, Claire. *A guerra secreta do terrorismo internacional*. Rio de Janeiro - Editorial Nórdica, 1981.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento.* São Paulo - Globo, 1999.

TORRES, Raymundo Negrão. *Nos "porões" da DITADURA.* Rio de Janeiro - Expressão e Cultura, 1998

________________. *1964 uma revolução perdida.* Curitiba - Editora Torre de Papel, 2002.

________________. *O FASCÍNIO DOS ANOS DE CHUMBO - O "GOLPE" DE 64 - 40 ANOS DEPOIS.* Curitiba - Universidade Federal do Paraná, 2004.

________________. *NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA.* Curitiba - Edição do autor, 2005.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *ROMPENDO O SILÊNCIO.* 3ª edição. Brasília - Editerra, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968 - O ano que não terminou.* Rio de Janeiro - Nova Fronteira, 1998.

WAACK, William. *Camaradas.* São Paulo - Companhia de Letras, 1994.

WRIGHT, Delora Jan. *O CORONEL TEM UM SEGREDO.* Petrópolis - Vozes, 1993.

Periódicos

Correio Braziliense

Correio da Manhã

Diário de Notícias

Folha de São Paulo

Jornal de Brasília

Jornal do Brasil

Jornal da Tarde

O Estado de São Paulo

O Globo

Tribuna da Imprensa

Periódicos semanais

Cruzeiro

Época

Fatos e fotos

Isto É

Manchete

O Pasquim

Primeira Leitura

Veja

Sites

www.acontinencia.cjb.net
www.aggio.jor.br
www.arquivonacional.gov.br
www.cpdoc.fgv.br
www.desaparecidospoliticos.org.br
www.diegocasagrande.com.br
www.escolasempartido.org
www.estadao.com.br
www.folha.uol.com.br
www.grandecomunismo.hpg.br
www.midiasemmascara.com.br
www.mj.gov.br/anistia
www.olavodecarvalho.org
www.primeiraleitura.com.br
www.puggina.org
www.reservaer.com.br
www.ternuma.com.br

Comandei o DOI/CODI/II Exército, de 29/09/1970 a 23/01/1974, período em que as organizações terroristas atuaram com maior intensidade. Neste livro conto como os Órgãos de Segurança as derrotaram. Na luta armada, lamentavelmente, tivemos cerca de 500 vítimas, de ambos os lados, um número bastante reduzido se o compararmos com os demais países da América Latina que, também, enfrentaram o terrorismo. Além dos relatos, procuro desfazer mitos, farsas e mentiras divulgadas para manipular a opinião pública e para desacreditar e desmoralizar aqueles que as venceram.

Manchete

TERROR E MORTE NO RECIFE

ISBN 978-85-86662-60-7
9788586662607

Há quarenta anos, em 25/07/1966, a organização terrorista Ação Popular (AP) realizou um atentado no Aeroporto de Guararapes - Recife/PE - que ocasionou duas mortes e treze feridos graves, entre os quais uma criança de seis anos. Esse atentado é considerado o marco inicial da luta armada no Brasil.